Mala Direta Postal
360013024-3 DR/PR
Imprensa Oficial
CORREIOS

Diário da JUSTIÇA Paraná

Edição Digitalizada nº 6546 | Curitiba, Segunda-feira, 26 de Janeiro de 2004 | Ano XLIX | 64 páginas

Sumário

Poder Judiciário Estadual

Tribunal de Justiça

Atos Da Presidência 03
Secretaria 03
Departamento da Magistratura .....
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro .....
Departamento do Patrimônio 03
Departamento de Informática .....
Departamento de Engenharia e Arquitetura .....
Departamento de Serviços Gerais .....
Departamento Judiciário
Câmaras Cíveis .....
Câmaras Criminais .....
Seção de Preparo .....
Seção de Distribuição .....
Corregedoria da Justiça 04
Conselho da Magistratura .....
Escola da Magistratura .....
Comissão Int. Conc. Promoções .....
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais .....

Tribunal de Alçada

Atos da Presidência 05
Secretaria .....
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro 05
Processo Cível 05
Processo Crime 05
Serviço de Preparo .....
Seção de Distribuiçao .....
Divisão de Registros e Informações .....
Comissão Interna de Concursos e Promoções .....

Comarca da Capital

Cível .....
Crime 07
Fazenda Pública .....
Familia .....
Delitos de Trânsito .....
Execuções Penais .....
Tribunal do Júri .....
Infância e Juventude .....
Registro Publico e Acidentes de Trabalho .....
Precatórias - Cíveis/Criminais .....
Auditoria da Justiça Militar .....
Central de Inquéritos .....
Central de Penas Alternativas .....
Juizados Especiais - Civeis/Criminais 08
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná .....
Concursos .....

Comarcas do Interior

Cível .....
Crime 10
Juizados Especiais 11
Concursos .....

Ministério Público do Estado do Paraná

Conselho Superior do Ministério Público 12
Corregedoria Geral do Ministério Público .....

Poder Judiciário Federal

Ordem dos Advogados do Brasil .....
Justiça Eleitoral .....
Ministério Público Eleitoral .....
Justiça do Trabalho 12
Ministério Público do Trabalho .....
Justiça Militar .....
Justiça Federal 20

Editais Judiciais

Capital 51
Interior 52
Diversos .....

www.dioe.pr.gov.br

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça

PABX - (41) 350-2000 | Relação dos aparelhos de Fac-Símile instalados no centro de protocolo judiciário estadual e arquivo geral do Tribunal de Justiça do Estado: 254-7222 • 254-8977 • 353-5383 • 254-4063. SITE **www.tj.pr.gov.br**

Des. Oto Luiz Sponholz
Presidente

Des. José Antônio Vidal Coelho
Vice - Presidente

Des. Roberto Pacheco Rocha
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Nei Roberto Guimarães
Secretário

Relação dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça, seus desembargadores, dia da semana e local das sessões.

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. Troiano Netto – Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Costa Barros" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. Antônio Lopes de Noronha – Presidente
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
— Sala "Des. Costa Barros" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

3ª CÂMARA CÍVEL
Des Nério Spessato Ferreira - Presidente
Desª. Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

4ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ângelo Zattar – Presidente
Des. Wanderlei Resende
Des. Octávio Valeixo
Des. Dilmar Kessler
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

5ª CÂMARA CÍVEL
Des. Antônio Gomes da Silva – Presidente
Des. Domingos Ramina
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

6ª CÂMARA CÍVEL
Des. Sidney Mora - Presidente
Des. Milani de Moura
Des. Eraclés Messias
Des. Airvaldo Stela Alves
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

7ª CÂMARA CÍVEL
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Mário Rau
Desª Denise Martins Arruda — Sala Nova
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

8ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ivan Bortoleto - Presidente
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Campos Marques
Des. Munir Karam
— Sala Nova
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

I GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Troiano Netto - Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira 5ªs-feiras
do mês - 13:30 horas.

II GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Ângelo Zattar – Presidente
Des. Wanderlei Resende
Des. Octávio Valeixo
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Desª Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Segunda e Quarta
5ªs-feiras do mês -
13:30 horas.

III GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Antônio Gomes da Silva - Presidente
Des. Sideney Mora
Des. Milani de Moura
Des. Domingos Ramina
Des. Eraclés Messias
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Primeira e Terceira
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

IV GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Campos Marques
Des. Mário Rau
Desª Denise Martins Arruda
Des. Munir Karam
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Segunda e Quarta
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Darcy Nasser de Melo - Presidente
Des. Tadeu Costa
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
— Sala Des. "Costa Barros" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Gil Trotta Telles – Presidente
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS
Des. Darcy Nasser de Melo – Presidente
Des. Tadeu Costa
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira
4ªs-feiras do mês -
13:30 horas.

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. J. Vidal Coelho -Vice-Presidente
Des. Pacheco Rocha - Corregedor-Geral
Desª Regina Afonso Portes
Des. Campos Marques
Des. Milani de Moura
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês que antecederem
Sessão Administrativa do Órgão Especial - 08:30 horas

ÓRGÃO ESPECIAL
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. Troiano Netto
Des. Darcy Nasser de Melo
Des. Tadeu Costa
Des. Accácio Cambi
Des. Pacheco Rocha
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Ulysses Lopes
Des. Clotário Portugal Neto
Des. J. Vidal Coelho
Des. Telmo Cherem
Des. Ângelo Zattar
Des. Antônio Gomes da Silva
Des. Jesus Sarrão
Des. Wanderlei Resende
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Octávio Valeixo
Des. Sidney Mora
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Carlos Hoffmann
Des. Leonardo Lustosa
Des. Luiz Cézar de Oliveira

Sala "Des. Clotário Portugal" – Primeira e Terceira
6ªs-feiras do mês - Sessão Contenciosa – 08:30 horas.
– Segunda e Quarta 6ªs-feiras do mês
– Sessão Administrativa – 08:30 horas

TRIBUNAL PLENO
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. Troiano Netto
Des. Darcy Nasser de Melo
Des. Tadeu Costa
Des. Accácio Cambi
Des. Pacheco Rocha
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Ulysses Lopes
Des. Clotário Portugal Neto
Des. J. Vidal Coelho
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Ângelo Zattar
Des. Antônio Gomes da Silva
Des. Jesus Sarrão
Des. Wanderlei Resende
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Octávio Valeixo
Des. Sidney Mora
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Desª Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Leonardo Lustosa
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Campos Marques
Des. Hirosê Zeni
Des. Milani de Moura
Des. Mário Rau
Desª Denise Martins Arruda
Des. Domingos Ramina
Des. Eraclés Messias
Des. Munir Karam
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
Sala "Des. Clotário Portugal" –
Sessões realizadas mediante convocação.

Tribunal de Alçada

PABX: - (41) 3017-2525 FAX: Departamento Judiciário: 3017-2916 / 30172918

Juiz Josué Duarte Medeiros
Presidente

Juiz Manassés de Albuquerque
Vice-presidente

Bel. Alcibiades de Almeida Faria Neto
Secretário

COMPOSIÇÃO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Ronald Schulman – **Presidente**
Juiz Paulo Roberto Hapner
Juiz Arquelau Araújo Ribas
Juiz Marcos de Luca Fanchin
Cargo Vago
Sala "Des. Aúrélio Feijó"
Terças-feiras

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Marco Antonio de Moraes Leite – Presidente
Juiz Rosene Arão de Cristo Pereira
Juiz Toshiharu Yokomizo
Juiz José Maurício Pinto de Almeida
Juiz Silvio Vericundo Fernandes Dias
"Sala Des. Haroldo da Costa Pinto"
Quartas-feiras

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Rogério Coelho – **Presidente**
Juiz Noeval de Quadros
Juiz Hamilton Mussi Corrêa
Juiz Hayton Lee Swain Filho
Juiz Jurandyr Souza Júnior
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Terças-feiras

QUARTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juíza Dulce Maria Cecconi – Presidente
Juiz Ruy Cunha Sobrinho
Juiz Mendes Silva
Juiz Costa Barros
Juiz Valter Ressel
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quartas-feiras

QUINTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Arno Knoerr – Presidente
Juiz Edson Vidal Pinto
Juiz José Simões Teixeira
Juiz Gladernir Vidal Antunes Panizzi
Cargo Vago
Sala "Des. Luiz Viel"
Quartas-feiras

SEXTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Carvilio da Silveira Filho – Presidente
Juíza Anny Mary Kuss
Juiz Paulo Habith
Juiz Miguel Kfouri Neto
Cargo Vago
Sala "Des. Luiz Viel" - Terças-feiras

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Miguel Pessoa - Presidente
Juiz Prestes Mattar
Juiz Antonio Martelozzo
Juiz Lauro Laertes de Oliveira
Juiz Eugênio Achille Grandinetti
Sala "Des. Aurélio Feijó" - Quartas-feiras

OITAVA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juíza Rosana Fachin - Presidente
Juiz Antenor Demeterco Junior
Juiz Paulo Roberto Vasconcelos
Juiz Dimas Ortêncio de Melo
Juiz Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Terças-feiras

NONA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Antonio Renato Strapasson - Presidente
Juiz Luiz Lopes
Juiz Nilson Mizuta
Juiz Wilde Pugliese
Juiz José Augusto Gomes Aniceto
Juiz Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Terças-feiras

DÉCIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Edvino Bochnia - Presidente
Juiz Macedo Pacheco
Juiz Lauri Caetano da Silva
Juiz Guido Döbeli
Juiz Carlos Mansur Arida
Cargo Vago
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Quintas-feiras

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Cunha Ribas - Presidente
Juiz Waldemir Luiz da Rocha
Juiz Marques Cury
Juiz Rogério Kanayama
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Quintas - Feiras

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Rafael Augusto Cassetari – Presidente
Juiz Ronald Juarez Moro
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quintas - Feiras

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Eduardo Fagundes – Presidente
Juíza Maria José Teixeira
Juíz Jorge Wagih Massad
Juiza Sônia Regina de Castro
Sala "Des. Luiz Viel"
Quintas-feiras

QUARTA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Lídio J. R. de Macedo - Presidente
Juiz Lauro Augusto Fabrício de Melo
Juiz Tufi Maron Filho
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Quintas - Feiras

GRUPOS DE CÂMARAS CRIMINAIS
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

1º GRUPO - 1ª E 3ª CÂMARAS CRIMINAIS
1ª E 3ª Quartas-feiras

Juiz Cunha Ribas – Presidente
Juiz Waldemir Luiz da Rocha
Juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes
Juiz Marques Cury
Juíza Maria José Teixeira
Juiz Jorge Massad
Juíza Sônia Regina de Castro
Juiz Rogério Kanayama
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

2º GRUPO - 2ª E 4ª CÂMARAS CRIMINAIS
2ª E 4ª Quartas - Feiras
Juiz Rafael Augusto Cassetari - Presidente
Juiz Lídio José Rotoli de Macedo
Juiz Lauro Augusto Fabrício de Melo
Juiz Tufi Maron Filho
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Juiz Ronald Juarez Moro
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

O TRIBUNAL PLENO E O ORGÃO ESPECIAL FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DO PRESIDENTE.
Horario regimental para início das sessões ordinárias: 13h30min.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS E O GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES, ÀS SEGUNDAS-FEIRAS.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

Diário da JUSTIÇA Paraná

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Diretor - Presidente
João Carlos de Almeida Formighieri

Diretor Administrativo-Financeiro
Ailtom Fucilini Quintana

Rua dos Funcionários 1645 - Cabral
CEP 80035 050
Caixa Postal nº 1182
CEP 80001 970
Informações PABX 313-3200

Telefones

Setor	Telefones		Fax
Assinaturas	313-3207	313-3234	313-3236
Biblioteca	313-3252	313-3285	
Faturamento e Cobrança	313-3242	313-3243	313-3295
Orçamentos Gráficos	313-3206	313-3222	313-3208
Venda de Materiais	313-3265		
Publicações-Diário Oficial e Com. Ind. e Serviços	313-3213	313-3219	313-3276
Publicações-Diário da Justiça	313-3214	313-3217	313-3215

Tabela de Preços

Publicações
Centímetro (1) da Coluna 18,00

Envio de matérias: **www.dioe.pr.gov.br**

Números Avulsos
Diário da Justiça

Sem Remessa Postal 2,50
Com Remessa Postal 5,00

Assinaturas Diário da Justiça

Sem remessa postal

Semestral ..... Balcão/Malote 225,00
Anual ..... Balcão/Malote 375,00

Com remessa postal

Semestral 400,00
Anual 732,00

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

DECRETO JUDICIÁRIO N.º 036

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ em exercício, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o artigo 1º do Assento nº 01/90 - Órgão Especial, datado de 14/09/90 e o contido no protocolado sob nº 167238/2003, resolve

I - E X O N E R A R

CARLOS ROBERTO DE MAZZI PRATES e CLAUDINEI SOTTORIVA, respectivamente, das funções de 1º e 2º Suplentes de Juiz de Paz do Distrito de Itauna do Sul, Comarca de Nova Londrina.

II – N O M E A R

CARLOS ROBERTO DE MAZZI PRATES, CLAUDINEI SOTTORIVA e MANOEL FRANCISCO DE SOUZA, para exercerem, respectivamente, as funções de Juiz de Paz, 1º e 2º Suplentes de Juiz de Paz do Distrito de Itauna do Sul, Comarca de Nova Londrina.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

DECRETO JUDICIÁRIO N.º 037

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado nº 189349/2003, resolve

N O M E A R

BRUNO MARZULLO ZARONI, para exercer o cargo em comissão de Oficial de Gabinete de Desembargador símbolo 1-C, do Gabinete do Desembargador Sidney Mora, a partir de 02 de janeiro de 2004, atribuindo-lhe a gratificação correspondente.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

DECRETO JUDICIÁRIO N.º 038

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 57458/2003, resolve

N O M E A R

ALESSANDRO BOTEGA e PAUL EDUARDO TEIXEIRA CAMPOS, em virtude de habilitação em concurso, para exercerem o cargo de Desenhista C1, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

DECRETO JUDICIÁRIO N.º 039

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o Acórdão nº 9530 do Conselho da Magistratura, e ainda o contido no protocolado sob nº 54382/2003, resolve

N O M E A R

ROBSON FARAONI DE MELLO, NEY MASSAKI OYAMA e MARJORY TAVARES, em virtude de habilitação em concurso, para exercerem o cargo de Auxiliar de Cartório C10 do Quadro de Auxiliares da Justiça da Comarca de Maringá.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

DECRETO JUDICIÁRIO N.º 040

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o Acórdão nº 9539 do Conselho da Magistratura, e ainda o contido no protocolado sob nº 14485/2003, resolve

N O M E A R

ELIZEU FLECHER, em virtude de habilitação em concurso, para exercer o cargo de Auxiliar de Cartório C3, do Quadro de Auxiliares da Justiça da Comarca de Mallet.

Curitiba, 20 de Janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

DECRETO JUDICIÁRIO N.º 041

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 139818/2001, resolve

N O M E A R

SANDRO NASCIMENTO DA SILVA, GERSI PEREIRA BETIM, ENIO LUIZ PEREIRA DOS SANTOS e JOSÉ LUIZ MICCELLI, em virtude de habilitação em concurso, para exercerem o cargo de Motorista A8, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

DECRETO JUDICIÁRIO N.º 042

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2144/2004, resolve

D E T E R M I N A R

a alteração, nos respectivos assentamentos funcionais, do nome de ENI PORTO ZUBEK, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, para que dos mesmos passe a constar como ENI PORTO.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 057

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 189786/2003, resolve

C O N C E D E R

a SONIA MARIA MUNHOZ DA ROCHA E SILVA, Escrivão da 8ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 03 de dezembro de 2003, de acordo com o artigo 215, da Lei 6174/70.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 058

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 185709/2003, resolve

L O T A R

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, no Gabinete do Desembargador Clayton Camargo, a partir de 06 de novembro de 2003, ficando em conseqüência, revogada sua lotação anterior.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 059

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 185959/2003, resolve

I - R E V O G A R

a partir de 24 de novembro de 2003, a Portaria nº 652/99, referente a designação de MARCIO RICARDO FERREIRA, servidor do Quadro de Auxiliares da Justiça da Capital, para prestar serviços noturnos junto aos Juizados Especiais Cível e Criminal da Comarca de Curitiba.

II – D E S I G N A R

a partir de 02 de dezembro de 2003, ADRIANA GHELFI SEMANN, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, para prestar serviços noturnos junto aos Juizados Especiais Cível e Criminal da Comarca de Curitiba, atribuindo-lhe a gratificação correspondente.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 060

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 186351/2003, resolve

D E S I G N A R

a partir de 07 de janeiro de 2004, LAÉRCIO TONINELLO, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, para prestar serviços noturnos nos Juizados Especiais Cível e Criminal da Comarca de Curitiba, atribuindo-lhe a gratificação correspondente.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 061

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob n° 190157/2003, resolve

D E S I G N A R

LOURIVAL DE OLIVEIRA DUCCI, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, para exercer, em substituição, a partir de 15 de dezembro de 2003, o cargo em comissão de Supervisor do Centro de Assistência Médica e Social do Gabinete do Secretário, símbolo DAS-4, durante as férias do titular Cláudio Roberto Ferreira, atribuindo-lhe a gratificação correspondente.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 062

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob n° 194348/2003, resolve

D E S I G N A R

SIBELE CACHUBA, servidora do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, para exercer, em substituição, a partir de 02 de janeiro de 2004, o cargo em comissão de Diretor do Departamento Judiciário símbolo DAS-3, durante as férias da titular Denise Koprovski Curi, atribuindo-lhe a gratificação correspondente.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 063

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 200097/2003 e 1568/2004, resolve

D E S I G N A R

LETÍCIA BOTTMANN SPONHOLZ DE CARVALHO E SILVA, para prestar serviços, ininterruptamente, no projeto "Juizados Especiais – Operação Litoral 2003/2004", nos períodos de 22 de dezembro de 2003 a 30 de janeiro de 2004 e de 01 de fevereiro a 05 de março de 2004 (Posto Avançado de Caiobá).

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 064

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 1570/2004, resolve

D E S I G N A R

LEANDRO JOSÉ PRENDIN, para prestar serviços, ininterruptamente, no projeto "Juizados Especiais – Operação Litoral 2003/2004", no período de 01 de fevereiro a 05 de março de 2004 (Posto Avançado de Caiobá).

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 065

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3495/2004, resolve

D E S I G N A R

NEUZA APARECIDA DA SILVA, para prestar serviços, ininterruptamente, no projeto "Juizados Especiais – Operação Litoral 2003/2004", no período de 12 de janeiro a 05 de março de 2004 (Posto Avançado de Ipanema).

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

PORTARIA Nº 066

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 200096/2003, resolve

D E S I G N A R

GERSON ERNESTO DOS SANTOS, para prestar serviços, ininterruptamente, no projeto "Juizados Especiais – Operação Litoral 2003/2004", no período de 22 de dezembro de 2003 a 05 de março de 2004 (Posto Avançado da Ilha do Mel).

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
J. VIDAL COELHO
Presidente em exercício

Secretaria

ORDEM DE SERVIÇO Nº 071

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 181408/2003, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor de ALFREDO PEREIRA DE SOUZA, Oficial do Cartório do Contador e Anexos da Comarca de Tomazina, para efeito de aposentadoria, o tempo de 02 (dois) anos e 30 (trinta) dias, de serviços prestados a iniciativa privada, correspondente ao período de 01.01.70 a 31.01.72, nos termos do artigo 201, § 9º da Constituição Federal.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
NEI ROBERTO GUIMARÃES
Secretário

ORDEM DE SERVIÇO Nº 072

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 173/89 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 165081/2003, resolve

M A N D A R C O N T A R

em favor de NAZARIO MATIAS LOPES, servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de 13 (treze) anos e 139 (cento e trinta e nove) dias, correspondentes aos períodos compreendidos entre 15.01.70 e 31.12.72 e de 02.01.73 e 03.06.83, por serviços prestados à Prefeitura Municipal de Paranavaí e à iniciativa privada, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, descontados os dias em paralelo, de acordo com o artigo 40, § 9º, da Constituição Federal.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
NEI ROBERTO GUIMARAES
Secretário

Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
COMISSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE CONVITES

RESENHA Nº 01/2004

Resenha da Comissão de Abertura e Julgamento de Convites, realizada aos dezenove dias do mês de janeiro de 2004, na sede do Departamento do Patrimônio.

PROTOCOLO Nº 52.968/2003.
CONVITE Nº 51/2003.
OBJETO:Contratação de serviços de vigilância não armada com especialização para operar porta giratória com detector de metais para o Fórum da Comarca de Londrina.

A Comissão, após análise das documentações, RESOLVE:

I – CLASSIFICAR as empresas participantes;
II – JULGAR VENCEDORA do Convite nº 51/2003, pelo critério de menor preço, a empresa EBV – EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILÂNCIA LTDA., pelo valor global mensal de R$ 3.099,74 (três mil e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos), com um valor global para o período de 12 (doze) meses de R$ 37.196,88 (trinta e sete mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos) ;
III – SUGERIR À ADJUDICAÇÃO à empresa vencedora o fornecimento do produto licitado.
Decorrido o prazo recursal, à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.
Curitiba, 21 de janeiro de 2004.
RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA JÚNIOR
Presidente da Comissão de Abertura e Julgamento de Convites

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

RELAÇÃO Nº 07/2004

PROTOCOLO Nº: 181.984/2003
INTERESSADO: CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS.
DESPACHO: (PREGÃO Nº 10/2003). – NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa MASTERPAPER – MARILUCE DOMINGUES FERNANDES – ME., pelos fundamentos da decisão manifestada pelo Pregoeiro e pela Comissão de Apoio de f. 156 *usque* 162, por mim rubricadas; II – HOMOLOGO, destarte, o julgamento do Pregoeiro de f. 97 a 99, para os itens 01 e 02, os quais ADJUDICO à empresa BKS CENTER BRÁS LTDA. pelo fato de ter oferecido o menor lance, no valor de R$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais) e R$ 43.500 (quarenta e três mil e quinhentos reais); III – Ao Departamento Econômico e Financeiro para emissão da nota de empenho; IV – Publique-se. Em 20 de janeiro de 2004.

RELAÇÃO Nº 08/2004

PROTOCOLO Nº: 94.098/2003
INTERESSADO: CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS.
DESPACHO: (TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2003). I – NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS REGLY (no item 16), bem como ao recurso *ex officio* manifestado pela Comissão de Julgamento de Licitações nas Modalidades de Tomada de Preços e Concorrência, pelos fundamentos da decisão de fls. 309 *usque* 312, por mim rubricadas; II – HOMOLOGO, destarte, o julgamento de fls. 257 *usque* 262, que igualmente rubrico, da referida; III – AUTORIZO a adjudicação do objeto do presente procedimento, (aquisição de materiais de limpeza), observadas as disposições legais, a empresa SANTA GUILHERMINA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., no item 16, pelo valor de R$ 16.380,00 (dezesseis mil, trezentos e oitenta reais); IV – Ao Departamento Econômico e Financeiro para emissão da nota de empenho; V – Publique-se. Em 20 de janeiro de 2004.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

RELAÇÃO Nº 05/2004

PROTOCOLO Nº: 186.280/2003.
INTERESSADO: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
DESPACHO: I – Tendo em vista o contido no presente protocolado, notadamente da informação de fls. 03 e do parecer nº 228/2003, respectivamente da Divisão de Administração de Materiais e da Assessoria Jurídica do Departamento do Patrimônio, AUTORIZO a permuta com a empresa XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., de 750 (setecentos e cinqüenta) cartuchos vazios de torner para fotocopiadora modelo D212 por 150 (cento e cinqüenta) cartuchos novos e originais para o mesmo equipamento; II – Ao Departamento do Patrimônio, para as medidas cabíveis; III – Publique-se. Em 20 de janeiro de 2004.

RELAÇÃO Nº 06/2004

PROTOCOLO Nº: 182.815/2003.
INTERESSADO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO.
DESPACHO: I – (PREGÃO Nº 09/2003) I - HOMOLOGO o julgamento de fls. 210 *usque* 212 do Pregoeiro e da Comissão de Pregão, por mim rubricadas, na qual foi adjudicada a empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS S/C LTDA., a contratação de serviços de limpeza e conservação nos prédios ocupados pelo Tribunal de Justiça no valor mensal de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais); II – Diante do encerramento do exercício financeiro, aguarde-se no Departamento Econômico e Financeiro a abertura do próximo para a posterior emissão da anota de empenho; III – Após, ao Departamento do Patrimônio para elaboração do termo contratual; IV - Publique-se. Em 20 de janeiro de 2004.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

SECRETARIA

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2004.

TERMO: de re-ratificação do contrato de cessão de uso

EXPEDIENTE: protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob nº 74759/01.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e legislação complementar. .

CEDENTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

CESSIONÁRIO: M. I. R. PEREIRA E PEREIRA LTDA.

OBJETO: O contrato terá início a partir de 01/05/2002, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, observado o limite legal de 60 meses. Ratificam-se as demais cláusulas firmadas no Termo de Cessão de Uso permanecendo inalteradas e em plena vigência.

FORO: Comarca de Curitiba-Paraná. .

Em 19 de janeiro de 2004.
RONALD ACCIOLY R. DA COSTA JÚNIOR
Diretor do Departamento do Patrimônio,
em exercício

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

SECRETARIA

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 02/2004.

CONTRATO: Locação de Imóveis.

EXPEDIENTE: protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob nº 186.012/2002.

FUDAMENTO LEGAL: nos ditames do artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

LOCATÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

LOCADOR: ZAIDOWICZ ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: locação do imóvel em alvenaria, localizado na Rua Álvaro Ramos, 162, nesta Capital, com uma área construída a ser utilizada de 820 m2 (oitocentos e vinte metros quadrados).

CUSTEIO DE DESPESAS: dotação orçamentária do Tribunal de Justiça do Paraná para o exercício de 2003, através do elemento 3.3.90.36.10 – Locação de imóveis, conforme nota de empenho nº 0694, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro da Secretaria deste Órgão, em 26/02/2003.

FORO: Comarca de Curitiba.

Em 19 de janeiro de 2004.
RONALD ACCIOLY R. DA COSTA JÚNIOR
Diretor do Departamento do Patrimônio,
em exercício

Corregedoria da Justiça

Curitiba, 12 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 011/04 - GC
Protocolo nº 1.820/04

Senhor Serventuário,

Requisito a Vossa Senhoria as providências necessárias no sentido de serem efetuadas buscas de bens imóveis em nome de João de Maria Fagundes, CPF/MF nº 191.216.609-72.
Comunico, também, que, na hipótese de ser encontrado algum bem, a respectiva certidão deverá ser remetida ao Juízo de Direito da Vara Cível da Comarca de Congonhinhas/PR, com endereço na Avenida São Paulo, Centro, Congonhinhas/PR, CEP 86.320-000.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Ilustríssimo Senhor
Titular do Cartório de Registro de Imóveis
CBO

Curitiba, 12 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 012/04 - GC
Protocolo nº 1.821/04

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência, para as medidas pertinentes, que em data de 14 de outubro de 2003 foi decretada liminarmente pelo Doutor Juiz Federal da 1ª Vara de Execuções Fiscais da Circunscrição Judiciária de Londrina/PR, nos autos de Medida Cautelar Fiscal nº 2003.70.01.014581-6, a indisponibilidade de bens das seguintes pessoas:

Nome: Precisa Cobranças S/C Ltda.
CNPJ: 00.854.938/0001-79

Nome: Udo Oswaldo Uhlmann
CPF: 916.609.049-00

Comunico, também, que, quanto aos bens imóveis de Udo Oswaldo Uhlmann, a indisponibilidade está limitada a 50% (cinqüenta por cento), reservando-se a meação do cônjuge.
Finalmente, requisito que, na hipótese de ser efetuada a indisponibilidade de algum bem, o registrador deverá comunicar imediatamente ao Juízo solicitante, com endereço na Avenida do Café, nº 543, Londrina/PR, CEP 86.038-000.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Curitiba, 12 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 013/04 - GC
Protocolo nº 1.822/04

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência, para as medidas pertinentes, que em data de 28 de outubro de 2003 foi decretada liminarmente pelo Doutor Juiz Federal da 1ª Vara de Execuções Fiscais da Circunscrição Judiciária de Londrina/PR, nos autos de Medida Cautelar Fiscal nº 2003.70.01.009818-8, a indisponibilidade de bens das seguintes pessoas:

Nome: Frigorífico Londres Ltda.
CNPJ: 78.785.979/0001-48

Nome: Ayres Macedo da Cunha Neto
CPF: 257.204.817-53

Nome: Marcos Alexandre Domingues
CPF: 704.043.568-34

Nome: Cláudio Aparecido Ferrari
CPF: 063.255.729-04

Nome: Lecy Wilman
CPF: 043.635.909-04

Nome: Luiz Celso Cardoso
CPF: 234.776.529-91

Comunico, também, que, quanto aos bens imóveis dos requeridos (pessoa física), a indisponibilidade está limitada a 50% (cinqüenta por cento), reservando-se a meação do cônjuge.
Finalmente, requisito que, na hipótese de ser efetuada a indisponibilidade de algum bem, o registrador deverá comunicar imediatamente ao Juízo solicitante, com endereço na Avenida do Café, nº 543, Londrina/PR, CEP 86.038-000.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Curitiba, 12 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 014/04 - GC
Protocolo nº 1.823/04

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência, para as medidas pertinentes, que em data de 29 de setembro de 2003 foi decretada liminarmente pelo Doutor Juiz Federal da 1ª Vara de Execuções Fiscais da Circunscrição Judiciária de Londrina/PR, nos autos de Medida Cautelar Fiscal nº 2003.70.01.014461-7, a indisponibilidade de bens de Pedro Teixeira Manzano, CPF nº 188.116.809-30.
Comunico, também, que, quanto aos bens imóveis de referido executado, a indisponibilidade está limitada a 50% (cinqüenta por cento), reservando-se a meação do cônjuge.
Finalmente, requisito que, na hipótese de ser efetuada a indisponibilidade de algum bem, o registrador deverá comunicar imediatamente ao Juízo solicitante, com endereço na Avenida do Café, nº 543, Londrina/PR, CEP 86.038-000.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Curitiba, 12 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 015/04 - GC
Protocolo nº 1.824/04

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência, para as medidas pertinentes, que em data de 31 de outubro de 2003 foi decretada liminarmente pelo Doutor Juiz Federal da 1ª Vara de Execuções Fiscais da Circunscrição Judiciária de Londrina/PR, nos autos de Medida Cautelar Fiscal nº 2003.70.01.008030-5, a indisponibilidade de bens das seguintes pessoas:

Nome: Eletrojan Iluminação e Eletricidade Ltda.
CNPJ: 78.756.467/0001-53

Nome: Carlos Alberto Murari
CPF: 210.115.169-34

Comunico, também, que, quanto aos bens imóveis de Carlos Alberto Murari, a indisponibilidade está limitada a 50% (cinqüenta por cento), reservando-se a meação do cônjuge.
Finalmente, requisito que, na hipótese de ser efetuada a indisponibilidade de algum bem, o registrador deverá comunicar imediatamente ao Juízo solicitante, com endereço na Avenida do Café, nº 543, Londrina/PR, CEP 86.038-000.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Curitiba, 13 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 016/04 - GC
Protocolo nº 195.136/03

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência, para as medidas pertinentes, que em data de 10 de dezembro de 2003 foi decretada liminarmente pela Doutora Juíza de Direito da Comarca de Guaraniaçu/PR, nos autos de Ação Civil Pública nº 400/2003, a indisponibilidade de bens das seguintes pessoas:

Nome:
Arival Tramontin Ferreira Junior
RG: 5.002.062-2/PR
CPF/MF: 943.224.229-34

Nome: Altemir Funez Junior
RG: 4.350.421-5/PR
CPF/MF: 805.655.069-07

Nome: Andres Kruger
RG: 4.690.413-3/PR
CPF/MF: 049.428.879-50

Nome: Edno Pezzarini Junior
RG: 4.666.151-6

Nome: Joelson Uzeika
RG: 4.199.712-5/PR

Nome: Marcos Cardoso Souto
RG: 050543/SP
CPF/MF: 029.770.328-51

Comunico, também, que, na hipótese de ser efetuada a indisponibilidade de algum bem, o registrador deverá comunicar imediatamente ao Juízo solicitante, com endereço na Av. Abilon de Souza Naves, nº 358, Centro, Guaraniaçu/PR, CEP 85.400-000.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Curitiba, 15 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 017/04 - GC
Protocolo nº 188.657/03

Senhor Juiz,

Objetivando uniformidade de procedimento em todo foro judicial, informo a Vossa Excelência que esta Corregedoria-Geral da Justiça assentou que o valor das custas devido em razão de procedimento de impugnação ao valor da causa equivale a 100 VRC, nos termos de parecer aprovado nos autos de Consulta nº 188.657/03.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Curitiba, 15 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 018/04 - GC
Protocolo nº 2.939/04

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência, para as medidas pertinentes, que em data de 18 de dezembro de 2003 foi decretada pelo Doutor Juiz Federal Substituto da 2ª Vara Federal de Boa Vista/RR, nos autos nº 2003.42.00.002863-6, a indisponibilidade de bens de Jalser Renier Padilha, CPF nº 383.531.992-20.
Comunico, também, que, na hipótese de ser efetuada a indisponibilidade de algum bem adquirido a partir de 1º de Janeiro de 1998, o registrador deverá comunicar imediatamente ao Juízo

solicitante, com endereço na Av. Getúlio Vargas, nº 3999, Canarinho, CEP 69.306-150, Boa Vista/RR.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Curitiba, 15 de janeiro de 2004

Ofício Circular nº 019/04 - GC
Protocolo nº 3.421/04

Senhor Juiz,

Comunico a Vossa Excelência, para as medidas pertinentes, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela Resolução Operacional – RO nº 181, de 10 de novembro de 2003, publicada no D.O.U de 11 de novembro de 2003, Seção 1, decretou o Regime de Direção Fiscal na AME ASSISTÊNCIA MÉDICA ÀS EMPRESAS S/C LTDA., CNPJ nº 52.370.152/0001-80, estando indisponíveis os bens de Mariluci Jung, RG nº 5.641.638-6 SSP/SP e CPF/MF nº 060.386.378-77.
Comunico, também, que, na hipótese de ser efetuada a indisponibilidade de algum bem, o registrador deverá comunicar imediatamente ao solicitante, com endereço na Avenida Augusto Severo, nº 84, Glória, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-040.

Atenciosamente,

Des. ROBERTO PACHECO ROCHA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Juiz de Direito
CBO

Tribunal de Alçada

Atos da Presidência

P O R T A R I A Nº 003/2004

O Juiz Vice-Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 4.212/2004, resolve

C O N C E D E R

ao Dr. **Josué Deininger Duarte Medeiros**, Juiz Presidente deste Tribunal, 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 5 de janeiro de 2004, com fundamento no art. 89, inciso I do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.
Curitiba, 13 de janeiro de 2004.

João Luís Manassés de Albuquerque
Vice-Presidente

P O R T A R I A Nº 008/2004

O Juiz Presidente em exercício do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 6.091/2004, resolve

D E S I G N A R

Lincoln Rozário Marchini, matrícula nº 6.005, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para compor como membro a Comissão Permanente de Licitação, a partir de 26 de janeiro de 2004, durante o afastamento dos servidores Waldomero Machado Caldas e Lucimeiry Kiyomi Imoto.
Curitiba, 21 de janeiro de 2004.

João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente em exercício

Departamento Econômico e Financeiro

Protocolo nº 558/2004

De acordo com o parecer da Assessoria Jurídica do Departamento Econômico e Financeiro, no expediente protocolado sob nº 558/04, determino a instauração de procedimento licitatório, na modalidade "Pregão", ***ex vi*** da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e das Portarias ns. 486/03, 488/03 e 532/03, com valor máximo fixado para o certame de R$ 17.885,00 (dezessete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), visando a aquisição de toner e cartuchos de tinta para impressora.
Prossiga-se, obedecidas as demais formalidades legais.
Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente em exercício

Divisão de Processo Cível

I Divisão Cível
Quarta Câmara Cível
Emitido em: 21/01/2004

Relação No. 2004.00101 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Diego Bohrer Branco	001	0252450-7
Fernando Paulo Da Silva Maciel	001	0252450-7
Luciana Berro Costa Kannenberg	001	0252450-7
Maurício De Oliveira Carneiro	001	0252450-7
Márcio Ayres De Oliveira	001	0252450-7
Odécio Luiz Peralta	001	0252450-7
Rodrigo Dolfini	001	0252450-7

Despachos Presidente

001. 0252450-7 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/3861. Materia: Leasing. Comarca: Sarandi. Vara: Vara Cível. Acao Originaria: 200300000694 Reintegração de Posse. Agravante: Antônio Lourenço Lepri. Adv.: Maurício de Oliveira Carneiro. Agravado: Dibens Leasing S/a - Arrendamento Mercantil. Adv.: Rodrigo Dolfini. Adv.: Luciana Berro Costa Kannenberg. Adv.: Márcio Ayres de Oliveira. Adv.: Odécio Luiz Peralta. Adv.: Fernando Paulo da Silva Maciel. Adv.: Diego Bohrer Branco. Orgao Julgador: Quarta Câmara Cível. Relator: Juiz Valter Ressel. Relator Convocado: Juiz Convocado Sergio Luiz Patitucci. Despacho:
Vistos.
Preliminarmente, determino ao agravante que, em dez dias, proceda à juntada de cópia fiel da petição inicial da ação de reintegração de posse nº 694/2003 (Vara Cível de Sarandi), bem como o pedido de reconsideração a que se refere em seu arrazoado, por serem imprescindíveis ao deslinde da questão controvertida no presente recurso.
Decorrido o prazo, faça-se nova conclusão.
Curitiba, 16 de janeiro de 2004.
JOSUÉ D. DUARTE MEDEIROS
Presidente
REsp nº 83.374-1/03 (Emb.Infringentes nº 83.374-1/01), Curitiba-2ªVara Faz.Pública)fls.2

Divisão de Processo Crime

Divisão Criminal
Primeira Câmara Criminal
Emitido em: 21/01/2004

Relação No. 2004.00104 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Antonio Carlos Neto	004	0252341-3
Ivani Floriano Frare	001	0249963-4
Janaina Theulen Zagonel	002	0251906-0
Roberto Cezar Pinto	003	0252265-8

Despachos Presidente

001. 0249963-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2003/188494. Materia: Criminal. Comarca: Almirante Tamandaré. Vara: Vara Criminal. Acao Originaria: 200300003091 Ação Penal. Autos Complementares: 200300114842 Inquerito Policial. Autos Complementares: 200300002435 Pedido de Liberdade Provisória. Autos Complementares: 200300002443 Pedido de Liberdade Provisória. Autos Complementares: 2475287 Habeas Corpus. Impetrante: Bel. Ivani Floriano Frare Assis. Paciente: Zenito Geffer Réu Preso. Paciente: Zenes de Faria Geffer Réu Preso. Adv.: Ivani Floriano Frare. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Almirante Tamandaré. Orgao Julgador: Primeira Câmara Criminal. Relator: Juiz Waldemir Luiz da Rocha. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pela advogada Ivani Floriano Frare Assis em favor de ZENITO GEFFER e ZENES DE FARIA GEFFER, ao argumento de que estes sofrem constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Almirante Tamandaré.
Conforme atestam os informativos acostados às fls. 137 e 132, os pacientes foram presos em flagrante e posteriormente denunciados pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 288 do Código Penal, tendo sido o paciente Zenes também denunciado pelo crime tipificado no art. 180, do mesmo Codex. Houve pedidos de liberdade provisória de ambos os pacientes, que foram indeferidos pela autoridade impetrada.
Alega a impetrante, em síntese, excesso de prazo, tendo em vista que os pacientes estão presos há mais de 56 dias e não houve sequer oferecimento de denúncia. Argumenta, também, a inexistência do flagrante, já que os pacientes não praticaram conduta delitiva.
2. Em análise liminar, não se verifica situação excepcional de patente ilegalidade, pois, ao que consta das informações prestadas pelo Juízo impetrado, os pacientes foram denunciados em data de 25/11/2003. Ademais, deve-se considerar que se trata de crime no qual há pluralidade de réus, justificando-se, pelo princípio da razoabilidade, a justa extrapolação do prazo estipulado pela legislação processual penal.
Com relação à inexistência de conduta delitiva por parte dos pacientes, observa-se que se trata de questão que envolve profundo exame de elementos probatórios, não sendo passível de análise em sede liminar de habeas corpus.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
3. Dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.450-3 - fls. 2

Despachos Presidente

002. 0251906-0 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/2409. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 5a Vara Criminal. Acao Originaria: 200300108753 Ação Penal. Impetrante: Leandro Barbosa de Souza Réu Preso. Adv.: Janaina Theulen Zagonel. Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Primeira Câmara Criminal. Relator: Juiz Marques Cury. Despacho:
Para a análise liminar, entendo ser necessário ulteriores esclarecimentos a respeito do andamento do feito. Assim, baixem os autos à douta autoridade impetrada, para que preste informações circunstanciadas, em especial acerca do excesso de prazo alegado pela impetrante.
Curitiba, 08 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício
Habeas Corpus nº 237.134-2 - fls. 2

Despachos Presidente

003. 0252265-8 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/3801. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: Central de Inquéritos. Acao Originaria: 200300139764 Pedido de Liberdade Provisória. Autos Complementares: 200300140312 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Roberto Cezar Pinto. Paciente: Marcos de Jesus Machado Réu Preso. Adv.: Roberto Cezar Pinto. Impetrado: Juiz de Direito da Central de Inquéritos da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Primeira Câmara Criminal. Relator: Juiz Marques Cury. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Roberto Cezar Pinto em favor de MARCOS DE JESUS MACHADO, preso em flagrante na data de 22/12/03, como incurso, em tese, nas penas de crime de falsificação de documento público. Argumenta, em resenha, que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da Central de Inquéritos desta Capital, em razão de indeferimento de pedido de liberdade provisória.
2. Tendo em vista que o delito lhe imputado (art. 297, previsto no Título X, Dos Crimes Contra a Fé-Pública, do Código Penal) é apenado com pena de reclusão, e por não se tratar daqueles crimes elencados no art. 103, III, da Constituição Estadual do Paraná, a competência para o conhecimento e julgamento do presente pedido de habeas corpus não é desta Corte, mas sim do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, para onde estes autos deverão ser encaminhados.
Curitiba, 13 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente

Despachos Presidente

004. 0252341-3 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4032. Materia: Criminal. Comarca: Ibaiti. Vara: Vara Criminal. Acao Originaria: 200400000005 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Bel. Antonio Carlos Neto. Paciente: Nelson Zeferino da Silva Réu Preso. Adv.: Antonio Carlos Neto. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ibaiti. Orgao Julgador: Primeira Câmara Criminal. Relator: Juiz Cunha Ribas. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Antonio Carlos Neto em favor de NELSON ZEFERINO DA SILVA, réu preso em flagrante pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei 10.826/03, alegando que este sofre constrangimento ilegal por parte do douto juízo da Vara Criminal da Comarca de Ibaiti.
Sustenta o impetrante, em síntese, a nulidade do auto de prisão em flagrante por ausência de tipicidade e a ilegalidade do despacho que indeferiu o pedido de relaxamento da prisão em flagrante, por entender que o paciente não portava arma de uso restrito.
2.O despacho que indeferiu o pedido de relaxamento do flagrante está suficientemente fundamentado, pois a teor do art. 21 da Lei 10.826/03, o crime previsto no art. 16 é insuscetível de liberdade provisória. De qualquer modo, em relação à ausência de tipicidade na conduta do paciente, não é passível de ser analisada em sede liminar.
Assim sendo, denego a liminar pleiteada.
3.Dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 15 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 237.932-8 - fls. 2

Divisão Criminal
Primeira Câmara Criminal
Emitido em: 21/01/2004

Relação No. 2004.00107 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Jose Reinoldo Adams	002	0252083-6
Lilian Simone Furlaneto	002	0252083-6
Renato Antunes Villanova	001	0251180-6

Despachos Presidente

001. 0251180-6 Habeas Corpus

Protocolo: 2003/196998. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 10a Vara Criminal. Acao Originaria: 200300087381 Ação Penal. Autos Complementares: 2404246 Habeas Corpus. Autos Complementares: 200300083025 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Impetrante: Bel. Renato Antunes Villanova. Paciente: Orivaldino Ferreira de Freitas Réu Preso. Adv.: Renato Antunes Villanova. Impetrado: Juiz de Direito da Décima Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Primeira Câmara Criminal. Relator: Juiz Rogério Kanayama. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Renato Antunes Villanova em favor de ORIVALDINO FERREIRA DE FREITAS, ao argumento, em resenha, de que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal desta Capital, em razão de indeferimento de pedido de revogação de prisão preventiva e por excesso de prazo na formação da culpa.
Sustenta o impetrante, que o paciente, preso em 12/08/03, há mais de 120 dias, pela prática, em tese, dos crimes definidos no art. 157, §2º, I e II, e art. 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, tem o direito de responder ao processo em liberdade, pois é primário, possui bons antecedentes, domicílio certo e ocupação lícita. Defende, ainda, que inexistem provas a vincular o paciente a qualquer delito, inviabilizando a manutenção da prisão preventiva.
2.Solicitadas (fls. 188), as informações foram devidamente prestadas pela autoridade apontada como coatora (fls. 190/208), volvendo os autos para apreciação do pleito em sede de liminar.
3.Não obstante os argumentos defendidos pelo nobre impetrante, dessume-se dos documentos juntados a este pedido de habeas corpus, que o Juízo impetrado, por meio de decisão devidamente fundamentada, decretou a prisão preventiva do paciente, para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista a presença de prova da materialidade e da autoria dos crimes mencionados (fls. 88/89). Às fls. 190/193, indeferiu o pedido de revogação da preventiva, através de despacho igualmente fundamentado.
Os fundamentos indicados pela autoridade havida como coatora são suficientes para afastar a possibilidade de concessão de liminar, que exige, entre outros, a existência de ilegalidade manifesta no apontado constrangimento. Ocorre que a hipótese sob exame não revela tal situação excepcional, de patente ilegalidade.
Com relação ao alegado excesso de prazo, extrai-se das informações prestadas, que o Juízo impetrado vem tomando todas as providências necessárias para viabilizar a oitiva das testemunhas no menor tempo possível, sendo que a última testemunha de acusação será ouvida no próximo dia 28 do corrente mês. O feito observa perfeita harmonia em seu trâmite, mostrando-se plenamente justificável o maior lapso de tempo para a conclusão de sua instrução ante a complexidade dos fatos delituosos narrados na denúncia e o número de réus que figuram na presente ação.
Portanto, não vislumbro, de plano, evidente excesso de prazo, visto que a instrução criminal está em fase final, próxima de ser concluída, encontrando-se justificado, pelo princípio da razoabilidade, a pequena superação do prazo para a conclusão da instrução.
Assim, uma vez motivada a demora reclamada, e verificado que a decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva está devidamente fundamentada, resta afastada a alegação de constrangimento manifestamente ilegal na manutenção da prisão do paciente. Diante disso, indefiro a liminar pleiteada.
4. Dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
5. Oportunamente, ao eminente Juiz Relator.
Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício

Despachos Presidente

002. 0252083-6 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/3005. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: Central de Inquéritos. Acao Originaria: 200400000016 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Bel. José Reinoldo Adams. Impetrante: Bel. Lilian Simone Furlaneto. Paciente: Reginaldo Aparecido da Costa Réu Preso. Adv.: Jose Reinoldo Adams. Adv.: Lilian Simone Furlaneto. Impetrado: Juiz de Direito da Central de Inquéritos da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Primeira Câmara Criminal. Relator: Juiz Rogério Kanayama. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus impetrado pelos advogados José Reinoldo Adams e Lilian Simone Furlaneto em favor de REGINALDO APARECIDO DA COSTA, alegando que este sofre constrangimento ilegal por parte do douto juízo da Central de Inquéritos da Comarca de Curitiba.
2.Tendo em vista o pedido de reconsideração de fls. 57/58, passo a análise da liminar do habeas corpus.
3.Sustentam os impetrantes que não houve a tentativa do delito de roubo, e que não há provas nos autos que demonstrem a intenção do paciente em cometer o crime. Alegam ainda que este possui residência fixa e trabalho lícito, bem como é primário e tem bons antecedentes, devendo lhe ser concedida a liberdade provisória.
4.Verifica-se, pelo teor dos documentos juntados a este pedido, que não se constata a presença de situação excepcional ou de flagrante ilegalidade que indique a concessão de liminar. As questões alegadas pelo impetrante se referem a matéria que exige dilação probatória, o que resta inviabilizado em sede de habeas corpus. No caso, há indícios demonstrativos do crime e de sua autoria, que exigem apuração no decorrer da instrução criminal.
Assim sendo, denego a liminar pleiteada.
5.Encaminhem-se os autos para que a autoridade impetrada preste informações circunstanciadas a respeito do feito.
6.Após, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício
Habeas Corpus nº 237.932-8 - fls. 2

Divisão Criminal
Segunda Câmara Criminal
Emitido em: 21/01/2004

Relação No. 2004.00103 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Divalmiro Olegário Maia Pereira	003	0252532-4
Gisele Echterhoff	003	0252532-4

Laertes De Souza	001	0250309-7
Mauricio Pizzato De Souza Neto	002	0251886-3

Despachos Presidente

001. 0250309-7 Habeas Corpus

Protocolo: 2003/191462. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: Vara Criminal. Acao Originaria: 200300128266 Inquerito Policial. Autos Complementares: 200300128266 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Laertes de Souza. Paciente: Sonia Maria Alves da Silva Réu Preso. Adv.: Laertes de Souza. Impetrado: Juiz da Central de Inquérito da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Convocado Renato Naves Barcellos. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Laertes de Souza em favor de SONIA MARIA ALVES DA SILVA, ao argumento de que esta sofre constrangimento ilegal por parte do douto Juízo da Central de Inquéritos desta Capital.
A paciente foi presa em flagrante pelo suposto cometimento do crime de estelionato, consistente na aplicação de golpes com o uso de cartões de créditos.
Argumenta o impetrante que a paciente está presa desde o dia 07/11/2003, sem sequer ter sido ofertada a denúncia, o que caracteriza excesso de prazo para tal procedimento.
2. Em análise liminar do feito, não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade. Conforme as informações prestadas pela douta autoridade impetrada, trata-se de causa complexa, que apura a prática de golpes com cartões de créditos por vários envolvidos, motivo pelo qual resta justificado, pelo princípio da razoabilidade, a demora para o oferecimento da peça acusatória. Acrescenta-se, ainda, que os próprios indiciados dificultaram as investigações, na medida que se apresentaram com nomes falsos à autoridade policial.
Por outro lado, observa-se que o inquérito foi encaminhado ao Ministério Público para análise de oferecimento de denúncia, restando praticamente superado o alegado excesso de prazo.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
3. Baixem os autos à douta autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias.
4.Após prestadas as informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 19 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.550-8 - fls. 2

Despachos Presidente

002. 0251886-3 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/2270. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 5a Vara Criminal. Acao Originaria: 200300089546 Ação Penal. Autos Complementares: 200300000286 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Maurício Pizzatto de Souza Neto. Paciente: Ricardo de Oliveira Gabriel Réu Preso. Adv.: Mauricio Pizzato de Souza Neto. Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Convocado Renato Naves Barcellos. Despacho:
1.Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Maurício Pizzatto de Souza Neto em favor de RICARDO OLIVEIRA GABRIEL, argumentando que este sofre constrangimento ilegal, por parte do douto Juízo da Quinta Vara Criminal desta Capital, em razão do indeferimento do pedido de liberdade provisória. O paciente foi preso em flagrante delito em 18 de agosto deste ano por tentativa de roubo.
Objetiva o impetrante, a revogação do decreto que concedeu a prisão preventiva, a fim de que o paciente possa aguardar o julgamento em liberdade. Sustenta, em síntese, o excesso de prazo na instrução criminal, e que, até a presente data ainda não foram notificadas as testemunhas da defesa para prestar depoimento.
2.Para a análise da liminar, entendo necessários ulteriores esclarecimentos a respeito do andamento do feito.
3.Baixem-se os autos à eminente autoridade apontada como coatora para que preste as informações circunstanciadas, especialmente quanto ao alegado excesso de prazo.
Curitiba, 08 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício
Habeas Corpus nº 237.932-8 - fls. 2

Despachos Presidente

003. 0252532-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4849. Materia: Criminal. Comarca: Colombo. Vara: Vara Criminal. Acao Originaria: 200300003628 Ação Penal. Autos Complementares: 200300003628 Inquerito Policial. Autos Complementares: 2441336 Habeas Corpus. Impetrante: Bel. Divalmiro Olegário Maia Pereira. Impetrante: Bel. Gisele Echterhoff. Paciente: João Adriano da Cruz Réu Preso. Paciente: Vilar Junior Martins da Cruz Réu Preso. Adv.: Divalmiro Olegário Maia Pereira. Adv.: Gisele Echterhoff. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Colombo. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz João Kopytowski. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelos advogados Divalmiro Olegário Maia Pereira e Gisele Echterhoff em favor de JOÃO ADRIANO DA CRUZ e VILAR JUNIOR MARTINS DA CRUZ, ao argumento de que estes sofrem constrangimento ilegal por parte do douto Juízo da Vara Criminal da Comarca de Colombo.
Os pacientes foram presos em flagrante e posteriormente denunciados pelo suposto cometimento dos crimes previstos nos arts. 304, do Código Penal, e 12, da Lei 6.368/76, c.c. o art. 69 do Código Penal.
Argumentam os impetrantes, em síntese, que os pacientes estão presos há mais de 134 dias, o que caracteriza excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal.
2. Em análise liminar do feito, não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade. Conforme entendimento desta Corte, o prazo para a conclusão da instrução nos delitos de tóxico que seguem o rito da Lei nº 10.409/02 é de 101 dias, contado em dobro (202 dias) quando se tratar de crime previsto nos artigos 12, 13 e 14 da Lei 6.368/76, de acordo com o art. 35, parágrafo único, da Lei Antitóxica (redação dada pela Lei nº 8.072/90). Não fora isso, não se caracteriza o constrangimento ilegal por excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, já que este é justificado porque provocado por incidentes processuais não imputáveis ao juiz, resultante de diligências demoradas como a expedição de carta precatória, conforme se extrai da própria petição inicial deste habeas corpus.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
3. Oficie-se à douta autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias, ficando o Chefe da Divisão Criminal autorizado a subscrever o respectivo expediente.
4.Após prestadas as informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 19 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.550-8 - fls. 2

Divisão Criminal
Segunda Câmara Criminal
Emitido em: 21/01/2004

Relação No. 2004.00106 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Antonio Gomes Da Silva Junior	001	0252512-2
Carlos Agmar Pereira	003	0252702-6
Gilmar Da Rosa Garcia	002	0252629-2

Despachos Presidente

001. 0252512-2 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4792. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 10a Vara Criminal. Acao Originaria: 200300087381 Ação Penal. Autos Complementares: 200300087381 Inquerito Policial. Autos Complementares: 200300083025 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Autos Complementares: 2404246 Habeas Corpus. Impetrante: Bel. Antonio Gomes da Silva. Paciente: Orivaldino Ferreira de Freitas Réu Preso. Adv.: Antonio Gomes da Silva Junior. Impetrado: Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Ronald Juarez Moro. Relator Convocado: Juiz Convocado Renato Naves Barcellos. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Antonio Gomes da Silva Junior em favor de ORIVALDINO FERREIRA DE FREITAS, ao argumento, em resenha, de que este sofre constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal desta Capital, em razão de indeferimento de pedido de revogação de prisão preventiva e por excesso de prazo na formação da culpa.
Sustenta o impetrante, que o paciente, preso em 12/08/03, há mais de 120 dias, pela prática, em tese, dos crimes definidos no art. 157, §2º, I e II, e art. 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, tem o direito de responder ao processo em liberdade, pois é primário, possui bons antecedentes, domicílio certo e ocupação lícita. Defende, ainda, que inexistem provas a vincular o paciente a qualquer delito, inviabilizando a manutenção da prisão preventiva.
2.Verifica-se dos registros computacionais da Seção de Distribuição deste Tribunal, às fls. 466/468, informação de que houve anterior impetração de habeas corpus similar a este, sob nº 251.180-6, apreciado por esta Presidência, no qual, na data de hoje, foi negada a liminar requerida. E, como os fundamentos expedidos na decisão anterior continuam pertinentes, hei por bem reproduzi-los e adotá-los como razão de aqui decidir:
"Não obstante os argumentos defendidos pelo nobre impetrante, dessume-se dos documentos juntados a este pedido de habeas corpus, que o Juízo impetrado, por meio de decisão devidamente fundamentada, decretou a prisão preventiva do paciente, para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista a presença de prova da materialidade e da autoria dos crimes mencionados (fls. 88/89). Às fls. 190/193, indeferiu o pedido de revogação da preventiva, através de despacho igualmente fundamentado.
Os fundamentos indicados pela autoridade havida como coatora são suficientes para afastar a possibilidade de concessão de liminar, que exige, entre outros, a existência de ilegalidade manifesta no apontado constrangimento. Ocorre que a hipótese sob exame não revela tal situação excepcional, de patente ilegalidade.
Com relação ao alegado excesso de prazo, extrai-se das informações prestadas, que o Juízo impetrado vem tomando todas as providências necessárias para viabilizar a oitiva das testemunhas no menor tempo possível, sendo que a última testemunha de acusação será ouvida no próximo dia 28 do corrente mês. O feito observa perfeita harmonia em seu trâmite, mostrando-se plenamente justificável o maior lapso de tempo para a conclusão de sua instrução ante a complexidade dos fatos delituosos narrados na denúncia e o número de réus que figuram na presente ação.
Portanto, não vislumbro, de plano, evidente excesso de prazo, visto que a instrução criminal está em fase final, próxima de ser concluída, encontrando-se justificado, pelo princípio da razoabilidade, a pequena superação do prazo para a conclusão da instrução.
Assim, uma vez motivada a demora reclamada, e verificado que a decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva está devidamente fundamentada, resta afastada a alegação de constrangimento manifestamente ilegal na manutenção da prisão do paciente. Diante disso, indefiro a liminar pleiteada."
3.Ante o exposto, ratifico a decisão anterior e denego a ordem, em sede de liminar.
4. Dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
5. Oportunamente, ao eminente Juiz Relator.
Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
MANASSES DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício

Despachos Presidente

002. 0252629-2 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/5275. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 9a Vara Criminal. Acao Originaria: 9500007938 Ação Penal. Impetrante: Bel. Gilmar da Rosa Garcia. Paciente: Rubens Irajá Bueno Réu Preso. Adv.: Gilmar da Rosa Garcia. Impetrado: Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Rafael Augusto Cassetari. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Gilmar da Rosa Garcia em favor de RUBENS IRAJA BUENO, ao argumento de que este sofre constrangimento ilegal por parte do douto Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba.
Alega o impetrante a ocorrência de grave erro judiciário, haja vista que o paciente foi condenado e cumpriu pena por fatos que cometera antes de completar 18 anos. Agora, tendo sido o paciente novamente condenado por outro fato, requer a aplicação do instituto da detração, extinguindo-se a punibilidade do crime pelo qual o mesmo vem cumprindo pena, para minimizar os maus que já lhe foram causados em virtude do referido erro.
2. Em análise liminar do feito, não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade, pois o pleito sob exame parece não ter amparo legal.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
3. Baixem os autos à douta autoridade impetrada, para que preste as informações que julgar necessárias.
4.Prestadas as informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício
Habeas Corpus nº 251.550-8 - fls. 2

Despachos Presidente

003. 0252702-6 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/5552. Materia: Criminal. Comarca: Umuarama. Vara: 1a Vara Criminal. Acao Originaria: 200300000213 Ação Penal. Autos Complementares: 200300000411 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Carlos Agmar Pereira. Paciente: Ricardo Aparecido da Silva Réu Preso. Paciente: Fernando Buzzini dos Santos Réu Preso. Adv.: Carlos Agmar Pereira. Impetrado: Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Umuarama. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Luiz Zarpelon. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Carlos Agmar Pereira em favor de RICARDO APARECIDO DA SILVA e FERNANDO BUZZINI DOS SANTOS, presos em flagrante na data de 04/12/03, pelo cometimento, em tese, do crime de roubo qualificado. Argumenta, em resenha, que estes sofrem constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, por parte do douto Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Umuarama, em razão de injusto indeferimento de pedido de liberdade provisória.
2.Não obstante os argumentos defendidos pelo nobre impetrante, dessume-se dos documentos juntados a este pedido de habeas corpus, que a decisão do Juízo dito coator indeferiu o pedido de liberdade provisória do paciente Ricardo Aparecido da Silva, eis que se encontravam presentes os requisitos e pressupostos ensejadores da decretação da prisão preventiva (garantia da ordem pública, para assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal), tendo em vista a presença de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria (fls. 26/29). Não há notícia de que o paciente Fernando Buzzini dos Santos tenha formulado igual pedido.
Os fundamentos indicados pela autoridade impetrada são suficientes para afastar a possibilidade de concessão de liminar, que exige, entre outros, a existência de ilegalidade manifesta no apontado constrangimento. Ocorre que a hipótese sob exame não revela tal situação excepcional, de patente ilegalidade. Diante disso, denego o pedido liminar.
3. Oficie-se, com a devida urgência, à douta autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias. Autorizo o Chefe da Divisão Criminal desta Corte a assinar o respectivo expediente.
4.Com as informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
5.Oportunamente, ao eminente juiz relator.
Curitiba, 20 de janeiro de 2004.
MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente em exercício
Habeas Corpus nº 238.773-3 - fls. 2

Divisão Criminal
Quarta Câmara Criminal
Emitido em: 21/01/2004

Relação No. 2004.00099 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Antonio Airton Solomita	002	0252601-4
Antonio Franca	001	0252416-5

Despachos Presidente

001. 0252416-5 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/4512. Materia: Criminal. Comarca: Almirante Tamandaré. Vara: Vara Criminal. Acao Originaria: 200300001510 Ação Penal. Autos Complementares: 200300000260 Inquerito Policial. Impetrante: Bel. Antonio França. Paciente: Viviane Costa de Oliveira Réu Preso. Adv.: Antonio Franca. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Almirante Tamandaré. Orgao Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Despacho:
1. Cuidam os autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Antônio França em favor de VIVIANE COSTA DE OLIVEIRA, ao argumento de que esta sofre constrangimento ilegal por parte do douto Juízo da Vara Criminal da Comarca de Almirante Tamandaré.
A paciente foi presa em flagrante e posteriormente denunciada pelo suposto cometimento do crime previsto no art. 12 da Lei 6.368/76.
Argumenta o impetrante que a paciente está presa há mais de 132 dias, o que caracteriza excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal.
2. Em análise liminar do feito, não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade. Conforme entendimento desta Corte, o prazo para a conclusão da instrução nos delitos de tóxico que seguem o rito da Lei nº 10.409/02 é de 101 dias, contado em dobro (202 dias) quando se tratar de crime previsto nos artigos 12, 13 e 14 da Lei 6.368/76, de acordo com o art. 35, parágrafo único, da Lei Antitóxica (redação dada pela Lei nº 8.072/90). Por outro lado, extrai-se dos documentos que instruem os autos que o excesso alegado encontra-se praticamente superado, pois o término da fase de formação da culpa depende apenas da inquirição de uma testemunha de acusação (Súmula 52 do STJ), audiência esta que ensejou expedição de carta precatória.
Assim, indefiro a liminar pleiteada.
3. Oficie-se à douta autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias, ficando o Chefe da Divisão Criminal autorizado a subscrever o respectivo expediente.
4.Após prestadas as informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 16 de janeiro de 2004.
DUARTE MEDEIROS
Presidente
Habeas Corpus nº 251.550-8 - fls. 2

Despachos Presidente

002. 0252601-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/5218. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 7a Vara Criminal. Acao Originaria: 200300102666 Ação Penal. Autos Complementares: 200300129041 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Bel. Antonio Airton Solomita. Paciente: Daniel Frutuoso da Silva Réu Preso. Adv.: Antonio Airton Solomita. Impetrado: Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Lauro Augusto Fabricio de Melo. Despacho:
HABEAS CORPUS N° 252601-4
1.Cuidam estes autos de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Antônio Airton Solomita em favor de DANIEL FRUTUOSO DA SILVA, indicando como autoridade coatora o doutor Juiz da 7ª Vara Criminal de Curitiba, sob o argumento de que houve flagrante ilegalidade no cancelamento da revogação da prisão preventiva, pelos motivos expostos na inicial (fls. 06/10).
2.Da leitura dos autos, depreende-se que, na decisão judicial revogadora da custódia preventiva (fls. 24), não foi assinalado nenhum prazo para que o beneficiado comparecesse em Juízo para firmar termo de compromisso. E mais: verifica-se a existência de um outro despacho do doutor Juiz, dizendo desnecessária a designação de data para a lavratura do compromisso legal (fls. 31). Assim sendo, o cancelamento da revogação da prisão preventiva calcada no argumento de que o acusado não atendeu a determinação judicial não é razoável. E considerando que os motivos que determinaram a soltura do ora paciente persistem, entendo por justo conceder a liminar pleiteada.
3.Expeça-se alvará de soltura, oficiando-se com a máxima urgência à autoridade coatora.
4.Dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral de Justiça.
Curitiba, 16 de janeiro de 2004.

Comarca da Capital

Crime

1ª Vara Criminal

PRIMEIRA VARA CRIMINAL -
PERIODO: 01/02/2004 A 29/02/2004
DR. CARLOS AUGUSTO ALTHEIA DE MELLO

2003.0009295-4 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST DEFESA
DATA: 09/02/2004 AS 16:00
ORIGEM: (00339/2003) DECIMO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU : ANTONIO MICHALUZ
ARTIGO : ART 213-ESTUPRO
COMPLEMEN.: ART. 1}, INC. V, DA LEI 8072/90
ADV: DR. ROGERIO JUSSEN BORGES (OAB/PR 26.520)

2003.0005445-9 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST DEFESA
DATA: 13/02/2004 AS 13:00
ORIGEM: (00170/2003) DEL. FURTOS E ROUBOS DE VEICULOS
COMARCA: CURITIBA
REU: RODRIGO GONCALVES CORDEIRO (PRESO)
ARTIGO: ART 155-FURTO
COMPLEMEN.: { 4}, INC. III e IV (02 VEZES) C/C. ART} 69, AMBOS DO C. PENAL
REU: LEANDRO VIZENTIM (PRESO)
ARTIGO: ART 155-FURTO
COMPLEMEN.: { 4}, INCISOS I e IV (02 VEZES), C/C. ART} 69, AMBOS DO C. PENAL
ADV: DRA. ADALGISA MENDES

2003.0002245-0 A PENAL - DESIGNO INQ- TEST ACUSACAO
DATA: 13/02/2004 AS 14:00
ORIGEM: (07109/2003) DELEGACIA DE OUTRO ESTADO
COMARCA: TERRA DE AREIA
REU: VIRIATO SAMPAIO ARAUJO JUNIOR (PRESO)
ARTIGO: ART 155-FURTO
COMPLEMEN.: { 1} e 4}, INCISO III DO C. PENAL
DEF PUBL : EM EXERCICIO NESTE JUIZO

2001.0010306-5 A PENAL - DESIGNO INQ- TEST ACUSACAO
DATA: 16/02/2004 AS 13:00
ORIGEM: (00657/2001) DELEGACIA DE OUTRA COMARCA
COMARCA: LONDRINA
REU: LUIZ MARCELLO FERNANDES
ARTIGO ART 180-RECEPTACAO
COMPLEMEN.: CAPUT DO C.P.
ADV: DR. LUIZ CESAR TOPPEL KEMPINSKI

2003.0002491-6 A PENAL - DESIGNO - INTERROGATORIO
DATA: 16/02/2004 AS 13:30
ORIGEM: (00022/2003) NONO DISTRITO POLICIAL
COMARCA : CURITIBA
REU: RICARDO VIEIRA DA SILVA

2000.0005020-2 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 16/02/2004 AS 14:00
ORIGEM: (00044/2000) DECIMO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: JOAO GOMES DE OLIVEIRA
ARTIGO: ART 121-HOMICIDIO
COMPLEMEN.: PARAGRAFO SEGUNDO, INCISO IV, DO CODIGO PENAL
DEF PUBL : EM EXERCICIO NESTE JUIZO

2001.0010877-6 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 16/02/2004 AS 14:00
ORIGEM: (00722/2001) PRIMEIRO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: RONE PETERSON GOMES
ARTIGO: ART 155-FURTO
COMPLEMEN.: PARAGRAFO QUARTO, INCISO II, DO CODIGO PENAL
DEF PUBL : EM EXERCICIO NESTE JUIZO

1997.0000791-0 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 16/02/2004 AS 15:30
ORIGEM: (00012/1997) SETIMO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: EDEMOR JOSE LUPATINI
ARTIGO: ART 172-DUPLICATA SIMULADA
COMPLEMEN.: CAPUT DO CP.
ADV: CARLOS FERNANDO ROSS NETO

2002.0005041-9 A PENAL - DESIGNO INQ- TEST ACUSACAO
DATA: 17/02/2004 AS 13:30
ORIGEM: (00067/2002) DECIMO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: JOAO PAIVA DE SIQUEIRA
ARTIGO: ART 171-ESTELIONATO
ADV: JOAMIR CASAGRANDE
ADV: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CASAGRANDE

2003.0009865-0 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST DEFESA
DATA: 17/02/2004 AS 14:30
ORIGEM: (00353/2003) DEL. FURTOS E ROUBOS DE VEICULOS
COMARCA: CURITIBA
REU: JUAREZ WEISS
ARTIGO: ART 157-ROUBO
COMPLEMEN.: { 2} INC. I e II do C. PENAL
ADV: DRA. SIRLEI DOMINGUES GAGO OAB/PR 10969

1999.0003207-1 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 18/02/2004 AS 13:30
ORIGEM : (00033/1999) DELEGACIA DA MULHER
COMARCA: CURITIBA
REU: JOSILDO PORTELA
ARTIGO : ART 213-ESTUPRO
COMPLEMEN.: 214, 157, par. 2o, inc. I e V, c/c art. 70 e 148 caput, todos do C.P., aplicado-se art 69 do CP
DEF PUBL : EM EXERCICIO NESTE JUIZO

2002.0009717-2 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 18/02/2004 AS 15:30
ORIGEM: (00264/2002) TERCEIRO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: MILTON RUBENS DE FREITAS
ARTIGO: ART 155-FURTO
COMPLEMEN.: { 4}, INC. I, C/C. ART. 14, INC. II, AMBOS DO C.P.
DEF PUBL : EM EXERCICIO NESTE JUIZO

2002.0009088-7 A PENAL - REDESIGNO - INTERROGATORIO
DATA: 19/02/2004 AS 13:00
ORIGEM: (00340/2002) SETIMO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: REINALDO SILVA DE OLIVEIRA
ARTIGO: ART 213-ESTUPRO
COMPLEMEN.: ART. 214, C.C. ART. 224, ALEINEA A, ART. 225, PAR. 1, INC. 14, INC.
ADV: DRA. GENEZI GONCALVES NEHER

2002.0000882-0 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 19/02/2004 AS 13:30
ORIGEM: (00160/2001) DECIMO SEGUNDO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: MANOEL DOS SANTOS JUNIOR
ARTIGO: ART 155-FURTO
DEF PUBL: EM EXERCICIO NESTE JUIZO

1997.0000384-1 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 19/02/2004 AS 15:00
ORIGEM: (00142/1996) SEXTO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: CELSO COSTA
ARTIGO: ART 121-HOMICIDIO
COMPLEMEN.: #2, INC.IV DO C.P.
ADV: DR. EDGARD POLCHOLOPEK - OAB/PR. 13122

2000.0010297-0 A PENAL - DESIGNO - INTERROGATORIO
DATA: 20/02/2004 AS 13:00
ORIGEM: (00306/2000) OITAVO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: ERALDO ARMANDO
ARTIGO: ART 129-LESAO CORPORAL
COMPLEMEN.: PAR. 3 C.C ART. 29 DO C.P.
REU: ANDERSON ELDORINO PEREIRA
ARTIGO: ART 129-LESAO CORPORAL
COMPLEMEN.: PAR. 3 C.C ART 29 DO C.P.
REU: CLEBER LEAL DE CARDOSO
ARTIGO: ART 129-LESAO CORPORAL
COMPLEMEN.: PAR 3 C.C ART 29 DO C.P.
REU: GENILDO LUIZ BARBOSA
ARTIGO: ART 129-LESAO CORPORAL
REU: HUDSON MOREIRA DOS SANTOS
ARTIGO: ART 129-LESAO CORPORAL
COMPLEMEN.: PAR 3 C.C ART 29 DO C.P.
REU: MIGUEL RIBAS DOS SANTOS
ARTIGO: ART 129-LESAO CORPORAL
COMPLEMEN.: PAR 3 C.C ART 29 DO C.P.
REU: RODRIGO CARDOSO SCLARSKI
ARTIGO: ART 129-LESAO CORPORAL
COMPLEMEN.: PAR 3 C.C. ART 29 DO C.P.

2000.0000970-9 A PENAL - DESIGNO INQ - TEST ACUSACAO
DATA: 20/02/2004 AS 13:30
ORIGEM: (00015/2000) DEL. FURTOS E ROUBOS DE VEICULOS
COMARCA: CURITIBA
REU: ALBARO CRISTIANO SOUZA DA FONSECA
ARTIGO: ART 157-ROUBO
DEF PUBL : EM EXERCICIO NESTE JUIZO

2000.0006424-6 A PENAL - DESIGNO - INTERROGATORIO
DATA: 20/02/2004 AS 14:30
ORIGEM: (00074/2000) DECIMO SEGUNDO DISTRITO POLICIAL
COMARCA: CURITIBA
REU: ANTONIO LEANDRO GAIEWSKI
ARTIGO: ART 157-ROUBO
COMPLEMEN.: PAR. 2o, INC. I, TODOS DO C.P.
REU: ALEXANDRE RODRIGUES DE BONFIM
ARTIGO: ART 157-ROUBO
COMPLEMEN.: PAR. 2o, INC. I, TODOS DO C.P.
REU: ELENILSON DE SOUZA GAIEWSKI
ARTIGO: ART 157-ROUBO
REU: ANDRE SABINO DA COSTA
ARTIGO: ART 157-ROUBO
COMPLEMEN.: PAR. 2o, INC. I, TODOS DO C.P.
ADV: DRa. MARIA ETERNA VIDAL RANGEL

2ª Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA
SEGUNDA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. SERGIO ROBERTO NOBREGA ROLANSKI
INTIMACAO DOS ADVOGADOS -
RELACAO NR. 001/2004

01 ACAO PENAL NRO.: 0000.0004265-0
REU: RONALDO CERRI.
ADV: DR. EMILIANO GOMES DE BRITO.
OBJETO: INTIMA-LO DA AUDIENCIA DE TESTEMUNHA DE DENUNCIA, PARA DIA 18/02/2004, AS 15:30HS

02 ACAO PENAL NRO.: 1994.0002565-3
REU: ALVARO LUIZ RODRIGUES HEIDEMANN.
ADV: DR. GERSON L. DE OLIVEIRA.
OBJETO: INTIMA-LO PARA QUE APRESENTE ALEGACOES FINAIS, FERINDO O MERITO.

03 ACAO PENAL NRO.: 1995.0000292-2
REU: GILSON HENSCHEL.
ADV: DR.RICARDO BERTOTTI, DR. FABRICIO CARDOSO DA SILVEIRA E DRA. AMELIA MARIA CARMEM ZANCHI.
OBJETO: INTIMA-LOS DE QUE FOI PROFERIDO DESPACHO NOS AUTOS DE PEDIDO DE REVOGACAO DA PRISAO PREVENTIVA No 2003.12400-7.

04 ACAO PENAL NRO.: 1997.0001773-7
REU: ANA MARIA GUIMARAES MARTINS.
ADV: DR. JULIO MITSUO FUJIKI.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 406 DO CPP

05 ACAO PENAL NRO.: 1998.0005352-2
REU: EGON SCHMIDT.
ADV: Dra. Ana Paula de Macedo Lino Mocelin.
OBJETO: Intima-la de que os autos encontram-se na fase do artigo 500 do CPP.

06 ACAO PENAL NRO.: 1998.0007310-8
REU: PAULO ROBERTO DOS SANTOS.
ADV: DRA DIRCE DE PAULA MION.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 500 DO CPP

07 ACAO PENAL NRO.: 1998.0008805-9
REU: RIVAEL DE SOUZA VIEIRA.
ADV: DR. ADRIANO ANHE MORAN.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 500 DO CPP

08 ACAO PENAL NRO.: 1999.0006903-0
REU: FABIANO APARECIDO DE OLIVEIRA.
ADV: DRA. LORENA DE LOURDES DO AMARAL.
OBJETO: INTIMA-LA AUDIENCIA TEST/DEFESA PARA DIA 15/03/04, AS 14:30HS E DE QUE FOI EXPEDIDO C/ PRECATORIA A COMARCA DE ALM.TAMANDARE-PR-TEST/LUIZ M. SANTOS

09 ACAO PENAL NRO.: 1999.0007456-4
REU: MIGUEL MARTINS CORREIA.
ADV: DR. MARCO AURELIO CARNEIRO.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 406 DO CPP.

10 ACAO PENAL NRO.: 2000.0002133-4
REU: ALEXSANDRO ANGELO DE SANTA CLARA.
ADV: DRA. SANDRA REGINA RANGEL SILVEIRA.
OBJETO: INTIMA-LA PARA QUE APRESENTE E CUMPRA, O CONTIDO NA AUD/INST. JULGAMENTO - (MEMORIAIS).

11 ACAO PENAL NRO.: 2000.0003224-7
REU: WALDERLEY FRANCO DE PAIVA,ROSELY DO CARMO COLUSSI.
ADV: DR. RONALDO ANTONIO BOTELHO E DR. ROGERIO OSCAR BOTELHO.
OBJETO: INTIMA-LOS DE QUE OS REUS FORAM ABSOLVIDOS POR SENTENCA DATADA DE 27/10/2003.

12 ACAO PENAL NRO.: 2000.0010950-9
REU: RODRIGO ROGERIO ANDREATTA.
ADV: DR. EDENAN MARTINEZ BASTOS.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 500 DO CPP

13 ACAO PENAL NRO.: 2001.0002382-7
REU: DALTON COUTO FRANCO.
ADV: DRA. TANIA MARA PODGURSKI.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 500 DO CPP.

14 ACAO PENAL NRO.: 2001.0006433-7
REU: CLAUDINEI OLIVEIRA DOS SANTOS.
ADV: DR. IVAN RIBAS.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 500 DO CPP

15 ACAO PENAL NRO.: 2001.0006518-0
REU: JOSE VANDERLEI DO NASCIMENTO.
ADV: DR.CLEBER DE PAULA BALZANELI.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI PROLATADA SENTENCA NOS AUTOS, DATADA DE 25/11/2003.

16 ACAO PENAL NRO.: 2002.0001799-3
REU: VALDINEI BATISTA COTA.
ADV: DR JOAO MARTINS.
OBJETO: INTIMA-LO DO DESPACHO PROFERIDO NOS AUTOS DE PEDIDO DE LAVANTAMENTO DE FIANCA No 2003.11479-6 EM TRAMITE NESTE JUIZO.

17 ACAO PENAL NRO.: 2002.0003514-2
REU: ADAIR LIMA DOS SANTOS.
ADV: DR. ALUS NATAL ALESSI.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE OS AUTOS ENCONTRAM-SE NA FASE DO ARTIGO 499 DO CPP

18 ACAO PENAL NRO.: 2002.0004310-2
REU: ROSELI MOREIRA DE SOUZA.
ADV: DR. ONESIMO MACHADO DE OLIVEIRA.
OBJETO: INTIMA-LO, PARA QUE APRESENTE RESPOSTA A ACUSACAO, POR ESCRITO, NA FORMA ESTABELECIDA NO PARAG. 1o DO ART. 370 DO CPP. (ART. 38 DA LEI No 10.409/02)

19 ACAO PENAL NRO.: 2002.0006339-1
REU: WILSON GOMES.
ADV: DRA. MARIA NOEMIA ALVES MATIAS.
OBJETO: INTIMA-LA DA AUDIENCIA DE TEST/DENUNCIA, PARA O DIA 02/03/2004, AS 15:00HS

20 ACAO PENAL NRO.: 2002.0007731-7
REU: GILBERTO LUIZ ORLIKOSKI,JOSE CASAL.
ADV: DR ODECIO LUIZ PERALTA E DR MARCIO AYRES DE OLIVEIRA.
OBJETO: INTIMA-LOS DE QUE FOI DEFERIDO O PEDIDO DE RESTITUICAO DO VEICULO, NOS AUTOS DE PEDIDO DE RESTITUICAO No 2003.2237-9

21 ACAO PENAL NRO.: 2002.0009782-2
REU: DALTON COUTO FRANCO.
ADV: DRA. TANIA MARA PODGURSKI.
OBJETO: INTIMA-LA DA AUDIENCIA DE TEST/DENUNCIA, PARA O DIA 16/02/2004, AS 14:00HS.

22 ACAO PENAL NRO.: 2002.0010418-7
REU: ANTONINHO ITACIR BARBOSA.
ADV: EDENAN MARTINEZ BASTOS.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 01/03/04, AS 14:30HS PARA INQUIRICAO DE TESTEMUNHAS DE ACUSACAO

23 ACAO PENAL NRO.: 2002.0011210-4
REU: CLAUDIO MARZO DO NASCIMENTO.
ADV: DR.EDENAN MARTINEZ BASTOS.
OBJETO: INTIMA-LO, PARA QUE ESCLARECA QUAL TESTEMUNHA PRETENDE OUVIR, NO PRAZO DE TRES DIAS.

24 ACAO PENAL NRO.: 2003.0007992-3
REU: BALBINO BARBOSA MENDES.
ADV: DR.MAURILIO VIANA PEREIRA.
OBJETO: INTIMA-LO DA AUDIENCIA DE INQUIRICAO DE TEST/DENUNCIA, PARA DIA 18/02/2004, AS 14:30HS

COMARCA DE CURITIBA
SEGUNDA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. SERGIO ROBERTO NOBREGA ROLANSKI
INTIMACAO DOS ADVOGADOS -
RELACAO NR. 001/2004

INDICE DE PUBLICACAO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
DR JOAO MARTINS	16	2002.0001799-3
DR ODECIO LUIZ PERALTA E DR MARCIO AYRES DE O	20	2002.0007731-7
DR. ADRIANO ANHE MORAN	07	1998.0008805-9
DR. ALUS NATAL ALESSI	17	2002.0003514-2
DR. EDENAN MARTINEZ BASTOS	12	2000.0010950-9
DR. EMILIANO GOMES DE BRITO	01	0000.0004265-0
DR. FABRICIO CARDOSO DA SILVEIRA E DRA. AMELI	03	1995.0000292-2
DR. GERSON L. DE OLIVEIRA	02	1994.0002565-3
DR. IVAN RIBAS	14	2001.0006433-7
DR. JULIO MITSUO FUJIKI	04	1997.0001773-7
DR. MARCO AURELIO CARNEIRO	09	1999.0007456-4
DR. ONESIMO MACHADO DE OLIVEIRA	18	2002.0004310-2
DR. RONALDO ANTONIO BOTELHO E DR. ROGERIO OSC	11	2000.0003224-7
DR.CLEBER DE PAULA BALZANELI	15	2001.0006518-0
DR.EDENAN MARTINEZ BASTOS	23	2002.0011210-4
DR.MAURILIO VIANA PEREIRA	24	2003.0007992-3
DR.RICARDO BERTOTTI	03	1995.0000292-2
DRA DIRCE DE PAULA MION	06	1998.0007310-8
DRA. LORENA DE LOURDES DO AMARAL	08	1999.0006903-0
DRA. MARIA NOEMIA ALVES MATIAS	19	2002.0006339-1
DRA. SANDRA REGINA RANGEL SILVEIRA	10	2000.0002133-4
DRA. TANIA MARA PODGURSKI	13	2001.0002382-7
DRA. TANIA MARA PODGURSKI	21	2002.0009782-2
Dra. Ana Paula de Macedo Lino Mocelin	05	1998.0005352-2
EDENAN MARTINEZ BASTOS	22	2002.0010418-7

9ª Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA
NONA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) ANA LUCIA LOURENCO
INTIMACAO DOS ADVOGADOS -
RELACAO NR. 001/2004

01 ACAO PENAL NRO.: 1996.0004670-0
REU: AGUINITO DE OLIVEIRA FORTUNATO.
ADV: DR. CESAR ZERBINI DE ARAUJO - OAB 14179.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 10/02/04, AS 13:45 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DO REU.

02 ACAO PENAL NRO.: 1997.0006398-4
REU: JOSE AMADEU DOS SANTOS.
ADV: DR. SINCLAIR PORTES DA ROSA - OAB 6407.
OBJETO: INTIMA-LO PARA QUE APRESENTE O ROL DE TESTEMUNHAS, NO PRAZO DE 3 DIAS.

03 ACAO PENAL NRO.: 1998.0006050-2
REU: LUIZ ANTONIO RUTKOSKI,JOSE ROBERTO RUTKOSKI,SANLAY SILVA RUTKOSKY.
ADV: DR. BORTOLO CONSTANTE ESCORSIM - OAB 7076.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 13/02/04, AS 14:00 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

04 ACAO PENAL NRO.: 1998.0009070-3
REU: NELSON DOS SANTOS.
ADV: DRa. MARIA HELENA MACENO LOPES - OAB 14907.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 16/02/04, AS 14:15 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DO REU.

05 ACAO PENAL NRO.: 1999.0008335-0
REU: CLAUDEMIR DO NASCIMENTO ROSA.
ADV: DR. MARQUEZ HUDSON CORES - OAB 1734.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 12/02/04, AS 14:15 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

06 ACAO PENAL NRO.: 2000.0002053-2
REU: JOAO BARBOSA.
ADV: DR. JOSE OSWALDO HORNUNG - OAB 13235.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 11/02/04, AS 15:15 HORAS PARA REALIZACAO DA AUDIENCIA ADMONITORIA.

07 ACAO PENAL NRO.: 2000.0006504-8
REU: CARLOS LUCANO JUNIOR.
ADV: DRa. SORAIA BARBOSA DE ARAUJO - OAB 19208.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 09/02/04, AS 13:30 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

08 ACAO PENAL NRO.: 2001.0002971-0
REU: MANOEL DA CONCEICAO.
ADV: DR. JOSE CORREA FERREIRA - OAB 3776.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 05/02/04, AS 13:50 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA.

09 ACAO PENAL NRO.: 2001.0003568-0
REU: JOSE ACIR MUCHAKI.
ADV: DR. MANOEL CARLOS DA SILVA - OAB 8105.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 11/02/04, AS 16:00 HORAS PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

10 ACAO PENAL NRO.: 2001.0010647-1
REU: JOAO DIVAIR FERREIRA GONCALVES.
ADV: DRa. DIRCE DE PAULA MION - OAB 6355.
OBJETO: INTIMA-LA PARA QUE SE MANIFESTE QUANTO A OITIVA DAS TESTEMUNHAS FALTANTES.

11 ACAO PENAL NRO.: 2002.0001874-4
REU: EUNICE RIBEIRO FALKIEWICZ.
ADV: DR. DALIO ZIPPIN FILHO - OAB 4030.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 11/02/04, AS 16:30 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

12 ACAO PENAL NRO.: 2002.0005466-0
REU: CARLOS PEREIRA.
ADV: DR. RAFAEL LUIS NADALINE.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADA A DATA DE 05/02/04, AS 13:30 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA

13 ACAO PENAL NRO.: 2002.0007954-9
REU: JOAO NALEVAICO.
ADV: DRa. CRISTIANE LEAMARI CASTRO - OAB 27317.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 04/02/04, AS 16:00 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DO REU.

14 ACAO PENAL NRO.: 2002.0008643-0
REU: NIVALDO DIAS,ELIZABETH PAULA DIAS.
ADV: DR. JOSE ROBERTO DUTRA HAGEBOCK.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 18/02/04, AS 14:45 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

15 ACAO PENAL NRO.: 2003.0000827-9
REU: LUCIANO DE SOUZA SMOKOVICZ.
ADV: DR. FRANZ HERMANN NIEUWENHOFF JUNIOR.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 03/02/04, AS 14:30 HORAS, PARA REALIZACAO DA AUD. DE OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA.

16 ACAO PENAL NRO.: 2003.0002767-2
REU: ROSALICE CARRIEL BENETTI.
ADV: DRa. LIJEANE CRISTINA PEREIRA SANTOS.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 06/02/04, AS 13:30 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DA RE.

17 ACAO PENAL NRO.: 2003.0006440-3
REU: ALESSANDRO VEIGA GRITLET,CRISTIANO VEIGA.
ADV: DR. RAFAEL LUIS NADALINE, DRa. CELIA MAZZAGARDI - OAB 11719.
OBJETO: INTIMA-LOS DE QUE FOI DESIGNADA A DATA DE 04/02/2004, AS 13:30 HORAS PARA OUVIDA DAS TEST. DE ACUSACAO.

18 ACAO PENAL NRO.: 2003.0007878-1
REU: LEANDRO HENRIQUE SANCAO,RODRIGO HERNANDEZ.
ADV: DRa. TANIA MARA PODGURSKI - OAB 22523.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 04/02/04, AS 14:30 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DOS REUS.

19 ACAO PENAL NRO.: 2003.0008897-3
REU: INDIOMAR BATISTA DA SILVA.
ADV: DR. MARCELO NOGUEIRA ARTIGAS - OAB 21757.
OBJETO: INTIMA-LO PARA QUE APRESENTE AS ALEGACOES FINAIS, DENTRO DO PRAZO LEGAL.

20 ACAO PENAL NRO.: 2003.0010207-0
REU: CLEIDE CARNEIRO CASAGRANDE.
ADV: DR. FRANCISCO AFFONSO DE CAMARGO BELTRAO - OAB 17582.
OBJETO: INTIMA-LO PARA QUE APRESENTE AS ALEGACOES FINAIS DENTRO DO PRAZO LEGAL, BEM COMO DE QUE EM 12/01/04 FOI INDEFERIDO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISORIA DA RE CLEIDE.

21 ACAO PENAL NRO.: 2003.0010480-4
REU: OZEIAS CRISTIANO DE MORAIS.
ADV: DR. NIVALDO MORAN.
OBJETO: INTIMA-LO PARA QUE, QUERENDO, E NO PRAZO DE TRES DIAS, APRESENTE DECLARACOES POR ESCRITO DAS TEST. DE DEFESA CASO SEJAM ESTAS MERAMENTE ABONATORIAS.

22 ACAO PENAL NRO.: 2003.0010673-4
REU: MARCIO PONTE,RICARDO ABREU DE GOEZ ALVES.
ADV: DR. IVAN RIBAS - OAB 4394, DR. IVAIR JUNGLOS - OAB 23861.
OBJETO: INTIMA-LOS DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 10/02/04, AS 14:45 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA.

23 ACAO PENAL NRO.: 2003.0011581-4
REU: JEFERSON DE OLIVEIRA DOS SANTOS,JORGE ALVES DE MATOS,LARIZE SOUZA MACHADO.
ADV: DR. EDUARDO ZANONCINI MILEO - OAB 34662.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 29/01/04, AS 13:45 HORAS, PARA REALIZACAO DA AUD. DE INSTRUCAO E JULGAMENTO.

24 ACAO PENAL NRO.: 2003.0011803-1
REU: EDER FABIANO MENEGUETTI,RODRIGO MENEGUETTI,JOEL RODRIGUES DE FARIA.
ADV: DRa. TANIA MARA PODGURSKI - OAB 22523.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 26/02/04, AS 15:00 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO, BEM COMO DE QUE FORAM INDEFERIDOS OS PEDIDOS DE LIB. PROVISORIA DE TODOS OS REUS.

25 ACAO PENAL NRO.: 2003.0011818-0
REU: ELSON LOURENCO DA SILVA.
ADV: DR. RONE MARCOS BRANDALIZE - OAB 10933.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 26/02/04, AS 13:45 HORAS, PARA REALIZACAO DA AUD. DE INSTRUCAO E JULGAMENTO.

26 ACAO PENAL NRO.: 2003.0011890-2
REU: JOSE APARECIDO DOS SANTOS.
ADV: DR. RAFAEL JAZAR ALBERGE - OAB 36156.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 26/02/04, AS 16:00 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

27 ACAO PENAL NRO.: 2003.0012306-0
REU: MAICON LIRA DE FREITAS.
ADV: DRa. DALVA FERREIRA CAMARGO - OAB 12554.
OBJETO: INTIMA-LA DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 17/02/04, AS 15:00 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUISACAO.

28 ACAO PENAL NRO.: 2003.0012405-8
REU: ELIAS RAMOS GASPAR,EDSON RAMOS GASPAR.
ADV: DR. RAFAEL JAZAR ALBERGE - OAB 35.156.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 19/02/04, AS 16:00 HORAS, PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

29 ACAO PENAL NRO.: 2003.0012587-9
REU: OSWALDO LOPES DE ASSIS FILHO.
ADV: DR. RAFAEL JAZAR ALBERGE - OAB 35156.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 26/02/04, AS 16:45 HORAS PARA OUVIDA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSACAO.

30 ACAO PENAL NRO.: 2003.0012694-8
REU: DIOGO LUIS KLIMAVICIUS.
ADV: DR. LUIZ CLAUDIO FALARZ - OAB 22897.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 19/02/2004, AS 14:45 HORAS, PARA REALIZACAO DA AUDIENCIA DE INSTRUCAO E JULGAMENTO.

31 ACAO PENAL NRO.: 2003.0012762-6
REU: ADRIANO BORGES DE OLIVEIRA.
ADV: DR. GILMAR PALENSKE - OAB 30264.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 17/02/04, AS 14:45 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DO REU.

32 ACAO PENAL NRO.: 2003.0013755-9
REU: FLAVIO ALTAFIM DE GOIS.
ADV: DR. WILLIAM ESPERIDIAO DAVID - OAB 13357.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 27/01/2004, AS 15:15 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DO REU.

33 ACAO PENAL NRO.: 2003.0013781-8
REU: JEAN CARLOS RODRIGUES FERRAZ,AMAURI RODRIGUES CHAGAS.
ADV: DR. IVAN RIBAS - OAB 4394, DRa. TANIA MARA PODGURSKI - OAB 22523.
OBJETO: INTIMA-LOS DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 27/01/04, AS 16:00 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DOS REUS.

34 ACAO PENAL NRO.: 2003.0013839-3
REU: CLAUDIA GRILLO ANDRADE.
ADV: DR. JAMIL AMILTON CURY - OAB 7496.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 27/01/04, AS 14:45 HORAS PARA REAIZACAO DO INTERROGATORIO DO REU.

35 ACAO PENAL NRO.: 2003.0013841-5
REU: NILSON PEREIRA TOSTA.
ADV: DR. CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA - OAB 33172.
OBJETO: INTIMA-LO DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 27/01/04, AS 16:15 HORAS, PARA REALIZACAO DO INTERROGATORIO DO REU.

36 EMBARGOS NRO.: 1999.4422-3
EMBTE: NILSON PEREIRA TOSTA.
EMBDO: MILAN STAROSTIK.
ADV: DR. CARLOS ALBIRONE TOAZZA.
OBJETO: INTIMA-LO PARA QUE COMPARECA EM CARTORIO A FIM DE TOMAR CIENCIA DO DESPACHO E DA CERTIDÃO DE FLS. 103/104.

COMARCA DE CURITIBA
NONA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) ANA LUCIA LOURENCO
INTIMACAO DOS ADVOGADOS -
RELACAO NR. 001/2004

INDICE DE PUBLICACAO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
DR. BORTOLO CONSTANTE ESCORSIM - OAB 7076	03	1998.0006050-2
DR. CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA - OAB 331	35	2003.0013841-5
DR. CESAR ZERBINI DE ARAUJO - OAB 14179	01	1996.0004670-0
DR. DALIO ZIPPIN FILHO - OAB 4030	11	2002.0001874-4
DR. EDUARDO ZANONCINI MILEO - OAB 34662	23	2003.0011581-4
DR. FRANCISCO AFFONSO DE CAMARGO BELTRAO - OA	20	2003.0010207-0
DR. FRANZ HERMANN NIEUWENHOFF JUNIOR	15	2003.0000827-9
DR. GILMAR PALENSKE - OAB 30264	31	2003.0012762-6
DR. IVAIR JUNGLOS - OAB 23861	22	2003.0010673-4
DR. IVAN RIBAS - OAB 4394	22	2003.0010673-4
DR. IVAN RIBAS - OAB 4394	33	2003.0013781-8
DR. JAMIL AMILTON CURY - OAB 7496	34	2003.0013839-3
DR. JOSE CORREA FERREIRA - OAB 3776	08	2001.0002971-0
DR. JOSE OSWALDO HORNUNG - OAB 13235	06	2000.0002053-2
DR. JOSE ROBERTO DUTRA HAGEBOCK	14	2002.0008643-0
DR. LUIZ CLAUDIO FALARZ - OAB 22897	30	2003.0012694-8
DR. MANOEL CARLOS DA SILVA - OAB 8105	09	2001.0003568-0
DR. MARCELO NOGUEIRA ARTIGAS - OAB 21757	19	2003.0008897-3
DR. MARQUEZ HUDSON CORES - OAB 1734	05	1999.0008335-0
DR. NIVALDO MORAN	21	2003.0010480-4
DR. RAFAEL JAZAR ALBERGE - OAB 35.156	28	2003.0012405-8
DR. RAFAEL JAZAR ALBERGE - OAB 35156	29	2003.0012587-9
DR. RAFAEL JAZAR ALBERGE - OAB 36156	26	2003.0011890-2
DR. RAFAEL LUIS NADALINE	12	2002.0005466-0
DR. RAFAEL LUIS NADALINE	17	2003.0006440-3
DR. RONE MARCOS BRANDALIZE - OAB 10933	25	2003.0011818-0
DR. SINCLAIR PORTES DA ROSA - OAB 6407	02	1997.0006398-4
DR. WILLIAM ESPERIDIAO DAVID - OAB 13357	32	2003.0013755-9
DRa. CELIA MAZZAGARDI - OAB 11719	17	2003.0006440-3
DRa. CRISTIANE LEAMARI CASTRO - OAB 27317	13	2002.0007954-9
DRa. DALVA FERREIRA CAMARGO - OAB 12554	27	2003.0012306-0
DRa. DIRCE DE PAULA MION - OAB 6355	10	2001.0010647-1
DRa. LIJEANE CRISTINA PEREIRA SANTOS	16	2003.0002767-2
DRa. MARIA HELENA MACENO LOPES - OAB 14907	04	1998.0009070-3
DRa. SORAIA BARBOSA DE ARAUJO - OAB 19208	07	2000.0006504-8
DRa. TANIA MARA PODGURSKI - OAB 22523	18	2003.0007878-1
DRa. TANIA MARA PODGURSKI - OAB 22523	24	2003.0011803-1
DRa. TANIA MARA PODGURSKI - OAB 22523	33	2003.0013781-8
DR. CARLOS ALBIRONE TOAZZA	36	1999.0004422-3

Juizados Especiais

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Civeis
COMARCA DE CURITIBA - CENTRAL
3º Juizado Especial Cível -
Relação Nº : 002/2004

01 1997.0008644-4/0 - Execução Título Extrajudicial ADRIANA FERREIRA PAWLMICHL X ARAI J. T. SILVA VENDRAMINI (E OUTRO) Retirar ofício em Cartório Adv(s) ANA NERI CORDEL RODRIGUES

02 1999.0013317-5/0 - Execução de Título Judicial HENRIQUE ACHTERMAN PACIORNIK X IARA SOARES Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) CARLOS TERABE, MARCOS AURELIO NEGRAO MACHADO

03 1999.0014162-3/0 - Execução de Título Judicial THEREZA GONCALVES X ASSOCIACAO DE LUTO UNIAO Manifestar-se sobre a avaliação Adv(s) EDEMILSON PINTO VIEIRA, FERNANDA ZANELLATO DOMINGUES

04 2000.0000893-1/0 - Execução Título Extrajudicial RONY CESAR CENTENARO VALENZA X AMERICO GONCALVES DE MEIRA Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) RONY CESAR CENTENARO VALENZA

05 2000.0005988-9/0 - Execução de Título Judicial ANDRE LUIS SPERB X LUZIA APARECIDA MARTINS Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) VALDEMAR BERNARDO JORGE

06 2000.0006654-0/0 - Execução de Título Judicial GIL CARLOS BARABACH (E OUTRO) X BREJATUBA ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA (E OUTRO) Retirar ofício em Cartório Adv(s) SHEYLA D. B. DOS SANTOS

07 2000.0009466-8/0 - Execução de Título Judicial DERCI RAMALHO DE FREITAS X LUIZ ANTONIO IDALENCIO O pedido de fls. 49 deve ser objeto de requerimento do procurador judicial constituído. Adv(s) FABIULA MULLER

08 2000.0010539-2/0 - Execução de Título Judicial SUZANA SOUZA LOPES X JOSUE CELESTINO VOTROBA Redesignada audiência de conciliação para o dia 15/04/2004 às 20:00 horas. Adv(s) DARCI JOSE FINGER, ANTONIO SERGIO PALU FILHO

09 2000.0014151-8/0 - Execução Título Extrajudicial WALTER RIEDEL X JOSE AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA Retirar ofício em Cartório Adv(s) JEAN MAURICIO DE SILVA LOBO

10 2001.0001061-8/0 - Execução Título Extrajudicial ALFREDO BITTENCOURT FURIATTI X REINALDO RIBEIRO DA SILVA Manifestar-se nos autos sobre o ofício de fls. 42. Adv(s) DR. VICTOR FEIJO FILHO

11 2001.0002833-9/0 - Processo de Conhecimento MARLENE SIMERMANN (E OUTRO) X MORARTE CONSTRUCOES CIVIS LTDA Sentença julgando procedente o pedido Adv(s) GETHE XAVIER PRUDENCIO GAMA

12 2001.0003959-4/0 - Execução Título Extrajudicial JOSE PEDRO MILANI X JENARI MOVEIS LTDA (E OUTRO) Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) TATIANE DOS SANTOS CHAVES

13 2001.0004958-1/0 - Execução de Título Judicial IRENE LOGINSKI X CIDADELA S/A Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) SUZEL CRISTIANE KOIALANSKAS HAMAMOTO

14 2001.0005797-5/0 - Processo de Conhecimento VALFRIDO HARDER X HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS (E OUTRO) Deve a parte dizer sobre a manifestação do perito. Adv(s) PEDRO HENRIQUE XAVIER

15 2001.0008078-0/0 - Execução Título Extrajudicial MOACIR TADEU FURTADO X ELISABETE STURION Retirar ofício em Cartório Adv(s) MOACIR TADEU FURTADO

16 2001.0012057-0/0 - Execução de Título Judicial ROLF PAULO GAERTNER X HILDEBRANDO VAZ DA SILVA Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) DR. ROMAGUEIRA N. DE AVILA FILHO

17 2001.0014367-7/0 - Processo de Conhecimento NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ X ARTUR NORBERTO FURQUIM VAZ Deve o executado efetuar o pagamento conforme planilha de fls. 12, em 24 horas, nomear bens, sob pena de penhora. Adv(s) BEATRIZ SUREDA, LUIS EDUARDO GRASSANI

18 2001.0015410-5/0 - Execução Título Extrajudicial IZIDORO TOKARSKI X MARCOS ANTUNES NETO (E OUTRO) Deve o exequente manifestar-se, nos autos, sobre os embargos de declaração, no prazo de 05 dias. Adv(s) ANTONIO SERGIO MONTE ROBALLO, LUIS ADELINO REGONATTI

19 2001.0016385-6/0 - Execução Título Extrajudicial CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA X JOAO FERREIRA NEVES JUNIOR O pedido de fls. 25/26 não pode ser deferido porque não se tem certeza da inadimplência de executado. Deve o exequente, no prazo de 10 dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção. Adv(s) JORGE LUIZ DE OLIVEIRA LARA

20 2001.0016599-9/0 - Execução de Título Judicial ANTONIO PEREIRA MARCONDES X CASEMIRO JOSE PEREIRA Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) EDILAMAR TEREZINHA PEREIRA SERRA

21 2001.0019988-5/0 - Execução Título Extrajudicial NAIR FUKICO NOJIMA X MARCELA RODRIGUES COSTA Deve o exequente dar prosseguimento ao feito, em 48 horas, sob pena de extinção. Adv(s) RENATA PORCIUNCULA RAMOS DE OLIVEIRA, HUGO RAMOS DE OLIVEIRA

22 2001.0022113-9/0 - Processo de Conhecimento NORTON LUIZ TURRA X TRANSPORTES AB LTDA Redesignada audiência de conciliação para o dia 05/03/2004 às 15:30 horas. Adv(s) JACKSON GLADSTON NICOLODI

23 2002.0000599-1/0 - Processo de Conhecimento JOSE CARLOS RIBEIRO X ASSOCIACAO VILA MILITAR DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARA Redesignada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/09/2005 às 15:30 horas. Adv(s) JONAS ANTONIO DOS SANTOS, LAZARO A. VILLAS BOAS MATTOOS

24 2002.0005683-9/0 - Processo de Conhecimento MARINO DE OLIVEIRA X GERALDO DE LIMA Manifeste-se o reclamante, em 10 dias, sobre o petitório de fls. 20/21. Adv(s) CLAUDIO MELCHIORETTO, REYNALDO ESTEVES

25 2002.0006776-8/0 - Processo de Conhecimento ANTONIO MARCOS COELHO X TERRARUM ENG. CONST. E INCORPORACAO LTDA. Deve o reclamante, no prazo de 10 dias, juntar o contrato de prestação de serviços ou documento que comprovem realizar serviços como autônomo, sob pena de extinção. Adv(s) SIMONE RITA ZIBETTI DE SOUZA

26 2002.0007688-0/0 - Processo de Conhecimento RAYMUNDO PAULO PELICIOLI TOMKOWSKI X EMILIA HOMIAK FILLUS Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões Adv(s) IVAN RIBAS

27 2002.0010477-9/0 - Processo de Conhecimento MARCO ANTONIO RAGANHAN X ARSENAL COM. ARMAS E MUNICOES Designada audiência de Instrução e Julgamento para 02/09/2005 às 15:30 horas. Adv(s) MARCIUS NADAL MATOS

28 2002.0010589-9/0 - Processo de Conhecimento RONY CESAR CENTENARO VALENZA X EDSON LUIZ SILVANO Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) RONY CESAR CENTENARO VALENZA

29 2002.0011829-0/0 - Processo de Conhecimento LORETA MIRANDA CORREA X HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO AG 0123 Sentença julgando improcedente o pedido Adv(s) DESIREE PASSOS DIAS, EDSON SILVERIO CABRAL

30 2002.0012254-8/0 - Processo de Conhecimento ALTAMIR ANTUNES DIAS X PAULO DE TARSO GONCALVES DE FREITAS Sentença julgando culpa concorrente. Adv(s) KEILE CRISTINA BIEZUS, LUIZ CLAUDIO CORDEIRO BISCAIA

31 2002.0013993-9/0 - Processo de Conhecimento ANDERSON NETTO X EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES Sentença julgando parcialmente procedente o pedido Adv(s) RODRIG0 CARDOSO DE SOUZA

32 2002.0015975-1/0 - Processo de Conhecimento SANDRA APARECIDA LIMA PEPE X WAL-MART BRASIL LTDA. Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões Adv(s) DR ALCINDO LIMA NETO

33 2002.0017273-1/0 - Processo de Conhecimento JOSIAS PINHEIRO DA SILVA X FABIO NOVAES SOUZA Redesignada audiência de conciliação para o dia 15/04/2004 às 20:00 horas. Adv(s) FRANCISCO JURACI BONATTO

34 2002.0019476-0/0 - Processo de Conhecimento JOSE PEDRO MILANI X MARCELO FOLTRAN Redesignada audiência de conciliação para o dia 30/03/2004, às 15:00 horas. Adv(s) ALEXANDRE COELHO VIEIRA

35 2002.0019843-9/0 - Processo de Conhecimento JOSE VILMAR SAUER X LOJAS PONTO FRIO A data correta da audiência de Instrução e Julgamento é 22/03/2004 ás 15:30 horas. Adv(s) CONRADO MAX GRUENBAUM

36 2002.0021297-0/0 - Processo de Conhecimento CELSO ANTUNES X EDEMAR FRITZ JUNIOR Deve o reclamante, em cinco dias, manifestar-se sobre a pessoa que recebeu o A.R. Adv(s) LAUDERSON DOS SANTOS

37 2002.0022722-6/0 - Processo de Conhecimento DORVAL ANGELO CURY SIMOES X RIELE COMERCIO DE ROUPAS LTDA. Retirar ofício em Cartório Adv(s) DORVAL ANGELO CURY SIMOES

38 2002.0024979-3/0 - Processo de Conhecimento LAURA APARECIDA DE OLIVEIRA ANDRADE X ALUMIBEL COM. REPRES. DE ALUMINIO LTDA. Informar o correto endereço da parte requerido no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI

39 2002.0025390-1/0 - Processo de Conhecimento MARTA SUELI TEODORO X NEGRESCO FOMENTO LTDA - CREDIPAR. Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI

40 2002.0025541-6/0 - Processo de Conhecimento JOSE BENEDITO MAGALHAES X BV FINANCEIRA S.A. Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) LUCI R. DAMAZIO

41 2002.0025638-2/0 - Processo de Conhecimento BELKIS BEATRIZ YEPES CORTES X MARILI CORREIA CALDEIRA Vistas ao excepto. Adv(s) AMADEU ALICE NETTO

42 2002.0025669-2/0 - Processo de Conhecimento IARA CRISTINA NOVAES X GARANTE SERVICOS DE APOIO S/C LTDA Designada audiência de Instrução e julgamento para o dia 23/08/2005 às 15:00 horas. Adv(s) LUCIANE MARIA MARCELINO DE MELO

43 2002.0025731-1/0 - Processo de Conhecimento TEREZA KIEUTEKA KUHNEN (E OUTRO) X SERVOPA S.A. COMERCIO E INDUSTRIA (E OUTRO) DEsignada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 23/08/2005 às 15:30 horas. Adv(s) LUCIANE ROSA KANIGOSKI, MARCOS MATTIOLI

44 2002.0026118-1/0 - Processo de Conhecimento BERNADETE SCHILLIPACHI WAGNER X HAMILTON JOSE PALHARI DE CASTRO (E OUTROS) Deve a reclamante, no prazo de 05 dias, comprovar que rescindiu o contrato de fls. 08/11, antes da propositura da demanda, sob pena de extinção. Adv(s) ALEXANDRE BROWN PALMA

45 2002.0026415-6/0 - Processo de Conhecimento LUIZ CARLOS FERREIRA SANTIAGO X BANCO FININVEST S/A Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI

46 2002.0026906-9/0 - Processo de Conhecimento NELSON TADEU FERNANDES X NEILA APARECIDA DE BRITO Sentença julgando procedente o pedido Adv(s) CARLOS GILBERTO WARDE JUNIOR

47 2002.0027175-6/0 - Processo de Conhecimento REGINA DEMBENSKI MARTINS X CALLA FASHION Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI

48 2002.0027455-0/0 - Processo de Conhecimento CIDE MATIAS X S. DRESCH - ASSES E COBRANCA LTDA. (E OUTRO) Designada audiência de Instrução e Julgamento para 05/09/2005 às 14:00 horas. Adv(s) CLARICE MARIA DALCOMUNI, IVONE PAVATO BATISTA

49 2002.0029286-9/0 - Processo de Conhecimento ORIETA DE FREITAS X BANCO PANAMERICANO S/A Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI

50 2003.0005044-9/0 - Processo de Conhecimento ODEGENIR EHLKE DE FREITAS X MULLER PORTAGE LTDA Sentença julgando parcialmente procedente o pedido Adv(s) ALCEU MACHADO FILHO, ALCEU MACHADO NETO

51 2003.0007155-0/0 - Processo de Conhecimento DANIEL ROBERTO DE ALMEIDA X HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) MAURILIO VIANA PEREIRA

52 2003.0008910-6/0 - Processo de Conhecimento VANDETE PEREIRA MOURAO X AVENIDA PAULISTA PIZZA BAR LTDA Sentença julgando improcedente o pedido Adv(s) CARLOS ANTONIO FERREIRA LOPES, RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM

53 2003.0010512-5/0 - Processo de Conhecimento JOSE MANOEL DA SILVA JR X TELEPAR BRASIL TELECOM Sentença julgando parcialmente procedente o pedido Adv(s) REGIS GRITTEM ZULTANSKI

54 2003.0012390-7/0 - Processo de Conhecimento ROSANGELA DE OLIVEIRA COUTO X BRASIL TELECOM - TELEPAR Sentença julgando parcialmente procedente o pedido Adv(s) JOSE ELISIO MARQUES DAS PORTAS

55 2003.0015395-3/0 - Processo de Conhecimento LINESIO LEOBERTO DA SILVA X LUCIANO ALVES Informar o correto endereço da parte requerido no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) JONATHAS ALVES DO NASCIMENTO PEREIRA

56 2003.0016742-2/0 - Processo de Conhecimento HENRIQUE DE SOUZA PADILHA JUNIOR X JUAREZ ROCHA CANTINA E PÍZZARIA (E OUTRO) Redesignada audiência de conciliação para o dia 30/03/2004 às 15:00 horas. Adv(s) CARISI MARA ARPINI MIGUEL, AMAURY CHAGAS COUTINHO JUNIOR

57 2003.0016804-2/0 - Processo de Conhecimento VALMIR CORDEIRO X FLAVIA DUTRA INFANTE VIEIRA Redesignada audiência de conciliação para o dia 30/03/2004, às 15:00 horas. Adv(s) DEBORA CRISTINA DE GOIS MOREIRA, SILVIA CARNEIRO LEAO

58 2003.0018715-3/0 - Processo de Conhecimento CARLOS DUARTE COSTA X BANCO VOLKSWAGEN Designada audiência de conciliação para o dia 30/03/2004, às 15:30. Adv(s) MAYLIN MAFFINI

59 2003.0022545-0/0 - Processo de Conhecimento ANAMARIA COSTA MARÇAL X SUPERMERCADO CARREFOUR COM E IND LTDA Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) LENIR GONCALVES DA SILVA FILHO

60 2003.0023838-3/0 - Processo de Conhecimento SANTINO NIZER X BANCO SANTANDER S/A Designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/08/2005 às 15:30 horas. Adv(s) ALBERTO SILVA GOMES

61 2003.0026146-8/0 - Processo de Conhecimento CLAUDIO ERVIN GUBER X RMS ESCOLA DE INGLES Deve o reclamante esclarecer, no prazo de 10 dias, os fatos que fundamentam seu direito, bem como o pedido realizado, sob pena de inépcia e extinção. Adv(s) MAURILIO VIANA PEREIRA

62 2003.0026829-1/0 - Processo de Conhecimento CAETANO ROSSES SALAU X LOJAS MILLENIUM Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI

63 2003.0027726-5/0 - Processo de Conhecimento MARCIA MARCONCIN X C&A CARTÃO DE CREDITO (E OUTRO) Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) LAURO ANTONIO SCHELEDER GONCALVES

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Civeis
COMARCA DE CURITIBA - CENTRAL
3º Juizado Especial Cível -
Relação Nº : 002/2004

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
RONY CESAR CENTENARO VALENZA	004	2000.0000893-1/0
RONY CESAR CENTENARO VALENZA	028	2002.0010589-9/0
ALBERTO SILVA GOMES	060	2003.0023838-3/0
ALCEU MACHADO FILHO	050	2003.0005044-9/0
ALCEU MACHADO NETO	050	2003.0005044-9/0
ALEXANDRE BROWN PALMA	044	2002.0026118-1/0
ALEXANDRE COELHO VIEIRA	034	2002.0019476-0/0
AMADEU ALICE NETTO	041	2002.0025638-2/0
AMAURY CHAGAS COUTINHO JR	056	2003.0016742-2/0
ANA NERI CORDEL RODRIGUES	001	1997.0008644-4/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	038	2002.0024979-3/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	039	2002.0025390-1/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	045	2002.0026415-6/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	047	2002.0027175-6/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	049	2002.0029286-9/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	062	2003.0026829-1/0
ANTONIO SERGIO MONTE ROBALLO	018	2001.0015410-5/0
ANTONIO SERGIO PALU FILHO	008	2000.0010539-2/0
BEATRIZ SUREDA	017	2001.0014367-7/0
CARISI MARA ARPINI MIGUEL	056	2003.0016742-2/0
CARLOS ANTONIO FERREIRA LOPES	052	2003.0008910-6/0
CARLOS GILBERTO WARDE JR	046	2002.0026906-9/0
CARLOS TERABE	002	1999.0013317-5/0
CLARICE MARIA DALCOMUNI	048	2002.0027455-0/0
CLAUDIO MELCHIORETTO	024	2002.0005683-9/0
CONRADO MAX GRUENBAUM	035	2002.0019843-9/0
DARCI JOSE FINGER	008	2000.0010539-2/0
DEBORA CRISTINA DE GOIS MOREIRA	057	2003.0016804-2/0
DESIREE PASSOS DIAS	029	2002.0011829-0/0
DORVAL ANGELO CURY SIMOES	037	2002.0022722-6/0
DR ALCINDO LIMA NETO	032	2002.0015975-1/0
DR. ROMAGUEIRA N. DE AVILA Fº	016	2001.0012057-0/0
DR. VICTOR FEIJO FILHO	010	2001.0001061-8/0
EDEMILSON PINTO VIEIRA	003	1999.0014162-3/0
EDILAMAR TEREZINHA PEREIRA SERRA	020	2001.0016599-9/0
EDSON SILVERIO CABRAL	029	2002.0011829-0/0
FABIULA MULLER	007	2000.0009466-8/0
FERNANDA ZANELLATO DOMINGUES	003	1999.0014162-3/0
FRANCISCO JURACI BONATTO	033	2002.0017273-1/0
GETHE XAVIER PRUDENCIO GAMA	011	2001.0002833-9/0
HUGO RAMOS DE OLIVEIRA	021	2001.0019988-5/0
IVAN RIBAS	026	2002.0007688-0/0
IVONE PAVATO BATISTA	048	2002.0027455-0/0
JACKSON GLADSTON NICOLODI	022	2001.0022113-9/0
JEAN MAURICIO DE SILVA LOBO	009	2000.0014151-8/0
JONAS ANTONIO DOS SANTOS	023	2002.0000599-1/0
JONATHAS ALVES DO NASCIMENTO PEREIRA	055	2003.0015395-3/0
JORGE LUIZ DE OLIVEIRA LARA	019	2001.0016385-6/0
JOSE ELISIO MARQUES DAS PORTAS	054	2003.0012390-7/0
KEILE CRISTINA BIEZUS	030	2002.0012254-8/0
LAUDERSON DOS SANTOS	036	2002.0021297-0/0
LAURO ANTONIO SCHELEDER GONCALVES	063	2003.0027726-5/0
LAZARO A. VILLAS BOAS MATTOOS	023	2002.0000599-1/0
LENIR GONCALVES DA SILVA Fº	059	2003.0022545-0/0
LUCI R. DAMAZIO	040	2002.0025541-6/0
LUCIANE MARIA MARCELINO DE MELO	042	2002.0025669-2/0
LUCIANE ROSA KANIGOSKI	043	2002.0025731-1/0
LUIS ADELINO REGONATTI	018	2001.0015410-5/0
LUIS EDUARDO GRASSANI	017	2001.0014367-7/0
LUIZ CLAUDIO CORDEIRO BISCAIA	030	2002.0012254-8/0
MARCIUS NADAL MATOS	027	2002.0010477-9/0
MARCOS AURELIO NEGRAO MACHADO	002	1999.0013317-5/0
MARCOS MATTIOLI	043	2002.0025731-1/0
MAURILIO VIANA PEREIRA	051	2003.0007155-0/0
MAURILIO VIANA PEREIRA	061	2003.0026146-8/0
MAYLIN MAFFINI	058	2003.0018715-3/0
MOACIR TADEU FURTADO	015	2001.0008078-0/0
PEDRO HENRIQUE XAVIER	014	2001.0005797-5/0
REGIS GRITTEM ZULTANSKI	053	2003.0010512-5/0
RENATA PORCIUNCULA RAMOS DE OLIVEIRA	021	2001.0019988-5/0
REYNALDO ESTEVES	024	2002.0005683-9/0
RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM	052	2003.0008910-6/0
RODRIG0 CARDOSO DE SOUZA	031	2002.0013993-9/0
SHEYLA D. B. DOS SANTOS	006	2000.0006654-0/0
SILVIA CARNEIRO LEAO	057	2003.0016804-2/0
SIMONE RITA ZIBETTI DE SOUZA	025	2002.0006776-8/0
SUZEL CRISTIANE KOIALANSKAS HAMAMOTO	013	2001.0004958-1/0
TATIANE DOS SANTOS CHAVES	012	2001.0003959-4/0
VALDEMAR BERNARDO JORGE	005	2000.0005988-9/0

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Civeis
COMARCA DE CURITIBA - CENTRAL
7º Juizado Especial Cível -
Relação Nº : 003/2004

01 1998.0011041-8/0 - Processo de Conhecimento ELTON JOSE GOMES CORDEIRO X SIMONE ANDREUZO (E OUTRO) Manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) ROSANA APARECIDA SOBEJEIRO RIGONI, ANA PAOLA CARNEIRO DE OLIVEIRA

02 1999.0008598-7/0 - Processo de Conhecimento MARIO BLASZKOWSKI X NRN COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. (E OUTRO) Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) ERICA MARTA GAVETTI, SORAYA FALTIN

03 1999.0015993-0/0 - Execução Título Extrajudicial ANDRE LUIZ SPERB X WILSON ROBERTO LEAL DE LIMA Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) VALDEMAR BERNARDO JORGE

04 2000.0006093-3/0 - Processo de Conhecimento MARIO RICARDO DE OLIVEIRA X TELEPAR - TELECOMUNICACOES DO PARANA A RECLAMADA PARA QUE DEPOSITE A QUANTIA DE DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS SOB PENA DE PENHORA Adv(s) CLAUDIO CESAR PINTO, ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS

05 2000.0008538-3/0 - Execução Título Extrajudicial ANTONIO CARLOS HENRIQUES X MARIA OTILIA FALAVINHA O ENDEREÇO FORNECIDO É O MESMO ONDE O OFICIAL DE JUSTIÇA CERTIFICOU QUE O EXECUTADO MUDOU-SE. INDICAR O ENDEREÇO CORRETO DO EXECUTADO EM 30 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO. Adv(s) CARLOS ALBERTO HENRIQUES

06 2001.0000148-1/0 - Execução de Título Judicial ANTENOR PRESTES DOS SANTOS X IVAN RIBAS INDIQUE O EXEQUENTE BENS DO EXECUTADO EM 15 DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO Adv(s) DR. JOSE ORIVALDO DE OLIVEIRA, IVAN RIBAS

07 2001.0005186-1/0 - Processo de Conhecimento MARILISA DE PAIVA X GLOBAL TELECOM (E OUTRO) Manifestar-se sobre o pagamento efetuado Adv(s) AMABILON DALCOMUNI, MARIA AMELIA CASSIANA MASTRORO-SA, CARMEN GLORIA ARRIAGA ANDRIOLI

08 2001.0005367-8/0 - Execução de Título Judicial NEUDI FERNANDES X LUDOVICO SERPA Retirar Certidão de Dívida Adv(s) NEUDI FERNANDES

09 2001.0013351-5/0 - Execução Título Extrajudicial EDSON CARLOS DE SOUZA VEIGA X INDIO DOMINGOS DAL JOVEM REITERO O DESPACHO ANTERIOR Adv(s) EDSON CARLOS DE SOUZA VEIGA

10 2001.0021591-0/0 - Processo de Conhecimento ROBISON MARANHAO X VANDERLEI DA SILVEIRA Retirar ofício em Cartório Adv(s) ROBISON MARANHAO

11 2001.0022646-7/0 - Processo de Conhecimento DORVAL ANGELO CURY SIMOES X AGENTIL ANTUNES DOS SANTOS Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) DORVAL ANGELO CURY SIMOES, DIGELAINE MEYRE SANTOS

12 2002.0001961-5/0 - Processo de Conhecimento MIGUEL DOS SANTOS X TELEPAR Redesignação de Audiência de Instrução e Julgamento as 14:30 do dia 09/09/2004 Adv(s) SANDRA REGINA RODRIGUES

13 2002.0008106-0/0 - Execução Título Extrajudicial ALCIR BERNARDINO DA SILVEIRA X ERICO LUIZ BUERGER Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) EDUARDO PIERRI

14 2002.0015159-9/0 - Execução Título Extrajudicial JULIANA MARIN DA ROCHA X GILBERTO DE SOUZA Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) PATRICIA MARIN DA ROCHA

15 2002.0016682-0/0 - Processo de Conhecimento JANE OLIVIA ANDRETTA CAVALHEIRO X JOINT BILL REPRE-

SENTACOES COMERCIAIS LTDA Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) GIOSER ANTONIO OLIVETTE CAVET, MARINO RENEU DRESCH

16 2002.0023110-0/0 - Processo de Conhecimento ROSANA ADELINA BORTOLINI LUCINIO X NAILIR MARIA CAPORASSO NOGAROLLI Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) HERMES HENRIQUE CORRÊA CONCEIÇÃO, ANDREZZA MARIA BELTONI, MARINA AUGUSTO FLANDOLI, EDNA ORLANDINI, JOSE VALTER RODRIGUES, MARION ARANHA PACHECO MUGGIATI

17 2002.0023156-8/0 - Processo de Conhecimento MARCELO PENA X RIO PARANA S/A Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI, MARINA AUGUSTO FLANDOLI, DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS

18 2003.0006184-1/0 - Processo de Conhecimento CRISTIANE MARQUES MACHADO X SONAE DISTR BRASIL SA Designação de Audiência de Instrução e Julgamento as 14:30 do dia 03/08/2004 Adv(s) RODRIGO GARCIA SANT ANNA BEVILAQUA

19 2003.0007296-5/0 - Processo de Conhecimento NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ X JOSILENE REGINA CORDEIRO (E OUTRO) Julgo extinto o processo sem julgamento de mérito Adv(s) DR. NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ

20 2003.0012039-8/0 - Processo de Conhecimento EDSON DA SILVA FURTADO X ANISIO BARBATO Informar o correto endereço da parte requerido no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) JOSE RODRIGUES DA SILVA

21 2003.0014486-5/0 - Processo de Conhecimento AMELIA RIBEIRO DE LIMA KOBINSKI X CONSORCIO GUARARAPES S/C LTDA (E OUTROS) INDICAR O CORRETO ENDEREÇO DE EUNICE GONÇALVES PEREIRA Adv(s) MURILO U. GUSE, SHEYLA D. B. DOS SANTOS

22 2003.0015037-1/0 - Processo de Conhecimento HORACIO GUILLERMO RAMIREZ X ITAIM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Designação de Audiência de Instrução e Julgamento as 15:30 do dia 07/03/2005 Adv(s) GILBERTO LUIZ BONAT

23 2003.0015100-6/0 - Processo de Conhecimento EMERY MURARO AGUIDA X MORO IMÓVEIS LTDA. SENTENÇA HOMOLOGANDO DECISÃO DE JUIZ LEIGO QUE JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO Adv(s) LUIZ ADAO DE CARLI

24 2003.0019926-5/0 - Processo de Conhecimento MARILDA DE FATIMA CARNEIRO BAQUETA X 5200 LOJA DE MÓVEIS LTDA Designação de Audiência de Instrução e Julgamento as 19:00 do dia 18/02/2004 Adv(s) LUCIANA ANDREA MAYRHOFER DE OLIVEIRA, JORGE CLARO BADARO

25 2003.0020796-8/0 - Execução Título Extrajudicial JORGE CELESTINO BUSO X MARILZA FERREIRA ALCIATI Informar o correto endereço da parte requerido no prazo de trinta dias, sob pena de extinção do feito Adv(s) JULIANA BUSO

26 2003.0024571-3/0 - Processo de Conhecimento IRONE VENDRAME MAGNINI X ROSA APARECIDA DA SILVA BARBOSA Redesignação de Audiência de Conciliação as 15:00 do dia 20/04/2004 Adv(s) MAYRON VENDRAME MAGNINI

27 2003.0027873-4/0 - Processo de Conhecimento MARCIA NUNES DE JESUS X JOALHERIA ARISTIDES AJAX S.A DIGA A RECLAMANTE EM CINCO DIAS, SOBRE A CERTIDÃO DE FLS. 10, SOB PENA DE EXTINÇÃO Adv(s) ANDREZZA MARIA BELTONI

28 2004.0000664-0/0 - Processo de Conhecimento ANA PAULA RIBEIRO ATHAYDE X O BOTICARIO Aguarde-se a audiência designada Adv(s) GILBERTO LUIZ KLISIEWICZ

29 2004.0000796-7/0 - Processo de Conhecimento LAURO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR X SERASA S/A (E OUTRO) Aguarde-se a audiência designada Adv(s) GABRIEL JOCK GRANADO

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Civeis
COMARCA DE CURITIBA - CENTRAL
7º Juizado Especial Cível -
Relação Nrº : 003/2004

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
AMABILON DALCOMUNI	007	2001.0005186-1/0
ANA PAOLA CARNEIRO DE OLIVEIRA	001	1998.0011041-8/0
ANA PAULA DOMINGUES DOS SANTOS	004	2000.0006093-3/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	016	2002.0023110-0/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	017	2002.0023156-8/0
ANDREZZA MARIA BELTONI	027	2003.0027873-4/0
CARLOS ALBERTO HENRIQUES	005	2000.0008538-3/0
CARMEN GLORIA ARRIAGA ANDRIOLI	007	2001.0005186-1/0
CLAUDIO CESAR PINTO	004	2000.0006093-3/0
DANIELE PIMENTEL DOS SANTOS	017	2002.0023156-8/0
DIGELAINE MEYRE SANTOS	011	2001.0022646-7/0
DORVAL ANGELO CURY SIMOES	011	2001.0022646-7/0
DR. JOSE ORIVALDO DE OLIVEIRA	006	2001.0000148-1/0
DR. NELSON LUIZ DE LACERDA CRUZ	019	2003.0007296-5/0
EDNA ORLANDINI	016	2002.0023110-0/0
EDSON CARLOS DE SOUZA VEIGA	009	2001.0013351-5/0
EDUARDO PIERRI	013	2002.0008106-0/0
ERICA MARTA GAVETTI	002	1999.0008598-7/0
GABRIEL JOCK GRANADO	029	2004.0000796-7/0
GILBERTO LUIZ BONAT	022	2003.0015037-1/0
GILBERTO LUIZ KLISIEWICZ	028	2004.0000664-0/0
GIOSER ANTONIO OLIVETTE CAVET	015	2002.0016682-0/0
HERMES HENRIQUE CORRÊA CONCEIÇÃO	016	2002.0023110-0/0
IVAN RIBAS	006	2001.0000148-1/0
JORGE CLARO BADARO	024	2003.0019926-5/0
JOSE RODRIGUES DA SILVA	020	2003.0012039-8/0
JOSE VALTER RODRIGUES	016	2002.0023110-0/0
JULIANA BUSO	025	2003.0020796-8/0
LUCIANA ANDREA MAYRHOFER DE OLIVEIRA	024	2003.0019926-5/0
LUIZ ADAO DE CARLI	023	2003.0015100-6/0
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA	007	2001.0005186-1/0
MARINA AUGUSTO FLANDOLI	016	2002.0023110-0/0
MARINA AUGUSTO FLANDOLI	017	2002.0023156-8/0
MARINO RENEU DRESCH	015	2002.0016682-0/0
MARION ARANHA PACHECO MUGGIATI	016	2002.0023110-0/0
MAYRON VENDRAME MAGNINI	026	2003.0024571-3/0
MURILO U. GUSE	021	2003.0014486-5/0
NEUDI FERNANDES	008	2001.0005367-8/0
PATRICIA MARIN DA ROCHA	014	2002.0015159-9/0
ROBISON MARANHAO	010	2001.0021591-0/0
RODRIGO GARCIA SANT ANNA BEVILAQUA	018	2003.0006184-1/0
ROSANA APARECIDA SOBEJEIRO RIGONI	001	1998.0011041-8/0
SANDRA REGINA RODRIGUES	012	2002.0001961-5/0
SHEYLA D. B. DOS SANTOS	021	2003.0014486-5/0
SORAYA FALTIN	002	1999.0008598-7/0
VALDEMAR BERNARDO JORGE	003	1999.0015993-0/0

Comarcas do Interior

Crime

Assaí

CARTÓRIO CRIMINAL, FAMÍLIA E ANEXOS
COMARCA DE ASSAÍ – ESTADO DO PARANÁ
Juíza de Direito: SONIA LEIFA YEH FUZINATO
RELAÇÃO Nº 01/2004

Advogados
Abraham Lincoln de Souza
Ademar Martins Vieira
Airton José Margarido
Andréa Bernabél Furlan
Antonio Francisco da Silva
Antonio Galdino Vieira da Silva
Ayrton Lopes da Silva
Carlos Roberto Lunardelli
Cassiane Oneida Martins Vieira
Cídio Severino
Dêmore Luiz Barão
Denison Henrique Leandro
Edmildo Fernandes
Edson Laerte de Moraes
Enéas de Souza Reis
Izabel Cristina Gomes da Silva
Januário Silvério de Souza
João Maria Brandão
José de Oliveira Paes
Pedro Alberto Alves Maciel
Roberto Marcelino Duarte
Vicente de Paula
Yoshikazu Fucuda
Yoshinori Fucuda
Infância e Juventude

Guarda 72/01 – reqte F. O . A . – reqdo A . A . J. S. A . – "designado o dia 19-02-04, às 16,30 hs., para oitiva da adolescente". Adv. Januário Silvério de Souza.

Embargos à execução 21/03 – embte Município de S. S. da Amoreira-PR., embargado M.P. – "...manifestar, no prazo de (5) cinco dias(CPC. Artigo 569, parágrafo único, letra "b")". Adv. Edmildo Fernandes

Embargos à execução 32/03 – Município de N. A . Colina-PR.,"...manifestar no prazo de 05 dias(CPC. Art. 569, parágrafo único, letra "b")". Adv. Demore Luiz Barão.

Guarda 57/01 – J. H. A . S. e outro – reqdo R. O . D. – "...diante do exposto, e não havendo, "in casu", nenhuma das hipóteses previstas no artigo 29, do ECA, julgo procedente o pedido formulado nestes autos, para fins de conceder a guarda de C. S. O , nascida aos 23 de setembro de 1998, filha de R. O . D e R. da S., aos requerentes J. H. A . dos S. e V. L. B. ...". Adv. Yoshinori Fucuda, Januário Silvério de Souza.

Representação 57/03 – infrator W. C. P. – "nomeada sob a fé de seu grau para o patrocínio da defesa, estando os autos com vista para apresentação de defesa prévia, no prazo legal". Adv. Cassiane Oneida Martins Vieira.

Embargos à execução 20/03 – embargante M. de S. S. da Amoreira – embargado M. P. – "...manifeste-se o embargante, no prazo de (5) cinco dias) CPC., art. 569, parágrafo único, letra "b"). Adv. Edmildo Fernandes.

Embargos 31/03 – Embargante Municipio de N. A . Colina – "...manifeste-se o embargante, no prazo de 05 dias(CPC., art.569, parágrafo único, letra "b"). Adv. Demore Luiz Barão.

Guarda 33/03 – reqte S. S. e N. S. S. - reqdo S. D. G. – "... Considerando os termos da emenda à petição inicial, abra-se vista ao defensor dativo, para, querendo, oferecer aditamento à contestação". Adv. Yoshinori Fucuda.

Processos de família

Retificação Req. N. a . de O . representando a filha – "...manifestar no prazo de 05 dias". Adv. Edmildo Fernandes.

Invest. Patern. 72/00 – Reqdo M. C. da S. – "manifestar sobre o laudo pericial, no prazo legal". Advogado Roberto Marcelino Duarte

Ação Declaratória 33/03 – Reqte M. S. s. – reqdo A . B. de l. – "Nomeado curador especial, sob a fé do grau, estando os autos com vista para apresentação de resposta...". Adv. José de Oliveira Paes.

Dissolução 175/03 – Reqte C. a . M. – reqdo J. R. – "... manifeste-se o requerente, no prazo de 05 dias". Adv. Cassiane Oneida Martins Vieira.

Execução 435/93 – Exeqte M. G. – executado J. O . N. – "...julgo extinto o processo, sem análise do mérito, nos termos do artigo 267, III, § 1º, do C.P.C., ...: . Adv. Edson Laerte de Moraes e Yoshikazu Fucuda.

Divórcio 204/02 – Reqte C. S. M. – reqdo W. M. J. – "manifestar a autora, em 05 dias sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 40". Adv. Yoshinori Fucuda.

Invest. Patern. 71/01 – Reqdo C. G. da S. – "...diante do exposto, e considerando tufo o mais que dos autos consta, nos termos do artigo 269, inciso I, do C.P.C., julgo improcedente o pedido constante da petição inicial". Adv. Pedro Alberto Alves Maciel.

Execução 177/03 – Exeqüente l. dos S. – executado W. G. C. – "... indefiro a petição inicial e declaro extinto o presente feito, nos termos do artigo 616, do C.P.C.". Adv. Enéias de Souza Reis.

Medida Cautelar 118/03 – Reqte L. c. R. e Reqdo E. J. – "Sentença em 15-12-03 - ... diante do exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, confirmando a liminar concedida, julgo parcialmente procedente o pedido constante no presente processo, para fins de determinar a separação de corpos do casal, fixar os alimentos provisionais em 25%(vinte e cinco por cento) dos rendimentos líquidos do requerido e manter a requerente como sua dependente no plano de saúde mantido pela empresa ... condeno o requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que, diante do julgamento antecipado da lide, fixo em 02 salário mínimos". Advs. Andréa Bernabél Furlan e José de Oliveira Paes.

Ação Anulatória 154/01 – G. S. Q. – reqdo A . Q. – "dia 30-03-04, às 13,30 hs., para audiência de instrução e julgamento". Adv. Januário Silvério de Souza – Denison Henrique Leandro.

Impugnação ao valor da ação 145/03 – E. C. de O . reqda M. A . de O . " por sentença data de 23-12-03 – "...diante do exposto, rejeito a impugnação ao valor dado à causa, mantendo aquele atribuído pela impugnação". Adv. Ayrton Lopes da Silva – Andréa Bernabél Furlan.

Sep. Jud. Lit. 123/03 – M. A . de O . e E. C. O . – "...defiro as provas oral(consistente em depoimento pessoal das partes e oitiva de testemunhas), bem como, documental, por entender necessárias ao deslinde da questão controvertida ...designo o dia 19-03-04, às 8,30 hs., para a audiência de instrução e julgamento". Adv. Andréa Bernabél Furlan, Ayrton Lopes da Silva.

Execução 80/01 – Exqte I. J. – executado M. D. f. – "tendo em vista a justificativa apresentada e documentos que a acompanham, manifeste-se a exeqüente, no prazo de 05 dias". Adv. Vicente de Paula.

Divórcio Não Consensual 108/03 – C. A . G. – reqda E. L. Y. G. – "tendo em vista o contido às fls. 120, redesigno audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 18-11-04, às 8,30 hs.". Adv. Antonio Galdino Vieira da Silva.

Processos Crimes

26/99 – Alessandro Felipe de Oliveira – "... declaro extinta a respectiva pena" . Adv. Januário Silvério de Souza.

16/02 – Joaquim Pereira da Costa e outros – "nomeado sob a fé do grau para o patrocínio da defesa, estando os autos com vista para apresentação de alegações finais, no prazo legal". Adv. Ademar Martins Vieira.

Processo Crime n. 01/2002 – Edmilson Divino Pereira – "nomeado sob a fé de seu grau para o patrocínio da defesa, estando os autos com vista para manifestar na fase do artigo 499 do C.P.P.". Adv. Januário Silvério de Souza.

07/01 – Marcus Humberto Almeida – "declarado extinta a punibilidade, face ao cumprimento integral". Adv. Edmildo Fernandes.

35/02 – Gileno França de Oliveira – "...prorrogo por mais 01 um ano o prazo para cumprimento do item 1.a. fls. 68". Adv. Dêmore Luiz Barão.

64/93 – Djalma Maximiano – "dia 29-04-04, às 9 horas para submissão do réu a novo júri popular; e dia 01-04-2004, às 9 horas, para o sorteio dos jurados". Adv. Antonio Francisco da Silva e Pedro Alberto Alves Maciel.

01/98 – Angelei Pereira – "...diante desses fatos, acolho a promoção ministerial de fls. 144, e determino a regressão do regime prisional para o semi-aberto...". Adv. Januário Silvério de Souza.

Precatória 145/03 – Nivaldo Wanderley Brandi e Odair Montesso de Paiva – "dia 20-02-04, às 10 horas, inquirição de testemunhas neste Juízo". Adv. Airton José Margarido

Restituição de Coisa Apreendida 83/03 – Reqte Aparecido Miguel – "anexar aos autos documento comprobatório de que possui a permissão para portar armas de fogo, pois o documento anexado está vencido desde 1995". Adv. Pedro Alberto Alves Maciel.

29/02 – Expedido Campos Gaspar e outros – "dia 11-03-04, às 8,30 hs., audiência de interrogatório dos réus neste juízo". Advs. João Maria Brandão e Cídio Guimarães Severino.

Restituição 79/03 – Reqte Emerson Carvalho Campos – "juntar aos autos documento apto a comprovar que tem autorização da autoridade competente para portar a arma de fogo cuja restituição pretende obter". Adv. Carlos Roberto Lunardelli.

Agravo à execução 59/03 - Mirian Lopes Novaes – "ciência da baixa dos autos" . Adv. Januário Silvério de Souza.

71/00 – Helionor da Silva Aguiar – "dia 09-02-04, às 15,50 hs., inq. Test. No 2º ofício judicial – Seção Criminal da Comarca de Lençóis Paulista – SP.". Adv. Abraham Lincoln de Souza.

08/03 – Adriano dos Santos – "dia 20-02-2004, às 14,40 horas, oitiva de testemunhas da denuncia na Vara Criminal de Ibiporã-Pr.,". Adv. Izabel Cristina Gomes da Silva Araújo.

Chopinzinho

COMARCA DE CHOPINZINHO – PARANÁ
ÚNICA VARA CRIMINAL
Juiz de Direito: Dr. Paulo Cezar Carrasco Reyes
Juiz Substituto: Dr. Geraldo Dutra de Andrade Neto
Escrivã Criminal Desig: Tânia Mª Adams de Castro Amorim
RELAÇÃO 02/2004

RÉU PRESO

Índice Nominal dos Advogados

ANA PAULA RIBAS VIEIRA	01
JOSE ALVES DOS SANTOS JUNIOR -	01
SERGIO NEIVA VIEIRA –	01

01 – Processo Crime nº 07/2002 – réu FERANDO BATISTA DE ANDRADE, intimar advogados do despacho do MM. Juiz folhas. 325 a seguir transcrito: " I -Recebo o recurso, posto que tempestivo. II -Intime-se a defesa e posteriormente o Ministério Público, para, no prazo legal, querendo, apresentem as razões e contra razões de recurso. III -Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Alçada deste Estado. Intimem-se, diligências necessárias. Chopinzinho, 14 de janeiro de 2004. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz Substituto". Advs. DRS. SERGIO NEIVA VIEIRA, ANA PAULA RIBAS VIEIRA e JOSE ALVES DOS SANTOS JUNIOR.

Francisco Beltrão

COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO – PARANÁ
Vara Criminal e anexos
DANIELLE NOGUEIRA MOTA, Juíza Substituta
Relação nº 003/2004

1. Processo Crime nº 014/2001, Ricardo Batista da Costa. Designado o **dia 29 de Janeiro de 2004, às 13:30 horas**, para a audiência de inquirição das testemunhas de acusação. Adv.: **Dr. Márzio Ferraro Junior – OAB/PR 935**.

2. Processo Crime nº 142/1997, Ricardo Batista da Costa. Apresente defesa prévia, no prazo legal . Adv.: **Dr. Márzio Ferraro Junior – OAB/PR 935**.

3. Processo Crime nº 082/1999, Antonio Duarte Araujo e outros. Manifestem-se na fase do artigo 500 do CPP. Adv.: **Dr. Vilson Vieira – OAB/PR 31.066 –** Assistente de acusação e **Dr. Silvio Oliveira da Silva – OAB/PR 14.613 –** defensor.

Guaraniaçu

ÚNICA VARA CRIMINAL
COMARCA DE GUARANIAÇU - Pr.
Juiz : Dr. RODRIGO LUIS GIACOMIN
RELAÇÃO Nº 01/2004

01 – Dr. DEISE GRAPIGLIA.

01 – Autos nº 47/2003 de Processo Crime. Réu: **VALDIR LUIS DOS SANTOS E CLADECIR JOSE BERNARDI.** "Intimar a defensora de que foi indeferido o Pedido de Liberdade Provisória formulado nos autos supra".

Icaraíma

COMARCA DE ICARAÍMA - PARANÁ
ÚNICA VARA CRIMINAL
PETERSON CANTERGIANI SANTOS
JUIZ DE DIREITO

RELAÇÃO N.º 01/04

Dr. ANTONIO MOSSURUNGA MORAES FILHO
Dr. RONALDO CAMILO.
Dr. SANDRO JUNIOR BATISTA NOGUEIRA.

1- AUTOS DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA E OU LIBERDADE PROVISÓRIA SOB n.º154/03- PROCESSO CRIME- 53/01- requerente –JOSÉ ACÁCIO CAJUEIRO, **INTIMA** o defensor abaixo, de que foi indeferida a súplica cravada às fls. 02 a 16, e ao efeito mantendo a prisão preventiva decretada em relação ao requerente José Acácio Cajueiro.
Dr. ANTONIO MOSSURUNGA MORAES FILHO.

02- AUTOS DE PROGRESSÃO DE REGIME DE PENA SOB N.º59/03 – Requerente – GILMAR RODRIGUES, **INTIMA** o defensor abaixo, de que foi indeferido o pedido de Progressão para o regime aberto.
Dr. RONALDO CAMILO – OAB/PR – 26.216.

03- PROCESSO CRIME 33/03- RÉU- ORLANDO SILVIO BALDUINO, **INTIMA** o defensor abaixo que foi indeferido o Pedido de Transferência do réu para a Comarca de Marechal Cândido Rondon.
Dr. SANDRO JUNIOR BATISTA NOGUEIRA – OAB/PR n.º31.523.

Iretama

COMARCA DE IRETAMA – PR
CARTÓRIO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
RELAÇÃO 001/2004
JUÍZA SUBSTITUTA: DRA. RENATA E. F. DE B. COSTA

Índice de Publicação

Advogados	Ordem	Processo
Lídia Sá da Silva	01	031/01
Rodnei France Alvarenga e Mônica Daltoé	02	027/00

1) PROCESSO-CRIME Nº 031/01, MINISTÉRIO PÚBLICO X LEONICE ELIANE DO NASCIMENTO, para intimação do Defensor, que foi designado o dia 03 de fevereiro de 2004, às 13:00 horas, para o sorteio dos jurados e o dia 26 de fevereiro, às 9:00 horas, para o julgamento da ré. Dra. Lídia Sá da Silva

2) PROCESSO-CRIME Nº 041/01, réu SILVESTER MARTINS DA LUZ, para intimação dos Defensores, que foi designado o dia 06 de maio de 2004, às 9:00h, nos autos de Carta Precatória nº 215/03, para inquirição de testemunha da denúncia, Maria Adelma Vieira, no Juízo de Barreiras/BA. Drs. Rodnei France Alvarenga e Mônica Daltoé.

Morretes

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE MORRETES – PR
Juíza Substituta: Dra. Sibele Lustosa.

Relação nº 01/04

Ação Penal nº 24/01 – Marcos Antonio de Oliveira e outros: Intimar os Defensores que foi designada a data de 18.03.04, às 14:00 horas, audiência para inquirição de testemunha arrolada pela Defesa. Adv.Antonio Augusto Figueiredo Basto, Luis Gustavo Rodrigues Flores, Antonio Carlos Athayde e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 07/93 – Clarinda Maia de Morais e outros: Audiência para proposta de Suspensão Condicional do Processo, designada para a data de 26.02.04, às 15:00 horas. Adv. Jackson Heim e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 22/01 – Marcos Antonio de Oliveira: Intimar os Defensores que foi designada a data de 27.05.04, às 14:00 horas, audiência para inquirição de testemunha arrolada pela Defesa. Adv. Antonio Augusto Figueiredo Basto e Luis Gustavo Rodrigues Flores.

Ação Penal nº 20/00 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 14 de maio de 2.004, às 14:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Dirceu Venâncio de Paula.

Ação Penal nº 30/00 – Júlio César Salomão. Inquirição de testemunha arrolada na denúncia, dia 07 de maio de 2.004, às 14:0 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 30/00 – Júlio César Salomão. A Defesa deverá ser manifestar sobre as certidões de fls. 507/, 528 vº, 529 e 531. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 33/99 – Júlio César Salomão: Interrogatório do denunciado para o dia 19 de março de 2.004, às 14:0 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 44/99 – Júlio César Salomão: Audiência para inquirição de testemunha arrolada pela Defesa, dia 23 de abril de 2.004, às 14;00 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 44/99 – Júlio César Salomão: A Defesa deverá se manifestar sobre a certidão de fls 475. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 38/99 – Júlio César Salomão e Carlos Guilherme Ceschin Gomes do Rego: Interrogatório dos denunciados para o dia 28 de maio de 2.004, às 16:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Antonio Augusto Figueiredo Basto.

Ação Penal nº 45/99 – Júlio César Salomão: Interrogatório do denunciado para o dia 16 de abril de 2.004, às 14:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 28/00 – Júlio César Salomão, João Vitor Salomão Maciel, Rita de Cássia Silvério Maciel, Mauricio de Oliveira, Jackson José Sant'Clair Salomão e Leandro Salomão: Interrogatórios dos denunciados para o dia 28 de maio de 2.004, às 14:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad, Sidney Antunes de Oliveira e Rafael Bohl.

Ação Penal nº 46/99 – Júlio César Salomão: Interrogatório do denunciado para o dia 16 de abril de 2.004, às 14:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 46/99 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 14 de maio de 2.004, às 15:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 22/00 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 14 de maio de 2.004, às 14:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 10/00 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 14 de maio de 2.004, às 15:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 30/99 – Júlio César Salomão e Jackson José Sant Clair Salomão: Interrogatório dos denunciados para o dia 28 de maio de 2.004, às 16:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 43/99 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 30 de abril de 2.004, às 14:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 39/99 – Júlio César Salomão: Interrogatório do denunciado para o dia 16 de abril de 2.004, às 15:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 34/99 – Júlio César Salomão: Interrogatório do denunciado para o dia 19 de março de 2.004, às 14:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 32/99 – Júlio César Salomão: Interrogatório do denunciado para o dia 19 de março de 2.004, às 15:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 37/99 – Júlio César Salomão: Interrogatório do denunciado para o dia 19 de março de 2.004, às 15:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 09/00 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 30 de abril de 2.004, às 15:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 21/00 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 14 de maio de 2.004, às 15:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 02/00 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 30 de abril de 2.004, às 16:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 41/99 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Interrogatório dos denunciados para o dia 30 de abril de 2.004, às 16:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Antonio José da Luz Amaral Filho.

Ação Penal nº 19/99 – Júlio César Salomão e João Maximo Salomão Neto, Jackson José Sant Clair Salomão e Mauricio de Oliveira: Interrogatório dos denunciados para o dia 28 de maio de 2.004, às 16:45 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 29/99 – Júlio César Salomão e João Vitor Salomão Maciel: Inquirição de testemunha arrolada pela Defesa, dia 07 de maio de 2.004, às 14:30 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Sidney Antunes de Oliveira.

Ação Penal nº 31/99 – Júlio César Salomão: Nesta data foi expedido Carta Precatória à Comarca de Curitiba, para inquirição de testemunha arrolada pela Defesa. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 27/00 – João Maximo Salomão Neto e Yocito Shirai. Interrogatório dos denunciados dia 16 de abril de 2.004, às 16:00 horas. Adv. Elias Mattar Assad e Moacyr Corrêa Neto.

Ação Penal nº 28/99 – Júlio César Salomão: Inquirição de testemunha arrolada pela Defesa, dia 21 de maio de 2.004, às 14:0 horas. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 22/01 – Marcos Antonio de Oliveira: Pelo presente fica a defesa intimar do Oficio nº06/04 de fls. 247 do teor seguinte: Por meio deste, informo V.Excia., que não há neste Ergastulo Público, recluso de nome JONI DOS REIS, conforme consta do oficio nº 706/03 de 18.12.03 desse Juízo, porém, através de nosso arquivo, constatamos que em data de 21.12.01, foi posto em liberdade mediante alvará de soltura, expedido por esse Juízo, o recluso Jone Luiz da Silva, o qual acreditamos que seja pessoa a ser intimada. Adv. Antonio Augusto Figueiredo Basto e Luis Gustavo Rodrigues Flores.

Incidente Processual nº 21/01 – Júlio César Salomão: Em data de 06.01.04, foi expedido Carta Precatória à Brasília e de Paranavaí para inquirição de testemunha constante na inicial de Incidente Processual. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 28/99 – Júlio César Salomão: Em data de 06.01.04, foi expedido Carta Precatória à Comarca de Curitiba, para inquirição da testemunha João Vitor Salomão Maciel. Adv. Elias Mattar Assad.

Ação Penal nº 10/02 – Marcos Antonio de Oliveira: Inquirição de testemunha arrolada na denúncia, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, designada a data de 16.03.04, às 14:30 horas, na Comarca de Antonina, designada a data de 02.03.04, às 14:30 horas. Adv. Antonio Augusto Figueiredo Basto e Luis Gustavo Rodrigues Flores.

Morretes, 06 de janeiro de 2.004.
Sibele Lustosa
Juíza Substituta

Paraíso do Norte

COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE – PARANÁ
VARA CRIMINAL
JUIZ: DR ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO
RELAÇÃO Nº 01/2004

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
Dr Abel de Souza Morangueira	01	013/2002

1. Processo Crime nº 013/2002 – Justiça Pública X José Carlos Farias – "audiência de inquirição da testemunha de defesa Odilon Macedo Neto perante o Juízo da 1ª Vara Criminal e do Tribunal do Júri da Comarca de Maringá – PR, dia 27.abril.2004, às 10:00 horas" – Adv Dr Abel de Souza Morangueira

Paranaguá

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAl
Paranaguá – Pr.
Rua: Marechal Deodoro – 162 – fone: 0XX41-423-2799
Aristóteles Coelho Rosa Junior
Escrivão Criminal
Juiz Substituta: Dr. SIBELE LUSTOSA

RELAÇÃO N.º 001/04

Advogados:
01-Dr. Adalberto Cordeiro Rocha - 02
02-Dr. Giordano Sadday Renert Vilarinho - 02
03-Dr. Manoel Giovani Abelha - 01

01 – P. C. 2003.174-9 – JP x JOÃO SANTA e LUIZ CLAUDIO CORREIA – Designado dia 30-jan-2004, às 16:00 horas para inquirição de testemunhas arroladas pelo M. Público – expedido Carta Precatórias, prazo de 20 dias, a comarcas de Curitiba, Piraquara e Colombo para inquirição de testemunhas arroladas pela Defesa. Dr. Manoel Giovani Abelha.

02 – P. C. 2003.98-0 – JP x JOSE JOAQUIM Alves Albino e JULIANO ANDRIGO MOREIRA BENTO – Designado dia 18/fev/2004 às 14:00 horas para inquirição de testemunha arrolada pela acusação, expedido Carta Precatória para inquirição de testemunhas arroladas pela acusação a comarca de Rio Negro e Guaraniaçu – Pr. Advogados: Dr. Giordano Sadday Renert Vilarinho e Dr. Adalberto Cordeiro Rocha.

Pérola

COMARCA DE PÉROLA / ESTADO DO PARANÁ
JUIZO DA VARA CRIMINAL
Av. Café Filho, 35 - CEP: 87 540 - 000 - fone: 0XX44-636-1331
JUÍZA Substituta: Dra. SILVANE CARDOSO PINTO

RELAÇÃO Nº 01/2004

Advogados nº	Ordem	nº dos autos
Ronaldo Camilo	01	PC29//2003B

01- MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ X DOUGLAS BATISTA DA SILVA: "Ante o teor da certidão de fl. 139, expeça-se nova Carta Precatória à Comarca de Umuarama, com prazo de dez dias, para a inquirição da testemunhya APARECIDA DUTRA DE ALMEIDA..."Advogado: Ronaldo Camilo

São Miguel do Iguaçu

JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ.
JUIZ: Dr. SANDRA TAMARA GAYER.
Relação nº. 17/2003.-

Advogado	Ordem	Autos
Dr. Benigno Cavalcante	001	Exc.da Verdade 100/01
Dr. Benigno Cavalcante	002	Queixa Crime nº.80/01
Dr. Benigno Cavalcante	003	Proc. Crime nº. 70/02
Dr. Bruno F. Martins Migliozzi	004	Proc. Crime nº. 77/00
Drª. Marilia Antonia da Silva	005	Proc. Crime nº. 17/97

01 – Exceção da Verdade nº. 100/01 – IVO PALUDO – "Seja o renunciante intimado para tombada aos autos de cópias do termo de cientificação da renúncia". Adv.Dr. Benigno Cavalcante – OAB-PR. 24.441-A.

02 – Queixa Crime nº. 80/01 – ARMANDO LUIZ POLITA x IVO PALUDO – "Promova-se a intimação do renunciante para que seja tombado aos autos o documento de notificação da renúncia". Adv. Dr. Benigno Cavalcante – OAB-PR. 24.441-A.

03 – Processo Crime nº. 70/02 – IVO PALUDO – "Seja o renunciante intimado para apresentação de comprovação de notificação da renúncia". Adv. Dr. Benigno Cavalcante – OAB-PR. 24.441-A.

04 – Processo Crime nº. 77/00 – JORGE LUCIA FURLAN – "Recebo o recurso. Fica o defensor intimado para apresentação das razões recursais no prazo legal". Adv. Dr. Bruno F. Martins Migliozzi – OAB-PR. 19.497.

05 – Processo Crime nº. 17/97 – WALDIMAR CAMILO DA SILVA e OUTRO – " Vista à defesa para os fins do Art. 499 do CPP". Adv. Dr. Marilia Antonia da Silva – OAB-PR. 11-074-A.

União da Vitória

COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA – ESTADO DO PARANÁ
VARA CRIMINAL – RELAÇÃO N.º 001/2004.
JUÍZA – DOUTORA JULIA CONCEIÇÃO M. E F. DE ARAUJO

1- AUTOS DE CARTA PRECATÓRIA N.º 2003.952-9 DA VARA CRIMINAL DE MALLET – PR; RÉU: ISAÍAS MONTEIRO – AUDIÊNCIA INQUIRIÇÃO TESTEMUNHAS - DATA: 19/02/2004, ÀS 15:00 HORAS – ADV: DR. CAIO GRACO DE ARAÚJO QUADROS – SÃO MATEUS DO SUL - PR

Juizados Especiais

Guaraniaçu

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL e CRIMINAL
COMARCA DE GUARANIAÇU-PR.
Juíza: DRA. LUCIANA LOPES DO AMARAL
RELAÇÃO Nº 06/2003

01 – DR. ANESTOR GASPAR DA SILVA.

01- Autos nº 79/2002, de Ação de Ressarcimento por violação de Obrigação de Prestação de Serviços Advocatícios, requerente: **DILAIR RODRIGUES DE OLIVEIRA GONÇALVES**. Requerido: **JOSÉ PIO GONÇALVES.** Defensor: **DR. ANESTOR GASPAR DA SILVA.** "Intimar o Defensor, para que no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias apresente suas alegações finais por memoriais, nos autos supra".

Guarapuava

COMARCA DE GUARAPUAVA, PR.
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ DE DIREITO AUSTREGÉSILO TREVISAN
RELAÇÃO n. 01/04

ADVOGADO(S):
Victorio Hauagge (01)

1. carta precatória n. 87/03 (oriunda dos autos n. 186/01 do JECR de Piracaia/SP). Réu: Gelson Bucheneki. Designado o dia 19.02.2004, às 13h00min, para realização de audiência preliminar. Advogado Victorio Hauagge.

Laranjeiras do Sul

COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
JOAO LUIS MANASSES DE ALBUQUERQUE FILHO
MARCOS MUZYKA - Secret rio
RELAÇÃO Nº 08/03
JUIZADO ESPECIAL

Índice de Publicação

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA	0007	000227/2001

	0015	000229/2002
	0020	000052/2003
	0002	000204/2000
ANA GRACIELI TERLEKI	0015	000229/2002
ANDRE DINIZ AFFONSO DA CO	0019	000326/2002
ANDREIA INDALENCIO	0015	000229/2002
CARLOS MARCELO VIEIRA	0023	000365/2003
	0024	000366/2003
CLAITON JOSE DE OLIVEIRA	0016	000246/2002
	0038	000427/2003
	0008	000282/2001
	0011	000067/2002
	0014	000118/2002
	0004	000066/2001
	0003	000032/2001
EDSON TOME	0013	000077/2002
FABIOLA RITTER MORO	0009	000283/2001
FLAVIO GOTARDO C. DE SOUZ	0019	000326/2002
JAIME JAVORSKI	0001	000048/2000
JOAO MORAIS DO BONFIM	0010	000291/2001
JONNY PAULO DA SILVA	0019	000326/2002
JOSE DE PAULA XAVIER	0011	000067/2002
JOSE VALDECI GOMES DA SIL	0039	000428/2003
LARISSA RIBEIRO GIROLDO	0009	000283/2001
LARISSA RIBEIRO RIROLDO	0010	000291/2001
MARCO AURELIO PELLIZZARI	0022	000291/2003
	0005	000095/2001
MARCOS VINICIUS H. RINALD	0031	000395/2003
	0033	000403/2003
	0030	000393/2003
	0026	000389/2003
	0035	000405/2003
	0032	000402/2003
	0036	000406/2003
	0034	000404/2003
	0027	000390/2003
	0025	000388/2003
	0028	000391/2003
	0029	000392/2003
MARILIA AZAMBUJA DE PAULA	0023	000365/2003
	0011	000067/2002
	0017	000269/2002
	0012	000069/2002
MAURICIO GOMM FERREIRA DO	0019	000326/2002
MIRIAN PADILHA	0018	000312/2002
NEMORA PELLISSARI LOPES	0022	000291/2003
	0005	000095/2001
RICARDO JOSE DAGOSTIM	0037	000414/2003
	0038	000427/2003
ROSA ELCI DOS ANJOS	0006	00117/2001

1.-ACAOMDE COBRANCA-48/2000-ARMELINDO TRANQUILO AMBROSIO x VICENTE DINGUELESKI-Adv. JAIME JAVORSKI- Ao procurador do autor para comparecer na secretaria do Juizado para apanhar a carta precatoria para encaminhamento.

2.-INDENIZA•AO POR ATO ILICITO-204/2000-JOSENEI MIGUEL WOLFF BARBOSA x ANTONIO OLIVEIRA RIBEIRO -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancaos aplic veis na forma da Lei. (carga dia 25/11/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA-

3.-ACAOMDE COBRANCA-32/2001-NARDINA GONCALVES x JOAO PEDRO FAGUNDES -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancaos aplic veis na forma da Lei. (carga dia 24/11/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. CLAITON JOSE DE OLIVEIRA-

4.-INDENIZA•AO POR ATO ILICITO-66/2001-ANTONIO ORIVAN LUCAS MARTINS x OZELIR EUZEBIO DE BRITO -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancaos aplic veis na forma da Lei. (carga dia 22/10/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. CLAITON JOSE DE OLIVEIRA-

5.-ACAOMDE COBRANCA-95/2001-JOSE CARLOS ROSA x DALLIGNA S/A -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancaos aplic veis na forma da Lei. (carga dia 17/11/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. NEMORA PELLISSARI LOPES e MARCO AURELIO PELLIZZARI LOPES-

6.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-117/2001-MARIA DAS GRACAS CARVALHO x NIVALDO BRASIL PEREIRA-Adv. ROSA ELCI DOS ANJOS- Ao autor para manifestar-se sobre a certidao do sr. Oficial de Justica defls.09 v.

7.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-227/2001-EDSON CARLOS BECKER x PAULO CELSIO DE VARGAS-Adv. ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA- Ao procurador para comparecer na secretaria para apanhar a carta precatoria para encaminhamento.

8.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-282/2001-JUSSARA APARECIDA ELIAS x MARIA LURDES DE OLIVEIRA-Adv. CLAITON JOSE DE OLIVEIRA- Ao autor para comparecer na secretaria para apanhar oficio para encaminhamento.

9.-ACAOMDE COBRANCA-283/2001-TELEPAR BRASIL TELECOM S/A x PAULO SCHEFFER-Adv. FABIOLA RITTER MORO e LARISSA RIBEIRO GIROLDO- Ao exequente sobre a execucao retro.Intime-se.

10.-ACAOMDE COBRANCA-291/2001-ANTONIO LAURI SCHILES x TELEPAR BRASIL TELECOM S/A-Adv. JOAO MORAIS DO BONFIM e LARISSA RIBEIRO RIROLDO- Intime-se as partes atraves de seus procuradores da sentenca: Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais, afastando a condenacao por danos materiais e morais, admitindo a revisao do debito referente aos pulsos cobrados na conta telefonica vencida em 25 de novembro de 2000, reduzindo o valor para R$ 2,61 (dois reais e sessenta e um centavos). Julgo improcedente o pedido contraposto. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Laranjeiras do Sul, 18 de novembro de 2003. (as) Joao Luiz Manasses de Albuquerque Filho, Juiz de Direito.

11.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-67/2002-NERI BINOTTI x JOAO MARIA DE OLIVEIRA FAUSTO-Adv. MARILIA AZAMBUJA DE PAULA PIOVESAN, JOSE DE PAULA XAVIER e CLAITON JOSE DE OLIVEIRA- Ciencia as partes sobre o leilao negativo.

12.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-69/2002-IRIO SIMIONATO x AGA MADEIRAS LTDA -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancaos aplic veis na forma da Lei. (carga dia 03/09/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. MARILIA AZAMBUJA DE PAULA PIOVESAN-

13.-ACAOMDE COBRANCA-77/2002-BEATRIZ DA SILVA MATTJIE x MARIA EDITE DA SILVA NOVICKI -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancaos aplic veis na forma da Lei. (carga dia 02/10/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. EDSON TOME-

14.-ACAOMDE COBRANCA-118/2002-DILMAR DA SILVA BOEIRA x LAURO JOSE KRANZ e outros-Adv. CLAITON JOSE DE OLIVEIRA- Ciencia ao autor sobre o leilao negativo.

15.-ACAOMDE COBRANCA-229/2002-WALTER SANTINO BOVINO x ANTONIO ENIO BOVINO-Adv. ANA GRACIELI TERLEKI, ANDREIA INDALENCIO e ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA- Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo improcedente o pedido de indenizacao por dano moral formulado por Walter Santino Bovino contra Antonio Enio Bovino.PRI. Laranjeiras do Sul, 24 de novembro de 2003. (as) Joao Luiz Manasses de Albuquerque Filho, Juiz de Direito.

16.-ACAOMDE COBRANCA-246/2002-JEFERSON LUIS BODANESE x JOSE CLAUDECIR TELES DE ANDRADE-Adv. CLAITON JOSE DE OLIVEIRA- Ao procurador para comparecer na secretaria para apanhar a carta precatoria para encaminhamento.

17.-ACAOMDE COBRANCA-269/2002-LENIR TEREZINHA DE RAMOS x FATIMA HEECH -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancaos aplic veis na forma da Lei. (carga dia 26/08/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. MARILIA AZAMBUJA DE PAULA PIOVESAN-

18.-ACAOMDE COBRANCA-312/2002-IVANEZ VOLMIR GIONGO x MARY TEREZINHA ZUBRESKI-Adv. MIRIAN PADILHA- Ciencia ao autor sobre o leilao negativo.

19.-INDENIZA•AO POR ATO ILICITO-326/2002-RICARDO RODRIGO RICHARDI x BRADESCO SEGUROS S/A-Adv. ANDRE DINIZ AFFONSO DA COSTA, MAURICIO GOMM FERREIRA DOS SANTOS, JONNY PAULO DA SILVA e FLAVIO GOTARDO C. DE SOUZA FURLAN- Ciencia as partes sobre o retorno dos autos e aguarde-se por 10 dias eventual manifestacao. Intime-se.

20.-ACAOMDE COBRANCA-52/2003-SADI ROSSIGNOL x JOSE CARLOS SIQUEIRA -devolver os autos no prazo de 24h, sob as penas do art. 196 do CPC (perda de vista dos autos fora da secretaria), alem das demais sancoes aplic veis na forma da Lei. (carga dia 05/11/03). Caso os autos ja tenham sido comprovadamente devolvidos desconsiderar esta intimacao.-Adv. ALMIR MACHADO DE OLIVEIRA-

21.-ACAOMDE COBRANCA-220/2003-TANIA MARCIA OVSIANI x SANSUNG e outros- Ciencia da parte da sentenca de fls.38. Ante o exposto, e por tudo mais que dos outros consta, aplicando-se os efeitos da revelia como determina o artigo 20 da Lei 9.099/95, considerando verdadeiras as alegacoes do reclamante o valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), acrescidos de correcao monetaria pelo INPC e juros de 0,5%, ao mes a partir da citacao. P.R.I. Laranjeiras do Sul, 27 de novembro de 2003.

22.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-291/2003-CELSO MICHALOVSKI x VILMAR MAIA e outros-Adv. MARCO AURELIO PELLIZZARI LOPES e NEMORA PELLISSARI LOPES- Aos procuradores do autor sobre a devolucao da carta precatoria.

23.-ACAOMDE COBRANCA-365/2003-HERBERT CARLOS VEIGEL x LINEIA DE FATIMA ANDRADE GOMES-Adv. CARLOS MARCELO VIEIRA e MARILIA AZAMBUJA DE PAULA PIOVESAN- Ciencia aos procuradores sobre a data designada para audiencia conciliatoria dia 12 de fevereiro de 2004, as 8h45min; tambem aos procuradores para comparecerem na secretaria para buscar a carta citatoria para encaminhamento.

24.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-366/2003-ILDO LUIS DEGRANDIS x LUCIANO NORBERTO NEZELO ROSA-Adv. CARLOS MARCELO VIEIRA-

25.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-388/2003-ANTONIO RINALDI x JOAO CIEBRE MACHADO-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

26.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-389/2003-ANTONIO RINALDI x NODIMAR CIOFFI FERREIRA-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se , credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

27.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-390/2003-ANTONIO RINALDI x SEBASTIAO ALFREDO DE ALMEIDA-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se credor da empresa tera que vomprovar se tratar de microempresa.

28.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-391/2003-ANTONIO RINALDI x ROBERTO ROGERIO ZUKOVISKI-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI-Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

29.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-392/2003-ANTONIO RINALDI x ENILDO APARECIDO DAS DORES-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI-Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

30.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-393/2003-ANTONIO RINALDI x ELOI FERREIRA-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida uma vez se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

31.-EXECU•AO DE TITULOS EXTRAJUD.-395/2003-ANTONIO RINALDI x EDSON DA CRUZ BACH-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovar a origem da d¡vida, uma vez que se , credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

32.-ACAOMDE COBRANCA-402/2003-ANTONIO RINALDI x MARCELO BENVENUTTI-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

33.-ACAOMDE COBRANCA-403/2003-ANTONIO RINALDI x FABIO OVSIANY-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

34.-ACAOMDE COBRANCA-404/2003-ANTONIO RINALDI x IRANEI GALVAO DE SOUZA-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI-Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez que se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

35.-ACAOMDE COBRANCA-405/2003-ANTONIO RINALDI x SEVERINO ANTONIO SPINELLO-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI- Intime-se o requerente para comprovzr a origem da divida, uma vez que se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

36.-ACAOMDE COBRANCA-406/2003-ANTONIO RINALDI x ERNES ROCHA BURLANI-Adv. MARCOS VINICIUS H. RINALDI-Intime-se o requerente para comprovar a origem da divida, uma vez aue se e credor da empresa tera que comprovar se tratar de microempresa.

37.-ACAO DE INDENIZACAO-414/2003-EDILSOM CHANDOHA x BRASIL TELECOM S.A-Adv. RICARDO JOSE DAGOSTIM- Intime-se sobre a data designada para audiencia conciliatoria para o dia 19 de fevereiro de 2004, ...s 8h45min; tambem o autor devera comparecer na secretaria para apanhar a carta citatoria para encaminhamento.

38.-ACAO DE INDENIZACAO-427/2003-EDER BERNARDI x JABUR PNEUS S/A e outros-Adv. RICARDO JOSE DAGOSTIM e CLAITON JOSE DE OLIVEIRA-Intime-se o autor e seus procuradores sobre a audiencia designada para o dia 19 de fevereiro de 2004, as 8h45min; tamb¸m o autor devera comparecer na secretaria do Juizado para apanhar a carta citatoria para encaminhamento.

39.-ACAOMDE COBRANCA-428/2003-GETULIO BORGES DE SOUZA x MARIO MAN FERREIRA e outros-Adv. JOSE VALDECI GOMES DA SILVA- Ciencia ao autor da data designada para audiencia conciliatoria dia 19.02.2004, as 8h45min.Intime-se.

Ministério Público

P O R T A R I A Nº 010

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 2019, de 05 de novembro de 2002, tendo em vista o contido no protocolo nº 17383/2003-MP/PR, resolve

D E S I G N A R

os servidores abaixo relacionados para comporem Comissão de Aceite Definitivo do Convite nº 16/2003-MP/PGJ, aquisição de máquinas fotocopiadoras:

HENRIQUE TERNIOWICZ, como Presidente;
EUCLIDES FRANÇA CAMARGO,
HAROLDO OLIVEIRA TINTI,
MARIA LIDIA ROSA,
MICHELLE ANDREA BINI SALSA, como membros.

Curitiba, 15 de janeiro de 2004.

Arion Rolim Pereira
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos

Fabiane Vargas Bueno de Macedo
Diretora do DRH/PGJ

P O R T A R I A Nº 011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução n.º 2019, de 05 de novembro de 2002, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 16854/2003-MP/PR, 18161/2003-MP/PR e 231/2004-MP/PR, resolve

D E S I G N A R

a servidora efetiva ADRIANA KOPPLIN CARRILHO, RG nº 1.933.700/SC, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, para prestar serviços no Departamento de Recursos Humanos, na comarca de Curitiba, a partir de 02 de fevereiro do corrente, até ulterior deliberação.

Curitiba, 15 de janeiro de 2004.

Arion Rolim Pereira
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos

Fabiane Vargas Bueno de Macedo
Diretora do DRH/PGJ

P O R T A R I A Nº 012

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 2.022, de 5 de novembro de 2002, tendo em vista o contido no protocolado nº 235/2004-MP/PR, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 92/2003, na parte que concedeu a gratificação pela prestação de serviços extraordinários ao servidor Claudio Klemann, a partir de 1º de janeiro de 2004.

Curitiba, 16 de janeiro de 2004.

Arion Rolim Pereira
Subprocurador-Geral de Justiça
para Assuntos Administrativos

Fabiane Vargas Bueno de Macedo
Diretora do DRH/PGJ

Poder Judiciário Federal

Justiça do Trabalho

Varas do Trabalho da Capital

1ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Av. Vicente Machado, 400, 5º Piso

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA **ARGLOBO COMERCIAL LTDA.**

O Doutor ANTONIO CEZAR ANDRADE, Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Curitiba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se está NOTIFICANDO a reclamada acima nominada, ora em local incerto e não sabido, para

comparecere à audiência inicial designada para o dia **17 de março de 2004, às 09h, na sede da 5ª Vara do Trabalho de Florianopólis-Sc** referente, a Reclamação Trabalhista nº AT **05448-2003-035-12-00-9,** em que é reclamante ELIZIA MARIA TORQUATO, ficando ciente de que deverá comparecer na audiência acima especificada, na sede deste Juízo, oportunidade em que poderá apresentar resposta (art. 847 da CLT) e designar preposto (art. 843 da CLT). O não comparecimento importará em revelia e confissão quanto à matéria de fato.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede deste Juízo, no local de costume.
Dado e passado na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Curitiba, aos doze dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatro.
Eu, _____ (Giancarlo Ribeiro Mroczek), Diretor de Secretaria, subscrevi.

ANTONIO CEZAR ANDRADE
Juiz do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA/PR
Rua Vicente Machado, 400 – 6º andar
Curitiba - Paraná

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CIÊNCIA DE DECISÃO COM PRAZO DE VINTE DIAS, expedido nos autos da ação trabalhista n. RT 04733/2002, em que são partes SERGIO DIVINO MORBACHE, autor, e **N DUNKER & CIA LTDA**, ré.

A Doutora **SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO**, Juíza do Trabalho da 6.ª Vara do Trabalho de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei,

FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que se está intimando **N DUNKER & CIA LTDA e seus sócios NIRIO DUNKER e MARIA CRISTINA DE TOLEDO** , ora em lugar incerto e não sabido, para que fiquem cientes da sentença proferida por este Juízo, às fls. 128/138, a qual acolheu em parte os pedidos formulados pelo autor, bem como da decisão de embargos de declaração opostos pelo autor às fls. 148/149, julgados improcedentes, cujo inteiro teor poderão os interessados tomar conhecimento na Secretaria da Vara, localizada no endereço supra. Fica a ré cientificada ainda de que, transcorridos os vinte dias, será iniciado o prazo de oito dias para interposição de recurso ordinário.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não se alegue ignorância, é passado o presente edital o qual, devidamente assinado, será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Paraná e afixado no átrio desta Vara.

Dado e passado, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, aos 14 de janeiro de 2004. Digitado por Adilson Augusto Wassão Junior – Técnico Judiciário, e subscrito por , Ricardo dos Santos, Diretor de Secretaria.

SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO Juíza do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA/PR
Rua Vicente Machado, 400 – 6º andar
Curitiba - Paraná

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DE OFICIO COM PRAZO DE VINTE DIAS

A Doutora SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO - Juíza do Trabalho da 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/Pr, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que nos autos da CP nº 00933/2003, onde são partes: FLORENCE SILVA CHAVES, reclamante e TELEMIG CELULAR S/A e TRH SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS, rés, que se está intimando **TRH SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS**, ora em lugar incerto e não sabido, para ciência do inteiro teor do ofício expedido pela 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, nos autos da RT 00620-2003-004-03-00-9, cujo teor é o seguinte: *"... solicito à V.Sª que apresente a este Juízo, com urgência, todos os recibos salariais da reclamante FLORENCE SILVA CHAVES, bem como o Termo de Rescisão Contratual. Advirto a V.Sª que o descumprimento de ordem judicial constitui em crime de desobediência. (a) Marco Antonio Ribeiro Muniz Rodrigues – Juiz do Trabalho."*.
Ficando ciente ainda da redesignação da audiência inicial nos autos RT 00620-2003-004-03-00-9 oriundo da 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, para 15 de março de 2004 às 14h15min.
Para que chegue ao conhecimento do interessado, e não se alegue ignorância, este edital será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Paraná e afixado no lugar de costume desta Vara.
Dado e passado na Secretaria da 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/Pr, aos 22 de janeiro de 2004, Digitado por Adilson Augusto Wassão Junior – Técnico Judiciário, e subscrito por, _____ Ricardo dos Santos, Diretor de Secretaria.

SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO
Juíza do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA/PR
Rua Vicente Machado, 400 – 6º andar
Curitiba - Paraná

EDITAL DE CITAÇÃO

A Doutora SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO - Juíza da 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/Pr, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que está citando **CEPREN CENTRO DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO A NEOPLASIA INFANTIL.**, atualmente em local incerto e não sabido, do ajuizamento da ação trabalhista abaixo mencionada perante esta Vara na qual figura como ré, devendo comparecer na **audiência INICIAL,** no endereço constante no cabeçalho, na data e horário abaixo, para apresentação de defesa, sob pena de confissão e revelia e, quando poderá apresentar sua resposta (artigo 847, da Consolidação das Leis do Trabalho), sendo-lhe facultado designar preposto na forma prevista no artigo 843, da CLT. O não comparecimento importará revelia e confissão quanto à matéria de fato.

Processo Autor Data/Horário
RT 00540/2004 VALQUIRIA SOARES 02-3-2004, às 14h10.

Para que chegue ao conhecimento dos interessados, este edital será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Paraná e afixado no lugar de costume desta Vara.
Dado e passado na Secretaria da 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/Pr, aos 16 de janeiro de 2004 Digitado por Adilson Augusto Wassão Junior – Técnico Judiciário, e subscrito por, _____ Ricardo dos Santos, Diretor de Secretaria.

SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO
Juíza do Trabalho

R$ 558,00 - 1893/2004

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 3º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE CITAÇÃO AOS SÓCIOS DA RECLAMADA SPACE HOUSE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA: NIVALDO JOSÉ MOURA e LUIZETE DO ROCIO MOURA, extraído dos autos de ação trabalhista PS 369/2002.

ROSÂNGELA VIDAL, Juíza do Trabalho da 11ª Vara da Justiça do Trabalho de Curitiba/PR.,

FAZ SABER aos sócios da executada supramencionada que, em virtude da inclusão dos mesmos no polo passivo do processo, pelo presente, ficam citados para que procedam ao pagamento do valor total da execução nos autos de PS- 369/2002, em que é exeqüente VISONEI DE MATOS, que em 20-01-2004 importa em R$ 3.466,67 (Três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), no prazo de 48 horas, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado no lugar de costume, na Sede desta Vara.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

ROSÂNGELA VIDAL
Juíza do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 3º andar

EDITAL DE CITAÇÃO À EXECUTADA ASB EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, extraído dos autos de PS – 3136/2002, em que é exequente Santílio Cardoso Macedo.

ROSÂNGELA VIDAL, Juíza do Trabalho da 11ª Vara da Justiça do Trabalho de Curitiba/PR.,

FAZ SABER à executada supramencionada que, pelo presente, fica citada para que proceda ao pagamento do valor total da execução nos autos de PS- 3136/2002, em que é exeqüente Santílio Cardoso Macedo, que em 20-01-2004 importa em R$ 11.114,62 (Onze mil, cento e quatorze reais e sessenta e dois centavos), no prazo de 48 horas, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado no lugar de costume, na Sede desta Vara.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

ROSÂNGELA VIDAL
Juíza do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 3º andar
80420010- Curitiba PR

EDITAL DE CITAÇÃO À EXECUTADA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE QUATRO BARRAS, extraido dos autos de RT 1321/2002, em que é exequente DAYANA BOSCARDIN DALPRA.

ROSÂNGELA VIDAL, Juíza do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a executada supra, que pelo presente, fica citada para que proceda ao pagamento do valor total da execução nos autos de RT 3136/2002, em que é exequente Dayana Boscardin Dalpra, que em 20 de janeiro de 2004 importa em R$ 5.805,30 (Cinco mil, oitocentos e cinco reais e trinta centavos), no prazo de 48 horas, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

ROSÂNGELA VIDAL
Juíza do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 3º andar
80420010- Curitiba PR

EDITAL DE CITAÇÃO AOS SÓCIOS DA EXECUTADA ROGÉRIO P SOUZA & CIA LTDA (ME): ROGÉRIO PLÁCIDO DE SOUZA e MARIA REGINA DAMBISCKI DE SOUZA, extraido dos autos de RT 8261/1998, em que é exequente Vanderlei Galvão.

ROSÂNGELA VIDAL, Juíza do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER aos sócios da executada supra, que, em virtude da inclusão dos mesmos no polo passivo da execução, pelo presente, ficam citados para que procedam ao pagamento do valor total da execução nos autos de RT 8261/1998, em que é exequente Vanderley Galvão, que em 20 de janeiro de 2004 importa em R$ 9.230,40 (Nove mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos), no prazo de 48 horas, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

ROSÂNGELA VIDAL
Juíza do Trabalho

R$ 540,00 - 2121/2004

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 3º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA CAPITAL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, extraído dos autos do processo: RT-13.576/2003, em que é reclamante LUCIANO RODRIGUES PIMENTEL.

ROSÂNGELA VIDAL, Juíza do Trabalho substituta da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa a reclamação constante de cópia existente em Secretaria), que será realizada no dia 15 (quinze) de março de 2004, às 13h35min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

ROSÂNGELA VIDAL
Juíza do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 3º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA UNISERV – COOPERATIVA MULTIFUNCIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS na pesso de seu sócio ÁUREO SEBASTIÃO ALVES DE ANDRADE, extraído dos autos do processo: RT-4694/2003, em que é reclamante LOURDES DA SILVA.

ROSÂNGELA VIDAL, Juíza do Trabalho substituta da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa a reclamação constante de cópia existente em Secretaria), que será realizada no dia 11 (onze) de março de 2004, às 13h00min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.

E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

ROSÂNGELA VIDAL
Juíza do Trabalho

R$ 720,00 - 2116/2004

12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
AV VICENTE MACHADO 400 2 3o. PISO
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMACAO No 00008-2004

Ficam os advogados abaixo relacionados intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciencia do que segue descrito nos seguintes processos:

PROCESSO TRT-PR-0012-PS 00657-2003 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Reclamante(s) :JOSE APARECIDO NOVAIS
Reclamada(s) :VIDRACARIA IMPERIAL LTDA
Adv(s) :MAURICIO JOSE LOPES PR15177
MARLENE OLIVEIRA DE ALMEIDA PR19184
HOMOLOGO A PACTUACAO ENTRE AS PARTES CONFORME FLS.58-59,PARA OS FINS DO ART. 792 DO CPC.
DEVERA A RE COMPROVAR EM 10 DIAS APOS O PAGAMENTO DO ACORDO,
OS VALORES PREVIDENCIARIOS E FISCAIS.
O ALAVARA JUDICIAL NR. 97-2003 ENCONTRA-SE A DISPOSICAO DO AUTOR NA CEF.

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 03634-2001 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :LUCIANA RODRIGUEZ
Réu(s) :ASSOCIACAO PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA
:MUNICIPIO DE PINHAIS
Adv(s) :JOSE INACIO COSTA FILHO PR13715
ENCONTRA-SE A SUA DISPOSICAO A GR. NR. 7-2004 NA CEF
(A GR. ESTA EM NOME DA AUTORA).

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 04892-1997 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :MARCOS JORDECI DE FARIAS
Réu(s) :PEPSICO & COMPANHIA
Adv(s) :TOMAZ DA CONCEICAO PR14568
ENCONTRA-SE A SUA DISPOSICAO A GR. NR. 1794-2003-NA CEF

PROCESSO TRT-PR-0012-PS 06736-2001 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Reclamante(s) :JACQUELINE DE SOUZA LEMOS
Reclamada(s) :DATAFILME COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
:HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Adv(s) :JOAO CARLOS REQUIAO PR10399
TOBIAS DE MACEDO PR21667
ENCONTRAM-SE A SUA DISPOSICAO OS ALVARAS - NA CEF
ALVARA NR. 98-2003 - EM NOME DA RE - DATAFILME
ALVARA NR. 99-2003 - EM NOME DA RE - HSBC

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 08249-1999 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :SANDRA MARA SAMPAIO
Réu(s) :SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA
Adv(s) :CARMEN ESTER ROMERO PR18409
ENCONTRA-SE A SUA DISPOSICAO A GR. NR. 1771-2003-NO BANCO DO
BRASIL SA

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 09319-1995 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :LINEU MEZZADRI
Réu(s) :ROBERT BOSCH LIMITADA
Adv(s) :JOSE NAZARENO GOULART PR10075
ENCONTRAM-SE A SUA DISPOSICAO AS GRS.
NRS.1636 E 1641-2003 - NO BANCO DO BRASIL SA

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 14318-1999 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :SIMONE APARECIDA KAMINOSKI
Réu(s) :SAVANA VEICULOS S-A
Adv(s) :VILSON GUDOSKI PR22572B
ENCONTRAM-SE A SUA DISPOSICAO AS GRS. 1615 E 1617-2003
NA CEF (AS GRS.ESTAO EM NOME DA AUTORA)

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 15535-1999 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :ELAINE MASCHIO MONTEIRO DA SILVA
Réu(s) :INTERIOR NOVO COMERCIO MOVEIS E DECORACOES LTDA
:ANTONIO AUGUSTO HAUER PLOSZAJ
:MARIA LENICE DE OLIVEIRA PLASZAJ
Adv(s) :LUIZ CARLOS ERZINGER PR17681
ENCONTRA-SE A SUA DISPOSICAO A GR NR.1775-2003-CEF

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 15940-1998 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :JOAO ROBERTO DOS SANTOS
Réu(s) :SUPERMERCADOS CONDOR LTDA
Adv(s) :SIMONE MATTOS DA FONSECA PR20934
DANIELE LUCY LOPES DE SEHLI PR22987
ENCONTRAM-SE A SUA DISPOSICAO AS GRS.
DO AUTOR -GR.NR. 1561 E 1562-2003 - NO BANCO DO BRASIL SA
DA RE - GR.NR. 1568 E 1569-2003 - NO BBSA

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 16301-2003
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :TIMOTEO ALENCAR DE ARAUJO
Réu(s) :BANCO ITAU S-A
Adv(s) :ELIZEU MENDES DA SILVA PR26797
ANTE O PEDIDO FORMULADO PELA AUTORA, EXCLUA-SE A AUDIENCIA
DESIGNADA PARA O DIA 20.02.2004 AS 8H30 E DESIGNE-SE AUDIEN-
CIA PARA O DIA 21.07.2004 AS 13H30.

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 16390-2000 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :RENATO COELHO
Réu(s) :TELEPAR CELULAR S-A
Adv(s) :AIRTON JOSE MALAFAIA PR19091
CESAR AUGUSTO KATO PR22910
ENCONTRAM-SE A SUA DISPOSICAO AS GRS.
DO AUTOR -GR.NR. 43-2004 - CEF
DA RE - GR.NR. 47-2004 - CEF

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 17295-2000 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :SEBASTIAO PEDRO POLONHA
Réu(s) :GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
Adv(s) :PATRICIA ODIA FERREIRA DO AMARAL PR29078
ENCONTRA-SE A DISPOSICAO DA RE A GR. NR.36-2004 NA CEF.
(A GR ESTA EM NOME DA RE)

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 19346-2001 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :MARIA INES CARZINO
Réu(s) :FEIGAS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
Adv(s) :SORAYA FALTIN PR21007
CLAUDINEI BELAFRONTE PR25307
ENCONTRA-SE A DISPOSICAO DA AUTORA A GR. 1598-2003 NA CEF.
(A GR ESTA EM NOME DA AUTORA)
ENCONTRA-SE A DISPOSICAO DA RE A GR.1604-2003 NA CEF.
(A GR ESTA EM NOME DA RE)

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 27743-1995 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :OLGA BEATRIZ TORREANI
Réu(s) :ATENAS CONSERVACAO E LIMPEZA S-C LTDA
:INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA
Adv(s) :ALVARO EIJI NAKASHIMA PR9759
ENCONTRAM-SE A SUA DISPOSICAO AS GRS. NRS.48 E 50-2004-CEF

PROCESSO TRT-PR-0012-RT 39947-1996 - (15 DIAS)
Local Atual :12ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Autor(es) :KATIA SALLY ZVINOKIEVICZ
Réu(s) :LABORATORIO VANTAGE DO BRASIL LTDA
:LABORATORIO FLAMMER DO BRASIL LTDA
:MAURICIO BERNART
:TAVARO COELHO SOUZA
Adv(s) :ROSANGELA MARIA LUCINDA PR13218
ENCONTRAM-SE A SUA DISPOSICAO AS GRS.NRS. 1806 E 1808-2003
NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL-AS GRS ESTAO EM NOME DA AUTORA

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Citação à Reclamada:
ATLÂNTIDA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
(Com prazo de 20 dias)

Autos de PS 674/2002
Exeqüente: DEBORA BORGES MARTINS DOS SANTOS
Executada: ATLÂNTIDA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está citando para pagamento em 48 (quarenta e oito) horas a executada acima descrita, ora em local incerto e não sabido, da importância de R$ 2.575,53 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinqüenta e três centavos) valor atualizado até 31/01/2004, devido por força da sentença proferida por esta Vara, ou garantir a execução, sob pena de penhora.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Citação ao Reclamado:
EVALDO LUIZ MORENO SILVA
(Com prazo de 20 dias)

Autos de RT 8994/1994
Exeqüente: ADRIANO CRUZETA
Executado: EVALDO LUIZ MORENO SILVA

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está citando para pagamento em 48 (quarenta e oito) horas a executada acima descrita, ora em local incerto e não sabido, da importância de R$ 17.581,99 (dezessete mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) valor atualizado até 31/01/2004, devido por força da sentença proferida por esta Vara, ou garantir a execução, sob pena de penhora.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

R$ 324,00 - 1560/2004

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Citação ao Reclamado:
RONILDO HONORATO SILVA
(Com prazo de 20 dias)

Autos de RT 1725/1999
Exeqüente: VALDECIR DA LUZ MACHADO
Executado: RONILDO HONORATO SILVA

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está citando para pagamento em 48 (quarenta e oito) horas a executada acima descrita, ora em local incerto e não sabido, da importância de R$ 41.195,55 (quarenta e um mil, cento e noventa e cinco reais e cinqüenta e cinco centavos) valor atualizado até 31/01/2004, devido por força da sentença proferida por esta Vara, ou garantir a execução, sob pena de penhora.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Intimação à 1ª Reclamada:
BRILHANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE AÇO LTDA
(Com prazo de 20 dias)

Autos de RT 3895/2003
Reclamante: SONIA REGINA PEREIRA
Reclamada: BRILHANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE AÇO LTDA

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está INTIMANDO a ré acima descrita, ora em lugar incerto e não sabido, de que foi proferida sentença nos autos supra nominados, em 05/09/2003, no mérito, julgando a ação PROCEDENTE EM PARTE, cuja cópia do inteiro teor da decisão encontra-se à disposição, na Secretaria desta Vara do Trabalho. Fica a ré cientificada, ainda, que decorridos os vinte (20) dias, se iniciará o prazo para interposição de eventual recurso.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Citação à Reclamada:
RUTH MARTINS CANABRAVA
(Com prazo de 20 dias)

Autos de RT 5958/1996
Exeqüente: MARIANO FARINHUK
Executado: RUTH MARTINS CANABRAVA

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está citando para pagamento em 48 (quarenta e oito) horas a executada acima descrita, ora em local incerto e não sabido, da importância de R$ 80.219,96 (oitenta mil, duzentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) valor atualizado até 31/01/2004, devido por força da sentença proferida por esta Vara, ou garantir a execução, sob pena de penhora.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

R$ 504,00 - 1559/2004

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Citação à Reclamada:
MASSUQUETO CONSTRUTORA LTDA
(Com prazo de 20 dias)

Autos de PS 1067/2001
Exeqüente: RENATO SILVEIRA
Executada: MASSUQUETO CONSTRUTORA LTDA

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está citando para pagamento em 48 (quarenta e oito) horas a executada acima descrita, ora em local incerto e não sabido, da importância de R$ 12.739,47 (doze mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos) valor atualizado até 31/01/2004, devido por força da sentença proferida por esta Vara, ou garantir a execução, sob pena de penhora.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
R. Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – 2º piso Curitiba-PR

Edital de Notificação ao Reclamado:
CAPITAL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S/C LTDA

Autos de RT 13557/2003
Reclamante: HELENA DORNELLAS
Reclamada: CAPITAL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO S/C LTDA E OUTRO

Data da audiência: **17 de março de 2004, às 13h25min**
Local: Sala de Audiências 15 ª Vara do Trabalho de Curitiba
Rua Vicente Machado, nº 400, 1º andar, 2º piso, Curitiba, PR

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está NOTIFICANDO a ré acima descrita, ora em lugar incerto e não sabido, de que deverá comparecer à audiência supra designada ou se fazer representar por preposto devidamente credenciado, que tenha conhecimento dos fatos alegados na peça inicial, cujas declarações obrigarão a reclamada e poderá apresentar sua resposta (art. 847 da CLT), encontrando-se a cópia da petição inicial à disposição dos interessados na Secretaria da Vara.
O não comparecimento da ré à audiência importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
R. Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – 2º piso Curitiba-PR

Edital de Notificação à Reclamada:
ISOMED SAÚDE EMPRESARIAL E FAMILIAR LTDA

Autos de RT 11259/2002
Reclamante: ALEX FERREIRA DE OLIVEIRA
Reclamada: ISOMED SAÚDE EMPRESARIAL E FAMILIAR LTDA

Data da audiência: **25 de maio de 2004, às 13h30min**
Local: Sala de Audiências 15 ª Vara do Trabalho de Curitiba
Rua Vicente Machado, nº 400, 1º andar, 2º piso, Curitiba, PR

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está NOTIFICANDO a ré acima descrita, ora em lugar incerto e não sabido, de que deverá comparecer à audiência supra designada ou se fazer representar por preposto devidamente credenciado, que tenha conhecimento dos fatos alegados na peça inicial, cujas declarações obrigarão a reclamada e poderá apresentar sua resposta (art. 847 da CLT), encontrando-se a cópia da petição inicial à disposição dos interessados na Secretaria da Vara.
O não comparecimento da ré à audiência importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 16-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Citação à Reclamada:
COMERCIAL DEGRAF DISTRIBUIDORA DE VIDROS
(Com prazo de 20 dias)

Autos de PS 16988/2000
Exeqüente: INSS – VILSON FERNANDO RUMÃO
Executada: COMERCIAL DEGRAF DISTRIBUIDORA DE VIDROS

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está citando para pagamento em 48 (quarenta e oito) horas a executada acima descrita, ora em local incerto e não sabido, da importância de R$ 132,77 (cento e trinta e dois reais e setenta e sete centavos) valor atualizado até 30/01/2004, devido por força da sentença proferida por esta

Vara, ou garantir a execução, sob pena de penhora.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 15-01-2004. Eu, _____ Marcos Robson Penachio, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

R$ 720,00 - 1558/2004

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Notificação ao Reclamado:
ANTONIO AIRES GONÇALVES

Autos de RT nº 4989/2003
Reclamante: VANDERLEIA KRUL
Reclamadas: VIDARE ASSESSORIA EMPRESARIAL E TELEMARKETING E OUTROS

Data da audiência una: **21de julho de 2004, às 14h45min**
Local: Sala de Audiências 15 ª Vara do Trabalho de Curitiba
Rua Vicente Machado, nº 400, 1º andar, Curitiba, PR

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está NOTIFICANDO o réu acima descrito, ora em lugar incerto e não sabido, de que deverá comparecer à audiência supra designada ou se fazer representar por preposto devidamente credenciado, que tenha conhecimento dos fatos alegados na peça inicial, cujas declarações obrigarão o reclamado e poderá apresentar sua resposta (art. 847 da CLT), encontrando-se a cópia da petição inicial à disposição dos interessados na Secretaria da Vara.
Todas as provas deverão ser produzidas na referida audiência, sendo que as testemunhas que pretendam inquirir ou, caso pretendam suas intimações, deverão apresentar rol até 30 dias antes da audiência em prosseguimento. No caso de carta precatória, as peças deverão ser apresentadas até a data da audiência de instrução.
O não comparecimento do réu à audiência importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 22/1/2004. Eu, _____(Marcos Robson Penachio), Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR
Rua Vicente Machado, nº 400 - 1º andar – Curitiba-PR

Edital de Notificação ao Reclamado:
TROIANO ELETRICIDADE LTDA (ME)

Autos de RT nº 7629/2003
Reclamante: GILMAR ALVES DA SILVA
Reclamadas: TROIANO ELETRICIDADE LTDA (ME) E OUTROS

Data da audiência una: **13de setembro de 2004, às 15h05min**
Local: Sala de Audiências 15 ª Vara do Trabalho de Curitiba
Rua Vicente Machado, nº 400, 1º andar, Curitiba, PR

O Doutor DANIEL RODNEY WEIDMAN, Juiz do Trabalho Substituto em exercício na 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está NOTIFICANDO o réu acima descrito, ora em lugar incerto e não sabido, de que deverá comparecer à audiência supra designada ou se fazer representar por preposto devidamente credenciado, que tenha conhecimento dos fatos alegados na peça inicial, cujas declarações obrigarão o reclamado e poderá apresentar sua resposta (art. 847 da CLT), encontrando-se a cópia da petição inicial à disposição dos interessados na Secretaria da Vara.
Todas as provas deverão ser produzidas na referida audiência, sendo que as testemunhas que pretendam inquirir ou, caso pretendam suas intimações, deverão apresentar rol até 30 dias antes da audiência em prosseguimento. No caso de carta precatória, as peças deverão ser apresentadas até a data da audiência de instrução.
O não comparecimento do réu à audiência importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Secretaria da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR, em 22/1/2004. Eu, _____(Marcos Robson Penachio), Diretor de Secretaria, subscrevi.

DANIEL RODNEY WEIDMAN
Juiz do Trabalho

16ª VDT DE CURITIBA
AV VICENTE MACHADO 400 1o 1o. PISO
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO No 00011-2004

Ficam os advogados abaixo relacionados intimados para, no prazo indicado, providenciarem e-ou tomarem ciência do que segue descrito nos seguintes processos:

PROCESSO TRT-PR-0016-MC 00013-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ADEMILSON JOSE DA SILVA
Réu(s): APTUS SERVICOS ESPECIAIS LTDA
ASSESSORIA EMPRESARIAL APTUS
APTUS TRABALHO TEMPORARIO LTDA
Advogado(s): MAURO JOSE AUACHE PR17209
RODRIGO GASPAR TEIXEIRA PR31093
ACOLHIDOS OS EMBARGOS DE DECLARACAO OPOSTOS PELOS RECLAMANTE
S E REJEITADOS OS EMBARGOS DE DECLARACAO INTERPOSTOS PELAS REQUERIDAS.

PROCESSO TRT-PR-0016-ET 00161-2002-(11 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Embargante(s) : COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO
Embargado(s) :: JEREMIAS DE MATOS ANDRADE
Advogado(s): ANTONIO MIOZZO PR13246
EMBARGANTE: RETIRAR AS PECAS APRESENTADAS COM A PETIÇÃO DE
FLS. 356. PRAZO: 27-01-2004 A 28-01-2004.
EMBARGADO: CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTER
POSTO. PRAZO: 30-01-2004 A 06-02-2004.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 00422-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARIA ASCANIA DO ROCIO SANTOS SILVA
Réu(s): BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
OLIMPIO PAULO FILHO PR5815
REJEITADOS OS EMBARGOS DE DECLARACAO INTERPOSTOS PELA RECLAMANTE.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 00680-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): PAULO ROBERTO SANTOS NEWTON
Réu(s): BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
FUNBEP FUNDACAO BANESTADO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado(s): CLAITON FERREIRA BORCATH PR21661
INDALECIO GOMES NETO PR23465
ACOLHIDOS PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARACAO INTERPOSTOS
PELO RECLAMANTE.
DESPACHO DE FL.928: CONTRA-ARRAZOE A PARTE AUTORA, QUERENDO,
RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 00809-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JAIR DEVINO CARNEIRO
Réu(s): CILENE FREITAS GOMES
Advogado(s): MARCELO KOVALHUK PR15334
LUIS CARLOS BARRETO PR17609
REJEITADOS EMBARGOS DE DECLARACAO INTERPOSTOS PELA RECLAMADA

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 00850-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MATEUS JOSE DA SILVA
Réu(s): SPAIPA S-A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Advogado(s): IVANA VIARO PADILHA PR21502
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO ADESIVO OPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-PS 00877-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): OLDAIR FRANCESCHETTO
Reclamada(S): BANCO ABN AMRO REAL S-A
Advogado(s): FERNANDA ANDREAZZA PR22749
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 00896-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): WILSON ROBERTO BISS
Réu(s): WALESERVICE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA
Advogado(s): PAULO ROBERTO BURMESTER MUNIZ PR14325
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 01740-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): GILBERTO RIBEIRO
Réu(s): PSN MONTAGENS E MANUTENCAO INDÚSTRIAL LTDA
Advogado(s): NIVALDO MIGLIOZZI PR12902
ROBERTO CARLOS GOLDMAN PR20926
REJEITADOS EMBARGOS DE DECLARACAO INTERPOSTOS PELA RECLAMADA

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 01814-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CLEDENILTON DO PRADO
Réu(s): CATTALINI TRANSPORTES LTDA
Advogado(s): FRANCISMERY MOCCI PR19513
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 02351-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): NELISON SILVEIRA
Réu(s): PERFORM INFORMATICA E SERVICOS LTDA
COOPERATIVA NMDATA LTDA
Advogado(s): MARILUIZA RAZENTE PR14651
CARLOS ALBERTO DE CARVALHO FOGGIATO PR28256
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-PS 02453-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): LUIZ VANDERLEY MAZUR
Reclamada(S): SINASC SINALIZACAO CONSERVACAO RODOVIAS LTDA
Advogado(s): KARLA NEMES PR20830
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 02648-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ROSANA DE SOUZA
Réu(s): ANA CAROLINA GARRIDO MOREIRA (ME)
Advogado(s): MARILIA ZAMONER PR24995
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-PS 02836-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): FRANCISCO ILEI DE OLIVEIRA
Reclamada(S): TIBAGI LTDA
Advogado(s): ELAINE CRISTINA NARLOCH PR26794
LUCIANO GUIMARAES PIAZZETTA PR34085
ACOLHIDOS PARCIALMENTE EMBARGOS DE DECLARACAO INTERPOSTOS PE
LA RECLAMADA.

PROCESSO TRT-PR-0016-PS 05027-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): CARLOS AUGUSTO DA SILVA
Reclamada(S): EMATER EMP PARANAENSE DE ASSIS TECN E EXT RURAL
Advogado(s): WILSON RAMOS FILHO PR10285
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 07278-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANA PAULA LORENZONI
Réu(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Advogado(s): MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO PR29032
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 07571-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): APARECIDO DE JESUS NAVES
Réu(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Advogado(s): TOBIAS DE MACEDO PR21667
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 09894-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): DULCE APARECIDA TEIXEIRA BUENO
Réu(s): BANCO ITAU S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO PR8761A
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO ADESIVO OPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 11856-2000-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): IVETE GOMEZ GIMEZES CONTRERA
Réu(s): BANCO BRADESCO S-A
Advogado(s): JACKSON LUIZ DEIP PR14867
CARINA PESCAROLO PR23787
ACOLHIDOS OS EMBARGOS A EXECUCAO APRESENTADOS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 12506-2000-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): LAUDAIR CANDIDO DOS SANTOS
Réu(s): SENTINELA VIGILANCIA S-C LTDA
SIEMENS S-A
Advogado(s): ALAISIS FERREIRA LOPES PR12129
ALINE FABIANA CAMPOS PEREIRA PR27180
JAMES DANTAS PR27512
ACOLHIDOS PARCIALMENTE EMBARGOS A EXECUCAO E EMPUGNACAO A SE
NTENCA DE LIQUIDACAO APRESENTADOS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 12633-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ALBERTO MUNHOZ DE ARAUJO
Réu(s): AURORA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
PIRES SERVICOS DE SEG E TRANSPORTE VALORES LTDA
KRAFT FOODS BRASIL S-A
Advogado(s): LUIZ CLAUDIO CORDEIRO BISCAIA PR17982
MANOEL HERMANDO BARRETO PR28096A
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO ADESIVO OPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 14984-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): OLINDO JAREMTCHUK
Réu(s): BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO ADESIVO OPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 15074-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): OSMAR RODRIGUES
Réu(s): BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 16207-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE GOIS
Réu(s): CORITIBA FOOT BALL CLUB
Advogado(s): ERNANI KAVALKIEVICZ JUNIOR PR31082
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 16551-1995-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): VILMA REGINA VALPERES
Réu(s): RIC'S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA
IVI'S MARTAN INDÚSTRIA COMÉRCIO CONFECCAO LTDA
RICSTATION INDÚSTRIA COMÉRCIO DE CONFECCAO LTDA
JOSE CARLOS SABATKE
IVANILDE SABATKE
Advogado(s): NARCIZO LIPKA PR13030
ACOLHIDOS PARCIALMENTE EMBARGOS A EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 16763-1999-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): WAGNER SALVALAGIO
Réu(s): PROMOVEL EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA
BANCO DE CREDITO DE SAO PAULO
Advogado(s): OLIMPIO PAULO FILHO PR5815
CASSIO MESQUITA BARROS JUNIOR SP8354
REJEITADOS EMBARGOS A EXECUCAO APRESENTADOS COM IMPOSICAO DE MULTA.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 17493-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): REGINALDO FRANCISCO DOMINGOS
Réu(s): BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
BANESTADO ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Advogado(s): WAGNER DA MATTA E CALDAS PR24572
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 17522-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): REGINALDO GONCALVES
Réu(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): LEO MARCOS PAIOLA PR15629
MARKLEA DA CUNHA FERST PR30551
REJEITADOS OS EMBARGOS A EXECUCAO APRESENTADOS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 17848-1999-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE LEONIDAS SEIXAS
Réu(s): NESTLE INDÚSTRIAL E COMERCIAL LTDA
Advogado(s): MARCIA MONTALTO PR16823
JAQUELINE TODESCO BARBOSA DE AMORIM PR20584
ACOLHIDOS PARCIALMENTE OS EMBARGOS A EXECUCAO APRESENTADOS.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 18194-2003-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CARLOS AUGUSTO DA SILVA
Réu(s): EMATER EMP PARANAENSE DE ASSIS TECN E EXT RURAL
Advogado(s): WILSON RAMOS FILHO PR10285
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 18304-1998-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): LUIS ANTONIO RIBEIRO DA ROSA
Réu(s): CIBREL COMERCIAL BRASILEIRA DE REFRIGERACAO LTDA
Advogado(s): CLAUDIR MARIANO PR19609
CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 19390-2001-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): DILSON KRUGER
Réu(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Advogado(s): CARLOS BUENO RIBEIRO PR22495
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 21960-2002-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JIRCEU RIBEIRO DE AVILA
Réu(s): OURO E PRATA CARGAS S-A
Advogado(s): MARCIA MONTALTO PR16823
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 24353-1995-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CRISTIANA CYPRIANO
Réu(s): ICATU SEGUROS S-A
Advogado(s): SERGIO AUGUSTO GOMEZ PR6890
CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 25007-1998-(08 DIAS)

LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARIA ISABEL HANAUER DE OLIVEIRA
Réu(s): FUND UNIV FED PR PARA DESENV CIENC TECN CULTURA
Advogado(s): DANIELE LUCY LOPES DE SEHLI PR22987
CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 26984-2000-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE MARCIO BARBOSA NORTON
Réu(s): BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S-A
BANCO HSBC BAMERINDUS S-A
HSBC BAMERINDUS SEGUROS
Advogado(s): MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO PR29015
CONTRA-ARRAZOAR, QUERENDO, RECURSO ORDINARIO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 28561-1999-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARIA DA GRACA MARTINS DO PRADO
Réu(s): FORRO LANC MODAS LTDA(MF)S CLEMENCEAU CALIXTO
JOAO LUIZ GAVA
CLAUDIA VITORIA GAVA
CAP ADMINISTRADORA DE BENS E IMOVEIS S-C LTDA
ALEXANDRE PALMA MACHADO
GEORGES MENPHIS XAVIER
CLAUDIO MOACIR MARTINS
JOSE LUCIO BORGES
Advogado(s): ILZE CURY PR24390
CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-CS 29006-2000-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): LUCIMARA SUELI ZONATO
Requerido(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Advogado(s): EDSON FRANCISCO ROCHA FILHO PR21396
CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-RT 34565-1995-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARISA TEREZINHA DE ANDRADE MENDONCA
Réu(s): BANCO BANORTE S-A
UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Advogado(s): ANGELO GIOVANNI LEONI PR12721
CONTRA-MINUTAR, QUERENDO, AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO.

PROCESSO TRT-PR-0016-CS 38683-1996-(08 DIAS)
LOCAL ATUAL: 16ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): MAURILIO ROSA DOS SANTOS
Requerido(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A
Advogado(s): JUSSARA OLIVEIRA LIMA KADRI PR12362
DESPACHO DE FL. 334: REGULARIZAR A REPRESENTACAO PROCESSUAL
DA RECLAMADA.
DECISÃO EM EMBARGOS A EXECUCAO DE FLS. 330-331: ACOLHIDOS PARCIALMENTE OS EMBARGOS A EXECUCAO APRESENTADOS.

18ª VDT DE CURITIBA
AV. VICENTE MACHADO, 400 SOBRELOJA
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO No 00015-2004 J182X2413

Ficam os advogados abaixo relacionados intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes processos:

PROCESSO TRT-PR-0652-EAEJ 00167-2003-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Exequente(S): JANICE TEREZINHA RANNOV
Executado(S): SMS COMÉRCIO DE BIJOUTERIAS LTDA
Advogado(s): NILDA LOURENCO PR18281
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 18 e ss., referente a indicacao de bens a penhora.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 00215-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RENILDA ANDRADE PIRES
Réu(s): INDÚSTRIA TREVO LTDA
Advogado(s): MARISA GONCALVES LEMOS PR12824
CRISTIANE ABDALLA NEME PEZOTI PR21192
Ciência de que razao assiste ao executado,uma vez que ja realizou o deposito da multa de 40% sobre o total do FGTS devidamente corrigido e com a multa pela mora. O questionamento da diferenca deve ser feito pela autora diretamente na CEF. Portanto, nao se faz necessaria a execucao direta do valor da multa de 40% sobre o FGTS depositado.

PROCESSO TRT-PR-0652-ET 00256-2003-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Embargante(s) : WASHINGTON LUIZ SIMOES
Embargado(s) :: JOAO FERNANDO WALTER
Advogado(s): ROSANA AKEMI IDA PR27438
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 40-60 e 61 e ss.

PROCESSO TRT-PR-0652-CS 00660-2003-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): RAIMUNDO JOSE RODRIGUES
Requerido(s): VIACAO CIDADE SORRISO LTDA
Advogado(s): ALCIONE ROBERTO TOSCAN PR16729
Depositar R$ 240,00, a titulo de despesas previas para realizacao dos calculos, eis que se trata de execucao provisoria. As guias poderao ser retiradas na Secretaria da Vara.

PROCESSO TRT-PR-0652-CS 00697-2003-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): MARIA DA PENHA DE OLIVEIRA
Requerido(s): BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO PR23465
Trazer aos autos a evolucao salarial da autora, desde marco de 2001.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 00885-2000
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE ROSA DA COSTA
Réu(s): CIDADELA S-A
Advogado(s): IRACEMA GARCIA VAZ PR11445
ELAINE MARTINS DE PAIVA PR24464
Fica V.Sa. intimado de que foi designado o dia 13-02-04, as 14h00,para a realizacao do LEILAO do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos epigrafados, a realizar-se na R.Jacarezinho, 1257, 1o. andar, conj. 104, Curitiba-PR, pelo leiloeiro Oficial, Plinio Barroso de Castro Filho,fone 336-7620. Caso negativo, havera novo LEILAO no dia 27-02-04, as 14h00, ficando V.Sa. ciente, ainda, de que o prazo para quaisquer medidas processuais contra o ato de expropriacao comecara a fluir 05 dias apos a hasta publica, independentemente de nova INTIMAÇÃO.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 01499-1998-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSMAR ALVES DE RAMOS
Réu(s): SOFHAR INFORMATICA E ELETRONICA LTDA
Advogado(s): MARIA CONCEICAO RAMOS CASTRO PR8962B
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1896-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-PS 02923-2002-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Reclamant(S): ROSELI DOS ANJOS CORTES
Reclamada(S): CLAYTON RIBAS NASSAR
Advogado(s): CARMELINDA CARNEIRO PR9917
Ciência de que devera requerer o parcelamento de seu debito previdenciario em uma das agencias do INSS.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 03199-2000-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ROSANA DO ROCIO HARTOG
Réu(s): ONDREPSB SERVICO DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA
Advogado(s): JAMIL NABOR CALEFFI PR17241
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1260-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 03382-2000-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE NUNES DE ALMEIDA
Réu(s): BRASUTIL COM PECAS E ASSIST TECN ELETRODOM LTDA
VICENTE TEDESCO NETO
Advogado(s): KATIA REGINA ROCHA RAMOS PR21481
Informar o ENDEREÇO correto do 2o reu, Vicente Tedesco Neto,
tendo em vista que o mesmo nao se encontra no ENDEREÇO indicado, estando o local fechado e desativado, conforme certi dao de fl. 491.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 04469-2001-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): IRINEO MARQUES NETO
Réu(s): BONZAO COMÉRCIO AUTOMOTIVO LTDA
Advogado(s): JOSE NAZARENO GOULART PR10075
Manifestar-se sobre a CERTIDÃO de fl. 77.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 05606-2001-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ROSELI DAS DORES
Réu(s): CASA DE SUCOS WING LTDA
Advogado(s): CLAUDIO RIBEIRO MARTINS PR18283
GRACIELA GONCALVES PARZIANELLO PR25864
Autora:
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1861-03.
Re:
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1863-03.
Obs.: a GR foi emitida diretamente em favor da re, devendo o seu levantamento ser efetuado pela mesma na CEF.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 05699-1997-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JAIME ANTONIO KRISZEWSKI
Réu(s): AIR LIQUIDE DO BRASIL S-A.
Advogado(s): LUCIANE FERREIRA GUIMARAES PR20993
Retirar valores na CEF-JT. Guias de Retirada ns. 1745-03 e 1746-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 05813-2003-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE FRANCISCO DE SOUZA
Réu(s): ROSELI TEREZINHA CARVALHO & CIA LTDA
Advogado(s): MONIA XAVIER GAMA VALLIM PR23380
Informar o ENDEREÇO correto de seu constituinte.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 06976-1995-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ROBERTO GERMANO ZETTEL
Réu(s): LA PIZZA LTDA
ALFREDO RAMAO MERCADO
Advogado(s): ALVARO EIJI NAKASHIMA PR9759
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 227 e ss.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 07116-2001-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): EWERTON MACHADO DE FRANCA
Réu(s): HAVAN TECIDOS DA MODA LTDA
Advogado(s): JOSENEY CARNEIRO PR23016
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 433-434, referente a indicacao de bens a penhora.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 07146-2001-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSIANE MOREIRA ZSCHORNACK
Réu(s): QUALIPLAST INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PLASTICOS LTDA
PLASTQUALI INDÚSTRIA COMÉRCIO DE PLASTICOS LTDA
ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Advogado(s): FLAVIO DIONISIO BERNARTT PR11363
Informar o ENDEREÇO correto da re, tendo em vista que tanto a reclamada como seu socio sao desconhecidos no ENDEREÇO indicado, conforme CERTIDÃO de fl. 184.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 07245-1994-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARIANO ALIGANCHUKI
Réu(s): CONSTRUTORA CARPIZZA LTDA
Advogado(s): MARIA EDINEIDE VASCONCELOS SOCREPPA PR15272
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 432-433, referente a indicacao de bem a penhora.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 08472-2001-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANDERSON JOSE CORREIA DE AMORIN
Réu(s): CLINICA ODONTO ANDRAUS S-C LTDA
Advogado(s): INES ROSOLEM PR19205
Informar o ENDEREÇO correto da re, tendo em vista que no en-
dereco indicado funciona, ha aproximadamente um ano, o Sacolao Central de frutas e verduras, conforme CERTIDÃO de fl. 107.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 09309-2001-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ADELITA MARIA LARA DOS SANTOS
Réu(s): O FORNAO
Advogado(s): LUIS FERNANDO NADOLNY LOYOLA PR12001
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1826-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 10573-2000-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): IRACI GLACIR DE FREITAS
Réu(s): CARRE CONFECCOES LTDA
CICERA EFIGENIA DOS SANTOS
IRANY FERREIRA DE SOUZA
Advogado(s): FILIPE ALVES DA MOTA PR22945
Manifestar-se sobre o oficio de fl. 150.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 11044-1997-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CARLOS AUGUSTO SANTOS
Réu(s): SALVA SERVICOS MEDICOS DE EMERGENCIA S-C LTDA
Advogado(s): JOSE HERIBERTO MICHELETO PR15383
Regularizar a representacao processual, conforme despacho de fls. 773, bem como apresentar, no mesmo prazo, CÓPIA dos au-
tos conforme requerido pelo INSS as fls. 782, diretamente na quela Autarquia.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 11331-1999-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSIANE BESOLD FIGUEIREDO
Réu(s): FUSION COMUNICACAO S-C LTDA
JOE FLAVIO AYRES DE ARAUJO
MARIA AYRES DE ARAUJO
Advogado(s): GUILHERME PEZZI NETO PR15909
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1850-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 11837-1997-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ADRIANO ZUARETH PINHEIRO
Réu(s): FRIOLAT CORRETORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
MARCIA SILVANA RODRIGUES BATISTA
GILMAR ALBERTO BATISTA
Advogado(s): JOSE DANIEL TATARA RIBAS PR3484
Manifestar-se sobre o oficio de fl. 186.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 11943-2003
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOAO DE SOUZA PAULINO
Réu(s): TGV TRANSPORTADORA DE VALORES E VIGILANCIA LTDA
BRINK'S SEGURANCA TRANSP VAL VIGILANCIA LTDA
Advogado(s): JUSSARA OSIK PR14281
LUIZ RICARDO BERLEZE PR24742
LAMARTINE BRAGA CORTES FILHO PR9352
A pericia sera realizada dia 10-02-04, a partir das 14h00, no ENDEREÇO abaixo. V. Sa devera comunicar seu cliente e o assistente tecnico. ENDEREÇO: Rua Joao Parolin, 97, bairro Parolin, Curitiba-PR (nas instalacoes da reclamada). Telefone do perito: 042-9972-0617.

PROCESSO TRT-PR-0652-CS 12099-1996-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): ERICO EGIDIO DA SILVA
Requerido(s): IT COMPANHIA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA LTDA
BANCO DO BRASIL S-A
REFRIPAR REFRIGERACAO PARANA
SIEMENS LTDA
Advogado(s): DEBORAH KOLISKI VONS PR18039
Retirar valores na CEF-JT. Guias de Retirada ns. 1851-03 e 1852-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 12193-2001
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): EVANDRO CESAR LUDWIG
Réu(s): REUNIDAS TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS S-A
Advogado(s): ALCIONE ROBERTO TOSCAN PR16729
ISRAEL CAETANO SOBRINHO PR18830
Ciência de que a oitiva da(s) testemunha(s) arrolada(s) sera dia 18-03-04, as 09h00, na Vara do Trabalho de Sao Jose dos Pinhais-PR.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 12625-1997-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JORACI DE CASTRO
Réu(s): ALVORADA SEGURO BANCARIO E PATRIMONIAL LTDA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL S-A
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS PR5435B
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 689.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 13108-1999-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MOISES DA SILVA GAZZOLINI
Réu(s): PROPEX DO BRASIL PRODUTOS SINTETICOS LTDA
Advogado(s): JOAO CASILLO PR3903
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1532-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-CS 14735-1998-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
REQUERENT(S): ADILSON REIS DA SILVA
Requerido(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS PR5435B
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 1325 e ss., referente a indicacao de bem a penhora.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 14886-1994-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARCO ANTONIO BUIAR
Réu(s): BANCO BRADESCO S-A
Advogado(s): IVAN SECCON PAROLIN FILHO PR13863
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1835-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 15410-2000-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ALEXANDRE DE OLIVEIRA VILLACIAN
Réu(s): COLEGIO MASTHER SANTO ANJO LTDA
TICIANA STRAUHS DA COSTA
GILBERTO ARSUFFI
Advogado(s): LETICIA DANIELE SIMM PR28588
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 193, referente a indica cao de bens a penhora.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 15414-2001-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): DAVID BATISTA SUPRANO
Réu(s): IRMAOS MENDES E CIA LTDA
Advogado(s): ANDRE GUILHERME ZAIA PR25941
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1754-03.
Obs.: A GR foi emitida diretamente em favor do autor, devendo o seu levantamento ser efetuado pelo mesmo na CEF.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 16884-2001-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RICARDO LUIZ GONCALVES
Réu(s): RALSTON PURINA DO BRASIL LTDA
PURIMAX COMERCIAL PARANA LTDA
Advogado(s): EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA PR19471
Manifestar-se sobre o oficio de fl. 218.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 17947-2003-(15 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE JOANA DE ALMEIDA
Réu(s): SERRA NEGRA INCORPORACOES E CONSTRUCOES
Advogado(s): VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR PR23864
Deferido o prazo improrrogavel de 15 dias para regularizar a representacao processual.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 19563-1998-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): ANTONINHO ALVES DOS SANTOS
Réu(s): TUBOTEC IND E COM DE TUBOS E PECAS LTDA
REGIANE DO ROCIO CARDOSO
Advogado(s): MARCELO MOKWA DOS SANTOS PR22724
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1831-03.
Obs.: A GR foi emitida diretamente em favor do autor, devendo o seu levantamento ser efetuado pelo mesmo na CEF.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 20251-2000-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): LUIZ MANOEL PINTO
Réu(s): SAGY BRASIL AUDITORIA DE JUROS S-C LTDA
SAGY INTERNACIONAL INFORMATION SYSTEMS LTDA
EXPORTADORA MARINA LTDA
EXPERT J A CONSULT PLANEJ TRIBUTARIO S-C LTDA
Advogado(s): EUCLIDES DE LIMA JUNIOR PR29220
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 356-357, referente a indicacao de bens a penhora.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 21038-2000-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): AMILTON SOARES
Réu(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
COMPANHIA REAL DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado(s): SHEYLA D B DOS SANTOS PR28605
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1897-03.
Obs.: A GR foi emitida diretamente em favor do autor, devendo o seu levantamento ser efetuado pelo mesmo na CEF.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 21253-1999-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOAO LUIZ DIAS
Réu(s): ANK INDÚSTRIA COMÉRCIO ARTEFATOS METALICOS LTDA
Advogado(s): VALDEMAR HARTJE PR26674
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1829-03.

Obs.: A GR foi emitida diretamente em favor do autor, devendo o seu levantamento ser efetuado pelo mesmo na CEF.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 21353-1997-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSEPH LUZYCKI
Réu(s): BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S-A
HSBC BAMERINDUS S-A
Advogado(s): CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER PR10515
Retirar valores na CEF-JT. Alvara Judicial n. 135-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 22483-2000
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): MARCOS ANDRE CORCINO
Réu(s): DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS TIKA LTDA
Advogado(s): JOSE RIZZO DE ANDRADE PR19522
CELSO FERREIRA DE CASTRO PR5738
Fica V.Sa. intimado de que foi designado o dia 13-02-04, as 14h00,para a realizacao do LEILAO do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos epigrafados, a realizar-se na R.Jacarezinho, 1257, 1o. andar, conj. 104, Curitiba-PR, pelo leiloeiro Oficial, Plinio Barroso de Castro Filho,fone 336-7620. Caso negativo, havera novo LEILAO no dia 27-02-04, as 14h00, ficando V.Sa. ciente, ainda, de que o prazo para quaisquer medidas processuais contra o ato de expropriacao comecara a fluir 05 dias apos a hasta publica, independentemente de nova INTIMAÇÃO.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 23387-1997-(10 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOAO MANOEL DA SILVA FILHO
Réu(s): DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ANHANGA LTDA
MARIANO WOISLAW
ROSALINA LEONILDA WOISLAW
ANTONIO RICARDO WOISLAW
Advogado(s): VALDYR ARNALDO LESSNAU PERRINI PR14015
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 667.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 25332-1995-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): RICARDO SIMINO
Réu(s): FUND UNIV FED PR DESENV CIÊNCIA TECNOLOGIA CULT
Advogado(s): LUIZ ANTONIO ABAGGE PR12613
Retirar valores na CEF-JT. Guias de Retirada ns. 1605-03 e 1606-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 25637-1994-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): CLOVIS MANOEL PENA
Réu(s): ESTADO DO PARANA (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO)
Advogado(s): ROGERIO POPLADE CERCAL PR7072
Retirar valores no BB-JT. Guias de Retirada ns. 1840-03, 1841-03 e 1842-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 26461-1996-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE MELCHIORETTO
Réu(s): BANCO BILBAO VISCAYA BRASIL S-A
Advogado(s): WILHELM HEINRICH VOSS PR3652
Retirar valores na CEF-JT. Guia de Retirada Nº 1846-03.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 27044-1998-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): AMILTON RAZZOTTO
Réu(s): VIGILANCIA ESPECIALIZADA EKIXPER LTDA
CEASA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANA S-A SINDARUC
Advogado(s): ABELARDO LUIZ SIQUEIRA MENDES PR27618
Ciência de que nao foi emitida Guia de Retirada do valor remanescente em favor da reclamada CEASA, tendo em vista que a procuracao de fls. 171 estar desprovida de firma reconhecida conforme exigencia da IN 21-2002 do C. TST, no importe de R$ 204,52, atualizado ate 02-10-2003.

PROCESSO TRT-PR-0652-RT 40509-1996-(05 DIAS)
LOCAL ATUAL: 18ª VDT DE CURITIBA
Autor(es): JOSE DE OLIVEIRA
Réu(s): CORITIBA FOOT BALL CLUB
Advogado(s): LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS PR8123
Manifestar-se sobre a PETIÇÃO de fl. 139 e ss.

Varas do Trabalho do Interior

Cascavel

1ª VARA DO TRABALHO DE CASCAVEL/PR
Rua Galibis, 328, Bairro Santo Onofre, Cascavel - PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA RECLAMADA ROSATEL ASSESSORIA TÉCNICA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, com PRAZO DE DEZ DIAS, passado nos autos de Reclamatória Trabalhista nº 419/03, em que são partes EDINEI CIVIERO, reclamante e ROSATEL ASSESSORIA TECNICA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA e OUTROS(3), reclamados.
A Doutora, ARIANA CAMATA BASTOS, Juíza do Trabalho da 1ª VT de Cascavel-PR, na forma da lei,
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está intimando a reclamada ROSATEL ASSESSORIA TÉCNICA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, em lugar incerto e não sabido, de que, nos autos supra, foi proferida a sentença, cujo dispositivo é transcrito a seguir: "Diante do exposto, decide a1ª Vara do Trabalho de Cascavel, rejeitar as preliminares argüidas, e julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida por EDINEI CIVIERO em face de ROSATEL ASSESSORIA TÉCNICA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., ITIBRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. e BRASIL TELECOM S/A, para condenar a 1ª Reclamada a proceder as anotações na CTPS do autor, no período de 01 de outubro de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, na função de cabista, mediante remuneração mensal de R$ 1.750,00, e condenar a primeira reclamada e de forma subsidiária a 2ª e 3ª Reclamadas, no pagamento ao Reclamante, na forma e parâmetros da fundamentação, de todas as verbas deferidas. Liquidação mediante cálculos. Juros e correção monetária na forma da lei e da Súmula nº 200 do TST, observado o fator de atualização constante da tabela do E. TRT da 9ª Região, relativo ao mês da lesão dos serviços. A responsabilidade pelas verbas previdenciárias será integralmente de encargo da reclamada, que deverá comprovar nos autos, como alhures decidido. Não são autorizados descontos fiscais. Arbitra-se o valor provisório da condenação em R$ 7.000,00 atribuindo custas de R$ 140,00, as reclamadas, sujeitas à complementação (Súmula nº 128 do TST). Cumpra-se no prazo legal. CIENTES O AUTOR, A SEGUNDA E A TERCEIRA RECLAMADAS. INTIME-SE A PRIMEIRA RECLAMADA. Nada mais. (a) Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, Juiz do Trabalho"
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado, e afixado em lugar próprio, na sede desta Junta.
Dado e passado na Secretaria da 1ª VT de Cascavel-PR, aos quinze dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatro. Eu, Luciane P. A. Antunes, Técnica Judiciária, digitei. Eu, _____, Leonel Antonio Turmena, Diretor de Secretaria, subscrevi.

ARIANA CAMATA BASTOS
Juíza do Trabalho
(enviado por e-mail)

R$ 270,00

Cornélio Procópio

VARA DO TRABALHO de Cornélio Procópio - PR
Rua Paraíba, nº 189 - Centro – 86.300-000 –
fone (043) 524-2585

Edital de notificação ao Reclamado:
PRUENCIO BOSSOLAN LTDA

RT nº 488/2003
Reclamante: Sandro Carlos Gualberto
Reclamado: Pruencio Bossolan Ltda e Companhia Paranaense de Energia - COPEL

A Dra. Sandra Cristina Z. Cembraneli Correia , Juíza do Trabalho da Vara de Cornélio Procópio-PR. na forma da lei, FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está notificando a reclamada supra nominada, ora em local incerto e não sabido, de que foi designado o dia **30 de março de 2004, às 10h40min**, para a realização da audiência UNA a realizar-se na sede desta Vara, devendo a mesma comparecer ou se fazer representar por preposto devidamente credenciado, que tenha conhecimento dos fatos alegados na inicial, cujas declarações a obrigarão, bem como apresentar defesa e oferecer as provas documentais que julgar necessárias, sob as penas do art. 359 do CPC, e trazer as testemunhas que pretenda ouvir, até o número de 03 (três), ou arrolá-las até 15 dias antes da audiência, sob pena de preclusão. A ausência da reclamada implicará em revelia e confissão quanto à matéria fática (CLT, art. 844). A petição inicial encontra-se na Secretaria da Vara, à disposição dos interessados.
O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara do Trabalho de Cornélio Procópio-PR, aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu, ___ (Marisa Loureiro de Carvalho Abrão), Diretora de Secretaria, subscrevi.

Sandra Cristina Cembraneli Correia
Juíza do Trabalho

VARA DO TRABALHO de Cornélio Procópio - PR
Rua Paraíba, nº 189 - Centro – 86.300-000 –
fone (043) 524-2585

Edital de notificação ao Reclamado:
CARLOS ALBERTO DA SILVA

RT nº 00039/2004
Reclamante: Elder Lopes Cardoso
Reclamado: Carlos Alberto da Silva

A Dra. Sandra Cristina Z. Cembraneli Correia , Juíza do Trabalho da Vara de Cornélio Procópio-PR. na forma da lei, FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que está notificando a reclamada supra nominada, ora em local incerto e não sabido, de que foi designado o dia **08 de março de 2004, às 14h40min**, para a realização da audiência UNA a realizar-se na sede desta Vara, devendo a mesma comparecer ou se fazer representar por preposto devidamente credenciado, que tenha conhecimento dos fatos alegados na inicial, cujas declarações a obrigarão, bem como apresentar defesa e oferecer as provas documentais que julgar necessárias, sob as penas do art. 359 do CPC, e trazer as testemunhas que pretenda ouvir, até o número de 03 (três), ou arrolá-las até 15 dias antes da audiência, sob pena de preclusão. A ausência da reclamada implicará em revelia e confissão quanto à matéria fática (CLT, art. 844). A petição inicial encontra-se na Secretaria da Vara, à disposição dos interessados.
O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara do Trabalho de Cornélio Procópio-PR, aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro. Eu, ___ (Marisa Loureiro de Carvalho Abrão), Diretora de Secretaria, subscrevi.

Sandra Cristina Cembraneli Correia
Juíza do Trabalho

Londrina

SEGUNDA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR.

Processo: RT 1419/02
Exequente: SANTIN ANDRIOLI
Executada: M4 INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIM. LTDA

O EXMO. DR. Juiz da Segunda Vara do Trabalho de Londrina, Estado do Paraná,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está CITANDO a executada, M4 INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIM. LTDA**,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), pagar ou garantir a execução no valor de R$ 13.191,80 (treze mil e cento e noventa e um reais e oitenta centavos),na seguinte proporção: principal, R$ 11.226,71; custas, R$ 224,53; honorários contábeis, R$ 300,00; INSS, R$ 1.440,56 . Valores atualizáveis a partir de 30/04/2003.
E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR.

Processo: RT 509/02
Exequente: ADEMILSON APARECIDO DA SILVA
Executada: SILOEXXEL MANUF. EQUIPAM. ARMAZENAMENTO DE GRAOS LTDA

O EXMO. DR. Juiz da Segunda Vara do Trabalho de Londrina, Estado do Paraná,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está CITANDO a executada, SILOEXXEL MANUF. EQUIPAM. ARMAZENAMENTO DE GRAOS LTDA**,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), pagar ou garantir a execução no valor de R$ 3.080,61 (tres mil e oitenta reais e sessenta e um centavos),na seguinte proporção: principal, R$ 1.683,21; juros, R$ 299,11; custas, R$ 39,64; honorários contábeis, R$ 600,00; INSS, R$ 458,65 . Valores atualizáveis a partir de 31/07/2003.
E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À 2º RECLAMADA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 34558/02, ENTRE PARTES: ADRIANO PASQUETO, RECLAMANTE e ZOMBOW AUTOR CENTOR, RECLAMADO .

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a reclamada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da decisão proferida nos autos supra, cujo teor parcial (DISPOSITIVO) é a seguir transcrito: " Isto posto, nesta ação trabalhista movida por Adriano Pasqueta em face de Zimbow Auto Center, ACOLHO os pedidos, Declaro a relação de emprego, ORDENO à ré que registre o contrato de trabalho na CTPS do autor e CONDENO a ré a pagar ao autor as seguintes verbas, nos termos da fundamentação exposta: 1 - verba rescisória; 2 – adicional de insalubridade e suas integrações; 3 – horas extras e suas integrações; 4 – FGTS; 5 – indenização do seguro-desemprego; 6 – honorários de advogado (...). INTIME-SE AS PARTES. MAURICIO MAZUR. - Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Londrina".. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

FRANCISCO ROBERTO ERMEL
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR.

Processo: RT 516/01
Exequente: SEBASTIAO GONÇALVES
Executada: TAMARA SERVIÇOS TÉCNICOS S/C LTDA

O EXMO. DR. Juiz da Segunda Vara do Trabalho de Londrina, Estado do Paraná,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está CITANDO a executada, TAMARA SERVIÇOS TÉCNICOS S/C LTDA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), pagar ou garantir a execução no valor de R$ 50.086,94 (cinquenta mil e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos),na seguinte proporção: principal, R$ 29.575,93; juros, R$ 9.218,82; custas, R$ 775,90; honorários contábeis, R$ 450,00; INSS, R$ 10.066,29 . Valores atualizáveis a partir de 01/09/2003.
E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

R$ 612,00 - 2108/2004

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À 2º RECLAMADA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO RT Nº 7597/00, ENTRE PARTES:MICHELE CARLOTA DE SANTANA, RECLAMANTE e CASA DE REPOUSO RECANTO FELIZ II, RECLAMADO .

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a reclamada, CASA DE REPOUSO RECANTO FELIZ II, atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da decisão proferida nos autos supra, cujo teor parcial (DISPOSITIVO) é a seguir transcrito: " Isto posto, resolve a 2ª Vara do Trabalho de Londrina – PR, por maioria de votos, reconhecer o vinculo empregaticio entre as partes no período declinado na inicial, e juilgar PROCEDENTE EM PARTE a presente Reclamação trabalhista para condenar a reclamada ao pagamento, em oito dias, das parcelas acima deferidas, tudo na forma da fundamentação supra a que este *decisum* passa a integrar(...). INTIME-SE A RECLAMADA. DANIEL JOSE DE ALMEIDA PEREIRA - Juiz do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Londrina".. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR.

Processo: RT 1431/01
RECLAMANTE: EVELIZE JOYCE DA ROSA
RECALAMADAS: MILL OF DILUTES RESTAURANTE E CHOPERIA LTADE e CHOPERIA E RESTAURANTE BAS LTDA

O EXMO. DR. Juiz da Segunda Vara do Trabalho de Londrina, Estado do Paraná,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está CITANDO as reclamadas, MILL OF DILUTES RESTAURANTE E CHOPERIA LTADE e CHOPERIA E RESTAURANTE BAS LTDA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), pagar ou garantir a execução no valor de R$ 23.304,29 (vinte e tres mil e trezentos e quatro reais e vinte e nove centavos),na seguinte proporção: principal, R$ 18.183,77; honorarios contador, R$ 425,77; custas processuais, R$ 376,71, INSS, R$ 4.185,75; edital, R$ 132,29 . Valores atualizáveis a partir de 30/09/2003.
E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICI MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À 2º RECLAMADA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO PS Nº 0619/03, ENTRE PARTES:PATRICIA APARECIDA COSTA, RECLAMANTE e ARTEATRO PRODUÇÕES E OUTROS, RECLAMADO .

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a reclamada, ARTEATRO PRODUÇÕES, atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da decisão proferida nos autos supra, cujo teor parcial (DISPOSITIVO) é a seguir transcrito: " Isto posto, nesta ação trabalhista movida por Patricia Aparecida Costa em face de Arteatro Produções, Paulo Jesus Galarça Gonçalves e Condominio Shopping Royal Plaza Londrina, REJEITO os pedidos formulados em face do reu Condominio Shopping Royal Plaza Londrina e abosolvo-o de qualquer condenação, ACO-

LHO os demais pedidos, DECLARO a relação de emprego entre a autora e a ré Arteatro Produções, ORDENO a ré Arteatro Produções que registre o contrato de trabalho na CTPS do autor e CONDENO os reus Arteatro Produções e Paulo Jesus Galarça Gonçalves a pagarem solidariamente a autora as seguintes verbas, nos termos da fundamentação exposta: 1 – salários; 2 – verbas rescisórias; 3 – acréscimos do art. 467 da CLT; 4 – multa do art. 477, § 8º da CLT ; 5 – horas extras, domingos e feriados laborados; 6 – indenização de intervalos intrajornada; 7 – FGTS; 8 – multa convencional; 9 – honorários de advogado(...). INTIMEM-SE OS DEMAIS REUS. MAURICIO MAZUR. - Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Londrina".. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR.

Processo: RT 0102/96
Exequente: MARIA DALVA FONSECA MARQUES
Executada: EMPRESA MIRAMAR DE ASSEIO S/C LTDA

O EXMO. DR. Juiz da Segunda Vara do Trabalho de Londrina, Estado do Paraná,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está CITANDO a executada, EMPRESA MIRAMAR DE ASSEIO S/C LTDA**,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), pagar ou garantir a execução no valor de R$ 8.354,10 (oito mi e trezentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos),na seguinte proporção: principal, R$ 3.495,28; custas, R$ 153,55; honorários contábeis, R$ 350,00; INSS, R$ 173,17; juros, R$ 3.180,70; honorarios advocaticios, R$ 1.001,40 . Valores atualizáveis a partir de 30/06/2003.
E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho
R$ 702,00 - 2111/2004

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À 2º RECLAMADA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO RT Nº 2359/02, ENTRE PARTES: CARLOS CESAR FINI, RECLAMANTE e ASSESSORIA EMPRESARIAL APTUS LTDA E OUTRA, RECLAMADOS .

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a reclamada, ASSESSORIA EMPRESARIAL APTUS LTDA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da decisão de embargos de declaração proferida nos autos supra, cujo teor parcial (DISPOSITIVO) é a seguir transcrito: " Isto posto , ADMITO os embargos de declaração e INDEFIRO o requerido porque não há omissão alguma na sentença de mérito, como fundamentado. Custas processuais mantidas. INTIMEM-SE AS PARTES. MAURICIO MAZUR- Juiz do Trabalho Substituto". O presente edital, também , CITA a reclamada, ASSESSORIA EMPRESARIAL APTUS LTDA, da interposição de recurso ordinario, para querendo apresentar contra-razões no prazo legal. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho
R$ 162,00

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À 2º RECLAMADA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO PS Nº 0622/03, ENTRE PARTES: FERNANDA STEIN, RECLAMANTE e ARTEATRO PRODUÇÕES E OUTROS, RECLAMADO .

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a reclamada, ARTEATRO PRODUÇÕES, atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da decisão proferida nos autos supra, cujo teor parcial (DISPOSITIVO) é a seguir transcrito: " Isto posto, nesta ação trabalhista movida por Fernada Stein em face de Arteatro Produções, Paulo Jesus Galarça Gonçalves e Condominio Shopping Royal Plaza Londrina, REJEITO os pedidos formulados em face do reu Condominio Shopping Royal Plaza Londrina e abosolvo-o de qualquer condenação, ACOLHO os demais pedidos, DECLARO a relão de emprego entre a autora e a ré Arteatro Produções e Paulo Jesus Galarça Gonçalves a pagarem solidariamente à autora as seguintes verbas, nos termos da fundamentação exposta: 1 – salários; 2 – verbas rescisórias; 3 – acréscimos do art. 467 da CLT; 4 – multa do art. 477, § 8º da CLT ; 5 – horas extras, domingos e feriados laborados; 6 – indenização de intervalos intrajornada; 7 – FGTS; 8 – multa convencional; 9 – honorários de advogado(...). INTIMEM-SE OS DEMAIS REUS. MAURICIO MAZUR. - Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Londrina".. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À 2º RECLAMADA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO PS Nº 0621/03, ENTRE PARTES: ROBERTA STEIN, RECLAMANTE e ARTEATRO PRODUÇÕES E OUTROS, RECLAMADO .

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a reclamada, ARTEATRO PRODUÇÕES, atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da decisão proferida nos autos supra, cujo teor parcial (DISPOSITIVO) é a seguir transcrito: " Isto posto, nesta ação trabalhista movida por Roberta Stein em face de Arteatro Produções, Paulo Jesus Galarça Gonçalves e Condominio Shopping Royal Plaza Londrina, REJEITO os pedidos formulados em face do reu Condominio Shopping Royal Plaza Londrina e abosolvo-o de qualquer condenação, ACOLHO os demais pedidos, DECLARO a relão de emprego entre a autora e a ré Arteatro Produções, ORDENO a ré Arteatro Produções que registre o contrato de trabalho na CTPS da autora e CONDENO OS REUS Arteatro Produções e Paulo Jesus Galarça Gonçalves a pagarem solidariamente à autora as seguintes verbas, nos termos da fundamentação exposta: 1 – salários; 2 – verbas rescisórias; 3 – acréscimos do art. 467 da CLT; 4 – multa do art. 477, § 8º da CLT ; 5 – horas extras, domingos e feriados laborados; 6 – indenização de intervalos intrajornada; 7 – FGTS; 8 – multa convencional; 9 – honorários de advogado(...). INTIMEM-SE OS DEMAIS REUS. MAURICIO MAZUR. - Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Londrina".. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR.

Processo: RT 8332/95
Exequente: KELLY CRISTINA FURINI FUZIY
Executada: COHABAN COOPERATIVA HABITACIONAL BANDEIRANTES DE LONDRINA

O EXMO. DR. Juiz da Segunda Vara do Trabalho de Londrina, Estado do Paraná,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a executada, COHABAN COOPERATIVA HABITACIONAL BANDEIRANTES DE LONDRINA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, dar-lhe ciência da penhora realizada, conforme mandado de fl. 421, do bem a seguir descrito: " apartamento 404, bloco A-27, sito a Rua Leontina da Conceição Gajon, com registro no 3º Ofício da Comarca de Londrina-PR."
E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho

SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À 2º RECLAMADA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO PS Nº 0618/03, ENTRE PARTES: LUIZ FERNANDO DA SILVA , RECLAMANTE e ARTEATRO PRODUÇÕES E OUTROS, RECLAMADO .

O EXCELENTÍSSIMO DR. JUIZ DA SEGUNDA VARA DO TRABALHO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,,

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que está INTIMANDO a reclamada, ARTEATRO PRODUÇÕES, atualmente em lugar incerto e não sabido, para ciência da decisão proferida nos autos supra, cujo teor parcial (DISPOSITIVO) é a seguir transcrito: " Isto posto, nesta ação trabalhista movida por Luiz Fernando da Silva em face de Arteatro Produções, Paulo Jesus Galarça Gonçalves e Condominio Shopping Royal Plaza Londrina, REJEITO os pedidos formulados em face do reu Condominio Shopping Royal Plaza Londrina e abosolvo-o de qualquer condenação, ACOLHO os demais pedidos, DECLARO a relação de emprego entre a autora e a ré Arteatro Produções, ORDENO a ré Arteatro Produções que registre o contrato de trabalho na CTPS do autor e CONDEN os reus Arteatro Produções e Paulo Jesus Galarça Gonçalves a pagarem solidariamente ao autor as seguintes verbas, nos termos da fundamentação exposta: 1 – salários; 2 – verbas rescisórias; 3 – acréscimos do art. 467 da CLT; 4 – multa do art. 477, § 8º da CLT ; 5 – horas extras, domingos e feriados laborados; 6 – indenização de intervalos intrajornada; 7 – FGTS; 8 – multa convencional; 9 – honorários de advogado(...). INTIMEM-SE OS DEMAIS REUS. MAURICIO MAZUR. - Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Londrina".. E para que não se alegue ignorância, é expedido o presente Edital, que devidamente assinado e publicado na forma da Lei, é afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta cidade de Londrina-PR., aos 21 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro.

Eu, Maria Inês Thomaz, Diretora de Secretaria, subscrevi.

MAURICIO MAZUR
Juiz da 2ª Vara do Trabalho
R$ 756,00 - 2110/2004

Tribunal Regional da 9ª Região

Tribunal do Trabalho da Nona Região
Secretaria da Quinta Turma
Av. Vicente Machado, 147-2º andar
Cep: 80420-010-Curitiba-PR

EDITAL de INTIMAÇÃO Nr. 00002/2004

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e/ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

TRT-PR-51288-2001-022-09-00-8
Local Atual : 5a. Turma
Agravante : Escola de Educacao Especial Joana de Camargo Machado Apae de Antonina
Agravado : Debora Susana Menim
Advogado : Deiny Raizel da Cruz-PR.31546
Determino A Intimação da Agravante Para, Nos Termos Art.13 do Cpc, Sanar A Irregularidade de Representação, Trazendo Aos Autos, no Prazo de 10 Dias, Documentos Hábeis Para Comprovar Que O Subscritor do Instrumento Procuratório de Fl. 58 Possuí Poderes Para Representá-La Em Juízo. Após Voltem Conclusos. Em, 16.01.2004. Arion Mazurkevic.

TRT-PR-00654-2002-653-09-00-9
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Nilson Ferreira (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Paulo Henrique Zaninelli Simm-PR.28247
Deferimento de Vistas Na Forma Regimental

TRT-PR-02058-2002-664-09-00-7
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Banco Itau S/A
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Claudio Antonio Ribeiro-PR.4636
Deferimento de Vistas Na Forma Regimental

TRT-PR-02111-2001-004-09-00-6
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Unilever Brasil Ltda
Recorrido : Os mesmos.
Jose Carlos Vieira Balbino
Advogado : Regiane Antunes Dequeche-PR.17361
J. Diante do Disposto no Art. 45 do Cpc, Bem Como da Ausência de Procuração Nos Autos da "Nova Procuradora" Indicada, Indefiro O Requerimento. Int, Em, 15.01.2004. Arion Mazurkevic.

TRT-PR-03338-2000-513-09-00-0
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Banco Banestado S/A e outro(s) 2
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Alexandre Euclides Rocha-PR.24495
Deferimento de Vistas Na Forma Regimental

TRT-PR-06794-2000-019-09-00-9
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Durvalino Dolci
Recorrido : Os mesmos.
Banco Abn Amro Real S/A
Tms Teleinformatica Ltda
Advogado : Marissol Jesus Filla-PR.17245
Deferimento de Vistas Na Forma Regimental

TRT-PR-09980-2000-016-09-00-0
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Leonidas de Souza Santos
Recorrido : Os mesmos.
Liga Paranaense de Combate Ao Cancer
Advogado : Narcizo Lipka-PR.13030
Manoel Francisco Martins de Paula-PR.22717
Apesar de Não Procedida A Intimação da Ré Para Apresentação de Contra-Razões de Recurso do Autor e Eventual Recurso Adesivo, Consoante Demonstra O Ofício de Fl. 409, Não Há Nulidade A Ser Declarada no Presente Feito. Isto Porque Qualquer Irregularidade Restou Sanada Diante da Publicação da Pauta de Julgamento do Recurso Ordinário do Autor Consoante Se Observa do Verso de Fl. 381. A Parte Ré, Ao Tomar Ciência do Julgamento do Recurso do Autor, Em Nenhum Momento Veio Aos Autos Alegar Ter Sofrido Qualquer Prejuízo Por Não Lhe Ter Sido Oportunizado Contra-Arrazoar Recurso da Parte Contrária Ou Apresentar Recurso Adesivo. À Pauta Para Julgamento dos Embargos de Declaração da Parte Ré. Intimem-Se As Partes do Presente Despacho. Curitiba, 13.01.2004. Eneida Cornel.

TRT-PR-15836-2000-005-09-00-0
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Servico Social da Industria Sesi
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Wilson Roberto Vieira Lopes-PR.14166
Manifestação Sobre Embargos de Declaração Opostos Pela Reclamada, no Prazo de 5 Dias

TRT-PR-25741-2000-651-09-00-4
Local Atual : 5a. Turma
Recorrente : Amelio Bona
Recorrido : Os mesmos.
Interlog Logistica Internacional Ltda
Advogado : Neusa Mara Garanteski-PR.25668
Apresentar Contra-Razões Ao Recurso da Reclamada Delara Brasil Ltda, no Prazo Legal.

PORTARIA STP/OE/SE 01/2004, de 21 de janeiro de 2004

O Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E

LIMITAR, em caráter excepcional, *ad referendum* do Tribunal Pleno, a distribuição de Recursos Ordinários, regimentalmente prevista para o dia 26 de janeiro, a 1600 (mil e seiscentos) processos.

PUBLIQUE-SE.

FERNANDO EIZO ONO
Juiz-Presidente

DISTRIBUICAO: 05/2004
TRT - TRIBUNAL REGIONAL do TRABALHO
(9a REGIAO)
Sistema de Informacao Processual

Ata de distribuicao de processos para Revisor

Em 19/01/2004, na Secretaria da 5A. TURMA, do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, foi realizada a DISTRIBUIÇÃO informatizada dos seguintes processos:

Ao Exmo. Juiz DIRCEU PINTO JUNIOR foram distribuídos os seguintes processos:

TRT-PR-**10257-2001-006-09-00-8**
Origem : 06ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Effem Brasil Inc & Cia
Pro Eventos Assessoria e Promocao Ltda
Recorrido : Ezequiel Araujo de Oliveira
Advogado : Adriano Carlos Souza Vale - Helena Amisani - Jose Antonio do Vale - Jose Antonio Vale - Maria Valentina Ferreira

TRT-PR-**18862-2001-006-09-00-7**
Origem : 06ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Brasil Telecom S/A
Joao Afonso Germano Filho
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Eduardo Gomes Freneda - Eloisa Maria Mendonca Avelar - Indalecio Gomes Neto - Leandro Herleinn Muri - Patrick Rocha de Carvalho

TRT-PR-**00057-2002-654-09-00-0**
Origem : VT de Araucaria-PR.
Recorrente : Elio Roberto Rodrigues
Recorrido : Transportes Dalcoquio S/A
Advogado : Benedito Aparecido Tuponi Junior - Nelson Goncalves

TRT-PR-**00184-2002-656-09-00-2**
Origem : VT de Castro-PR.
Recorrente : Pinceis Tigre S/A
Cecilia Soares de Andrade (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Edison Jose Iucksch - Laures Joaquim Pisnisk

TRT-PR-**00026-2003-019-09-00-4**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Pisoplus Revestimentos Ltda e outro(s) 2
Marcelo Sachetim Pauliv
Recorrido : Os mesmos.
Braulio Rodrigues de Figueiredo Filho
Advogado : Alberto de Paula Machado - Fernanda Arantes Mansano - Osvaldo Alencar Silva - Wilson Leite De Morais - Alberto de Paula Machado - Osvaldo Alencar Silva

Ao Exmo. Juiz Nair Maria Ramos Gubert Foram Distribuídos Os Seguintes Processos:

TRT-PR-**03287-1994-659-09-00-2** Remessa EX OFFICIO
Origem : 02ª VT de Guarapuava-PR.
Recorrente : Uniao Federal
Recorrido : Antonio Merlim da Silva
Advogado : Ceres Paczkoski Baitala - Aureliano Jose de Aredes

TRT-PR-**01799-1995-022-09-00-0**
Origem : VT de Paranagua-PR.
Recorrente : Administracao dos Portos de Paranagua e Antonina - Appa
Recorrido : Belmiro Mendes Junior
Advogado : Arnaldo Alves de Camargo Neto - Mauricio Perei-

ra Da Silva - Joao Carlos Gelasko - Marineide Spaluto - Marineide Spaluto Cesar

TRT-PR-**13046-2000-002-09-00-0**
Origem : 02ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Xerox do Brasil Ltda
Marcelo Carneiro de Moura
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Caprice Andretta Chechelaky - Caprice Andretta Chechelaly - Dante Rossi - Erika Paula de Campos - Marcos Jose Chechelaky

TRT-PR-**24008-2000-002-09-00-3**
Origem : 02ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Companhia de Saneamento do Parana Sanepar
Celia Matumoto (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Maison Servicos Tecnicos e Profissionais Ltda
Advogado : Carlos Bueno Ribeiro - Mauro Joselito Bordin - Raphael Zarpelon - Cesar Augusto Gavron - Petra Haertel

TRT-PR-**01465-2001-670-09-00-8**
Origem : VT de São José dos Pinhais-PR.
Recorrente : Sebastiao Olimpio dos Santos
Felipe Maoski
Antonio Setin Neto
Maoski Setin e Cia Ltda Materiais de Construcao
Lider e outro(s) (02)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Heglisson Tadeu Mocelin Neves - Rosana Maria Vidolin Marques - Rosana Vidolin Marques

TRT-PR-**02218-2001-024-09-00-9**
Origem : 01ª VT de Ponta Grossa-PR.
Recorrente : Marilene Stelle
Recorrido : Companhia Paranaense de Energia Copel e outro(s) 1
Massa Falida de Terma Terceirizacao Em Manutencoes Ltda
Advogado : Miguel Overcenko - Jeferson Luiz de Lima

TRT-PR-**02343-2001-004-09-00-4**
Origem : 04ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Senff Parati S/A
Companhia Brasileira de Distribuicao
Recorrido : Antonia Amarla Vogler
Advogado : Andre Luiz Ramos de Camargo - Stela Marlene Schwerz - Henderson Vilas Boas Baraniuk - Hendrerson Vilas Boas Baraniuk - Tomaz Da Conceicao

TRT-PR-**04311-2001-002-09-00-0**
Origem : 02ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Francisco Carlos da Cruz
Recorrido : Yapo Aero Taxi Ltda
Jorge Sikorski
Advogado : Jonas Antonio dos Santos - Jose Ari Matos - Juliane Cancelli Bombonatto - Luiz Antonio Abagge

TRT-PR-**08673-2001-002-09-00-0**
Origem : 02ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Construtel Projetos e Construcoes Ltda
Recorrido : Renato Alves Faria
Vector Engenharia e Sistemas de Telecomunicacoes Ltda
Global Village Telecom Ltda
Advogado : Carlos Eduardo Bley - Luiz Guilherme Tavares Torres - Cristiane Feroldi Maffini - Flaviano C. Pucci do Naciscimento - Flaviano Christian Pucci Do Nascimento - Vanessa Karam de Chueiri Sanches

TRT-PR-**09213-2001-002-09-00-0**
Origem : 02ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Martins Comercio e Servicos de Distribuicao S/A
Gelson Francisco Macedo (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Alexandre Borela Valente - Carlos Roberto De Almeida Leal - Daltro Marcelo Maronezi - Leir Tadeu de Oliveira - Nelson Antonio Gomes Junior - Willy Falcomer Filho

TRT-PR-**10888-2001-651-09-00-0**
Origem : 17ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Alezia Maria Porto de Oliveira
Recorrido : Banco do Estado de Santa Catarina S/A
Advogado : Carlos Gelenski Neto - Sandro Lunard Nicoladeli - Lilian Virginia de Athayde Furtado

TRT-PR-**22713-2001-002-09-00-7**
Origem : 02ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Brasil Telecom S/A
Recorrido : Jair Pedralli
Advogado : Eduardo Gomes Freneda - Eloisa Maria Mendonca Avelar - Indalecio Gomes Neto - Patrick Rocha De Carvalho - Leandro Herleinn Muri

TRT-PR-**00573-2002-093-09-00-9**
Origem : VT de Cornelio Procopio-PR.
Recorrente : Banco Banestado S/A e outro(s) 1
Terezinha Piccioni Goncalves (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Ana Paula de Sa - Antonio Celestino Toneloto - Pedro Vinha - Vera Augusta Moraes Xavier da Silva

TRT-PR-**01606-2002-069-09-00-4**
Origem : 02ª VT de Cascavel-PR.
Recorrente : Companhia de Saneamento do Parana Sanepar
Anisvaldo Bispo Neves - Recurso Adesivo
Recorrido : Os mesmos.
Mercado Planejamento e Administracao de Planos Urbanos Ltda
Mercado Construcoes e Empreendimentos Ltda
Advogado : Fabiano Silveira Abagge - Ronaldo Luiz Barboza

TRT-PR-**01715-2002-071-09-00-8**
Origem : 01ª. VT de Cascavel-PR.
Recorrente : Arlindo Fortunato dos Santos
Recorrido : Lupo S/A
Advogado : Omar Sfair - Antonio Carlos Silva Kuhn

TRT-PR-**03041-2002-002-09-00-1**
Origem : 02ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Funbep Fundo de Pensao Multipatrocinado e outro(s)
1
Recorrido : Valdemir Mendes de Oliveira e outro(s) 9
Advogado : Eloisa Maria Mendonca Avelar - Indalecio Gomes Neto - Isaias Zela Filho

TRT-PR-**03496-2002-015-09-00-3**
Origem : 15ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Jose Aparecido Neves
Recorrido : Jps Revestimentos Ltda
Advogado : Luciano Gubert de Oliveira - Zoraide Batistela

TRT-PR-**06791-2002-651-09-00-4**
Origem : 17ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Orlando Lopes e outro(s) 9
Recorrido : Funbep Fundo de Pensao Multipatrocinado e outro(s)
1
Advogado : Isaias Zela Filho - Ana Carolina Muller Moreira De
Carvalho - Ana Carolina Müller Moreira de Carvalho - Eduardo Gomes Freneda - Eloisa Maria Mendonca Avelar - Indalecio Gomes Neto

TRT-PR-**00673-2003-071-09-00-9**
Origem : 01ª. VT de Cascavel-PR.
Recorrente : Diego Soares Alves
Recorrido : Itibra Engenharia e Construcoes Ltda
Brasil Telecom S/A.
Advogado : Marcelo Honjo - Claudia Alessandra Bilachi - Nilce Regina Tomazeto Vieira

TRT-PR-**00680-2003-071-09-00-0**
Origem : 01ª. VT de Cascavel-PR.
Recorrente : Rozerio Puschmann Chamberlain
Recorrido : Itibra Engenharia e Construcoes Ltda
Brasil Telecom S/A.
Advogado : Neusa Lanzarini da Rosa - Claudia Alessandra Bilachi - Nilce Regina Tomazeto Vieira

TRT-PR-**00699-2003-069-09-00-0**
Origem : 02ª VT de Cascavel-PR.
Recorrente : Sara Schindler
Recorrido : Instituto de Saude do Parana
Advogado : Claudio Antonio Ribeiro - Omar Sfair - Cesar Augusto Ramos Gradela

TRT-PR-**00753-2003-071-09-00-4**
Origem : 01ª. VT de Cascavel-PR.
Recorrente : Aparecido de Oliveira Lima
Recorrido : Itibra Engenharia e Construcoes Ltda
Brasil Telecom S/A.
Advogado : Neusa Lanzarini da Rosa - Claudia Alessandra Bilachi - Nilce Regina Tomazeto Vieira

TRT-PR-**00800-2003-071-09-00-0**
Origem : 01ª. VT de Cascavel-PR.
Recorrente : E. Cortes E. Hoffmann Costuras
Recorrido : Ines Maria de Fatima Neves
Advogado : Nerei Alberto Bernardi - Otavio Gutkoski

Ao Exmo. Juiz Eneida Cornel Foram Distribuídos Os Seguintes Processos:

TRT-PR-**00226-2000-005-09-00-1**
Origem : 05ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Camargo Correa Equipamentos e Sistemas S/A
Recorrido : Cleysson Marcos da Silva
Advogado : Ana Beatriz R de Oliveira - Ana Beatriz Ramalho De Oliveira - Epaminondas Ronchini Montalvao

TRT-PR-**00545-2001-663-09-00-8**
Origem : 04ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Mauro Vieira Machado
Recorrido : Ais Associacao Para Investimento Social e outro(s) 1
Catuai Corretora de Seguros de Vida Ltda
Advogado : Jose Augusto Rodrigues Formigoni - Antonio Jose Mattos do Amaral

TRT-PR-**00672-2001-656-09-00-9**
Origem : VT de Castro-PR.
Recorrente : Marcelo Simao Buiar
Batavia S/A (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Claudinei Marcelino Fernandes - Mirian Aparecida Dos Santos - Olindo de Oliveira

TRT-PR-**01280-2001-005-09-00-5**
Origem : 05ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Wings Eventos Artisticos e Culturais Ltda
Recorrido : Abel Nunes Monteiro
Advogado : Paulo Cesar Hertt Grande - Joel Antonio Bettega Junior

TRT-PR-**01310-2001-654-09-00-2**
Origem : VT de Araucaria-PR.
Recorrente : Corn Products Brasil Ingredientes Industriais Ltda
Edson Rodrigues
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Cesar Augusto Kato - Emiliana Siqueira Silva - Louise Pereira Gionedis - Louise Rainer Pereira Gionedis - Yara Tereza Lofredo de Oliveira

TRT-PR-**01402-2001-017-09-00-3**
Origem : VT de Jacarezinho-PR.
Recorrente : Welinton Martins Borges
Hsbc Bank Brasil S/A-Banco Multiplo
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Marcia Regina Antoniassi - Wilson Roberto Vieira Lopes

TRT-PR-**00330-2002-024-09-00-6**
Origem : 01ª VT de Ponta Grossa-PR.
Recorrente : Luiz de Paula Santos
Recorrido : Tonini Wendling & Cia Ltda
Sonae Distribuicao Brasil S/A
Assessoria Empresarial Aptus Ltda
Advogado : Silvana Mendes Helmes - Stella Osternack Malucelli - Ustane Fanchin de Magalhaes - Victor Malucelli Junior

TRT-PR-**00575-2002-024-09-00-3**
Origem : 01ª VT de Ponta Grossa-PR.
Recorrente : Luiz Alberto Iurk
Edison Almir Magalhaes Pinto & Cia Ltda
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Carlos Roberto F Munhoz Costa - Carlos Roberto Ferreira Munhoz Costa - Ligia Vosgerau Ferreira Ribas

TRT-PR-**00693-2002-654-09-00-2**
Origem : VT de Araucaria-PR.
Recorrente : Ivai Carlos da Silva Moreira Dias
Recorrido : Utingas Armazenadora S/A
Advogado : Heglisson Tadeu Mocelin Neves - Tania Mara Pereira - Francisco Paulo Smitek Sobieray - Jose Carlos Busatto

TRT-PR-**00882-2002-654-09-00-5**
Origem : VT de Araucaria-PR.
Recorrente : Amarildo Gouvea
Recorrido : Calorisol Engenharia Ltda
Advogado : Luciano Gubert de Oliveira - Alan Carlos Ordakovski

TRT-PR-**00957-2002-654-09-00-8**
Origem : VT de Araucaria-PR.
Recorrente : Raymundo Ribeiro Alvares
Recorrido : Sonolux Industria de Polimeros Ltda
Remington Corporation do Brasil Ltda
Carlos Roberto Damasceno
Advogado : Vital Ribeiro de Almeida Filho - Raul Mazza Do Nascimento

TRT-PR-**01091-2002-663-09-00-3**
Origem : 04ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Paulo Sergio Flamia
Recorrido : Freitas Oliveira S/C Ltda
Advogado : Maria Helena Antunes Bilhao - Olga Machado Kaiser

TRT-PR-**01426-2002-024-09-00-1**
Origem : 01ª VT de Ponta Grossa-PR.
Recorrente : Walter Algacir Santinon
Recorrido : Tgv Transportadora de Valores e Vigilancia Ltda
Advogado : Marco Aurelio Krefeta - Lamartine Braga Cortes Filho

TRT-PR-**02244-2002-019-09-00-2**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Holcim Brasil S/A
Recorrido : Gelson Moussato
Cooperativa dos Trabalhadores do Estado do Parana Cotepar
Advogado : Jose Valter Oliveira Custodio - Romeu Saccani - Antonio Carlos Jardini Luiz - Eliton Araujo Carneiro

TRT-PR-**02289-2002-019-09-00-7**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Marcelo de Jesus Jaques
Recorrido : Atra Prestadora de Servicos Em Geral S/C Ltda E Outro
Advogado : Richardson Carvalho - Solange Vieira de Jesus

TRT-PR-**02525-2002-019-09-00-5**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Vania Siquino
Recorrido : Sociedade Evangelica Beneficente de Londrina
Advogado : Renato Tavares Yabe - Fernando Bastos Alves

TRT-PR-**02790-2002-003-09-00-8**
Origem : 03ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Companhia Brasileira de Distribuicao
Recorrido : Anildo Flores
Advogado : Andre Luiz Ramos de Camargo - Valdemar Hartje

TRT-PR-**02908-2002-019-09-00-3**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Banco Santander Brasil S/A
Kenard Menezes Kneipp (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Adriana Artigas Santos - Paula Cristina Dias - Valdemar Wagner Junior

TRT-PR-**03024-2002-021-09-00-2**
Origem : 02ª VT de Maringa-PR.
Recorrente : Cesumar Centro de Ensino Superior de Maringa
Valdir Antonio de Oliveira
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Iraci da Silva Borges - Luciana Satiko no Mendes - Regina Maria Bassi Carvalho

TRT-PR-**03129-2002-663-09-00-2**
Origem : 04ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Hsbc Bank Brasil S/A-Banco Multiplo
Recorrido : Rosilene Aparecida Carvalho Ferreira
Advogado : Ana Paula de Sa - Vera Augusta Moraes Xavier Da Silva - Jose Lourival Rodrigues Vasconcelos

TRT-PR-**03215-2002-019-09-00-8**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Antonio Piva
Recorrido : Fabrica de Biscoitos Ninfa Ltda
Advogado : Ellis Shirahishi Tomanaga - Zeninho Goldoni

TRT-PR-**03308-2002-019-09-00-2**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Fundacao Assistencial dos Servidores do Ministerio Da Fazenda Assefaz
Advogado :
Recorrido : Marina Lopes
Ronaldo Gusmao - Ivan de Oliveira Costa

TRT-PR-**03404-2002-019-09-00-0**
Origem : 02ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Jeferson Socrate Borba
Recorrido : Agip do Brasil S/A
Advogado : Marcelo de Carvalho Santos - Paulo Roberto Marques De Macedo

TRT-PR-**00197-2003-669-09-00-9**
Origem : VT de Rolandia-PR.
Recorrente : Marcos Fernando Garms e outro(s) 2
Recorrido : Claudio Jose Bueno
Advogado : Lourival Gasbarro - Juliano Tomanaga

Ao Exmo. Juiz Arion Mazurkevic Foram Distribuídos Os Seguintes Processos:

TRT-PR-**03849-2001-513-09-00-2**
Origem : 03ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Jose Carlos Ananias da Cunha
Viacao Ouro Branco S/A
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Olga Machado Kaiser - Wagner Pirolo

TRT-PR-**04275-2001-513-09-00-0**
Origem : 03ª VT de Londrina-PR.
Recorrente : Gisleine de Carvalho
Global Telecom S/A (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Albertino Bernardo de Lima Junior - Alessandro Marcos Brianezi

TRT-PR-**05036-2001-005-09-00-1**
Origem : 05ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Mara Lucia Bortolomei
Recorrido : Lc Representacoes Comerciais Ltda
Advogado : Pedro Paulo Pamplona - Rafael Fadel Braz - Alaisis Ferreira Lopes

TRT-PR-**07365-2001-010-09-00-2**
Origem : 10ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Aparecido Muniz
Unilever Brasil Ltda
Aparecido Muniz (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Alfama Distribuidora de Produtos Alimenticios Ltda
Advogado : Ana Lucia Cabel Lima - Elionora Harumi Takeshiro - Juliana Paula de Souza

TRT-PR-**13795-2001-003-09-00-5**
Origem : 03ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Plastipar Industria e Comercio Ltda
Recorrido : Ronaldo Adriano Javorski
Advogado : Alzir Pereira Sabbag - Sadi Franzon

TRT-PR-**19655-2001-005-09-00-3**
Origem : 05ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Eletrofrio Ltda
Nelson Chaves (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Danilo Emilio Bernartt - Dirceu Pagani - Flavio Dionisio Bernartt - Marcia Alves de Oliveira

TRT-PR-**20034-2001-005-09-00-2**
Origem : 05ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Winbledon Instituto de Beleza Ltda
Recorrido : Adauto Gomes Proenca
Advogado : Andre Luiz de Oliveira - Andre Luiz de Oliveira Brandalise - Luiz Antonio Abagge - Alexandre Toscano de Castro - Francisco Deradi - Junior De Faveri

TRT-PR-**21716-2001-003-09-00-0**
Origem : 03ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Telenge Telecomunicacoes e Engenharia Ltda
Recorrido : Germano de Oliveira
Advogado : Victor Benghi Del Claro - Victor Bengui Del Claro - Henio Trovo Barbosa

TRT-PR-**00368-2002-023-09-00-2**
Origem : VT de Paranavai-PR.
Recorrente : Elaine Marques Silva
Recorrido : Uniao das Associacoes de Moradores de Paranavai E Outro(S) 1
Advogado : Regina Maria Bassi Carvalho - Joao Egidio da Silva

TRT-PR-**00381-2002-023-09-00-1**
Origem : VT de Paranavai-PR.
Recorrente : Sonia Aparecida Ribeiro Pagliarini
Recorrido : Uniao das Associacoes de Moradores de Paranavai E Outro(S) 1
Advogado : Regina Maria Bassi Carvalho - Joao Egidio da Silva

TRT-PR-**00384-2002-023-09-00-5**
Origem : VT de Paranavai-PR.
Recorrente : Wellington Alberto de Souza Goncalves
Recorrido : Uniao das Associacoes de Moradores de Paranavai E Outro(S) 1
Advogado : Regina Maria Bassi Carvalho - Joao Egidio da Silva

TRT-PR-**00385-2002-023-09-00-0**
Origem : VT de Paranavai-PR.
Recorrente : Luciana Aparecida Ferreira da Costa
Recorrido : Uniao das Associacoes de Moradores de Paranavai E Outro(S) 1
Advogado : Regina Maria Bassi Carvalho - Joao Egidio da Silva

TRT-PR-**00389-2002-023-09-00-8**
Origem : VT de Paranavai-PR.
Recorrente : Neusa dos Santos Martins
Recorrido : Uniao das Associacoes de Moradores de Paranavai E Outro(S) 1
Advogado : Regina Maria Bassi Carvalho - Joao Egidio da Silva

TRT-PR-**00395-2002-023-09-00-5**
Origem : VT de Paranavai-PR.
Recorrente : Sueli Rodrigues Manetti
Recorrido : Uniao das Associacoes de Moradores de Paranavai E Outro(S) 1
Advogado : Regina Maria Bassi Carvalho - Joao Egidio da Silva

TRT-PR-**00599-2002-015-09-00-1**
Origem : 15ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Ibuka Mineracao Ltda
Recorrido : Agnalino de Sao Leao Machado
Advogado : Jose Paulo Granero Pereira - Jose Paulo Pereira - Julio Storoz

TRT-PR-**05500-2002-011-09-00-2**
Origem : 11ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Viacao Graciosa Ltda
Alvaro Antonio de Souza
Recorrido : Os mesmos.
Viacao Marumbi Ltda
Advogado : Domicela T S Paiola - Domicela Trybus Stanczyk Paiola - Hugo Jose Lenz - Leo Marcos Paiola -
Nadia Maria Borato - Domicela T S Paiola -
Domicela Trybus Stanczyk Paiola - Leo Marcos Paiola

TRT-PR-**05554-2002-003-09-00-3**
Origem : 03ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Marcelo Ataide de Oliveira
Recorrido : Companhia Brasileira de Bebidas
Advogado : Carlos Roberto Cardoso Jacinto - Luiz Antonio Bertocco

TRT-PR-**06708-2002-003-09-00-4**
Origem : 03ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Brasil Telecom S/A
Claudinei Vicentini (Recurso Adesivo)
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Eloisa Maria Mendonca Avelar - Indalecio Gomes Neto - Marcia Jokowiski - Wilson Roberto Vieira Lopes

TRT-PR-**07342-2002-013-09-00-8**
Origem : 13ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Edeson Selestrino Gomes
Recorrido : Global Village Telecom Ltda
Aurora Servicos S/C Ltda
Advogado : Ines Rosolem - Rogerio Issao Kodani - Elisabeth Regina V Taniguchi - Elisabeth Regina Venancio Taniguchi

TRT-PR-**17784-2002-013-09-00-2**
Origem : 13ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Esquadrias de Aluminio Alupar Ltda
Recorrido : Aristides Vicente de Lima
Advogado : Pedro Paulo Cardozo Lapa - Marcio Jones Suttile

TRT-PR-**00050-2003-020-09-00-3**
Origem : 01ª VT de Maringa-PR.
Recorrente : Agnaldo Aparecido de Paula Ladeira
Recorrido : Goncalves & Tortola Ltda
Advogado : Alex Panerari - Luiz Augusto Wronski Taques - Alicio Malavazi - Aline Braga - Vivalda Sueli Borges - Vivalda Sueli Borges Carneiro - Waldemir Ronaldo Correa

TRT-PR-**00195-2003-669-09-00-0**
Origem : VT de Rolandia-PR.
Recorrente : Marcos Fernando Garms e outro(s) 2
Recorrido : Luiz Carlos da Silva
Advogado : Lourival Gasbarro - Juliano Tomanaga

TRT-PR-**03791-2003-652-09-00-0**
Origem : 18ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Unibanco Uniao de Bancos Brasileiros S/A e outro(s)
1
Mariana Saad Weinhardt
Recorrido : Os mesmos.
Advogado : Lineu Miguel Gomes - Marcia Valente - Nemo Francisco Spano Vidal

E Para Constar, Lavrei A Presente Ata, Que Vai Assinada Por Mim E Pela Exma. Juiza-Presidente da 5a. Turma.

Nair Maria Ramos Gubert
Juiza-Presidente

Almir Soares
Secretário da 5ª Turma

DISTRIBUIÇÃO: 06/2004
TRT - TRIBUNAL REGIONAL do TRABALHO
(9a REGIAO)
Sistema de Informacao Processual
Ata de DISTRIBUIÇÃO de processos para Revisor

Em 19/01/2004, na Secretaria da 5A. TURMA, do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, foi realizada a DISTRIBUIÇÃO informatizada dos seguintes processos:

Ao Exmo. Juiz DIRCEU PINTO JUNIOR foram distribuídos os seguintes processos:

TRT-PR-**12752-2001-012-09-00-3**
Origem : 12ª VT de Curitiba-PR.
Agravante : Josiel Alves Pereira
Agravado : Meripar Participacoes Ltda
Advogado : Adriana Pereira dos Santos - Cleber Eduardo Albanez - Edson Fernando Hauagge - Enrico Miguel Nichetti

E Para Constar, Lavrei A Presente Ata, Que Vai Assinada Por Mim E Pela Exma. Juiza-Presidente Do(A) 5a. Turma.

Nair Maria Ramos Gubert
Juiza-Presidente

Almir Soares
Secretário da 5ª Turma

DISTRIBUIÇÃO: 07/2004
TRT - TRIBUNAL REGIONAL do TRABALHO
(9a REGIAO)
Sistema de Informacao Processual
Ata de DISTRIBUIÇÃO de processos para Revisor

Em 19/01/2004, na Secretaria da 5A. TURMA, do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, foi realizada a DISTRIBUIÇÃO informatizada dos seguintes processos:

Ao Exmo. Juiz ARION MAZURKEVIC foram distribuídos os seguintes processos:

TRT-PR-**00961-2002-093-09-00-0**
Origem : VT de Cornelio Procopio-PR.
Reclamante : Sebastiana Puglia
Reclamado : Municipio de Sao Jeronimo da Serra
Advogado : Joao Luiz Perusso - Roberto Pontes Cardoso Jr

E Para Constar, Lavrei A Presente Ata, Que Vai Assinada Por Mim E Pela Exma. Juiza-Presidente da 5a. Turma.

Nair Maria Ramos Gubert
Juiza-Presidente

Almir Soares
Secretário da 5ª Turma

DISTRIBUIÇÃO: 08/2004
RECURSO ORDINÁRIO EM MEDIDA CAUTELAR - Turmasg: 1 /1
TRT - TRIBUNAL REGIONAL do TRABALHO
(9a REGIAO)
Sistema de Informacao Processual
Ata de DISTRIBUIÇÃO de processos para Revisor

Em 19/01/2004, na Secretaria da 5A. TURMA, do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, foi realizada a DISTRIBUIÇÃO informatizada dos seguintes processos:

Ao Exmo. Juiz NAIR MARIA RAMOS GUBERT foram distribuídos os seguintes processos:

TRT-PR-**81084-2003-005-09-00-8**
Origem : 05ª VT de Curitiba-PR.
Recorrente : Octavio Feliz
Recorrido : Tibagi Ltda e outro(s) 4
Advogado : Luis Carlos Barreto - Luis Carlos da Silva - Luiz Carlos da Silva - Marcelo Crissanto Mallin -
Luciano Guimaraes Piazzetta - Paulo Roberto Pereira

E Para Constar, Lavrei A Presente Ata, Que Vai Assinada Por Mim E Pela Exma. Juíza-Presidente da 5a. Turma.

Nair Maria Ramos Gubert
Juiza-Presidente

Almir Soares
Secretário da 5ª Turma

Boletim da Justiça Federal

Varas Federais de Curitiba

TURMA RECURSAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

BOLETIM Nº 0001/2004

Nos processos abaixo, foi proferido acórdão dando provimento à questão de ordem suscitada e, em juízo de retratação, julgando improcedente o pedido.

RECURSO CÍVEL JEF

2002.70.00.006715-4 - JOSE CASTORINO MACHADO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FELIPE CALDAS MENEZES

2002.70.00.006901-1 - ANTONIO ELOIR DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.006903-5 - JOANA DE LOURDES BIANCHI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANIEL CASTELO BRANCO RAMOS

2002.70.00.007032-3 - ARLINDO GOMES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO VENANCIO JUNIOR

2002.70.00.007156-0 - ANTONIO DE BRITO CASTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GUILHERME DUARTE DA CONCEIÇÃO

2002.70.00.007158-3 - ALCIDES BOSCHETTI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO VENANCIO JUNIOR

2002.70.00.007230-7 - ENEAS DE ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

2002.70.00.007231-9 - LEOCADIA FELIPE PERES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.007324-5 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X MILTON DOMINGUES AZEVEDO
Adv. : Dr(s). HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.007328-2 - MADALENA OLIVIA MATSUDA RICHARD X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). KARINE COSTA CARLOS

2002.70.00.007472-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X MANOEL JAHIR DIEP
Adv. : Dr(s). LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.007474-2 - YOLANDA NICOLELLI DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.007475-4 - VITALINA FERRI DE VARGAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.007550-3 - IRENE FERREIRA DE BARROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO MIOZZO

2002.70.00.007680-5 - MANOEL LOPES DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007681-7 - AMILTON ANTONIO ALVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007690-8 - LOTHAR REICH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.007691-0 - VALDEMIRO VIEIRA PIRES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007693-3 - JOSE DARCI DE LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007694-5 - JOAO DE LIMA ASSIS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.007695-7 - PEDRO DE CRISTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.007740-8 - ADIR CUSTODIO DE MELO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.007741-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X JOAO BATISTA DA SILVA
Adv. : Dr(s). LUIZ ROBERTO PEREIRA, FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007743-3 - JOAO MARIA RODRIGUES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007745-7 - JOAQUIM FRANCISCO DUTRA FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.007747-0 - NAGIB STOCCHERO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007748-2 - CELSO PEDRO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.007750-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X ODAIR DA ROCHA AMARAL
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007753-6 - ORLANDO TADEU RIBEIRO DE SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.007754-8 - SEBASTIAO CANDIDO COSTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.007755-0 - ODAIR LOURENCO FRANCO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007758-5 - JORGE TEIXEIRA DE LARA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.007887-5 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X WALTER SOARES DE HORMAM
Adv. : Dr(s). LUIZ ROBERTO PEREIRA, FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007891-7 - RODOLFO ZBUINOVICZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007893-0 - CARLITO OTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.007895-4 - RAUL FERREIRA PEDROSO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.007896-6 - JORGE FERNANDES DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.007935-1 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VILMAR ROBERTO WAGNER
Adv. : Dr(s). CIDALIA DE SOUZA SILVA, FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007936-3 - VANITO PEREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GUILHERME DUARTE DA CONCEIÇÃO, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.007938-7 - JOSE DA ROCHA BARROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007941-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X JORGE SZABO
Adv. : Dr(s). CIDALIA DE SOUZA SILVA, FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007943-0 - AMILTON MONTEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.007944-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X ANTONIO KUTINSKI
Adv. : Dr(s). CIDALIA DE SOUZA SILVA, FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022132-5 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X PEDRO GLONIK
Adv. : Dr(s). CLAUDIA M. SASSO PASQUINI, GUILHERME DUARTE DA CONCEIÇÃO

2002.70.00.022179-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X LADISLAU KADANOS
Adv. : Dr(s). HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.022207-0 - JOAO JORGE JANOWSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO VENANCIO JUNIOR

2002.70.00.022274-3 - HELMUT CARL KLEIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2002.70.00.022278-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X DELZI DE CASTRO DOLENGA
Adv. : Dr(s). HENRIQUE CLOSS, ARLYVAN PROBST

2002.70.00.022280-9 - JOSE RAFAEL PINHEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2002.70.00.022332-2 - JOSE ANTONIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO VENANCIO JUNIOR

2002.70.00.022345-0 - AMAURI FEUERSCHUETTE DE LAURINDO RIBAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2002.70.00.022346-2 - SIDNEY PROBST X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.022402-8 - LUIZ DE MATTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2002.70.00.022429-6 - ANDRE CERVANSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO VENANCIO JUNIOR

2002.70.00.022481-8 - DORILEA CIDRAL ZANON X INS-

TITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2002.70.00.022486-7 - MARIA CINIRA DE SOUZA MAIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2002.70.00.022514-8 - NELY MOREIRA ROMANINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022516-1 - SEBASTIAO GEFFER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.022517-3 - VITORINO CABRAL DO BONFIM X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022518-5 - JOAQUIM CORDEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022549-5 - PEDRO FRANCISCO LUIZ OZORIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022551-3 - BENEDITO RIBEIRO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022554-9 - ANTONIO PAULINO LEAL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022651-7 - MACEDONIO PERES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, ANGELA RAFAELA KNOPF

2002.70.00.022658-0 - ADEMAR JOSE DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022788-1 - MARIA A LUZ DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.022790-0 - LUIZ MOREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, ANGELA RAFAELA KNOPF

2002.70.00.022792-3 - ALCEU CECON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022798-4 - FELICITA LILIAN SAVI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

2002.70.00.022810-1 - ALTAIR NEPOMUCENO DORNELAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022990-7 - ARISTIDES LIBERIO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.022992-0 - JAIME FRANCISCO SCLIPE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.023019-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X LUIZ CARLOS BINDO
Adv. : Dr(s). HENRIQUE CLOSS, ROBERTO VENANCIO JUNIOR

2002.70.00.023048-0 - ANTONIO MERCHIORI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.023062-4 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X MARIA DE LOURDES RIBEIRO DA MAIA
Adv. : Dr(s). CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023081-8 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X DANILO GONDRO
Adv. : Dr(s). CIDALIA DE SOUZA SILVA, KARINE COSTA CARLOS

2002.70.00.023106-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X FLORIA VOIGT
Adv. : Dr(s). LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.023144-6 - JOAO MARIA PINTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023152-5 - JOSE ALVARO SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

2002.70.00.023154-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CARLOS GARRETT DE FREITAS
Adv. : Dr(s). CIDALIA DE SOUZA SILVA, MARIO SERGIO DE ALMEIDA

2002.70.00.023229-3 - SILVIO VALDIR NASCIMENTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023230-0 - OTRAZICO DE PAULA NEVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, ANGELA RAFAELA KNOPF

2002.70.00.023231-1 - DORIVAL RICCI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023232-3 - JOSE VALDEVINO DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.023233-5 - ALBERTO PASSOS ROBALLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023236-0 - LAURO DA SILVA BRAGA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023237-2 - ANTONIO LUIZ DECONTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023238-4 - CELESTINO DE MELO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023239-6 - LUCAS DE QUEIROZ ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023372-8 - LUIZ KUPERSTEIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.023373-0 - MILTON ALVES CORREIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.023374-1 - ADOLFO LIEDMANN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023375-3 - BENEDITO DE JESUS LACERDA RIBAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023376-5 - ANDRE ASSIS DO ESPIRITO SANTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023378-9 - GABRIEL QUESADA FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023403-4 - MIGUEL JUSTINO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). KARINE COSTA CARLOS

2002.70.00.023510-5 - CELESTE CECCON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023511-7 - JOSE MULLER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023512-9 - FLORIANO BROGIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023513-0 - JOSEF SCHECKS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023514-2 - MARIA APARECIDA BROGIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023516-6 - ELEONORA ANDRIOLLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023517-8 - BENTA ANDRIOLLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023518-0 - SOPHIA LASKAWSKI MUSIAT X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023519-1 - ALFREDO KELM X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.023520-8 - DAMIANIE IUBEL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023521-0 - DOUGLAS BONATTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023525-7 - ISRAEL SERAFIM DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.023530-0 - JOAO TEODOROVECZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.023531-2 - RAYMUNDO GUILHERME SAUER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.023537-3 - JULIO MARTINHAK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO, LUIZ ROBERTO PEREIRA

2002.70.00.023550-6 - KORAH PEGAS THIEME X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023551-8 - LEONILDA FORTES COUCEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023552-0 - NEUZA DE JESUS KAMINENKO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.023554-3 - JAYME BENATTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023557-9 - LEONIDES THUR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023558-0 - DANIEL DECOLIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023559-2 - LUIZ CARLOS FREITAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.023560-9 - MICHAEL LESZCZYNSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023561-0 - LUIZ FERREIRA SOBRINHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023562-2 - DALTON ZANETTI DE MENDONCA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023563-4 - ALTANIR DE OLIVEIRA JOANICO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023654-7 - NATALINO GEMELLI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023656-0 - EVILAZIO RODRIGUES DE ALMEIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023658-4 - EMY AMARO LOURENZE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023659-6 - GLACI PEICHO DE LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023660-2 - MARIA FAGUNDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, ANGELA RAFAELA KNOPF

2002.70.00.023802-7 - EDMUNDO TOPOLSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.023803-9 - ENEIAS SEBASTIAO PIVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023804-0 - ORCILIO ALVES FERNANDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS LUDWIG VALDEZ

2002.70.00.023932-9 - HILARIO GERMANO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI

2002.70.00.023933-0 - ALFREDO STOCCO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.023939-1 - MIECZYLAW PIETRUK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI

2002.70.00.023941-0 - LUIZ ANTONIO KRAENSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.023942-1 - STANISLAW JAN KUSZELEWSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, CLAUDIA M. SASSO PASQUINI

2002.70.00.023943-3 - LUIZ RODA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.023951-2 - MARIA SIQUEIRA MUCELLIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI

2002.70.00.023952-4 - CARMEN DALVA FREITAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI

2002.70.00.023960-3 - JOAO BROCCO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI

2002.70.00.024139-7 - MIGUEL LUIZ FRESSATTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.024144-0 - ARLETE BERTELLI MORO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO, CIDALIA DE SOUZA SILVA

2002.70.00.024145-2 - VALDEMAR ELOI FELIPE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.024147-6 - MARIA DE LOURDES LAMPORI SEIXAS QUEIROZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.024149-0 - NATHALIA DZIEDRICKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.024150-6 - AGLAE BOCCHI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.024426-0 - OLANDA JOANNITA DEMATTE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI

2002.70.00.024428-3 - ROSA SAMBULOSKI TULCHESKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANI LEONARDO GIACOMINI, HENRIQUE CLOSS

2002.70.00.024431-3 - ZITA IGNEZ JULIANI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.024941-4 - ISAURA CARLESSI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO, ANGELA RAFAELA KNOPF

2002.70.00.024951-7 - DJAURA DE MORAES PACHECO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.00.024964-5 - FRANCISCO DE ASSIS SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MAURICIO DE MORAIS RIBEIRO

2002.70.01.004063-7 - GENTIL DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES, CLAUDIA MARIA ALVES CHAVES

2002.70.01.005383-8 - JOEL NUNES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES, CLAUDIA MARIA ALVES CHAVES

2002.70.03.000592-8 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X HORLANDO GOMES GENEROSO
Adv. : Dr(s). VALERIA MACIEL DE CAMPOS LAVORENTI

2002.70.03.002175-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X OLIVAL HERMENEGILDO
Adv. : Dr(s). KELY KUHNEN, ANICI PREMEBIDA

2002.70.03.002320-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X LUCIANO MOURA PINTO
Adv. : Dr(s). RITA DE CASSIA CHRISTOPHORO PACKER, ANICI PREMEBIDA

2002.70.03.002458-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X NELSON MASSAO MAEDA
Adv. : Dr(s). KELY KUHNEN, CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA

2002.70.03.002642-7 - LYDIO VIEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WILSON LUIS DE PAULA, KELY KUHNEN

2002.70.03.002789-4 - ORLANDO SALVADOR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WILSON LUIS DE PAULA, KELY KUHNEN

2002.70.03.003561-1 - ANTONIO SOUTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANICI PREMEBIDA, EVANDRA CRISTINA BERTELLI BERNARDI

2002.70.04.002658-8 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X JURACY COMAR
Adv. : Dr(s). JANE CASTANHA, LEIA AKUCEVIKUS FERREIRA E SILVA

2002.70.04.002721-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X EDY RUDNICK
Adv. : Dr(s). MILENE CETINIC

2002.70.05.005768-5 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X SINCLAIR CRIPPA LAUEFFER
Adv. : Dr(s). ROBERTO LUIS LUCHI DEMO

2002.70.05.007444-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X FAUSTO PEREIRA DE SOUZA
Adv. : Dr(s). ROBERTO LUIS LUCHI DEMO, SHIRLEY FAETTHE DE ANDRADE KARIGYO

2002.70.05.007449-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X ANEU DARCI RAUBER
Adv. : Dr(s). ROBERTO LUIS LUCHI DEMO, SHIRLEY FAETTHE DE ANDRADE KARIGYO

CURITIBA, 21 de janeiro de 2004

MARIA DO ROCIO DE ALBUQUERQUE REIS
SUPERVISORA DA SEÇÃO DE APOIO DA TURMA RECURSAL/PR

SECRETARIA DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE CURITIBA.

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 012/2004.

JUÍZA FEDERAL: DRA. GISELE LEMKE.
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca do pagamento efetuado pela CEF (fls...).
2. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham ainda sido homologados.
2.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
3. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
3.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
3.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
3.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
3.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
3.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

92.00.10202-6 - LUIZ MIGUEL GERONYMO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WILSON LEITE DE MORAIS

98.00.19877-6 - ODAIR ANTONIO TULLIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PEDRO PAULO DE MACEDO DA COSTA LINO

98.00.23463-2 - JOAO FRANCISCO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES RODRIGUES

99.00.22491-4 - PEDRO FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
1.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
1.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
1.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
1.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
2. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
2.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
3. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
3.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
3.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
3.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
3.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
3.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

93.00.10931-6 - RENATO STENCEL E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MAURO CAVALCANTE DE LIMA

97.00.15235-9 - MARILEI FERNANDES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON NIELSEN

97.00.16192-7 - PEDRO DE DEUS CARDOSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON NIELSEN

97.00.17190-6 - LAERTES KESKOSKI SAMPAIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.17863-3 - LUIZ SERGIO FLORENCIO DOS REIS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.18425-0 - CELSO PINHEIRO GONCALVES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.21218-1 - GESSE PINHEIRO DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.22102-4 - ALBERTO CARVALHO NETO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDA MARIA DO VALLE

97.00.24710-4 - ANTONIO SCATANBURLO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WANDERLEI MEREB CALIXTO

98.00.05135-0 - LUIZ LOURENCO DE LIMA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ ROBERTO L. KRACIK

98.00.05298-4 - ELZA DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

98.00.10572-7 - NEYVALDO HIROSHI UYETAQUI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

98.00.18293-4 - JOSE MACHADO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

99.00.02369-2 - MARIA ROSELI CARDOSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

99.00.11132-0 - ANA RIBEIRO LASKA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELAINE CONCEICAO ANDRETTA

1999.70.00.028735-9 - ADILSON KRONLAND PINTO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RICARDO COSTA MAGUETAS

2000.70.00.023098-6 - ELAIR DE FATIMA DE FRANCISCO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SAMANTHA DE M SADE

2001.70.00.023332-3 - TEREZINHA DO PRADO DAMASCENO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CASSIA BECKER

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham sido homologados.
1.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
2. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
2.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâ-

neo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
2.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
2.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
2.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
2.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
2.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
3. Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

94.00.02487-8 - MARIA RITA SIERAKOWSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CRISTINA SUEMI KAWAY

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.15064-0 - ELIDEVAL GOMES DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON NIELSEN

97.00.15239-1 - MILTON HUMBERTO CATAPAN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON NIELSEN

97.00.15946-9 - NAIR PEDRON BATISTEL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VILSON GUDOSKI

97.00.16893-0 - ELISEU CORDEIRO DA VEIGA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

97.00.16990-1 - MARIA DE LOURDES MENDES DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

ACAO ORDINARIA

98.00.00757-1 - RESONI MARQUES DA LUZ CARDOSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GUSTAVO RIBEIRO LANGOWISKI

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.21563-8 - MARISE DO ROCIO BITTENCOURT E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). BARTOLOMEU ALVES DA SILVA

98.00.26217-2 - VALDIR JOSE MASSANEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES RODRIGUES

99.00.23099-0 - SANDRA PEREIRA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LIDSON JOSE TOMASS

ACAO ORDINARIA

1999.70.00.033913-0 - OLIVIO DE FRANCA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LIDSON JOSE TOMASS

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.007944-5 - MARCIO JOSE DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLY DE CASSIA MENESES FRANCA REGIANI

2000.70.00.020180-9 - JOSE ALEXANDRE PEREIRA CORREA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SHIRLEY PAGNOSI

2000.70.00.021999-1 - CLAUDETE BIENTINEZI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). REGINA APARECIDA B DA SILVA

2000.70.00.032857-3 - BENEDITO LIBERATO DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ANTUNES FERREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Indefiro o requerimento de fls. 261/262, considerando que, para propor a execução do julgado, deve-se constar toda documentação necessária nos termos do CPC.
2. Portanto, caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos fundiários para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
3.1. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.

3.2. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".

3.3. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.

4. Intimem-se.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.14748-9 - VITOR MIGUEL SCHWARTZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IVAIR JUNGLOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Quanto ao requerimento de fl. 442, em relação a juntada dos extratos da conta vinculada do autor Valdir Luiz portela, anoto que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos fundiários para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
2. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
2.1. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
2.2. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
2.3. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
3. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.15531-7 - ROBERTO MAESKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Concedo à parte autora o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
1.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
1.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
1.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
1.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
1.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
1.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
2. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.01933-2 - DINAH MARIA LEMES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SEBASTIÃO ANTUNES TELLES SOB

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Consoante entendimento predominante na jurisprudência, não há necessidade de serem intimados todos os advogados da mesma parte, basta que seja intimado um só (RSTJ 56/242; RT 618/89). Sendo assim, indefiro o requerimento da fls. 304/305, devendo, entretanto, o subscritor da referida petição ser intimado para que, no prazo de 15 dias, esclareça se pretende que as intimações sejam feitas em seu nome.
2. Intime-se a parte autora para que se manifeste acerca do pagamento efetuado pela CEF (fls. 290/299).
3. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham ainda sido homologados.
3.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
4. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
4.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
4.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
4.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininte-

ligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
4.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
4.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
4.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
5. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.15339-1 - JOSE CARLOS ANDREOLLI DE CASTRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GIANCARLO AMPESSAN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" ... 2. A Caixa Econômica Federal, em diversas oportunidades - inclusive por meio de ofício dirigido a esse Juízo -, requereu a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação consubstanciada na sentença. Tal pedido vinha sendo deferido em atenção aos princípios da celeridade e economia processual.
2.1. Todavia, o que se vem observando é que a concessão de prazo para o cumprimento espontâneo vem gerando mais malefícios do que benefícios ao célere e, principalmente, ao eficaz tramitar processual.
2.2. Ocorre que, diversos incidentes vêm se verificando sem que haja uma relação processual constituída e sem que a satisfação do credor seja efetivamente decidida. Assim, ora a Caixa Econômica Federal não cumpre a obrigação no prazo requerido e assinalado; ora cumpre apenas em relação a alguns dos credores sob a justificativa de que os demais assinaram termos de adesão; ora traz os termos de adesão; ora não os traz; ora os traz sem a assinatura do suposto transigente; ora se nega a trazê-los porque o termo assinado é o branco e não o azul; na maioria das vezes a parte credora discorda dos valores creditados e passa a questioná-los, sem, contudo, apresentar razões embasadas para a discordância; há, ainda, diversos pedidos de aplicação de multa diária contra a Caixa Econômica Federal, pela alegada recusa no cumprimento espontâneo do julgado. Tudo, repito, sem que haja uma relação processual constituída. Enfim, os diversos incidentes processuais surgidos neste ínterim, entre o trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento e a instauração do processo de execução, estão a causar uma série de tumultos, sem que se extraia daí qualquer benefício.
2.3. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo da obrigação é uma faculdade da parte devedora, a qual para ser exercida independe da concessão de qualquer prazo; considerando ainda que a eventual concessão de prazo para o cumprimento espontâneo é irrelevante e não tem o condão de impedir que parte credora promova a execução do julgado; considerando ainda que, caso o devedor queira uma declaração de quitação da dívida que emerge da sentença, mesmo contra a vontade do credor, deverá valer-se da faculdade instituída pelo art. 570, do CPC, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido formulado por qualquer das partes visando a marcação de prazo para o cumprimento espontâneo da obrigação. Indefiro, outrossim, qualquer pedido de imposição de multa à CEF por não ter cumprido espontaneamente o julgado.
2.4. Fica revogado qualquer despacho anteriormente proferido no sentido contrário ao ora decidido.
3. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham ainda sido homologados.
3.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
4. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
4.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
4.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
4.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
4.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
4.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
4.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
5. Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.005804-1 - SEBASTIAO PINHEIRO FIGUERO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUZA DALUZ CHAVES DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Indefiro o requerimento da parte autora quanto ao levantamento dos valores depositados nas contas vinculadas dos autores, considerando que a lei prevê expressamente as hipóteses em que tais valores podem ser retirados, cabendo aos autores realizarem seus requerimentos diretamente à instituição financeira, uma vez que não cabe sua discussão neste processo.
2. Considerando que a Caixa Econômica Federal está efetuando o crédito nas contas do FGTS de todos aqueles que firmaram o termo de adesão e, nos termos do Decreto nº 4.777/2003, não se está mais a exigir a homologação dos termos de adesão para o fim de se realizar o depósito das quantias devidas; considerando, ainda, que a sucessiva juntada de termos de adesão, em momentos distintos para cada um dos credores, e a discussão incidental a respeito de suas validades, numa fase onde não há ainda relação processual constituída está a onerar excessivamente e injustificadamente os serviços do Juízo; considerando, ainda, que a homologação dos termos de adesão juntados implica na extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do que dispõe o art 269, III, do CPC e que o processo de conhecimento já se encontra extinto e o processo de execução ainda não foi instaurado por inércia da parte credora; considerando, ademais, que a parte credora pode obter o mesmo efeito da transação simplesmente não executando seu título judicial e que a Caixa Econômica Federal pode, em eventual embargos à execução, invocar a transação realizada para obstar a execução em curso (art. 741, VI, do CPC); considerando, ainda, que a prática da homologação vinha sendo admitida apenas como forma de salvaguardar os interesses dos credores em receber os valores, o que antes do Decreto nº 4.777/2003 ficava condicionado à homologação, tenho por bem não conhecer de qualquer pedido de homologação, ao menos enquanto não houver relação processual instaurada, de qualquer dos termos de adesão juntados aos autos que não tenham ainda sido homologados.
2.1. Determino, outrossim, à Secretaria, em razão do decidido neste item, que ao receber qualquer petição das partes juntando termos de adesão com pedido de homologação, que os junte aos autos, independentemente de realizar conclusão para a apreciação deste juízo.
3. À parte credora fica assinalado um prazo improrrogável - sob pena de imediato arquivamento dos autos sem a perda do direito de oportunamente propor a execução - de 30 (trinta) dias para propor a execução do julgado, juntando toda documentação necessária nos termos do CPC.
3.1. Tal prazo vale mesmo que a parte não concorde ou tenha dúvidas a respeito de eventual acerto no cumprimento espontâneo do julgado por parte da Caixa Econômica Federal. Assim, considerando que o cumprimento espontâneo é uma faculdade do devedor, a parte poderá propor a execução pleiteando o saldo remanescente caso discorde do valor creditado, independentemente de requerer a prestação de explicação por parte da devedora sobre os critérios que utilizou para entender quitada a dívida. Desta forma, o credor que discordar ou duvidar do acerto da devedora a respeito do cumprimento do julgado, deverá igualmente propor a execução pelo saldo remanescente, não sendo este o momento oportuno para a discussão a respeito, o qual terá lugar quando de eventual execução validamente instaurada.
3.2. Saliento que caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos das contas vinculadas para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3.3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
3.4. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
3.5. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
3.6. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
4. Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.007750-3 - RONILDO APARICIO ILIANO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LIDSON JOSE TOMASS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s):
" 1. Verifico que não foram juntados aos autos os extratos das contas vinculadas dos autores, assim, indefiro o requerimento de fls. 167/169, considerando que, para propor a execução do julgado, deve-se constar toda documentação necessária nos termos do CPC.
2. Portanto, caberá ao credor o ônus de providenciar os extratos fundiários para a realização dos cálculos, uma vez que ao contrário do que vinha acontecendo, as partes não estão mais encontrando dificuldades para o acesso a tais dados, estando os extratos, inclusive, à disposição da parte na internet no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, nos terminais de auto-atendimento e nas agências, razão pela qual não se aplica ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 604, do CPC. Assim, indefiro qualquer pedido de apresentação de extratos pela CEF, revogando qualquer decisão proferida por esse juízo no sentido contrário ao ora decidido, salvo se houver decisão da instância superior, a qual deverá prevalecer.
3. Ademais, ficam os credores advertidos que não será admitida a propositura de ação de execução, nos mesmos autos, sem que estejam todos os credores em conjunto figurando na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado, declarando expressamente já ter tido seu direito satisfeito. Afinal, é inviável a manutenção da tumultuária prática consistente em permitir que diversos litisconsortes no processo de conhecimento executem, nos mesmos autos, o título judicial em momentos distintos, o que resulta em autos completamente ininteligíveis, com embargos opostos em relação a um exeqüente, perícia sendo realizada em relação a outro, execução se iniciando para um terceiro, execução não embargada para um quarto, os demais pedindo prazo para juntar extratos ou a determinação para que a devedora os apresente dentre outras singulares ocorrências. A anarquia por vezes é tamanha que se torna difícil despachar nos autos de forma coerente, encaminhando o seu processamento com racionalidade. Uma prática admitida em nome da celeridade da prestação jurisdicional, na verdade a está inviabilizando.
3.1. Ressalto que, no presente caso, a opção pelo litisconsórcio ativo é facultativa e, portanto, a parte autora/exeqüente, assim como se beneficiou dos bônus decorrentes da economia processual de litigar em conjunto, deve arcar com os ônus decorrentes de eventuais delongas ocasionadas por algum dos litisconsortes durante a fase de execução do julgado.
3.2. Fica, ainda, a parte credora advertida de que ao elaborar seus cálculos deverá levar em consideração os valores eventualmente já pagos pela Caixa Econômica Federal, quer em razão do parcial cumprimento espontâneo da obrigação, quer em razão de depósitos efetuados em razão de acordo extrajudicial, uma vez que, nos termos do que dispõe o art. 940, do Código Civil, "...aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição".
3.3. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que a parte credora manifeste-se propondo a execução do julgado nos termos aqui definidos, arquivem-se os autos, independentemente de novo despacho ou nova intimação. Saliento que o arquivamento não implica na perda pela parte do direito de propor a execução do julgado, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo, desde que, respeitado o prazo prescricional.
4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.010094-3 - NERI ANGELO SANTI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELLO TABORDA RIBAS

CURITIBA, 20 de janeiro de 2004

MARCOS ROGÉRIO PIRES BUENO
DIRETOR DE SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL

SECRETARIA DA 3ª VARA DAS EXECUÇÕES FISCAIS DE CURITIBA

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 02/2004

JUIZ FEDERAL: DR. JOSÉ SABINO DA SILVEIRA
JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA: DRA. SANDRA REGINA SOARES.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Às partes, para alegações finais em 10 dias sucessivos...."

EMBARGOS A EXECUCAO

98.00.15149-4 - EDIFICADORA PARANAENSE LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). REINALDO CHAVES RIVERA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Intime-se a Embargante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte o comprovante de pagamento do porte de remessa e retorno do recurso de Apelação, sob pena de deserção."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.019238-6 - ALVARO MOLETTA JUNIOR E CIA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). RENATO SERPA SILVERIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Mantenho a decisão agravada. A Executada não regularizou a nomeação de bens à penhora a tempo e modo, de conformidade com o disposto no artigo 656, parágrafo único do Código de Processo Civil. Somente após a expedição do mandado de penhora do faturamento ela veio aos autos para juntar o documento comprobatório da propriedade do imóvel, com o que provocou a paralisação dos atos de execução por quase 1 (um) ano. ..."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.00.005947-1 - FAZENDA NACIONAL. X ROMANO E CIA LTDA

Adv. : Dr(s). DANIELLE ANNE PAMPLONA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Indefiro o pedido formulado às fls. 12/13. Não há falar em suspensão do curso desta execução porque ainda não foi decretada a falência da Executada...."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.035624-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VOLPI JR ENGENHARIA DE AVALIACOES E OBRAS LTDA
Adv. : Dr(s). ARNO JUNG

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Em face da falta de previsão legal para o bloqueio administrativo de veículos, defiro o pedido formulado às fls. 95/97 e determino a expedição de ofício, com urgência, ao DETRAN/SP solicitando o cancelamento do bloqueio do veículo RENAVAN Nº 675623146. ..."

EXECUCAO FISCAL

95.00.12646-0 - FAZENDA NACIONAL. X ESPACOPLAN CONSTRUCOES E PLANEJAMENTO LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). GILSON CARLOS DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Intime-se o Dr. LEONARDO SPERB DE PAOLA para que junta, no prazo de 10 (dez) dias, o demonstrativo do débito atualizado. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

91.00.13989-0 - VIGIBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILANCIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEONARDO SPERB DE PAOLA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Apresentado o laudo, intimem-se as partes para sobre ele se manifestarem, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, a começar pela embargante."

EMBARGOS A EXECUCAO

98.00.23583-3 - ETSUL TRANSPORTES LTDA - MASSA FALIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVAN GONÇALVES MARTINS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Tendo em vista a recusa da Exeqüente, seja porque os bens penhorados pertencem a terceira pessoa estranha à lide e não foi juntada anuência; seja porque já foram penhorados em inúmeras execuções fiscais; ou em razão da Executada não ter nem ao menos atribuído valor a eles, declaro ineficaz a nomeação da fl. 58. ..."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.028938-6 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X IGUACU CELULOSE DE PAPEL S/A
Adv. : Dr(s). EDUARDO VARELA GARCIA, SANDRA SIDONIA VARELA GARCIA LECAK

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferida(s) a(s) decisão (ões) a seguir: ... Como não há falar em concessão de tutela antecipada em sede de execução, indefiro o pedido formulado pela Executada. ... Pelo exposto, indefiro o pedido formulado às fls. 09/10. ..."

EXECUCAO FISCAL

2002.70.00.075216-1 - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA X MARIA ROSA PERPETUO PEREIRA
Adv. : Dr(s). ADYR TACLA FILHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Juntados aos autos, intime-se o embargante para sobre eles se manifestar, querendo, no prazo de 10 (dez) dias. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

99.00.08857-3 - TRANSPORTADORA PRINCETUR LTDA - MASSA FALIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FERNANDO CESAR AZEVEDO PENTEADO

No(s) processso(s) abaixo relacionados(s) foi(ram) proferida(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):" ... Pelo exposto, julgo improcedentes estes embargos ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.00.000457-3 - PROCOP & PROCOP LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CIBELI CORREA RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" À subscritora da petição de fl. 250/251 para que apresente o respectivo instrumento de mandato. Prazo: 10 dias. ..."

EXECUCAO FISCAL

92.00.10291-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X EMPRESA JORNALISTICA I E C LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JULIANA DE CARVALHO ANTUNES

No(s) processso(s) abaixo relacionados(s) foi(ram) proferida(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):" Julgo extinta a presente execução de sentença, com base no artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil."

EMBARGOS A ARREMATACAO

99.00.16202-1 - LUIZ MAURICIO GUIMARAES X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). VILSON STALL

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entender cabível. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

96.00.10731-9 - AUTOPLAN ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS BUSATTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferida(s) a(s) decisão (ões) a seguir: " ... Não obstante, por não haver prejuízo para as partes, defiro o pedido de reabertura de prazo para que a Embargante se manifeste sobre a impugnação e para que especifique provas...."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.066937-3 - CONSTRUTORA CARLOS MENEZES LTDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDA SILVEIRA GONCALVES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Após, intimem-se as partes para que requeiram o que entenderem cabível. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.004600-6 - DISAPEL ELETRO DOMESTICOS LTDA - MASSA FALIDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). JULIO ASSIS GEHLEN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. ..."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.016858-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X COPJ CONTAB E ORGANIZACAO DE PESSOAS JURIDICAS S/C LTDA
Adv. : Dr(s). ROBISON MARANHAO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferida(s) a(s) decisão (ões) a seguir: " ... Acolho o pedido das fls. 18/20 como Exceção de Pré-Executividade. ... Pelo exposto, rejeito o incidente de Exceção de Pré-executividade. ..."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.029491-6 - FAZENDA NACIONAL. X METALURGICA LIDER LTDA - MASSA FALIDA
Adv. : Dr(s). MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... intime-se a Executada para que regularize a representação processual mediante juntada do documento comprobatório de que o outorgante do instrumento de mandato da fl. 26 detém poderes de representação. Prazo: 10 (dez) dias."

EXECUCAO FISCAL

2002.70.00.018462-6 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X DEMODULARI ARQUITETURA PROMOCIONAL LTDA
Adv. : Dr(s). SILVANE BUSINI POTRICH

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Tendo em vista que nestes embargos discute-se a aplicação da Taxa SELIC como juros de mora e essa matéria já foi apreciada pelo douto Juízo da 5ª Vara Federal desta Capital ao julgar a Ação Ordinária nº 2002.70.00.004296-0, como se vê pela sentença carreada por cópia às fls. 164/169 dos apensos autos de execução fiscal, suspendo o curso deste feito até o julgamento definitivo daquela ação. Intime-se a Embargante desta decisão e para que informe a este Juízo quando do trânsito em julgado da mencionada decisão a fim de propiciar o processamento destes embargos."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.034354-0 - BETANIA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIA REGINA DOS SANTOS MACHADO, JOEL FERREIRA LIMA, ROSILEINE PICINATO RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferida(s) a(s) decisão (ões) a seguir: " Indefiro o pedido de perícia requerido pela Embargante. A comprovação das atividades desenvolvidas pela empresa Embargante se faz por meio de prova documental, quais sejam, cópia do seu contrato social e de eventuais alterações, e não por prova pericial. Intime-se a Embargante desta decisão e para que, no prazo de 30 (trinta) dias, junte cópia da última alteração do seu contrato social a fim de comprovar eventual modificação do objeto social da empresa. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.078390-0 - BONET TRANSPORTADORA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). JOSÉ RENATO GAZIERO CELLA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Após, intime-se o(a) embargante para manifestar-se, no prazo de 10 dias, sobre a impugnação apresentada....

EMBARGOS A EXECUCAO

99.00.19856-5 - CASA DOS TENISTAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). EDUARDO SABEDOTTI BREDA, MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Especifiquem as partes, em 05 (cinco) dias, as provas que desejam produzir, justificando-as."

EMBARGOS A EXECUCAO

99.00.19855-7 - CASA DOS TENISTAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). EDUARDO SABEDOTTI BREDA, MAURO EDUARDO JACEGUAY ZAMATARO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. ..."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.022765-4 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X COPJ CONTAB E ORGANIZACAO DE PESSOAS JURIDICAS S/C LTDA
Adv. : Dr(s). ROBISON MARANHAO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... abra-se vista à Executada pelo prazo de 5 (cinco) dias, até para que pague o valor das custas remanescentes."

EXECUCAO FISCAL

91.00.14116-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X FABRICA DE TINTAS PARANOL LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROBERTO MACHADO FILHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Juntada a declaração, intime-se a embargante para sobre ela se manifestar, querendo, em 05 (cinco) dias. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.004905-3 - NILO SERGIO SILVERIO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LAURI JOAO ZAMBONI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Não há omissão a sanar no despacho de fl. 34. Quanto ao pedido para que o Embargado apresente documentos, indefiro-o porque o ônus da prova incumbe ao Embargante."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.017787-0 - CAFE ALVORADA S/A X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). RONALD ROESNER JUNIOR, CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Manifeste-se o Embargante sobre a quota da Fazenda Nacional de fl. 51-v, no prazo de 10 dias."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.027466-8 - FOTO CENTER YAMASAKI LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). DELIO DE JESUS SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Tendo em vista que o firmatário do substabelecimento da fl. 66 não possui procuração nestes autos, intime-se a Executada para que regularize a representação processual mediante juntada de instrumento de mandato no prazo de 10 (dez) dias. ..."

EXECUCAO FISCAL

97.00.13618-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CIPATE CIA DE PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGEM MASSA FALIDA
Adv. : Dr(s). CINTIA MARA GUILHERME, DANIELE CRISTIANE DRULLA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Juntados os documentos, deles dê-se vista à Embargante, para manifestação, em 10 (dez) dias. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.016391-3 - R B TRANSPORTES REPRESENTACOES E COMERCIO DE CARNES LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). RODRIGO SHIRAI, ANA CAROLINA ALMEIDA RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Defiro o pedido formulado à fl. 220. Aguarde-se o julgamento definitivo do Agravo de Instrumento nº 2002.04.01.045524-0."

EMBARGOS A EXECUCAO

97.00.13236-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NEY DE OLIVEIRA RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Defiro o pedido formulado à fl. 37. Abra-se vista à Executada pelo prazo de 5 (cinco) dias, até para que regularize a representação processual mediante juntada do documento comprobatório de que o outorgante da procuração da fl. 38 detém poderes para tanto. ..."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.016611-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CEJEN CARGO TRANSPORTES LTDA
Adv. : Dr(s). CARLYLE POPP

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Intime-se a Executada para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize a representação processual mediante juntada do substabelecimento firmado à advogada subscritora da petição das fls. 74/75 e do documento comprobatório de que o outorgante do mandato da fl. 44 detém poderes para tanto, sob pena de desentranhamento da peça das fls. 74/75. ..."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.00.006142-8 - FAZENDA NACIONAL. X EMPRESA JORNALISTICA I & C LTDA
Adv. : Dr(s). JULIANA DE CARVALHO ANTUNES

No(s) processso(s) abaixo relacionados(s) foi(ram) proferida(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):" Julgo extinta a presente execução de sentença, com base no artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.019652-1 - AYRTON ROBERTO MELARA X CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
Adv. : Dr(s). EUROLINO SECHINEL DOS REIS, RAFAEL GUSTAVO CAVICHIOLO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Manifeste-se o Embargante sobre a quota da Fazenda Nacional de fl. 102, no prazo de 10 dias."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.032020-4 - MEDCLIN CLINICA DA MULHER E DA CRIANCA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LILIANE CRISTINA VIANA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Intime-se a Embargante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove o pagamento do porte de remessa e retorno do recurso adesivo, sob pena de deserção."

EMBARGOS A EXECUCAO

99.00.18633-8 - METALURGICA LIDER LTDA - MASSA FALIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Recebo a apelação interposta pela Embargada em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se a apelada para contra-razões no prazo legal. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.034945-7 - CORITIBA FOOT BALL CLUB X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS, EMILIANA SIQUEIRA SILVA

Processo(s) para intimação das partes do retorno dos autos da instância superior e para requererem o que entenderem de direito, em 15 (quinze) dias, apresentando, desde logo , os cálculos de liquidação, se for o caso (Inciso XXVII do artigo 206 do Provimento 05/2003 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região).

EMBARGOS DE TERCEIRO

99.00.05875-5 - IVO MIRANDA FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CELSO LUIS DE SOUZA CORDEIRO

No(s) processso(s) abaixo relacionados(s) foi(ram) proferida(s) a(s) seguinte(s) sentença(s): " Julgo extinta, por sentença, a presente execução fiscal, com base no artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil. ... "

EXECUCAO FISCAL

00.00.73306-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X MEDISEL EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO PEIXOTO DE OLIVEIRA, CRISTIANE PEIXOTO DE OLIVEIRA

2000.70.00.008662-0 - FAZENDA NACIONAL. X LISTRA

ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES IMOBILIARIA LTDA
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS BUSATTO

2000.70.00.028747-9 - FAZENDA NACIONAL. X FALCOLORS COMERCIO DE ROUPAS LTDA
Adv. : Dr(s). DIEGO FELIPE MUNOZ DONOSO

2001.70.00.009317-3 - FAZENDA NACIONAL. X PANIFICADORA FRANCISMARI LTDA
Adv. : Dr(s). MAGNA JOELMA VACCARELLI

2003.70.00.024135-3 - FAZENDA NACIONAL. X HORIZONTE ASSESSORIA DE VENDAS E SERVICOS S/C LTDA
Adv. : Dr(s). RUY BARBOSA SOUZA SAMPAIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) intimada(a) a parte(s) para regularizar a representação processual, no prazo de 10 (dez) dias, devendo juntar ao autos o original do mandato ou fotocópia autenticada e documentos comprobatórios dos poderes do firmatário do instrumento. (Portaria 04/2002, item 3, deste Juízo) .

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.032668-1 - INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDL. - INMETRO X ESPONJACO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE ACO LTDA
Adv. : Dr(s). FRANCISCO MACHADO DE JESUS

2003.70.00.037339-7 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUAL INDAL INMETRO X ESPONJACO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE ACO LTDA
Adv. : Dr(s). FRANCISCO MACHADO DE JESUS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) a(s) decisão(ões) e o(s) despacho(s) a seguir:
" ... JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES ESTES EMBARGOS ..."
" Recebo a Apelação interposta pelo Embargado, em seus eeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se o apelado da sentença e para contra-razões no prazo legal. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

98.00.26754-9 - BANCO DO BRASIL S/A X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DOUGLAS VITORIANO LOCATELLI, EDUARDO JOSE PEREIRA NEVES, MARCIO RIBEIRO PIRES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Tendo em vista que a firmatária do substabelecimento da fl. 34 não possui procuração nestes autos, intime-se a Executada para que a) regularize a representação processual mediante juntada de instrumento de mandato; b) tome ciência do valor atualizado do débito juntado às fls. 36/38; e c) informe a fase atual dos autos falimentares e se o ativo será suficiente para pagamento do débito. ..."

EXECUCAO FISCAL

2001.70.00.004351-0 - FAZENDA NACIONAL. X MERCES ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - MASSA FALIDA
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO CLARO, DANIELE CRISTIANE DRULLA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... intime-se as partes do retorno dos autos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e para que requeiram o que entender cabível. Prazo: 15 (quinze) dias, a começar pela embargante. A embargante deverá no mesmo ato regularizar sua representação processual, pois constam nos autos procurações outorgadas a duas advogadas (fls. 10 e 399)."

EMBARGOS A EXECUCAO

99.00.01277-1 - CIPATE CIA DE PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGEM - MF X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SIMONE PACHECO DE SOUZA, DANIELE CRISTIANE DRULLA, CINTIA MARA GUILHERME

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" Manifeste-se o Embargante sobre a quota da Fazenda Nacional de fl. 85-v, no prazo de 10 dias."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.030350-4 - MEDCLIN CLINICA DA MULHER E DA CRIANCA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LILIANE CRISTINA VIANA, RAFAEL BOFF ZARPELON

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferida(s) a(s) decisão (ões) a seguir: " ... Tendo em vista a concordância da exeqüente, segundo a qual a Sra. Graciela Inês Presas Areu não é mesmo a sócia-gerente da empresa executada, excluo a requerente do pólo passivo desta execução fiscal e, de conseqüência, declaro nulos os autos de arresto das fls. 81 e 82. ... Tendo em vista que a requerente teve de constituir advogado para ser excluída da execução, condeno a exeqüente ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil. ..."

EXECUCAO FISCAL

98.00.24719-0 - UNIAO FEDERAL X PROFIT REPRESENTACAOES COMERCIAIS LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). OCTAVIO CAMPOS FISHER

No(s) processso(s) abaixo relacionados(s) foi(ram) proferida(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):" Julgo extinta a presente execução de sentença, com base no artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil."

EMBARGOS A EXECUCAO

97.00.14504-2 - SIEMENS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IGOR LUBY KRAVTCHENKO

No(s) processso(s) abaixo relacionados(s) foi(ram) proferida(s) a(s) seguinte(s) sentença(s):" Homologo, por sentença, a desistência formulada à fl. 20, extinguindo os presentes embargos à execução, sem julgamento do mérito, com base no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.027282-9 - REKSIDLER E CIA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DIDIO MAURO MARCHESINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) a(s) decisão(ões) e o(s) despacho(s) a seguir:
" ... Isto posto, estando a Executada amparada pelo artigo 11, § 1º, incisos I e II da Medida Provisória 38/2002, defiro os requerimentos de fls. 211/216 e 221/226 e DECLARO EXTINTAS AS EXECUÇÕES FISCAIS 95.001.5781-0 e 95.000.7232-7. ..."
" Recebo a Apelação interposta pela Exeqüente em seus efeitos suspensivo e devolutivo. Intime-se o apelado da sentença (fls. 322/326) e para contra-razões no prazo legal. ..."

EXECUCAO FISCAL

95.00.07232-7 - FAZENDA NACIONAL. X MADEFLEX IND E COM DE MOVEIS LTDA MASSA FALIDA
Adv. : Dr(s). RODRIGO SHIRAI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... intime-se a executada para regularizar a representação processual mediante a juntada de instrumento de mandato no prazo de 10 (dez) dias. ..."

EXECUCAO FISCAL

99.00.27078-9 - FAZENDA NACIONAL. X SHOPPING MARINHO COM E SERVS DE UTENSILIOS COM LTDA
Adv. : Dr(s). WALDIR FRANCOLIN

Processo(s) para intimação da parte para no prazo de 10 (dez) dias, a) comprovar a propriedade dos bens nomeados, quando não feito de plano, sendo que em relação aos imóveis deverá ser juntada cópia da matrícula atualizada (máximo de 90 dias); b) juntar anuência do proprietário, quando nomeado bem de terceiro; e c) indicar o local onde se encontram os bens móveis nomeados, se não feito na petição de nomeação. (Item 9 da Portaria nº 04/2002, deste Juízo).

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.013256-4 - FAZENDA NACIONAL. X AGHAEMAC COMERCIO E REPRESENTACOES DE MAQUINAS LTDA
Adv. : Dr(s). AIRTON PEASSON

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o despacho(s) a seguir: "...3. Apresentada a impugnação, intime-se o embargante para falar sobre ela, no prazo de 10 (dez) dias, inclusive indicando, de maneira clara e precisa, as provas que efetivamente pretende produzir, justificando sua finalidade...."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.007499-0 - BISCOPATY REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LUIZ ANTONIO TEIXEIRA

2003.70.00.015298-8 - PAULO EUGENIO FRANZ X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO PEIXOTO DE OLIVEIRA

2003.70.00.016730-0 - GLOBAL MARKETING SOLUTIONS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LUCIANO CHIZINI E CHEMIN

2003.70.00.020630-4 - LE LASANGUE COMERCIO DE MASSAS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). OSCAR FLEISCHFRESSER

2003.70.00.037240-0 - PREST SERVICE EMPRESARIAL SC LTDA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR MELO LOPES

2003.70.00.037245-9 - CAFE ALVORADA S/A X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO, RONALD ROESNER JUNIOR

2003.70.00.044041-6 - CAFE ALVORADA S/A X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RONALD ROESNER JUNIOR, CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO

2003.70.00.048915-6 - MERCES ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - MASSA FALIDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO CLARO

2003.70.00.049541-7 - CAFE ALVORADA S/A X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RONALD ROESNER JUNIOR, CARLOS JOAQUIM DE OLIVEIRA FRANCO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) despachos(s) a seguir:" ... Apresentada a impugnação, intime-se o embargante para falar sobre ela, no prazo de 10 (dez) dias. ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.003802-0 - SUPERMERCADOS FANTINATO LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA DENISE MARTINS DE OLIVEIRA

Curitiba, 20 de janeiro de 2004.

MIRNA APARECIDA PANGRACIO
DIRETORA DE SECRETARIA

SECRETARIA DA 3ª VARA FEDERAL CÍVEL DE CURITIBA/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO No. 0001/2004

Juiz Federal: Dr. Joel Ilan Paciornik
Juíza Federal Substituto: Dr. Paulo Cristovão de Araujo Silva Filho

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para , no prazo de 10 dias, providenciar a documentação mencionada.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.001059-1 - JORGE HIROSHI ONO X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATO BENVINDO FRATA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 37)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o despacho indeferindo a liminar.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.083898-9 - VIVACQUA, CASAGRANDE, CALIXTO, GRISARD, SANTOS JR ADVOGADOS X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). LINCOLN THIAGO CALIXTO, EDUARDO VIVACQUA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 29/30)

2003.70.00.084882-0 - SULPECAS-COMERCIO INDUSTRIA E REPRESENTACAO DE PECAS E MAQUINAS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 72)

2004.70.00.000554-6 - HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). NADIA MARA NADDEO TERRON, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 245)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para , no prazo de 10 dias, esclarecer se a autoridade impetrada é o Diretor-Geral da Agencia Nac. do Petróleo e qual o ato que se pretende impugnar por meio do presente mandado de segurança.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.085355-3 - ATALAIA COMERCIAL DIESEL LTDA X AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP
Adv. : Dr(s). LIDIA APARECIDA BORGES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 101)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho indeferindo o pedido de parte autora.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.082519-3 - TATIELE FAOT X DIRETORA DO CURSO DE DIREITO DO CAMPUS DE SAO JOSE DOS PINHAIS DA PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PR
Adv. : Dr(s). RAFAEL GUSTAVO CAVICHIOLO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 142)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o despacho deferindo o pedido de liminar.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.081922-3 - TRAJANO E CIA LTDA FL 11 X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FAMARCIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). SERGIO NEY CUELLAR TRAMUJAS, MARCO ANTONIO GUIMARAES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 48/51)

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a sentença concluindo: " ..., HOMOLOGO POR SENTENÇA, ..., o pedido de desistência da ação, e JULGO EXTINTO o processo, ..., com fulcro nos artigos 158, § único e 267, VIII, ambos do CPC. ..."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.043378-3 - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS E AGROPECUARIAS DO PARANA X SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROZILEI MONTEIRO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 112/114)

2003.70.00.080730-0 - SCONNTEC CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA X PROCURADOR CHEFE DA FAZENDA NACIONAL
Adv. : Dr(s). ALEXSANDRA ISABEL PRUDLIK SCATOLA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 48)

No(s) processos(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho :
" ... resta prejudicada a análise do pedido da impetrante de fls. 308/312 ..."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.058994-1 - SHARON MELANIE HOCH X REITOR DA PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA - CURITIBA
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE BILIERI, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 318)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando a intimação do(s) autor(es) para regularizar(em) a representação processual, em 10 dias, tendo em vista que o instrumento de mandato à fl. 87 encontra-se apócrifo.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.050709-2 - CASA DE RACOES PINK LTDA ME E OUTROS X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). HERACLITO ALVES RIBEIRO JUNIOR, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 162)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para manifestar-se sobre fls. 157/158, no prazo de 05 dias, bem como para esclarecerem quais autores lograram êxito em todas as fases do certame.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.043822-7 - ANDRE EDUARDO DE QUEIROZ E OUTROS X PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Adv. : Dr(s). MARIA LUCIA CAXAMBU DE ALMEIDA, THAIZ HELENA DE ALMEIDA PRADO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 162)

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concedendo a segurança:

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.026123-6 - MARINGA ARMAZENS GERAIS LTDA X PRESIDENTE DO CONSELHO DE QUIMICA - 9 REGIAO/PARANA
Adv. : Dr(s). WALDEMAR DE MOURA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 123/128

2003.70.00.039701-8 - EMERSON FANTIM X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). GABRIELA RODRIGUES CONTO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 93/97)

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a sentença julgando:
" ..., a)julgo extinto o processo, sem apreciação do mérito, em relação ao GERENTE DO FGTS DA CEF, ... b)..., denego a segurança pleiteada ..."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.039495-9 - VIAPLAN ENGENHARIA LTDA X DELEGADO REGIONAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E OUTROS
Adv. : Dr(s). MAURO LEITNER GUIMARAES FILHO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 117/132)

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a sentença indeferindo a petição inicial, julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.027203-9 - CALCARIO CRISTO REI LTDA X AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL E OUTRO
Adv. : Dr(s). HERMES ONOFRE LIPNHARSKI, FABIO ROBERTO GUSSO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 50/51)

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença denegando a segurança:

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.016410-3 - INEPAR TRADING S/A X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). CARLA VALERIA HUERGO DE CARVALHO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 98/100)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Recebo a(s) apelação(ões) interposta(s) (pelo IMPETRADO) no efeito devolutivo. Às contra-razões. ..."

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.012941-0 - MARIA REGINA DE LARA LUCAS E OUTROS X CHEFE DA SECAO DE SEGURO DESEMPREGO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO
Adv. : Dr(s). CLEUSA DE ALMEIDA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 136)

2002.70.00.031981-7 - LEONIR FRANCISCO DEBONI X PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). ROMERO COAS, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 103)

2003.70.00.009956-1 - FABIOLA FRANCA FRIZZO X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). RENATO ANTUNES VILLANOVA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 123)

2003.70.00.010660-7 - IRIA CRISTINA DA SILVA ME - PANIFICADORA SAO JOSE X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 9 REGIAO/PARANA
Adv. : Dr(s). ANDREZZA DUTRA CARNEIRO DE PALMA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 152)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o despacho determinando a intimação do advogado da impetrante para, em 05 dias, comparecer em Secretaria para apor sua assinatura no seu pedido de fls. 166 e 180.

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.068707-7 - FARMACIA PERINE LTDA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). SERGIO NEY CUELLAR TRAMUJAS, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 181)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o despacho arbitrando honorários de advogado em 5% do valor da execução.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.033539-2 - AUGUSTO BAZIEWICZ - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIO GABRIELLI GODOY, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 66)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o despacho:
- homologando o pedido de desistência da ação em relação a(os) autor(es) BENEDITO VICENTE e julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, com fundamento nos arts. 158, § único e 267, inc. VIII, ambos do CPC;
-facultando o desentranhamento dos documentos referente ao(s) autor(es) acima mencionados, os quais devendo ser entregue ao procurador da parte, mediante recibo nos autos;
-determinando a intimação dos exeqüentes para que retifiquem o valor da causa e apresentem nova planilha individualizada.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.018652-0 - SEBASTIAO BARBOSA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE HERIBERTO MICHELETO, GERMANO LAERTES NEVES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 125/126)

No(s) processo(s) abaixo ficam intimadas as partes da baixa dos autos do TRF-4ª Região, para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, cientes de que, nada sendo requerido nesse prazo, serão os autos arquivados. (Provimento nº 22/99 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região).

MANDADO DE SEGURANCA

2000.70.00.031964-0 - MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA X SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSS NO PARANA
Adv. : Dr(s). ANDRE CICARELLI DE MELO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 124)

2001.70.00.004746-1 - GAVA & CIA LTDA X GERENTE REGIONAL DE ARRECADACAO E FISCALICACAO DO INSS EM CURITIBA/PR
Adv. : Dr(s). FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 283)

2001.70.00.030325-8 - INCAPACK INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA E OUTROS X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). JACIR DOMINGOS CAVASSOLA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 216)

2001.70.00.033295-7 - SONAE DISTRIBUICAO BRASIL S/A X DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO
Adv. : Dr(s). ADEMILSON DE MAGALHAES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 60)

2001.70.00.034960-0 - CONSTRUTORA FONTANIVE LTDA X DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DO PARANA, SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS EM CURITIBA/PR, GERENTE EXECUTIVO DO INSS NO PARANA, SUPERINTENDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL/PR
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO PEIXOTO DE OLIVEIRA, ROMAO GOLAMBIUK, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 245)

2001.70.00.041068-3 - CASAGRANDE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S/C LTDA X CHEFE DO SERVICO DE ARRECADACAO DO INSS EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). EROS SANTOS CARRILHO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 210)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Defiro o pedido de desentranhamento desde que substituídos por fotocópias, às expensas do requerente. Após, nada sendo requerido, arquivem-se os autos."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2001.70.00.023396-7 - MARIA JOANA CRUZ E OUTRO X NAO INDICADO
Adv. : Dr(s). ADILSON ARY TODESCHI, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 65)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o despacho deferindo o pedido de desentranhamento e fica intimado o autor, na pessoa de sua procuradora a comparecer em Secretaria para retirada de documentos desentranhados.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.000365-6 - MARCOS HENRIQUE RIBEIRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIULA MULLER, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 31)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o despacho:
-deferindo a realização da prova pericial;
-determinando a intimação somenta da CEF para querendo, indiquem assistente técnico, devidamente registrados nos respectivos Conselhos de Classe e apresentem quesitos, tendo em vista que a parte autora já os apresentou os mesmos.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.034657-9 - MUNICIPIO DE MARILANDIA DO SUL X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI, ANESIO ROSSI JUNIOR, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 710-1 a 3)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho:
"Indefiro o pedido da parte autora de fl. 101, ... Intime-se a parte autora, querendo, promover a execução pertinente (art. 632 do CPC) ao título judicial dos autos. Aguarde-se o impulso da parte por 90 dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.031003-2 - SERGIO ROSSINI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GIANCARLO AMPESSAN, ALEXANDRE TOSCANO DE CASTRO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 102)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para manifestar-se, no prazo de 05 dias, em face do informado nos ofícios de fls. 143 e 144."

EXECUCAO PROVISORIA DE SENTENCA

2001.70.00.030733-1 - CELIA MARA DE SANTANA DO PRADO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ILLIO BOSCHI DEUS, MACAZUMI FURTADO NIWA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 149)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho:
"Indefiro o pedido da parte autora de fl. 73. ... Intime-se a parte autora, querendo, promover a execução pertinente (art. 632 do CPC) ao título judicial dos autos. Saliento que é desnecessária a apresentação dos extratos bem como a elaboração de cálculos, bastando, tão somente, requerer citação nos termos do supracitado dispositivo legal. Aguarde-se o impulso da parte por 60 dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.027203-1 - ALTAIR JOSE PALHANO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FLAVIO BOVO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 74)

No(s) processos(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho :
" ..., como a última procuração revoga automaticamente as anteriores, indefiro o pedido de fls. 49/51, ..."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.024260-9 - AGUINALDO APARECIDO DE SOUZA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO AGOSTINHO DRESCH, SILMAR FERREIRA DITRICH, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 52)

No(s) processo(s) abaixo fica intimada a parte autora/exeqüente, autorizada pelo Provimento nº 05/03 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, para dar prosseguimento ao feito.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.007403-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA DOS SANTOS ARAUJO CARDOSO
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 100)

2001.70.00.010049-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALBERTO ALEXANDRE TAUBE
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 31)

2001.70.00.013147-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RAMON KOZAK DE CAMPOS
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 34)

2001.70.00.014271-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AROLDO GABRIEL DE OLIVEIRA JUNIOR
Adv. : Dr(s). MARIA ADRIANA PEREIRA, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 41)

2001.70.00.022314-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AVATAR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EM RECURSOS HUMANOS E REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 70)

2001.70.00.023187-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALZIRA DA SILVA NOVAES
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 30)

2001.70.00.023974-0 - BKP ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA X ITAIPU BINACIONAL
Adv. : Dr(s). ELIONORA HARUMI TAKESHIRO, REGIANE ANTUNES DEQUECHE, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 180)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho:
"Homologo o acordo celebrado entre JAIR ANTONIO NOTARIO e a CEF ... declaro extinto o processo em relação a ele."

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.021659-3 - LUIZ CARLOS FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MANUEL NATIVIDADE, CICERO FERREIRA FORTES, GERSON SCHWAB, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 135)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Recebo a apelação (interposta pela CEF) no duplo efeito. Ás contra-razões . ..."

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.017953-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NILTON FURQUIM JUNIOR
Adv. : Dr(s). RICARDO GONCALVES FURQUIM, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 141)

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando abrir vista dos autos às partes (fls. 355/383).

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.017936-5 - UNIAO FEDERAL X DEJAIR EUCLIDES DA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 384), MAURO CAVALCANTE DE LIMA

No(s) processo(s) abaixo ficam intimadas as partes da baixa dos autos do TRF-4ª Reg., para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, apresentando os cálculos de liquidação, se for o caso. (Provimento nº 22/99 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região)

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.017207-3 - CECILIA FRONZA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LINEU EDISON TOMASS, GERSON SCHWAB, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 117)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o despacho deferindo o pedido da parte autora pelo prazo requerido.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.014565-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROSANE PEREIRA
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 69)

No(s) processos(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho :
" Dê-se ciência, no prazo de 05 dias, à parte autora dos documentos de fls. 287/293, onde consta, inclusive, crédito relativo à MARIA D. GIACOMITTI."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.27102-3 - MARIA TERESINHA DA SILVA SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PEDRO M MACHADO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 295-2)

No(s) processos(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho :
"Designo para primeiro e segundo leilões do bem penhorado à fl. 195, os dias 03 e 17 de fevereiro do ano 2004, respectivamente, ambos às 14 horas."

ACAO ORDINARIA

97.00.04939-6 - FARMACIA A L B MOREIRA LTDA X CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF
Adv. : Dr(s). DEOLINDO ESTURILIO, RODRIGO MENEZES, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 199)

No(s) processos(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho :
"Redesigno a data do segundo leilao para o dia 29 de janeiro do ano 2004, às 15:00 horas."

EXECUCAO DIVERSA

00.01.05123-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CELSO HOMERO DE SOUZA E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCELO LUIZ DREHER, ADYR RAITANI JUNIOR, LEONARDO SPERB DE PAOLA, ALFREDO DE ASSIS GONCALVES NETO, (BOLETIM EXPEDIDO EM 19/01/2004, INCLUINDO FL. 331-2)

CURITIBA, 20 de janeiro de 2004

Marcia Ditzel Goulart
Diretora de Secretaria da 3ª Vara

3ª VARA FEDERAL CRIMINAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

BOLETIM Nº 02/2004

Juiz Federal:
NIVALDO BRUNONI
Juiz Federal Substituto:
DR. MARCOS JOSEGREI DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:
"I - Recebo, no efeito devolutivo, os recursos de apelação..., relativamente aos réus JEFERSON, SANDRO e EDIVALDO...
...
III - Considerando que a defesa do réu JEFERSON requereu a apresentação das razões de apelação diretamente perante o Egrégio Tribunal Federal da 4ª Região, o que ora defiro, com fulcro no art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal...
..."

ACAO PENAL

2003.70.00.016786-4 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X JEFERSON LUIZ DE LIMA, EDIVALDO DE CASTRO LIMA, SANDRO ALEX DE SOUZA
Adv. : Dr(s). NASSER AHMED ABU MURAD, ALI FAUAZ, ELIAS HENRIQUE DA SILVA SOUZA

No(s) processo(s) abaixo foi determinada a intimação da defesa para os fins do artigo 500, do CPP.

ACAO PENAL

95.00.09795-8 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ODUVALDO MANSANI DE MELLO, APARICIO CARRARO, INGO NORBERTO MUEHLE
Adv. : Dr(s). HELTON RODRIGO CUNHA DOS SANTOS, ANDREA SANSON CAUDURO, ALEXANDRE FUCHS DAS NEVES

98.00.26471-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X JACKSON LUIZ DE LUNA
Adv. : Dr(s). ARTUR DE ABREU

98.00.28916-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X WILSON DE CAMPOS OLIVEIRA, ALVINO EVARISTO ALVES, MARISA ALVES DE OLIVEIRA, ANTONIO JAIRO DE PALMA ABREU
Adv. : Dr(s). DALIO ZIPPIN FILHO, VINICIUS ANTONIO GASPARINI

99.00.25634-4 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X JACKSON LUIZ DE LUNA
Adv. : Dr(s). JACK FERNANDO RIBEIRO DE LUNA, ISAAC MATOS PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:
"I - Recebo, em seu duplo efeito, o recurso de apelação...
II - ...defiro a apresentação de suas razões recursais diretamente perante o Egrégio Tribunal Regional da 4ª Região;
III - Intime-se o apelante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao traslado dos autos, a fim de propiciar a subida, ao Egrégio Tribunal Regional da 4ª Região, do recurso interposto;
..."

SEQUESTRO

2003.70.00.049904-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X
Adv. : Dr(s). ITALO TANAKA JUNIOR, MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES, IVAN LELIS BONILHA, CLARICE ZENDRON DIAS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:
"I - Em virtude do atraso da Secretaria no trabalho de degravação, ocasionado pelo grande volume de audiências realizadas no fim do ano passado, antes do recesso judiciário, e a fim de não causar prejuízo às partes, concedo-lhes novo prazo para que, assim desejando, apresentem impugnação à tansrição efetuada...prazo este que terá início na data da intimação, findando no dia seguinte à mesma, após o que, em não havendo qualquer manifestação, não serão mais aceitas quaisquer impugnações.
..."

ACAO PENAL

2003.70.00.028768-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X MAURI SAUDER
Adv. : Dr(s). JOCELY LOUREIRO CARVALHO DE OLIVEIRA, GERALDO CEZAR SANTOS BOND, JONATAS FERNANDES NEVES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:
desp. fl. 254:
"III - Em relação às alegações finais apresentadas extemporaneamente pela defesa dos acusados ALVADI e EVELI...intime-se-a para que, se assim desejar, ratifique-as, retifique-as ou, ainda, apresente novas alegações finais"

desp. 296:
"I - ...determino a intimação da defesa dos acusados RUDI e

MÁRCIO para os mesmos fins determinados pelo item III do despacho de fl. 254;
..."

ACAO PENAL

2001.70.00.000252-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X RUDI ADELMIR WILLRICH, MARCIO SCHWANKE WILLRICH, ALVADI COELHO, EVELI KARIN MAENICH
Adv. : Dr(s). ZANI DALTON FARAH, DANIEL L BARDDAL FAVA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho nos seguintes termos:
"I - ...determino o prosseguimento do presente feito em seus ulteriores termos.
II - Para realização da oitiva da testemuha arrolada pela acusação, designo o dia 23/03/04, às 14 horas, na sede deste Juízo Federal..."

ACAO PENAL

2000.70.00.011480-9 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ODONE FORTES MARTINS
Adv. : Dr(s). JULIANA DE CARVALHO ANTUNES, CARLOS HENRIQUE ZIMMERNANN

No(s) processo(s) abaixo foi determinada a intimação da defesa para osfins do artigo 499 do CPP.

ACAO PENAL

99.00.11008-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X VALDOMIRO JOSE VAINER, JOSE RIBEIRO DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). JOE TENNYSON VELO

2000.70.00.018421-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X LUIZ ANTONIO EUGENIO DE LIMA, JOSE EDSON CARNEIRO DE SOUZA, ADEMAR TOSHIRIRO TANAKA, CLAUDIO FERREIRA MOREIRA, ARLEI MARIO PINTO DE LARA, NACIM JORGE ANDRE NETO, JOSE EDIVAN DO AMORIM, JOSE EDINALVO MORAIS
Adv. : Dr(s). ALCIDES BITENCOURT PEREIRA, JOSE ANTONIO VALE, ALESSANDRO D S VALE, RENATO CARDOSO DE A ANDRADE, JOE TENNYSON VELO, ELIAS MATTAR ASSAD, DANIELLE SFAIR, RENE DOTTI, BENO FRAGA BRANDAO, JULIO BROTTO, LARISSA LEITE, FERNANDA VIANNA DE OLIVEIRA DIAS, JOSÉ HUNALDO SANTOS DA MOTA, EDUARDO PIERRI, ANTÔNIO JOÃO DA ROCHA MESSIAS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho mantendo a decisão, no exato molde como proferida.

SEQUESTRO

2003.70.00.049899-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X
Adv. : Dr(s). RENATO CARDOSO DE A ANDRADE

No processo abaixo foi proferido despacho determinando a intimação do acusado para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste os devidos esclarecimentos, na forma como requerido pelo Ministério Público Federal.

SEQUESTRO

2003.70.00.049895-9 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X
Adv. : Dr(s). RENATO CARDOSO DE A ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:
"... julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva constante na denúncia para desclassificar e condenar os réus Antônio Jairo de Palma Abreu, Ademar Costa, Eliete do Rocio Vantroba, João Manoel de França Filho, Dirceu Gasperin, Luiz Kompatscher Neto e Celso Kompatscher como incursos no art. 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, c/c o art. 29 do Código Penal. a) Do réu Antônio Jairo de Palma Abreu...fixo a pena-base em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa (..) fixo o valor do dia-multa em 1/5 do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento (...) fixo o regime aberto (...) não procedo à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.
b)Do réu Ademar Costa (...) fixo a pena-base em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa (...) fixo o valor do dia-multa em 1/5 do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento (...) fixo o regime aberto (...) não procedo à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.
c) Da ré Eliete do Rocio Vantroba (...) fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa (..) fixo o valor do dia-multa em 1/2 (meio) salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento (...) fixo o regime aberto (...) substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, sendo, respectivamente: 1ª) prestação pecuniária (...) consistente no pagamento do valor único de R$ 2.000,00 (dois mil reais) à entidade pública com destinação social (...) 2ª) prestação de serviço à comunidade(...) à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação (...)
d) Do réu João Manoel França Filho (...) fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa (...) fixo o valor do dia-multa em 01 (um) salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento (...) fixo o regime aberto (...) substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, sendo, respectivamente: 1ª) prestação pecuniária (...) do valor único de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à entidade pública com destinação social (...) 2ª) prestação de serviço à comunidade (...) à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação (...)
e) Do réu Dirceu Gasperin (...) fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa (...) fixo o valor do dia-multa em 1/2 (meio) salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento (...) fixo o regime aberto (...) substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo, respectivamente: 1ª) prestação pecuniária (...) consistente no pagamento do valor único de R$ 1.000,00 (mil reais) à entidade pública de destinação social (...) 2ª) prestação de serviço à comunidade ... à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação (...)
f) Do réu Luiz Kompatscher (...) fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa (...) fixo o valor do dia-multa em meio 03 salários mínimos vigentes ao tempo dos fatos, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento (...) fixo o regime aberto (...) substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo, respectivamente: 1ª) prestação pecuniária (...) consistente no pagamento do valor único R$ 10.000,00 (dez mil reais) à entidade pública com destinação social (...) 2ª) prestação de serviço à comunidade (...) a ser realizada em entidade assistencial (...) à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação (...)
g) Do réu Celso Kompatscher (...) fixo a pena-base em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa (...) fixo o valor do dia-multa em meio 03 salários mínimos vigentes ao tempo dos fatos, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento (...) fixo o regime aberto (...) substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo, respectivamente: 1ª) prestação pecuniária (...) consistente no pagamento do valor único de R$ 10.000,00 (dez mil reais) à entidade pública com destinação social (...) 2ª) prestação de serviços à comunidade (...) a ser realizada em entidade assistencial (...) à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação (...)
Condeno-os, ainda, ao pagamento das custas processuais, proporcionalmente (...) possibilito aos réus o direito de apelar em liberade (...)."

ACAO PENAL

98.00.28905-4 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ANTONIO JAIRO PALMA ABREU, ADEMAR COSTA, ELIETE DO ROCIO VANTROBA, JOAO MANOEL DE FRANCA FILHO, DIRCEU GASPERIN, LUIZ KOMPATSCHER NETO, CELSO KOMPATSCHER
Adv. : Dr(s). CARLYLE POPP, GUILHERME BORBA VIANNA, MAJEDA D. M. POPP, PAULO R RIBEIRO NALIN, DIRCEU ANTONIO ANDERSEN JUNIOR, URSULLA ANDREA RAMOS, THAIS REGINA MYLIUS MONTEIRO, VINICIUS ANTONIO GASPARINI

No processo abaixo foi proferido despacho deferindo o pedido formulado em 28/10/2003 (protocolo geral 7599).

SEQUESTRO

2003.70.00.049905-8 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X
Adv. : Dr(s). RENATO CARDOSO DE A ANDRADE

No processo abaixo fica intimado o advogado para que proceda a devolução dos autos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

ACAO PENAL

2000.70.00.031081-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X RICARDO COSTA CONTIN
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CASAGRANDE

CURITIBA, 21 de janeiro de 2004

ELIANE NISIHARA
Diretora de Secretaria
3ª Vara Federal Criminal

SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 001/2004

Dr. FERNANDO QUADROS DA SILVA
Juiz Federal
Dra. ANA CAROLINA MOROZOWSKI
Juíza Federal Substituta

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para que se manifeste sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.050539-3 - ANEZIO DE OLIVEIRA BITTENCOURT E OUTROS X ITAIPU BINACIONAL
Adv. : Dr(s). CESAR AUGUSTO G. CARVALHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. RECEBO OS PRESENTES EMBARGOS PARA DISCUSSÃO. 2. INTIME-SE A PARTE EMBARGADA PARA QUE, NO PRAZO LEGAL, APRESENTE IMPUGNAÇÃO. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.078521-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FABIO PACHECO GUEDES E OUTRO
Adv. : Dr(s). GRACIANE APARECIDA DO VALLE LEMOS, (FL. 25)

2003.70.00.078523-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HEITOR NEGOSEKI
Adv. : Dr(s). SERGIO VIRMOND LIMA PICCHETTO, (FL. 54)

2003.70.00.078524-9 - UNIAO FEDERAL X JACKSON SPONHOLZ
Adv. : Dr(s). JACKSON SPONHOLZ, (FL. 06)

2003.70.00.080424-4 - UNIAO FEDERAL X OSEAS JOERKE, LEA GARRIDO JOERKE
Adv. : Dr(s). (FL. 20)

2003.70.00.080425-6 - UNIAO FEDERAL X MESSIAS ROBERTO DO NASCIMENTO E OUTROS
Adv. : Dr(s). ALEX NASCIMENTO BECEL, (FL. 19)

2003.70.00.080427-0 - UNIAO FEDERAL X AGUINALDO GONCALVES CARLESSO - ESPOLIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). FABRICIO PASSOS AZEVEDO, (FL. 24)

2003.70.00.080428-1 - UNIAO FEDERAL X ALI ZRAIK JUNIOR E OUTROS
Adv. : Dr(s). JULIANA LYCZACOWSKI MALVEZZI, (FL. 21)

2003.70.00.082664-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALCIONE DE OLIVEIRA LEMOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). GERSON REQUIAO, (FL. 65)

2003.70.00.082665-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADOLFO BARTZ
Adv. : Dr(s). GIANNA CARLA ANDREATTA ROSSI, (FL. 29)

2003.70.00.082666-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO MARQUES BUENO
Adv. : Dr(s). SERGIO VIRMOND LIMA PICCHETTO, (FL. 55)

2003.70.00.082667-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ZENAIDE FERREIRA
Adv. : Dr(s). EUSTAQUIO REIS DE MENDONCA, (FL. 31)

2003.70.00.082668-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X YOLANDA SCHWAB COSMO
Adv. : Dr(s). FLAVIO VILMAR DA SILVA, (FL. 31)

2003.70.00.082670-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO SCHUCK
Adv. : Dr(s). CLAUDIO FULLE, (FL. 51)

2003.70.00.082671-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OLGA SZEPEILEWICZ
Adv. : Dr(s). DANIELLE CHRISTIANNE DA ROCHA, (FL. 56)

2003.70.00.082672-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA JUREMA PETERS
Adv. : Dr(s). VERIDIANA MENDES LAZZARI ZAINE, (FL. 23)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação das partes para que se manifestem acerca dos cálculos, no prazo de 10 (dez) dias.

ACAO ORDINARIA

00.00.53875-2 - ORLANDO FRANCO E OUTROS (TFR) X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). CARLOS FREIRE FARIA, (FL. 448 - item 2)

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.008471-1 - UNIAO FEDERAL X AMPLA ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS, (FL. 109 - item 2)

2002.70.00.061243-0 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA X MARIA MAGGIOLO STETS
Adv. : Dr(s). SALVADOR OLIVA NETO, (FL. 40 - item 2)

Em cumprimento a Portaria nº 03, de 22 de abril de 2003, deste Juízo, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para dizer, se ainda tem algo a requerer, em 30 dias, findos os quais serão arquivados os autos, salientando que a Emenda Constitucional nº 37/2002 vedou a expedição de precatório ou requisição complementar/suplementar de valor pago.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.12767-6 - ACACIO BIU E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ABRAO CELLI, (FL. 105)

2001.70.00.002843-0 - GERALDO FRIESEN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RITA DE CASSIA RIBEIRO, (FL. 87)

2002.70.00.014919-5 - VICENTE MARZCZAOKOSKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE HERIBERTO MICHELETO, (FL. 95)

2002.70.00.016840-2 - RONALD MARTIN DAUSCHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOEL KRAVTCHENKO, (FL. 113)

2002.70.00.027393-3 - ELIDE D AGOSTINI DE LIMA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NILO GUIMARAES ANDRICH, (FL. 35)

2002.70.00.036002-7 - AGUINALDO WISENTAINER X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CRISTIANE P L FLEISCHFRESSER, (FL. 34)

2002.70.00.040022-0 - GIL GILBERTO GONÇALVES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CRISTIANE P L FLEISCHFRESSER, (FL. 24)

2002.70.00.051417-1 - ELIANE TEREZINHA PUCCI DO NASCIMENTO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EUCLIDES DE LIMA JUNIOR, (FL. 67)

2002.70.00.052102-3 - JORGE DUARTE SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS SANTOS, (FL. 23)

2002.70.00.052218-0 - JOSE CARLOS GULIN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO MUZEKA, (FL. 62)

2002.70.00.055358-9 - SILVANA LUGARINI PERUCI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIR PAULO GULIN, (FL. 42)

2002.70.00.057153-1 - JOSE CARLOS BOLDORI E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JEFFERSON DOUGLAS BERTOLOTTE, (FL. 26)

2002.70.00.058590-6 - CORNELIO CORREA DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELA MARIA DE LIMA RIZARDI, (FL. 21)

2002.70.00.058829-4 - VITOR HUGO MONTEMEZZO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SELMA CRISTINA SAITO AZEVEDO, (FL. 21)

2002.70.00.059927-9 - ELAINE DE FATIMA CASTILHO DARIVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA DE BARROS BLEY, (FL. 20)

2002.70.00.064085-1 - SEBASTIAO ROSCAMP NUNES CORREA - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GUI ANTONIO DE ANDRADE MOREIRA, (FL. 56)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.064693-2 - EDITORA O ESTADO DO PARANA S/A E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTROS
Adv. : Dr(s). VALFREDO QUINTINO SALLES VALENTE, FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA, MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA, JOAO CARLOS REQUIAO, (FLS. 583/596)

2002.70.00.066400-4 - ALCEU TABAJARA GUIMARAES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA, (FLS. 115/119)

2002.70.00.066478-8 - VALDEMAR LUIZ ROMAN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA, (FLS. 114/120)

Em cumprimento a Portaria nº 03, de 22 de abril de 2003, deste Juízo, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para REGULARIZAR A REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL.

ACAO ORDINARIA

95.00.02818-2 - DANUTA ANA NAGRODZKA MONTEIRO DA ROCHA X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). HELENA MUSSOLINO, (FL. 213)

EMBARGOS A EXECUCAO

95.00.11067-9 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A X ELASTIN LAUDI JAHNS E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO DE BARROS TORRES, (FL. 125)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.055569-0 - SILVESTRE IABLONSKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JAIME LUIZ SCHLUGA, (FL. 66)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) COM EFEITO, OBSERVO QUE A UNIÃO DESISTIU DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO CONTRA A SENTENÇA DE FLS. ... JUSTAMENTE PELO FATO DA PARTE EMBARGADA TER CONCORDADO COM A CONTA POR ELA CONFECCIONADA(FL. 22). DESTA MANEIRA, NÃO SE APRESENTA RAZOÁVEL QUE A UNIÃO ARQUE COM A VERBA HONORÁRIA ARBITRADA À FLS. .... SENDO ASSIM E LEVANDO-SE EM CONSIRAÇÕES, AINDA, A NORMA INSCRITA NO ART. 296 DO CPC, ACOLHO OS ACLARATÓRIOS PARA DETERMINAR QUE CADA PARTE ARQUE COM OS HONORÁRIOS DE SEU PRÓPRIO ADVOGADO. INTIMEM-SE. 2. NADA MAIS SENDO REQUERIDO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS COM AS CAUTELAS DE ESTILO."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.039768-3 - UNIAO FEDERAL X JOAO MARIA DA SILVEIRA ESPOLIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). CAROLINA FATIMA DE SOUZA ALVES, (FL. 32)

2002.70.00.061242-9 - UNIAO FEDERAL X MARLI TERE-

ZINHA REZENDE DE LIMA
Adv. : Dr(s). CAROLINA FATIMA DE SOUZA ALVES, (FL. 31)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) JULGO PROCEDENTES ESTES EMBARGOS (...). INTIMEM-SE."

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.041595-4 - ANTONIO FONSECA MONTANHA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VALDEMAR BERNARDO JORGE, VIVIANE STADLER FAGUNDES, (FLS. 217/220)

2003.70.00.049762-1 - UNIAO FEDERAL X SADY RODRYGUES FARIAS E OUTROS
Adv. : Dr(s). WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA, (FL. 21)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES ESTES EMBARGOS (...). INTIMEM-SE."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.034276-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JENILTON DE OLIVEIRA BASTOS
Adv. : Dr(s). JENILTON O. BASTOS, (FLS. 46/49)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) A) JULGO EXTINTO O FEITO, SEM O EXAME DO MÉRITO, NA FORMA DO ARTIGO 267, INCISO I, DO CPC, EM RELAÇÃO AO 2º PEDIDO. B) JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O 1º PEDIDO, (...)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.003680-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALTEVIR PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO FERNANDES POLAK, (FLS. 379/382)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) ESSE O CONTEXTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, VEZ QUE TEMPESTIVOS, REJEITANDO-OS NA ÍNTEGRA. (...)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.010898-7 - UNIAO FEDERAL X NEUSA MARIA ALVES DE MELLO ZONATO E OUTROS
Adv. : Dr(s). EUCLIDES DE LIMA JUNIOR, (FL. 38)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) ANTE O EXPOSTO, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO, (...)."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.039879-1 - PAULO ROBERTO ALVES DE SOUZA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA, (FLS. 79/81)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) ESSE O CONTEXTO, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PORQUE TEMPESTIVOS E REJEITO-OS NA ÍNTEGRA. (...)."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.019544-6 - JOSE LUIZ ARSIE X CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA
Adv. : Dr(s). ROMULO FERREIRA DA SILVA, SANDRO AMIR PISSAIA, (FLS. 494/495)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando procedente o pedido.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho recebendo a apelação no efeito devolutivo e determinando a intimação do(s) recorrido(s) para as contra-razões e oportuna remessa dos autos ao TRF/4ª Região.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.075762-6 - WASHINGTON LEMOS FILHO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REGINALDO ANTONIO KOGA, (FL. 134 - itens 2 e 3)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho indeferindo a liminar requerida.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.001242-3 - ANDRE DOMINGOS BERNARDI PARRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GIORGIA ENRIETTI BIN, (FLS. 49/50)

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "INTIME-SE A PROCURADORA PARA QUE, NO PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS REGULARIZE A REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DOS AUTORES, COM A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE INVENTARIANTE DAS SIGNATÁRIAS DAS PROCURAÇÕES OUTORGADAS, OU, EM CASO DE NÃO ABERTURA DE INVENTÁRIO, APRESENTE PROCURAÇÃO OUTORGADA POR TODOS OS HERDEIROS DOS DE CUJUS. OUTROSSIM, DEVERÁ TAMBÉM APRESENTAR AS CERTIDÕES DE ÓBITO DE ELMO TEIXEIRA BRANDÃO, PAULO SANTOS MARTO E RAMIRO ALFON DE OLIVEIRA."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.083807-2 - ELMO TEIXEIRA BRANDAO - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MITSUYO FUGIMOTO STONOGA, (FL. 85)

CARLA SARTURI
DIRETORA DE SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

SECRETARIA DA 7ª VARA FEDERAL DE CURITIBA
Juízes:
DR. ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA
Juiz Federal
DR. DINEU DE PAULA
Juiz Federal Substituto

Boletim de Intimação nº 0019/2004

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
" Recebo os embargos opostos à execução, sobrestando-a até ulterior deliberação... Diga(m) o(s) Embargado(s), no prazo legal. Intime(m)-se."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.080680-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADELINA VENTURINI E OUTROS
Adv. : Dr(s). DIRCEU ROSA JUNIOR, Desp. fl(s). 64

2003.70.00.080681-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA DO CARMO WIACEK E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCO AURELIO CAVALHEIRO, Desp. fl(s). 44

2003.70.00.083947-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA MAGDALENA MARCHALEK DAROS
Adv. : Dr(s). ERNANI ANTONIO PIGATTO, Desp. fl(s). 37

2003.70.00.083948-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE CANO
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES, Desp. fl(s). 39

2003.70.00.083949-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADRIANE MIQUELETTO E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO ZANON, Desp. fl(s). 68

2003.70.00.085293-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DANIEL BINI - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). IVAN CESAR AZEVEDO BORGES DE LIZ, Desp. fl(s). 40

2003.70.00.085310-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IZAURA TIBILETTI LIMA - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). RICARDO ANTONIO TONIN FRONCZAK, Desp. fl(s). 57

2003.70.00.085311-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSELINA FERREIRA
Adv. : Dr(s). MARINA MANGINI, Desp. fl(s). 30

2003.70.00.085312-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERGIO AUGUSTO LEONI E OUTROS
Adv. : Dr(s). DAVID WIEDMER NETO, Desp. fl(s). 77

2003.70.00.085313-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PEDRO CASTELLI - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). GIOVAN VENDRUSCOLO, Desp. fl(s). 60

2003.70.00.085314-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MONICA MARIA RUTH HOFFMANN TREVIZAN
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDO CARNEIRO BETTEGA, Desp. fl(s). 43

2004.70.00.000617-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MAURO EDSON FILLUS
Adv. : Dr(s). MARCOS RODRIGO PAULUK GERBASI, Desp. fl(s). 24

2004.70.00.000618-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SEBALDO SCHAFAUSER E OUTRO
Adv. : Dr(s). JEFFERSON DOUGLAS BERTOLOTTE, Desp. fl(s). 34

2004.70.00.000619-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HILDA DO VALLE LEMOS - ESPOLIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). GRACIANE APARECIDA DO VALLE LEMOS, Desp. fl(s). 25

2004.70.00.000621-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARCIANO BORGES DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). ANDRE JULIANO BORNANCIM, Desp. fl(s). 22

2004.70.00.000622-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ARISTEU COTURE E OUTROS
Adv. : Dr(s). CLOVIS SUPLICY WIEDMER, Desp. fl(s). 171

2004.70.00.000623-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HELOISA MARTINS RABELLO
Adv. : Dr(s). GIANNA CALDERARI, Desp. fl(s). 23

2004.70.00.000624-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CRISTALDO SALLES ZOCCOLI E OUTRO
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSÉ APPI, Desp. fl(s). 34

2004.70.00.000625-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ZOE SABOIA MONTANHA
Adv. : Dr(s). ALEXANDRA FISTAROL, Desp. fl(s). 24

2004.70.00.000626-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALEXANDRE DOLINSKI - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). JEFFERSON DOUGLAS BERTOLOTTE, Desp. fl(s). 63

2004.70.00.000627-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EUCLEIA RODRIGUES BARBOZA
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA BARETTA MORAES, Desp. fl(s). 23

2004.70.00.000628-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ZILA DE JESUS MONTEIRO
Adv. : Dr(s). VERIDIANA MENDES LAZZARI ZAINE, Desp. fl(s). 23

2004.70.00.000629-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUCIA FISZT
Adv. : Dr(s). MARIO LUIZ ANDREASSA, Desp. fl(s). 23

2004.70.00.000630-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANA PAULA BARBERATO E OUTROS
Adv. : Dr(s). WOLNEY LUIZ BAGGIO, Desp. fl(s). 62

2004.70.00.000631-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CELINA FAUCZ
Adv. : Dr(s). EWALDINO PINTO MACEDO, Desp. fl(s). 32

2004.70.00.001001-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X APARECIDA LUCIANO MIGUEL E OUTROS
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK, Desp. fl(s). 71

2004.70.00.001002-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO CAMPOS SILVA JUNIOR E OUTROS
Adv. : Dr(s). ELTON SCHEIDT PUPO, Desp. fl(s). 118

2004.70.00.001003-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO GROSKI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROBERTO FADE, Desp. fl(s). 71

2004.70.00.001004-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIO JOSE MAZETO
Adv. : Dr(s). ELTON SCHEIDT PUPO, Desp. fl(s). 49

2004.70.00.001005-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROMILDO KELLER E OUTROS
Adv. : Dr(s). VALDERI MENDES VILELA, Desp. fl(s). 92

Curitiba, 21/01/04

CLAUDIA INÊS ROMANIUK
Diretora de Secretaria - 7ª Vara

SECRETARIA DA 7ª VARA FEDERAL DE CURITIBA
Juízes:
DR. ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA
Juiz Federal
DR. DINEU DE PAULA
Juiz Federal Substituto

Boletim de Intimação nº 0020/2004

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor conclusivo:
"Ante o exposto decido:
a) não conhecer pedidos de homologação de acordos antes de instaurar-se processo de execução, assinalando que a providência deverá ser requerida pela interessada em embargos eventualmente opostos;
b) não conhecer requerimentos de prazo para o cumprimento espontâneo do julgado;
c) determinar que a Secretaria não mais faça conclusão destes autos em decorrência da juntada de termos de acordo e petições pleiteando sua homologação ou prazo para a satisfação espontânea da obrigação;
d) indeferir pedidos de imposição de multa pela ausência de cumprimento espontâneo;
e) indeferir requerimentos de apresentação de extratos pela CEF;
f) determinar que os autores promovam a execução do julgado, inclusive quanto a eventuais diferenças de créditos realizados espontaneamente, no prazo improrrogável de 30 dias, nos termos ora delineados, sob pena de arquivamento dos autos;
g) indeferir execuções parciais do título, envolvendo somente alguns litisconsortes, ressalvada a possibilidade de demonstração articulada de os demais não terem interesse na execução, por seu direito já estar satisfeito;
h) determinar o arquivamento destes autos, na hipótese de decorrer o prazo fixado na alínea 'f' sem a adoção da providência nela explicitada, independente de nova intimação. Saliento que o arquivamento não trará prejuízos aos autores, pois não importará na elisão do direito de execução, enquanto não decorrido o prazo prescricional. (...):

ACAO ORDINARIA

95.00.03962-1 - JEFERSON EVERALDO DIAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). PEDRO PAULO CARDOZO LAPA, Desp. fl(s). 543-546

98.00.20133-5 - AMARILDO JOSE GALVAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES RODRIGUES, Desp. fl(s). 313-316

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando extinta a execução nos termos do art. 794, I do CPC:

DECLARATORIA

93.00.09898-5 - HELVIO ANTONIO FERNANDES E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROBERTO BRAGA FIGUEIREDO, Sent. fl. 368

ACAO ORDINARIA

96.00.10608-8 - ELZA VENTURA DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO GUILHERME COLLITA, Sent. fl. 215

98.00.21025-3 - SAMUEL SIQUEIRA CORREA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA TEREZINHA H. ANTONIAZZI, Sent. fl(s). 468

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.050614-9 - ALBINO PRZYBYSZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO B MUNIZ, Sent. fl. 26

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando a parte autora para elaborar o cálculo de liquidação, na forma do art. 604 do CPC, no prazo de 15 dias:

ACAO ORDINARIA

91.00.00722-6 - BOLSA NACIONAL DO LIVRO LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AUGUSTO PROLIK, FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA, Desp. fl. 317, 2

De acordo com o Provimento número 05, de 20.06.2003, Art. 206, inciso XXXII, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, no(s) processo(s) abaixo procede-se a intimação da parte interessada sobre o desarquivamento do processo, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.019256-0 - SILESE BORGES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, Prov. 05 de 20/06/2003, art. 206, inc. XXXII

2000.70.00.022356-8 - ANA NERI DEL CORSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, Prov. 05 de 20/06/2003, art. 206, inc. XXXII

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se a CEF para juntar aos autos as cláusulas especiais do contrato de crédito rotativo ora em debate. Saliento que o embargante insurge-se contra os juros cobrados, ao passo que as cláusulas gerais (cláusulas 1ª e 5ª, §2º), remetem a fixação dos juros às cláusulas especiais. Prazo de 10 dias.":

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.047040-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IZDEHAR SALLOUM ASSAD
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, Desp. fl. 60

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando o executado/embargante para que manifeste-se sobre os documentos juntados pela CEF às fls. 68-105, bem como para que diga se deseja produzir outras provas, especificando-as e justificando-as em caso afirmativo, no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento:

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.000692-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALFREDO ELIAS JUNIOR
Adv. : Dr(s). JOAO HENRIQUE DA SILVA, Desp. fl. 67, 2

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho determinando a renovação da intimação dos exequentes para que cumpram o despacho da fl. 220, executando a integralidade dos valores pendentes, no prazo de 20 dias:

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.023680-0 - SIDINEI BIER DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PEDRO PAULO PAMPLONA, Desp. fl. 222

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho indeferindo a prioridade na tramitação uma vez que não são todos os exequentes que possuem idade superior a 65 anos, bem como intimando o(s) exequente(s) para que regularize(m) o feito, no prazo de 10 dias:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.084781-4 - EDUARDO RICHTER - ESPOLIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FABIANA PALOMEQUE MAGANHOTTE, Desp. fl(s). 38

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:

"Recebo a presente exceção de incompetência, suspendendo o processo principal até ulterior deliberação, nos termos do artigo 306 do Código de Processo Civil. Diga(m) o(s) Exceto(s), no prazo legal."

EXCECAO DE INCOMPETENCIA

2004.70.00.000616-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X APARECIDA LISBOA DA SILVA ZALAS E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA, Desp. fl. 05

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se o ilustre causídico para honrar este Juízo com sua assinatura na petição de fls. 02/04, no prazo de 10 dias.":

PROTESTO

2003.70.00.056880-9 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA E OUTRO X MARCELO CESAR VIRUEL DA SILVA E OUTRO
Adv. : Dr(s). OTOMI KOHLMANN, Desp. fl. 29

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando a exequente para esclarecero fato da conta 00015367-9 pertencer a pessoa estranha à lide, no prazo de 10 dias:

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.000128-0 - IRENE GOMES GODOY X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). AIRTON PAULO COSTA, Desp. fl. 29

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Diga o procurador dos autores o que lhe é de direito, no tocante ao petitório de fls. 307/312, protocolado pela CEF.":

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.022616-8 - ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDO JOSE BONATTO, Desp. fl. 313

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se o autor para que complete a sua qualificação, indicando estado civil e profissão, nos termos do art. 282 do CPC, no prazo de 10 dias.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.084663-9 - ALVINO SANTOS REGO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ANTUNES FERREIRA, Desp. fl. 11

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Ao exequente para trazer aos autos o respectivo contrato social, no qual demonstre legitimidade do subscritor da procuração (fls. 04) para outorgar poderes em nome da empresa, bem como efetuar o depósito das custas iniciais, no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição.":

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.084608-1 - COMASA - COMERCIAL DE MAQUINAS SALVADORI LIMITADA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCIA PICANCO PROCKMANN, Desp. fl. 21

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor conclusivo:
"Intime-se o(s) autor(es) para que apresente(m) declaração de pobreza firmada de próprio punho, ou junte(m) procuração em que conste os necessários poderes em favor de seu advogado, ou promova(m) o pagamento das custas processuais. Prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 257 do CPC.":

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084682-2 - SEBASTIAO FERREIRA DE LIMA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ANTUNES FERREIRA, Desp. fl. 16

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando os autores para emendarem a inicial, no prazo de 10 dias, juntando planilha discriminando/quantificando os valores que pretende lhes sejam restituídos, bem como fixando corretamente o valor da causa e complementando as custas iniciais, se for o caso:

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084715-2 - CLAYTON CEZAR UPITIS MARLOCH E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELIANA MEIRA NOGUEIRA, Desp. fl. 42-44

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho intimando a exequente para que regularize sua representação processual, comprovando que a subscritora da procuração de fls. 965 ainda exerce a função de inventariante ou, caso negativo, junte procuração outorgada por todos os herdeiros, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento:

ACAO ORDINARIA

93.00.07583-7 - AGUINALDO ELIAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS, Desp. fl. 983

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Intime-se o ilustre causídico para honrar este Juízo com sua assinatura na petição de fls. 02/10, no prazo de 10 dias.":

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.000632-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X WANDA MARIANNA MOLISAK E OUTRO
Adv. : Dr(s). OTOMI KOHLMANN, Desp. fl. 41

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho de seguinte teor:
"Ao autor para trazer aos autos guia DARF comprovando o respectivo recolhimento de custas complementares de acordo com o novo valor atribuído à causa, bem como o substabelecimento mencionado na petição retro, conferindo poderes a sua subscritora, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento.":

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.065764-4 - JOSE ARI CASTRO LOPES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA, Desp. fl. 79

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença julgando improcedente(s) o(s) pedido(s):

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.037989-9 - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). STELA MARLENE SCHWERZ, Sent. fls. 57-61

Curitiba, 21/01/04

CLAUDIA INÊS ROMANIUK
Diretora de Secretaria - 7ª Vara

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SECRETARIA DA 9A. VARA FEDERAL
RUA ANITA GARIBALDI, 888, N/C

JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA:
DRA. IVANISE CORREA RODRIGUES

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 0002/2004

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho indeferindo a liminar pleiteada. Ainda, fica o impetrante intimado a fornecer cópia para notificar a segunda autoridade impetrante.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.068569-3 - TRANSPORTE MARILI LTDA X COMITE GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCELO BITENCOURT DE CAMPOS

——————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido despacho indeferindo o pedido de antecipação de tutela.

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.044297-8 - NAIR MACEDO DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDREZZA MARIA BELTONI

——————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido despacho indeferindo o pedido de fls. 568/570, pois que o mandado de segurança não se revela instrumento adequado para a substituição da ação de cobrança.

MANDADO DE SEGURANCA

98.00.26123-0 - ROSANA DE FATIMA CORDEIRO BARBOSA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PR
Adv. : Dr(s). DIRCEU ANTONIO ANDERSEN JUNIOR, ROGERIO VINHAES ASSUMPCAO

——————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho concedendo parciamente a liminar pleiteada. Ainda, fica o impetrante intimado a fornecer cópia para notificação das autoridades apontadas coatoras.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.000907-2 - ASSOCIACAO BANESTADO X SUPERINTENDENTE DA AGENCIA REGIONAL DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELETRICA - COPEL E OUTROS
Adv. : Dr(s). LEONEL TREVISAN JUNIOR

——————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido despacho determinando a intimação da CBEE para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.069446-0 - EMILIO ROMANI S/A - MASSA FALIDA X PRESIDENTE DA COMERCIALIZADORA BRASILEIRA DE ENERGIA ELETRICA E OUTRO
Adv. : Dr(s). EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMIRES

CURITIBA, 19 de janeiro de 2004

MARCIA MARIA DIAS COLLIN
DIRETORA DE SECRETARIA

BOLETIM 2004/006

11A VARA FEDERAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

JUIZ FEDERAL: "DR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO"
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: "DR. MAURO SPALDING"

....- CONSIDERANDO:
a)que em feitos dessa natureza(recomposição das contas de FGTS pelos expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor I) a CEF, condenada em sentença judicial transitada em julgado, vem reiteradamente requerendo nos autos prazo para cumprimento espontâneo do julgado, raramente cumprindo-o integralmente nosprazos que promete;
b)que os credores, na maioria das vezes em litisconsórcio ativo na ação de conhecimento,tampouco promovem a execução do julgado, in sistindo para que a CEF o cumpra independente de execução sob pena de multa ou para que apresente os extratos das contas fundiárias de modo a viabilizar a apuração do quantum debeatur;
c)a enxurrada de petições da CEF informando sobre a celebração de acordos extrajudiciaisfirmados por alguns credores para o recebimento das quantias que fazem jus nos termos da LC nº 110/2001, petições estas apresentadas sem qualquer organização, na qual a CEF requer a homologação de tais acordos pelo juízo,
d)que o Decreto nº 4.777/2003 dispensou a homologação judicial dos aludidos acordos extrajudiciais para fins de seu cumprimento pelaCEF, e uqe tal homologação não tem qualquer efeito pragmático porque:d1)não há processo instaurado, pelo que não há falar-se em extinção do processo(art.269,III CPC);d2)a partecredora pode obter os mesmos efeitos da homologação simplesmente deixando de promover a execução do julgado;d3)a CEF, caso seja citada em execução promovida por parte credora que celebrou o referido acordo extra judicialdispõe do embargos do devedor para suscit-á-los (art. 641,VI, CPC);
e)que são milhares de processos atualmente em trâmite nessa Vara na situação até aqui discorrida, sem que se tenha uma base processual instaurada, eis que o processo de conhecimento já se findou e o processo de execução não se inicia por inércia da parte credora e sua insistência no sentido de que a CEF-devedora cumpra o julgado independente de execução.
f)que a parte credora dispõe das informações necessárias para a liquidação do seu crédito mediante cálculo meramente aritmético(art.604, CPC), uma vez que os extratos, das contas vinculadas são disponibilizados pela CEF bvia internet(...), nos terminais de auto-atendimento ou nas agências credenciadas, o que não justifica o longo lapso de transcorrido desde o trânsito em julgado sem a promoção da execução da sentença condenatória;
g)que desde que essa opções passaram a mergulhar nesse verdadeiro caos processual, contribuindo para o descrédito no Poder Judiciário e para que o juiz, de certa forma, passasse a figurar como refém das partes, este Juízo já editou duas portaris traçando metas a serem seguidas para a solução do impasse(...), sem que tenham conseguido o resultado pretendido.
...DECIDO:
a)não conhecer de pedidos de homologação de acordos extrajudiciais antes de se instaurarprocesso de execução, assinalando que a providência deverá ser requerida pela CEF unica mente em sede de embargos eventualmente opostos;
b)não conhecer de requerimentos de prazo para cumprimento epontâneo do julgado;
c)determinar que a secertaria não faça mais conclusão destes autos em decorrência da juntada de termos de acordo e petições pleiteando sua homologação ou prazo para a satisfação espontânea da obrigação;
d)indeferir pedidos de imposição de multa pela ausência de cumprimento espontâneo do julgado;
e)indeferir requerimentos de apresentação deextratos pela CEF;
f)determinar que as execuções de cada título sejam propostas em litisconsórcio ativo abrangendo todos os credores da ação de conhecimento, tendo em vista que o litisconsórcio ativo na ação recomenda o litisconsórcio ativo também na execução nessas situações onde o tumulto processual tem imperado, ressalvada a hipótese de demonstração articulada de que od demais litisconsortes não tem interesse na execução por seu direito já estar satisfeito ou em caso de execução de honorários fixados na sentença exequenda, ocasiões em que a petição inicial de cada execução será autuada em apartado por desmembramento, devendo ser instruida com os documentos essenciais a sua propositura, dentre eles, os extratos representativos do crédito, sob pena de indeferimento;
g)determinar que os credores promovam a execução do julgado, inclusive quanto a eventuais diferenças de crédito realizados espontaneamente pela CEF, no prazo máximo de 30(trinat) dias, lapso temporal mais do que suficiente para as providências necessárias(art.177,CPC),ficando a parte autora advertida que a propositura de execução de ívida já paga(seja extrajudicialmente, em decorrência de acordos firmados, seja judicialmente, mediante depósito nas contas vinculadas dos credores informado nestes autos) ensejará a aplicação da multa prevista no art. 940 do Código Civil. O valor devido, se omissa a sentença condenatória exequenda, deverá sofrer correção nos mesmos moldes aplicados às contas do FGTS sem a incidência da Súmula nº 37 do TRF da 4ª Região, consoante jurisprudência daquela E. Corte.
h)determinar o arquivamento dos autos na hipótese do decurso do prazo fixado na alínea gsem a adoção da providência nela explicitada,independentemente de nova intimação, ficando as partes cientes que o posterior desarquivamento implicará a necessidade de recolhimento das cutas devidas;
i)Indeferir o pedido de dilação de prazo para a propositura da execução sem o arquivamento dos autos, assegurando-se a execução da sentença mediante futuro desarquivamento, respeitado o prazo prescricional vigente;
j)revogam-se todas as decisões proferidas nesses autos em sentido diverso do aqui estabelecido.
v)intimem-se as partes.

ACAO ORDINARIA

95.00.02996-0 - AILTON DA SILVA BRAZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). PEDRO PAULO CARDOZO LAPA, fls316/318

97.00.11017-6 - ANCELMO ALVES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA, ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 263/265

97.00.11416-3 - MAURO MARIA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON NIELSEN, fls 402/404

97.00.12382-0 - JOAO CANDIDO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, MARCELO DA SILVA, fls 297/299

97.00.12640-4 - SILVIA DO NASCIMENTO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, MARCELO DA SILVA, fls 300/302

97.00.22121-0 - MARIA ZENILDA PROCHERA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCEU ANTONIO SWAROWSKI, ALCENICE MARINA SWAROWSKI, fls 447/449

DECLARATORIA

97.00.22458-9 - IZALTINO BENVINDO VALOMI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA, CELIA INES DA SILVA, fls 364/366

ACAO ORDINARIA

97.00.23609-9 - LUIZ ANTONIO MUNCHINSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CELIA INES DA SILVA, MARIO SERGIO DE ALMEIDA, fls 449/451

97.00.24974-3 - IVONETE RODRIGUES DE ARAUJO DE JESUS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON NIELSEN, fls 272/274

97.00.27858-1 - CECILIA SCAFATI CAMPOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MITSUYO FUGIMOTO STONOGA, fls 328/330

98.00.01008-4 - MARLENE MARTINS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA, EDISON DE SOUZA, fls 346/348

98.00.02461-1 - MARIA EDITE OLINISKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCENICE MARINA SWAROWSKI, fls 357/359

98.00.02468-9 - NOELI DO ROCIO GONCALVES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCENICE MARINA SWAROWSKI, fls 327/329

98.00.04310-1 - ALTAIR RIBAS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 331/333

98.00.07475-9 - OROZIMBO PEDRO DA COSTA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, fls 270/272

98.00.08299-9 - RAUL LECHETA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCEU ANTONIO SWAROWSKI, ALCENICE MARINA SWAROWSKI, fls 350/352

98.00.08307-3 - ALTAIR SANTINOR TABORDA RIBAS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCEU ANTONIO SWAROWSKI, ALCENICE MARINA SWAROWSKI, fls 328/330

98.00.11226-0 - MARIA RETSUK DE BRITO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO MOKWA DOS SANTOS, fls 301/303

98.00.13703-3 - RIVELINO LUIZ MOREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES RODRIGUES, fls 263/265

98.00.13818-8 - ROBERTO LEPINSKI MACUCO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, fls 199/201

98.00.14481-1 - IVANIR DE ANDRADE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCEU ANTONIO SWAROWSKI, ALCENICE MARINA SWAROWSKI, fls 283/285

98.00.14766-7 - FRANCISCO CARLOS MONTOVANI BRENES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA, EDISON DE SOUZA, fls 327/329

98.00.16182-1 - VALDIR ANTONIO VIEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA, EDISON DE SOUZA, fls 244/246

98.00.26460-4 - MARIO CELSO CORREA GIL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCEU ANTONIO SWAROWSKI, ALCENICE MARINA SWAROWSKI, fls 337/339

DECLARATORIA

99.00.00700-0 - MARIA VIGILATO DA PAIXAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES, fls 310/312

ACAO ORDINARIA

99.00.01138-4 - JOAO CARLOS BENI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA, fls 231/233

99.00.01431-6 - JOSE PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 404/406

99.00.02569-5 - MANOEL DE SOUZA PAIZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). REGIA CRISTINA ALBINO ZAFALON, fls 245/247

99.00.03191-1 - ROSE MARIE WUNSCH X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO VITAL PEREIRA, fls 200/202

99.00.06094-6 - VALTER DE SOUZA MACHADO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA, fls 250/252

99.00.08024-6 - ROJANE DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 297/299

99.00.13079-0 - LUIS TADEU BECKER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 230/232

99.00.13885-6 - ZEZO PEREIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 222/224

99.00.16835-6 - MARILENE MAISA JORGE STIPP E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO, fls 268/270

DECLARATORIA

99.00.17471-2 - ALEXANDRE REIS GRAEML E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES, fls 301/303

ACAO ORDINARIA

99.00.19133-1 - ADEMIR OTAVIO MARTINS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DENISE DE JESUS FERREIRA SANTOS, fls 208/210

2000.70.00.019798-3 - ANTONIO CLYDON SIQUEIRA JUNIOR E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE LUIZ GURGEL, CARLOS ALEXANDRE LORGA, fls 148/150

2000.70.00.025525-9 - PEDRO JOSE DA CRUZ E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CRISTIANE ELIZA VALÉRIO, fls 309/311

2001.70.00.001415-7 - GERONIMO NADOLNY E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SANDRO BORGES, JONAS BORGES, fls 241/243

2002.70.00.000401-6 - MOISES DANIEL MARQUES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GERALDO MARQUES, fls 91/93

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho determinando a intimação do procurador da parte impetrante para que emende a inicial conforme estabelecido no despacho de fl.84, no prazo de 10 (dez) dias, adequando o valor da causa de modo a representar o benefício patrimonial pretendido na demanda, consubstanciado no montante correspondente ao débito que pretende ver anulado, uma vez que o valor aletóriamente atribuido á causa de R$ 100,00(cem reais) certamente não se encontra condizente com as regras processuais esculpidas nos artigos 259 e 260 do Código de Processo Civil;
Recolhendo as custas judiciais complementares devidas em decorrência da adequação do valor da causa.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.001377-4 - BORTOLETTO CONSTRUCOES CIVIS LTDA X GERENTE REGIONAL DA SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO NO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE KAMINSKI, fl 84

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Ao autor para regularizar sua representação processual, em 10(dez) dias, apresentando instrumento de mandato original em substituição à cópia que se encontra à fl. 15 dos autos, uma vez ser entendimento deste Juízo que a fotocópia de procuração ad judicia, ainda que autêntica, não é apta a surtir os efeitos jurídicos que dela se pretende.
(...).

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.001490-0 - FARMACIA RAINHA LTDA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). DEOLINDO ESTURILIO, fl 21

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
A vista do exposto julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.039017-6 - FUNDACAO DE EDUCACAO E CULTURA ESPIRITA DO PARANA E SANTA CATARINA X SUPERINTENDENTE DO INSS
Adv. : Dr(s). CRISTINA ZANELLO, fls 95/96

PATRICIA CARRARO - DIRETORA DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO - 11ª VARA FEDERAL

Varas Federais de Cascavel

1ª VARA FEDERAL DE CASCAVEL/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N. 13/2004.

Despachos e sentenças proferidas pelo MM. Juiz Federal Dr. GUY VANDERLEI MARCUZZO.

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho: "Ficam os advogados abaixo relacionados intimados para restituirem, em 05 dias, processo não devolvido no prazo legal, após o que o fato será levado ao conhecimento do Juiz - Portaria nº 01/2000, item 39."

ACAO ORDINARIA

95.60.10580-9 - VEGRANDE VEICULOS CASAGRANDE LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS JOSE DAL PIVA

DECLARATORIA

96.60.10313-1 - L A L FONSECA E CIA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO AURÉLIO PELLIZZARI LOPES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.60.12430-9 - ARMINDO ROMILDO MOTTER X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VOLNEI LEANDRO KOTTWITZ

97.60.10034-7 - ADAMIR JOSE DUTKEWICZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ORLANDO NEVES TABOZA

ACAO ORDINARIA

97.60.10922-0 - ANTONIO VELOSO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADEMIR VIANA PEREIRA

97.60.11739-8 - ROSA DE MATTIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). SHIRLEI DALVA BENTO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.60.11975-7 - TRANSPORTADORA BRUSTOLIN LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS JOSE DAL PIVA

ACAO ORDINARIA

97.60.13556-6 - MARIA HELENA ALVES PIMENTEL PERUSSOLO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

98.60.10015-2 - DARCI ANTONIO GIACOMINI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). AUGUSTO JOSE BITTENCOURT

98.60.10678-9 - LEONICE TEREZINHA PASTRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

1999.70.05.003355-2 - JOSE PEDRO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

1999.70.05.003577-9 - VILSON REOLLON E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

1999.70.05.003780-6 - ORIDES ALEXANDRE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

99.60.10344-7 - ADILO VALFREDO KUHN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

99.60.12927-6 - HELDER SABADIN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

2000.70.05.000743-0 - ELIANE NEIS TAUBE E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

2000.70.05.001103-2 - JOSE TEODORO DA SILVA FILHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.001632-7 - ILDO BRUXEL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.001774-5 - JOEL BRAZ DE GODOI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.001948-1 - ZELI CORREIA KLEGIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.002909-7 - MIGUEL ALCHANJO DE SOUZA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2000.70.05.003055-5 - JOAO JAIME LUIS NARDI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.004703-8 - MILTON ROQUE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.005194-7 - LIRIA DE FATIMA LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

2000.70.05.005225-3 - TERESINHA CECILIA OLBERMANN MORBACH e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

2000.70.05.005253-8 - VILSON ORTIZ e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.005855-3 - MARIA ROSELI DE SOUZA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

CONSIGNATORIA

2001.70.05.001081-0 - GERALDO PEREIRA LACERDA E OUTROS X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). JULIANE BUBLITZ FERREIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.05.002737-8 - ADAIR PISSININ e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCIA SANDRA TUMELERO DE BONA

2002.70.05.005690-5 - FRANCISCO BENEDITO - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). VOLNEI LEANDRO KOTTWITZ

ACAO ORDINARIA

2002.70.05.005814-8 - ANTONIO MOREIRA MACHADO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.005974-8 - ELOI HENRIQUE FINGER - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). NIUCEIA MARIA CORREA

2002.70.05.006087-8 - CARLOS ALVES DA SILVA E OUTRO X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). ALAOR CARLOS DE OLIVEIRA

2002.70.05.006799-0 - JAROSLAU HUL - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). SANDRO LUIZ WERLANG

2002.70.05.006901-8 - JOSE MARTINS DE SOUZA E OUTROS X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). JALCEMIR DE OLIVEIRA BUENO

2002.70.05.007092-6 - CASEMIRO FERREIRA LOURENCO - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). NIUCEIA MARIA CORREA

2002.70.05.007114-1 - ELOI ANTONIO PIVA E OUTRO X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). MARCIA LORENE GUND

2002.70.05.007143-8 - LUIZ ANTONIO NETHSON E OUTROS X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). TANIA MILANI S. EICHELBERGER

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2002.70.05.007961-9 - TEREZA ALVES DE RAMOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARY LUCIA ADAD DE ANDRADE

2003.70.05.004773-8 - JOSE DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VILMAR COZER

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.05.005259-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE TEODORO DA SILVA FILHO
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2003.70.05.005302-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ZELI CORREIA KLEGIN
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.05.006039-1 - MARIA DE LOURDES BORGUEZAN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CELSO CORDEIRO

2003.70.05.006409-8 - OSWALDO SANTORO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVETE GARCIA DE ANDRADE

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.05.007096-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA ROSELI DE SOUZA
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.05.007561-8 - MARIA LIGIA BUCHINGER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JULIANA DA COSTA MENDES

2003.70.05.007961-2 - ANTONIO FERRARI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). KARINA ALESSANDRA DE SOUZA

2003.70.05.008328-7 - JOAO DARCI DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). KARINA ALESSANDRA DE SOUZA

Cascavel, 21 de janeiro de 2004.

AMARILDO WILXENSKI
Diretor de Secretaria

Varas Federais de Foz do Iguaçu

SECRETARIA DA PRFOZ01

BOLETIM DE INTIMAÇÃO NR. 014/2004

Sentenças,despachos e decisões proferidas pela MMa. Juíza Federal SILVIA REGINA SALAU BROLLO e pelo MM. Juiz Federal Substituto RAPHAEL CAZELLI DE ALMEIDA CARVALHO, ambos da 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu-Pr.

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Por fim, observe-se que em decorrência da readequação do valor cobrado a título de encargo mensal, o saldo devedor resultará em montante maior do que o exigido pelo agente financeiro. É o que se conclui do confronto entre as planilhas de cálculo apresentadas pelo agente financeiro (fl. 185-192) e pela perícia (fls. 215-219). O fenômeno ocorre porque os excessos cobrados pelo agente financeiro no encargo mensal foram destinados a amortização do saldo devedor. Assim, a revisão proporcionará a diminuição do valor mensal do encargo, mas, em contrapartida, elevará o montante do saldo devedor.
3. Dispositivo
Em razão do exposto:
a) extingo a ação revisional, no que toca ao pedido para revisão do saldo devedor, sem análise do mérito, na forma do art. 267, VI, do Código de Processo Civil;
b) acolho parcialmente os pedidos formulados na ação revisional e na ação consignatória, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o Réu Banestado a revisar os encargos (prestação e acessórios) devidos pelo Autor, que fixo nos valores apontados pela planilha de folhas 215-219 dos autos de ação consignatória. Condeno-o a devolver as diferenças cobradas a maior ou a compensá-las com as prestações futuras, na forma do artigo 23 da Lei 8.004/90, cujos valores serão apurados oportunamente e atualizados na forma do art. 23 acima citado.
Porque o pedido consignatório é parcialmente procedente, declaro extinta a obrigação no limite dos depósitos efetuados pelo Autor.
A sentença servirá de título executivo ao Banestado quanto às parcelas não depositadas, na forma do artigo 899, §1o, do Có-

digo de Processo Civil.
Poderá o Banestado, desde logo, levantar os valores depositados, caso ainda não o tenha feito, na forma do art. 899, §1o, do Código de Processo Civil.
A CEF suportará os efeitos advindos desta sentença porque operacionaliza o FCVS, sendo de sua alçada, inclusive, a habilitação ao fundo, segundo o item 1.8 da Resolução n.º 67 do Conselho Curador do FCVS.
Em razão da sucumbência recíproca havida, as partes deverão arcar com as custas processuais, na proporção de 50% para o Autor, 30% para o Banestado e 20% para a CEF. Cada uma das partes arcará, ainda, com os honorários de seus respectivos advogados.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se o Banestado e a CEF da sentença. Interposto recurso ou decorrido prazo, intime-se o Autor da sentença e para contra-arrazoar, se for o caso.

ACAO ORDINARIA

2000.70.02.003759-6 - WILSON JONER X BANCO BANESTADO S/A CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). TATIANA PIASECKI KAMINSKI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Por fim, observe-se que em decorrência da readequação do valor cobrado a título de encargo mensal, o saldo devedor resultará em montante maior do que o exigido pelo agente financeiro. É o que se conclui do confronto entre as planilhas de cálculo apresentadas pelo agente financeiro (fl. 185-192) e pela perícia (fls. 215-219). O fenômeno ocorre porque os excessos cobrados pelo agente financeiro no encargo mensal foram destinados a amortização do saldo devedor. Assim, a revisão proporcionará a diminuição do valor mensal do encargo, mas, em contrapartida, elevará o montante do saldo devedor.
3. Dispositivo
Em razão do exposto:
a) extingo a ação revisional, no que toca ao pedido para revisão do saldo devedor, sem análise do mérito, na forma do art. 267, VI, do Código de Processo Civil;
b) acolho parcialmente os pedidos formulados na ação revisional e na ação consignatória, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o Réu Banestado a revisar os encargos (prestação e acessórios) devidos pelo Autor, que fixo nos valores apontados pela planilha de folhas 215-219 dos autos de ação consignatória. Condeno-o a devolver as diferenças cobradas a maior ou a compensá-las com as prestações futuras, na forma do artigo 23 da Lei 8.004/90, cujos valores serão apurados oportunamente e atualizados na forma do art. 23 acima citado.
Porque o pedido consignatório é parcialmente procedente, declaro extinta a obrigação no limite dos depósitos efetuados pelo Autor.
A sentença servirá de título executivo ao Banestado quanto às parcelas não depositadas, na forma do artigo 899, §1o, do Código de Processo Civil.
Poderá o Banestado, desde logo, levantar os valores depositados, caso ainda não o tenha feito, na forma do art. 899, §1o, do Código de Processo Civil.
A CEF suportará os efeitos advindos desta sentença porque operacionaliza o FCVS, sendo de sua alçada, inclusive, a habilitação ao fundo, segundo o item 1.8 da Resolução n.º 67 do Conselho Curador do FCVS.
Em razão da sucumbência recíproca havida, as partes deverão arcar com as custas processuais, na proporção de 50% para o Autor, 30% para o Banestado e 20% para a CEF. Cada uma das partes arcará, ainda, com os honorários de seus respectivos advogados.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se o Banestado e a CEF da sentença. Interposto recurso ou decorrido prazo, intime-se o Autor da sentença e para contra-arrazoar, se for o caso.

CONSIGNATORIA

2001.70.02.000271-9 - WILSON JONER X BANCO BANESTADO S/A CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). TATIANA PIASECKI KAMINSKI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença:

Vitor Garlini e Transportadora Nossa Senhora Aparecida Ltda. interpõe embargos de declaração, argumentando que a sentença das fls. 374-377 incorreu em omissão e contradição.
Os autos vieram-me conclusos nesta data.
Decido.
2. Fundamentação
Conheço dos embargos, porque tempestivos.
As razões expendidas pelos embargantes revelam puro inconformismo com as razões da decisão. Na verdade, o que pretendem os embargantes é a reforma da sentença. Entretanto, os defeitos passíveis de serem sanados em embargos de declaração devem ser intrínsecos à própria sentença, não se confundindo com a contrariedade entre o decisum e o ordenamento jurídico positivo ou as provas produzidas, que deve ser atacada em apelação.
3. Dispositivo
Em virtude do exposto, não havendo qualquer omissão ou contradição na sentença a ser aclarada, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pelos embargantes. Apresentado recurso ou decorrido o prazo para tanto, intime-se a União da sentença e, sendo o caso, para a apresentação das contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2001.70.02.002619-0 - VITOR GARLINI E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). BRUNO FERNANDO MARTINS MIGLIOZZI, AMANDA DOS SANTOS DOMARESKI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença:

Cuida-se de imissão de posse proposta pela CEF em face do réus supranominados. Relata a Autora que adquiriu a propriedade dos imóveis registrados nas matrículas n.º 39661 e 39662 mediante arrematação em execução extrajudicial. No entanto, está impedida de ocupar o bem pois a primeira ré está na posse do apartamento. Invoca o art. 37, § 2º, do DL 70/66 e requer, além da imissão de posse, o arbitramento de taxa mensal de ocupação, a contar da data da arrematação.
Somente a ré Célia Regina Ferreira foi citada, tendo sido expedida carta precatória para citação de Marcelo Rezende da Cunha Rubini e Valéria Tibiletti Rubini.
Em manifestação, a ré Célia R. Ferreira requer os benefícios da assistência judiciária gratuita, defensor dativo e prazo para desocupar o imóvel.
A Caixa Econômica Federal informa que alienou os imóveis a terceiro e que, portanto, não tem mais interesse e nem legitimidade para prosseguir na demanda.
Os autos vieram conclusos em 12.09.2003.
É o relatório. Decido.
2. Fundamentação
Tratando-se de ação de imissão de posse, resta configurada a ilegitimidade ativa ad causam da Caixa Econômica Federal, uma vez que não mais detém o domínio dos imóveis objeto da causa, conforme demonstram as cópias das matrículas dos imóveis às fls. 48/51.
3. Dispositivo
Em virtude do exposto, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Condeno a Caixa Econômica Federal ao pagamento de custas e honorários advocatícios que, com fundamento no art. 20, § 4o, do Código de Processo Civil, fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa.
Defiro o pedido formulado pela ré Célia Regina Ferreira nomeando-lhe defensor dativo o Dr. Edir Rafagnin. Deixo de solicitar o pagamento à secretaria administrativa eis que houve sucumbência da CEF .
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ACAO DIVERSA

2002.70.02.000441-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CELIA REGINA FERREIRA E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDIR RAFAGNIN, CLAUDIA RODRIGUES, Cintya Karine Vieira de Assuncao

---

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) A meu ver, este caso específico amolda-se no art. 548 acima transcrito. Os Autores agiram de má-fé porque sabiam estar construindo em terreno alheio sem nenhum contrato ou autorização para tanto. Também pode ter agido de má-fé o comandante da Marinha daquele local se autorizou as construções, vez que não era o proprietário dos imóveis. Igualmente incorreu na mesma conduta a União, em razão de sua omissão frente às edificações que foram, segundo relato dos Autores, sendo construídas de forma gradativa.
De qualquer forma, a propriedade dos bens não era dos Autores e sim da União, que dispôs de imóveis seus em favor da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Os Autores foram, inclusive, indenizados na forma do art. 547, primeira parte, do antigo Código Civil, deram total quitação, nada mais havendo a reclamar.
Cumpre evidenciar que o ordenamento jurídico material confere aos autores o direito único, quando proprietário e construtor agem de má fé, de ser ressarcido quanto às suas benfeitorias. E foram - reconhecido na própria inicial. Para tanto, possuíam pertinência subjetiva passiva e o direito material já lhes foi conferido. Para fins dos demais pedidos - indenização por danos morais, lucros cessantes e pelo valor de fundo de comércio -, são carentes.
III. Dispositivo
Diante do exposto, julgo improcedente o pedido dos Autores.Condeno-os ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa. A execução, entretanto, permanecerá suspensa enquanto sobrevierem motivos para a manutenção do benefício da assistência judiciária gratuita.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pelos Autores. Apresentado recurso ou decorrido o prazo legal, intime-se a requerida Itaipu desta sentença e, sendo o caso, para apresentar contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.004210-2 - MARIA CONCEICAO LOURENCO E OUTRO X ITAIPU BINACIONAL
Adv. : Dr(s). LUCIANO EURICO DE S.CALVACANTE VERAS

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Intime-se a requerida Itaipu para querendo, apresentar contra-razões."

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.004210-2 - MARIA CONCEICAO LOURENCO, MANUEL NUNES LOURENCO X ITAIPU BINACIONAL
Adv. : Dr(s). LUCIANO EURICO DE S.CALVACANTE VERAS

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) 2. A CEF informou que as embargadas Dirce Claudete Magagnin, Maria Elenir Coteleski e Nilva Giasson Rodrigues da Cunha movem ação idêntica a esta na 6ª Vara Federal de Curitiba, autos nº 98.00.003411-0. As autoras, em impugnação, concordaram com a alegação da CEF.
A litispendência não é tolerada pelo direito processual, de modo que a extinção da segunda ação com relação a nominadas embargadas é medida que se impõe. Veja-se que a mesma pode ser reconhecida até mesmo de ofício (art. 301, § 4º).
Assim, em relação a Dirce Claudete Magagnin, Maria Elenir Coteleski e Nilva Giasson Rodrigues da Cunha a execução deve ser extinta com fulcro no art. 267, V, do Código de Processo Civil.
A CEF alegou, ainda, que a exeqüente Regina Steinmacher da Silva aderiu aos termos da Lei Complementar 110/01. Não há prova de que isso tenha efetivamente ocorrido, razão pela qual indefiro o argumento.
Passo a analisar o excesso apontado pela CEF.
A r. sentença exeqüenda (fls.232/234 dos autos principais) condenou a embargante a creditar na conta vinculada da parte embargada, na data dos respectivos vencimentos e com reflexos no período subseqüente, a diferença entre os índices aplicados e os devidos em janeiro/89 (42,72%) e abril/90 (44,80%), corrigidos monetariamente e com incidência de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, contados do saque.
Em conformidade com os índices determinados no título judicial, a Contadoria apurou os valores discriminados na tabela abaixo, que faço comparação com as contas das partes:
Conta dos autoresConta da CEFConta da Contadoria
Maria S. de AndradeR$605,36 R$446,76 R$605,32
Miguel M. da SilvaR$592,57 R$443,87 R$592,54
Nair F. BarrosR$610,24 R$442,20 R$610,19
Nelciria BenckeR$339,44 R$246,86 R$339,43
Rita C.V.S PereiraR$886,64 R$677,42 R$880,59
Rosina C. Rockenbach R$3.361,08 R$2.274,02 R$3.360,92
Regina S. da SilvaR$607,96 Termo -

Analisando o quadro acima verifica-se que a conta apresentada pela Contadoria é quase idêntica a conta dos embargados, divergindo na medida de centavos.
Assim, possivelmente o cálculo relativo a Regina S. da Silva, que a Contadoria não elaborou, está correto.
Tendo em vista que os cálculos da Contadoria seguiram os termos do julgado e representam o valor exeqüendo, devem ser adotados.
Em razão do exposto, acolho parcialmente o pedido, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil, apenas para extinguir a execução proposta por Dirce C. Magagnin, Maria E. Coteleski e Nilva G. R. da Cunha em razão da litispendência argüida, nos termos do art. 267, V, do Código de Processo Civil.
Em relação aos demais embargados, a execução prosseguirá nos valores encontrados pela Contadoria, ou, no caso de Regina Steinmacher da Silva, no valor apontado na inicial da execução.
Como a litispendência poderia ter sido alegada na própria execução e porque os cálculos dos embargados estavam corretos, condeno a Caixa Econômica Federal ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais). Sem custas (art.7º da Lei 9.289/96).
Com o trânsito em julgado, traslade-se cópia desta decisão e dos cálculos apresentados pela Contadoria para os autos principais. Após, desapensem-se.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, primeiro a CEF. Apresentado recurso ou decorrido o prazo, intime-se a embargada da sentença e, se o caso, para contra-razões.

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.02.005559-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DIRCE CLAUDETE MAGAGNIN E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUDOVINA LUCIANE DERING, MARCELO BITENCOURT DE CAMPOS

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Quanto ao valor pretendido pelo Autor, lembro que o valor atribuído à motocicleta representa o conteúdo econômico da demanda. Portanto, a impugnação oferecida pela Requerida deveria ter sido alegada em incidente e momento próprios, i.e., através de impugnação ao valor da causa, no mesmo prazo que dispunha para contestar a ação. Não fosse isso, o valor pleiteado está na faixa de valores para motocicletas similares, tendo a CEF apresentado anúncio de classificado com diferença mínima para menos.

III. Dispositivo
Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do Autor, para condenar a Requerida a indenizá-lo no valor de R$ 3.045,00 (três mil e quarenta e cinco reais), correspondente ao valor da motocicleta e da trava para guidom. Como o Autor, quando do ajuizamento da ação, trouxe o valor atualizado dos bens furtados, não incidirá o disposto na Súmula 43, do STJ, devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo INPC desde a data do ajuizamento da ação, acrescido de juros na forma do art. 406, do Código Civil, a contar da data do evento danoso, na forma da Súmula 54, do STJ.
Condeno a CEF a devolver as custas processuais adiantadas e em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a começar pela Requerida. Apresentado recurso ou decorrido o prazo legal, intime-se o Autor desta sentença e, sendo o caso, para apresentar contra-razões.

ACAO SUMARIA

2003.70.02.001944-3 - SIDNEI BERLANDA E CIA LTDA ME X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE, NEANDRO LUNARDI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Intime-se o Autor para que querendo, apresente contra-razões."

ACAO SUMARIA

2003.70.02.001944-3 - SIDNEI BERLANDA E CIA LTDA ME X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE, NEANDRO LUNARDI

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Ante a recepção do incentivo fiscal crédito-prêmio do IPI não há ensejo para que a autoridade impetrada faça uso deste ato declaratório.
De fato, se considerado constitucional tal incentivo, com as suas devidas regras, o que inclui a possibilidade de compensação, não se há de questionar a prática de fraude quando da efetivação da compensação pelo seu beneficiário.

3. DISPOSITIVO
Diante do exposto, acolho parcialmente a preliminar de prescrição e concedo parcialmente a segurança, para determinar à autoridade impetrada que aceite os pedidos de ressarcimento dos incentivos fiscais a que faz jus a impetrante, a partir da data de 28.08.98, seja por intermédio de compensação com outros tributos devidos à União, vencidos ou vincendos, seja pela transferência do crédito a terceiros. Com relação a esta última forma de ressarcimento, poderá ser realizada, por evidência, somente em relação às exportações efetuadas a partir de 10/03/97.
Os valores deverão ser corrigidos monetariamente, desde a data em que poderiam ter sido utilizados na escrita fiscal da impetrante, segundo a "taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC" para títulos federais, acumulada mensalmente. Anoto que sua incidência afasta o cômputo de qualquer outro índice de atualização e de juros, que já se encontram inclusos no respectivo índice (AC 97.04.07846-3 - 1ª Turma - Rel. Juiz Volkmer de Castilho - j. 29.4.97).
Condeno a União ao pagamento das custas judiciais. Sem honorários advocatícios.
Submeta-se ao reexame necessário.
Publique-se. Registre-se. Oficie-se. Intimem-se, a começar pela União. Apresentado recurso ou decorrido o prazo para tanto, intime-se a impetrante da sentença e para contra-razões se o caso.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.005794-8 - J T EXPORTADORA DE MANUFATURADOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Intime-se o embargante para indicar as provas que pretende produzir."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.02.006633-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROMOALDO ALBERTO TROIAN
Adv. : Dr(s). PEDRO ORIDES DI DOMENICO

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença:

Trata-se de ação ordinária em que a autora requer a declaração da União e expedição de competente certidão de que o Sr. Pedro Paulo Corvalan não está inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
Deduz que a declaração é necessária para o recebimento dos valores relativos ao seguro obrigatório a que faz jus em razão do falecimento de Pedro Paulo Corvalan, com quem convivia em união estável, que faleceu em acidente de trânsito.
O pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi apreciado após a manifestação preliminar da União, sendo determinado que a Receita Federal verificasse se Pedro Paulo Corvalan estava inscrito no CPF e, em caso negativo, expedisse certidão.
A União não apresentou contestação mas, como expediu a certidão, requer a extinção do processo com fulcro o art. 267, VI, do CPC, pela falta superveniente do objeto da ação.
Conforme me manifestei na decisão que antecipou os efeitos da tutela, o direito de obter informações dos órgãos públicos é garantido pela Constituição Federal que, em seu art. 5o, XXXIII da CF/88, dispõe: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".
Os documentos encartados às fls. 06-10 autos demonstram que a Autora conviveu, em regime de união estável, com Pedro Paulo Corvalan, falecido em decorrência de acidente de trânsito.
Não vejo motivos para reformar o entendimento explanado naquela ocasião.
Ainda, não prospera o entendimento da União, pela extinção do processo sem julgamento do mérito, eis que não houve perda superveniente do objeto da ação, mas cumprimento da ordem judicial.

3. Diante do exposto, julgo procedente o pedido, com fundamento no art. 269, I, do CPC, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela.
Condeno a União ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$200,00 (duzentos reais).

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.006754-1 - SEBASTIANA ALMIRON AYALA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS SBARAINI JUNIOR

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença concluindo:

"(...) Diante do exposto, acolho parcialmente a preliminar de prescrição e concedo parcialmente a segurança, para determinar à autoridade impetrada que aceite os pedidos de ressarcimento dos incentivos fiscais a que faz jus a impetrante, a partir da data de 13.10.98, seja por intermédio de compensação com outros tributos devidos à União, vencidos ou vincendos, seja pela transferência do crédito a terceiros. Com relação a esta última forma de ressarcimento, poderá ser realizada, por evidência, somente em relação às exportações efetuadas a partir de 10/03/97.
Os valores deverão ser corrigidos monetariamente, desde a data em que poderiam ter sido utilizados na escrita fiscal da impetrante, segundo a "taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC" para títulos federais, acumulada mensalmente. Anoto que sua incidência afasta o cômputo de qualquer outro índice de atualização e de juros, que já se encontram inclusos no respectivo índice (AC 97.04.07846-3 - 1ª Turma - Rel. Juiz Volkmer de Castilho - j. 29.4.97).
Condeno a União ao pagamento das custas judiciais. Sem honorários advocatícios.
Submeta-se ao reexame necessário.
Publique-se. Registre-se. Oficie-se. Intimem-se, a começar pela União. Apresentado recurso ou decorrido o prazo para tanto, intime-se a impetrante da sentença e para contra-razões se o caso.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.007127-1 - ATIVA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU - PR
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

2.Intimem-se os exceptos para se manifestarem em 10(dez) dias. 3.Após, voltem conclusos para decisão."

EXCECAO DE INCOMPETENCIA

2003.70.02.007508-2 - UNIAO FEDERAL X VILSON ANTONIO RICARDI E OUTROS
Adv. : Dr(s). CLEDY GONCALVES SOARES DOS SANTOS

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Após, aos Autores para réplica.Haja vista que se trata de matéria que dispensa a produção de provas em audiência, voltem conclusos para sentença."

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.008082-0 - JOAO BENJAMIM DELGADO NETO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELICA TATIANA TONIN

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença:

Cláudia Éster Pró da Costa, argentina, casada, residente na Rua Benjamin Constant, 161, Centro, nesta cidade, filha de Ramon Waldino Pró e Carmem Maria Duarte, busca a declaração de sua nacionalidade brasileira originária, manifestando a devida opção, na forma do artigo, 12, I, "c", da Constituição Federal. O Ministério Público Federal requereu a autenticação dos documentos juntados e certidão de nascimento ou carteira de identidade da mãe da requerente.
2. Fundamentação
A Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3/93, estabeleceu quatro condições para a aquisição da nacionalidade brasileira por opção: a)nascimento no exterior; b) pai e/ou mãe brasileiros, natos ou naturalizados; c) residência no Brasil, a qualquer tempo; d) opção, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
A mãe da Requerente é brasileira nata, natural do estado do Paraná, conforme certidão da fl. 07; e a Requerente comprovou que reside no Brasil (fl. 08). Ela é, indiscutivelmente, brasileira nata, porque filha de mãe brasileira, veio residir no Brasil e, agora, opta pela nacionalidade brasileira originária. Nenhum outro requisito exige a Lei Maior.
Quanto ao requerimento do Ministério Público Federal relativo a autenticação de documentos, indefiro o pedido porque, conforme entendimento majoritário da jurisprudência, a autenticação dos documentos juntados pela parte requerente só é relevante se, fundamentadamente, for impugnada a veracidade de que estão revestidos, a teor do que dispõe o art. 390 do Código de Processo Civil. Nesse sentido já se pronunciou o TRF 4ª Região na AC 2001.045.01.033312-9 e STJ no RESP 96/0085645.
Além disso, a diligência requerida não se coaduna com a benefício da assistência judiciária gratuita.
3. Dispositivo
Ante o exposto, homologo a opção da requerente pela nacionalidade brasileira originária.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Com o trânsito em julgado, oficie-se para cumprimento ao disposto no art. 29, VII e § 2º, da Lei 6.015/73.
Oficie-se à Secretaria Administrativa solicitando o pagamento dos honorários ao defensor dativo, cujo valor fixo em R$200,00 (duzentos reais).
Oportunamente, arquivem-se.

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.02.007707-8 - CLAUDIA ESTER PRO DA COSTA X O JUIZO
Adv. : Dr(s). ERIVALDO CARVALHO LUCENA

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença:

Trata-se de Mandado de Segurança proposto pelo autor supranominado que busca a liberação de veículo de as propriedade por transportar mercadorias estrangeiras sem documentação fiscal.
Intimado a emendar a inicial, o impetrante manifestou-se pela desistência do pedido.
Considerando que sequer houve a citação e que a procuração confere poderes para desistir, homologo o pedido de desistência e extingo o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, inc. VIII do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.008644-4 - MATEUS SCHAWANTZ DOS SANTOS X SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU
Adv. : Dr(s). ISABEL CRISTINA PEREIRA RAPETTO

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

1.Na forma do art. 37, do CPC, concedo o prazo de 15(quinze) dias para que o requerente regularize a representação processual.Intime-se. 2.Apresentados os documentos, cite-se o INSS para contestar a ação, no prazo de 60(sessenta) dias."

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2003.70.02.008662-6 - INSTITUTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

2003.70.02.008674-2 - INSTITUTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO PARANA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Intime-se a embargada para contra-razões."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.02.005559-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DIRCE CLAUDETE MAGAGNIN E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUDOVINA LUCIANE DERING, MARCELO BITENCOURT DE CAMPOS

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Intime-se a impetrante para co ntra-razões."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.005794-8 - J T EXPORTADORA DE MANUFATURADOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO

_____ _____
_____-

"No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho com o seguinte teor:

Intime-se para contra-razões."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.02.007127-1 - ATIVA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUACU - PR
Adv. : Dr(s). GRACIANE VIEIRA LOURENCO

FOZ DO IGUAÇU, 20/01/2004

Wagner Caetano Bruginski
Diretor de Secretaria
1a Vara Federal de Foz do Iguaçu/Pr

SECRETARIA DA PRFOZ01

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 016/2004

Intimações de acordo com a Portaria nº 03, de 04/03/2002, Portaria nº 17, de 05/09/2002, do juízo da 1ª Vara Federal da Circunscrição Judiciária de Foz do Iguaçu-Pr e Portaria Conjunta nº 02/02, de ambos os juízos."

_____ _____
_____-

"Processo(s) para intimação de advogado(s) para:"

I.Em 30(trinta)dias promover o levantamento junto a Caixa Econômica Federal-PAB-JF, do Alvara expedido nos autos abaixo mencionados, passados os quais o Alvará será cancelado; advertindo-o ainda que nesse caso,o(s) seu(s) constituinte(s) serão intimados pessoalmente sobre a existência do crédito, para que requeiram o que de direito.
II. Em 10(dez) dias para se manifestar acerca da satisfação do crédito, sob pena de, nada requerendo, presumir-se que está satisfeito com o crédito, extinguindo-se a execução."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.10.10883-9 - VARIG S/A - VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE X FAZENDA NACIONAL
Adv. : Dr(s). ALVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE

ACAO ORDINARIA

97.10.10871-9 - BENEDITA DE JESUS ALBINO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDO JOSE WIETZIKOSKI

97.10.14059-0 - HOTEL DE NADAI LTDA e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBIO EDUARDO GEISSMANN

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.12586-0 - BACIQUETTI & BACIQUETTI LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBIO EDUARDO GEISSMANN

ACAO ORDINARIA

98.10.13474-6 - RADIO ITAIPU LTDA e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELICA SANSON ANDRADE

98.10.13523-8 - A SPRICIGO & CIA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELICA SANSON ANDRADE

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.10.14339-7 - LEAO ADMINISTRACAO HOTELEIRA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELICA SANSON ANDRADE

ACAO ORDINARIA

1999.70.02.002760-4 - CERAMICA CEROMAR LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGÉLICA SANSON ANDRADE

99.10.11773-8 - KARAM & KARAM LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGÉLICA SANSON ANDRADE

2000.70.02.000194-2 - MOINHO HENKE LTDA e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JAIME ANTONIO MIOTTO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.02.000205-7 - JOSE ALAOR FREITAS X INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
Adv. : Dr(s). MANOEL MONTEIRO DE ANDRADE

ACAO CAUTELAR

2002.70.02.002556-6 - IVONE GAUER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.004859-1 - ALDO PEDRO FARIAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSIMAR DINIZ

2002.70.02.004886-4 - LAZO ANTONIO CARDOSO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARILLAC A. MARTINS DE AMORIN

FOZ DO IGUAÇU, 20/01/2004

Wagner Caetano Bruginski
Diretor de Secretaria
1a Vara Federal de Foz do Iguaçu/Pr

SECRETARIA DA 2ª VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 0008/2004

JUIZ FEDERAL: RONY FERREIRA
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: CESAR AUGUSTO VIEIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) julgo procedente o pedido para excluir do feito executivo em apenso o exequente Raimundo Walter Damasceno, nos termos do art. 267, VI, do CPC. A execução deverá prosseguir em relação ao exequente Edelson Hilário Machado, o qual faz jus ao montante de R$ 1.247,49, consoante cálculo à fl. 05(...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.02.002741-1 - UNIAO FEDERAL X EDELSON HILARIO MACHADO E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARILENE CAR FELICIANO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1.Converto o julgamento do feito em diligência. Não obstante já ter sido realizada audiência de conciliação nestes autos(fl. 315), a qual restou infrutífera, observa-se que, atualmente, em feitos de igual natureza, a CEF tem buscado a realização de acordos, e esta prática tem tesultado em êxito, pelo qual designo o dia 17.03.2004, às 17h30min, para realização da audiência de conciliação. 2.Intimem-se, ficando cientes as partes que deverão comparecer à audiência munidas de proposta de acordo."

ACAO ORDINARIA

2000.70.02.004199-0 - J MATOS MATOS E CIA LTDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIANO HUCK MURBACH

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1)Considerando a experiência em outros feitos de igual natureza, onde se chegou à composição dos litigantes, designo o dia 17/03/2004, às 15h30min, para realização da audiência de conciliação. 2)Intimem-se, ficando cientes as partes que deverão comparecer à audiência munidas de proposta de acordo(...)"

EXECUCAO DIVERSA

2003.70.02.009490-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO CARLOS BAPTISTA e Outro
Adv. : Dr(s). MARCELO RICARDO URIZZI DE BRITO ALMEIDA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) homologo o presente pedido de opção pela nacionalidade brasileira, manifestada por ANDRES LUIS FREY ALVES(...)"

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.02.004513-2 - ANDRES LUIS FREY ALVES X O JUIZO
Adv. : Dr(s). SANDRA JUSSARA RICHTER

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"Intime-se a parte autora para emendar a inicial especificando (mês, ano, valores, etc.) quais os índices de reajuste aplicados incorretamente pelo agente financeiro e que teriam violado o PES/CP, dado que a inicial é genérica nesse particular e que com isso dificulta a defesa e o julgamento. Outrossim, deverá a requerente adequar o valor da causa à pretensão econômica vindicada (R$ 59.008,71) e fazer o recolhimento das custas complementares.(...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.02.000199-6 - JOSE BULATY FILHO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JORGE TAUIL, CARLOS ROBERTO SCALASSARA

No processo abaixo, ficam as partes intimadas que foi designada audiência para oitiva da testemunha Idenilson Perin, que realizar-se-á no dia 12/02/2004, às 17 horas, na sede da Justiça Federal de Belo Horizonte, 11ª Vara Federal, situada na Av. Álvares Cabral, 1805, 13º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte-MG.

ACAO DIVERSA

2000.70.02.003769-9 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ZURIMAR TRINDADE
Adv. : Dr(s). JAVERT RIBEIRO DA FONSECA NETO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), ficam as partes intimadas para requererem o que entenderem de direito, sobre a baixa dos autos, no prazo de 15(quinze) dias, de acordo com o Provimento 22, de 29 de novembro de 1999, do TRF 4ª Região.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.004995-9 - ANGELICA MAJOLO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANGELICA MAJOLO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"(...) dou por prejudicado o requerimento das fls. 103/105. (...) não vislumbro qualquer justificativa para proceder a execução forçada do julgado, haja vista o cumprimento espontâneo da obrigação(...) indefiro o requerimento das fls. 124/125(...) 3)O autor deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se acerca da satisfação da obrigação, ficando ciente que o silêncio será tido como concordância com o crédito. 3.1)Na hipótese de discordância, esta deverá vir acompanhada de memória de cálculo dos valores tidos como corretos (cálculo para 20 e 30/07/2002 - data dos lançamentos efetuados pela CEF à fl. 102). Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.000025-9 - JOSE DOMINGOS DIAS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE ROCHA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) julgo improcedentes estes embargos, fixando os valores da execução conforme o cálculo apresentado pelo exeqüente, atualizado para a data de Agosto/2002, ou seja, R$ 1.907,50(...), por conseqüência, julgo-os extintos, com apreciação do mérito da causa(...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.02.007669-0 - UNIAO FEDERAL X REFARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FALERADOS LTDA
Adv. : Dr(s). MARCELO ELENO BRUNHARA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"(...) 1)Defiro ao autor o prazo de 60 dias para demonstrar seu interesse, através da comprovação de saldo em conta vinculada ao FGTS nos períodos de 01/12/1988 a 28/02/1989 (Plano Verão) e, eventualmente, no mês 03/1990 (Plano Collor I), no que tange ao seu vínculo com a Transportadora Guairacá S/A. 1.1. No que tange aos juros moratórios, faz-se necessário comprovar movimentação (saque) na conta vinculada (súmula nº 62 do TRF da 4ª região). 2.Nada sendo requerido neste prazo, arquivem-se.(...)"

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.003693-0 - MARIO RIBEIRO MARQUARDT X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE ROCHA

No processo abaixo, fica ao autor intimado para, em 10 dias, querendo, apresentar impugnação à contestação, e no mesmo prazo indicar as provas que pretende produzir justificando-as.

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.004053-5 - OMAR NUNES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JUSILEI SOLEIDE MATICK

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) julgo procedentes estes embargos para promover a exclusão do exeqüente Arno Domingos Zanella do pólo ativo da execução (...). Por conseqüência, e com amparo no artigo 269, II, do Código de processo Civil, declaro extinto o processo com julgamento do mérito.(...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.02.004484-0 - UNIAO FEDERAL X LOECIR SEBASTIAO MACHADO E OUTROS
Adv. : Dr(s). SILVIO RORATO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1)Antes de determinar a providência requerida pelo MPF, intime-se o autor para, em 10(dez) dias, trazer aos autos quaisquer outros documentos comprobatórios de sua residência no Brasil (declaração escolar, correspondências recebidas, como p[or exemplo contas de loja, de bancos etc.).(...)"

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.02.004512-0 - WAGNER ANDERSON CRESTANI X O JUIZO
Adv. : Dr(s). SANDRA JUSSARA RICHTER

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) julgo improcedente o pedido(...)"

ACAO ORDINARIA

2003.70.02.005177-6 - EMPRESA HOTELEIRA DOMARESKI LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RODRIGO TAGLIARI HELBLING

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1)Defiro em favor do requerente os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da lei 1.060/50. 2)Intime-se o requerente para, em 20(vinte) dias, esclarecer se seu nome é Dorivaldo ou Dorival, ante a discrepância ocorrida entre as informações das fls. 07/09. (...)"

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.02.008295-5 - DORIVALDO JOSE SCHUG MOHR X O JUIZO
Adv. : Dr(s). ROMALDO HAMM

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) declaro extinta a execução(...)"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.005333-1 - NELSON JOAO SUZIN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDSON LUIZ DE FREITAS

No processo abaixo, foram recebidos os embargos e determinada a intimação dos embargados para, querendo, impugnarem os embargos no prazo legal, cientes que seu silêncio será entendido como concordância.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.02.008238-4 - UNIAO FEDERAL X JOAO DOMINGOS PRATI E OUTROS
Adv. : Dr(s). SANDRA JUSSARA RICHTER

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"(...) declaro extinto o processo com fulcro no art. 794, inciso I, do Código de Processo civil.(...)"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.001972-4 - NERCI PASSOS DE OLIVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JUSILEI SOLEIDE MATICK

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"(...) dou por prejudicado o requerimento das fl s. 65/66. (...) não vislumbro qualquer justificativa para proceder a execução forçada do julgado, haja vista o cumprimento espontâneo da obrigação(...) indefiro o requerimento das fls. 65/66(..) 3)O autor deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da satisfação da obrigação, ficando ciente que o silêncio será tido como concordância com o crédito da fl. 59. 3.1)Na hipótese de discordância, esta deverá vir acompanhada de memória de cálculo dos valores tidos como corretos (cálculo de 10/06/2002 - data dos lançamentos efetuados pela CEF). Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.02.003697-7 - RAMAO MORAES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE ROCHA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1)Manifestem-se os aut ores, no parzo de 15 dias, acerca da satisfação da obrigação, ficando cientes que o silêncio será tido como concordância com os créditos descritos nos autos. 1.1.Na hipótese de discordância, esta deverá vir acompanhada de memória de cálculo dos valores tidos como corretos (cálculo para as datas dos lançamentos efetuados pela CEF). 2) As imagens dos extratos encaminhados à CEF pelos bancos depositários, bem assim os extratos analíticos (memória de cálculo), encontram-se disponíveis na internet(...) Por esta razão, ficam desde já cientes os autores que não será deferido eventual pedido para que seja a ré compelida a exibi-los em Juízo. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.02.002757-1 - IZABEL ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SERGIO BARROS DA SILVA

2001.70.02.003243-8 - RONALDO OSSOLA DO ESPIRITO SANTO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SERGIO BARROS DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) julgo procedente o pedido(...) confirmando a antecipação dos efeitos da tutela concedida às fls. 61/63.(...)"

ACAO ORDINARIA

2002.70.02.001687-5 - S A CONSTANCIO VIEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLEDY GONCALVES SOARES DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:"(...) INDEFIRO A MEDIDA LIMINAR PLEITEADA (...)"

ACAO DIVERSA

2003.70.02.010142-1 - MARCELO SZADKOSKI X COMANDANTE DO TRIGESIMO QUARTO BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO EM FOZ DO IGUACU-PR.
Adv. : Dr(s). MARCELO SZADKOSKI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1.Nada obstante o estágio processual do presente feito, converto-o em diligência. Ante a atual postura da CEF no sentido de buscar a conciliação em processos desta mesma natureza e, haja vista que esta prática já resultou, em vários processos em trâmite nesta vara, em acordos favoráveis a ambas as partes, designo o dia 17/03/2004, às 12h30min, para realização de audiência de conciliação. 2)Intimem-se(...) as partes e seus advogados, ficando cientes que deverão comparecer à audiência munidas de proposta de acordo."

EMBARGOS A EXECUCAO

98.10.11923-2 - ORLANDO JOSE PADOVANI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS GUIMARAES WISZKA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1.Converto o julgamento do feito em diligência. Ante a atual postura da CEF no sentido de buscar a conciliação em processos desta mesma natureza e, haja vista que esta prática já resultou, em vários processos em trâmitenesta vara, em acordos favoráveis a ambas as partes, designo o dia 17/03/2004, às 16h30min, para realização de audiência de conciliação. 2)Intimem-se(...) as partes e seus advogados, ficando cientes que deverao comparecer à audiência munidas de proposta de acordo."

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.02.002740-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RAMIRO LEITE
Adv. : Dr(s). JAVERT RIBEIRO DA FONSECA NETO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"1.Converto o julgamento do feito em diligência. Ante a atual postura da CEF no sentido de buscar a conciliação em processos desta mesma natureza e, haja vista que esta prática já resultou, em vários processos em trâmite nesta vara, em acordos favoráveis a ambas as partes, designo o dia 17/03/2004 , às 17h00min, para realização de audiência de conciliação. 2)Intimem-se(...) as partes e seus advogados, ficando cientes que deverão comparecer à audiência munidas de proposta de acordo."

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.02.002276-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SELITO LUIZ MANDELLI
Adv. : Dr(s). JOSE DOS SANTOS CAETANO

FOZ DO IGUAÇU, 21 de janeiro de 2004.

DANIEL JANUÁRIO
DIRETOR DE SECRETARIA

Varas Federais de Francisco Beltrão

SECRETARIA DA PRFRA01

Boletim de Intimação nº 0003/2004

"DESPACHOS E SENTENÇAS PROFERIDOS PELA MMª JUÍZA FEDERAL DA VARA DE FRANCISCO BELTRÃO: DULCE HELENA DIAS BRASIL E MMª JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA VANESSA DE LAZZARI HOFFMANN."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pre-sentes embargos e extingo o feito, com julgamento de mérito, com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) extinguir a ação executiva, com base no artigo 794, inciso VI, do CPC em relação aos embargados AMILTON JOSÉ DE SOUZA, LUIZ ROQUE BARBOSA, PAULO TETERYCZ e FERNANDO LUIZ WOICOLESCO; b) acolher parcialmente os embargos opostos em relação ao litisconsorte VENICIO KUHNEN, determinando o prosseguimento da ação executiva com respaldo na conta apresentada pela Contadoria Judicial às fls. 179/180 destes autos, a título de principal, sobre o qual deverá ser calculado o valor da indenização fixada na sentença, conforme fundamentação supra, a qual deverá ser paga às expensas da própria embargante. A Caixa Econômica Federal deverá, ainda, recolher às suas expensas, em favor da Justiça Federal, o valor atinente às custas processuais remanescentes e à multa por litigância de máfé, nos termos da fundamentação supra.Sem custas, a teor do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF. Por conta da sucumbência recíproca (art. 21, caput, do CPC), considero compensados os honorários advocatícios de ambas as partes."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.001487-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AMILTON JOSE DE SOUZA E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS LUGUES, NILSO LUIZ FERNANDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito da autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 05/93 a 06/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.003217-0 - HOSPITAL E MATERNIDADE SAO PAULO DE PALMAS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão deduzi-da pelo autor e extingo o processo, com julgamento de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em face da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos à contraparte que, em atenção ao contido no art. 20, §4º, do CPC, fixo R$ 500,00 (quinhentos reais), valor que deverá ser atualizado monetariamente pelo INPC/IBGE até a data do efetivo pagamento."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.003235-2 - IANDU DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS DA SILVA FIGUEIREDO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito das autoras de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 03/93 a 06/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno as autoras ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2002.70.07.005754-0 - BORGES SILVA & CIA LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JACSON DAL PRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito das autoras de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 01/92 a 07/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno as autoras ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2002.70.07.000717-1 - ANTONIO CUTTI & CIA LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ISAIAS GRASEL ROSMAN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, afasto as preliminares de inépcia da petição inicial e de ilegitimidade passiva ad causam e, no mérito, acolho a preliminar de prescrição argüida pela requerida e julgo extinto o feito, com julgamento de mérito, com supedâneo no art. 269, IV, do Código de Processo Civil. Condeno os autores ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios arbitrados em R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) para cada um, considerados os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º, do Cânone Processual, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento pelo INPC/IPGE."

ACAO ORDINARIA

2002.70.07.005705-8 - CLAUDIR BENETTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CRISTIANE PAGNONCELLI, MOACIR LUIZ GUZZO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro satisfeita a obrigação do INSS e, via de conseqüência, julgo EXTINTA a presente execução, com supedâneo no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. O INSS é isento do pagamento das custas processuais, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.289/96."

ACAO ORDINARIA

2000.70.07.000974-2 - CERAMICA SAO SILVESTRE LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELICA SANSON ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito das autoras de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 01/94 a 06/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno as autoras, pro rata, ao pagamento das custas proces-suais, bem como dos honorários advocatícios devidos ao patrono da contraparte, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.001852-5 - TELEPATO EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JACSON DAL PRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, acolho a preliminar suscitada pela parte ré, para o fim de declarar prescrito o direito da autora de pleitear a restituição dos valores referentes às competências de 01/1991 a 06/1991 e, no mérito propriamente dito, por não vislumbrar qualquer ilegalidade no ato de cobrança da contribuição social destinada ao SEBRAE, julgo totalmente IMPROCEDENTE a demanda e extingo o processo, com jul-gamento de mérito, com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos aos patronos dos réus, pro rata, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, com base no art. 20, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil."

ACAO ORDINARIA

2001.70.07.001508-4 - R J U - COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA X SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE E OUTRO
Adv. : Dr(s). CARLOS JOSE DAL PIVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto: a) reconheço a ilegitimidade ativa da parte autora, em relação ao pedido concernente à restituição de valores indevidamente "suportados" na qualidade de contribuinte de fato, em relação a operações realizadas com derivados de petróleo e ál-cool etílico hidratado para fins carburantes, cuja contribuição passou a ser devida pelas distribuidoras no momento da saída dos produtos por força da Portaria do Ministério da Fazenda nº 238/84, sendo mantida pelos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/88, e extingo o feito quanto a este, sem julgamento de mérito, com supedâneo no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil; e b) declaro prescrito o direito da parte autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição para o PIS, na qualidade de contribuinte de direito, com base nos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/88 e extingo o feito com base no art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a demandante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos à contraparte, os quais, em atenção ao disposto no art. 20, §4º, do CPC, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa,

devidamente atualizado a partir do ajuizamento do feito (Súmula nº 14 do STJ)."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.001643-7 - FOQUESATTO E CIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELEANDRO ANGELO BIONDO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito da autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 05/93 a 09/93, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.002661-3 - AGROESTE INDUSTRIA DE MAQUINAS PARA MADEIRAS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Por todo o exposto, julgo PROCEDENTES os presentes embar-gos à execução, extinguindo o processo, com julgamento do mérito, com supedâneo no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar que a ação e-xecutiva prossiga em relação aos exeqüentes VALDEMAR FISCHER, INÊS ZANELLA GRASSI, JURACI GHINZELI, IVO WATTE, DARCI JOSÉ SCHAPPO e DIRCEU ZANELLA com respaldo nos valores propostos pela embargante. Deixo de condenar os embargados ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista os valores nominais dos créditos apurados, bem como a sua situação financeira revelada nos autos principais, nos quais, inclusive, lhes foi concedida a assistência judiciária gratuita, na forma da Lei nº 1.060/50 (fl. 142). Sem custas, por força do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.001659-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X VALDEMAR FISCHER E OUTROS
Adv. : Dr(s). SANDRA REGINA DE MATTOS BERTOLETTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito da autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 05/93 a 05/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual.

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.002922-5 - RADIO CLUB DE PALMAS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito da autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 05/93 a 04/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.003222-4 - CLINICA SAO JOSE E MATERNIDADE DONA FLAVIA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto declaro prescrito o direito da parte autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento indevido da contribuição para o PIS com base nos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/88 e extingo o feito com base no art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a demandante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos à contraparte, os quais, em atenção ao disposto no art. 20, §4º, do CPC, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, devi-damente atualizado a partir do ajuizamento do feito (Súmula nº 14 do STJ)."

ACAO ORDINARIA

2002.70.07.005753-8 - P. P. R. DECORACOES LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JACSON DAL PRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto: a) reconheço a ilegitimidade ativa da parte autora, em relação ao pedido concernente à restituição de valores indevidamente "suportados" na qualidade de contribuinte de fato, em relação a operações realizadas com derivados de petróleo e ál-cool etílico hidratado para fins carburantes, cuja contribuição passou a ser devida pelas distribuidoras no momento da saída dos produtos por força da Portaria do Ministério da Fazenda nº 238/84, sendo mantida pelos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/88, e extingo o feito quanto a este, sem julgamento de mérito, com supedâneo no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil; e b) declaro prescrito o direito da parte autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição para o PIS, na qualidade de contribuinte de direito, com base nos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/88 e extingo o feito com base no art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a demandante ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos à contraparte, os quais, em atenção ao disposto no art. 20, §4º, do CPC, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, devi-damente atualizado a partir do ajuizamento do feito (Súmula nº 14 do STJ)."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.001064-2 - VILLALBA & CANAN LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELEANDRO ANGELO BIONDO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, rejeito as preliminares argüidas pela CEF e, no mérito, julgo IMPROCEDENTES os presentes embargos, extinguindo o feito, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar o prosseguimento da execução nos termos como foi proposta. Face à sucumbência, considerando os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC, condeno a CEF ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa, a ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento. Com relação ao pedido de condenação da embargante por litigância de má-fé, entendo descabida, visto não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no art. 17 do CPC. Sem custas, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.289/96."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.003013-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IVO JOAO KUMMER
Adv. : Dr(s). RENATO LUIZ OTTONI GUEDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, rejeito as preliminares argüidas pela CEF e, no mérito, julgo IMPROCEDENTES os presentes embargos, extinguindo o feito, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar o prosseguimento da execução nos termos como foi proposta. Face à sucumbência, considerando os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC, condeno a CEF ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, a ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento.Com relação ao pedido de condenação da embargante por litigân-cia de má-fé, entendo descabida, visto não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no art. 17 do CPC. Sem custas, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.289/96."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.003011-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ARLETH MARIA VENTURA DA LUZ
Adv. : Dr(s). RENATO LUIZ OTTONI GUEDES

2003.70.07.003016-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IDALINO DELORENCO CANCELIER
Adv. : Dr(s). MARCOS LUCIANO GOMES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do que foi exposto, julgo TOTALMENTE PROCEDENTES os presentes embargos e extingo o feito com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar o prosseguimento da execução com base nos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial às fls. 72/87. Face à sucumbência, considerando o valor da diferença apontada e os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC, condeno cada embargado ao pagamento de honorários advocatícios de R$ 50,00 (cinqüenta reais), em favor do procurador da Fazenda Nacional, ficando desde logo autorizada a dedução da verba honorária do principal a ser requisitado, caso requerido. Sem custas, por força do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.002449-5 - UNIAO FEDERAL X ADILO VENTURIN E OUTROS
Adv. : Dr(s). MAX HUMBERTO RECUERO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Destarte, e tendo em vista a manifestação das partes, julgo PROCEDENTES os presentes embargos, para o fim de determinar o prosseguimento da ação executiva com respaldo na conta apresentada pela União às fls. 35/44 dos autos, e extinguir o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC. Face à sucumbência, considerando o valor nominal da diferença apontada e os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC, condeno cada embargado ao pagamento de honorários advocatícios de R$ 15,00 (quinze reais), em favor do procurador da Fazenda Nacional, ficando desde logo autorizada a dedução da verba honorária do principal a ser requisitado, caso requerido. Sem custas, por força do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.002437-9 - UNIAO FEDERAL X ADEMIR SANTOS DE QUADROS E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCOS JOSE DLUGOSZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 30/35 e condená-lo a: 3.1) aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 159,90, cujo valor atualizado para 07/2003 remonta em R$ 462,11; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 8.498,86 (oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos), observando-se que as parcelas vencidas anteriormente a 23.07.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito, e que as vencidas a partir de 07/2003 deverão ser pagas administrativamente. Sobre o montante da condenação, como complemento positivo da obrigação, a título de juros e correção monetária, deverá ser aplicada a variação do SELIC (Lei nº 9.065/95) até a data do efetivo pagamento, que é a taxa que está "em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" (art. 406 do Código Civil em vigor - Lei 10.406/02).Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.003524-9 - NADIR TERESINHA FRAGA FURLANETTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVANIR FONTANA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito da autora de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 06/93 a 05/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.003626-6 - DALVA DIAS DE ANDRADE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito das autoras de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 05/93 a 07/94, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno as autoras, pro rata, ao pagamento das custas proces-suais, bem como dos honorários advocatícios devidos ao patrono da contraparte, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.002921-3 - MOVEIS LOVO LTDA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, afasto as preliminares de inépcia da petição inicial e de ilegitimidade passiva ad causam e, no mérito, acolho a preliminar de prescri-ção argüida pela requerida e julgo extinto o feito, com julgamento de mérito, com supedâneo no art. 269, IV, do Código de Processo Civil. Condeno os autores ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios arbitrados em R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) para cada um, considerados os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º, do Cânone Processual, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento pelo INPC/IPGE."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.002934-1 - MODESTO FAVERO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MOACIR LUIZ GUZZO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 30/35 e condená-lo a: 3.1) aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 144,92, cujo valor atualizado para 07/2003 remonta em R$ 265,89; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 1.989,42 (um mil novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), observando-se que as parcelas vencidas anteriormente a 23.07.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito, e que as vencidas a partir de 07/2003 deverão ser pagas administrativamente. Sobre o montante da condenação, como complemento positivo da obrigação, a título de juros e correção monetária, deverá ser aplicada a variação do SELIC (Lei nº 9.065/95) até a data do efetivo pagamento, que é a taxa que está "em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" (art. 406 do Código Civil em vigor - Lei 10.406/02).Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.003522-5 - ANGELO FRANCISCO FAVERO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVANIR FONTANA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 30/38 e condená-lo a: 3.1) aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 135,58, cujo valor atualizado para 08/2003 remonta em R$ 391,82; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 7.503,67 (sete mil quinhentos e três reais e sessenta e sete centavos), observando-se que as parcelas vencidas anteriormente a 22.08.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito, e que as vencidas a partir de 08/2003 deverão ser pagas administrativamente. Sobre o montante da condenação, como complemento positivo da obrigação, a título de juros e correção monetária, deverá ser aplicada a variação do SELIC (Lei nº 9.065/95) até a data do efetivo pagamento, que é a taxa que está "em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" (art. 406 do Código Civil em vigor - Lei 10.406/02).Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.003980-2 - EDEM GOMES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOCIANE TRICHES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 38/43 e condená-lo a: 3.1) aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 306,04, cujo valor atualizado para 07/2003 remonta em R$ 712,68; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 10.473,22 (dez mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), observando-se que as parcelas vencidas anteriormente a 23.07.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito, e que as vencidas a partir de 07/2003 deverão ser pagas administrativamente. Sobre o montante da condenação, como complemento positivo da obrigação, a título de juros e correção monetária, deverá ser aplicada a variação do SELIC (Lei nº 9.065/95) até a data do efetivo pagamento, que é a taxa que está "em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" (art. 406 do Código Civil em vigor - Lei 10.406/02).Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.003520-1 - THEOLIDE ZILIO CENI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVANIR FONTANA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, acolho a preliminar suscitada pela parte ré, para o fim de declarar prescrito o direito da autora de pleitear a restituição dos valores referentes às competências de 06/1991 a 06/1992 e, no mérito propriamente dito, por não vislumbrar qualquer ilegalidade no ato de cobrança da contribuição social destinada ao SEBRAE, julgo totalmente IMPROCEDENTE a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno as autoras ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos aos patronos dos réus, pro rata, no total de 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, devidamente atualizado até a data do efetivo pagamen-to, com base no art. 20, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil."

ACAO ORDINARIA

2002.70.07.002659-1 - MAREL INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA E OUTRO X SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE (UNIDADE CENTRAL) E OUTRO
Adv. : Dr(s). CARLOS JOSE DAL PIVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito da autora de repetir eventual indébito concernente à contribuição social recolhida com alíquota majorada por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, relativa à competência de se-tem-

bro de 1989, e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte que, em observância ao art. 20, §4º, do Cânone Processual, fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC/IBGE."

ACAO ORDINARIA

2002.70.07.002416-8 - VIACAO VALE DO IGUACU LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO IVANIR GONCALVES DE AZEVEDO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão deduzi-da pelo autor e extingo o processo, com julgamento de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Em face da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios devidos à contraparte que, em atenção ao contido no art. 20, §4º, do CPC, fixo R$ 500,00 (quinhentos reais), valor que deverá ser atualizado monetariamente pelo INPC/IBGE até a data do efetivo pagamento."

ACAO ORDINARIA

2003.70.07.003238-8 - FLORINDO DAS NEVES SIMOES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS DA SILVA FIGUEIREDO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Considerando os fundamentos acima alinhados, defiro o pedido do exeqüente e determino a quebra do sigilo bancário de JAIR OPOLSKI BABINSKI, CPF 056.189.599-68, através do Sistema BACENJUD. Outrossim, não reconheço como ato atentatório à dignidade da justiça as alegações e pedidos das fls. 24-27, eis que os referidos pedidos foram interpostos anteriormente ao conhecimento, por parte do executado, da revogação da liminar concedida nos autos 131/2002, da Comarca de São João do Triunfo/PR, conforme se denota pelas datas da petição e informações das fls. 24 e 43. Em face da petição da fl. 46, deixo de apreciar a exceção de pré-executividade das fls. 24-27, e defiro o desentranhamento da mesma, mediante traslado. Intimem-se."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.07.001602-3 - FAZENDA NACIONAL. X JAIR OPOLSKI BABINSKI
Adv. : Dr(s). CHARLES FLEIRY LIZ LEAL

Francisco Beltrão, 20.01.2004.

MARCELO SIQUEIRA PICININI
Diretor de Secretaria.

SECRETARIA DA PRFRA01

Boletim de Intimação nº 0004/2004

"DESPACHOS E SENTENÇAS PROFERIDOS PELA MMª JUÍZA FEDERAL DA VARA DE FRANCISCO BELTRÃO: DULCE HELENA DIAS BRASIL E MMª JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA VANESSA DE LAZZARI HOFFMANN."
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:"Intimem-se as partes para contra-arrazoar, querendo, no prazo legal."

ACAO ORDINARIA

2000.70.07.003369-0 - RICARDO BERNARDO PEREIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCOS LUCIANO GOMES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, rejeito a preliminar argüida e julgo improcedentes os pedidos veiculados na inicial e, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o processo com julgamento de mérito. Incabível a condenação em custas processuais e honorários advocatícios, por força do art. 55, da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2002.70.07.002108-8 - ROZIVANE HEIMANN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARLEY TREVISAN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, julgo PROCEDENTES os presentes embargos e extingo o feito, com julgamento de mérito, para o fim de determinar a extinção da execução movida por ALICE ABATI, ADRIANI TEREZINHA ZOPELETTO E JOSÉ GUERIOS DA SILVA nos autos de Ação Ordinária nº 2002.70.004645-0, com base no artigo 741, inciso IV c/c 794, I, ambos do CPC, e dos presentes embargos. Deixo de condenar os embargados ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista o valor nominal do crédito apurado, bem como a situação financeira dos mesmos revelada nos autos principais. Sem custas, a teor do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.001754-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALICE ABATI E OUTROS
Adv. : Dr(s). SANDRA REGINA DE MATTOS BERTOLETTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Pelo exposto, julgo o(a) autor(a) carecedor(a) de ação, por falta de interesse processual, quanto ao pedido de aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 na correção dos salários-de-contribuição e extingo o feito sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.002610-8 - DIORACI DA LUZ LANDIM X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JANAINA RAMOS VELLOZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 26/31 e condená-lo a: 3.1) aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 314,65, cujo valor atualizado para 07/2003 remonta em R$ 604,32; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 6.380,64 (seis mil, trezentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), observando-se que as parcelas vencidas anteriormente a 23.06.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito, e que as vencidas a partir de 07/2003 deverão ser pagas administrativamente. Sobre o montante da condenação, como complemento positivo da obrigação, a título de juros e correção monetária, deverá ser aplicada a variação do SELIC (Lei nº 9.065/95) até a data do efetivo pagamento, que é a taxa que está "em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" (art. 406 do Código Civil em vigor - Lei 10.406/02).Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.003108-6 - PASQUAL CAMPAGNOLLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 21/26 e condená-lo a: 3.1) aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 219,45, cujo valor atualizado para 05/2003 remonta em R$ 466,53; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 10.237,51 (dez mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquent e um centavos), observando-se que as parcelas vencidas anteriormente a 26.05.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito, e que as vencidas a partir de 05/2003 deverão ser pagas administrativamente. Sobre o montante da condenação, como complemento positivo da obrigação, a título de juros e correção monetária, deverá ser aplicada a variação do SELIC (Lei nº 9.065/95) até a data do efetivo pagamento, que é a taxa que está "em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" (art. 406 do Código Civil em vigor - Lei 10.406/02).Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.002620-0 - LUCIA FRANCISCA DA ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ERALDO LACERDA JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 27/32 e condená-lo a: 3.1) aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 223,71, cujo valor atualizado para 09/2003 remonta em R$ 424,19; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 4.010,46 (quatro mil, dez reais e quarenta e seis centavos), observando-se que as parcelas vencidas anteriormente a 02.09.1998 foram ful-minadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito, e que as vencidas a partir de 09/2003 deverão ser pagas administrativamente. Sobre o montante da condenação, como complemento positivo da obrigação, a título de juros e correção monetária, deverá ser aplicada a variação do SELIC (Lei nº 9.065/95) até a data do efetivo pagamento, que é a taxa que está "em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional" (art. 406 do Código Civil em vigor - Lei 10.406/02).Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.004110-9 - JOAO OSWALDO HARTMANN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROSANA BONISSONI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Destarte, presentes os requisitos exigidos pela Lei nº 8.036/90, autorizo o levantamento do saldo relativo ao período em que o demandan-te trabalhava na empresa referida, existente na conta vinculada ao FGTS de sua titu-laridade, conforme comprova o documento de fl. 06. EXPEÇA-SE O ALVARÁ COMPETENTE. Em se tratando de feito não-contencioso, inexiste sucumbência e, portanto, não há condenação em honorários advocatícios. Custas processuais satisfeitas."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2002.70.07.002438-7 - ANESTOR FERREIRA DE ANDRADE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NILTON LUIZ PACHECO LOURES, ARLINDO FERREIRA FREITAS, MARCOS LUCIANO GOMES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Por todo o exposto, afasto as preliminares suscitadas pela embargan-te e, no mérito, julgo PROCEDENTES os presentes embargos, extinguindo o processo, com julgamento do mérito, com supedâneo no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de determinar que a ação executiva prossiga em relação ao exeqüente VILSON VIVAN com respaldo no valor proposto pela Caixa Econômica Federal às fls. 55/58. Em razão da sucumbência, considerando os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC, condeno o embargado VILSON VIVAN ao pagamento de honorários advocatícios em favor da embargante, que fixo em R$ 103,93, compensando a verba honorária com o valor principal devido ao exeqüente. Sem custas, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.289/96.
"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.002497-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SIMONE VIVAN E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADAIR CASAGRANDE, RENATO LUIZ OTTONI GUEDES, ERLON FERNANDO CENI DE OLIVEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Assim, tendo em vista a concordância tácita da parte embarga-da para com a pretensão da embargante ao não impugná-la, já que, de acordo com o que preceitua o art. 319 do CPC, presumem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor e não contestados pelo réu, incide na espécie o art. 269, inciso II, do Código de Processo Civil, pelo que julgo PROCEDENTES os presentes embargos, extinguindo o processo com julgamento de mérito, para o fim de extinguir a ação executiva, com ba-se no artigo 794, inciso VI, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar os embargados ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista a sua situação financeira revelada nos autos principais, nos quais, inclusive, lhes foi concedida a assistência judiciária gratuita, na forma da Lei nº 1.060/50 (fl. 132). Sem custas, a teor do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.003653-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO OLIVIO PIRES E OUTROS
Adv. : Dr(s). SANDRA REGINA DE MATTOS BERTOLETTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Destarte, tendo em vista a concordância da parte embargada com o pedido da embargante, incide na espécie o art. 269, inciso II, do Código de Processo Civil, pelo que julgo PROCEDENTES os presentes embargos, para o fim de determinar o prosseguimento da ação executiva com respaldo na conta apresentada pela União às fls. 04/12 dos autos e extinguir o processo com julgamento de mérito. Face à sucumbência, considerando o valor da diferença apontada e os critérios constantes do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC, condeno cada embargado ao pagamento de honorários advocatícios de R$ 35,00 (trinta e cinco reais), em favor do procurador da Fazenda Nacional, ficando desde logo autorizada a dedução da verba honorária do principal a ser requisitado, caso requerido. Sem custas, por força do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.004957-1 - UNIAO FEDERAL X SILVIO OLIVEIRA DA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). SILVIO OLIVEIRA DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:"Indefiro o pedido da parte autora quanto à exibição pela CEF dos extratos das contas do FGTS dos autores, pois é ônus dos exequentes trazê-los e tendo em vista a informação de que os extratos estão disponíveis através da internet."

ACAO ORDINARIA

1999.70.07.002386-2 - IVETE MARIA LONGHI CARAMORI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GERSON SCHWAB

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto e tendo em vista a manifestação da parte exeqüente, homologo o acordo de fls. 86/88, declaro satisfeita a obrigação dos executados e, via de conseqüência, julgo EXTINTA a presente ação, com supedâneo no art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Custas processuais satisfeitas."

EXECUCAO DIVERSA

1999.70.07.003322-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARCOS AUGUSTO MARCON E OUTRO
Adv. : Dr(s). AURIMAR JOSE TURRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro satisfeita a obrigação da UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) e, via de conseqüência, julgo EXTINTA a presente execução, com supedâneo no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas processuais satisfeitas."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.07.003214-0 - SUELI MARIA BIESUZ FORNER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ RENATO MANFROI

2002.70.07.001310-9 - JOAO KOZAN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ZELINDO BOCASANTA

2002.70.07.001665-2 - SADI MIGUEL MELLA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAUL JOSE PROLO

2002.70.07.001879-0 - INDUSTRIA DE PLACAS PARA VEICULOS PARANA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAUL JOSE PROLO

2002.70.07.001906-9 - DOACIR PERIN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ORNELAS DA CRUZ, IVOR SERGIO CADORIN

2002.70.07.002125-8 - PEDRO LUCIO SIMAO - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA GORETI SBEGHEN

2002.70.07.002252-4 - MARIA LUIZA WERNER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). HERMES ALENCAR DALDIN RATHIER

2002.70.07.002534-3 - ELCIO ARI LINDNER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAUL JOSE PROLO

2002.70.07.002569-0 - IRACI KLEIN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO CLEOZOMIR TRICHES PAINIM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, julgo PROCEDENTES os presentes embargos e extingo o feito, com julgamento de mérito, para o fim de determinar a extinção da execução em relação a DOMINGOS DIAS DE CASTRO, MARIA GORETE SOPRANO SPILMAN, MARILENE DA SILVA, MARISE MANFROI, MAXIMINO LEOPOLDINO, MANOEL ALVES DOS SANTOS, MILTO JOSÉ DE OLIVEIRA, MOACIR JOÃO MUGNOL, MARCIO ONO-RIO BERNARDI, MARCELINO ITCZAK BRANDALES, com base no artigo 741, inciso IV c/c 794, I, ambos do CPC, e dos presentes embargos. Deixo de condenar os embargados ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista o valor nominal do crédito apurado, bem como a situação financeira dos mesmos revelada nos autos principais. Sem custas, a teor do art. 7º da Lei nº 9.289/96 - RCJF."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.07.003534-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DOMINGOS DIAS DE CASTRO E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROSELI ZANLORENSI CARDOSO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Diante do exposto, declaro prescrito do direito das autoras de repetir o indébito concernente ao recolhimento da contribuição social incidente sobre a remuneração dos empregados avulsos, autônomos, e administradores, referente aos fatos geradores ocorridos no período de 01/92 a 07/95, por força do art. 3º, inciso I, da Lei nº 7.787/89, pelo que, julgo improcedente a demanda e extingo o processo, com julgamento de mérito, com supedâneo no artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil. Condeno as autoras ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários advocatícios ao patrono da contraparte, os quais fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do art. 20, §4º, do Cânone Processual."

ACAO ORDINARIA

2002.70.07.000718-3 - CLARICE TEREZINHA PROVENZI SENHOR E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ISAIAS GRASEL ROSMAN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS anexados à contestação e condená-lo a: 3.1) como complemento positivo da obrigação, a contar do ajuizamento da ação (competência 09/03), aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 176,16, cujo valor atualizado até a data do ajuizamento do feito remonta em R$ 482,61; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 6.219,78 (seis mil, duzentos e dezenove reais e setenta e oito centavos), valor este apurado até a competência 08/03 e corrigido monetari-amente até a competência 09/03, a partir da data do vencimento de cada prestação atrasa-da, com base no INPC/IBGE (art. 4º da Lei nº 8.177/91), índice definido como correto pela Corte Especial do STJ, para o cálculo do "fato objetivo da desvalorização dos débitos, seja em matéria tributária, previdenciária, liquidação judicial em geral, bancária, entre outros", conforme decisão proferida no EREsp nº 66.545/MG, em 09.05.02 (Fonte: Informativo do STJ nº 133), observando-se que as parcelas anteriores a 28.08.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do cré-

dito. Incidirão, também, a con-tar da citação, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme entendimento pacifi-cado pelo STJ (ERESP nº 215.674/PB, DJ 06.11.00; ERESP nº 181.307/SP, DJ 26.04.99) e pelo TRF da 4ª Região (AC nº 2001.04. 01.078192-8/PR, DJ 08.05.02) e considerando a revogação do art. 1.062 do Código Civil de 1916 e as disposições da legislação civil pertinente em vigor na data do ajuizamento (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional). Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.004324-6 - LISBOA MORAES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVAN PAROLIN FILHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS anexados à contestação e condená-lo a: 3.1) como complemento positivo da obrigação, a contar do ajui-zamento da ação (competência 08/03), aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 427,55, cujo valor atualizado até a data do ajuiza-mento do feito remonta em R$ 821,16; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 9.510,70 (nove mil quinhentos e dez reais e setenta centavos), valor este apurado até a competência 07/03 e corrigido monetariamente até a competência 08/03, a partir da data do vencimento de cada prestação atrasada, com base no INPC/IBGE (art. 4º da Lei nº 8.177/91), índice definido como correto pela Corte Especial do STJ, para o cálculo do "fato objetivo da desvalorização dos débitos, seja em matéria tributá-ria, previdenciária, liquidação judicial em geral, bancária, entre outros", conforme decisão proferida no EREsp nº 66.545/MG, em 09.05.02 (Fonte: Informativo do STJ nº 133), obser-vando-se que as parcelas anteriores a 15.07.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito. Incidirão, também, a contar da cita-ção, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme entendimento pacificado pelo STJ (ERESP nº 215.674/PB, DJ 06.11.00; ERESP nº 181.307/SP, DJ 26.04.99) e pelo TRF da 4ª Região (AC nº 2001.04. 01.078192-8/PR, DJ 08.05.02) e considerando a revogação do art. 1.062 do Código Civil de 1916 e as disposições da legislação civil pertinente em vigor na data do ajuizamento (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional). Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.003831-7 - DENIZAR CANDATTEN SCABENI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVANIR FONTANA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Pelo exposto, julgo o(a) autor(a) carecedor(a) de ação, por falta de interesse processual, quanto ao pedido de aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 na correção dos salários-de-contribuição e extingo o feito sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.002317-0 - ANTONIO NESTOR COSTI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVANIR FONTANA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte sentença:"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário do(a) autor(a) aplicando a variação do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na correção dos salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo, para posterior conversão do benefício pela URV de 28 de fevereiro de 1994, para o fim de homologar os cálculos apresentados pelo INSS anexados à contestação e condená-lo a: 3.1) como complemento positivo da obrigação, a contar do ajui-zamento da ação (competência 09/03), aplicar a renda mensal inicial revisada (na DIB) do benefício da parte autora no valor de R$ 332,37, cujo valor atualizado até a data do ajuiza-mento do feito remonta em R$ 637,12; e 3.2) pagar as diferenças devidas desde a data de implantação do benefício (DIB), correspondente a R$ 6.652,29 (seis mil seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos), valor este apurado até a competência 08/03 e corrigido monetaria-mente até a competência 09/03, a partir da data do vencimento de cada prestação atrasada, com base no INPC/IBGE (art. 4º da Lei nº 8.177/91), índice definido como correto pela Corte Especial do STJ, para o cálculo do "fato objetivo da desvalorização dos débitos, seja em ma-téria tributária, previdenciária, liquidação judicial em geral, bancária, entre outros", conforme decisão proferida no EREsp nº 66.545/MG, em 09.05.02 (Fonte: Informativo do STJ nº 133), observando-se que as parcelas anteriores a 02.09.1998 foram fulminadas pela prescrição e já se encontram devidamente deduzidas do valor do crédito. Incidirão, também, a contar da citação, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme entendimento pacificado pelo STJ (ERESP nº 215.674/PB, DJ 06.11.00; ERESP nº 181.307/SP, DJ 26.04.99) e pelo TRF da 4ª Região (AC nº 2001.04. 01.078192-8/PR, DJ 08.05.02) e considerando a revoga-ção do art. 1.062 do Código Civil de 1916 e as disposições da legislação civil pertinente em vigor na data do ajuizamento (art. 406 do Código Civil c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional). Incabível a condenação em custas e honorários advocatícios nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099 de 26.09.1995."

JUIZADO ESPECIAL CIVEL

2003.70.07.004115-8 - ELVIRA PALOSCHI BORTOLINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:"Verifica-se que houve a opção do autor Mario Possamai, em receber os valores pela via administrativa, realizando acordo extrajudicial para o pagamento do crédito, a despeito de eventual direito decorrente de decisão pela procedência da demanda. Por esta razão acolho o acordo entabulado pelas partes, o qual reputo válido para os fins nele expostos. Indefiro o pedido da parte autora quanto a exibição pela CEF dos extratos das contas do FGTS dos autores, pois é ônus dos exequentes trazê-los e tendo em vista a informação de que os extratos estão disponíveis através da internet. Assino o prazo de 30 (trinta) dias para que a CEF junte aos autos cópias dos Termos de Adesão- FGTS dos autores pertinentes ao presente feito. Em relação aos autores abrangidos pela Lei nº 10.555/2002, conforme explicitamente consta na planilha apresentada pela CEF, e não por força do provimento jurisdicional transitado em julgado, não houve execução do julgado e tampouco adimplemento voluntário da obrigação decorrente do título judicial, pelo que nada há que se homologado nesta fase processual pré-executiva, por falta de previsão legal que ampare qualquer pretensão nesse sentido. Defiro a suspensão requerida. Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, intime-se a parte autora para manifestar-se acerca do prosseguimento do feito."

ACAO ORDINARIA

2000.70.07.002135-3 - MARIO POSSAMAI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, LUIZ CARLOS KRANZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:"Verifica-se que houve a opção do autor Gevaldo Lima Pereira, em receber os valores pela via administrativa, realizando acordo extrajudicial para o pagamento do crédito a despeito de eventual direito decorrente de decisão pela procedência da demanda. Por esta razão acolho o acordo entabulado pelas partes, o qual reputo válido para os fins nele expostos. Intimem-se as partes quanto ao aqui decidido, a CEF para manifestar-se acerca da petição da fl.194, bem como a parte autora para, querendo, promover a execução do julgado nos termos da Portaria 13/02, deste Juízo."

ACAO ORDINARIA

2001.70.07.000939-4 - DIVA LOURDES ZARDO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IVO SANTOS JUNIOR, NEUSA GRUBER

Francisco Beltrão, 20.01.2004.

MARCELO SIQUEIRA PICININI
Diretor de Secretaria.

Varas Federais de Guarapuava

BOLETIM DE Nº 03/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDO PELA MM. JUIZA SUBSTITUTA DA VARA FEDERAL DE GUARAPUAVA-PR., DRA. VALKIRIA KELEN DE SOUZA.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "...Designo dia 19/03/2004, às 14h, para realização de audiência preliminar de transação.3. Intimem-se os autores do delito, Sidnei João Nahorny e João Carlos de Morais, para que compareçam neste Juízo, à audiência supradesignada, acompanhados de advogado(s), com a advertência de que na falta deste(s) ser-lhe-ás nomeado defensor dativo, oportunidade em que se manifestarão sobre a proposta de transação penal do Parquet Federal..."

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

2003.70.06.004589-1 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X SIDNEI JOAO NAHORNY E OUTRO
Adv. : Dr(s). MIGUEL NICOLAU JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "1. Designo o dia 15/04/2004, às 15h, para a oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, José Bonifácio dos Santos, Ari Antonio Alves e João Carlos França, a realizar-se na sede deste Juízo. 2. Expeça-se mandado de intimação. 3.Intimem-se o denunciado e seu defensor acerca da audiência acima designada."

ACAO PENAL

2001.70.06.001041-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ALTEVIR CHAICOSKI
Adv. : Dr(s). GELSON LUIS CHAICOSKI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: " Designo o dia 15/04/2004, às 13:30 para a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação, Clovis do Santos, Everaldo Ribeiro Taborda e Eziquiel Luiz do Nascimento, a realizar na sede deste Juízo. 2. Expeça-se mandado de intimação, observando o disposto no art. 221, § 2º, do CPP. 3. Intimem-se...

ACAO PENAL

2003.70.06.001332-4 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X VALDECIR JOSE DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:" Tendo em vista o não comparecimento do defensor constituído pelos denunciados na audiência de interrogatório, intime-se para nos termos do art. 395 do CPP, apresentar defesa no prazo legal."

ACAO PENAL

2002.70.06.000287-5 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X EDGARD LEMES GONCALVES E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE TEODORO ALVES, VALDIR JUDAI, JOSE TEODORO DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:"Ante o teor da certidão de fl. 299, informando que não foi possível localizar a testemunha JOSÉ BASILIO, e tendo em vista que a testemunha CLEMENTE TIMÓTEO não compareceu a audiência, intime-se os defensores dos acusados GLAUCIO BRUNIERI e BENEDITO MANUEL DA SILVA para, nos termos do art. 405 do Código de Processo Penal, promoverem as substituições necessárias.

ACAO PENAL

2000.70.06.001236-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X GLAUCIO BRUNIERI E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARISA SIMONE FERREIRA, JOSE CICERO DE OLIVEIRA, MARCO ANTONIO MORENO CASTRILHO, PEDRO TEIXEIRA PINTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:" . Extraiam-se cópias das peças de fls. 83/85 e 104/106, distribuindo-as em autos apartados, para processamento da exceção de incompetência oposta pela defesa dos réus Sebastião Alves, José dos Santos, Joelson de Jesus e Márcio José Camargo. Tal providência não importará na suspensão do curso da presente ação penal (CPP, art. 111).2. Embora os denunciados Adilson Ivaniski e José dos Santos tenham apresentado defesa prévia e rol de testemunhas após do decurso do prazo previsto no artigo 395 do CPP, em observância ao princípio constitucional da ampla defesa determino a oitiva das testemunhas arroladas às fls. 108 e 3. Expeça-se carta precatória à Comarca de Cantagalo/PR, com prazo de sessenta (60) dias, para oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, Clair Cecatto Slleani, Antonio Vilson Borges (fl. 85), Hélio Luiz Iasinski, Geraldo Kokunski (fl. 108), Marcos Roberto de Paula e Antônio das Chagas (fl. 124).
4. Intimem-se os réus e seus defensores acerca da expedição da carta precatória.

ACAO PENAL

2003.70.06.000022-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X SEBASTIAO ALVES, JOSE DOS SANTOS, JOELSON DE JESUS, MARCIO JOSE CAMARGO, ADILSON IVANISKI
Adv. : Dr(s). ELCIO MARCELO BOM, JUAREZ FERREIRA DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho " Depreque-se, com prazo de 60 dias, a oitiva da testemunha arrolada pela acusação, Conceição Domingues Vaz Branco, à Subseção Judiciária de Ponta Grossa/PR. Intimem-se o réu e seu defensor acerca da Expedição da carta precatória. Ciência ao MPF."

ACAO PENAL

2003.70.06.001490-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X LEONI LUIZ MELETTI
Adv. : Dr(s). MARILIA AZAMBUJA DE PAULA PIOVESAN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Às partes para alegações finais"

ACAO PENAL

99.40.11148-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X LUIZ ROBERTO TORRES PRESGRAVE DE MELLO
Adv. : Dr(s). ROBERTO GARCIA LOPES PAGLIUSO, RODRIGO DO NASCIMENTO DALL'ACQUA, LIGIA MARY BISCHOF

GUARAPUAVA, 20 DE JANEIRO DE 2004.

JOSE MARCILIO PAROLIN
DIRETOR DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO

BOLETIM DE Nº 08/2004.

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDO PELAS MM. JUIZAS FEDERAIS, DRA. FLAVIA DA SILVA XAVIER E DRA. VALKIRIA KELEN DE SOUZA.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:
1.Intime-se a parte autora para que, no prazo de 30 dias, se manifeste acerca dos documentos apresentados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF...

ACAO ORDINARIA

97.40.11668-0 - ARI ANTONICHEN DE GOIS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO RIBAS DE CAMPOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:
1. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifeste acerca dos documentos apresentados pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, sobretudo aqueles que indicam a efetivação de crédito em favor do(s) autor(es).
2. Os dados eventualmente faltantes no cadastro da conta vinculada, ou seja, aqueles constantes dos documentos intitulados "AUTORES NÃO LOCALIZADOS NO CADASTRO DO CIDADÃO" e "AUTORES COM INEXISTÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DE DADOS PARA CRÉDITO", deverão ser diretamente informados à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, através de uma de suas agências, para que esta possa dar efetivo cumprimento ao julgado.

2.1. Por oportuno, consigno desde já que o repasse dos dados supra-referidos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, deverá ser comprovado nos presentes autos pela parte autora, em prazo não superior ao acima concedido.

3. Cumpridas as determinações supra, voltem-me conclusos, para homologação da(s) transação(ões) efetuada(s).

ACAO ORDINARIA

97.40.11667-1 - SILVANIRA FERREIRA BAGGIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MATILDE MARTINS ABREU

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:

Pela simples leitura da exordial, percebe-se que a causa não atinge o valor mínimo para tramitar perante este Juízo, ou seja, 60 (sessenta) salários mínimos, uma vez que o autor atribuiu a importância de R$ 1.000,00 (um mil reais) como valor da pretensão exposta na inicial.

Portanto, verifica-se a incompetência deste Juízo para apreciar a demanda, a teor do art. 3º da Lei nº 10.259/01, que pode ser reconhecida de ofício por se tratar de incompetência absoluta.

Assim, observando os princípios da economia e da celeridade processual, declino da competência para o Juizado Especial Federal Cível desta circunscrição, à Juíza que couber por distribuição.

Intime-se o autor.

Após, remetam-se os autos à SRIP.

ACAO ORDINARIA

2003.70.06.005044-8 - JOSE DE NEZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SERGIO HENRIQUE TEDESCHI, SARA REGINA PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:
2.Após, à parte impugnada para resposta, no prazo de 05(cinco) dias.

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.06.005130-1 - CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI X INDUSTRIA DE MADEIRAS CLAUDINO LTDA
Adv. : Dr(s). NEZIO TOLEDO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:

1.Intime-se a advogada Drª LUCIANE MELHEM KARASINSKI para que, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, se manifeste acerca dos documentos juntados nas fls.
2.Intime-se o advogado Dr. FRANCISCO CARLOS CALDAS acerca do despacho da fl.
3.Após, voltem-me conclusos para deliberação quanto à expedição de Alvará de Levantamento dos valores transferidos na fl.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.06.002658-2 - DOMINGOS BRASILIO DE MORAES - ESPÓLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANE MELHEM KARASINSKI, FRANCISCO CARLOS CALDAS

2002.70.06.003447-5 - ERONDI ALVES RIBEIRO - ESPÓLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANE MELHEM KARASINSKI, FRANCISCO CARLOS CALDAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:
1.Intime-se a advogada Drª LUCIANE MELHEM KARASINSKI para que se manifeste, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, acerca dos documentos juntados nas fls.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.06.002684-3 - MARCOS BROLINI - ESPÓLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANE MELHEM KARASINSKI

2002.70.06.003436-0 - JOSE DUTRA DE CAMPOS - ESPÓLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIANE MELHEM KARASINSKI

O Processo abaixo relacionado encontra-se com VISTA ao Procurador da EXEQUENTE.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.06.003196-6 - JORGE SILVERIO DOS SANTOS e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLAUDIO HENRIQUE STOEBERL

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:

Intime-se a impetrante Guaratu Indústria e Comércio de Madeiras e Compensados Ltda, para esclarecer se a unidade consumidora n° 882615 (fl. 33) efetivamente fornece energia para suas instalações industriais, justificando o motivo pelo qual referida unidade não se encontra em seu nome. Caso contrário, deverá incluir Odacir Antonelli no pólo ativo da presente ação.

Após, voltem-me conclusos.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.06.005173-8 - GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA X DIRETOR GERAL DA AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA -ANEEL
Adv. : Dr(s). MAURICIO OBLADEN AGUIAR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho:

1. Inicialmente, analiso a petição juntada às fls. 747/750 dos autos, que trata do pedido dos réus em conferir efeito extensivo ao agravo de instrumento nº 2002.04.01.005717-9. Porém, vejo que tal questão já foi objeto de decisão nestes autos, conforme consta às fls. 620/621, sobre a qual pende recurso de agravo (fls. 699/710).

Contudo, considerando que não foi exercido expressamente o juízo de retratação, quer para reconsiderar a decisão, quer para mantê-la, faço-o neste momento processual.

2. Mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos. Certifique-se a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

3. Junte-se aos autos a petição da parte autora, apontando a eventual contradição da decisão de fl. 714 e requerendo, em embargos de declaração, a concessão de efeitos infringentes para aplicar o disposto no art. 18 da Lei nº 7.347/85.

Porém, não vislumbro contradição na determinação relativa ao depósito dos honorários periciais pelas autoras.

Em que pese o contido no art. 18 da Lei nº 7.347/85, que se refere à inexistência de adiantamento de honorários periciais em ação civil pública, penso que não é possível aplicar o referido dispositivo legal no caso dos autos.

Ora, o perito nomeado judicialmente não é obrigado a suportar este ônus, pois, ao realizar o trabalho, faz jus ao respectivo pagamento, revelando-se inconstitucional a norma que estabeleça o contrário.

Igualmente, não se pode determinar que ao réu que arque com o adiantamento dos honorários, eis que inexistente qualquer obrigação legal neste sentido.

Desta forma, não existe a contradição apontada pela parte autora, sendo que ela deve arcar com a metade dos honorários, antecipando o seu depósito, sob pena de não ser realizada a prova pericial.

Diante do exposto, rejeito os presentes Embargos de Declaração, por entender que não há contradição na decisão de fl. 714.

4. Intimem-se.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2001.70.06.001308-0 - REDE BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS E NATURAIS AMIGOS DAS ÁGUAS - ADA E OUTRO X WILSON RICKLI E OUTROS
Adv. : Dr(s). VITORIO SOROTIUK, MARIA LUCIA F REICHENBACH, HELDERLIANE MACHADO DA LUZ RICKLI

GUARAPUAVA, 19 DE JANEIRO DE 2004.

JOSE MARCILIO PAROLIN
DIRETOR DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO.

Varas Federais de Londrina

VARA DE EXECUCOES FISCAIS DE LONDRINA
SECRETARIA DA PRLONEF01

Boletim de Intimação 0002/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL E PELO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, DA PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÕES FISCAIS DE LONDRINA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ.

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "À executada para esclarecer os valores atribuídos aos bens nomeados à penhora, indicados pelos números 2 e 3 da petição de fls. 11/12, haja vista a discrepância entre o valor numérico e o por extenso, no prazo de dez (10) dias. No mesmo prazo, ao advogado da executada para assinar a petição de fls. 11/12. (...)"

CARTA PRECATORIA

2003.70.01.009087-6 - CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL CRESS - 11a REGIAO X MARIA ALEXANDRINA VARGAS SCALASSARA
Adv. : Dr(s). ZAQUEU VILELA BERBEL

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) intime-se a embargante para que carreie ao processo cópia da matrícula do imóvel em questão, assim como, documento que comprove o valor pelo qual este imóvel foi adquirido, caso esta informação não conste de citada matrícula. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.006098-3 - MARIA DA CONCEICA PEDALINO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA C DINIZ

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Quanto ao pedido formulado pelos executados à fl. 239, a ressalva tecida no item II - imprescindibilidade da existência prévia de execução e penhora sobre o bem arrematado - é igualmente pertinente. Assim, dentre os processos citados (...), diante do contido na informação de fl. 247 e dos registros constantes da matrícula nº 2.533 (fls. 160/162), somente o feito 96.2013143-6 teve penhora incidente sobre o imóvel alienado (...). Desta forma, somente o processo nº 96.2013143-6 poderá ter reservado o valor do débito que lhe fomenta, valor este que ficará depositado em conta judicial, à disposição do Juízo até o julgamento da exceção de pré-executividade oposta naquele processo e análise de sua regularidade, para somente então, se for o caso, ser convertido em renda em favor da exequente. Destarte, ainda que se reserve o valor executado no processo 96.2013143-6, não há risco de prejuízo aos executados, motivo pelo qual o rateio deverá prosseguir de forma regular, independentemente da situação do processo 96.2013143-6. (...)"

EXECUCAO FISCAL

93.20.12839-1 - FAZENDA NACIONAL. X TRANSPORTADORA NEWANI LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). DOMINGOS JOSE PERFETTO

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se, com urgência, o embargante para emendar a petição inicial de execução de honorários (fls. 68/69), juntando aos autos demonstrativo atualizado do débito, nos termos do art. 614, inciso II, CPC. (...)"

ACAO DIVERSA

96.20.11072-2 - WANER ROGERIO DALUZ LABIGALINI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IRINEU LABIGALINI

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) determino a intimação dos embargantes para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem as provas documentais que entenderem pertinentes. Determino, outrossim, sejam carreados novos documentos capazes de comprovar na natureza salarial dos valores constritos (v.g. cópia da CTPS, contra-cheques). (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.027692-0 - MAGAZINE REIS LTDA E OUTRO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). THALITA TUMA

——————————————— Nos termos do art. 206, inciso XXVII, do Provimento nº 05, de 20.06.2003, da Corregedoria do TRF da 4ª Região, procedo, no(s) processo(s) abaixo, a intimação das partes, tendo em vista o retorno dos autos de Instância Superior, para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, apresentando, desde logo, os cálculos de liquidação, se for o caso.

EXECUCAO FISCAL

88.20.13660-0 - FAZENDA NACIONAL. X FUAD BAUAB
Adv. : Dr(s). FUAD BAUAB

EMBARGOS A EXECUCAO

90.20.10206-0 - MERCANTIL DE ALGODAO VALE DO TIETE LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARINA DE OLIVEIRA

97.20.10292-6 - ANA CARLOTA DE ALMENIDA AARAO CARNEIRO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). KAKUNEN KYOSEN

98.20.10560-9 - MASPAL - MADEIREIRA SAO PAULO IND E COM LTDA, EUCLIDES SOUZA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). NESTOR FRESCHI FERREIRA

98.20.13091-3 - MASPAL-MADEIREIRA SAO PAULO IND E COM. LTDA, EUCLIDES DE SOUZA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). NESTOR FRESCHI FERREIRA

98.20.13093-0 - MASPAL-MADEIREIRA SAO PAULO IND E COM. LTDA, MANOELINA SOUZA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). NESTOR FRESCHI FERREIRA

98.20.13095-6 - MASPAL-MADEIREIRA SAO PAULO IND E COM. LTDA, EUCLIDES DE SOUZA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). NESTOR FRESCHI FERREIRA

2000.70.01.011965-8 - LINO PACKER E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO CESAR PEREIRA FILHO

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) dê-se vista às partes, pelo prazo de 5 (cinco) dias, iniciando-se pelos embargantes."
(INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA CONTADORIA)

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.003656-0 - TRANSPORTADORA RAPIDO PAULISTA LTDA, LAURO PANISSA MARTINS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO TAVARES DE LIMA, PERCIVAL PISA DE TOLEDO E SILVA

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. O executado arcará com o pagamento das custas e despesas processuais, inclusive custas de registro e baixa da penhora junto ao CRI. (...)"

EXECUCAO FISCAL

95.20.10582-4 - FAZENDA NACIONAL. X TAUFIK TAUIL ESPOLIO
Adv. : Dr(s). PAULO CESAR FERRARI

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) intime-se a executada, na pessoa de seu procurador (fls. 47/48), para que se manifeste, no prazo de (10) dez dias, devendo comprovar, inclusive, a sua regularidade no programa REFIS. (...)"

EXECUCAO FISCAL

94.20.12363-4 - FAZENDA NACIONAL. X F JANNANI CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA C DINIZ

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) intime-se o embargante acerca da proposta de honorários de fl. 426 do Sr. Perito, dos termos do despacho de fl. 358-359 (especialmente quanto ao item 5, i.e., sobre a necessidade de que junte aos autos cópia de sua declaração IRPJ ano-base 1984, exercício 1985) e dos documentos juntados pela FN às fl. 362-422. (...) entregue-se ao embargante os documentos que foram desentranhados do feito (...) que se encontram na contracapa dos autos. Prazo: 10 dias. (...)"
"(...) A parte autora arcará com o pagamento dos honorários que restarem definitivamente fixados, porque a prova pericial foi por ela pleiteada (fl. 242). (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

91.20.13906-3 - POSTO DE GASOLINA IPANEMA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ELIANE BENINI OLIVEIRA

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a execução de sentença para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

91.20.11805-8 - YUKIO AGITA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). MOACYR BOER

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) em face da ausência de uma das condições da ação (legitimidade passiva), julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 267, VI, do CPC. Apesar da Exeqüente ter ajuizado a presente Execução Fiscal contra parte ilegítima, (...) deixo de condená-la ao pagamento de honorários advocatícios, (...)"

EXECUCAO FISCAL

88.20.15309-2 - FAZENDA NACIONAL. X FUAD BAUAB
Adv. : Dr(s). FUAD BAUAB

88.20.15314-9 - FAZENDA NACIONAL. X HOMERO PICANCO DE CARVALHO
Adv. : Dr(s). MIGUEL ANGELO TAIT

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. A executada arcará com o pagamento de eventuais custas e despesas processuais remanescentes. (...)"

EXECUCAO FISCAL

88.20.14787-4 - FAZENDA NACIONAL. X CURTIDORA IGAPO LTDA
Adv. : Dr(s). JOAO CARLOS DE OLIVEIRA

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o segguinte despacho: "Tendo em vista a diferença existente entre o valor atribuído aos presentes embargos e os valores das execuções fiscais (...), INTIME-SE a Embargante para que emende a inicial, no prazo de dez dias, sob as penas da lei. (...) Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.016941-9 - THEREZINHA SOARES DOS SANTOS X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). IRINEU CODATO

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. A executada arcará com o pagamento das custas e despesas processuais remanescentes. Determino o levantamento da penhora realizada sobre os bens móveis descritos no auto à fl. 12. Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado (...) em favor da executada, representada pelo advogado, Dr. Wadji Ibrahim El Haouli, (...)"

EXECUCAO FISCAL

88.20.13102-1 - FAZENDA NACIONAL. X HAOULI E CIA LTDA
Adv. : Dr(s). WAJDI IBRAHIM EL HAOULI

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se o executado para colacionar aos autos prova de propriedade do bem nomeado à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do parágrafo único do art. 656 do CPC. (...)"

EXECUCAO FISCAL

1999.70.01.008785-9 - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - CRECI X JOAQUIM AVELAR GERALDIS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO MARICATO

2000.70.01.001552-0 - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS DA 6 REGIAO PARANA CRECI X JOAQUIM AVELAR GERALDIS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO MARICATO

2001.70.01.003181-4 - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - CRECI X JOAQUIM AVELAR GERALDIS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO MARICATO

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...) intime(m)-se o(s) Embargante(s) para se manifestar, no prazo de dez (10) dias, oportunidade em que deverá(ão) também especificar as provas que pretenda(m) produzir, justificando-as. (...)"
(APRESENTADA IMPUGNAÇÃO)

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.027691-8 - CLINICA PSIQUIATRICA DE LONDRINA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DEBORAH ALESSANDRA DE OLIVEIRA DAMAS

2003.70.01.006260-1 - SERV TEC EMPRESA DE SERVICOS TECNICOS S C LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS LOVATO

2003.70.01.006261-3 - SERV-TEC EMPRESA DE SERVICOS TECNICOS SC LTDA X FAZENDA NACIONAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS LOVATO

2003.70.01.006262-5 - SERV TEC EMPRESA DE SERVICOS TECNICOS S C LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS LOVATO

2003.70.01.010035-3 - DINARDI ENGENHARIA CIVIL E CONSTRUCOES LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). PEDRO NASCIMENTO YOKOYAMA

2003.70.01.013002-3 - INDUSTRIA CARAMBEI S/A X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE SCHIEFER

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foram proferidas as seguintes decisões: "(...) julgo extintos os presentes embargos, sem apreciação de mérito, em relação às execuções fiscais nºs 99.2015185-8 e 99.2015189-0, face a perda superveniente do objeto, nos termos do art. 267, inc. VIII, do CPC. (...) Sem condenação em honorários, (...). Prossiga-se os embargos em relação ao feito nº 99.2015187-4. (...)"
"Intime-se a embargante para regularizar a representação processual juntando aos presentes autos instrumento procuratório, (...). Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...) intime-se a Embargante para se manifestar, no prazo de dez (10) dias, oportunidade em que deverá também especificar as provas que pretenda produzir, justificando-as. (...)"
(APRESENTADA IMPUGNAÇÃO)

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.028250-5 - SELMI CIA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). RODRIGO FERREIRA PIANEZ

——————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extintas as ações de execução fiscal nºs 99.2015185-8 e 99.2015189-0 para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. A executada arcará com o pagamento das custas e despesas processuais remanescentes. No que tange à penhora de fls. 112/113, saliente que os bens constritos estão vinculados ao feito nº 99.2015187-4, como garantia do referido executivo fiscal, e eventual redução da penhora será oportunamente analisada naquela execução. (...)"

EXECUCAO FISCAL

99.20.15185-8 - FAZENDA NACIONAL. X SELMI CIA LTDA
Adv. : Dr(s). MILENA APARECIDA BORDIN

99.20.15189-0 - FAZENDA NACIONAL. X SELMI CIA LTDA
Adv. : Dr(s). MILENA APARECIDA BORDIN

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) intime-se o executado para que se manifeste acerca dos documentos de fls. 112/117, (...). Prazo: 10 (dez) dias."

EXECUCAO FISCAL

99.20.14060-0 - FAZENDA NACIONAL. X MIGUEL BULGACOV
Adv. : Dr(s). IRINEU CODATO

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) intime-se a executada colacionar aos autos cópia autenticada da decisão que determinou a sua reinclusão no programa REFIS, proferida nos autos nº 2002.7001.024880-7, bem como comprovantes de recolhimentos das parcelas desde a data em que esta foi reincluída no programa (07/10/2002)."

EXECUCAO FISCAL

99.20.12856-2 - FAZENDA NACIONAL. X IPAGO IMPERMEABILIZACAO E EDIFICACOES LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). DANIELA D'AMICO MORAES

99.20.12858-9 - FAZENDA NACIONAL. X IPAGO IMPERMEABILIZACAO E EDIFICACOES LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). DANIELA D'AMICO MORAES

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extintas as ações de execução fiscal para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. Fica prejudicada a análise de ilegitimidade alegada pelos executados Ilerson Cayuela Gonzalez e Eva Cristina Cayuela Gonzalez. Os executados arcarão com o pagamento de eventuais custas e despesas processuais remanescentes. (...)"

EXECUCAO FISCAL

99.20.10293-8 - FAZENDA NACIONAL. X IRLESON CAYUELA GONZALEZ E OUTROS
Adv. : Dr(s). WALDOMIRO CARVALHO GRADE

99.20.10377-2 - FAZENDA NACIONAL. X IRLESON CAYUELA GONZALEZ E OUTROS
Adv. : Dr(s). WALDOMIRO CARVALHO GRADE

99.20.10768-9 - FAZENDA NACIONAL. X IRLESON CAYUELA GONZALEZ E OUTROS
Adv. : Dr(s). WALDOMIRO CARVALHO GRADE

99.20.12945-3 - FAZENDA NACIONAL. X IRLESON CAYUELA GONZALEZ E OUTROS
Adv. : Dr(s). WALDOMIRO CARVALHO GRADE

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) dê-se vista à embargante. (...)"
(CÓPIA DO PROC. ADMINISTRATIVO CARREADA AOS AUTOS PELA EMBARGADA)

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.001938-7 - INDUSTRIAS CARAMBEI S/A X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE SCHIEFER

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) dê-se vista ao embargante. (...)"
(CÓPIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS CARREADA AOS AUTOS PELO EMBARGADO)

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.000203-0 - PEDRO ANTONIO RODRIGUES E CIA LTDA X CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF
Adv. : Dr(s). RICARDO BAZONE DA SILVA

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) intime-se o embargante para comprovar que a parte ideal do imóvel penhorado à fl. 50 do executivo em apenso é o único bem de sua propriedade, devendo demonstrar, inclusive, que reside no referido imóvel. Para tanto, deverá colacionar aos presentes autos certidões, referentes a pessoa do embargante e de seu cônjuge, expedidas por todos Cartórios de Registro de Imóveis desta Circunscrição, inclusive, daquele onde o imóvel penhorado encontra-se registrado, bem como documentos que comprovem que o embargante reside com sua família no imóvel penhorado, tais como, contas de água, luz, documentos de arrecadação do IPTU e etc. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.000751-8 - KENJI SATAKE X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). CARLOS SERGIO CAPELIM

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. O executado arcará com o pagamento de eventuais custas e despesas processuais remanescentes, inclusive custas de registro e baixa da penhora junto ao CRI. Determino o levantamento da penhora realizada sobre o bem imóvel matriculado sob nº 24.988, (...)"

EXECUCAO FISCAL

98.20.12869-2 - FAZENDA NACIONAL. X ARNOLDO BULLE NETO
Adv. : Dr(s). RENATO TAVARES YABE

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Tendo em vista a diferença existente entre o valor atribuído aos presentes embargos e o valor da execução fiscal atualizada em Junho/1997 (...), à Embargante para que emende a inicial, no prazo de dez dias, sob as penas da lei. (...) Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.016009-0 - JOSE CARLOS TIBURCIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE SCHIEFER

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a Embargante, para que colacione aos presentes autos, no prazo de (10) dez dias, o instrumento de mandato conferido ao patrono subscritor dos embargos, bem como cópia integral do contrato/estaturo social da pessoa jurídica. (...) Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.016848-8 - GRUPO EDUCACIONAL DELTA SC X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). THAIS ARANDA BARROZO

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Intimem-se os embargantes para que comprovem a propriedade dos bens indicados à fl. 40 da EF nº 98.2010701-6, mediante a juntada das respectivas notas fiscais, assim como para que declinem o endereço do local onde tais bens possam ser localizados. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.013191-9 - JOSE PAULO SABEC E CIA LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO ELISEU DA COSTA SABEC

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Verifica-se, no entanto, que houve um erro de impressão na decisão de fls. 129/131, haja vista que não restou impressa a última linha das folhas 129 e 130. Assim sendo, transcrevo a seguir o inteiro teor da decisão recorrida, sublinhando as frases não impressas: (...) Em que pese o erro constatado, verifica-se que não houve prejuízo às partes, haja vista ter sido possível abstrair o efetivo conteúdo da decisão. Destarte, dispensada a renovação de intimação da executada para que se manifeste a repeito. (...) Ad cautelam, determino seja oficiado ao Relator do Agravo de Instrumento oposto, enviando-lhe cópia deste despacho. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

98.20.10116-6 - SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RONALDO GOMES NEVES

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Suspendo o presente feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, consoante requerido pela exeqüente. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2003.70.01.009835-8 - FAZENDA NACIONAL. X UNIDADE ULTRASONOGRAFIA S/C LTDA
Adv. : Dr(s). LUIZ NEGRAO MARQUES

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) o meio hábil para impugnar a r. decisão de fls. 19/21 seria o agravo de instrumento, razão pela qual tenho como precluso o direito de recorrer e mantenho a referida decisão pelos seus próprios fundamentos. (...) Destarte, prossiga-se com o cumprimento do mandado. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.027919-1 - FAZENDA NACIONAL. X FLORESCE MERCANTIL LTDA
Adv. : Dr(s). JORGE LUIZ IDERIHA

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. O executado arcará com o pagamento das custas e despesas processuais. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.025662-2 - FAZENDA NACIONAL. X GUSTAVO LESSA FILHO
Adv. : Dr(s). ROBERTO MORITA

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a Embargante, para que colacione aos presentes autos, no prazo de (10) dez dias, o instrumento de mandato conferido ao patrono subscritor dos embargos bem como cópia integral do contrato/estatuto social da pessoa jurídica, (...). Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.017026-4 - CURSO INTERATIVO VESTIBULARES S C LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). THAIS ARANDA BARROZO

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) deixo de acolher a exceção de pré-executividade argüida pelo executado, tendo em vista militar em favor da CDA presunção legal de liquidez, exigibilidade e certeza, (...) determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.014627-0 - FAZENDA NACIONAL. X CONSTRUTORA HERRERO ARRABAL LTDA
Adv. : Dr(s). FERNANDO JOSE MESQUITA

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Em que pese a manifestação da empresa executada às fls. 90/93, a presente execução já foi extinta face ao pagamento do débito, consoante sentença às fls. 77/78. Intime-se a executada, inclusive para que efetue o pagamento das custas processuais (fl. 94), no prazo de cinco (05) dias."

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.012420-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LEGIAO DA BOA VONTADE E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATA F. PEREIRA CASSIANO, CECILIA INACIO ALVES

———————————————— Nos termos do art. 206, inciso VI, do Provimento nº 05, de 20.06.2003, da Corregedoria do TRF da 4ª Região, procedo, no(s) processo(s) abaixo, a intimação da parte contrária, para que se manifeste, em 05 (cinco) dias, sobre o(s) documento(s) arrolado(s) à(s) fl(s). 38/50.

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.007735-1 - FAZENDA NACIONAL. X LONDRIQUIMICA COMERCIO E REPRES PROD AGROPEC LTDA
Adv. : Dr(s). EMERSON GARCIA PEREIRA

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Em vista da discordância manifestada pela Exeqüente em relação aos bens indicados à penhora pela executada (...) torno ineficaz referida nomeação. (...) Desentranhe-se o mandado de fls. 74/77 para integral cumprimento. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.006052-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUNDGREN E ARAUJO S/C LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). JATHIR EDUARDO MANTOVANI

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) rejeito liminarmente os presentes embargos pois constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade, no caso, de garantia do Juízo e, por conseguinte, julgo extinto sem julgamento de mérito os presentes embargos, com fulcro no artigo 267, IV, do CPC. (...) deixo de condenar a parte embargante ao pagamento de honorários advocatícios. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.006412-5 - FARMACIA HOM Q CURATUM LTDA X CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF
Adv. : Dr(s). JOAO FRANCISCO ZARPELLON

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) deixo de acolher a exceção de pré-executividade argüida pela executada, tendo em vista militar em favor da CDA presunção legal de liquidez, exigibilidade e certeza, (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.005864-2 - FAZENDA NACIONAL. X BODE CHEIROSO PASTEIS LTDA ME
Adv. : Dr(s). OSWALDO AMÉRICO DE SOUZA JÚNIOR

2002.70.01.005927-0 - FAZENDA NACIONAL. X BODE CHEIROSO PASTEIS LTDA ME
Adv. : Dr(s). OSWALDO AMÉRICO DE SOUZA JÚNIOR

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a Embargante, para que colacione aos presentes autos, no prazo de (10) dez dias, o instrumento de mandato conferido ao patrono subscritor dos embargos, bem como cópia integral do contrato/estatuto social da pessoa jurídica, (...). Tendo em vista a diferença existente entre o valor atribuído aos presentes embargos e o valor da execução fiscal atualizada em Julho/2001 (...), à Embargante para que emende a inicial, no prazo de dez dias, sob as penas da lei. (...) Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.016148-2 - CASA VISCARDI S/A COMERCIO E IMPORTACAO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LUIZ LOPES BARRETO

2003.70.01.016149-4 - CASA VISCARDI S A COM E IMPORTACAO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LUIZ LOPES BARRETO

2003.70.01.016150-0 - CASA VISCARDI S/A COMERCIO E IMPORTACAO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LUIZ LOPES BARRETO

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) deixo de acolher a exceção de pré-executividade oposta. Intime-se a excipiente (...) para que, querendo, tome as medidas necessárias à realização da compensação mencionada. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.003700-6 - FAZENDA NACIONAL. X ROLATUDO DISTRIBUIDOR NACIONAL DE ROLAMENTOS LTDA
Adv. : Dr(s). MIGUEL HILU NETO

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. O executado arcará com o pagamento das custas e despesas processuais. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.001568-0 - FAZENDA NACIONAL. X DINARDI ENGENHARIA CIVIL E CONSTRUCOES LTDA
Adv. : Dr(s). PEDRO NASCIMENTO YOKOYAMA

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a Embargante, para que colacione aos presentes autos, no prazo de (10) dez dias, cópia integral do contrato/estatuto social da pessoa jurídica, (...). Recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.016008-8 - MAKROQUIMICA - PRODUTOS QUIMICOS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). SERGIO ANTONIO MEDA

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extintas as execuções fiscais para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. A executada arcará com o pagamento das custas e despesas processuais remanescentes. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.001694-5 - FAZENDA NACIONAL. X WADJI IBRAHIM CONSTRUCAO E EMPREENDIMENTOS LTDA
Adv. : Dr(s). WAJDI IBRAHIM EL HAOULI

2002.70.01.001696-9 - FAZENDA NACIONAL. X WADJI IBRAHIM CONSTRUCAO E EMPREENDIMENTOS LTDA
Adv. : Dr(s). WAJDI IBRAHIM EL HAOULI

2002.70.01.002709-8 - FAZENDA NACIONAL. X WADJI IBRAHIM CONSTRUCAO E EMPREENDIMENTOS LTDA
Adv. : Dr(s). WAJDI IBRAHIM EL HAOULI

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. O executado arcará com o pagamento de eventuais custas e despesas processuais remanescentes. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.01.001221-6 - FAZENDA NACIONAL. X ARNOLDO BULLE NETTO
Adv. : Dr(s). RENATO TAVARES YABE

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) recebo a presente para discussão. À impugnada para que se manifeste no prazo de 5 (cinco) dias. (...)"

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.01.017028-8 - FAZENDA NACIONAL. X INDUSTRIA CARAMBEI S/A
Adv. : Dr(s). CARLOS HENRIQUE SCHIEFER

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Diante da manifestação da exequente à fl. 59-verso, intime-se a empresa executada para que junte aos autos o termo de adesão ao programa de parcelamento, bem como demonstre o pagamento das parcelas, no prazo de dez (10) dias. Deverá, na mesma oportunidade, regularizar a representação processual, juntando o contrato social da empresa em que conste a quem cabe sua representação legal. (...)"

CARTA PRECATORIA

2001.70.01.010947-5 - FAZENDA NACIONAL. X NATHOS ESCOLA DE INGLES LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). FRANCISCO AGUILERA FILHO

———————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Recebo o recurso de apelação (fls. 45/48) nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o executado para apresentar contra-razões, querendo, no prazo legal. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2001.70.01.010617-6 - FAZENDA NACIONAL. X JOSE MARIO PERASOLO
Adv. : Dr(s). ANISIO SANTOS OLIVEIRA

_____ Nos termos do art. 206, inciso VI, do Provimento nº 05, de 20.06.2003, da Corregedoria do TRF da 4ª Região, procedo, no(s) processo(s) abaixo, a intimação da parte contrária, para que se manifeste, em 5 (cinco) dias, sobre o(s) documento(s) arrolado(s) às fl(s). 68/85.

EXECUCAO FISCAL

2001.70.01.008410-7 - FAZENDA NACIONAL. X SONIA MARIA DE OLIVEIRA SPIGOLON, INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES TERRA FORTE LTDA
Adv. : Dr(s). ROMEU SACCANI

_____ No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão: "(...) julgo extinta a ação de execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos, de acordo com os artigos 794, inc. I, e 795, do CPC. (...) indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. A executada arcará com o pagamento das custas e despesas processuais remanescentes. Determino o levantamento da penhora (...)"

EXECUCAO FISCAL

2000.70.01.002713-2 - UNIAO FEDERAL X GIACAR IND E COM DE CONFECCOES LTDA
Adv. : Dr(s). RAFAEL ROSSI RAMOS

2000.70.01.007010-4 - FAZENDA NACIONAL. X GIACAR IND E COM DE CONFECCOES LTDA
Adv. : Dr(s). RAFAEL ROSSI RAMOS

_____ No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) revogo o despacho de fl. 33. (...) fixo como valor da causa nestes autos o mesmo do processo executivo sob nº 2000.7001.001223-2, em apenso. No mais, recebo os Embargos para discussão, suspendendo a execução. (...) intime-se o Embargante para se manifestar, no prazo de dez (10) dias, oportunidade em que deverá também especificar as provas que pretenda produzir, justificando-as. (...)"
(APRESENTADA IMPUGNAÇÃO)

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.01.004424-9 - MOISES DE GODOY X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). MOISES DE GODOY

LONDRINA, 20 de janeiro de 2004

MARIA LUCIA GIMENES SILVA
DIRETORA DA SECRETARIA

SECRETARIA DA PRLON01

Boletim de Intimação nº 0018/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL E PELO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª VARA FEDERAL DE LONDRINA-PR.

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Com a contestacao, manifeste-se a parte autora, no prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.017038-0 - MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ELVIO FLAVIO DE FREITAS LEONARDI

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Preliminarmente, a impetrante para atribuir valor a causa compativel com o beneficio economico pretendido, uma vez que versando a materia sobre declaracao do direito a compensacao de valores recolhidos a titulo de IPI, devera efetuar os calculos dos valores que pretende ver compensados alcancando, assim, o conteudo economico da demanda que, por sua vez, traduz-se no beneficio almejado com o ajuizamento da acao. (...)
Dessa forma, concedo o prazo de 10(dez) dias para a impetrante atribuir valor a causa nos termos estabelecidos na presente decisao, recolhendo as custas complementares, sob pena de indeferimento da inicial".

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.018657-0 - ARTFORJA ARTESANATO EM FERRO E METAL LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Preliminarmente, de-se vista as partes dos expedientes da Contadoria Judicial encartados as fls. 61/88, pelo prazo comum de 10(dez) dias".

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.01.005174-6 - UNIAO FEDERAL X CONFECCOES CARTOLA LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROMEU SACCANI, ANE KMIECIZ

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Atendido o item anterior, de-se vista a parte autora".

ACAO ORDINARIA

99.20.15609-4 - JOAO FRANCISCO e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO ALEXANDRE DE AVILA

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, IX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo a(s) parte(s) para que se manifeste(m) sobre os calculos apresentados pela Contadoria Judicial".

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.000312-8 - UNIAO FEDERAL X LUIZ GONCALVES E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROBERTO CHINCEV ALBINO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Atendido o item anterior, vista a parte autora, pelo prazo de 20(vinte) dias".

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.023199-6 - JOSE LUIZ BEDANI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS JOSE COGO MILANEZ

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Recebos os presentes embargos, suspendendo a execucao.
2 - A parte embargada para, querendo, impugnar, no prazo de 10(dez) dias".

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.009983-1 - UNIAO FEDERAL X GILSON DE ANDRADE E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ HENRIQUE VIEIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Homologo, nos termos do art. 7o da LC n. 110/01, a transacao firmada pela CEF e pelo autor LOURENCO GUILHERME para que surta seus efeitos legais.
2 - Tendo em vista a ausencia de manifestacao especifica no que tange a liquidacao da CEF em relacao aos autores ADELINO APARECIDO LUCATI, ANTONIO FRANCISCO XAVIER, BENEDITO TEIXEIRA, CLAUDIO RIBEIRO NETO e DARIO CUSTODIO, reputo satisfeita a obrigacao decorrente do julgado.
3 - Intime-se a CEF (...).
4 - Apos, intime-se o autor ANTONIO DA SILVA para se manifestar sobre a peticao e documentos das fls. 230/235, em 20(vinte) dias".

ACAO ORDINARIA

98.20.12300-3 - ADELINO APARECIDO LUCATI e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WILLYAN ROWER SOARES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Considerando a ausencia de impugnacao expressa, bem como o contido na peticao da fl.245, homologo, nos termos do art. 7o da LC n. 110/01, a transacao firmada pela CEF e pelo autor Albertino Bernardino Filho, Lazaro Braga de Azevedo, Antonio Marcos de Oliveira e Conceicao Aparecida Zabini Frigo, para que surta seus efeitos legais.
2 - A CEF para proceder ao cumprimento do julgado em relacao ao autor Claudecir Elias Calheiros (...).
3 - Atendido o item anterior, de-se vista a parte autora, devendo, ainda, manifestar-se expressamente sobre a informacao prestada pela CEF de que nao foi localizado no Cadastro Cidadao o Autor Luiz Faria de Souza (fl.232), impossibilitando o cumprimento do julgado, bem como para requerer o que entender de direito, ante o deposito dos honorarios advocaticios efetuado a fl.235. Para tanto, concedo o prazo de 15(quinze) dias.
4 - Indefiro o pedido de expedicao de oficio a CEF (...)".

ACAO ORDINARIA

97.20.11391-0 - LUIZ FARIA DE SOUZA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Apos, vista as partes".

ACAO ORDINARIA

98.20.14841-3 - CARLOS ZUCOLOTO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR, CARLOS ZUCOLOTO JUNIOR, RENATO DOMINGUES BRITO, SEBASTIAO AFONSO DE MATTOS

_____ No(s) processo(s) abaixo fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do que segue: Autorizada pela PORTARIA n. 01/2003, desta 1a. Vara Federal, c/c art. 162, paragrafo 4o. do Codigo de Processo Civil, intimo o procurador da(s) parte(s) autora para manifestar sua concordancia com os calculos apresentados pela CEF e/ou Termo de Adesao ao acordo a que alude a Lei Complementar n. 110/01 e as hipoteses enquadradas na Lei n. 10.555/02 ou sua intencao em promover a execucao, no prazo de 30(trinta) dias".

ACAO ORDINARIA

97.20.10197-0 - SEVERINO ANTONIO DA SILVA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA CAROLINA CONTE BOUCAS

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Assim, defiro a expedicao de alvara, mediante a regularidade da representacao, ou seja, procuracao recente com firma reconhecida (art. 654, par.2o, do CC) e dotada de poderes especificos para receber e dar quitacao. (...)"

ACAO ORDINARIA

93.20.12043-9 - HASSIB MELHEM ABBOUD E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS PEREIRA DE GODOY

2001.70.01.000464-1 - ELZA TEREZINHA DEBENI DE ALMEIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCIANA BRANCO VIEIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Condiciono o deferimento do benefico da Justica Gratuita formulado por BENEDITO VITAL e BENVINDO JOSE FIGUEIREDO a apresentacao de declaracao firmada pela propria parte requerente ou procuracao outorgada com poderes especiais para tanto.
2 - A parte autora para comprovar, tambem, que o beneficio economico pretendido atinge o valor dado a causa, apresentando planilha de calculo que demonstre a real diferenca entre o valor do beneficio e o valor devido, observado o teto estabelecido pela legislacao de regencia para a percepcao dos beneficios previdenciarios, sob pena de indeferimento da inicial.
Para as providencias, fixo o prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.015585-8 - ALICE HIRAIWA e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Condiciono o deferimento do beneficio da Justica Gratuita formulado pela parte autora a apresentacao de declaracao firmada pela propria parte requerente ou procuracao outorgada ao Advogado com poderes especiais para tanto.
2 - Devera a parte autora regularizar, tambem, a sua representacao processual, pois dentre os objetivos da pessoa juridica ASSISPREV Consultoria nao se encontra a defesa de interesse como os discutidos na presente demanda.
Para as providencais, fixo o prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016760-5 - LOURENCO DE ALMEIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ERALDO LACERDA JUNIOR

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Manifeste-se a parte autora sobre a peticao das fls. 141/142 e os documentos que a acompanham, no prazo de 10(dez)dias".

ACAO ORDINARIA

91.20.12049-4 - MARIA GOMES DE ASSIS e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADERCIO FRANCISCO DE SOUZA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "De-se vista a parte autora sobre a peticao das fls. 139/141 e os documentos que a acompanham (fls. 142/144), no prazo de 10(dez) dias".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

91.20.12777-4 - ADELINA FURLANETTO e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADERCIO FRANCISCO DE SOUZA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Manifeste-se a autora sobre a informacao prestada por pessoa de sua familia ao Sr. Oficial de Justica, quando da realizacao de diligencias, de que estaria percebendo beneficio previdenciario (fl.212 dos autos), no prazo de 10(dez) dias".

ACAO ORDINARIA

96.20.15001-5 - ANTONIA ANDRE JOFRE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. e Outro
Adv. : Dr(s). ROSSANA HELENA KARATZIOS

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Intime-se a parte autora para dar cumprimento integral ao despacho da fl.109, informando, de forma clara, as atividades especificas exercidas na funcao de medico no periodo de 01/10/75 a 28/04/95, bem como os agentes nocivos a que se expunha quando em atividade, de modo a viabilizar a producao de prova pericial entendida por este Juizo como necessaria ao deslinde da causa, no prazo improrrogavel de 15(quinze) dias".

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.000580-3 - GABRIEL FERNANDES NETO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCOS DE QUEIROZ RAMALHO

Londrina, 16 de janeiro de 2004.

FERNANDO JOSÉ FORTI SILVA
Diretor da Secretaria
da 1a. Vara Federal de Londrina

SECRETARIA DA PRLON01

Boletim de Intimação nº 019/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL E PELO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª VARA FEDERAL DE LONDRINA-PR.

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Atendido o item anterior, de-se vista a parte autora, devendo, ainda, manifestar-se sobre os honorarios advocaticios depositados a fl.164, requerendo o que entender de direito".

ACAO ORDINARIA

98.20.12594-4 - MARIA TEREZINHA FERMIANO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BUSTO DE SOUZA, JOSUILSON SILVA ALVES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Tendo em vista a falta de manifestacao especifica, homologo, nos termos do art. 7o da LC n. 110/01, a transacao firmada pela CEF e pelos autores ADRIANA SANTOS PAULA DA SILVA e MAURICIO DO AMARAL SALGADO para que surta seus efeitos legais.
2 - Tendo em vista a ausencia de impugnacao de WALDEVINO CHRISTIANO, OSVALDO MOREIRA BUENO e EVANIL MARTINS MOLLI no que tange a manifestacao da CEF, reputo satisfeita a obrigacao decorrente do julgado em relacao a eles.3 - Vista a CEF (...).
4 - Em seguida, vista a parte autora, para se manifestar sobre o documento da fl.275, que aponta a adesao de JANETE RODRIGUES DE OLIVEIRA ao acordo previsto na LC n. 110/01, bem como sobre a afirmacao da CEF das fls. 268/269 (GILMAR JUVENCIO, JOSE NEIS FERRI, JOSE ROBERTO DE SOUZA e ZULEIMA RODRIGUES)".

ACAO ORDINARIA

97.20.12197-1 - WALDEVINO CHRISTIANO E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO GONCALVES DE OLIVEIRA, EDUARDO FRANCISCO JUNIOR

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Apos, atendido o item 1, vista a parte autora para, em 30(trinta) dias, requerer o que entender de direito em relacao aos demais autores, ressalvando que em caso de insatisfacao com os valores depositados pela CEF, devera requerer a execucao do julgado nos termos do art. 604, c/c o art. 652, todos do CPC e nao pelo art. 632 do CPC, como requerido as fls. 308/313".

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.000278-0 - ORLANDO MOSCHETA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Atendido o item anterior, de-se vista a parte autora".

ACAO ORDINARIA

97.20.14779-2 - ORLANDO OGIVAL MACHADO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, XXXII, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o, do CPC, intimo a parte requerente acerca do desarquivamento dos presentes autos, conforme solicitado".

MANDADO DE SEGURANCA

98.20.15567-3 - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES CRIS JEANS LTDA e Outros X GERENTE REGIONAL DO INSS EM LONDRINA - PR
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA C DINIZ

EMBARGOS A EXECUCAO

1999.70.01.008041-5 - FAZENDA NACIONAL. X ALTAMIRO HONORIO DE ANDRADE E OUTROS
Adv. : Dr(s). SUELY RIBEIRO TERRA

ACAO SUMARIA

2000.70.01.008105-9 - CLOVIS ADEMAR BERTE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALBINA M DOS ANJOS

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, IX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo a(s) parte(s) para que se manifeste(m) sobre os calculos apresentados pela Contadoria Judicial".

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.024959-9 - UNIAO FEDERAL X IRACI ORTEGA DA SILVA
Adv. : Dr(s). MARIA T. NAVARRO

2002.70.01.024961-7 - UNIAO FEDERAL X ERON SERGIO CEZAR DA CUNHA
Adv. : Dr(s). MARIA T. NAVARRO

2003.70.01.004494-5 - UNIAO FEDERAL X JOSE GOMES DE SOUZA
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE

2003.70.01.005753-8 - UNIAO FEDERAL X LUIS HIROSHI SHIMIZU E OUTRO
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FRANCOVIG

2003.70.01.005754-0 - UNIAO FEDERAL X EDSON HERIN-

GER E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO FRANCOVIG

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Homologo o pedido de desistencia formulado a fl.79, para que produza os regulares efeitos legais.
2 - A SRIP (...).
3 - A Secretaria para que desentranhe os documentos das fls. 25/27 e 51/53, entregando-os ao patrono da causa, mediante recibo nos autos.
4 - Tendo em vista a exclusao de um dos litisconsortes, verifico que o valor dado a causa tambem devera sere retificado, excluindo-se o valor pleiteado pelo exequente ora excluido.
5 - Renove-se a intimacao da parte exequente para atender a determinacao contida no item I do despacho da fl.63.
6 - Para o cumprimento das determinacoes supracitadas concedo o prazo de 15(quinze) dias".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.009049-5 - ADEMAR PALOTA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALBERTINA DA SILVA CABRAL

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Aguarde-se o traslado da decisao com transito em julgado proferida no agravo de instrumento noticiado as fls. 30/34.
2 - O pedido ade reserva dos honorarios advocaticios devidos por MAURO FERNANDES DE FREITAS, formulado a fl.28, nao pode ser deferido uma vez que os seus creditos nos presentes autos foram objeto de constricao judicial pelo Juizo da 1a. Vara Civel de Apucarana-PR (fl.21)".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020591-2 - MAURO FERNANDES DE FREITAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO BARROS

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Homologo, nos termos do art. 7o da LC n.110/01, a transacao firmada pela CEF e pelos autores EDUARDO REY, DANIEL DA SILVA, LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, EDUARDO DOS SANTOS FERNANDES, ARCIDIO BORTOLOTTI, JORGE APARECIDO RODRIGUES e ANIBAL MOURO, para que surta seus efeitos legais.
2 - Quanto aos honorarios sucumbenciais, deve prevalecer o direito a percepcao dessa verba pelo advogado constituido em detrimento da clausala contratual que a renuncia, haja vista que nao pode a parte autora transigir sobre direito que nao lhe pertence. (...).
3 - Intime-se a CEF para que proceda ao deposito judicial dos honorarios (...).
4 - Tendo em vista a ausencia de impugnacao no que tange a manifestacao da CEF em relacao aos autores AMARILDO ALVES e LINO ALVES DE OLIVEIRA, reputo satisfeita a obrigacao decorrente do julgado em relacao a eles.
5 - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a informacao prestada pela CEF a fl.203, no que se refere a autora LAURICEIA FERREIRA DA COSTA".

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.003301-6 - EDUARDO REY e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Acolho a emenda a inicial das fls. 165/191.
2 - A Secretaria para alterar a classe do presente feito (...).
3 - Devera, ainda, a Secretaria desentranhar as planilhas de calculos das fls. 138/163, entregando-as ao procurador da parte exequente, mediante recibo nos autos, conforme requerido.
4 - Fixo os honorarios advocaticios em 10%(dez por cento) sobre o valor posto em execucao (...).
(...)"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.20.14672-7 - JOAQUIM KOITI AGARIOYADA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIO CESAR DE OLIVEIRA NEVES

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) A parte exequente para regularizar sua representacao processual, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de indeferimento, uma vez que o subscritor da peticao das fls. 191/192 nao tem procuracao nos autos".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

94.20.13146-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO X DAVID JABES
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Tendo em vista o peticionado a fl.124, suspendo o presente feito, nos termos do art. 791, inciso III, do CPC, pelo prazo de 180(cento e oitenta) dias".

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.01.001268-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO CEZAR DE AGUIAR
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- De-se vista a CEF (...).
2 - Em relacao aos autores Joao Menino Franco e Maria Evandir Gomes a CEF nao procedeu a liquidacao do julgado sob a alegacao de que as referidas partes nao foram localizadas no Cadastro Cididao. Uma vez que os extratos fundiarios de tais autores encontram-se encartados as fls. 168/169 dos autos, devera a Re cumprir integralmente o julgado.
3 - Em relacao aos autores Gilberto Bander, Joao Ribeiro da Silva e Valdecy Scandolieri Silva, devera a CEF diligenciar junto aos bancos depositarios da conta fundiaria da parte autora a obtencao dos extratos a fim de tornar possivel a liquidacao do julgado.
4 - Devera, ainda, a CEF apresentar os extratos fundiarios dos autores Lourival Ferreira Invencao e Maria Nelita Alves Franco (...).
5 - (...)
6 - Atendidos os itens anteriores, de-se vista a parte autora, devendo, ainda, manifestar-se sobre a informacao da CEF de que a autora Maria Nelita Alves Franco aderiu ao acordo previsto na LC n. 110/01, conforme peticao e documentos das fls. 205/207".

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.013211-0 - GILBERTO BANDER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LIANA YURI FUKUDA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "(...) Atendido o item anterior, vista a parte autora, devendo a mesma se manifestar sobre a juntada de eventual Termo de Adesao ao acordo a que alude a LC n. 110/01. Para tanto, concedo o prazo de 30(trinta) dias".

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.011674-8 - JOSE VIEIRA MOTA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, XXI, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o(s) procurador(es) da(s) CEF para que se manifeste acerca do contido as fls. 46/47, dos presentes autos".

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.01.022607-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALVARO JOSE DA ROCHA MACEDO
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, IX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o(s) procurador(es) da(s) parte(s) acerca do oficio juntado a fl.82, dos presentes autos, o qual informa que foi designado, no Juizo Deprecado, a data de 16 de fevereiro de 2004, as 15horas, para oitiva das testemunhas arroladas".

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.009824-0 - PONCIANO SANCHES BORGES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

_____ No(s) processo(s) abaixo fica a parte intimada do que segue: Autorizada pelo Provimento n. 05/03, art.206, XX, do TRF da 4a. Regiao. c/c art. 162, paragrafo 4o. do CPC, intimo o procurador da parte executada para que proceda ao recolhimento das custas remanescentes apuradas nestes autos, no importe de R$ 14,75".

EXECUCAO DIVERSA

96.20.13082-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARCOS ANTONIO BRANDAO
Adv. : Dr(s). JOSE LUIZ BRANDAO FILHO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Reputo cumprido o item VI do despacho a fl.57, razao pela qual afasto a possibilidade de litispendencia apontada pela certidao a fl.46.
2 - Acolho a emenda ao valor da causa, pelo que fixo em R$ 9.057,19.
3 - Desentranhem-se as planilhas as fls. 33 e 36, bem como a certidao a fl.24, entregandp-as ao procurador da parte autora mediante recibo nos autos.
4 - Concedo os beneficios da Lei n. 10.173/01, tendo em vista a existencia de exequente com idade superior a 65 anos (...)".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020039-2 - ANTONIETA GAMMARANO PANSARDI e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RENATO CRUZ DE OLIVEIRA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1- Defiro o pedido da fl.92. A Secretaria para que desentranhe os documentos das fls. 19 a 50, 53 a 64 e 70 a 84, entregando-as ao advogado da parte autora, mediante recibo nos autos.
2 - Considerando-se que o calculo a fl.126, referente ao veiculo placa DO-294/PR, certidao a fl.113, incluiu valores referentes ao mes de setembro de 1988 sendo que a data de transferencia consta ser 02 de setembro de 1988, intime-se a parte autora para emendar seus calculos, excluindo os valores a que nao tem direito, retificando tambem o valor dado a causa.
3 - Ademais, devera a parte autora para cumprir o item I, do despacho a fl.91, apresentando certidoes explicativas, a serem emitidas pelos Juizos em que tramitam as acoes apontadas pelo setor de distribuicao a fl.87, de forma a elucidar a possivel duplicidade de pedidos, sob pena de extincao.
Para as providencias determinadas, fixo o prazo de 20(vinte) dias".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020718-0 - CONSELHO COMUNITARIO DE SEGURANCA DE APUCARANA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ HUMBERTO MENEGOTTO

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "A parte autora para que apresente declaracao de proprio punho de que nao possui condicoes de arcar com as custas processuais e os honorarios advocaticios, ou procuracao com poderes especiais para que o beneficio da Assistencia Judiciaria Gratuita possa ser requerido diretamente por sua advogada, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento do pedido de sua concessao".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.015113-0 - PEDRO FICHER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VILMA DE CASSIA FONSECA

_____ No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Homologo o pedido de desistencia em relacao aos Exequentes Eunice Borges Lacerda, conforme requerido a fl.57, para que surtam os devidos efeitos legais.
(...)
Apos, a Secretaria para desentranhar os documentos das fls. 32/34 e fls. 36/37, entregando-os ao procurador da parte autora, mediante recibo nos autos".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.007393-0 - RENATO GONCALVES e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAPHAEL DIAS SAMPAIO

Londrina, 19 de janeiro de 2004.

FERNANDO JOSÉ FORTI SILVA
Diretor da Secretaria
da 1a. Vara Federal de Londrina

SECRETARIA DA PRLON02
Boletim nº 145/03

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho: 1- Recebo o recurso de apelação interposto pelo INSS, no efeito devolutivo... 3- Ao autor para contra-razões.

ACAO ORDINARIA

98.20.11894-8 - MANOEL FRANCISCO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). BENEDITO MURSA P NETO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... conheço dos embargos, para, no mérito, acolhê-los ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.011778-6 - JOAO RIBEIRO CAVALCANTE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... defiro o requerimento da parte autora, julgando extinto o processo sem apreciação de mérito, ... art. 267, VIII, do CPC ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.003084-3 - BOURBON PALACE HOTEL LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WILSON NALDO GRUBE FILHO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo improcedente o pedido da parte autora ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.011111-5 - ANTONIO MESSIAS DA CUNHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADEIRCO RODRIGUES DE ASSIS

2002.70.01.012575-8 - MENDONCA E TIBURCIO LIMITADA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA

2002.70.01.023658-1 - MASTRO - CENTRO CENTRO DE DIAGNOSTICO DE DOENCA DA MAMA S/C LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTROS
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS, NEY MADEIRA JUNIOR, JORGE CÉZAR MOREIRA LANNA

2002.70.01.023785-8 - EDNA BROTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVANA MOREIRA FARIA

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte decisão:... indefiro o pedido de antecipação de tutela ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.009015-3 - HAYMAX COMPONENTES ELETRONICOS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). SILVANO MARQUES BIAGGI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Converto o feito em diligência. Intime-se a parte requerida para que esclareça se pretende produzir prova pericial ...

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.01.006069-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GARCIA BAGANHA
Adv. : Dr(s). JOSE TEODORO ALVES

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo extinto o processo, somente em relação ao(s) exequente(s) acima mencionado(s), determinando, ainda, o prosseguimento do feito em relação aos demais exequentes ... Ressalto ao d. procurador judicial da parte exequente que, doravante, caso o tempo de retirada dos autos da Secretaria por ele ultrapasse o prazo legal, nova carga será restringida pelo Juízo ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.014633-9 - SEVERINO INACIO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WAGNER DE OLIVEIRA BARROS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: 1- Recebo o(s) recurso(s) de apelação em ambos os efeitos. Ao(s) apelado(s) para contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.002507-7 - FABIO TRAVAGIN VACCARI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... manifestem-se as partes.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.007499-7 - MARIO IVO LIRANTOCI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora/exequente.

ACAO ORDINARIA

97.20.10805-3 - OSVALDO FERRACINI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAQUIM J MELO

99.20.12090-1 - DALVA MARTINS DE OLIVEIRA ASANOME E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TIRONE CARDOSO DE AGUIAR

2003.70.01.001837-5 - OSVALDO TONELLATTI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA T. NAVARRO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, art. 267, VI, CPC ...

ACAO CAUTELAR

2000.70.01.000549-5 - CARLOS ALBERTO EVANGELISTA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ORLANDO GOMES, FERNANDO SCHNEIDER LAMB, DEOCLÉCIO LINO HERRMANN

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.000709-1 - CARLOS ALBERTO EVANGELISTA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ORLANDO GOMES, ANA PAULA LIMA BRAGA, MARCOS AUGUSTO MALUCELLI, ISABEL PIVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Caso o imóvel não seja desocupado no prazo supra (cinco dias), incidirá multa diária no valor de R$50.00, que reverterá em favor da Caixa Econômica Federal, até que seja comprovada a entrega das chaves. ...

EXECUCAO DIVERSA

88.20.16465-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JACY DA SILVA PINHEIRO JUNIOR E OUTRO
Adv. : Dr(s). SEBASTIAO AFONSO DE MATTOS, RENATA DEQUECH

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte decisão:... Fixo os honorários ... no importe de 5% ...Tendo em vista que o procurador da parte autora ainda não comprovou nos autos o repasse dos valores levantados a todos os exequentes, ... determino a devolução dos valores lenvantados e ainda não repassados aos legítimos credores, procedendo-se à respectiva prestação de contas ... os valores devolvidos deverão ser atualizados pelo índice integral de reajuste verificado pelas contas da caderneta de poupança, ... Para essa providência concedo o prazo de 60 dias... o montante devolvido ficará depositado em conta vinculada a este juízo e poderá ser levantado por quem de direito, num prazo de 6 meses. Após, se nada for requerido, o dinheiro será devolvido ao INSS ...

ACAO ORDINARIA

94.20.10035-9 - PEDRO SIOLFI E OUTROS X INSTITUTO

NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

96.20.10511-7 - DARCI RODRIGUES VIEIRA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

96.20.10560-5 - SEBASTIANA EUFRAZIA DOS SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... vista à parte autora para que se manifeste, expressamente, se concorda ou não com o crédito efetuado em seu favor, no prazo de 30 dias ...

ACAO ORDINARIA

98.20.10514-5 - VENERANA VIEIRA RIBEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELITON ARAUJO CARNEIRO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo parcialmente procedente o pedido formulado pela parte autora, ...

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.009272-4 - CENTRO EDUCACIONAL SENIOR S/C LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... indefiro a liminar pleiteada ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.015312-6 - AREIA BERGAMO COMERCIO E NAVEGACAO LTDA X CHEFE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA DE LONDRINA
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... a) julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, ... no que concerne ao Plano Real, ao Plano Collor a à aplicação da TR, ... b) julgo parcialmente procedente o restante do pedido da parte autora, ...

CONSIGNATORIA

99.20.11678-5 - OSVALDO SESTARIO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ HENRIQUE GOMES SILVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... existindo dúvida de quem é credor e de qual montante, ... determino a suspensão dos processo de execução e de embargos, ... art. 265, IV, anínea b, do CPC, até o deslinde dessa questão prejudicial ...

EXECUCAO DIVERSA

1999.70.01.007806-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO CESAR SANCHES ROSSINI E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATO DOMINGUES BRITO, MARCOS ROGERIO LOBO COLLI

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.001915-9 - JOAO CESAR SANCHES ROSSINI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATO DOMINGUES BRITO, MARCOS ROGERIO LOBO COLLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... defiro os pedidos de antecipação de tutela formulados ... manifeste a parte autora so a resposta da ré, no9 prazo de 10 dias, especificando detalhadamente, na mesma oportunidade, as provas que pretende produzir.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.013012-6 - ANTONIO FUDOLI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCOS JOSE DE PAULA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o pedido de fl. 174, pelo prazo de 30 dias.

ACAO ORDINARIA

93.20.14159-2 - ANTONIO ARMANDO SASSO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À CEF para cumprimento do despacho da fl. 28, bem como para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, em 5 dias.

ACAO DIVERSA

2003.70.01.001490-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE TIAGO DE SOUZA E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUCIANA VEIGA CAIRES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte exequente para: ... Cumprido o item 1 ... expeça-se alvará ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.014685-3 - JOSE CLAUDOMIRO CALABRIO PONCE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIA LORENE GUND

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016765-4 - RENATE REICHENBACH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RAQUEL CAROLINA PALEGARI

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença, ficando as partes dela intimadas: ... declaro extinta a presente execução, com fulcro no art. 267, VI, c/c artigos 598 e 581, ... do CPC. ... condeno a exequente a pagar honorários advocatícios ... no importe de R$100,00 ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.01.002980-4 - JURACI DO CARMO DA SILVA MORAES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MAURO MARCELINO ALBANO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Nestes modos, nos termos da fundamentação, intime-se a parte requerente a apresentar cálculo discriminado do débito, adequado aos padrões legais. Prazo de 30 dias.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.01.006736-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROSELY MARIA ABRANTES PEREZ
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Defiro o requerimento formulado no petitório das fls. 71/74. Após a precusão da presente decisão, expeça-se precatório para o pagamento da quantia incontroversa pretendida na excução promovida nos autos em apenso, não embargada na presente lide.

EMBARGOS A EXECUCAO

99.20.10961-4 - BANCO CENTRAL DO BRASIL X IZAIAS GONCALVES LOPES E OUTROS
Adv. : Dr(s). NADJA LIMA MENEZES, LILIANE MARIA BUSATO BATISTA

Londrina, 21/01/2004.

ANA CRISTINA VARELA
DIRETORA DE SECRETARIA E.E.

SECRETARIA DA PRLON02
Boletim nº 146/03

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte exequente, para ciência e providenciar de acordo com a informação acima.

ACAO ORDINARIA

93.20.12997-5 - JOSE GRANADIER E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JEAN CARLOS STORER

96.20.10570-2 - JOSE JUSTINO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.014080-2 - MARCOS DE TOLEDO TITO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLORINDO MARCOS PEDRAO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... intime-se a parte autora para se manifestar, expressamente, sobre a referida alegação (fls. 78/90), bem como sobre a novação havida, ... Nessa mesma oportunidade, a parte autora deverá se manifestar acerca da preliminar de ilegitimidade passiva aguida pela CEF ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.014151-3 - MARLENE LOURDES DE FAVERI X COMPANHIA DE HABITACAO DE LONDRINA - COHAB LD E OUTRO
Adv. : Dr(s). ENIVALDO TADEU CUNHA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Manifeste-se a parte autora sobre contestação, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.002670-3 - CARLOS ROBERTO MIRANDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCIA LORENE GUND

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... Ante o exposto, concedo a segurança ... Sentença sujeita a reexame necessário ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.002794-7 - EXPRESSO KAIOWA LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). GELSON ROBERTO KLEIN

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À impetrante sobre a petição e documentos de fls. 111/113, no prazo de 10 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se.

MANDADO DE SEGURANCA

2001.70.01.000414-8 - GERALDO GARBOSSI X CHEFE DO SERVICO DE BENEFICIOS DO INSS EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). WOLNEY CESAR RUBIN

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte exequente, para habilitar todos os herdeiros noticiados na certidão de óbito (fl. 55) ... apresentar declaração nos moldes determinados no item 2 do despacho de fl. 48, ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.011696-0 - JOSE VALDERLEI CASTRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELZA RIBEIRO VALIM

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença, ficando as partes dela intimadas: ... declaro extinta a presente execução, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC ... Transitada em julgado, arquivem-se.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020916-4 - IRINEU JOSE FERREIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de justificar o valor dado à causa, no prazo de 10 dias, ... demonstrando de forma inequívoca a correlação entre este e o montante dos valores cuja restituição se pretende ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016975-4 - CLINICA DE RECUPERACAO EMOCIONAL DAS PALMEIRAS S/C LIMITADA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Deixo de apreciar o pedido da fl. 159 ... o pedido formulado transitou em julgado. Nada mais sendo requerido em 5 dias, arquivem-se.

ACAO SUMARIA

97.20.12496-2 - LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte exequente para pagamento de custas de fls. 115. (no Juízo Deprecado: Xanxerê/SC)

EXECUCAO DIVERSA

98.20.14747-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JAIR JOSE MENTA
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DIAS NETO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Vista ao embargante.

EMBARGOS A EXECUCAO

94.20.10999-2 - ODAIR GARCIA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCOS ROGERIO LOBO COLLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o prazo de 30 dias ...

ACAO ORDINARIA

96.20.15205-0 - MASSAYOSHI TATESUZI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELZA RIBEIRO VALIM

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Concedo à parte exequente, como última oportunidade, o prazo de 10 dias, para cumprimento do despacho da fl. 19.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.018999-2 - PEDRO MANRIQUE ARNAIZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADAILTON ALVES MACIEL JR

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Concedo à parte exequente, como última oportunidade, o prazo de 10 dias, para cumprimento do despacho da fl. 38.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.016779-0 - EZIQUIEL PAULINO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SANDRA A SILVA ANTONIO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Indefiro o pedido da fl. 71 ...

ACAO ORDINARIA

96.20.15277-8 - REINALDO ZANOLO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADRIANO MARRONI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Indefiro o pedido das fls. 19/20 ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020706-4 - EUZA MARRECO PISSINATTI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ NICOLA DOS REIS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte exequente para que, no prazo de 10 dias: ...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022439-6 - JOSE ELIAS DA SILVA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VILSON MACHADO DOS SANTOS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o requerimento formulado ... fl. 231. Fixo os honorários advocatícios no processo executivo ... no importe de 10% sobre o valor da execução ...

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

99.20.15631-0 - ANISIA DE OLIVEIRA PRESTES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora sobre a solicitação do perito.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.003390-2 - ELIAS JUSTINO DE OLIVEIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SORAIA BARBOSA DE ARAUJO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte decisão:... Fixo os honorários ... no importe de 5% ...Tendo em vista que o procurador da parte autora ainda não comprovou nos autos o repasse dos valores levantados a todos os exequentes, ... determino a devolução dos valores lenvantados e ainda não repassados aos legítimos credores, procedendo-se à respectiva prestação de contas ... os valores devolvidos deverão ser atualizados pelo índice integral de reajuste verificado pelas contas da caderneta de poupança, ... Para essa providência concedo o prazo de 60 dias... o montante devolvido ficará depositado em conta vinculada a este juízo e poderá ser levantado por quem de direito, num prazo de 6 meses. Após, se nada for requerido, o dinheiro será devolvido ao INSS ...

ACAO ORDINARIA

95.20.13345-3 - FRANCISCO MESSIAS DE CRISTO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

95.20.13366-6 - APARECIDA PEDROSO DOS SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... homologo o acordo entre as partes para fim de preclusão, evitando-se novas discussões. ... Nada mais sendo requerido em 10 dias, arquivem-se.

ACAO ORDINARIA

93.20.12210-5 - ANTONIO MARCOS GALINARI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). IVONE FATIMA FREITAS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora/exequente.

ACAO ORDINARIA

97.20.14941-8 - ALICE CORREA DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

99.20.15093-2 - AMADEU DALTON DE BARROS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO JOAO DELFINO AMALFI

2000.70.01.006209-0 - JAIRO DONATO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAQUIM JOSE DE MELO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Manifeste-se a parte autora sobre contestação, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.014162-4 - ALDA DA SILVA PEREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROGER STRIKER TRIGUEIROS

2003.70.01.002813-7 - MARIA APARECIDA PINTO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS LOVATO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte

despacho: Às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 15 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.001331-6 - LUIZ ALVES LEAL X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... às partes sobre a proposta de honorários. Havendo concordância, os réus/embargantes deverão efetuar o depósito em 10 dias.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.01.005213-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FRANCISCO CARLOS CARDOSO E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA, DANILO SERRA GONCALVES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... vista à parte autora para que se manifeste, expressamente, se concorda ou não com o crédito efetuado em seu favor, no prazo de 30 dias, ...

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.007249-0 - EDNA CARDOSO FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELITON ARAUJO CARNEIRO, MARIO SERGIO DIAS XAVIER

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... vista à parte autora para que se manifeste, expressamente, se concorda ou não com o crédito efetuado em seu favor, ...

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.001894-5 - OTAVIO LOPES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Nos termos da fundamentação, intime-se a parte requerente a apresentar cálculo discriminado do débito, adequado aos padrões legais. Prazo de 30 dias.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.01.011811-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EVANDIR BARBOZA DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora para recolher as custas iniciais.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016447-1 - FATIMA DA CONCEICAO CRUZ E OUTRO X BANCO BANESTADO SA CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). JERONIMO FRANCISCO NETO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... conheço dos presentes embargos, ... dando-lhes provimento quanto ao mérito, para declarar expressamente a revogação da medida liminar de imissão na posse outrora deferida neste feito.

DESAPROPRIACAO

99.20.12003-0 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X VERA MARIA ZUGAIB QUEIROZ E OUTROS
Adv. : Dr(s). JUBRAIL ROMEU ARCENIO

Londrina, 21/01/2004.

ANA CRISTINA VARELA
DIRETORA DE SECRETARIA E.E.

SECRETARIA DA PRLON02
Boletim nº 147/03

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... indefiro a petição inicial, e julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, ... art. 267, I e VI, e 295, II, ambos do CPC ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.014323-6 - FLORA KIMURA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JORGE WASHINGTON N. DE SALLES FILHO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... indefiro a petição inicial, nos termos do art. 295, II, do CPC ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.012597-0 - VANDERLEIA FARIA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCUS VINICIUS SARZI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Manifeste-se a parte autora sobre contestação, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.003899-4 - OBARA MIYAMOTO E CIA LIMITADA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTROS
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... homologo ... a transação firmada pela CEF e pela parte autora para que surta seus efeitos legais ... arquivem-se.

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.011823-0 - CELIO GONCALVES RODRIGUES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: 1- Defiro o pedido de pericia ... Nomeio perito o Contador Hideo Nakayama, ... fone 337-5660 ... fixo os honorários periciais em R$600,00 ... Às partes para apresentação de quesitos e indicarem assistentes técnicos, em 10 dias, ... Neste mesmo prazo a parte autora deverá depositar em conta judicial o valor dos honorários periciais, ... sob pena de implicar o entendimento de desistência da prova ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.005597-5 - ABILIO MUSSI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ARTUR HUMBERTO PIANCASTELLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora/exequente.

ACAO ORDINARIA

94.20.13968-9 - ANTONIO FERREIRA DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). NARCISO FERREIRA

97.20.11783-4 - MARIO DIAS PRADO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

97.20.15019-0 - CELIO IKEBUTI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

97.20.15179-0 - IZAEL MARQUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO BARROS MENDES

97.20.15653-8 - ALEXANDRE SACHETTO FILHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ LOPES BARRETO

2000.70.01.003177-9 - JOSE NILSON DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2000.70.01.010323-7 - ALFEU DA SILVA MOURA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SERGIO RENATO DALLA COSTA

2002.70.01.010314-3 - CANDIDA MARIA VIEIRA - ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TIRONE CARDOSO DE AGUIAR

2002.70.01.012596-5 - MAURICIO BERNINI SOBRINHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO ROCHA FILHO

2002.70.01.023779-2 - LUCIA INES DE REZENDE CUNHA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE LOURIVAL RODRIGUES VASCONCELOS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora para, no prazo de 5 dias ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.014319-4 - ILES BATISTA DE CARVALHO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JORGE WASHINGTON N. DE SALLES FILHO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... defiro a liminar pleiteada, ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.017483-0 - VERALICE PAZZOTTI X CHEFE DO POSTO DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSS EM ROLANDIA
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Converto o feito em diligência. ... determino que a parte impetrante inclua, no prazo de 10 dias, no pólo passivo da relação processual, a instituição pública a quem pretende fazer valer eventual certidão de tempo de serviço especial, sob pena de extinção do feito ... Deverá ainda, requerer a citação e apresentar contrafé.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.008028-7 - CLARINDO DOS SANTOS X CHEFE DE SERVICO DE BENEFEICIOS DO INSS
Adv. : Dr(s). MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO

2003.70.01.008319-7 - HUMBERTO ANTONIO VILA NOVA PURGER X CHEFE DA SECAO DE RECURSOS HUMANOS DA GERENCIA EXECUTICA EM LONDRINA DO INSS
Adv. : Dr(s). PEDRO VINHA

2003.70.01.009001-3 - WALTER GERMANOVIX X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANDRE BENEDETTI DE OLIVEIRA

2003.70.01.009881-4 - SEBASTIAO MIGUEL DE ANGELO X CHEFE DO SERVICO DE BENEFICIOS DO INSS
Adv. : Dr(s). MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Manefeste-se a parte autora, expressamente, se concorda ou não com o crédito efetuado em seu favor, ...

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.006520-0 - JOSE CARLOS MATIAS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2000.70.01.009964-7 - MARIA CLEUSA DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2001.70.01.003472-4 - MARIA APARECIDA FONTES DE DEUS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo procedentes os pedidos ...
Embargos Declaratórios: ... conheço do presente recurso de embargos de declaração para no mérito, rejeitá-los.

ACAO CAUTELAR

2001.70.01.000454-9 - EDSON MEDARDO SCARCHETTI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JEFFERSON BRUNO PEREIRA

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.001492-0 - MARIA SIRLANDA ZANINI SCARCHETTI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DOMINGOS JOSE PERFETTO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte decisão:... Fixo os honorários ... no importe de 5% ...Tendo em vista que o procurador da parte autora ainda não comprovou nos autos o repasse dos valores levantados a todos os exequentes, ... determino a devolução dos valores lenvantados e ainda não repassados aos legítimos credores, procedendo-se à respectiva prestação de contas ... os valores devolvidos deverão ser atualizados pelo índice integral de reajuste verificado pelas contas da caderneta de poupança, ... Para essa providência concedo o prazo de 60 dias... o montante devolvido ficará depositado em conta vinculada a este juízo e poderá ser levantado por quem de direito, num prazo de 6 meses. Após, se nada for requerido, o dinheiro será devolvido ao INSS ...

ACAO ORDINARIA

95.20.13320-8 - JULIA PEDRELINA DOS REIS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

96.20.10510-9 - MARIA DAS DORES DOS SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Intimem-se os assistentes técnicos e as partes sobre o laudo.

ACAO ORDINARIA

99.20.16120-9 - IROCHI FUKAE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BRANDALIZE

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... as partes para que se manifeste, em 5 dias, sobre a proposta de honorários do perito ... Havendo concordância, intime-se a parte autora para, em 10 dias, depositar o valor dos honorários periciais.

ACAO ORDINARIA

98.20.14937-1 - FELIZUMIR DIAS RIBEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUCIO RONALDO PEREIRA RIBEIRO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo parcialmente procedente o pedido ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.000480-3 - JOSEFA GUIMARAES DA SILVA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ERALDO LACERDA JUNIOR

2002.70.01.023657-0 - TRES BARRAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA DE JESUS

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo improcedente o pedido ...

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

98.20.10580-3 - HENRIQUE DOS SANTOS BUCHE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WILSON LOPES DA CONCEICAO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... manifestem-se os autores, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

92.20.12706-7 - JOAQUIM BOGO E OUTRO X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCOS ROGERIO LOBO COLLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... Ante o exposto, conheço dos embargos para, no mérito, acolhê-los parcialmente ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.027662-1 - COMERCIAL DE MOVEIS BRASILIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... homologo a transação celebrada, julgando extintos a ação executiva e os embargos à execução, ... art. 269, III, do CPC ...

EXECUCAO DIVERSA

99.20.15232-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANAI REGINA COELHO CHAGAS E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUCIANA VEIGA CAIRES

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.01.007734-2 - ANAI REGINA COELHO CHAGAS E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUCIANA VEIGA CAIRES

Londrina, 21/01/2004.

ANA CRISTINA VARELA
DIRETORA DE SECRETARIA E.E.

SECRETARIA DA PRLON02
Boletim nº 148/03

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Chamo o feito à ordem ... à mingua de qualquer justificativa trazida pela impetrante para fixação do valor da causa, atribuo ao feito, de ofício, o valor em R$200.000,00 ... Entretanto, faculto à impetrante a oportunidade de oferecer contraprova, mediante a qual ela podrá especificar e justificar o valor correto ... deverá a impetrante recolher o complemento das custas, no prazo de 10 dias, .. sob pena de extinção do feito ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.016202-4 - ITAMARATY INDUSTRIA E COMERCIO S.A X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS O. DE ARAUJO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... determino que a parte empetrante inclua, no prazo de 10 dias, no pólo passivo da relação jurídico-processual, a instituição pública a quem pretende fazer valer eventual certidão de tempo de serviço especial, sob pena de extinção do feito ... Deverá requerer a citação e apresentar contrafé ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.016462-8 - MOACYR DORETO X CHEFE DO SERVICO DE BENEFICIOS DO INSS
Adv. : Dr(s). MARCELO CONSTANTINO MALAGUIDO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte exequente para reconhecer a firma do(s) intrumento(s) de mandato de fl(s). ...

ACAO ORDINARIA

96.20.14988-2 - AXEL WERNER HULSMEYER E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GIANE LOPES TSURUTA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.009008-2 - OVIDIO BELLONI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SAVIO CEMBRANELI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... defiro a liminar requerida, ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.017482-8 - LUIZ CARLOS ZANONI X CHEFE DO POSTO DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSS EM ROLANDIA/PR
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo procedentes os embargos de declaração, a fim de sanar a contradição havida, declarando que, na sentença embargada, onde restou consignado “Intercontinental”, deve-se ler “Transcontinental”. ...

EXECUCAO DIVERSA

1999.70.01.008169-9 - TRANSCONTINENTAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E ADMINISTRACAO DE CREDITOS LTDA X JOPER MARGRAF LOPES E OUTRO
Adv. : Dr(s). CLEA MARA LUVIZOTTO, FERNANDO JOSE MESQUITA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora/exequente.

ACAO ORDINARIA

97.20.13003-2 - ARLES PITTEL X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ORLANDO GOMES

97.20.15274-5 - NELSON CHAGAS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

98.20.11550-7 - JULIO CESAR RODRIGUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

98.20.14631-3 - RICARDO LUIS CONTE BOUCAS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA CAROLINA CONTE BOUCAS

MANDADO DE SEGURANCA

2001.70.01.001647-3 - CELSO FERNANDES DA CRUZ X GERENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Adv. : Dr(s). NEUSA R FORNACIARI MARTINS

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.012052-9 - PAULO JOAO VENANCIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO ROCHA FILHO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... haja vista o adimplemento voluntário da obrigação, os autos deverão ser remetidos ao arquivo.

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.008515-6 - ANTONIO MARIANO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... às partes sobre o laudo pericial, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.001900-0 - ROSINEIDE MARIA DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Apresentado o termo de adesão, manifeste-se, expressamente, o procurador da parte autora.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.001886-0 - LUIZA MALENA NEVES DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO BORGES FERNANDES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... à parte autora para que se manifeste-se, expressamente, se concorda ou não com o crédito efetuado em seu favor, no prazo de 30 dias ...

ACAO ORDINARIA

95.20.11162-0 - MANOEL JUSTINO TEIXEIRA DE ALMEIDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROMEU SACCANI

2000.70.01.007415-8 - JAIR DE MOURA BUENO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CRISTIANE SANTANA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: 1- Recebo o(s) recurso(s) de apelação em ambos os efeitos. Ao(s) apelado(s) para contra-razões.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.007386-9 - JOSE CARVALHO X REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ELIO VALDIVIESO FILHO

2001.70.01.007424-2 - ROGERIO DA SILVA X REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ELIO VALDIVIESO FILHO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte decisão:... Fixo os honorários ... no importe de 5% ...Tendo em vista que o procurador da parte autora ainda não comprovou nos autos o repasse dos valores levantados a todos os exequentes, ... determino a devolução dos valores lenvantados e ainda não repassados aos legítimos credores, procedendo-se à respectiva prestação de contas ... os valores devolvidos deverão ser atualizados pelo índice integral de reajuste verificado pelas contas da caderneta de poupança, ... Para essa providência concedo o prazo de 60 dias... o montante devolvido ficará depositado em conta vinculada a este juízo e poderá ser levantado por quem de direito, num prazo de 6 meses. Após, se nada for requerido, o dinheiro será devolvido ao INSS ...

ACAO ORDINARIA

96.20.10512-5 - FRANCISCA EUZEBIO DOS SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

96.20.10556-7 - JOSE LUIZ FERREIRA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... manifestem-se as partes.

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.006241-7 - NIVALDO VALENTE COSTA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO BRANDALIZE

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Às partes sobre o retorno dos autos do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, prazo de 15 dias.

MANDADO DE SEGURANCA

99.20.16104-7 - RONALDO LAZARI RUFINO X CHEFE DO POSTO DO SEGURO SOCIAL - JARDIM SHANGRI-LA - DO INSS DE LONDRINA PR
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro o prazo de 30 dias...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.013861-3 - ADELAR ADEMAR BEN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO MARCO RODRIGUES DE LIMA

2002.70.01.019672-8 - ROBERTO DA COSTA - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SANDRA A SILVA ANTONIO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... intime-se a parte requerente a apresentar cálculo discriminado do débito, adequado aos padrões legais. Prazo de 30 dias.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.01.000222-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DAVI DE OLIVEIRA E OUTRO
Adv. : Dr(s). SEBASTIÃO SEIJE TOKUNAGA

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo parcialmente pprocedente o pedido ... Sentença sujeita ao reexame necessário ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.025909-0 - ISRAEL MASSAKI SONOMIYA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ISRAEL MASSAKI SONOMIYA

Londrina, 21/01/2004.

ANA CRISTINA VARELA
DIRETORA DE SECRETARIA E.E.

SECRETARIA DA PRLON02
Boletim nº 149/03

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA:
Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Manifeste-se a parte autora sobre contestação, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.008210-7 - CLAUDIO SOARES DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WILSON LOPES DA CONCEICAO

2003.70.01.009942-9 - DIRCE CESAR NOVAES SOLEO - ESPOLIO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARMINO SOLEO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo procedente o pedido ... Sentença sujeita ao reexame necessário ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.011835-3 - MARIA IRACI DA SILVA NORATO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CESAR BESSA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Às partes sobre o retorno dos autos do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, prazo de 15 dias.

MANDADO DE SEGURANCA

95.20.14037-9 - ARISTIDES DOS SANTOS X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). NEILAR TEREZINHA LOURENCON MARTINS

ACAO ORDINARIA

96.20.15098-8 - ANESIO DE SOUZA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SILVIA MARIA DE MELO ROSA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... atribuo ao feito, de ofício, o valor de R$24.000,00. Desta feita, a parte impetrante deverá, no prazo de 5 dias, proceder ao recolhimento do complemento das custas ... sob pena de extinção do feito. Na mesma oportunidade, ... a impetrante deverá: ...

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.018668-5 - GRAFICA E EDITORA UNIVERSIGRAF LTDA X CHEFE DA SECAO DE ANALISE DE DEFESAS E RECURSOS DO INSS
Adv. : Dr(s). ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo parcialmente procedente o pedido ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.011833-0 - ERCILIA RODRIGUES DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATA SILVA BRANDAO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... inexistindo os requisitos que autorizam a procedência dos embargos de declaração, julgo-os improcedentes ...

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.007130-7 - MARINALDO HONORATO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCUS AURELIO LIOGI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Defiro a dilação do prazo por 30 dias.

ACAO ORDINARIA

94.20.10026-0 - TEREZINHA MENDES TEODORO E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EDUARDO LUIZ CORREIA

95.20.13338-0 - OSCAR BISPO DE MIRANDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

96.20.10569-9 - ELENA SOUZA PIRES E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Vista à parte autora/exequente.

ACAO ORDINARIA

97.20.12285-4 - ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

2001.70.01.004417-1 - MARCIO PEDRO GLUCH X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELIZABETH RAO

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Vista à parte autora/exequente para que se manifeste, expressamente, se concorda ou não com o crédito efetuado em seu favor, no prazo de 30 dias ...

ACAO ORDINARIA

97.20.13870-0 - JOAO MIGUEL DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO AMARAL MIRAS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... Desta forma, renove-se a intimação ... para que forneça o seu CPF e de todos os autores, no prazo de 15 dias ...

ACAO ORDINARIA

95.20.13344-5 - ADELITA ALVES DE OLIVEIRA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EDUARDO LUIZ CORREIA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... manifestem-se as partes sobre o laudo pericial, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.005938-1 - LAURO MUNIZ DE MELO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RENATA SILVA BRANDAO

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... presentes os requisitos que autorizadores dos embargos de declaração, julgo-os procedentes, para o fim de apreciar e rejeitar a preliminar de litisconsócio passivo necessário aguida na contestação do SEBRAE/PR, ora embargante.

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.007106-3 - FORQUIMICA INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA X SERVICO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) E OUTRO
Adv. : Dr(s). JULIANO DAMO, MARCELO DE SOUZA TEIXEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Baixo em diligência. ... renove-se a intimação da parte autora, a fim de que esta, se quiser, consoante intem 3 do despacho da fl. 166, manifeste-se sobre os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial (fls. 168/170)

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.003708-7 - LUIZA GONZAGA DA SILVA VAZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ HENRIQUE GOMES SILVA

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo procedente o pedido ... na forma da lei, sem honorários...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.006032-0 - CELSO GERARD E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OSVALDO GIMENES

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora sobre a petição e documentos de fls. 123/125, bem como para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias.

ACAO SUMARIA

98.20.15065-5 - SANTO DE OLIVEIRA LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDINEY DOS SANTOS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Manifeste-se a exequente.

EXECUCAO DIVERSA

88.20.15504-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS DYAMONT LTDA
Adv. : Dr(s). SEBASTIÃO SEIJE TOKUNAGA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Manifestem-se as partes.

CONSIGNATORIA

99.20.14184-4 - ARCHIMEDES PEDRO GROSBELLI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JEFFERSON DO CARMO ASSIS

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: À parte autora sobre a petição e documentos de fls. 141/144, no prazo de 15 dias.

ACAO SUMARIA

2000.70.01.009149-1 - BERNARDETE AQUINO DE JESUS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ZAQUEU SUTIL DE OLIVEIRA

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... intimem-se as partes sobre a redistribuição do feito,... bem como para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando os fins a que se destinam, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.008410-4 - MUNICIPIO DE ROLANDIA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: ... intimem-se as partes sobre a redistribuição do feito,... bem como para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando os fins a que se destinam, no prazo de 10 dias. Nesse mesmo prazo, a parte autora sobre contestação da CEF.

ACAO CAUTELAR

2003.70.01.008411-6 - MUNICIPIO DE ROLANDIA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI

Nos processos a seguir relacionados foi proferido o seguinte despacho: Manifeste-se a parte autora sobre contestação, no prazo de 10 dias.

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.013670-7 - EVA SOUTO LAVORATO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS SERGIO CAPELIM

2003.70.01.001369-9 - JOAO ROBERTO DE OLIVEIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LOURENCO PEREIRA BORGES

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, em relação à autora Divanete Rafael, ... julgo procedente o pedido formulado na inicial pelos demais autores ...

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.000120-6 - LUZIA MARTINS DE AZEVEDO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte

sentença: ... julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, ... art. 267, VI, do CPC...

ACAO CAUTELAR

2002.70.01.023791-3 - ENIO ANGELO VECCHI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO CELSO COSTA

Nos processos a seguir relacionados foi proferida a seguinte sentença: ... julgo parcilamente procedente a demanda ... No tocante à antecipação dos efeitos da tutela, ... defiro-a, ...Causa sujeita a reexame necessário ...

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.006109-8 - ATT- AMAZENAGEM TRANSPORTE E TRANSBORDO LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

Londrina, 21/01/2004.

ANA CRISTINA VARELA
DIRETORA DE SECRETARIA E.E.

SECRETARIA DA PRLON04 - LONDRINA/PR.

BOLETIM DE INTIMAÇÃO N.012/2004

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELOS SENHORES JUÍZES FEDERAL E SUBSTITUTO DA QUARTA VARA FEDERAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE LONDRINA, DR. GILSON LUIZ INÁCIO, DR. CRISTIANO AURÉLIO MANFRIM.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Recebo os embargos e suspendo a execução somente em relação ao exequente PAULO DE SOUZA GUIMARÃES, devendo a execução prosseguir quanto aos demais exequentes com a expedição da requisição de pagamento.
2- À parte embargada para impugnar, querendo, no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.009665-9 - UNIAO FEDERAL X PAULO DE SOUZA GUIMARAES
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Reconsidero o despacho de fl. 25, item 1, por conta da edição da súmula 70 do TRF da 4ª Região. Fixo os honorários em 10% sobre o valor a ser requisitado.
2- Defiro, ainda, inclusão do valor pago a título de custas, conforme vem decidindo a superior instância.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.017953-6 - ALCINO FAVARETO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SANDRO AUGUSTO BONACIN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- A questão referente à verba honorária pende de recurso, aguarde-se.
2-Comprovado o trânsito em julgado, pelo advogado, se favorável, expeça-se RPV.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.006422-4 - JOSE TEIXEIRA DA COSTA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) regularizar a representação processual (...) - JORGE BENTO DA SILVEIRA - ESPÓLIO E MANOEL CUSTÓDIO TEIXEIRA - ESPÓLIO;
b) juntar fotocópias dos documentos de RG e CPF de Jorge Bento da Silveira;
c) regularizar o pedido de justiça gratuita (...);
d) esclarecer a divergência quanto à propriedade dos veículos constantes na certidão do DETRAN de fl. 32 (placa NH-3641);
e) quanto ao espólio de Paulo Aparecido Casagrande, informar sobre a existência de outros filhos, habilitando-os, conforme certidão de óbito de fl. 26.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.020440-3 - JORGE BENTO DA SILVEIRA - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO: À parte exequente para, no prazo de 10 dias, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO:
a) regularizar a representação processual (...) - João Pereira Sobrinho-espólio;
b) juntar fotocópias dos documentos de CPF de Aparecido Tanoeiro da Silva e de Ismael José Ponte-espólio;
c) juntar certidão de óbito de Gabriel da Silva. Quanto aos espólios de Antonio de Oliveira Neves, Benedito Segantini, Aparecido Tanoeiro da Silva e Gabriel da Silva, informar sobre a existência de outros filhos, habilitando-os, pois as respectivas certidões de óbito são omissas quanto a este aspecto.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022384-7 - JOAO PEREIRA SOBRINHO - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLITO THOME DA SILVA JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Renove-se a intimação da parte autora acerca do item '2' do despacho de fl. 199.

ACAO ORDINARIA

92.20.13027-0 - VALDECIR PASCHOAL X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE MONTEIRO GONCALVES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
2- Aos exequentes: Suroma Comercial e Agrícola Ltda e Londrinão Auto Posto Ltda, para que, no prazo de 10 dias, tragam aos autos cópias dos contratos sociais e/ou alterações contratuais, contendo cláusula dispondo sobre os poderes para as respactivas representações judicias.
3- (...) Indefiro referido pedido (fixação de verba honorária).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.012618-0 - JOAO TAVARES DE LIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO LEVY

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
Ao exequente NATALINO INVERNIZZI para esclarecer quem é o segundo proprietário do veículo de placa DQ-4166, bem como se tem poderes para executar em seu nome.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.012849-8 - AMERICO BAGGIO NETTO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADRIANO SCOLARI DE ARAUJO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Indefiro o item 1 do pedido encartado à fl. 291, pois a providência alí pretendida é incumbência do próprio autor, Sindicato da Categoria.
2- (...) se se pretende levantamento dos valores na forma decidida, a parte deve apresentar demonstrativo, mês a mês, dos percentuais devidos e indevidos (...).

MANDADO DE SEGURANCA

91.20.13741-9 - SIND DO COM VAREJ DE COMB MINERAIS DO EST DO PR E OUTRO X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). JULIO ASSIS GEHLEN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
Não conheço do pedido de fls. 217/218 (...), pois após a expedição de alvará, em 26/02/2002, a parte requereu apenas levantamento do valor depositado, tendo havido, então, sentença extinguindo o processo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

92.20.10666-3 - ALDO MATSUMOTO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA T. NAVARRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- À exequente para emendar a petição inicial, adequando-a aos termos do artigo 1102a e seguintes do CPC (...).
2- (...) À parte exequente para que, juntamente com o pedido de emenda à petição inicial, junte aos autos os extratos de todo o período do contrato (...), sob pena de indefer imento da petição inicial.

EXECUCAO DIVERSA

2003.70.01.011363-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LENIR BUFALO ASSIS
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- (...) À parte autora para que, em 10 dias, junte aos autos declaração de próprio punho, ou de procurador com poderes especiais, atestando a pobreza do interessado "sob as penas da lei".
2- No mesmo prazo, também, poderá a parte autora proceder ao recolhimento das custas (...).

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.014435-6 - OLIVEIROS DE ANDRADE DE OLIVEIRA SOBRINHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SORAIA ARAUJO PINHOLATO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Revendo meu posicionamento anterior, entendo ser incabível a concessão de prioridade na tramitação do feito, quando, em sede de litisconsórcio, pelo menos um dos litisconsortes não possui idade igual ou superior a 65 anos.
(...).
Entretanto, para não prejudicar indevidamente o exequente maior de 65 anos, autorizo o desmembramento da execução, caso este manifeste interesse, no prazo preclusivo de 5 dias, ressalvando que as custas referentes a eventual desmembramento ficarão a cargo da parte que o requerer.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.010249-7 - JULIO CESAR BONGIOLO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ORLANDO AMARAL MIRAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- À parte exequente para requerer a inclusão no pólo ativo da execução de OSVALDO SCHACTAI, regularizando sua representação processual, no prazo de 10 dias.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.007128-2 - LIDIA MAZUROK E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO FERREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
À parte autora para se manifestar sobre a contestação e os documentos juntados pela ré, bem como, no mesmo prazo, especificar as provas que pretende produzir.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.006448-8 - JANET SOUZA GIACOMETTI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA B R TEIXEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
À parte impugnada para responder, querendo, no prazo legal.

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.01.011628-2 - UNIAO FEDERAL X JANET SOUZA GIACOMETTI
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA B R TEIXEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Expeça-se RPV apenas do valor principal, pois a questão referente à verba honorária pende de recurso.
2- Comprovado o trânsito em julgado, pelo advogado, se favorável, expeça-se RPV.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.010926-8 - IVANILDE MELLO DE OLIVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA T. NAVARRO

2002.70.01.009626-6 - MAURO CANATO JUNIOR E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBERTO CARLOS BUENO

2002.70.01.017456-3 - BENEDITO CARLOS RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RENATA DEQUECH

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Tendo em vista que a questão referente à verba honorária pende de recurso (...), aguarde-se julgamento.
2- Comprovado o trânsito em julgado, pelo advogado, se favorável, expeça-se RPV.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.011250-4 - TIRONE FIDELIS DA SILVA E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

2002.70.01.000804-3 - ANTONIO BATISTA DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). TAIS MARIA ZANONI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
À CEF para providenciar a retirada do edital nº 29/2003, em Secretaria, para as devidas providências.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.01.000453-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ AFONSO MOREIRA
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Recebo os embargos, suspendendo a execução.
2- Aos embargados para impugnarem, querendo, no prazo de 10 dias.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.003823-4 - UNIAO FEDERAL X WAGNER DE OLIVEIRA BARROS E OUTROS
Adv. : Dr(s). WAGNER DE OLIVEIRA BARROS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- Defiro a petição de fl. 29. Porém, antes da expedição da requisição de pagamento, o exequente deverá comprovar o protocolo do pedido de desistência naqueles autos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022962-0 - MILTON DE MELO DA CONCEICAO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1- (...) À parte exequente para, no prazo improrrogável de 10 dias, juntar aos autos declaração de próprio punho, ou de procurador com poderes especiais, atestando a pobreza do interessado "sob as penas da lei".
2- No mesmo prazo, também, poderá a parte exequente proceder ao recolhimento do preparo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.022490-6 - ANTONIO PINHA SOBRINHO - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VILSON MACHADO DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1. Expeça-se RPV do valor principal, pois a questão referente à verba honorária pende de recurso, conforme vem decidindo o egrégio TRF DA 4ºRegião, aguarde-se julgamento.
2. Comprovado o trânsito em julgado, pelo advogado, se favorável, expeça-se RPV.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.011905-5 - ALCIDES GRANADO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR

2002.70.01.005611-6 - ANTONIO MONTEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1. Tendo em vista que a questão referente à verba honorária pende de recurso, conforme vem decidindo o egrégio TRF da 4º Região, aguarde-se julgamento.
2. Comprovado o trânsito em julgado, pelo advogado, se favorável, expeça-se RPV.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.009620-1 - ANTONIO LUIZ SURIAN E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1. Ao Espólio de Joaquim Wauters para juntaraos autos a certidão de óbito, bem como certidão explicativa do inventário mencionado à fl. 61.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.019216-4 - CELINA LIBONI DALAPRIA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDNA WAUTERS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1.À exequente para emendar a petição inicial...visto que a presente execução não foi instruída com título executivo...
2. Verifico, também, que a autora não apresentou todo o período da dívida através de extratos completos...motivo pelo qual determino à exequente que, juntamente com o pedido de emenda à inicial, junte aos autos os extratos de todo o período do contrato, sob pena de indeferimento da inicial.

EXECUCAO DIVERSA

2003.70.01.002865-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA APARECIDA DA SILVA CARVALHO
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

2003.70.01.008293-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CELSO JORGE TEIXEIRA
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

2003.70.01.010315-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RAGGI FEGURI
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

2003.70.01.012657-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDUARDO HIDETO NAKAMURA
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

2003.70.01.014339-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROSILVANI APARECIDA DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO EXTINTO o feito por abandono de causa...devendo ser cancelada a distribuição por não ter sido feito o preparo...

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.019668-6 - PEDRO JULIO DE AGUIAR X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). TIRONE CARDOSO DE AGUIAR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO EXTINTA a presente execução.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.01.011899-3 - HERNANI CASSEMIRO DE CAMPOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO EXTINTO o feito, por cumprimento voluntário da obrigação.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.01.010351-1 - CELIA MARIA DA SILVA TASHIMA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO EXTINTA a execução.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.009822-6 - JOEL PEREIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDMUNDO P BITTENCOURT

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO EXTINTA a execução.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.01.006013-2 - ANGELO GASPAROTE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). IRINEU ANTONIO BERTAN

2002.70.01.008443-4 - AGOSTINHO TAMURA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ODENIR VITAL BARBOSA

2002.70.01.016775-3 - AMBILUX MONTAGENS SC LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO JOSE MESQUITA

2002.70.01.018118-0 - GUIOMAR VIEIRA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DALVA APARECIDA DOS S INOCENTE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
10...Concedo a antecipação de tutela e determino que o INSS, no prazo de 15 dias implan te a prestação previdenciária auxílio-doença, até que se possa aferir a existência definitiva de incapacidade, a ser feita por meio de perícia judicial.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.012496-5 - JOSE ARANDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FREDERICO VIDOTTI DE REZENDE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
1. ADELCHI FRANCISCO CUREAU é titular de conta conjunta, ..., não ficando claro quem é o segundo titular da referida conta. Sendo assim, intime-se-o para identificar o segundo titular da conta-poupança, devendo, se for o caso, requerer emenda à petição inicial para inclusão deste no pólo ativo da ação.
2. No mesmo prazo, deverá o exequente regularizar o pedido de justiça gratuita,...ou proceder ao recolhimento do preparo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.01.017195-5 - ADELCHI FRANCISCO CUREAU X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO DE A. CAMPANELLI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO EXTINTA a presente execução.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.20.10543-7 - JUVENAL EGGER FILHO ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAQUEL SANTOS CHAMPE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte DECISÃO:
Realização de Leilão na Comarca de Congonhinhas/PR:
- venda em primeiro leilão público dia 10/02/2004, às 9:00 horas, por valor superior a importância da avaliação.
- venda em segundo leilão público dia 26/02/2004, às 9:00 horas, pelo maior lanço oferecido, não inferior á avaliação. Se não houver expediente no dia marcado, o ato ficará automaticamente transferido para o 1º dia útil seguinte, no mesmo horário.

EXECUCAO DIVERSA

96.20.11928-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X M.O. FERNANDES E FERNANDES LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDMILDO FERNANDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: indefiro o pedido de expedição de requisição complementar...JULGO EXTINTA a presente execução.

ACAO ORDINARIA

91.20.11231-9 - TORY KENJIRO YABU X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADERCIO FRANCISCO DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA: JULGO PROCEDENTES os presentes Embargos á Execução.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.01.014689-4 - UNIAO FEDERAL X JOSE ALVES DA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). VANIA REGINA SILVEIRA QUEIROZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte SENTENÇA:indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTA a presente ação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.006015-0 - ELZA DE ARAUJO CAMPOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO LOPES DE OLIVEIRA

LONDRINA, 21 DE JANEIRO DE 2004

MARCIA ETSUCO ITIMURA TAMAY
DIRETORA DE SECRETARIA

Varas Federais de Maringá

SECRETARIA DA PRMAR01

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 03/2004

1ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ
JUIZ FEDERAL: DR. JOSÉ JÁCOMO GIMENES JUIZ SUBSTITUTO: DR. ANDERSON FURLAN FREIRE DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho designando o dia 29/01/2004, às 14 horas, para continuidade da audiência de conciliação, na Sala de Audiências da 3ª Vara Federal.

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.000667-5 - MARCON MARINGA CONSTRUCOES CIVIS LIMITADA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBERTO PERALTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte decisão: "1) A EMGEA - Empresa Gestora de Ativos somente será admitida como assistente se em 5 dias a parte autora não se insurgir contra a sua participação (art. 51 do CPC ou, em caso de insurgência, após a decisão favorável do Juízo competente. 2) Relativamente aos "embargos de declaração" de fls. 231/232, rejeito-os em função da ausência de omissão, contradição ou obscuridade... 3) Recebo a petição de fls. 230/232 como agravo retido..."

ACAO SUMARIA

2003.70.03.001877-0 - CONJUNTO RESIDENCIAL ANA TERRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RHOGER MARTIN RODRIGUES SILVA, ALVARO MANOEL FURLAN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão rejeitando os embargos de declaração.

ACAO SUMARIA

2003.70.03.001877-0 - CONJUNTO RESIDENCIAL ANA TERRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RHOGER MARTIN RODRIGUES SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão rejeitando os embargos de declaração por sua manifesta intempestividade.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.03.009514-4 - AMAFIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MARINGA
Adv. : Dr(s). ANTONIO CORREA RABELLO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "1 - Designo o dia 05 de março de 2004, às 14:00 horas para a realização de audiência de conciliação. 2. Intimem-se as partes e seus advogados para que compareçam à audiência designada com propostas de acordo. 3. O procurador da parte autora deverá ser intimado pela imprensa oficial, para que compareça à audiência designada, ficando responsável pelo comparecimento da parte autora na audiência..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.000346-8 - JULIANO GARBUGGIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADELINO GARBUGGIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi prolatada sentença denegando a segurança.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.03.015226-7 - EBRP - EMPRESA BRASILEIRA DE RECICLAGEM DE PNEUS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MARINGA
Adv. : Dr(s). EDUARDO GARCIA BRANCO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho abrindo vista à parte autora para que se manifeste, no prazo de 10 dias, acerca dos cálculos apresentados pelo INSS.

ACAO SUMARIA

2000.70.03.006704-4 - JOVINO BARBOSA DE LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MAURO PALMUTI SIGIANI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Diante da ausência das partes, redesigno esta audiência para o dia 20 de fevereiro de 2004, às 15 horas. Intimem-se os procuradores das partes para que compareçam à audiência designada munidos de propostas de acordo, ficando responsáveis pelo comparecimento de seus representados."

DECLARATORIA

98.30.12584-0 - ROFAS CALCADOS DE SEGURANCA LIMITADA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CLAUDINEI BELAFRONTE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de Secretaria abrindo vista à parte autora para que requeira o que de direito, em 15 dias, apresentando, desde logo, execução com cálculos de liquidação, se for o caso, tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior.

DECLARATORIA

98.30.10903-8 - LAURA GARCIA DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTROS
Adv. : Dr(s). ODORICO TOMASONI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "I - Intimem-se as partes acerca da redistribuição do presente feito a este Juízo..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.010184-3 - MARIA JOSE PINHEIRO DE ANDRADE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MONICA MARIA PEREIRA BICHARA

MARINGÁ(PR), 21/01/2004.

SONIA MARA ELIAS GOMES
DIRETORA DE SECRETARIA

SECRETARIA DA PRMAR02
BOLETIM DE INTIMAÇÃO N.0002/2004
SEGUNDA VARA FEDERAL DE MARINGÁ - PR

MM. JUÍZA FEDERAL: DRA. LEDA DE OLIVEIRA PINHO
MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. JOSÉ CARLOS FABRI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "...HOMOLOGO o pedido de desistência do exeqüente LUCINDO VIEIRA LINS excluindo-o da lide. (...) Nos termos do art. 18 do CPC, CONDENO-O ao pagamento de multa e indenização de 10% sobre o valor pretendido nesta execução, (...), em razão de litigância de má-fé (...) DEFIRO o prazo improrrogável de 30 dias para que comprove a inexistência de litispendência em relação à MARIA JACIRA COUTINHO, nos autos 2002.70.03.003909-4."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.011214-9 - MARIA JACIRA COUTINHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDVALDO LUIZ DA ROCHA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO PROCEDENTE o pedido e acolho os presentes embargos para REDUZIR o valor da execução, (...). CONDENO a parte embargada a pagar honorários advocatícios à embargante, que fixo em R$ 50,00, ..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.03.001478-8 - UNIAO FEDERAL X ABILIO BORNIA
Adv. : Dr(s). JOSE ELIEZER BORNIA MOREIRA

2003.70.03.001479-0 - UNIAO FEDERAL X FRANCISCO CARLOS FRANZINI
Adv. : Dr(s). JOSE ELIEZER BORNIA MOREIRA

2003.70.03.001588-4 - UNIAO FEDERAL X CALDEIRARIA BRASIL LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES VIEL PULZATTO

2003.70.03.003236-5 - UNIAO FEDERAL X MIRALDO APARECIDO PAZINATTO
Adv. : Dr(s). MARTA BOTTI CAPELLARI

2003.70.03.004402-1 - UNIAO FEDERAL X JEANETE TERENTIN DE ANGELI E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS FRANCO

2003.70.03.004496-3 - UNIAO FEDERAL X MARIA DE LOURDES TOSTES E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANDRE ACASSIO BARBOSA

2003.70.03.005037-9 - UNIAO FEDERAL X REINALDO SALCEDO DE AZEVEDO E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOAO CARLOS ZAFALON

2003.70.03.005080-0 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO MAESTRO E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO CAMARGO JUNIOR

2003.70.03.005172-4 - UNIAO FEDERAL X ADILSON RONQUE E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO CAMARGO JUNIOR

2003.70.03.005267-4 - UNIAO FEDERAL X MARIO RIBEIRO SOARES - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). NILVA APARECIDA COSTA FERREIRA DA SILVA

2003.70.03.005268-6 - UNIAO FEDERAL X JUVENAL FERREIRA
Adv. : Dr(s). ROOSEVELT MAURICIO PEREIRA

2003.70.03.005293-5 - UNIAO FEDERAL X LOURIVAL CARLOS GUELFI
Adv. : Dr(s). FABIO ALEX SGOBERO

2003.70.03.005700-3 - UNIAO FEDERAL X EWERTON BATISTA MOREIRA - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). ROOSEVELT MAURICIO PEREIRA

2003.70.03.005824-0 - UNIAO FEDERAL X NASCIB ABDO RAHMEN CASSIN E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANILSON GERALDO SGUAREZI

2003.70.03.006190-0 - UNIAO FEDERAL X DEVILSON CARLOS DOMINGOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). WALTER ALEXANDRINO

2003.70.03.006413-5 - UNIAO FEDERAL X JOSE ROBERTO DA SILVA
Adv. : Dr(s). ANNA CHRISTINA CASTELO BRANCO PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "... JULGO parcialmente procedentes estes embargos e determino o prosseguimento da execução pelo valor de R$ 9.689,93, para dezembro/2001 (...)"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.000583-7 - ANTONIO MILTON BARBIERI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROSANGELA F JACOMINI

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.03.004253-6 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO MILTON BARBIERI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROSANGELA F JACOMINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "INDEFIRO o prosseguimento da execução complementar e JULGO extinto o processo, nos termos do art. 794, I, c/c art. 795, ambos do CPC."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.03.000279-0 - LUIZ GUILHERME X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LEONICE SALVADOR RUIZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: " REJEITO o pedido. CONDENO ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, fixando estes em 10% sobre o valor da causa ..."

ACAO ORDINARIA

2001.70.03.004800-5 - SERGIO TADEU BERSANI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE SEBASTIAO DE OLIVEIRA, GLAUCIO HASHIMOTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "...HOMOLOGO o pedido de desistência do exeqüente Aparecido M. Brito, excluindo-o da lide. (...) Nos termos do art. 18 do CPC, CONDENO-O ao pagamento de multa e indenização de 10% sobre o valor pretendido nesta execução, (...), em razão de litigância de má-fé."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.010577-7 - APARECIDO MENDES DE BRITO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). HIPOLITO NOGUEIRA PORTO JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "...HOMOLOGO o pedido de desistência do exeqüente ORIDES LONARDONI, excluindo-o da lide. (...) Nos termos do art. 18 do CPC, CONDENO-O ao pagamento de multa e indenização de 10% sobre o valor pretendido nesta execução, (...), em razão de litigância de má-fé."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.011278-2 - ESTEPHANIO KLINKOWSKI - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO PINTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "...HOMOLOGO o pedido de desistência e julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, no que pertine aos exeqüentes NATAL SERRA e CELESTE GIACON MARCONDES, com fundamento no art. 267, VIII, do CPC. Nos termos do art, 18 do Código de Processo Civil, CONDENO-OS ao pagamento de multa e indenização de 10% sobre o valor pretendido nesta execução, (...), em razão de litigância de má-fé."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.011453-5 - ROLANDO MARCONDES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VALDEMAR LEITE MORAES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "...HOMOLOGO o pedido de desistência do exeqüente JOÃO B. BARBOSA, excluindo-o da lide. (...) Nos termos do art. 18 do CPC, CONDENO-O ao pagamento de multa e indenização de 10% sobre o valor pretendido nesta execução, (...), em razão de litigância de má-fé."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.008895-0 - RUBSON SOARES GUEDES E OUTROS X UNIAO FEDERAL

Adv. : Dr(s). MARCELO DANTAS LOPES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "...HOMOLOGO o pedido de desistência do exeqüente PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA MARQUES excluindo-o da lide. (...) Nos termos do art. 18 do CPC, CONDENO-O ao pagamento de multa e indenização de 10% sobre o valor pretendido nesta execução, (...), em razão de litigância de má-fé."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.010022-6 - ANTONIO MORENO BONILHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CAMARGO JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO parcialmente procedente o pedido e fixo o valor da execução em R$ 12.126,01, válido para SETEMBRO/2001."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.03.001100-0 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO FERNANDES E OUTROS
Adv. : Dr(s). ALMERI PEDRO DE CARVALHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO EXTINTO o processo nos termos do inciso I do art. 794 do CPC."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.30.10585-3 - MOACIR FRANZONI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AFONSO MASAKAZU KAWAMURA

96.30.12218-9 - PAULO MASSASHI KANEKO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDWIL CALIANI

96.30.12311-8 - COMERCIAL MOGIANA DE CAFE LIMITADA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAQUIM BASTOS

96.30.12625-7 - MAURICIO BENETTI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANDREA GRASSETTI PACHECO

96.30.12947-7 - PEDRO CORADO DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANDERSON MARCELO DE MORAES OLIVEIRA

96.30.14650-9 - HELIO ZANIN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ELIEZER BORNIA MOREIRA

97.30.10656-8 - CIAVEL - CIANORTE VEICULOS LIMITADA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AGNALDO CHAISE

97.30.13471-5 - J PEPINELLI E COMPANHIA LIMITADA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSEMAR CAETANO

97.30.13833-8 - REINALDO GUILHERME MILAN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAQUIM ROBERTO TOMAZ

1999.70.03.004429-5 - ADEMIR BOSCHINI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLOVIS VIRGENTIN

1999.70.03.005095-7 - FAZENDA NACIONAL. X STEVIAFARMA INDUSTRIAL S/A
Adv. : Dr(s). DIRCEU GALDINO

99.30.13359-3 - VANTUIL GONCALVES DE ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARILENA MUNIZ TEIXEIRA

2001.70.03.002855-9 - MARIA SALVANI DA SILVA BERGAMIN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO LUIZ RIBEIRO DE FREITAS

2001.70.03.003799-8 - PEDRO EUGENIO SIMOES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALMERI PEDRO DE CARVALHO

2001.70.03.006904-5 - ANTONIO SALES LUIZ - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AFONSO MASAKAZU KAWAMURA

2002.70.03.001309-3 - JOSE LUIZ FONSECA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SILVIO HEMERSON GUERRA

2002.70.03.005103-3 - ANTONIO LOURENCO CARNEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ ANTONIO CAPELATO, SIRLENE MARIA MARONEZE CAPELATO

2002.70.03.005231-1 - ANTONIO CUSTODIO RAIMUNDO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WILSON FRAZATTO

2002.70.03.007175-5 - HUMBERTO SILVA SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSYCLER AP ARANA SANTOS

2002.70.03.010419-0 - CLOVIS AMARAL X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLOVIS AMARAL

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO procedente os presentes embargos para REDUZIR o valor da execução (...) CONDENO a pagar honorários advocatícios à embargante, que fixo em R$ 76,00..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.03.005115-3 - UNIAO FEDERAL X ILIDIO MONTANI
Adv. : Dr(s). IVO DE JESUS DEMATEI GREGIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO procedente estes embargos e determino o prosseguimento da execução (...) CONDENO a parte embargada ao pagamento de honorários advocatícios à embargante, (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.03.002779-5 - UNIAO FEDERAL X BENEDITO FRANCISCO DE OLIVEIRA - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). TOMAZ MARCELLO BELASQUE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO procedente o pedido e acolho os presentes embargos para REDUZIR o valor da execução (...) CONDENO os vencidos ao pagamento de honorários advocatícios devidos à União..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.03.015130-1 - UNIAO FEDERAL X DIRCEU PIMENTA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ADEMIR ARMELIN, JOSEMAR CAETANO

2003.70.03.003902-5 - UNIAO FEDERAL X KEN SHIMA E OUTROS
Adv. : Dr(s). NIVALDO ANTONIO FONDAZZI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: " HOMOLOGO o pedido de desistência do exeqüente CARMELLO DE GRANDE NETO, excluindo-a da lide."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.008483-0 - CARMELLO DE GRANDE NETO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "...HOMOLOGO o pedido de desistência do exeqüente SAULO DE CAMPOS CAMARGO, excluindo-o da lide (...) Nos termos do art. 18 do CPC, CONDENO-O ao pagamento de multa e indenização de 10% sobre o valor pretendido nesta execução, (...), em razão de litigância de má-fé."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.005145-8 - ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA FILHO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS MARQUES ARNAUT

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO extinto o processo, com julgamento do mérito, com fulcro no art. 794, I do CPC (...) CONDENO ao pagamento das custas processuais e de honorários em favor do advogado da exeqüente..."

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.03.003370-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NEIDE ANTONIA DOS SANTOS MELLO
Adv. : Dr(s). ENI DOMINGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: " MANTENHO a decisão agravada por seus próprios fundamentos (...) JULGO extinto o processo sem exame de mérito com relação ao exeqüente ADEMAR REKEL (...) PROVIDENCIAR nova procuração com relação à exeqüente MARIA DE LOURDES ROSA, uma vez que esta deve pleitear o crédito em nome próprio e a procuração da fl. 11 foi outorgada em nome do espólio."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.011470-5 - ALCIDES GRIMMES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO DA SILVEIRA E SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "JULGO extinta presente execução, com fundamento nos arts. 794, III, e 795, ambos do CPC."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.03.004560-3 - UNIAO FEDERAL X MARCOS DA SILVA DE JESUS
Adv. : Dr(s). CATARINA APARECIDA CABRIOTTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "HOMOLOGO o pedido de desistência do espólio de MAURÍCIO CELINI, e julgo extinto o processo (...)"

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.03.006714-0 - ARMENIO ANTONELLI - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WILSON FRAZATTO

MARINGÁ, 12 de janeiro de 2004

(assinado no original)
EDNA DE GÓES
DIRETORA DE SECRETARIA

SECRETARIA DA PRMAR02
BOLETIM DE INTIMAÇÃO N.0007/2004
SEGUNDA VARA FEDERAL DE MARINGÁ - PR

MM. JUÍZA FEDERAL: DRA. LEDA DE OLIVEIRA PINHO
MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. JOSÉ CARLOS FABRI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte decisão: "ANTECIPO parcialmente os efeitos da tutela para suspender a exigibilidade da contribuição ao INCRA em face da autora (...) ESCLARECER o valor atribuído a causa, considerando o valor das custas recolhidas, no prazo de 10 dias."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.015439-2 - RECCO CONFECCOES LIMITADA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "... a questão foi totalmente superada com a decisão final do agravo de instrumento interposto pela autora, ao qual se negou provimento (...) Se a requerente realmente tem interesse em ficar com o imóvel, pode simplesmente comparecer ao leilão administrativo e lá fazer sua oferta, ou então requerer que a audiência neste processo seja realizada antes daquele processo."

ACAO ORDINARIA

2002.70.03.001846-7 - JOSE MOREIRA ALVES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). HIPOLITO NOGUEIRA PORTO JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: " PROMOVER a emenda a inicial, adequando o valor da causa, apresentando cálculo atualizado do valor dos créditos do IPI que pretende compensar, e recolhendo as custas processuais respectivas. Prazo de 10 dias."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.03.015442-2 - RECCO CONFECCOES LIMITADA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MARINGA
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "... INDEFIRO o pedido de liminar (...) ESCLARECER o valor atribuído à causa, considerando o valor das custas recolhidas, no prazo de 10 dias."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.03.015441-0 - RECCO CONFECCOES LIMITADA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MARINGA
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: " AUTENTICAR as fotocópias que instruem a inicial, indispensável à prova de que a requerente é filho de brasileiro. (...) FORMULAR pedido expresso para concessão dos benefícios da justiça gratuita. Prazo de 10 dias."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2003.70.03.015225-5 - GHINA GONZALES DE OLIVEIRA X Adv. : Dr(s). JOSYCLER AP ARANA SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: " DEFIRO o pedido de liminar, para determinar ao impetrado que expeça certidão negativa de débito, salvo a existência de outro motivo que a impeça."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.03.014765-0 - COMERCIAL VICENTE DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA X GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM MARINGA
Adv. : Dr(s). JAIME ANTONIO MIOTTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "... DEFIRO o pedido de tramitação preferencial... INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.03.000226-2 - AURY RIBAS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WILSON LUIS DE PAULA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "... JUNTAR aos autos instrumento de procuração e contrafé completa para citação, no prazo de 15 dias, bem como tomar ciência do inteiro teor deste despacho..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.015425-2 - CONSTRUTORA LOTUS LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte decisão: "... DEFIRO o pedido de depósito judicial dos valores vincendos, a partir da data da propositura da demanda, devidos a título de contribuição ao SEBRAE e o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para determinar aos réus que se abstenham de inscrever o nome da autora em cadastros de restrição ao crédito ou promova a respectiva baixa, relativamente aos mesmos valores."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.015347-8 - TONI EMPRESA DE PORTARIA E VIGIA LIMITADA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIS HENRIQUE A DA ROSA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), intimem-se as partes para que requeiram o que de direito, no prazo de trinta dias, bem assim para que a parte vencedora promova a execução do julgado, sob pena de arquivamento, nos termos do item X, da Portaria 01/01 deste Juízo.

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.004649-1 - CLEMENTE FRANCISCO ROSA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROGEL MARTINS BARBOSA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: " Considerando a real possibilidade de acordo, já que o mutuário possui crédito trabalhista líquido, com possível recebimento em fev/04, poderá obter o restante dos recursos por outros meios..." E a seguinte certidão: "DESIGNO o dia 24.03.2004, às 13:00 horas, para a realização da audiência de conciliação."

ACAO ORDINARIA

2001.70.03.005931-3 - SONIA REGINA DE ALMEIDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO ELSON SABAINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: " Considerando o sucesso alcançado na experiência de concentração de audiências, entendo conveniente ao caso realização de audiência de conciliação(...) Na hipótese de as partes vislumbrarem possível acordo, os repectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais..." E a seguinte certidão: DESIGNADO o dia 24.03.2004, ás 16:00 horas, para realização de audiência de conciliação.

ACAO ORDINARIA

2002.70.03.002202-1 - ANTONIO NOGUEIRA DA COSTA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDALVO GARCIA

CONSIGNATORIA

2002.70.03.011941-7 - ANTONIO NOGUEIRA DA COSTA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDALVO GARCIA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), "DESIGNADO o dia 24.03.2004, às 17:30 horas, para a realização da audiência de conciliação"

EMBARGOS A EXECUCAO

96.30.11563-8 - NELSON BENEDITO GREMASCHI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBERTO PERALTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: " DEFIRO a produção de prova testemunhal e depoimento pessoal do autor. A Secretaria para que paute data para a realização da audiência... As partes a comparecerem à audiência, ficando o procurador da parte autora responsável pelo seu comparecimento. Se houver necessidade de intimação das testemunhas para comparecimento, é importante apresentar o rol com antecedência maior, em torno de 10 e 15 dias (...)" E a seguinte certidão: DESIGNADO o dia 03.03.2004, às 14:00 horas, para a realização de audiência de instrução.

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.005277-7 - FIORINDA RODRIGUES LOPES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "Tendo em vista o sucesso alcançado na experiência de concentração de audiências (...) entendo conveniente ao caso a realização de audiência de conciliação, ficando DESIGNADO o dia 28.04.2004, às 13:00 horas para sua realização. Os procuradores das partes ficam encarregados do comparecimento das mesmas ao ato, munidas de propostas de acordo, a serem apresentadas ao Juízo na audiência. Na hipótese das partes vislumbrarem possível acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, no caso de a procuração constante nos autos não os outorgar."

ACAO ORDINARIA

2002.70.03.013817-5 - GILSON MEIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELIDA CRISTINA MONDADORI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), DESIGNADO o dia 28.04.2004, às 16:00 horas para a realização da audiência de conciliação. Os procuradores das partes ficam encarregados do comparecimento das mesmas ao ato, munidas de proposta de acordo, a serem apresentadas ao Juízo na audiência.

EXECUCAO DIVERSA

99.30.10740-1 - EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS X SILVIO MORAES E OUTRO
Adv. : Dr(s). HIPOLITO NOGUEIRA PORTO JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), DESIGNADO o dia 24.03.2004, às 14:30 horas, para a realização da audiência de conciliação.

CONSIGNATORIA

2000.70.03.003538-9 - CELSO APARECIDO LOPES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO MOREIRA TELLES, CATANDUVA SERPA SA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), JUNTAR procuração com poderes específicos para receber e dar quitação dos exeqüentes.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.003628-7 - DIRCEU COLETA E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CRISTIANE PECCIN

2002.70.03.006716-8 - JOSE VALTER GONCALVES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBSON ROGERS MOREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), JUNTAR procuração com poderes específicos para receber e dar quitação dos exeqüentes WALDEMAR BETTAO, ANTONIO ADEMIR DA GRAÇA MARTINS e FRANCISCO NARCISO DA ROCHA.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.001293-3 - WALDEMAR BETTAO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDVALDO LUIZ DA ROCHA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), JUNTAR procuração com poderes específicos para receber e dar quitação do exeqüênte JULIO FUKUMOTO, tendo em vista que a procuração de fl. 17 não tem poderes para contratar advogado.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.008162-1 - MAUZAIR GOMES DE MORAES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO JOAO PEDRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), JUNTAR procuração com poderes específicos para receber e dar quitação do exeqüente MAURÍCIO BARBIERI.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.001663-0 - FLORIANO ALVES PEREIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIO TSUTOMU IAMAMOTO

MARINGÁ, 21 de janeiro de 2004

(assinado no original)
EDNA DE GÓES
DIRETORA DE SECRETARIA

SECRETARIA DA PRMAR03
BOLETIM Nº 0007/2004
3ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ

MM. JUIZ FEDERAL: DR. ERIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS
MM.JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. ALEXEI ALVES RIBEIRO

Nos processos abaixo foi proferida sentença:

"(...) A importância pretendida já foi depositada, devendo o alvará de levantamento ser expedido em favor do(s) próprio(s) exeqüente(s), uma vez que a(s) procuração(ões) outorgada(s) ao(a) advogado(a) não lhe confere(m) poderes especiais para levantar valores, bem como para receber e/ou dar quitação. Decorrido o prazo para recurso da presente decisão, expeça(m)-se o(s) alvará(s). (...), estando o requisitório quitado, a extinção do feito é medida que se impõe. Nessas condições, julgo extinto o processo, com fulcro no art. 794, I do CPC."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.001903-4 - DOROTEA DA SILVA MORELLI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIO RICARDO MORELLI

2002.70.03.001959-9 - ANA PIRES LADANHA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

2002.70.03.003586-6 - KEIKO NAKASHIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARLENE TISSEI

2002.70.03.003691-3 - WALDEVIR BERTOLO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO DANTAS LOPES

2002.70.03.003709-7 - RIVALDO RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RIVALDO RIBEIRO

2002.70.03.003986-0 - TAKAICHI KATAOKA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DULCELINA TELLES

2002.70.03.005706-0 - ODILIO GIROTO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO DANTAS LOPES

2002.70.03.007925-0 - MARIA DE CARVALHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

2002.70.03.009252-7 - OSVALDO ANTONIO BIANCHI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WANESSA DE OLIVEIRA

2002.70.03.010690-3 - LEONILDA MESSIAS FRANCO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CLAUDIA CRISTINA FIORINI

"(...), considerando a ausência de manifestação expressa dos impugnados, há que se reconhecer a impugnação ao valor da causa ofertada pela CEF. Isto posto, julgo procedente a presente impugnação, fixando o valor da causa em R$ 2.160,09 (dois mil, cento e sessenta reais e nove centavos). Providencie a parte impugnada o recolhimento das custas processuais, ou requeira, expressamente, os benefícios da assistência judiciária gratuita, no prazo de 10 dias."

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2003.70.03.001098-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO CARLOS PEREIRA E OUTRO
Adv. : Dr(s). AGNALDO MURILO A BEZERRA, MOZARTE DE QUADROS, ERCILIO CESAR DUTRA

Nos processos abaixo foi proferida decisão:

"(...), designo nova audiência de conciliação para o dia 26/02/2004, às 13:30 horas."

ACAO ORDINARIA

2002.70.03.007572-4 - ANTONIO CARLOS PEREIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MOZARTE DE QUADROS, MARILLAC A. MARTINS DE AMORIN, ERCILIO CESAR DUTRA, AGNALDO MURILO A BEZERRA

"(...) Não havendo nada que indique que a CEF orientou a contratação da construtora, ou que assumiu o dever de fiscalizar a obra, sua ilegitimidade é flagrante. Nessas condições, reconheço a ilegitimidade passiva da Caixa Econômica Federal e determino sua exclusão da lide. Condeno a autora a pagar à CEF honorários advocatícios, que fixo em R$ 500,00. Resta, de conseqüência, cancelada a audiência designada à fl. 262."

ACAO ORDINARIA

2002.70.03.002031-0 - IRACEMA BIOLADA DE OLIVEIRA X CONSTRUTORA ENGESA LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS MARQUES ARNAUT, CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE, AGNALDO MURILO A BEZERRA

"(...), manifestando-se contrária aos cálculos, pondere o advogado quanto à possibilidade de propor execução pelo artigo 632 do CPC, em relação às diferenças de correção monetária nas contas de FGTS dos autores. Ressalto que, a fim de dar tratamento isonômico às diversas situações semelhantes envolvendo o tema, modifico entendimento anterior pelo qual a execução das diferenças dos valores já depositados deveria ser feita nos moldes do artigo 652 do CPC."

ACAO ORDINARIA

98.30.12854-7 - EDSON DUARTE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO ELSON SABAINI

"1.Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. 2.No que se refere à inclusão do nome da autora em cadastros de inadimplentes, estando em discussão o objeto da obrigação, deve ser obstada, até que haja pronunciamento de mérito definitivo. (...) Assim, defiro a antecipação da tutela requerida. 3.Designo audiência de conciliação para o dia 10 de fevereiro de 2004, às 13:30 horas. Expeça-se mandado de constatação, avaliação e intimação, devendo o Sr. Oficial de Justiça certificar detalhadamente quem atualmente ocupa o imóvel, a que título o faz e, sobretudo, se há algum vínculo de parentesco entre o ocupante e os mutuários, bem como se está estabelecida qualquer forma de pagamento/remuneração pela utilização/ocupação do imóvel. Havendo notícia de transferência do imóvel, ou sendo ele ocupado pelos próprios mutuários, deve(m) o(s) atual(is) proprietário(s)/ocupante(s) ser intimados a comparecer(em) à audiência designada, manifestando-se, querendo, quanto à real possibilidade de acordo. O mandado deve ser devolvido em Secretaria até o dia 10 de janeiro de 2004. A fixação de data para cumprimento da avaliação justifica-se, eis que, de posse da avaliação e dispondo de prazo para contatarem-se entre si, as partes têm comparecido em Juízo com as tratativas bastante amadurecidas, restando ao Juízo, basicamente, estimular os acordos e solucionar pequenos óbices. Deverá o Sr. Oficial de Justiça envidar esforços para que a avaliação se dê com a efetiva visita ao imóvel, o que afastará eventuais insurgências quanto ao valor apurado na avaliação. 4.Por ocasião da audiência, a CEF deverá apresentar, ainda, cópia atualizada da planilha de evolução do financiamento e comprovar a categoria profissional que está conduzindo os reajustes mensais. Referida planilha deverá trazer, de forma individualizada e clara, a constituição e a evolução de cada um de seus itens (atualização monetária, mora, juros remuneratórios, saldo devedor, prestações em atraso e outros). 5. Intimem-se os advogados das partes acerca da designação e avaliação supra, e que devem comparecer à audiência com propostas de acordo, a serem apresentadas ao Juízo na audiência, ficando responsáveis pelo comparecimento das partes ao ato. Saliente-se que deve a CEF levar em consideração as novas propostas da EMGEA, como pagamento parcelado, liquidação do saldo devedor e utilização de valores depositados em juízo. 6. Na hipótese de as partes vislumbrarem possibilidade de acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, caso as procurações juntadas aos autos não os outorguem."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.010557-5 - MARIA JOSE DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PIERRI G SILVA

"Tendo decorrido o prazo requerido à fl. 104, intime-se o Banco do Estado do Paraná S/A a informar o Juízo sobre a formalização ou não do acordo noticiado. Prazo de 10 dias."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.03.000491-6 - LUIZ CARLOS GONCALVES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIA AUGUSTA COSTA TAKEUTI

"Intimada a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a cumprir o determinado à fl. 77, pela segunda vez, esta limita-se a requerer reconsideração da decisão, que, aliás, restou irrecorrida. Há que se dizer que, se havia discordância da decisão prolatada às fls. 76-77, cabia à exeqüente ter interposto agravo no prazo legal, o que não fez. Não mais lhe cabe, portanto, neste momento, discutir questões já decididas. Em última oportunidade, concedo à CEF o prazo de mais 10 (dez) dias para cumprimento da referida decisão."

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.03.005479-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDITO FONSECA DO LAGO
Adv. : Dr(s). EDUARDO AMARAL POMPEO

"1.Intimem-se as partes para manifestação sobre o laudo pericial, nos moldes do artigo 433, parágrafo único, do CPC. Havendo pedido de esclarecimentos ou apresentação de quesitos suplementares, intime-se o perito a manifestar-se, em 10 dias. 2.(...), designo o dia 13 de abril de 2004, às 15:30 horas para a realização de audiência de conciliação e julgamento. 3.Expeça-se mandado de constatação, avaliação e intimação, devendo o Sr. Oficial de Justiça certificar detalhadamente quem atualmente ocupa o imóvel, a que título o faz e, sobretudo, se há algum vínculo de parentesco entre o ocupante e os mutuários, bem como se está estabelecida qualquer forma de pagamento/remuneração pela utilização/ocupação do imóvel. Havendo notícia de transferência do imóvel, ou sendo ele ocupado pelo(s) próprio(s) mutuário(s), deve(m) o(s) atual(is) proprietário(s)/ocupante(s) ser intimados a comparecer(em) à audiência designada, manifestando-se, querendo, quanto à real possibilidade de acordo. O mandado deve ser devolvido em Secretaria até o dia 13 de março de 2004. A fixação de data para cumprimento da avaliação justifica-se, eis que, de posse da avaliação e dispondo de prazo para contatarem-se entre si, as partes têm comparecido em Juízo com as tratativas bastante amadurecidas, restando ao Juízo, basicamente, estimular os acordos e solucionar pequenos óbices. Deverá o Sr. Oficial de Justiça envidar esforços para que a avaliação se dê com a efetiva visita ao imóvel, o que afastará eventuais insurgências quanto ao valor apurado na avaliação. 4.Intimem-se os advogados das partes acerca da designação e avaliação supra, e que devem tomar ciência da avaliação em Secretaria e comparecer à audiência com propostas de acordo, a serem apresentadas ao Juízo, ficando responsáveis pelo comparecimento das partes ao ato. Saliente-se que deve a CEF levar em consideração as novas propostas da EMGEA, como pagamento parcelado, liquidação do saldo devedor e utilização de valores depositados em juízo. 5. Na hipótese de as partes vislumbrarem possibilidade de acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, caso as procurações juntadas aos autos não os outorguem."

ACAO ORDINARIA

99.30.10720-7 - ANAIR ALTOE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VICENTE DE PAULO RUSSO, JOSE IRAJA DE ALMEIDA

"1.(...) Quanto ao recurso de agravo retido interposto pela CEF (fls. 141-144), não obstante a ausência de manifestação da parte agravada (fl. 171-v), mantenho a decisão por seus próprios fundamentos, por tratar-se de matéria já pacificada em nossos tribunais. Estabelecido o contraditório, restará ao Tribunal Regional a apreciação, eventualmente, do recurso interposto. 2.Comunique-se ao perito para que retire os autos e dê início aos trabalhos, cujo prazo para conclusão fixo em 30 (trinta) dias, contados de sua intimação. Na mesma oportunidade, o perito deve ser cientificado do disposto no art. 216-A do Decreto 4.032/01. A retirada dos autos, guarda e conservação, bem como sua devolução, são de inteira responsabilidade do expert, que os devolverá em Secretaria, juntamente com o laudo pericial. 3.Faço, desde já, a ressalva de que o perito não deverá opinar quanto aos aspectos jurídicos que envolvem a presente lide, nem estará obrigado a indicar ou interpretar a legislação pertinente à matéria dos autos, ainda que requerido expressamente pelas partes. 4.Fica disponibilizado pelo Juízo ao Sr. Perito, caso entenda necessário, consulta a cópia da Circular SUSEP nº 111, de 03 de dezembro de 1999 , para resposta aos quesitos relacionados ao seguro, se houverem."

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.03.005172-3 - WILSON FERNANDO MALACRIDA E OUTRO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). HENRIQUE LAURIANO DE SOUZA, FARES JAMIL FERES, AGNALDO MURILO A BEZERRA

"1.(...) Intimem-se as partes para manifestação, aos termos e no prazo do art. 433, parágrafo único, do CPC. 2.(...), designo o dia 23 de março de 2004, às 10:00 horas para a realização de audiência de tentativa de conciliação. 3.Expeça-se mandado de constatação, avaliação e intimação, devendo o Sr. Oficial de Justiça certificar detalhadamente quem atualmente ocupa o imóvel, a que título o faz e, sobretudo, se há algum vínculo de parentesco entre o ocupante e o(s) mutuário(s), bem como se está estabelecida qualquer forma de pagamento/remuneração pela utilização/ocupação do imóvel. Havendo notícia de transferência do imóvel, ou sendo ele ocupado pelo(s) próprio(s) mutuário(s), deve(m) o(s) atual(is) proprietário(s)/ocupante(s) ser intimado(s) a comparecer(em) à audiência designada, manifestando-se, querendo, quanto à real possibilidade de acordo. O mandado deve ser devolvido em Secretaria até o dia 27 de fevereiro de 2004. A fixação de data para cumprimento da avaliação justifica-se, eis que, de posse da avaliação e dispondo de prazo para contatarem-se entre si, as partes têm comparecido em Juízo com as tratativas bastante amadurecidas, restando ao Juízo, basicamente, estimular os acordos e solucionar pequenos óbices. Deverá o Sr. Oficial de Justiça envidar esforços para que a avaliação se dê com a efetiva visita ao imóvel, o que afastará eventuais insurgê 4.Intimem-se os advogados das partes acerca da designação e avaliação supra, e que devem tomar ciência da avaliação em Secretaria e comparecer à audiência com propostas de acordo, a serem apresentadas ao Juízo, ficando responsáveis pelo comparecimento das partes ao ato. Na hipótese de as partes vislumbrarem possibilidade de acordo, os respectivos procuradores deverão apresentar procuração com poderes especiais, caso as procurações juntadas aos autos não os outorguem."

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.000133-1 - MIGUEL BENTO DE OLIVEIRA E OUTRO X BANESTADO S/A - CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). EDALVO GARCIA, MARIA AUGUSTA COSTA TAKEUTI, ALVARO MANOEL FURLAN

"Ocorrendo as hipóteses dos arts. 326 ou 327 do CPC, intime-se o embargante para manifestar-se, bem como especificar as provas que pretende produzir, justificando-as. Prazo de 10 (dez) dias."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.03.007015-9 - RARUO MIYAMOTO X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ALDO HENRIQUE ALVES

"Ocorrendo a hipótese do art. 327 do CPC, dê-se vista à autora, prazo de 10 (dez) dias."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.005911-5 - EVERALDO FERNANDES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO WANDERLEY ALVES DE OLIVEIRA

"Apresentada defesa, intime-se a parte autora para manifestar-se, prazo de 10 (dez) dias, devendo, no mesmo prazo, especificar as provas que pretende produzir, justificando-as."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.008152-2 - ZORAYDE MALAVAZI GHIRALDI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADELINO GARBUGGIO

Nos processos abaixo ficam as partes intimadas:

Vista à parte autora, para que se manifeste sobre o depósito, bem como acerca da satisfação do crédito, no prazo de 10 (dez) dias.

ACAO ORDINARIA

98.30.10660-8 - JOSE LOPES DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). HIPOLITO NOGUEIRA PORTO JUNIOR

98.30.11130-0 - CLEUZA GANASSIM E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO ELSON SABAINI

98.30.12061-9 - JOSE VALDINEY TOARDI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). SERGIO RICARDO RIBEIRO DE NOVAES

Intime-se a parte autora para retirar, instruir e distribuir a Carta Precatória no Juízo deprecado.

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.009771-2 - SANTO DERCI TEORO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO C DE LUCENA

ELSION GOEDERT
Diretor de Secretaria

Varas Federais de Ponta Grossa

SECRETARIA DA 2ª VF. DE PONTA GROSSA/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº0004/2004

Despacho(s) e ou sentença(s) proferido(s) pelo MM. Juiz Federal, Dr. Danilo Pereira Júnior e pelo MM. Juiz Federal Substituto, Dr. Augusto Cesar Pansini Gonçalves, da 2ª Vara Federal de Ponta Grossa/Pr.
——————————————————————— O(s) processo(s) abaixo aguarda(m) manifestação da parte autora quanto à contestação de fls. (Portaria 05/02 d. Juízo).

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.010285-2 - NAIR JANSEN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

Adv. : Dr(s). RAQUEL XARAO SPOSITO

———————————————————— O(s)
processo(s) abaixo aguarda(m) manifestação da parte exeqüente quanto à petição e documentos de fls. apresentados pela CEF. (Portaria 05/02 d. Juízo).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.09.004000-2 - EDGAR DIAS DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

ACAO ORDINARIA

99.90.12734-4 - SAMUEL CORREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

2002.70.09.009263-5 - PEDRO LOPES FILHO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RUBENS CESAR TELES FLORENZANO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando vista sucessiva às partes, pelo prazo de dez dias, dos cálculos apresentados.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.09.003178-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA ROSA TAQUES
Adv. : Dr(s). SUZANA EDY AMATNECKS

2003.70.09.007586-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X KEITI ALMEIDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GELSON LUIS CHAICOSKI

2003.70.09.007590-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HERCULANO GONCALVES
Adv. : Dr(s). JOAO CORREA SOBANIA

2003.70.09.007596-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUBA KOZIOL PRINCIVAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). GELSON LUIS CHAICOSKI

2003.70.09.007598-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE CARLOS OBRZUT E OUTROS
Adv. : Dr(s). GELSON LUIS CHAICOSKI

2003.70.09.007963-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOVELINA DE ALMEIDA FERRAZ
Adv. : Dr(s). JULIANO DEMIAN DITZEL

2003.70.09.007966-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NORBERTO ARTENIO PAUZER E OUTRO
Adv. : Dr(s). NATANIEL PINOTTI BROGLIO

2003.70.09.008019-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NELSON MIKAMI
Adv. : Dr(s). DANIELE DE OLIVEIRA CASARA

2003.70.09.008020-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLAUDOMIRA LEIFELD E OUTROS
Adv. : Dr(s). CAROLINE LEAL NOGUEIRA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferida(s) decisão(ões) determinando a exclusão de Dilena de Fátima Ambrosio do pólo ativo do feito; aplicando multa ao exeqüente excluído e determinando a intimação da parte exeqüente para que, no prazo improrrogável de dez dias, cumpra o disposto nos itens 2 e 3 do despacho de fls. 118, sendo que a ausência de manifestação implicará na exclusão dos exeqüentes: Czeslau Borowy - Espólio, Boguslau Dzewinski - Espólio e Stanislau Estrufika - Espólio do pólo ativo do feito.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.09.006705-7 - JOSE MARCOS SEIDL E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AUDREI CRISTIANE RAMOS

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando a intimação da parte exeqüente para que, no prazo de dez dias, junte aos autos novas planilhas de cálculo em que conste de forma discriminada a data de atualização e o índice de correção monetária utilizando para a obtenção do valor postulado pelos exeqüentes.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.09.006110-9 - JOAO BATISTA DE ANDREIA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ZAQUE SEVERINO MACHADO

———————————————————— O(s)
processo(s) abaixo aguarda(m) manifestação da parte exeqüente quanto à certidão de fls. (Portaria 05/02 d. Juízo).

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.09.008648-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ISRAEL DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). ROGERIO DYNIEWICZ, MARCOS BABINSKI MAROCHI

2003.70.09.009312-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FLAVIUS AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). ROGERIO DYNIEWICZ, MARCOS BABINSKI MAROCHI

———————————————————— O(s)
processo(s) abaixo aguarda(m) manifestação da parte interessada quanto ao(s) ofício(s) de fls. (Portaria 05/02 d. Juízo).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.09.003371-4 - DORIAN CORREIA DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS CASARA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) recebendo o recurso de apelação interposto somente no efeito devolutivo e determinando a intimação da embargante para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.09.003799-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X VICTORINO MAROCHI - ESPOLIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferida(s) decisão(ões) determinando a exclusão de Fernando Pinheiro Guides do pólo ativo do feito e a intimação da parte exeqüente para que, impreterivelmente, no prazo de dez dias, atenda ao disposto no item 4 do despacho de fls. 45/46, sob pena de indeferimento da inicial em relação aos créditos relativos aos veículos placas TC- 5485/PR e CH- 3091/PR.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.09.006822-0 - HAROLDO MOREIRA MENAO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AMAURI BECHINSKI

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) deixando de receber o recurso de apelação interposto de fls. e, oportunamente, determinando o arquivamento dos autos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.09.006851-7 - JOAO NOVAKI - ESPOLIO E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SILMAR FERREIRA DITRICH

2002.70.09.006874-8 - ALTENIR ANTONIO GUBERT E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SILMAR FERREIRA DITRICH

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando a intimação da parte exeqüente para que, no prazo de dez dias, traga aos autos cópias do RG e CPF de Antônio Alcides Rissetti, bem como a certidão explicativa dos autos de Ação Civil Pública nº 98.00.16021-3, da 5ª Vara Federal de Curitiba, sob pena de extinção do feito.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.09.009987-7 - ANTONIO ALCIDES RISSETTI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). KARIN FERNANDA AMICUSSI

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) designando o dia dezoito de fevereiro de 2004, às 16:15 horas, para realização de audiência.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.003815-3 - ROBERTO FERREIRA PEDROSO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO GROTT FILHO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando o arquivamento dos autos.

PROCEDIMENTO CRIMINAL DIVERSO

2003.70.09.009160-0 - PAULO MADEIRA X MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO MADEIRA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando a intimação das partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que efetivamente pretendem produzir, declinando sua finalidade.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.003919-4 - OSMAR MOBILIS E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SILVANA MENDES HELMES

2003.70.09.006252-0 - FELIX DE OLIVEIRA AYRES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) prolatada(s) sentença(s) extingüindo o processo sem julgamento do mérito e, oportunamente, determinando o arquivamento dos autos.

EXECUCAO PROVISORIA DE SENTENCA

2001.70.09.003867-3 - ANTONIO JUSEK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JAISON SILVEIRA DE SOUZA

2001.70.09.004549-5 - LOURENTIUS JACOBUS DROOG X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERSON LUIZ WENZEL

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) indeferindo a produção de prova testemunhal bem como os depoimentos pessoais requeridos; deferindo a realização de perícia médica; nomeando como perito Dr. Lecy Ferreira Mattos, devendo às partes indicarem assistente técnico e formularem os quesitos em cinco dias.

ACAO ORDINARIA

2002.70.09.009620-3 - NILSON FERREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, CAIXA SEGURADORA S/A
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES, MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ROMAO GOLAMBIUK

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando a intimação da parte autora para manifestação, sendo que o silêncio implicará no arquivamento do feito.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.90.12504-0 - SADI GOMES DE BONFIM E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) prolatada(s) sentença(s) julgando parcialmente procedente o pedido da ação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.006705-0 - MARIA DAS GRACAS RIGONI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VIVIANE MINCOFF MARSENGO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando vista dos documentos à parte autora, pelo prazo de dez dias, devendo, no mesmo prazo, especificar as provas que efetivamente pretende produzir, justificando-as quanto a sua relevância e pertinência.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.005118-2 - NASCIMENTO & MOREIRA LTDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PEDRO MARCIO GRABICOSKI

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando vista às partes , por dez dias, dos documentos apresentados.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.001726-5 - ERNANI KRUGER CHERATO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PEDRO HENRIQUE DE S HILGENBERG

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferida(s) decisão(ões) declarando extinta a execução e, oportunamente, determinando o arquivamento dos autos, devendo os autores promoverem a execução do julgado em relação a Roseli Do Rocio Correia e Luiz Gastão Nova Delenski, quanto entenderem pertinente.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.09.003425-7 - SONIA REGINA PANZA FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO DE SOUZA DOS SANTOS

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) deferindo as provas requeridas; designando o dia vinte de fevereiro de 2004, às 15;00 horas para realização de audiência de instrução e julgamento, devendo às partes indicarem o rol de testemunhas em tempo hábil para o cumprimento da diligência, se pretendem que sejam intimadas por mandado ou via postal, ou no prazo do artigo 407, do Código de Processo Civil, se as testemunhas comparecerem independentemente de intimação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.002619-9 - MARCIA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES X FUSEX - FUNDO DE SAUDE DO EXERCITO
Adv. : Dr(s). DEBORA MACENO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferida(s) decisão(ões) indeferindo a liminar pleiteada.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.09.000313-1 - INPACEL INDUSTRIA DE PAPEL ARAPOTI LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA - PR
Adv. : Dr(s). PAULO MADEIRA

2004.70.09.000344-1 - ALERTA SERVICOS DE VIGILANCIA S/C LTDA X GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Adv. : Dr(s). DIEGO FELIPE MUNOZ DONOSO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) indeferindo o pedido de intimação da ré para apresentação dos extratos das contas vinculadas ao FGTS e, no silêncio dos autores, arquivar os autos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.90.12744-1 - CAROLINA NOVAKI CRULICOSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando a intimação dos embargantes para que especifiquem efetivamente quais fatos pretendem provar povar por meio de perícia, demonstando sua pertinência e relevância.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.09.003710-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MILTON JOSE MICHALAK E OUTRO
Adv. : Dr(s). HUGO DE ALMEIDA BARBOSA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) indeferindo a prova testemunhal bem como o depoimento pessoal do representante legal da ré; prova documental já produzida , no entanto novos documentos poderão ser juntados desde que presente a hipótese prevista no artigo 397 do Código de Processo Civil; deferindo a produção da prova pericial; nomeando como perito Sergio Henrique Miranda De Souza, devendo às partes apresentarem assistente técnico e formularem os quesitos em cinco dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.005896-6 - LONDINA BUENO BORGES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ SEBASTIÃO FAVERO, EVERLY DOMBECK FLORIANI

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) indeferindo o pedido de intimação da ré para apresentação dos extratos das contas vinculadas ao FGTS; quanto aos autores Edelzi Ferreira e Vilson Gonçalves Mudrich somente será possível retificar a assinatura do termo de adesão se comprovada irregularidade e deferindo o prazo de trinta dias para a execução do julgado, no silêncio, determinando o arquivamento dos autos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.09.003451-8 - EDELZI FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) indeferindo o pedido de fls. 354/355; indeferindo o pedido de intimação da ré para apresentação dos extratos das contas vinculadas ao FGTS e silenciando o autor quanto a execução do julgado ou sem a impugnação específica aos valores apresentados pela CEF, arquivar autos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.09.003231-5 - ARVELINO DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) recebendo os embargos à execução; suspendendo o curso da execução em apenso e determinando a intimação da parte embargada para impugnar, querendo, no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.09.010880-5 - FAZENDA NACIONAL. X ANTJE DIJKSTRA KOOPS E OUTROS
Adv. : Dr(s). SELMA APARECIDA R. GARCIA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando a intimação da ré para que, no prazo de dez dias, regularize sua representação processual.

ACAO ORDINARIA

2002.70.09.007912-6 - PAULO ROBERTO PEIXOTO X EMGEA - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
Adv. : Dr(s). CIRINEI ASSIS KARNOS

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando que diga o autor, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as contestações apresentadas.

ACAO ORDINARIA

2002.70.09.007003-2 - MARIO SEIDL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVANA MENDES HELMES

———————————————————— O(s)
processo(s) abaixo aguarda(m) manifestação da parte impetrante quanto ao desarquivamento dos autos. (Provimento 05/03).

HABEAS DATA

2002.70.09.003369-2 - VALMIR JOSE FERREIRA X COMANDANTE DO 13 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO DE PONTA GROSSA - PR
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GROTT

———————————————————— O(s)
processo(s) abaixo aguarda(m) manifestação da parte embargante quanto à petição e depósito de fls. (Portaria 05/02 d. Juízo).

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.09.006129-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DANTON DE ALMEIDA SEGURADO E OUTROS
Adv. : Dr(s). SANDRA REGINA DE MATTOS BERTOLETTI

_____ No(s) processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando a intimação com urgência do autor para que não repita o procedimento de depósito das demais parcelas referente aos honorários periciais em conta corrente indicada pelo perito, observando que é necessário o depósito em conta judicial vinculada ao processo, no PAB da CEF, nesta Subseção Judiciária, para futura liberação mediante ordem do Juiz, após a conclusão dos trabalhos.

ACAO ORDINARIA

2002.70.09.007371-9 - HELCIO MARCOS COSTA RIBEIRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SIDNEI GILSON DOCKHORN, CARLOS HENRIQUE DE SOUSA RODRIGUES

_____ No(s) processo(s) abaixo foi(ram) proferida(s) decisão(ões) indeferindo a antecipação da tutela pleiteada.

ACAO ORDINARIA

2004.70.09.000176-6 - SONIA LINS STROUD X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). AURACYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO

2004.70.09.000177-8 - LUCIA DE FATIMA PEREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). AURACYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO

2004.70.09.000178-0 - EUGENIA MARIA DE LIMA CAMPOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). AURACYR AZEVEDO DE MOURA CORDEIRO

_____ No(s) processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) determinando que diga o autor, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação apresentada, especficando, no mesmo prazo, as provas que efetivamente tenciona produzir, justificando-as quanto à sua petinência e relevância, bem como dizendo quais os fatos que pretende provar por meio de sua produção.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.008032-7 - GERMANO CESAR ANGEISKI DA LUZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WILSON BITTENCOURT SILVEIRA

_____ No(s) processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) deferindo o pedido dos autores de fls. e determinando que a parte autora se manifeste quanto à contestação apresentada.

ACAO ORDINARIA

2003.70.09.011501-9 - JULIO CESAR PITELA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SIRIANE GEMI FOGACA DE ALMEIDA, AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO

_____ No(s) processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) indeferindo o pedido de reconsideração.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.09.015450-5 - REPINHO REFLORESTADORA MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA
Adv. : Dr(s). REINALDO WOELLNER

2003.70.09.015451-7 - GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PONTA GROSSA
Adv. : Dr(s). MARCIO ARI VENDRUSCOLO

_____ No(s) processo(s) abaixo foi(ram) proferido(s) despacho(s) deixando de receber o recurso de fls. 149/163 e aguarda(m) manifestação da parte autora quanto à petição de fls. apresentada pela CEF.(Portaria 05/02 d. Juízo).

ACAO ORDINARIA

2002.70.09.010309-8 - FLORIANO GEBIELUCA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE POSTIGLIONE BUHRER

PONTA GROSSA, 21 de janeiro de 2004

Gelson Pacheco
Diretor de Secretaria
da 2ª Vara Federal

Varas Federais de Umuarama

2ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UMUARAMA

SENTENÇAS, DECISÕES E DESPACHOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL DR. JAIL BENITES DE AZAMBUJA.

BOLETIM 02/2004

_____ Processos para intimar os autores para impugnarem as contestações, bem como especificarem as provas que pretendem produzir, justificando-as, prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 1º, §1º, inciso X, da Portaria nº 06, de 10/07/2000, do MM. Juiz Federal da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Umuarama.

DESAPROPRIACAO

2002.70.04.006931-9 - ORLANDO LENZ E OUTRO X INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

2002.70.04.006932-0 - ORLANDO LENZ E OUTRO X INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

2002.70.04.006933-2 - ORLANDO LENZ E OUTRO X INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

2002.70.04.006934-4 - ORLANDO LENZ E OUTRO X INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

_____ NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

Intimem-se os impugnados para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem resposta ao presente incidente.

IMPUGNACAO A PEDIDO DE ASSISTENCIA JUDIC

2003.70.04.004736-5 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA X ORLANDO LENZ E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

2003.70.04.004740-7 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA X ORLANDO LENZ E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

2003.70.04.004776-6 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA X ORLANDO LENZ E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

2003.70.04.004812-6 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA X ORLANDO LENZ E OUTRO
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

1. Recebo o recurso de apelação interposto pelo INSS nos efeitos devolutivo e suspensivo.

2. Intime-se a apelada para apresentar resposta, no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2001.70.04.002271-2 - ADELIA FREGNANI PEREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS ANTONIO CENTENARO

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO:

(...) defiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela e determino à ré que se abstenha de inscrever o nome da parte autora no SPC, SERASA, CADIN e demais cadastros análogos, até julgamento final da presente demanda e, se já o fez, que proceda à exclusão, em 48 (quarenta e oito) horas, relativamente ao contrato de financiamento discutido nestes autos.

O pedido de cominação de multa diária será analisado em caso de descumprimento da decisão (...)

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.004707-9 - CENTRO INTEGRADO DE REFRIGERACAO LTDA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON LUIS DAL BEM

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO:

(...) INDEFIRO A TUTELA ANTECIPADA pretendida.

II- Junte a parte autora, sob pena de extinção do processo, no prazo de 10 (dez) dias, cópia do contrato mencionado a fls. 03 firmado com os mutuários de fls. 29, os recibos das prestações e declarações dos reajustes salariais obtidos por sua categoria profissional.

ACAO ORDINARIA

2004.70.04.000121-7 - JOSE ALEXANDRE DE CASTRO E OUTRO X BANCO DO ESTADO DO PARANA S.A E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAO FARANI MANSUR GUERIOS

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

(...) fixo os honorários periciais em R$500,00 (quinhentos reais).

Em razão disso, deverão os autores efetuar o depósito dos honorários periciais à ordem deste Juízo, no prazo de 10 (dez) dias.

ACAO ORDINARIA

98.50.10561-5 - CARLOS AUGUSTO DO CARMO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE PENTO NETO, DELFER DALQUE DE FREITAS

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita...

...intime-se o autor SERGIO KRINTCHEF JANDER para, em dez dias, apresentar comprovante de opção pelo FGTS.

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.003276-3 - SERGIO KRINTCHEF JANDER E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

Manifeste-se a parte autora sobre o prosseguimento do feito, no prazo de dez dias.

ACAO ORDINARIA

2001.70.04.002780-1 - WILSON DANGER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATO SALIM ELMOR

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

1. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita...

2. Intimem-se os autores PAULO PEREIRA NAVES e PAULO FASSINA para, em dez dias, regularizarem a representação processual, apresentando original ou autenticando as procurações apresentadas.

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.004374-8 - PAULO PEREIRA NAVIS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR APARECIDO ZANIN

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

Tendo em vista o contido na petição de f. 49-50, concedo à parte autora o prazo de quinze dias para cumprir o contido no despacho de f. 44, item 02.

Obs: despacho de f. 44, item 02 "...intime-se a parte autora para que esclareça se pretende a habilitação ou a regularização do espólio..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.002187-0 - TEMISTOCLES RIBEIRO SOARES - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE HUMBERTO PINHEIRO

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

Tendo em vista o contido na petição de f. 51-52, concedo à parte autora o prazo de quinze dias para cumprir o contido no despacho de f. 46, item 02.

Obs: despacho de f. 46, item 02 "...intime-se a parte autora para que esclareça se pretende a habilitação ou a regularização do espólio...".

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.002185-6 - ANTONIO CHEREDA - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE HUMBERTO PINHEIRO

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

(...) Ante o exposto, por ausência de urgência, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado.

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.004519-8 - MARIA TEREZA ULLMANN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA INES PRZYBYSZ DE PAULA

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

1. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita...

2. Intime-se o autor para, no prazo de dez dias, emendar a petição inicial nos termos do art. 282, VI do CPC.

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.005239-7 - JOSE MERSSON ALVES BANDEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AFONSO BUENO DE SANTANA

_____ NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

1. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita...

2. Intime-se o autor para, no prazo de dez dias, emendar a petição inicial nos termos do art. 282, I do CPC, uma vez que a inicial foi dirigida ao Juizado Especial Adjunto desta Subseção Judiciária, bem como nos termos do inciso VI do mesmo artigo.

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.005388-2 - JOAO FERREIRA ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADILSON ANDRADE AMARAL

2003.70.04.005394-8 - ARPIRIO MORALES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADILSON ANDRADE AMARAL

_____ Processos para o autor, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso X, da Portaria nº 06, de 10/07/2000, do Juiz Federal da 2ª Vara desta Subseção.

ACAO ORDINARIA

2002.70.04.007392-0 - VICENTE BOFI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SERGIO DOS SANTOS SILVEIRA

2003.70.04.002856-5 - ANTONIO MARTINEZ CEBRIAN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AVERALDO FRANCISCO P. DE SOUZA

_____ Processos para impugnar a contestação, bem como especificar as provas que pretende produzir, justificando-as, em 10 dias, nos termos do art. 1º, §1º, inciso X, da Portaria 06, de 10/7/2000, do MM. Juiz Federal da 2ª Vara Federal desta Subseção.

ACAO ORDINARIA

2003.70.04.000486-0 - WALTER BETIATI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALESSANDRO OTÁVIO YOKOHAMA

2003.70.04.001184-0 - JOSE LIMA DA COSTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA INES PRZYBYSZ DE PAULA

2003.70.04.002720-2 - ALZIRA LUCINDA DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ATAIDE PEREIRA BRISOLA

_____ NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS FOI PROFERIDO SENTENÇA JULGANDO PROCEDENTE O PEDIDO.

ACAO ORDINARIA

2000.70.04.002405-4 - NELSON LUIZETO GIMENEZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO TRENTO, JANE CASTANHA

2001.70.04.000499-0 - FAUSTO BARBIM X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JEFERSON GONCALVES

2001.70.04.003122-1 - PEDRO ALVES DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JANE CASTANHA

2001.70.04.003222-5 - EDILAMAR RISIERI GUTIERRE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IEDA BARETTA, JANE CASTANHA

_____ NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO FOI PROFERIDA SENTENÇA JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO.

ACAO ORDINARIA

2001.70.04.003615-2 - NATALIA WOILAND SUPTITZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CRISTINE MEIRE WELTER

Umuarama - PR, 20 de janeiro de 2004

CÉLIA ABADIA DE REZENDE MARINS
Diretora de Secretaria - 2ª Vara

Editais Judiciais

Capital

EDITAL DE CITAÇÃO DE – K S COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE PILHAS.
n.º 491/2003 - Prazo de 03 (três) dias.

FAÇO SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos de FALÊNCIA n.º 20.706, requerida por MICROLITE S/A contra K S COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE PILHAS, foi determinada a CITAÇÃO da Requerida K S COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE PILHAS (pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 02.377.481/0002-65), anteriormente com sede na Rua Doutor Capitão Antônio José, n.º 471 - Xaxim, nesta Capital, atualmente em lugar incerto, para que no prazo de vinte e quatro (24) horas, a contar do prazo findo deste Edital, querendo, apresente defesa através de advogado, ou elida a falência, depositando em Cartório, no endereço acima impresso, a importância de R$ 34.774,04 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e quatro centavos), correspondente ao principal em data de 22/04/2003, a ser atualizado monetariamente e acrescido das cominações legais, sob pena de ser-lhe decretada a Falência, com base nos §§ 1º e 2º, do Art. 11 da Lei de Falências, conforme o r. despacho a seguir transcrito:
DESPACHO DE FLS. 145: "Cite-se por edital com o prazo de três (03) dias. Em 19 de novembro de 2003. (as) Josély Dittrich Ribas - Juíza de Direito".
E para que ninguém no futuro possa alegar ignorância, especialmente a requerida, passou-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Curitiba – Paraná, ao 22 de janeiro de 2004. Eu, (assinatura no original) ZILDA A. A. SALES - Empregada Juramentada, que o mandei digitar, conferi e subscrevi. E, (assinatura no original) **JOSÉLY DITTRICH RIBAS - Juíza de Direito.**

E D I T A L de C I T A Ç Ã O expedido nos autos de Destituição do Poder Familiar nº 2003.578-0J

"PRAZO DE 20 DIAS"

A DOUTORA LIDIA MUNHOZ MATTOS GUEDES, .JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE CURITIBA-PR, NA FORMA DE LEI ETC.

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Av. Marechal Floriano Peixoto, No. 672. 2º andar, Ed. Fórum Criminal, os autos sob o n.º 2003.578-0J de DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR referentes a G.M.C. e outros, filhos de João Batista Cavalheiro e Silmara Machado Cavalheiro. E, como consta nos referidos autos, que os requeridos encontram-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para citação dos requeridos JOÃO BATISTA CAVALHEIRO e SILMARA MACHADO CAVALHEIRO, com o prazo de 20 dias, a fim de que querendo em "DEZ DIAS", ofererecerem defesa através de advogado na forma do art. 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente, indicando todas as provas que pretendem produzir, inclusive testemunhais, nos autos de DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR nº 2003.578-0J relativamente aos infantes acima, e, ainda, se não tiverem condições para constituírem defensor sem prejuízo de seu sustento ou da família, compareçam neste Juízo, a fim de requererem que lhes seja nomeado dativo, na forma do art.159 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, para que chegue aos seus conhecimentos e ignorância no futuro não possam alegar é expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e três (22.12.2003).O original encontra-se assinado em Cartório nos autos supra. Eu, _____, Anna Pavani, Estagiária de Direito, o digitei. Eu, _____, Maria da Penha Repossi, Escrivã, o subscrevi.
LIDIA MUNHOZ MATTOS GUEDES
Juíza de Direito

E D I T A L de C I T A Ç Ã O expedido nos autos de Destituição do Poder Familiar nº 2003.593-0J

"PRAZO DE 20 DIAS"

A DOUTORA LIDIA MUNHOZ MATTOS GUEDES, .JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE CURITIBA-PR, NA FORMA DE LEI ETC.
FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Av. Marechal Floriano Peixoto, No. 672. 2º andar, Ed. Fórum Criminal, os autos sob o n.º 2003.593-0J de DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR referentes a T.M e D.M., filhas de Sebastião Monteiro e Rosângela Maria Aleixo. E, como consta nos referidos autos, que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para citação do requerido SEBASTIÃO MONTEIRO, com o prazo de 20 dias, a fim de que querendo em "DEZ DIAS", oferecer defesa através de advogado na forma do art. 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente, indicando todas as provas que pretende produzir, inclusive testemunhais, nos autos de DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR nº 2003.593-0J relativamente às infantes acima, e, ainda, se não tiver condições para constituir defensor sem prejuízo de seu sustento ou da família, compareça neste Juízo, a fim de requerer que lhe seja nomeado defensor dativo, na forma do art.159 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, para que chegue aos seus conhecimentos e ignorância no futuro não possa alegar é expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e três (22.12.2003).O original encontra-se assinado em Cartório nos autos supra. Eu, _____, Anna Pavani, Estagiária de Direito, o digitei. Eu,_, Maria da Penha Repossi, Escrivã, o subscrevi.
LIDIA MUNHOZ MATTOS GUEDES
Juíza de Direito

E D I T A L de C I T A Ç Ã O expedido nos autos de Destituição do Poder Familiar nº 2003.671-3J

"PRAZO DE 20 DIAS"

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE CURITIBA-PR, NA FORMA DE LEI ETC.

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Av. Marechal Floriano Peixoto, No. 672. 2º andar, Ed. Fórum Criminal, os autos sob o n.º 2003.671-3J de DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR referentes a J.M.O., filha de Gerson Bispo dos Santos e Cleuza Claudete dos Santos. E, como consta nos referidos autos, que o requerido, encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para citação do requerido GERSON BISPO DOS SANTOS, com o prazo de 20 dias, a fim de que querendo em "DEZ DIAS", ofereça defesa através de advogado, na forma do art. 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente, indicando todas as provas que pretende produzir, inclusive testemunhais, nos autos de DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR nº 2003.671-3J relativamente à infante acima, e, ainda, se não tiver condições para constituir defensor sem prejuízo de seu sustento ou da família, compareça neste Juízo, a fim de requerer que lhe seja nomeado dativo, na forma do art.159 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar é expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro (20.01.2004).O original encontra-se assinado em Cartório nos autos supra. Eu, _____, Anna Pavani, Estagiária de Direito, o digitei. Eu, ___, Maria da Penha Repossi, Escrivã, o subscrevi.
MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT
Juiz de Direito Substituto Designado

E D I T A L
PRAZO 20 DIAS

aO Doutor MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, Excelentíssimo Juiz de Direito Substituto da Infância e da Juventude da Comarca de Curitiba/PR, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto 672, 3º andar, nesta Capital, os Autos de Adoção Nacional com destituição do Poder Familiar nº 2000.866-4, em que são requerentes CLÁUDIO ANTÔNIO DE LIMA e CLEONICE MARIA DE LIMA CRUZ, e requeridos HERMES FERREIRA DE LIMA SOBRINHO e ISABEL DOS SANTOS MARTINS, relativamente a infante M.M.L.. E, como consta nos autos, o requeridos encontram-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para INTIMAÇÃO de HERMES FERREIRA DE LIMA SOBRINHO e ISABEL DOS SANTOS MARTINS, com o prazo de 20 (vinte dias) dias, do teor da sentença proferida em 16/12/2003, na qual foi JULGADO procedente ao efeito de destituir HERMES FERREIRA DE LIMA SOBRINHO e ISABEL DOS SANTOS MARTINS do poder familiar exercido sobre M.M.L.., com fundamento nos artigos 22, 24 e 129, inciso X, da Lei nº 8069/90, c/c 1638, inciso II, no Código Civil vigente, e, em decorrência, decretar adoção da criança supracitada à CLÁUDIO ANTÔNIO DE LIMA e CLEONICE MARIA DE LIMA CRUZ, inicialmente qualificados com fulcro no artigo 39 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, e, para que querendo, no prazo de 10 (dez) dias recorram da decisão. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo.

CUMPRA-SE.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba/PR, aos 22 de janeiro de 2004. Eu, Helena Marconcin, Escrivã, o digitei e subscrevo.
MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT
Juiz de Direito Substituto da Infância e da Juventude

E D I T A L
PRAZO 20 DIAS

O Doutor MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT, Excelentíssimo Juiz de Direito Substituto da Infância e da Juventude da Comarca de Curitiba/PR, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto 672, 3º andar, nesta Capital, os Autos de Adoção Nacional com destituição do Poder Familiar nº 20002.761-9, em que são requerentes WILSON DE OLIVEIRA BUENO e ODENILDA FERREIRA NEVES, e requerido LUIZ CARLOS FERREIRA FAGUNDES, relativamente a infante E.A.M.F.. E, como consta nos autos, o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para INTIMAÇÃO de LUIZ CARLOS FERREIRA FAGUNDES, com o prazo de 20(vinte dias) dias, do teor da sentença proferida em 16/12/2003, na qual foi JULGADO procedente ao efeito de destituir LUIZ CARLOS FERREIRA FAGUNDES do poder familiar exercido sobreE.ªM.F., com fundamento nos artigos 22, 24 e 129, inciso X, da Lei nº 8069/90,c/c 1638, inciso II, no Código Civil vigente, e, em decorrência, decretar adoção da criança supracitada à Wilson de Oliveira Bueno e Odenilda Ferreira Neves, inicialmente qualificados com fulcro no artigo 39 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando-se-lhe a Medida de proteção consistente na Colocação em Família Substituta, preferencialmente na modalidade de Adoção, nos termos ditados pelo artigo 28 em combinação com o artigo 101, VIII, todos da lei estatuária, e, para que querendo, no prazo de 10 (dez) dias recorra da decisão. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo.

CUMPRA-SE.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba/PR, aos 22 de janeiro de 2004. Eu, Helena Marconcin, Escrivã, o digitei e subscrevo.
MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT
Juiz de Direito Substituto da Infância e da Juventude

E D I T A L DE INTIMAÇÃO expedido nos autos de Pedido de Providências nº 2003.110-9J

"PRAZO DE 10 DIAS"

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE CURITIBA/PR , NA FORMA DE LEI, ETC.

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Av. Marechal Floriano Peixoto, Nº. 672, 2º andar, Centro, n/ Capital, os autos sob o n.º 2003.110-9J, referentes à C.D.S.N, filha de Regina de Souza Ferreira e Vanildo Pereira do Nascimento. E, como consta nos referidos autos, que a genitora encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para INTIMAÇÃO de REGINA DE SOUZA FERREIRA, com o prazo de 10 (dez) dias, para que se manifeste, quanto à decisão do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude, proferida em 30.06.03, que declarou V.F., filho de REGINA DE SOUZA FERREIRA, em situação de risco e que aplicou ao infante a medida de proteção de colocação em família substituta, na modalidade de adoção, nos termos do artigo 111, VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar é expedido o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. O original encontra-se assinado em cartório.
CUMPRA-SE.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro (12.01.2004). Eu, , (Anna Pavani), Estagiária de Direito, o digitei Eu, ,(Bel. Maria da Penha Repossi), Escrivã, o subscrevi.
MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT
Juiz de Direito Substituto Designado

E D I T A L DE INTIMAÇÃO expedido nos autos de Destituição do Poder Familiar Nº 2003.147-7J

"PRAZO DE 20 DIAS"

O DOUTOR MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DESIGNADO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE CURITIBA/PR , NA FORMA DE LEI, ETC.

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Av. Marechal Floriano Peixoto, Nº. 672, 2º andar, Centro, n/ Capital, os autos sob o n.º 2003.147-7J, referentes à A.S.S. e W.S.S., filhos de FABIANA SILVA DOS SANTOS. E, como consta nos referidos autos, que os genitores da mãe dos infantes, encontram-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para INTIMAÇÃO de ANGELO DOS SANTOS e CELMA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA, com o prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art. 198 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de que sejam intimados quanto ao r. despacho de fls. 219 dos autos de Destituição do Poder Familiar nº 2003.147-7J, em que foi designado o dia 02.03.04, às 13:30 horas, audiência em que será ouvida a genitora, Fabiana Silva dos Santos, a qual poderá comparecer acompanhada de advogado. E, para que chegue aos seus conhecimentos e ignorância no futuro não possam alegar é expedido o presente EDITAL INTIMAÇÃO, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. O original encontra-se assinado em cartório.
CUMPRA-SE.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quatro (20.01.2004). Eu, , (Anna Pavani), Estagiária de Direito, o digitei. Eu, ,Bel. Maria da Penha Repossi), Escrivã, o subscrevi.
MAURÍCIO MAINGUÉ SIGWALT
Juiz de Direito

EDITAL COM O PRAZO 20 DIAS PARA CITAÇÃO de VALDEMAR DE SOUZA, brasileiro, casado, CPF n. 557.021.809-25.

O Exmo. Sr. Dr. VICTOR MARTIM BATSCHKE, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara de Família da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei, Etc.

FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja pertencer, especialmente do(a) Sr(a) VALDEMAR DE SOUZA, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara de Família, se processam os autos n.º 891/2003 de DIVORCIO JUDICIAL, em que é requerente CELIA REGINA FERREIRA DE SOUZA e requerido VALDEMAR DE SOUZA, tendo a requerente alegado, em síntese, o seguinte: "que em 27/12/85, as partes casaram-se; que da união nasceram dois filhos; que conviveram em harmonia até a data de 02/03/96, quando inexplicavelmente desapareceu o Requerido; que a requerente mantém dois filhos menores, que residem com ela, pelo que requer-se a guarda definitiva de ambos; que foi adquirido pelo casal um lote urbano; que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido.
DESPACHO: Para que a decisão seja proferida mister que se proceda a citação do Requerido, por edital, ou por hora certam enfim, nos moldes estabelecidos pela lei. Intimem-se. Em, 06.12.03 (a) Joeci Machado Camargo, Juíza de Direito.
E para que ninguém possa alegar ignorância, se passa o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta capital para CITAÇÃO de VALDEMAR DE SOUZA.
Fica a parte requerida advertida de que se não apresentar resposta no prazo de 15(quinze) dias, a presente ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (art. 285, do CPC);
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 19 de janeiro de 2.004. Eu, (a) Lestir Bortolon Filho - Escrivão, digitei e subscrevi. **(a) JOECI MACHADO CAMARGO, JUIZA DE DIREITO**

EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA SOELI DE FÁTIMA MARTINS DE OLIVEIRA PRAZO DE TRINTA (30) DIAS

ODR. RUI PORTUGAL BACELLAR FILHO, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEL ETC

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório se processam os termos dos autos registrados sob nº *837/2002* de *AÇÃO DE DEPÓSITO,* em que é requerente *BANCO PANAMERICANO S/A* e requerida *SOELI DE FÁTIMA MARTINS DE OLIVEIRA,* tendo o presente a finalidade de **CITAR** a requerida SOELI DE **FÁTIMA MARTINS DE** OLIVEIRA, brasileira, portadora da CI/RG. nº 2012399, inscrita no CPF/MF sob nº 614.868.689-91, atualmente em lugar incerto, para que, fique ciente dos termos da ação em referência e, para que, querendo, conteste-a no prazo legal de cinco (05) dias, ou, ainda no mesmo prazo, entregue o bem abaixo descrito, ou, consigne o seu equivalente em dinheiro, sob pena de revelia e de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (ad. 285 do C.P.C.), e, sob pena de ser decretada sua prisão pelo prazo de até um (01) ano, tudo em conformidade com a RESENHA DA INICIAL a seguir transcrita: "A requerida em 08 de agosto de 2001, contratou junto à requerente, financiamento pagável em 36 parcelas, para aquisição do bem móvel com as seguintes características: *Marca HONDA, modelo CG 125, ano de fab/mod 2001, cor VERMELHA, chassi sob nº 9C2JC30201R072118,* ficando o bem adquirido gravado com a cláusula de alienação fiduciária conforme mencionado, que recebeu o 14191271. A requerida não cumpriu com o pactuado pelas cláusulas contratuais, deixando de realizar pagamentos desde a prestação vencida em 08/01/02, perfazendo um valor total de R$ 6.911,24 (seis mil, novecentos e onze reais e vinte e quatro centavos), correspondente a soma das Parcelas vencidas e vincendas, despesas de notificação, comissão de permanência diária e multa de 2%. Apesar de todos os esforços despendidos pela requerente no sentido de receber a divida, a requerida nega-se a saldá-la, então, sido protestada pelo Cartório competente ficando, assim, devidamente constituído em mora e inadimplente, conforme preceituado na legislação em vigor. Face ao exposto, demonstrados os princípios "fumus boni juris" e o "periculum in moro", não resta à requerente outra alternativa senão a de socorrer-se da tutela jurisdicional. Deferida a busca e apreensao, conforme se depreende da certidão do Sr. Oficial de Justiça, o veículo alienado fiduciariamente ao Autor, não foi encontrado no endereço fornecido pela Ré. DESPACHO DE FLS. 58: "... Cite-se a Requerida por edital, com prazo de 30 (trinta) dias. Curitiba, 19 de novembro de 2003. (a) Rui Portugal Bacellar Filho -Juiz de Direito". DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Curitiba, aos 04 de dezembro de 2003. Eu, (a) Marcel Marchand, Auxiliar Juramentado que o fiz digitar e subscrevo.
RUI PORTUGAL BACELLAR FILHO – Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO Do EXECUTADO CALMON KNOPFHOLZ.
PRAZO:30 (TRINTA) DIAS

O DR. RUI PORTUGAL BACELLAR FILHO, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório se processam os termos dos autos nº 696/1994 de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é exequente INEPAR FACTORING -FOMENTO COMERCIAL LTDA e executados CALMON KNOPFHOLZ, SEGISMUNDO MORGENSTERN, MANOEL KNOPFHOLZ e DAVID KNO

PFHOLZ, tendo o presente a finalidade de INTIMAR o executado **CALMON KNOPFHOLZ,** brasileiro, portador da CI/RG nº 291.872//PR, inscrito no CPF/MF sob nº 000.413.609-82, atualmente em lugar incerto, para que, fique ciente da penhora realizada sobre os imóveis abaixo descritos, e, para que, querendo, apresente Embargos no prazo legal de 10 dias, sob as penas da lei. PENHORA SOBRE OS SEGUINTES BENS: - **Lote de** terreno rural nº 26 da planta Granja Eldorado, sem benfeitorias, medindo 50,00 metros de frente para uma rua sem denominação, situado no lugar denominado Itaqui, zona rural do Município de Piraquara, Comarca de Curitiba, com as seguintes confrontações para que de frente observar: lado direito com o lote nº 25 da mesma Planta, numa extensão de 80,00 metros, lado esquerdo com o lote 27, numa extensão de 114,50 metros, fundos com a estrada de São José dos Pinhais, numa extensão de 64,00 metros, perfazendo uma área de 5.010,00m² tudo conforme constante sob a Matrícula 19.738 do Cartório do Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição de Curitiba-Pr." — **Lote** de terreno nº 99, sem benfeitorias, situado na Planta Parque Verde de Curitiba, Município de Fazenda Rio Grande, com as demais medidas e confrontações constantes da transcrição 113 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais." DESPACHO DE FL. 268: "Defiro (fls. 265-267). Intime-se o Sr. Calmon na a e para os fins pretendidos, com prazo de 30 (trinta) dias para o edital. Curitiba, 26 de novembro de 2003. (a) Rui Portugal Bacellar Filho - Juiz de Direito". DADO E PASSADO nesta Comarca e cidade de Curitiba, aos 30 dias do mês dezembro do ano 2003. Eu, (a) Marcel Marchand, Auxilia Juramentado, que o fiz digitar e subscrevo.

RUI PORTUGAL BACELLAR FILHO
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE MÁRCIA REGINA DE SOUZA. COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS:

Edital de Citação da Ré MÁRCIA REGINA DE SOUZA, brasileira, portadora da CI/RG nº 81.589.828 e inscrita no CPF/MF nº 037.912.559-59 e atualmente em lugar ignorado conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls. l5verso), para os termos da AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (convertida para AÇÃO DE DEPÓSITO) N. *25.499/2003* que tramita no Juízo e Cartório da 12ª. Vara Cível de Curitiba, sito na Avenida Cândido de Abreu, nº 535 – **5º** andar -EDIFÍCIO FÓRUM CÍVEL - CENTRO CÍVICO, em que é Autor **BANCO PANAMERICANO** e Ré MARCIA REGINA DE SOUZA, em conformidade com a petição em resumo, a seguir transcrita: " O Autor propôs conta a Ré, uma AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, fundada no Decreto-Lei n. 911/69, visando reaver um veículo - MARCA H**ODA/CG 125 TITAN KS, cor** VERMELHA, ano de fab/modelo 2002/2002, chassi n 9C2JC30102R154454, PLACA: AJC9026, deferida liminarmente, o bem objeto da presente não foi localizado, autorizando a conversão da ação em Depósito. Quando da citação da Ré esta igualmente deixou de ser encontrada, o que autoriza agora a expedição do competente edital, nos artigos 231, inciso II e 232 inciso 1, ambos do Codigo de Processo Civil, para citação da Ré, dos termos da presente demanda nos presentes autos. FICA. pelo presente edital a Ré MÁRCIA REGINA DE SOUZA, C ITADA para todos os termos da presente ação, bem como para contestar, querendo, por intermédio de advogado, no ***prazo* de** 05 (cinco) dias, bem como no mesmo prazo, entregar a coisa, depositá-la em Juízo ou consignar o valor do débito no valor de R$ 8.777.19 (oito mil, setecentos e setenta e sete reais e dezenove centavos), ou o **valor do bem (o que for menor)** - prazo de 05 (cinco) dias, contados após o decurso do prazo do edital, sob pena de revelia. ADVERTÊNCIA: PRESUMEM-SE VERDADEIROS **OS FATOS ARTICULADOS INICIAL, SE NÃO CONTESTADOS (ART 285, 2ª** parte e **319** do **CPC). O** presente foi expedido com prazo de vinte (20) dias, sendo que o prazo começará a fluir a partir da primeira publicação deste. O edital será afixado no Fórum e publicado na forma da lei. Curitiba, 02.12.2003.- E eu Francisco Luiz Ciola Mourão) E. juramentado, o digitei e subscrevo. (SOB MINUT A.

WOLFGANG WENER JAHNKE – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO (INTERPELAÇÃO JUDICIAL) DE ELOI DE BONA SARTOR COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS:

Edital de Notificação de ELOI DE BONA SARTOR, brasileiro, solteiro, maior, *residente* domiciliado à Praça Garibaldi, 246, Centro, Curitiba/PR e atualmente tom residência domicilio em lugar ignorados, conforme consta das certidão do Sr. Oficial de Justiça nos autos (fls. 23verso), da que por este Juízo e Cartório da 12ª Vara Cível de Curitiba, sito na Avenida Cândido de Abreu. nº 535 – **5º** andar. EDIFÍCIO FÓRtJM CiVEL, Centro Civico nestø Capital, tramita AÇÃO **DE** NOTIFICAÇÃO JUDICIAL Nº 25.206/2002, requerida por PINHEIRA SOCIEDADE BALNEARIA LTDA., em face de ELOI DE BONA SARTOR ficando NOTIFICADO para os termos da referida *Ação cautelar* dos fatos em resumo, a seguir transcritos: Em data de 20 de abril de 1985. o notificada firmou com a Notificante, Contrato Parlicular de Compromisso de Compra o Venda do n. 604, de cujo objeto era aquisição parcelada dos lotes 48 da Quadra A-5, do Ioteamento denominado de Praia da Pinheira, situado no Município de *Palhoça/SC,* pelo preço global de CR$ 216.000.00 (duzentos e dezesseis mil cruzeiros), pagos em 36 prestações de CR$ 6 000,00 **(Seis** mil cruzeiros). vencendo a primeira em maio de 1985. Ocorre que a Notificada somente efetuou o pagamento de três (03) parcelas, estando inadimplente com 33 (trinta e três) subseqüentes, o que nos dias de hoje, pelos índices legais, atinge a monta de R$ 11.489,27 (onze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais **e** vinte e sete centavos). Assim sendo, é a presente, com tøcro nas normas adjetivas pátria, para INTERPELAR JUDICIALMENTE o requerido, a fim de que pague o valor em aberto e acima descrito, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas do conhecimento deste, sob pena de adoção de providência de ordem legal, visto a inadimplencia da Requerente e sua legal constituição em mora. Pelo presente edital, fica, portanto, NOTIFICADO o SR. ELOI DE BONA SARTOR, dos termos da presente ação ADVERTÊNCIA: não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (Art. 285, 2ª parte e 319 do C.P.C) e conforme disposições do artigo 232 e seguintes do CPC. O presente edital será fixado no Fórum, e publicado na forma da lei. Curitiba, 01.10.2003- E, eu (a) Francisco Luiz Ciola Mourão E. Juramentado, o fiz digitar e subscrevo.

THEMIS DE ALMEIDA FURQUIM CORTES
JUÍZA DE DIREITO

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE CARMELHA PALLÚ MORES

O Dr. Luciano Carrasco Falavinha Souza, MM. Juiz de Direito Substituto da Décima Quarta Vara Cível, desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, etc..

FAZ SABER, a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que nos autos sob nº **1342-2003** de ação de **Interdição** em que é Requerente **YAHEL MORES PODCAMENI e SONIA MORES PODCAMENI** e requerida **CARMELHA PALLÚ MORES**, foi decretada a **INTERDIÇÃO** de CARMELHA PALLÚ MORES, viúva, portadora do RG nº 309.072-8 e do CPF nº 170.443.599/49, cuja sentença, parte final, é do seguinte teor: "..., Assim sendo, com fulcro no art. 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora para declarar a interdição de Carmelha Pallú Mores, e nomear como sua curadora a autora dos presentes autos Yahel Mores Podcameni, mediante termo de compromisso. Sem custas e honorários. Por não haver litígio, não há parte. Via de consequencia, não é aplicável o art. 20 do Código de Prcesso Civil. Dou a presente por publicada, as partes por intimadas. Oportunamente, registre-se e intime-se. Aplique-se no que couber o CN. Lavre-se termos e publicações pertinentes à interdição. Demais diligências. Curitiba, 16 de dezembro de 2003. Dr. Benjamim Acácio de Moura e Costa, Juiz de Direito." E para ninguém no futuro possa alegar ignorância, mandou passar o presente edital que será fixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. **D A D O E P A S S A D O**, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatro. Eu, _____, (Elenita Yasní Santos da Silva), o subscrevi.

Wagner José Amaral
Escrevente Juramentado
Luciano Carrasco Falavinha Souza
Juiz de Direito Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, INCERTOS E DESCONHECIDOS, com o prazo de 30 (trinta) dias, que correrá em Cartório, contados da primeira publicação deste, para contestarem, querendo, em quinze *(15)* dias, a ação de USUCAPIÃO, sob nº *1349/2003,* em que são requerentes ÁUREO FORTES DE RAMOS e VERGÍNIA C. BORBA RAMOS, e requerida BELA VISTA IMÓVEIS LTDA.., que tramita na 15ª Vara Cível de Curitiba, sito a Av. Cândido de Abreu, nº *535,* Edificio do Fórum Cível, 6º andar, referente ao i*móvel constituído pelo lote de terreno nº 17, da quadra 11, da Planta Jardim Itacolomi com as características e confrontações constantes da matrícula nº 27.191, do CRI da 8ª Circunscrição desta Capital".* - DESPACHO: "Citem-se e notifiquem-se conforme estabelecem os artigos 942 e 943 do CPC. Edital com prazo de 30 dias. Após, dê-se vista ao MP. Em 12/11/2003. (a) Mauro Bley Pereira Junior — Juiz de Direito." - ADVERTÊNCIA:Presumem-se verdadeiros os fatos articulados pelos requerentes, se não contestados, no prazo de quinze dias. Curitiba, 17 de dezembro de 2003. Eu, (a) Lílian V. Pissaia – Juramentada, que o fiz digitar e subscrevo.

LILIAN ROMERO
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA

EDITAL DE CITAÇÃO

CITANDOS: FRANCISCO VLASEK, os réus ausentes, incertos e desconhecidos e demais interessados.
PRAZO: 30 dias.
PROCESSO Nº 250/2001 de USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO
REQUERENTE: LUIZ DE RAMOS MARQUES
OBJETIVO: Para querendo contestar a presente ação em 15 dias, a contar do término do prazo deste edital., aduzindo os autores que há sete anos ou seja, desde 1993, se acha, sem interrupção e nem oposição, com animus domini, na posse mansa e pacífica do imóvel urbano, constituído pelo lote 09, da quadra 18, da Planta Bairro Alto, rua Henrique Correia, 1530. Adquiriu o imóvel através de contrato particular de cessão e transferencia de direitos possessórios junto ao cedente Paulo Matiussi e s/m Terezinha Sossai Gambarini Matiussi, que por sua vez haviam adquirido o mesmo imóvel em 1992, através de idêntico instrumento de cessão, junto a cedente Maria de Lourdes Gravi Ferreira, e esta por sua vez, havia adquirido o referido imóvel em 1986, através de escritura particular de cessão de direitos possessórios, outorgada por Catarina dos Santos, a qual mantinha e exercia a posse direta, mansa e pacífica do imóvel desde aproximadamente 1976. O requerente e seus antecessores vem mantendo a posse justa, contínua, de forma mansa e pacífica sobre o dito bem desde aproximadamente 1976, portanto, há mais de 24 anos".
IMÓVEL : " Lote de terreno sob nº 09, da quadra 168, da planta Bairro Alto, indicação fiscal 58.130.009.000-8, e faz frente para rua Felipe Camarão, atual rua Henrique Corria, medindo 10,00m; fundos, confrontando com o lote nº 1 de indicação fiscal 58.130.011.000, de propriedade de Constante Bernardi, medindo-se 10,00m; do lado direito de quem da rua Henrique Corria olha o imóvel , confrontando com o lote nº 08, de indicação fiscal nº 58.130.008.000, de propriedade de Antônio Elias de Oliveira, medindo-se 50,00m; do lado esquerdo de quem da rua Henrique Correia olha o imóvel, confrontando com o lote nº 10 de indicação fiscal nº 58.130.010.000 de propriedade de Francisco Wlasek, medindo-se 50,00m, perfazendo a área total de 500,00m2.".
ADVERTÊNCIA: Não contestando, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora.
Curitiba, 26 de setembro de 2003. Eu,_____
(Davi Moreira) Empregado Juramentado, o digitei e subscrevi.
PEDRO LUIS SANSON CORAT
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
INTIMANDO: ALFREDO FERREIRA JÚNIOR,
brasileiro, divorciado, comerciante.
PRAZO: 20 dias
PROCESSO Nº 175/99 DE ORDINÁRIA EM FASE DE EXECUÇÃO
CREDOR: MARCO ANTONIO BACELLAR
DEVEDOR: ALFREDO FERREIRA JUNIOR
OBJETIVO: A intimação do devedor ALFREDO FERREIRA JUNIOR, para que fique ciente de que procedida a conversão do arresto em penhora no rosto dos autos nº 013511-8, em trâmite perante a 10ª Vara da Justiça Federal de Curitiba/PR, em que Alfredo Ferreira Junior figura como exeqüente, sobre o valor de R$1.696,30, mais acréscimos que encontra-se bloqueados.
ADVERTÊNCIA: Fica advertido que o prazo para apresentação de embargos é de 10 (dez) dias contados do decurso do prazo deste edital. Curitiba, 23 de dezembro de 2003.
Eu, (a) Davi Moreira, Empregado Juramentado, o digitei e subscrevi.

FRANCISCO CARDOZO OLIVEIRA
Juiz de Direito

Comarcas do Interior

Barbosa Ferraz

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E CITAÇÃO DO REQUERIDO JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS.

CITANDO: JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob n.º 237.415.119-00, filho de José Higino dos Santos e Joana Francisca dos Santos, de profissão e endereço desconhecidos, atualmente em lugar ignorado.
PROCESSO: Autos n.º 054/03 de DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA, movida por MARIA CREUSA SILVA, em face de JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS
OBJETIVO: FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo prazo de (01) um ano, a contar da primeira publicação na imprensa, fica devidamente CIENTE o requerido JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS da arrecadação dos seus bens, à saber: Data de terras n.º 06, da quadra 42, com área de 612,50 m2, situada nesta Cidade, matriculada sob n.º 92 no Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade, no valor de R$ 5.000,00; Móveis rústicos já bem desgastados que guarnecem o lar conjugal, no valor de R$ 2.000,00, ficando CONVOCADO, para que dentro do prazo legal entre na posse dos mesmos. FICA ainda devidamente CITADO para os termos da ação, onde a requerente alega que: "mais ou menos entre os anos de 1980 a 1981 passou a vier maritalmente com o desaparecido, que dessa união marital advieram os filhos: Maria Izabel dos Santos; Alfredo José dos Santos; Ismael Diogo dos Santos; que no dia 25/07/1986 adquiriram o imóvel acima descrito, sendo que o ausente efetuou um seguro de acidentes pessoais na Agência da Caixa Econômica Federal desta Cidade (bilhete 823.128.5558-8), sendo que no dia 09 de outubro de 1995 às 21:00 horas, o ausente deixou a residência com a finalidade de efetuar uma viagem para São Paulo, dirigindo a Kombi de sua propriedade marca Wolksvagem, ano de fabricação 1995, placa AFH-6254 deste Município, sendo que desde a data acima referida o mesmo não mais retornou a sua residência e a Kombi não foi encontrada. Amparada no artigo 463 e seguintes do Código Civil e artigos 1.159 e seguintes do Código de processo Civil, requer seja declarada a AUSÊNCIA de JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS, bem como seja nomeada como curadora do ausente para que possa administrar seus bens,. Requer ainda seja lhe concedido os benefícios da assistência judiciária gratuita." Em despacho datado de 22/04/2003, foi deferido os benefícios da assistência judiciária gratuita, bem como nomeada a requerente como curadora do ausente. Lavrado o termo de compromisso, procedeu-se a arrecadação dos bens. ADVERTÊNCIA: Art.: 285 = Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos como verdadeiros, os fatos articulados pela autora**.**
Art.: 319 = Se não contestada a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pela autora.
Barbosa Ferraz, 10 de novembro de 2.003. Eu,Maria de Fátima de Carvalho Pedro, Escrivã, que digitei - José Roberto Silvério - Juiz de Direito.

Campo Largo

Edital de citação Autos de 14/2004 de Pedido de Guarda

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RODRIGUES, MMA JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL com prazo de 20 dias virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo com sede à Rua Centenário, 2245, os autos 14/04 de pedido de Guarda formulado por Lindaura Souza de Jesus, referente as adolescentes PRS, FAZ, PCS e FHS , filhos de Dorocleide de Souza, brasileira, solteira, filha de Lindaura Souza de Jesus. E constando dos autos estar a genitora DOROCLEIDE DE SOUZA, mais conhecida por " Márcia" em lugar incerto e não sabido, por este meio cita-a para no prazo de 10 "DEZ DIAS", oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos., a fim de responder(em) os termos dos presentes autos supra citado(s), o quais poderão determinar a destituição do pátrio E, para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente edital, cuja 2ª via será afixado no local de costume. Dado e passado , nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 07:46 Eu, _ **(Raquel Salomé Cechin), Escrivã o datilografei e subscrevi.**

Edital de citação: autos 407/02

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MMA JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMILIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL com prazo de 20 dias virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo com sede à Rua Centenário, 2245, os autos 407/2002 de Execução de Alimentos promovida por MG representado pela mãe MEF contra o executado MAURINO GOULART, filho de Emilio Goulart e Filomena Fernandes Goulart, , residente em lugar incerto. Por este meio cita MAURINO GOULART para em 03 (três dias, pagar as três ultimas parcelas em atraso, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de ser decretada a prisão civil. Valor das três últimas parcelas R$180,00 (cento e oitenta reais) E, para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente edital, cuja 2ª via será afixado no local de costume. Dado e passado , nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 07:48 Eu, _____
(Raquel Salomé Cechin), Escrivã o datilografei e subscrevi.

Jane dos Santos Ramos Rodrigues
Juíza Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS a REQUERENTE ARISTIDES CAMARGO DA SILVA NA FORMA ABAIXO:
A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 419/2002 de Cautelar de Separação de Corpos entre concubinos, promovido por Danielle Ruthes Zanetti contra Reginaldo João Batista Diniz. E constando dos autos encontrar-se o requerente em lugar incerto e não sabido, por este meio intima-a para, no prazo de 48 horas dar prosseguimento ao feito, sob pena de não o fazendo, serem os autos julgados extintos. E, como não tenha sido possível intimar a requerente pessoalmente, por este meio, intima-ª Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 07:48 Eu_____(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS a requeRENTE ADRIANE DE SOUZA representante de JSC
NA FORMA ABAIXO:

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 10/2000 de Execução de Alimentos promovida contra Dilaor Melo Camargo. E constando dos autos encontrar-se a requerente em lugar incerto e não sabido, por este meio intima-apara comparecer no gabinete da 2ª. Promotoria de Justiça desta Comarca, no prazo de 10 dias, a fim de manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de não o fazendo, serem os autos julgados extintos. E, como não tenha sido possível intimar a requerente pessoalmente, por este meio, intima-ª Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 07:51 Eu_____(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS AO REQUEIDO PEDRO LUIZ GUIMARAES NA FORMA ABAIXO:

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 564/2001 de Divorcio Direito Litigioso promovido por MARIA CLEUZA GUIMARAES contra PEDRO LUIZ GUIMARAES. E constando dos autos encontrar-se o requerido em lugar incerto e não sabido, por este meio intima-o de que por sentença datada de 25/09/03 foi julgado procedente o pedido e decretado o divorcio direto do casal, nos termos do artigo 40 da Lei 6.515/77, julgando dissolvida a sociedade conjugal existente e determinado que o requerido pague a quantia de R$ 100,00 mensais a título de alimentos ao filho do casal. E, como não tenha sido possível intimar o requerido pessoalmente, por este meio intima-o de dita decisão da qual poderá interpor recurso cabível à superior instancia no prazo de 15 dias, sob pena de ver passar em julgado. Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 07:54 Eu_____(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS AO EMBARGANTE ANTONIO CARLOS DOS ANJOS

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 554/2001 de Embargos à Execução promovida por ANTONIO CARLOS DOS ANJOS contra Vilma Aparecida Machado representante legal da menor KCA. E, como não tenha sido possível intimar pessoalmente o embargante Antonio Carlos dos Anjos, por este meio, intima-o para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 48 horas, sob pena de não o fazendo, serem os autos julgados extintos. Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 07:56 Eu_____(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS a REQUERENTE ARISTIDES CAMARGO DA SILVA NA FORMA ABAIXO:

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 542/98 DE Divorcio Direito Litigioso promovido por Aristides Camargo da Silva contra Izabel Aparecida Prestes da Silva E constando dos autos encontrar-se o requerente em lugar incerto e não sabido, por este meio intima-o para, no prazo de 48 horas dar prosseguimento ao feito, sob pena de não o fazendo, serem os autos julgados extintos. E, como não tenha sido possível intimar a requerente pessoalmente, por este meio, intima-ª Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 07:59 Eu_____(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS AO REQUERIDO EDVALDO STASSUM LUZIA APARECIDA NAZARIO, representante das menores DSS, JSS e TSS. NA FORMA ABAIXO:

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 485/02 de Conversão de Separação Judicial em Divorcio, figurando Marinete Reimundo Reis e requerido Edvaldo Stassum. E, constando dos autos encontrar-se o requerido em lugar incerto e não sabido, por este meio intima-o de que por sentença datada de 03/09/2003 foi decretado a conversão da separação judicial em divorcio do casal, julgando dissolvida a sociedade conjugal existente entre a requerente e requerido. E, como não tenha sido possível intimar as requeridas pessoalmente, por este meio, intima-as de cuja decisão poderão interpor recurso cabível a superior instância, no prazo de 15 dias, sob pena de ver passar em julgado dita decisão. Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 08:01 Eu_____(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS a AO REQUERIDO ILVANDE ANTONIO LOURENÇO NA FORMA ABAIXO:

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 443/2002 de Alimentos cumulado com regulamentação de visitas, promovido por por SANDRA BERNARDES DE SOUZA LOURENÇO representando as filhas menores contra o requerido ILVANDE ANTONIO LOURENCO. E constando dos autos encontrar-se o requerido em lugar incerto e não sabido, por este meio intima-o de que por sentença datada de 19/03/2003, foi declarado a revelia do requerido, que devidamente citado não compareceu a audiencia, reputado verdadeiros os fatos narrados na inicial, condenado o requerido a pagar à requerente, a quantia de um salário mínimo mensal, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios de R$300,00. E, como não tenha sido possível intimar o requerido pessoalmente, por este meio, intima-o da qual poderá interpor recurso cabível à superior instância, sob pena de ver passar em julgado dita decisão. Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 08:03 Eu_____(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Aos REQUERIDA LUZIA APARECIDA NAZARIO, representante das menores DSS, JSS e TSS. NA FORMA ABAIXO:

A DOUTORA JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES, MM. JUIZA SUBSTITUTA EM EXERCICIO NA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede a Rua Centenário, nº 2245 os autos sob nº 438/2000 DE Revisional de Cláusula de Alimentos cumulada com pedido de tutela antecipada, figurando como requerente Anilton Sanana da Silva e requeridas DSS, JSS e TSS representadas pela mãe LUZIA APARECIDA NAZARIO, E constando dos autos encontrarem-se as requeridas em lugar incerto e não sabido, por este meio intima-as de que por sentença datada de 13/02/03 e em face da revelia, foram os alimentos reduzidos para 30% dos rendimentos líquidos do requerente, excluídas horas extras, terço de férias e décimo terceiro salário. E, como não tenha sido possível intimar as requeridas pessoalmente, por este meio, intima-as de cuja decisão poderão interpor recurso cabível a superior instância, no prazo de 15 dias, sob pena de ver passar em julgado dita decisão. Dado e passado nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, aos 22/01/04 08:04 Eu___(Raquel Salomé Cechin) Escrivã, digitei e subscrevi.

JANE DOS SANTOS RAMOS RODRIGUES
JUIZA SUBSTITUTA

Capanema

E D I T A L
(para conhecimento de terceiros)

A EXMA. SRA. DOUTORA ROSEANA CESCHIN G R ASSUMPCAO, JUÍZA DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAPANEMA, ESTADO DO PARANÁ, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, pela sentença de fls. 28 a 31 dos autos 000019/2003 , de AÇÃO DE INTERDICAO, em que é requerente IRENE RITA ANDRE ELIAS foi decretada a interdição de SIDNEI ELIAS, tendo em vista que o requerido é portador de distúrbio mental, tendo sido nomeado Curador a requerente IRENE RITA ANDRE ELIAS, sendo que referida representação é para todos os atos da vida civil.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Capanema, Estado do Paraná, aos 23 de dezembro de 2.003. Eu, (ALDO ANTONIO PAGANI), Escrivão da Vara Cível, o digitei e subscrevo.

ROSEANA CESCHIN G R ASSUMPCAO
Juíza de Direito

Cascavel

EDI RONALD ALTHEIA – ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO JULIANO VIEIRA DE ABREU – PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.- O DOUTOR SIDNEY FRANCISCO MARTINS, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente ao requerido JULIANO VIEIRA DE ABREU, brasileiro, solteiro, do comercio, atualmente em lugar incerto e não sabido, que nos autos de BUSCA/APREENSÃO CONV. DEPOSITO, sob nº 554/2002 em que BANCO PANAMERICANO S/A move contra JULIANO VIEIRA DE ABREU, as fls. 57, foi deferida a conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, cujo despacho segue transcrito: Defiro a conversão do pedido inicial em Ação de Depósito requerido às fls. 49/52. Procedam –se as devidas anotações inclusive na distribuição. Cite-se o réu, para que no prazo de cinco (5) dias entregar a coisa, deposita-la em Juízo, consignar o equivalente em dinheiro, ou, contestar, com as advertências legais, às diligências necessárias. Int. Cvel., 22.10.03. (a) Sidney Francisco Martins. Juiz de Direito. Fica pelo presente, o requerido supra mencionado, CITADO da mencionada conversão, bem como para que, no prazo de cinco (5) dias entregue a coisa, constante de os veículo FIAT/PREMIO, IE, cor azul, ano 1993, placa BOQ 1419, chassi 8AS146000P7133723, deposite-a ou consigne o seu equivalente em dinheiro, ou, ainda, querendo, conteste a mencionada ação no mesmo prazo, sob pena de ser-lhe decretada a prisão, por despositário infiel, pelo prazo de até um (1) ano. Mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO em Cartório, nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e três. Eu, (a) Maria Lucia Segateli, Empregada Juramentada, que o digitei e subscrevi.

MARIA LUCIA SEGATELI – EMP. JURAMENTADA
Subscrição Autorizada Pela Portaria nº 01/2003 (Art. 225, VII, CPC)

Castro

= EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO – TRINTA (30) DIAS = da executada JANETE JAN DE GEUS.

A Doutora DENISE DAMO COMEL, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Castro, Estado do Paraná, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório do cível tramitam os autos de EXECUÇÃO FISCAL, sob nº 784/2002, em que é exequente MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ e executada JANETE JAN DE GEUS, sendo que mediante o presente edital CITA a executada **JANETE JAN DE GEUS,** atualmente em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de cinco (05) dias, efetue o pagamento da dívida, na importância de R$ 2.268,46 (dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos), devidamente atualizada à data do efetivo pagamento, acrescida de juros e encargos legais, ou no mesmo prazo, nomeiem bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serlhe penhorados ou arrestados tantos de seus bens, quantos bastem para a cobertura da execução. ORIGEM DA DÍVIDA: Débitos referentes ao imóvel sob cadastro imobiliário nº 138673 – localização: Quadra 1, Lote 1, Carambeí – PR – ação ajuizada em data de 18/12/2002. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Castro, Estado do Paraná, aos trinta (30) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e três (2003). Eu, _____, Escrivã, que o digitei, subscrevi e assino por determinação do MM. Juiz de Direito.

Leonilda Brigina Westphal
Escrivã

Cianorte

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Com Prazo de 15 (quinze) dias

A Excelentíssima Senhora Marília Mitie Yoshida, **MM. Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, na forma da Lei,**

F A Z S A B E R **a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Termo Circunstanciado nº 544/2003, em que é como infrator MARCELO LOPES DA SILVA**, filho de João Lopes da Silva e de Antonia Lima Lopes da Silva, residente e domiciliado na Avenida Coruja, 1830, nesta cidade, atualmente em lugar incerto e não sabido**, e, não sendo possível intimá-lo pessoalmente, fica pelo presente edital** INTIMADO **de** que em data de 16.12.2003, por decisão deste Juízo foi convertida a pena de restritiva de direitos aplicada (prestação de serviços a comunidade) em pena privativa de liberdade, pelo prazo de um (01) mês e quinze (15) dias de detenção, em regime aberto **e a comparecer perante este Juízo, Edifício do Fórum , Sala de audiências da Única Vara Criminal,** no dia 08 de março de 2004 às 09:00 horas, **a fim de estar presente à audiência admonitória nos autos supra. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 08 de janeiro de 2004. Eu, _____, (Maria Suely Vieira Santini), Auxiliar de Cartório o subscrevi e certifico inexistir nos autos, outro(s) endereço(s).**

Maria Suely Vieira Santini
Auxiliar de Cartório
Aut/Port. 001/2001

EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo de 15 (quinze) dias

A Doutora Marília Mitie Yoshida, MM. Juíza de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, na forma da Lei,

F A Z S A B E R a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Processo-Crime nº 016/2003, em que é réu FABIANO DOS SANTOS CARVALHO, brasileiro, amasiado, comerciante, filho de José Lima de Carvalho e de Maria de Fátima dos Santos Carvalho, nascido aos 21.06.1979, natural de Altônia, PR, residente e domiciliado na rua Parigot de Souza, 2950, nesta cidade e Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelos seguintes fatos: "No dia 13 de setembro de 1999, em horário não precisado, na Estrada para Fécula, km 04, a 910-A, nesta cidade e Comarca de Cianorte, PR, o denunciado Fabiano dos Santos Carvalho, com vontade livre e consciente de obter vantagem ilícita em prejuízo alheio, apresentando-=se como comerciante honesto, utilizando-se de endereço e telefone falsos e ainda do cheque nº 000119, conta nº 007948, do Banco Bradesco da cidade de Altônia, que sabia ter sido extraviado do correntista Arnaldo Raimundo da Cunha (cf. Boletim de Ocorrência de fls. 06), adquiriu da empresa Avenorte – Avícola Cianorte Ltda, 2.120 Kg de frango resfriado com o preço unitário de R$ 1, 25, totalizando o valor de R$ 2.650,00, dando como forma de pagamento total, à prazo, o cheque acima referido", infringindo assim a norma do artigo 171, caput, do Código Penal, e, não sendo possível citá-lo pessoalmente, fica pelo presente edital CITADO e INTIMADO a comparecer perante este Juízo, Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, sala de audiências da Única Vara Criminal, no dia 09 de março de 2004, às 09:00 horas, a fim de ser qualificado e interrogado, nos autos acima mencionados, ficando ainda, cientes de que deverá estar acompanhado de advogado e, ainda, ser-lhes-á declarado a revelia se deixar de comparecer ao ato designado, bem como aplicação das demais cominações previstas em Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 31 de dezembro de 2003. Eu, (Maria Suely Vieira Santini) Escrivã Designada que digitei e subscrevi e certifico inexistir nos autos, outro(s) endereço(s).

(a)Maria Suely Vieira Santini
Escrivã Designada
Port. nº 001/2001

Curiúva

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

Pelo presente, se faz saber a todos que será levado a arrematação, em 1ª e 2ª hasta pública, o bem penhorado nos autos nº 020/2002, na seguinte forma:

1ª HASTA -dia 03 de fevereiro de 2004, às 10:30 horas, pelo lanço igual ou superior ao valor da avaliação.

2ª HASTA -dia 18 de fevereiro de 2004, às 10:30 horas, a quem mais der, exceto se o preço ofertado for vil.

LOCAL:Hall de entrada do Edifício do Fórum da Comarca de Curiúva-Pr., na Rua Edmundo Mercer, nº 94.

PROCESSO: Autos de Executivo Fiscal nº 020/2002.

EXEQUENTE:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - Crea/Pr.

EXECUTADO: Donizete Godoy

BEM:01 (um) veículo camioneta, corroceria aberta, à gasolina, marca GM/Chevrolet C-10, ano mod. e fab. 1974, cor azul, placa AAE-7546, chassi C144DBR12718P, sem rádio toca-fitas ou cd. com a lataria, pintura e pneus em péssimo estado de conservação.

AVALIAÇÃO:R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor a ser atualizado por ocasião das hastas.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 3.209,47 (três mil, duzentos e nove reais e quarenta e sete centavos), valor a ser atualizado por ocasião das hastas.

DEPÓSITO:Os bens encontram-se sob a responsabilidade do executado.

ÔNUS: Sem ônus.

INTIMAÇÃO:Fica desde logo intimado o executado, caso não seja encontrado para intimação pessoal.

Curiúva, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três (15.12.2003). Eu, _____Nelson Fernando Salles Bittar, Escrivão, o digitei e subscrevi.

Vanessa Jamus Marchi
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

Pelo presente, se faz saber a todos que será levado a arrematação, em 1ª e 2ª hasta pública, o bem penhorado nos autos nº 043/2002, na seguinte forma:

1ª HASTA -dia 03 de fevereiro de 2004, às 09:00 horas, pelo lanço igual ou superior ao valor da avaliação.

2ª HASTA -dia 18 de fevereiro de 2004, às 09:00 horas, a quem mais der, exceto se o preço ofertado for vil.

LOCAL:Hall de entrada do Edifício do Fórum da Comarca de Curiúva-Pr., na rua Edmundo Mercer, nº 94.

PROCESSO:Autos de Executivo Fiscal nº 043/2002.

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO:M. A. MARQUARDT & CIA. LTDA.

BENS:02 (dois) balcões modulados de vidro, utilização comercial, medindo 4,30 m. de comprimento x 1,02 m. de altura e 40 cm. de profundidade, em vidro temperado, avaliado em R$ 1.100,00 (hum mil e cem reais);

01 (um) balcão modulado de vidro, uso comercial, medindo 2,40 m. de comprimento x 1,00 m. de altura e 60 cm. de profundidade, avaliado em R$ 310,00 (trezentos e dez reais);

25 (vinte e cinco) blusas, diversas cores, tamanho adulto, avaliadas em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

34 (trinta e quatro) bermudas, diversas cores, tamanho adulto, avaliadas em R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais);

54 (cinqüenta e quatro) bermudas, diversas cores, tamanho infantil, avaliadas em R$ 270,00 (duzentos e setenta reais);

11 (onze) pijamas, tamnho infantil, diversas cores, avaliados em 75,00 (setenta e cinco reais);

29 (vinte e nove) pijamas, masculino, diversas cores, tamnho adulto, avaliados em R$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais);

44 (quarenta e quatro) conjuntos, diversas cores, tamanho infantil, avaliados em R$ 347,00 (trezentos e quarenta e sete reais);

35 (trinta e cinco) peças, tamanhos e cores variadas, avaliadas em R$ 210,00 (duzentos e dez reais);

20 (vinte) blusas, diversas cores, tamanho infantil,avaliadas em R$ 60,00 (sessenta reais);

07 (sete) vestidos, diversas cores, tamanho adulto, avaliados em R$ 69,00 (sessenta e nove reais);

29 (vinte e nove) conjuntos, diversas cores, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais);

03 (três) jaquetas, modelo feminino, tamanho adulto, avaliadas em R$ 59,00 (cinqüenta e nove reais);

19 (dezenove) saias jeans, tamanho adulto, avaliadas em R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais);

04 (quatro) camisetas regatas, masculino, tamanho adulto, avaliadas em R$ 16,00 (dezesseis reais);

09 (nove) camisas, diversas cores, modelo masculino, adulto, avaliadas em R$ 116,00 (cento e dezesseis reais);

09 (nove) conjuntos de inverno, tamanho adulto, avaliados em R$ 179,00 (cento e setenta e nove reais);

04 (quatro) camisas jeans, manga longa, infantil, avaliadas em R$ 59,00 (cinqüenta e nove reais);

04 (quatro) camisas diversas cores, manga curta, infantil, avaliadas em R$ 36,00 (trinta e seis reais);

03 (três) calças de veludo, Ônix, tamanho adulto, avaliadas em R$ 80,00 (oitenta reais);

17 (dezessete) calças jeans, tamanho adulto, avaliadas em R$ 253,00 (duzentos e cinqüenta e três reais);

12 (doze) bermudas, diversas cores, tamanho adulto, masculino, avaliadas em R$ 118,00 (cento e dezoito reais);

07 (sete) bermudas jeans, tamanho adulto, masculino, avaliadas em R$ 139,00 (cento e trinta e nove reais);

10 (dez) calças, cores variadas, modelo feminino, adulto, avaliadas em R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais);

09 (nove) pares de chinelos, marca Strike, masculino, adulto, avaliadas em R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais);

04 (quatro) pares de tênis Remer, adulto, avaliados em R$ 91,00 (nove e um reais);

03 (três) pares de tênis Bical e Klin, tamanho adulto, avaliados em R$ 89,00 (oitenta e nove reais);

29 (vinte e nove) pares de tênis Strike, tamanho adulto, avaliados em R$ 548,00 (quinhentos e quarenta e oito reais);

09 (nove) pares de sapatos Strike, masculino, adulto, avaliados em R$ 170,00 (cento e setenta reais);

09 (nove) pares de sapatos, em couro, tamanho adulto, masculino, avaliados em R$ 296,00 (duzentos e noventa e seis reais);

12 (doze) pares de sapatos, A&C, tamanho adulto, masculino, avaliados em R$ 334,00 (trezentos e trinta e quatro reais);

04 (quatro) pares de sapatos Village, tamanho adulto, masculino, avaliados em R$ 131,00 (cento e trinta e um reais);

05 (cinco) pares de sapatos Passo Forte, tamanho adulto, masculino, avaliados em R$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais);

03 (três) pares de sapatos Adilson, tamanho adulto, masculino, avaliados em R$ 68,00 (sessenta e oito reais);

07 (sete) pares de sapatos Fávilo, tamanho adulto, masculino, avaliados em R$ 160,00 (cento e sessenta reais);

01 (um) par de sapato Luitti, tamanho adulto, masculino, avaliado em R$ 22,00 (vinte e dois reais);

01 (um) par de sapatos Duartfhan, tamanho adulto, masculino, avaliado em R$ 29,00 (vinte e nove reais)

01 (um) par de sapatos Gathus, tamanho adulto, masculino, avaliado em R$ 29,00 (vinte e nove reais);

03 (três) pares de tênis Rubind, tamanho adulto, avaliados em R$ 104,00 (cento e quatro reais);

02 (dois) pares de tênis All Latex, tamanho adulto, avaliados em R$ 45,00 (quarenta e cinco reais);

01 (um) par de tênis Le Chevall, tamanho adulto, avaliado em

R$ 18,00 (dezoito reais);
02 (dois) pares de sapatos Fadinha, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 31,00 (trinta e um reais);
04 (quatro) pares de sapatos Larissa, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 51,00 (cinquenta e um reais);
01 (um) par de sapatos Alita, tamanho adulto, feminino, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
01 (um) par de sapatos Bruxos, tamanho adulto, feminino, avaliado em R$ 12,00 (doze reais);
01 (um) par de sapatos Crypalis, tamanho adulto, feminino, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
03 (três) pares de sandálias Hastrer, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 56,00 (cinquenta e seis reais);
01 (um) par de tamancos Azaléia, adulto, avaliado em R$ 19,00 (dezenove reais);
04 (quatro) pares de sapatos Bira, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 59,00 (cinquenta e nove reais);
01 (um) par de sapatos Blandi, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 12,00 (doze reais);
01 (um) par de sandálias Selvaggia, tamanho adulto, feminino, avaliada em R$ 9,00 (nove reais);
02 (dois) pares de sapato Natacha, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 18,00 (dezoito reais);
01 (um) par de sapatos Pollyanna, adulto, feminino, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
01 (um) par de sandálias Gabriela Cortez, tamanho adulto, feminino, avaliado em R$ 14,00 (quatorze reais);
05 (cinco) pares de sandálias Globeleza, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 49,00 (quarenta e nove reais);
03 (três) pares de sapatos Villamo, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 44,00 (quarenta e quatro reais);
02 (dois) pares de sapatilhas Iris, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 19,00 (dezenove reais);
03 (três) pares de sapatos Perlizza, tamanho adulto, avaliados em R$ 29,00 (vinte e nove reais);
02 (dois) pares de sapatos A.M., tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 19,00 (dezenove reais);
03 (três) pares de sapatos Tabita, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 59,00 (cinquenta e nove reais);
06 (seis) pares de sapatos Lucimara, tamanho adulto, avaliados em R$ 89,00 (oitenta e nove reais);
03 (três) pares de sandálias Ana Repizo, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 59,00 (cinquenta e nove reais);
01 (um) par de tamancos Dy Locally, tamanho adulto, feminino, avaliado em R$ 19,00 (dezenove reais);
50 (cinquenta) pares de sapatos Jamar, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 995,00 (novecentos e noventa e cinco reais);
04 (quatro) pares de sapatos D´Willow, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 39,00 (trinta e nove reais);
02 (dois) pares de sapatos Juliana, tamanho adulto, feminino, avaliados em R$ 19,00 (dezenove reais);
04 (quatro) pares de sapatos Pé de anjo, infantil, avaliados em R$ 27,00 (vinte e sete reais);
03 (três) pares de sandálias Klin, infantil, avaliados em R$ 23,00 (vinte e três reais);
05 (cinco) pares de sapatos, em couro, infantil, avaliados em R$ 64,00 (sessenta e quatro reais);
13 (treze) pares de sandálias Kaminha, infantil, avaliados em R$ 167,00 (cento e sessenta e sete reais);
02 (dois) pares de sandálias Melissinha, infantil, avaliados em R$ 19,00 (dezenove reais);
01 par de sandálias Ortopé, infantil, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
03 (três) pares de sandálias Pampili, infantil, avaliados em R$ 38,00 (trinta e oito reais);
02 (dois) pares de sandálias Anita, infantil, avaliados em R$ 19,00 (dezenove reais);
01 (um) par de botina Serelepe, infantil, avaliado em R$ 7,00 (sete reais);
02 (dois) pares de sandálias Village, infantil, avaliados em R$ 25,00 (vinte e cinco reais);
07 (sete) pares de sandálias Finobel, infantil, avaliados em R$ 42,00 (quarenta e dois reais);
04 (quatro) pares de sapatos Pampili, infantil, avaliados em R$ 59,00 (cinquenta e nove reais);
01 (um) par de sapato de sapato Pollyanna, infantil, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
11 (onze) pares de sandálias Bira, infantil, avaliados em R$ 141,00 (cento e quarenta e um reais);
07 (sete) pares de sandálias Klin, infantil, avaliados em R$ 69,00 (sessenta e nove reais);
03 (três) pares de sapatos Tatiany, infantil, avaliados em R$ 27,00 (vinte e sete reais);
03 (três) pares de sapatos Dino´s, infantil, avaliados em R$ 27,00 (vinte e sete reais);
01 (um) par de sandálias Hollywood, infantil, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
03 (três) pares de sandálias Ki-passo, infantil, avaliados em R$ 23,00 (vinte e três) reais);
01 (um) par de sandálias Miver, infantil, avaliado em R$ 7,00 (sete reais);
01 (um) par de sandália Saby, infantil, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
01 (um) par de sandália Gincaninha, infantil, avaliado em R$ 7,00 (sete reais);
03 (três) pares de botinas Grendha, infantil, avaliados em 20,00 (vinte reais);
05 (cinco) pares de tênis Kuiti, infantil, avaliados em R$ 38,00 (trinta e oito reais);
13 (treze) pares de botinas Serelepe, infantil, avaliados em R$ 89,00 (oitenta e nove reais);
08 (oito) pares de tênis Klin, infantil, avaliados em R$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais);
15 (quinze) pares de tênis Bical, infantil, avaliados em 298,00 (duzentos e noventa e oito reais);
05 (cinco) pares de sapatos Protektiv, infantil, avaliados em R$ 49,00 (quarenta e nove reais);
19 (dezenove) pares de tênis Strike Kuiti, infantil, avaliados em R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais);
11 (onze) pares de tênis Protektiv, infantil, avaliados em 141,00 (cento e quarenta e um reais);
04 (quatro) pares de tênis Klin Baby, avaliados em R$ 39,00 (trinta e nove reais);
08 (oito) pares de tênis All Latex, infantil, avaliados em R$ 103,00 (cento e três reais);
02 (dois) pares de tênis Le Cheval, infantil, avaliados em R$ 25,00 (vinte e cinco reais);
03 (três) pares de tênis Zugbol, infantil, avaliados em R$ 32,00 (trinta e dois reais);
02 (dois) pares de tênis Pampili, infantil, avaliados em R$ 25,00 (vinte e cinco reais);
01 (um) par de tênis Melissinha, infantil, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
01 (um) par de tênis Parson, infantil, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);
01 (um) par de tênis Sonic, infantil, avaliado em R$ 12,00 (doze reais);
01 (um) par de tênis Toc-Lyne, bebê, avaliado em R$ 9,00 (nove reais);

AVALIAÇÃO:R$ 11.397,00 (onze mil, trezentos e noventa e sete reais), a ser atualizada por ocasião das hastas.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 17.259,69 (dezessete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos), a ser atualizado por ocasião das hastas.
DEPÓSITO:Os bens encontram-se sob a responsabilidade do executado.
ÔNUS:Sem ônus.
INTIMAÇÃO:Fica desde logo intimado o executado, caso não seja encontrado para intimação pessoal.
Curiúva, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três (15.12.2003). Eu, _____Nelson Fernando Salles Bittar, Escrivão, o digitei e subscrevi.

Vanessa Jamus Marchi
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE HASTA PÚBLICA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

Pelo presente, se faz saber a todos que será levado a arrematação, em 1ª e 2ª hasta pública, o bem penhorado nos autos nº 028/92 de Ação de Execução de Título Extrajudicial, na seguinte forma:
1ª HASTA -dia 04 de fevereiro de 2004, às 10:45 horas, pelo lanço igual ou superior ao valor da avaliação.
2ª HASTA -dia 19 de fevereiro de 2004, às 10:45 horas, a quem mais der, exceto se o preço ofertado for vil.
LOCAL:Hall de entrada do Edifício do Fórum da Comarca de Curiúva-Pr., na Rua Edmundo Mercer, nº 94.
PROCESSO: Execução de Título Extrajudicial nº 028/92
EXEQUENTE:ANDERSON PRESTES MAYER DE MELO
EXECUTADO:JOSÉ DE PAULA HONORATO.
BEM:Uma área de terreno rural com 7,070 alqueires, ou sejam, 171.106,10 m2, situado no lugar denominado Bom Sucesso, neste Município e Comarca de Curiúva, com as medidas, divisas e confrontações constantes da matrícula nº 734, do CRI desta Comarca.
AVALIAÇÃO:R$ 70.070,00 (setenta mil e setenta reais), a ser atualizado por ocasião das hastas.
VALOR DA DÍVIDA: R$ 43.511,46 (quarenta e três mil, quinhentos e onze reais e quarenta e seis centavos) valor a ser atualizado por ocasião das hastas.
DEPÓSITO:O bem encontra-se sob a responsabilidade do Sr. Nelson Fernando Salles Bittar, Depositário Público desta Comarca.
ÔNUS: Sem ônus.
INTIMAÇÃO:Fica desde logo intimado o executado, caso não seja encontrado para intimação pessoal.
Curiúva, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três (15.12.2003). Eu, _____Nelson Fernando Salles Bittar, Escrivão, o digitei e subscrevi.

Vanessa Jamus Marchi
Juíza de Direito

Foz do Iguaçu

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
NTERDIÇÃO DE: NEUSA SOUZA DE OLIVEIRA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR SILADELFO RODRIGUES DA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.

F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 3.ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos n.º 134/1999, de INTERDICAO, em que são requerente MARIA LUCIA DE OLIVEIRA e requerida: NEUZA SOUZA DE OLIVEIRA, atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida às fls. 42, dos autos supra aludidos, que em sua parte final diz: " ANTE O EXPOSTO, decreto a interdição da requerida NEUSA SOUZA DE OLIVEIRA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 5º, II, do Código Civil, e, de acordo com o art. 454, IV, do Código Civil, nomeio-lhe Curadora a requerente MARIA LUCIA DE OLIVEIRA, que desempenhará o " múnus", sem limitações, visto que ficou patente a doença mental, salvo para atos que, por força de lei, dependam de autorização judicial. O Curador nomeado deverá prestar o compromisso legal em cinco dias, ficando dispensada a prestação de hipoteca. Cumpra-se o disposto no artigo 1.184 do CPC., e no art. 12, III, do Código civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Orgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Concedo ao requerente os benefícios da Justiça Gratuita. P.R.I. Foz do Iguaçu/Pr. (a) LOURENÇO CRISTOVÃO CHEMIM – JUIZ DE DIREITO DESIGNADO. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e no futuro ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 17 de Outubro de 2.003- Eu, _____, ANDREIA ROCKENBACH ANACLETO, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi.
ORIGINAL ASSINADO

SILADELFO RODRIGUES DA SILVA
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE VENDA JUDICIAL
COM PRAZO DE 20 DIAS

Pelo presente edital, faz saber a todos os interessados, que será(ão) levado(s) à venda e arrematação em primeira e segunda praça, o(s) bem(s) de propriedade de: MASSA FALIDA DE JUNIOR'S PNEUS, na seguinte forma:
PRIMEIRA PRAÇA: Dia 16 de março de 2004, às 10:00 horas, por preço superior à importância da avaliação.
SEGUNDA PRAÇA: Dia 13 de abril de 2004 às 10:00 horas, pelo maior preço oferecido, não sendo aceito o preço vil. Não havendo expediente forense nos dias acima mencionados, a praça será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.
LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum local, sito à Av. Pedro Basso, 1001 - Polo Centro.
PROCESSO N.º: 23/96, de EXECUÇÃO FISCAL
EXEQÜENTE(S): FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e EXECUTADO(S): MASSA FALIDA DE JUNIOR'S PNEUS LTDA.
DESCRIÇÃO DOS BENS:
-Um alinhador eletrônico, modelo Hiinter D111, série 9302/DH-116 DN2678, acompanhado de um painel de comando eletrônico, sob gabinete tipo armário, impressora com quatro grampos de fixação, mesas dianteira e traseira, em bom estado de conservação e funcionamento.
VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), em data de 27/06/2000,
VALOR DA DÍVIDA: R$ 7.136,70 (SETE MIL, CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS), em data de 09/08/2001.
DEPOSITÁRIO: o executado.
ÔNUS: Nada consta.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) devedor(es) MASSA FALIDA DE JUNIOR'S PNEUS LTDA, na pessoa de seu representante legal e Síndico PAULO ROBERTO MACHADO, se por ventura não forem intimados por ocasião do cumprimento do mandado.
FOZ DO IGUAÇU, em 25 de novembro de 2003.- Eu, _____, Andréia Rockenbach, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi.

original assinado
SILADELFO RODRIGUES DA SILVA
JUIZA DE DIREITO

Guarapuava

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor William da Costa, Juiz Substituto da 2ª Vara Criminal de Guarapuava, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) denunciado(s) **LUIZ PERIN,** brasileiro, filho de Jose Pedro Perin e Maria Grano, nascido aos 10.04.43 em Santa Rosa, RS, e **LUIZ RIBEIRO**, filho de Jose Alves Ribeiro e Maria Ribeiro, nascido aos 18.08.86 em Guarapuava/PR, **atualmente em lugar incerto e não sabido**, pelo presente cita-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Fórum local, no dia **23 de março de 2004, às 13:00 horas,** a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do processo a que responde(m) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 157, § 2º, inc. I e II, ambos do Código Penal, nos autos de processo criminal n.º 184/2002. Guarapuava, Paraná, aos 20 de janeiro de 2004. Eu, _____ Madalena Ferreira de Castilhos, escrivã designada, o subscrevi.

WILLIAM DA COSTA
JUIZ SUBSTITUTO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA

O doutor William da Costa, Juiz Substituto da 2ª Vara Criminal de Guarapuava, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de vinte (20) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) denunciado(s) **PAULO CESAR DOS SANTOS,** RG 6.299.193/PR, brasileiro, filho de Paulo Carvalho dos Santos e Nair Portella dos Santos, nascido aos 25.09.74 em Prudentópolis, PR., **atualmente em lugar incerto e não sabido**, pelo presente intima-o(s) e chama-o(s) a comparecer(em) perante este Juízo, Edifício do Fórum local, no **dia 13 de fevereiro de 2004, às 13:00 horas,** para a audiência admonitória nos autos de processo a que responde(m) como incurso(s) nas sanções do(s) artigo(s) 157, caput, c/c art. 14, inc. II, ambos do Código Penal, nos autos de processo criminal n.º 284/2001, condenado a pena de 02 (dois) anos de reclusão, sendo concedida a suspensão condicional da pena**,** pelo tempo de 02 (dois) anos mediante o cumprimento das seguintes condições: **a)** recolher-se habitualmente à sua residência até as 22:00 horas; **b)** não se ausentar da cidade onde reside, por mais de 08(oito) dias, sem prévia autorização judicial; **c)** comparecer bimestralmente a Juízo, pessoalmente, para informar e justificar suas atividades; **d)** não possuir ou trazer consigo armas ou instrumentos capazes de ofender; **e)** prestar serviços à comunidade, durante o primeiro ano e por 04(quatro) horas semanais.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do réu, expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, pelo presente fica o mesmo intimado, a contar do término do prazo em questão, para futuramente não se alegue ignorância. Dado e passado nesta cidade e comarca de Guarapuava, Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu, _____ Madalena Ferreira de Castilhos, escrivã designada, o subscrevi.

WILLIAM DA COSTA
JUIZ SUBSTITUTO

Ibiporã

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE VINTE DIAS
O(A) Dr(a). ELSIO CROZERA, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Ibiporã-PR.,

FAZ SABER a quem possa interessar, que expediu-se este edital para citação, na forma seguinte: CITANDO(S): LIPEL - IND.COM.DE PLÁSTICOS E PAPÉIS LTDA., CNPJ.nº 061.892.006-05; AUTOS Nº 267/02 de BUSCA E APREENSÃO que BANCO BRADESCO S/A move a LIPEL - IND.COM.DE PLÁSTICOS E PAPÉIS LTDA; OBJETIVO: Fica a Requerida ciente do resumo da petição inicial adiante transcrita, para que, querendo, conteste a ação em 03 (três) dias, contados após o prazo do edital (20 dias), sob pena de não o fazendo, se presumirem verdadeiros os fatos alegados pelo Requerente; RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: Banco Bradesco S/A, fone: 0800-770-7654, propôs Ação de Busca e Apreensão contra a Lipel Ltda., alegando que esta firmou com o Requerente, em 18/05/2001, um contrato de financiamento para aquisição de bens, garantido por alienação fiduciária, para a aquisição do seguinte veículo: "Um caminhão marca M/Benz, modelo L-1113, cor azul, placas BNQ-1129, tipo utilitário, chassi nº 34403212416089, ano 1978." O contrato foi firmado pelo valor de R$.20.200,32, para ser pago em 24 parcelas fixas, mensais e consecutivas, sendo cada prestação, no valor de R$.841,68 (atualizada até junho/2002). Em garantia da dívida assumida, o financiado transferiu ao Banco o domínio resolúvel e a posse indireta do bem descrito e individualizado no item 1, tornando-se, assim, enquanto devedor, em possuidor direto e depositário fiel do bem. A Ré tornou-se inadimplente, tendo sido constituído em mora, através de protesto/notificação extrajudicial. Impõe-se a realização da garantia, nos termos avençados do contrato com alienação fiduciária, sendo o débito vencido da Ré, acrescido dos encargos contratuais: juros de mora 12% ao ano (pro-rata temporis); multa de 2%; e comissão de permanência na taxa de mercado, em junho de 2002, no valor de R$.4.137,46 (quatro mil, cento e trinta e sete reais e quarenta e seis centavos), relativos à prestações e diferenças de prestações pagas a menor, relacionadas às fls. 03 dos autos supra. O valor supra, será acrescido segundo as regras estabelecidas no contrato, presumindo-se vencida toda a dívida, a ser apurada oportunamente. Requereu a final, a busca e apreensão do veículo descrito, bem como que seja julgado procedente o pedido inicial. Requereu, se necessário, a produção de todas as provas em direito admitidas. Deu à causa o valor de R$.4.137,46, atualizados aé junho de 2002. São Paulo, 27/06/2002. a.Dra. Luciana Sezanowski. Passado no Cartório Cível, Comércio e Anexos da Comarca de Ibiporã-PR., com endereço à Av. dos Estudantes nº 351, ao(s) 03 de dezembro de 2003. a. Érys Urquiza Monteiro, E.Juramentado Cível, o digitei.

(a)ELSIO CROZERA -
Juiz de Direito

Iporã

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

Edital para conhecimento de terceiros interessados dos autos de Ação de Alteração de Assento de Nascimento nº 408/2003, que Alexandre Vincenzi Polimeni move em face deste Juízo, sendo pela r. sentença de fls. 60/61, foi determinada a supressão do patronímico "Polimeni", no assento de nascimento nº 016157, lavrado às fls. 21-verso, Livro nº 05-A, do Cartório de Registro Civil do 2º Ofício da Comarca de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso, fazendo constar o nome do requerente como Alexandre Vincenzi. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou-se expedir o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume." Iporã, 11 de dezembro de 2.003. Eu , Marcos Antonio Freitas Zambolim, Escrivão o subscrevo.
Advogado: Dr. Alexandre Cesar Del Grossi.

GUILHERME DE PAULA REZENDE
Juiz de Direito

Jaguapitã

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Doutor RICARDO MITSUO ABE, MM. Juiz de Direito da Comarca de Jaguapitã, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por Este Juízo e Cartório do Cível, será levado em primeiro e segundo leilão os bens móveis abaixo descritos, na forma seguinte:
1º LEILÃO: Dia 05/02/2004, às 14:00 horas, no átrio do Edifício do Fórum local, para venda por valor igual ou superior ao da avaliação;
2º LEILÃO: Dia 19/02/2004, às 14:00 horas, no átrio do Fórum local, observando neste, o maior lanço, desde que não seja vil;
Se por justo motivo o leilão não se realizar na data designada, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário e local;
BENS: 1) "05 (cinco) pneus de caminhão da marca Pirelli 100x200 AP radial, 146/143R, semi novos."
DEPOSITÁRIO: MOSÉS BÚFALO MARTINS
AVALIAÇÃO DOS BENS ATUALIZADA EM: 03 de julho de 2003, no valor de R$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinqüenta reais);
MONTANTE DO DÉBITO: Atualizado em data de 18 de novembro de 2003, no valor de R$ 2.021,71 (dois mil, vinte e um reais e setenta e um centavos).

PROCESSO: **nº. 019/2002** de Executivo Fiscal em que é Exeqüente Fazenda Pública do Estado do Paraná e Executado Abatedouro Guaraci Ltda.
ÔNUS OU RECURSO PENDENTE: não consta dos autos.
INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: Fica desde já intimado dos leilões acima, o executado **ABATEDOURO GUARACI LTDA**, na pessoa de seu representante legal, caso não seja possível a sua intimação pessoal. Jaguapitã, 03 de dezembro de 2003. Eu _____ Maria Ivone Trapp Campaner, Escrivã que digitei e subscrevi.

RICARDO MITSUO ABE
Juiz de Direito.

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Doutor RICARDO MITSUO ABE, MM. Juiz de Direito da Comarca de Jaguapitã, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por Este Juízo e Cartório do Cível, será levado em primeiro e segundo leilão os bens móveis abaixo descritos, na forma seguinte:
1º LEILÃO: Dia 05/02/2004, às 15:30 horas, no átrio do Edifício do Fórum local, para venda por valor igual ou superior ao da avaliação;
2º LEILÃO: Dia 19/02/2004, às 15:30 horas, no átrio do Fórum local, observando neste, o maior lanço, desde que não seja vil; Se por justo motivo o leilão não se realizar na data designada, terá lugar no primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário e local;
BENS: **1)** "01 (uma) TV colorida de 20 polegadas, sem controle remoto, da marca Semp-Toshiba, em bom estado de conservação e funcionamento;"
2) "01 (uma) antena parabólica, com 2,40 metros de diâmetro, da marca Rota Sate, equipada com recptor marca Tec-Sat, modelo T-1.200;"
DEPOSITÁRIO: ARLINDO VETOR
AVALIAÇÃO DOS BENS: atualizado em 29 de abril de 2003;
- item 1) no valor de R$ 200,00 (duzentos reais);
- item 2) no valor de R$ 200,00 (duzentos reais);

TOTAL DA AVALIAÇÃO: no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais);
MONTANTE DO DÉBITO: Atualizado em data de 13 de agosto de 2003, no valor de R$ 686,07 (seiscentos e oitenta e seis reais e sete centavos).
PROCESSO: **nº. 035/2002** de **EXECUÇÃO FISCAL** em que é Exequente **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ** e Executado **ARLINDO VETOR**.
ÔNUS OU RECURSO PENDENTE: não consta dos autos.
INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: Fica desde já intimada dos leilões acima, o executado **ARLINDO VETOR**, caso não seja possível a sua intimação pessoal. Jaguapitã, 03 de dezembro de 2003. Eu _____ Maria Ivone Trapp Campaner, Escrivã que digitei e subscrevi.

RICARDO MITSUO ABE
Juiz de Direito.

Laranjeiras do Sul

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU PEDRO TORCATE MOREIRA, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

Autos nº 103/2.001 – PROCESSO CRIME
Réu: PEDRO TORCATE MOREIRA

O Doutor RODRIGO LUIS GIACOMIN, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o acusado PEDRO TORCATE MOREIRA, vulgo "*Pedro Perciliano*", brasileiro, solteiro, lavrador, nascido aos 14/10/1.958, natural de Laranjeiras do Sul/Pr., filho de Perciliano Torcate Moreira e Maria Julina dos Santos, portador do RG nº 6.981.459-0/Pr., atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O da denúncia oferecida às fls. 02/08, denunciado como incurso no art. 155, § 4º, inc. IV, em c.c. o art. 71, todos do Código Penal, e se ver processar até final julgamento perante este Juízo. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

RODRIGO LUIS GIACOMIN
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DE HELENA KUSKOSKI BIAOBOK, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

Autos nº 075/2003 – PEDIDO DE GUARDA COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: ADOLFO BIAOBOK E MARIA DE LOURDES BIAOBOK

O Doutor NICOLA FRASCATI JUNIOR, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a mãe biológica HELENA KUSKOSKI BIAOBOK, brasileira, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente CITADA, da presente ação supra mencionada, e, querendo, apresentar resposta ao requerimento de guarda, no prazo de 10 (dez) dias. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DE SÉRGIO FERREIRA, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Autos nº 022/2.001 – PEDIDO DE GUARDA
Requerente: SEBASTIÃO DAMAS CORDEIRO e ALBINA MARIA DE JESUS

O Doutor NICOLA FRASCATI JUNIOR, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o pai biológico SÉRGIO FERREIRA, brasileiro, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente CITADA, da presente ação supra mencionada, e, querendo, apresentar resposta ao requerimento de guarda, no prazo de 10 (dez) dias. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU AMILTON RIBEIRO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

Autos nº 228/2.001 – PROCESSO CRIME
Réu: AMILTON RIBEIRO

O Doutor NICOLA FRASCATI JUNIOR, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o acusado AMILTON RIBEIRO, brasileiro, solteiro, servente, nascido aos 08/08/1.978, natural de Laranjeiras do Sul/Pr., filho de Valdir Ribeiro e Eva Santos Ribeiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O da denúncia oferecida às fls. 02/04, denunciado como incurso no art. 10, *caput*, da Lei nº 9.437/97, e se ver processar até final julgamento perante este Juízo. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DE NEUSA DA SILVA, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Autos nº 022/99 – PEDIDO DE GUARDA
Requerente: JOAQUIM ALVES DA SILVA e ROSARIA CHAVES DA SILVA

O Doutor NICOLA FRASCATI JUNIOR, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a mãe biológica NEUSA DA SILVA, brasileira, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente CITADA, da presente ação supra mencionada, e, querendo, apresentar resposta ao requerimento de guarda, no prazo de 10 (dez) dias. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO GONÇALINO SUTIL, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

Autos nº 061/2001 – AÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: JEAN MARCOS SUTIL, rep. por TEREZINHA CAREZIA
Requerido: GONÇALINO SUTIL

O Doutor NICOLA FRASCATI JUNIOR, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o requerido GONÇALINO SUTIL, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente CITADO dos termos da presente ação, bem como para que compareça perante a sala de audiências deste Juízo dia 18 DE FEVEREIRO DE 2.004, ÀS 16 H E 00 MIN, a fim de tomar parte da audiência de instrução e julgamento, acompanhado de advogado e até três testemunhas, sob pena de confissão e revelia. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO MARGARIDA DE CARVALHO DA SILVA e HERDEIROS DE JOSÉ NONATO DA SILVA, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

Autos nº **069/2003 – RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO**
Requerente: **LAUDELINA MACIEL SUTIL**
Requerido: **MARGARIDA DE CARVALHO DA SILVA** e **HERDEIROS DE JOSÉ NONATO DA SILVA**

O Doutor NICOLA FRASCATI JUNIOR, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a requerida MARGARIDA DE CARVALHO DA SILVA e HERDEIROS DE JOSÉ NONATO DA SILVA, brasileiros, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente ficam devidamente CITADOS dos termos da presente ação, bem como para contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, salientando que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros pelo réu, os fatos articulados pela autora, nos autos supra mencionados (art. 285 e 319 do Código de Processo Civil). E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO DIRCEU VIEIRA DA ROSA, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

Autos nº 215/1.999 –ALIMENTOS
Requerente: JOSIANE VIEIRA DA ROSA E OUTRAS
Requerido: DIRCEU VIEIRA DA ROSA

O Doutor NICOLA FRASCATI JUNIOR, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 20 (vinte) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o requerido DIRCEU VIEIRA DA ROSA, brasileiro, amasiado, pedreiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente CITADO dos termos da presente ação, bem como para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, salientando que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, de acordo com os artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil, ficando ciente, também, de que foram arbitrados alimentos provisórios em 01 (um) salário mínimo mensal, devidos pelo réu, a partir da citação, ao requerente. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU IDIMIR ANTÔNIO BELINSKI, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

Autos nº 058/2.001 – PROCESSO CRIME
Réu: IDIMIR ANTÔNIO BELINSKI

O Doutor RODRIGO LUIS GIACOMIN, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o acusado IDIMIR ANTÔNIO BELINSKI, brasileiro, solteiro, nascido aos 23/01/1.969, natural de Quedas do Iguaçu/Pr., filho de Gabriel Belinski e Helga Belinski, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente CITA-O da denúncia oferecida às fls. 02/04, dos autos supra mencionados, a que responde como incurso nas sanções do artigo 10, da Lei nº 9.437/97, bem como INTIMA-O a comparecer perante este Juízo dia 19 de Março de 2004, às 13:30 horas, para ser interrogado sob os termos da denúncia, e se ver processar até final julgamento. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. EuRotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

RODRIGO LUIS GIACOMIN
Juiz Substituto

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE JOÃO DE ARAUJO. O Doutor JOÃO LUIZ MANASSÉS DE ALBUQUERQUE FILHO, Juiz de Direito da Vara Cível desta Comarca de Laranjeiras do Sul PR., na forma da Lei, etc...FAZ SABER, aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente leva ao conhecimento de todos, para que no futuro não aleguem ignorância (desconhecimento), de que neste Juízo e Cartório Cível de processou os autos n º 40/2.003 de INTERDIÇÃO em que é autor: AILTON DE ARAÚJO e réu JOÃO DE ARAÚJO no qual foi interditado e declarado absolutamente incapaz o réu Sr. JOÃO DE ARAÚJO, portador da Certidão de Nascimento n.º 1.040, livro A-9, fls. 31-verso do CRC de Presidente Castelo Branco, Nova Esperança PR., tendo em vista apresentar distúrbio de ordem mental e psíquica permanente, não sendo capaz de praticar por si só, os atos da vida civil, nem administrar a sua pessoa e seus bens, sendo nomeada curador em seu favor seu irmão o Sr. AILTON DE ARAÚJO, portador da RG n.º 7.509.403-5 o qual não poderá desfazer-se dos bens por ventura existentes de propriedade do interditado, sem a prévia autorização deste Juízo, sob as penas de lei, conforme determinação da sentença, parte dispositiva dela a seguir transcrita... Ante o exposto, julgo procedente o pedido para o fim de decretar a interdição de JOÃO DE ARAÚJO, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando como curador o requerente AILTON DE ARAUJO, nos termos do artigos 3º, inciso II, e 1.767 e seguintes do Código Civil. Deixo de determinar a especialização de hipoteca legal pela não indicação de bens em nome do interditado e pela idoneidade do curador, tratando-se do irmão do interditado. Lavre-se o Termo de Compromisso. De acordo com o disposto no artigo 1184 e seguintes do Código de Processo Civil, e artigo 9º, III do Código Civil, oficie-se ao Registro Civil para as anotações necessárias e publique-se na imprensa local e órgão oficial. P.R.I. Em, 13/11/03. (a) JOÃO LUIZ MANASSÉS DE ALBUQUERQUE FILHOI, Juiz de Direito.
O presente é expedido, será publicado e afixado na forma da Lei e local de costume. Dado e passado nesta cidade de Laranjeiras do Sul Pr., aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e três. Eu,_____, MARCOS MUZYKA, **Escrivão do Cível**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU ANTONIO BATISTA, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

Autos nº 113/2002 – PROCESSO CRIME
Réu: ANTONIO BATISTA

O Doutor RODRIGO LUIS GIACOMIN, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu ANTONIO BATISTA, brasileiro, amasiado, lavrador, nascido aos 11/08/1.966, natural de Laranjeiras do Sul/Pr., filho de José Ribeiro Batista e Iolanda Batista, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente intimado do inteiro teor da sentença de fls. 96/104, proferida nos autos supra mencionados no teor final seguinte: "...Diante do exposto, julgo pro

cedente a pretensão punitiva do Estado para condenar o réu ANTONIO BATISTA, como incurso nas sanções dos artigos 213, *caput*, c.c. o art. 224, alínea 'a', incidindo o disposto no art. 226, inc. II, todos do Código Penal, à pena de 07 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Custas pelo réu, suspensa a execução, nos termos do art. 12, da Lei nº 1.060/50. Com o trânsito em julgado: a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados; b) remeta-se o Boletim Individual Estatístico – CPP, art. 809; c) forme-se a Guia de Recolhimento e envie-se ao Juízo de Execuções Penais; d) comunique-se ao Cartório Eleitoral, para fins do art. 15, inc. III, da Constituição Federal. Desde já: Publique-se. Registre-se. Intime-se. Laranjeiras do Sul, 23 de Abril de 2003. (as) Rodrigo Morillos, Juiz Substituto. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 22 de janeiro de 2004. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

RODRIGO LUIS GIACOMIN
Juiz Substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERENTE LUCILENE DOS SANTOS, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

Autos nº **092/2.002** – **Pedido de Guarda**
Requerente: **Lucilene dos Santos**

O Doutor **NICOLA FRASCATI JUNIOR**, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a requerente Lucilene dos Santos, brasileira, filha de Livino Maurício dos Santos e Tereza de Bárbara dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente ficam devidamente INTIMADO, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 12 de Dezembro de 2003. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERENTE MANOEL FRANCISCO MACHADO, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

Autos nº **051/2.002** – **Pedido de Guarda**
Requerentes: **Manoel Francisco Machado**

O Doutor **NICOLA FRASCATI JUNIOR**, Juiz Substituto da Única Vara Criminal, Família, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, e t c...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o requerente MANOEL FRANCISCO MACHADO, brasileiro, filho de Francisco Manoel Machado e Bertolina Maria Fraga, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente ficam devidamente INTIMADO, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento do processo. E para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado na imprensa competente e afixado no átrio do Fórum local, conforme a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, aos 12 de Dezembro de 2003. Eu_____(Rotildo Arruda), Escrivão, digitei e subscrevi.

NICOLA FRASCATI JUNIOR
Juiz Substituto

Londrina

JUIZO DE DIREITO DA 2° VARA CÍVEL DA COMARCA DE
LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Duque de Caxias nº 689 - FÓRUM - Centro Administrativo - CEP: 86015-902 - Londrina - PR.
EDITAL DE CITAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE AUTO POSTO AGUIA IV LTDA, (CNPJ/MF nº 003.820.413/0001-00), na pessoa de seu representante legal, e SERGIO GOES DE OLIVEIRA (C.P.F./MF nº 005.876.929-43), respectivamente, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
Edital de citação do requerido - AUTO POSTO AGUIA IV LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 003.820.413/0001-00, na pessoa de seu representante legal, atualmente residente em lugar ignorado, para que no prazo de TRÊS (03) DIAS, purgue a mora ou apresente contestação à ação, autuada sob nº 329/2001 de BUSCA E APREENSÃO - FIDUCIÁRIA movida pelo BANCO BRADESCO S/A contra AUTO POSTO AGUIA IV LTDA., e notificação do interveniente garantidor - Sr. SÉRGIO GOES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no C.P.F./MF nº 005.878.929-43, também residente em lugar ignorado, para que tome ciência do presente feito, ação na qual o autor alega em síntese, ''que firmou com o requerido, em data de 30/06/2000, um Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens, garantindo por Alienação Fiduciária sob nº 621/370.436, tendo como objeto o veículo: "SEMI-REBOQUE TANQUE, marca/modelo REBOQUE/GOTTI, cor BRANCA, ano de fab./modelo 1997/97, chassi nº 9A9V11530V2AD9152 e placa BXF- 4937", o qual foi oferecido em garantida fiduciária, pelo requerido ao autor. Aduz ainda, que o requerido comprometeu-se a pagar a quantia financiada em 24 prestações mensais consecutivas, no valor de 1.344,34 cada uma; todavia, o requerido não efetuou o pagamento da 6ª prestação vencida em 30/12/2000, apesar de notificação extrajudicial efetuada, o que o constituiu em mora, ensejando o direito da autora em apreender o bem objeto da ação; o qual foi apreendido nesta Comarca, em data de 21/01/2002. O débito do réu, computado até o dia 11/05/2001 era de R$-22.071,08 (VINTE E DOIS MIL, SETENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS), sem a inclusão das custas processuais e honorários advocatícios. ADVERTÊNCIA: Decorrido o prazo supra citado, sem a apresentação de defesa, presumir-se-ão como verdadeiros todos os fatos narrados pela parte autora, decretando-se a sua completa revelia. Londrina, 22 de Dezembro de 2003. Eu, (a) (Vandecir dos Reis Loução), Escrivão Designado, que o digitei e subscrevi.

(a) LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA
Juiz de Direito

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - Art. 1.184 do CPC.

A Excelentíssima Senhora Doutora Cristiane Tereza Willy Ferrari, MM.ª Juíza de Direito da Nona Vara Cível desta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná.

PROCESSO: INTERDIÇÃO SOB N.º 065/2002
REQUERENTE: MARTA ALVES TOLENTINO
REQUERIDA: MARIA ELIANA ALVES TOLENTINO
DATA DA DECISÃO: 27/11/2003
LIMITES DA CURATELA: A requerida é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma dos arts. 5º, II do Código Civil , e 454 do Código de Processo Civil e do artigo 1183 § único, do mesmo diploma civil.
CURADOR NOMEADO: Marta Alves Tolentino
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância será o presente edital afixado no local próprio e publicado pela imprensa na forma da lei vigente, por três vezes, com intervalo de dez dias, gratuitamente, pois a autora é beneficiária da justiça gratuita. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, aos 22/dezembro/2003. Eu,_____(Antonio Santo Vicentino) Emp. Juramentado, que o fiz digitar, subscrevi.

Cristiane Tereza Willy Ferrari
Juíza de Direito

Maringá

= EDITAL DE ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO = = PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS =

Pelo presente se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) a PÚBLICO LEILÃO, o bem de propriedade dos devedores TANFER ARTEFATOS DE FERRO LTDA., ANTONIO ROBERTO SILVA e MILTON JOSÉ PEREIRA; na forma seguinte: PRIMEIRA PRAÇA: dia 10/02/2004, às 16:00 horas, por preço superior ao da avaliação; e SEGUNDA PRAÇA: dia 26/02/2004, às 16:00 horas, pelo maior lance oferecido, não sendo aceito preço vil. – LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Porta principal do Edifício do Fórum, sito à Praça Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, Av., Tiradentes, S/N, nesta cidade:- PROCESSO: autos nº 041/1998 de EXECUÇÃO FISCAL movida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, contra TANFER ARTEFATOS DE FERRO LTDA., ANTONIO ROBERTO SILVA e MILTON JOSÉ PEREIRA. BEM:- *"Veículo da marca MERCEDEZ BENS, modelo L 1113, tipo CAMINHÃO, ano de fabricação e modelo 1977, de cor azul, placa HRO-1628, Chassi nº 34403312334469, que foi avaliado em R$ 6.000,00"*. AVALIAÇÃO: valor total de R$ 6.000,00. ÔNUS:- Além dos autos, nada consta. INTIMAÇÃO: Fica(m), desde logo, INTIMADO(S) das datas supra, o(s) devedor(es) acima mencionado(s), no caso de não ser(em) encontrado(s) para intimação pessoal. OBS:- Lance mínimo: 60% da avaliação para bens Imóveis e 50% para bens Móveis. Maringá, 29 de Dezembro de 2003. Eu, _____ (Waldemar Furlan), Escrivão, o subscrevo.

MARIO SETO TAKEGUMA
Juiz de Direito

EDITAL DE ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO = = PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS =

Pelo presente se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) a PÚBLICO LEILÃO, os bens de propriedade dos devedores ANTONIO SANTANA & TIRADENTES LTDA. e PEDRO JOSÉ TIRADENTES; na forma seguinte: PRIMEIRA PRAÇA: dia 10/02/2004, às 16:00 horas, por preço superior ao da avaliação; e SEGUNDA PRAÇA: dia 26/02/2004, às 16:00 horas, pelo maior lance oferecido, não sendo aceito preço vil. – LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Porta principal do Edifício do Fórum, sito à Praça Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, Av., Tiradentes, S/N, nesta cidade:- PROCESSO: autos nº 171/2002 de CARTA PRECATÓRIA movida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, contra SANTANA & TIRADENTES LTDA. e PEDRO JOSÉ TIRADENTES. BENS:- "Data de terras sob nº 09, da quadra 57, com área de 350,00 m², situada no Jardim Los Angeles, nesta cidade, com as divisas, metragens e confrontações constantes da matrícula nº 3.350 do Cartório de Registro de Imóveis do 3º Ofício desta Cidade. Terreno cercado com paredes e muros em alvenaria e frente co pedras, quintal na frente com piso de lajotão, rua asfaltada com calçamento no passeio público, que foi avaliada em R$ 35.000,00. Contendo construída em seu interior: Uma construção residencial, em alvenaria, tipo sobrado, com a área de 257,72 m², que foi avaliada em R$ 77.316,00; Uma construção em alvenaria, com a área de 56,00 m², que foi avaliada em R$ 11.200,00; Uma construção residencial em alvenaria, com a área de 22,68 m², que foi avaliada em R$ 4.536,00; Uma piscina em alvenaria, com a área 13,37 m², que foi avaliada em R$ 2.674,00". AVALIAÇÃO: valor total de R$ 130.729,00. ÔNUS:- Além dos autos, nada consta. INTIMAÇÃO: Fica(m), desde logo, INTIMADO(S) das datas supra, o(s) devedor(es) acima mencionado(s), no caso de não ser(em) encontrado(s) para intimação pessoal. OBS:- Lance mínimo: 60% da avaliação para bens Imóveis e 50% para bens Móveis. Maringá, 29 de Dezembro de 2003. Eu, _____ (Waldemar Furlan), Escrivão, o subscrevo.

MARIO SETO TAKEGUMA
Juiz de Direito

= EDITAL DE ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO = = PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS =

Pelo presente se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) a PÚBLICO LEILÃO, os bens de propriedade da devedora PORCU PINHATTI & CIA. LTDA., na forma seguinte: PRIMEIRA PRAÇA: dia 17 de Fevereiro de 2004, às 16:00 horas, por preço superior ao da avaliação; e SEGUNDA PRAÇA: dia 02 de Março de 2004, às 16:00 horas, pelo maior lance oferecido, não sendo aceito preço vil.- LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Porta principal do Edifício do Fórum, sito à Praça Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, Av., Tiradentes, S/N, nesta cidade:- PROCESSOS: autos nº 097/2000 e 470/2001 de AÇÕES DE EXECUÇÕES FISCAIS movida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ contra PORCU PINHATTI & CIA. LTDA. BENS.- *"36 (trinta e seis) caixa de velas marca Santa Marina Extra, contendo cada 20 (vinte) pacotes de 08 (oito) unidades, que foram avaliadas em R$ 1.080,00; 15 (quinze) caixas de velas 20 X 1, votiva, de fabricação da própria executada, contendo 20 velas, unidades, em cada caixa, que foram avaliadas em R$ 70,00 cada caixa, totalizando R$ 1.050,00; 01 (uma) máquina conecadeira, destinada a fazer cone de barbante, capacidade de um cone por vez s/nº e sem marca, usada, que foi avaliada em R$ 800,00"*. AVALIAÇÃO: valor total de R$. 2.930,00. ÔNUS:- Além dos autos, nada consta. INTIMAÇÃO: Fica(m), desde logo, INTIMADO(S) das datas supra, o(s) devedor(es) acima mencionado(s), no caso de não ser(em) encontrado(s) para intimação pessoal. OBS:- Lance mínimo: 60% da avaliação para bens Imóveis e 50% para bens Móveis. Maringá, 15 de Janeiro de 2004. Eu, _____ (Lana Lucia Furlan Cunha), Escrivã Designada, o subscrevo.

GIVANILDO NOGUEIRA CONSTANTINOV
Juiz de Direito Substituto

= EDITAL DE ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO = = PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS =

Pelo presente se faz saber a todos, que será(ão) levado(s) a PÚBLICO LEILÃO, os bens de propriedade da devedora SILVERADO AUTO POSTO LTDA.; na forma seguinte: PRIMEIRA PRAÇA: dia 17/02/2004, às 16:00 horas, por preço superior ao da avaliação; e SEGUNDA PRAÇA: dia 02/03/2004, às 16:00 horas, pelo maior lance oferecido, não sendo aceito preço vil. – LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Porta principal do Edifício do Fórum, sito à Praça Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, Av., Tiradentes, S/N, nesta cidade:- PROCESSO: autos nº 181/2002 de EXECUÇÃO FISCAL movida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, contra SILVERADO AUTO POSTO LTDA. BENS:- *"1.000 (um mil) litros de gasolina comum, que foi avaliada em R$ 2,40 o litro, totalizando o valor de R$ 2.400,00"*. AVALIAÇÃO: valor total de R$ 2.400,00. ÔNUS:- Além dos autos, nada consta. INTIMAÇÃO: Fica(m), desde logo, INTIMADO(S) das datas supra, o(s) devedor(es) acima mencionado(s), no caso de não ser(em) encontrado(s) para intimação pessoal. OBS:- Lance mínimo: 60% da avaliação para bens Imóveis e 50% para bens Móveis. Maringá, 29 de Dezembro de 2003. Eu, (Waldemar Furlan), Escrivão, o subscrevo.

MARIO SETO TAKEGUMA
Juiz de Direito

Edital para citação do requerido Laércio Gregório da Cruz - Prazo deste edital: 20 (vinte) dias. O Exmo. Sr. Dr. Sá Ravagnani, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Maringá/PR, na forma da lei, etc... Faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos sob n.º 580/2001 de ação de Busca e Apreensão, em que é requerente: Banco Panamericano S/A., e requerido: Laércio Gregório da Cruz. É o presente edital expedido para citação do requerido Laércio Gregório da Cruz, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial e r. despachos abaixo transcritos, e para, querendo, no prazo de 03 (três) dias contestar a ação. Ficando ainda ciente de que não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente (conforme dispõe os artigos 285 - 2a. Parte e 319 do Código de Processo Civil). Petiçao inicial: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Maringá/PR. Banco Panamericano S/A., pessoa jurídica de direito privado, CGC/MF: 59.285.411/0001-13, com sede na Av. Paulista, n.º2240, Bela Vista, São Paulo – Capital, por seus advogados que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência para, com fundamento no Decreto – Lei n.º911/69, propor a presente ação de Busca e Apreensão em desfavor de Laércio Gregório da Cruz, brasileiro, solteiro, bloqueador, portador de RG: 68396948/PR e CPF: 006.316.699-22, com endereço na rua Lucilio de Held, n.º 145, Jardim Alvorada, Maringá/PR, pelas razões de fato e de direito que passa a expor. Firmaram as partes em 15 de dezembro de 2.000, nominado contrato de abertura de crédito (contrato n.º7529857), por meio do qual o réu, com recursos proporcionados pelo autor, veio a adquirir o seguinte bem de consumo durável: Honda CG 125 TITAN, Ano/modelo 1999, Cor Azul, Placa AIB-2067, Chassi 9C2JC250XWXWR011520. Referido bem foi dado em garantia do financiamento, na conhecida modalidade de alienação fiduciária. Em contrapartida, o réu obrigou-se a resgatar o financiamento em 24 prestações mensais de R$159,83, vencendo-se a primeira parcela em 15/01/01. Ocorre, porém, que o requerido não honrou qualquer das prestações, incorrendo, destarte, em mora, devidamente comprovada pelo devido protesto da Nota Promissória, constante no Livro 465, Folha 221, do 3.º Ofício de Protesto de Títulos de Londrina e ipso facto, dando ensejo ao vencimento antecipado de todas as obrigações contratuais, consoante o disposto na cláusula sétima da retro citada avença. De conseguinte, ante a injúria contratual cometida pelo réu, persegue o autor a tutela judicial, consistente na busca e apreensão do bem dado em garantia fiduciária, cujo provimento desde logo suplica lhe seja concedido em caráter liminar, posto que presentes os requisitos insculpidos no Decreto–lei n.º911/69. Posto isto, requer-se a Vossa Excelência: a) a concessão de medida liminar de busca e apreensão do bem retro descrito, em poder do DETRAN/Maringá/PR, confiando-se, na seqüência, sua guarda e depósito em mãos do autor, que já dispõe de local apropriado para o exercício da custódia; b) a citação do requerido para, no prazo de 3 (três) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão, ou purgar a mora, consoante previsto no § 1.º, do art. 3.º, do Decreto-lei n.º 911/69; c) a concessão dos benefícios do § 2.º, do art. 172, do Código de Processo Civil; d) por fim, requer-se a procedência da presente ação, consolidando-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem apreendido em favor do autor, para os fins assinalados no art. 2.º do Decreto-lei 911/69, bem como seja o requerido condenado ao pagamento das custas processuais (inclusive pertinentes à notificação extrajudicial) e honorários advocatícios na ordem de 20%, de acordo com o pactuado na cláusula oitava do contrato firmado entre as partes. A prova é documental; porém, se necessário for, poderá ser complementada pelos demais meios admitidos em direito. Atribui-se à presente o valor de R$3.835,92. P. Deferimento. Londrina, 31 de agosto de 2001. (a.) Adriano Muniz Rebello. OAB/PR 24.730, Anelise Chaiben. OAB/PR 30.616 e Jaime Dias de Oliveira Jr. OAB/PR 24.629". Despacho de fls. 19: "Comprovada a alienação fiduciária e a mora pelo protesto, defiro o pedido. Expeça-se mandado de busca e apreensão. Cite-se para contestação em 03 dias, com as advertências legais. Em, 26/10/01. (a.) Sá Ravagnani – Juiz de Direito". Despacho de fls. 31: "Cite-se por edital, com prazo de vinte (20) dias. Intime-se. Maringá, 02 de setembro de 2002. (a.) **Sá Ravagnani – Juiz de Direito". E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Maringá/PR, aos 21 de novembro de 2003.**

Edital de Citação do(s) réu(s) – Sebastião Manoel Duarte, brasileiro, portador da C.I. RG nº 15.955.680, e inscrito no CPF/MF sob nº007.944.761-98857.148.109-10, e extraído dos autos sob nº52/2003 movida por Banco Panamericano S/A, contra- Sebastião Manoel Duarte, com prazo de 30 (trinta) dias. "O Doutor José Cichocki Neto, MM. Juiz de Direito da 7ª vara Cível da Comarca de Londrina/PR, na forma da lei, etc... Faz saber a todos que conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente ao réu acima qualificado, que pelo presente edital, com prazo de trinta dias, passado nos autos sob nº52/2003 da ação de Depósito movida por Banco Panamericano S/A, contra Sebastião Manoel Duarte, que e Ação de Busca e Apreensão foi convertida em ação de Depósito para, que no prazo de 05 (cinco) dias o réu acima nominado, apresente em Juízo o bem alienado fiduciariamente, constante do seguinte: "01- (Um) Veículo marca Audi, modelo A4 2.8 V6 30V, ano de fabricação 1996, e modelo 1997, cor azul, chassi nº WAUZZZ8DZTA331727, Placas:JNO-0888, ou o seu equivalente em dinheiro no valor de R$54.598,41 (cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos) (Agosto /2003), bem como, nesse mesmo prazo contestar a presente ação sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 285 CPC). E, para que chegue ao conhecimento dos réu acima nominado, foi expedido o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado em lugar de costume. Dado e **Passado nesta cidade e Comarca de Londrina/PR, aos 04 de setembro de 2003.**

Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Londrina/PR. Edital de citação do requerido Dirceu dos Santos Ribeiro, com prazo de vinte dias. Requerido: Dirceu dos Santos Ribeiro, brasileiro, casado, vendedor, portador da cédula de identidade RG nº6302164-4/PR, inscrito no CPF/MF sob nº022.766.329-25, ora em lugar incerto e não sabido. Proc. de nº 557/2001 de Ação de Busca e Apreensão que lhe promove Banco Panamericano S/A, decorrente do contrato de abertura de crédito nº 8384058-4, firmado entre as partes em data de 13/11/2000. Objetivo: para no prazo legal de três (03) dias, contados do prazo de dilação do presente edital, contestar querendo a ação, ou exercitar a purgação da mora, sob pena de revelia, bem como de se presumir aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial (Artigos 285 e 319 do CPC). Veículo objeto dado em garantia e apreendido nos autos em referência: "Veículo Chevrolet, modelo Omega GLS, ano e modelo 1993, cor preta, placa JLG-7650, Chassi nº 9BGVP19BPPB227562". Dado e Passado nesta cidade e Com**arca de Londrina. Estado do Paraná, aos 05 de dezembro de 2003.**

Edital de citação e intimação do requerido Altamiro Gomes Barbosa Filho – CPF nº051.819.609-79, com prazo de vinte (20) dias. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório respectivo tramitam os autos nº661/2003 de Ação de Busca e Apreensão convertida em Depósito, movida por Banco Panamericano S/A, contra Altamiro Gomes Barbosa Filho, nos quais o requerente alega em síntese que é credor da importância de

R$ 9.413,54; O requerido em 10 de janeiro de 2003, contratou junto ao requerente, financiamento pagável em 36 parcelas, para aquisição do bem móvel com as seguintes características: Marca Honda, modelo CG 125 Titan KS BAS, chassi nº 9C2JC30103R154834, Ano de Fabricação 2002 e modelo 2003; O requerido não cumpriu com o pactuado pelas cláusulas contratuais, deixando de realizar pagamentos desde a prestação vencida em 09/02/2003, totalizando um débito de R$ 8.904,69 sendo que este valor compreende as parcelas vencidas e vincendas, multa contratual, despesas de notificação e comissão de permanência: Apesar de todos os esforços despendidos pelo requerente no sentido de receber a divida, O requerido nega-se a saldá-la, tendo, então, sido notificado, pelo Cartório competente, ficando assim, devidamente constituído em mora e inadimplente; O autor ingressou com a medida de Busca e Apreensão em 21/08/2003, sendo deferida liminarmente; Foi expedido mandado, entretanto não foi possível o cumprimento da presente medida, uma vez que o veículo alienado e o réu não foram localizados, por estarem em lugar incerto e não sabido; Assim não restou outra alternativa senão converter a medida de Busca e Apreensão em Ação de Depósito. E, estando em lugar incerto e não sabido o devedor, a pedido da credora expediu-se o presente que cita-o para os termos da ação proposta bem como intima-o para que no prazo de cinco (05) dias, proceda a entrega do veículo em questão, depositando-o em Juízo, ou consignar-lhe o equivalente em dinheiro, sob pena de ser decretada a sua prisão civil, e no mesmo prazo contestar a ação, não sendo contestada se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância de futuro, expediu-se o presente edital que será afixado no local próprio desta Vara e publicado pela empresa na forma da lei vigente. Dado e passado nesta cidade e **Comarca de Londrina/PR, aos 30/outubro/2003.**

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO REQUERIDO: PAULO ROBERTO JORGE, com prazo de 45 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº1095/2003 de Divórcio Litigioso, em que é requerente Suely Maria Fantucci Jorge, requerido Paulo Roberto Jorge, e como consta nos autos que o requerido encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos da petição inicial, que segue transcrita em sua síntese. A Autora alega em síntese o seguinte: que o requerido está em lugar ignorado, que não possuem bens e possuem três filhois,que pretende a decretação do divórcio. E para que compareça em sala de audiências desta 1ª. Vara de Família, no dia05 DE MARÇO DE 2004, ÀS 13:30 HORAS, para audiência de conciliação. E no dia 22 DE MARÇO DE 2004, ÀS 16:30 HORASpara audiência de instrução e julgamento. Ficando a mesma ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial que não forem contestados no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da audiência de conciliação. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, e afixado neste Fórum no local de costume, CUJA PUBLICAÇÃO SERÁ GRATUITA EM RAZÃO DE TRATAR-SE DE JUSTIÇA GRATUITA. Maringá, 11 DE NOVEMBRO DE 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), Escrivão, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO REQUERIDO: LUIZ CARLOS ALVES BECH, com prazo de 45 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 1165/2003 de Separação Judicial Litigiosa, em que é requerente Diva Mendes de Oliveira Bech, requerido Luiz Carlos Alves Bech, e como consta nos autos que o requerido encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos da petição inicial, que segue transcrita em sua síntese. A Autora alega em síntese o seguinte: que o requerido está em lugar ignorado, que não possuem bens, que possuem dois filhos. E para que compareça em sala de audiências desta 1ª. Vara de Família, no dia 04 DE MARÇO DE 2004, ÀS 13:45 HORAS, para audiência de conciliação. E no dia 23 DE MARÇO DE 2004, ÀS 16:30 HORAS, para audiência de instrução e julgamento. Ficando a mesma ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial que não forem contestados no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da audiência de conciliação. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, e afixado neste Fórum no local de costume, CUJA PUBLICAÇÃO SERÁ GRATUITA EM RAZÃO DE TRATAR-SE DE JUSTIÇA GRATUITA. Maringá, 27 DE NOVEMBRO DE 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), Escrivão, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO: CISAIAS GASTÃO AGUILERA PINTOS, com prazo de 30 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 234/2000 de Ação de Alimentos, em que é requerente João Vitor Oliveira Pintos, requerido Isaias Gastão Aguilera Pintos, e como consta nos autos que o requerido encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua INTIMAÇÃO para que a pensão alimentícia devida, no importe de 47% de um salário mínimo, seja depositada mensalmente diretamente na conta nº 44117-7, agência 042 do Banestado. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente do requerido e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, CUJA PUBLICAÇÃO SERÁ GRATUITA EM RAZÃO DE TRATAR-SE DE JUSTIÇA GRATUITA, e afixado neste fórum no local de costume. Maringá, 06 de novembro de 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), E. designada, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO D0 REQUERIDO: JOSE CARLOS DE MELO, com prazo de 30 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 504/2003 de Investigação de Paternidade, em que é requerente Camila Fernanda Tenório e outra, requerida Jose Carlos de Melo, e como consta nos autos que a requerida encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua CITAÇÃO, nos termos da petição inicial, que segue transcrita em sua síntese. O Autor alega em síntese o seguinte: Que a ré está em lugar ignorado; que o Autor e a ré mantiveram relacionamento amoroso resultante no nascimento de F.D.S., que pretende o Autor o reconhecimento do requerido como pai do autor. Ficando a requerida ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial que não forem contestados no prazo de quinze (15) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente do requerido e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, CUJA PUBLICAÇÃO SERÁ GRATUITA EM RAZÃO DE TRATAR-SE DE JUSTIÇA GRATUITA, e afixado neste fórum no local de costume. Maringá, 29 de agosto de 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), E. designada, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO: IOMAR DE OLIVEIRA COUTO, com prazo de 30 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 826/2003 de Divórcio Litigioso, em que é requerente Maria Luiza de Souza Couto, requerido Iomar de Oliveira Couto, e como consta nos autos que o requerido encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua CITAÇÃO, nos termos da petição inicial, cuja cópia segue em anexo. A Autora alega em síntese o seguinte: que o requerido está em lugar ignorado; que são casados desde 1997que pretende o divórcio pois estão separados de fato há mais de dois anos, que não possuem bens e não possuem filhos.Ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial que não forem contestados no prazo de quinze (15) dias. Tudo de conformidade com o r. despacho do MM. Juiz. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, CUJA PUBLICA ÇÃO SERÁ GRATUITA EM RAZÃO DE TRATAR-SE DE JUSTIÇA GRATUITA, e afixado neste Fórum no local de costume,. Maringá, 28 de agosto de 2003. Eu,____, (Jefferson Xavier dos Santos), Escrivão, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO REQUERIDO: BENVENUTO DOMINGUES, com prazo de 45 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 736/2003 de Divórcio Litigioso, em que é requerente Irene Negreti Garcia Domingues, requerido Benvenuto Domingues, e como consta nos autos que o requerido encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos da petição inicial, que segue transcrita em sua síntese. A Autora alega em síntese o seguinte: que o requerido está em lugar ignorado; que possuem três filhos; que não possuem bens, que pretende a decretação do divórcio. E para que compareça em sala de audiências desta 1ª. Vara de Família, no dia 26 DE NOVEMBRO DE 2003, ÁS 13:30 HORAS, para audiência de conciliação. E no dia 15 DE DEZEMBRO DE 2003, ÁS 14:45 HORAS, para audiência de instrução e julgamento. Ficando a mesma ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial que não forem contestados no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da audiência de conciliação. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, e afixado neste Fórum no local de costume.Maringá, 21 DE AGOSTO de 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), Escrivão, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO REQUERIDO: BENVINDO TOBIAS FAGUNDES, com prazo de 45 dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 680/2003 de Conversão de Separação em Divórcio, em que é requerente Irene de Souza Oliveira, requerido Benvindo Tobias Fagundes, e como consta nos autos que a requerido encontra-se em lugar ignorado, é o presente edital para a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, nos termos da petição inicial, que segue transcrita em sua síntese. A Autora alega em síntese o seguinte: que o requerido está em lugar ignorado;que da união nasceram dois filhos; que não possuem bens e deseja a decretação do divórcio. E para que compareça em sala de audiências desta 1ª. Vara de Família, no dia 07 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 13:30 HORAS, para audiência de conciliação. E no dia 18 DE DEZEMBRO DE 2003, ÀS 14:00 HORAS, para audiência de instrução e julgamento. Ficando a mesma ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial que não forem contestados no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da audiência de conciliação. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, e afixado neste Fórum no local de costume.Maringá, 14 de agosto de 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), Escrivão, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE =
= FLORISA JOSÉ DE CARVALHO =
= COM PRAZO DE 20 DIAS =

Edital de interdição para conhecimento de terceiros, e ainda aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos sob nº 740/2002, de CURATELA, requerida por MANOEL JOSÉ DE CARVALHO, foi por sentença deste Juízo da 1ª Vara Cível decretada a interdição de FLORISA JOSÉ DE CARVALHO, brasileira, solteira, maior, nascida em 14 de abril de 1974, conforme certidão de nascimento nº 5.620, do livro nº A-06, fls. 108vº, do Cartório de Registro Civil da cidade de Ivaté, Comarca de Umuarama – Pr., residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Maringá – Pr., declarando-a incapacitada para exercer os atos da vida civil, tendo sido nomeado curador o requerente MANOEL JOSÉ DE CARVALHO.-.Nada mais. Maringá, 24 de Outubro de 2003. – Eu, _ (Bel. Waldemar Furlan), escrivão digitei e subscrevi.

MARIO SETO TAKEGUMA
Juiz de Direito

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS RELATIOVAMENTE A MUDANÇA DE REGIME DE BENS DE: XISTO LOPES DIAS E MARIA ELZA DIAS, com prazo de trinta (30) dias.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem que, processam-se perante este Juízo e Cartório os termos dos autos nº 54/2003 de Alteração de Regime de Bens, em que são requerentes Xisto Lopes Dias e Maria Elza Dias, requerido O Juízo. Os requerentes pretendem a mudança no regime de bens de seu casamento alegando que: são casados desde 29/05/61 do CRC do 1º destas Cidade; que possuem um bem imóvel; que pretendem a alteração do regime de comunhão de bens para separação de bens. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital com cópias de igual teor, que será publicado na forma da lei, e afixado neste Fórum no local de costume. Maringá, 30 de dezembro DE 2003. Eu,_____, (Jefferson Xavier dos Santos), Escrivão, o digitei e subscrevi.

JOSÉ CAMACHO SANTOS
Juiz de Direito

Matinhos

EDITAL DE CITAÇÃO DAS REQUERIDAS GUIOMAR SANTOS QUADROS e NILSA FERNANDES MEIRA, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem especialmente as requeridas **GUIOMAR SANTOS QUADROS e NILSA FERNANDES MEIRA**, que tramita por este Juízo e Serventia Cível e Anexos, os autos de **REIVINDICATORIA** sob n.º **000889/2003**, em que é requerente **SILVANA DE OLIVEIRA BORGES** e, de conformidade com o respeitável despacho de fls. 24, foi determinada a expedição do presente edital para o fim de **CITAR** as requeridas **GUIOMAR SANTOS QUADROS e NILSA FERNANDES MEIRA**, atualmente em lugar incerto, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, oferecer contestação, sob pena de não o fazendo, serem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 285, parte final e 319, ambos do C. P. C.). **MINUTA DA INICIAL**: EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MATINHOS: SILVANA DE OLIVEIRA BORGES, vem propor AÇÃO REIVINDICATÓRIA c/c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, em desfavor de GUIOMAR SANTOS QUADROS, e NILSA FERNANDES MEIRA, ambas residentes em local desconhecido, pelos seguintes motivos: A Requerente é legítima proprietária do imóvel constante das seguintes características:"Um lote com casa edificada de 60 m2, Matriculado sob n.º 4.583 do Registro de Imóveis de Matinhos, L n.º 04 da Q 04 da Planta Bal. Patrik II, com as demais medidas apontadas no citado Registro. Parte do imóvel foi irregularmente ocupado pelos réus. Mesmo ocupadas as áreas, os invasores não exercem a posse de maneira plena. A autora buscou contato com os réus, para que, de forma amigável, desocupassem os imóveis, sem sucesso. Estas são as áreas irregularmente ocupadas:Por GUIOMAR SANTOS QUADROS: faixa denominada área A do Mapa juntado, medindo 10,60 m de frente para a Rodovia PR 412, com 12,70 m de fundos, em ambos os lados, confrontando com o L n.º 05 da Q 04, perfazendo 134,62 m2, conforme Laudo Técnico firmado por engenheiro competente. Por NILSA FERNANDES MEIRA: faixa denominada área B do mapa juntado, medindo 5,30 m de frente para a Rua Natal, com 24,5 m de fundos, em ambos os lados, confrontando, do lado direito de quem da Rua Natal olha, com o L n.º 03 da Q 04, perfazendo 129,85 m2, conforme Laudo Técnico firmado por engenheiro competente. A autora necessita do imóvel, em face da necessidade de gozar o que é da sua propriedade plenamente. Os Requeridos vem dilapidando o imóvel e todos os impostos estão sendo pagos pela autora. Os requeridos vêm se aproveitando da posse indireta e eventual, nunca detiveram a posse de forma mansa e pacífica. A autora sofre prejuízos. REQUER, a) Seja a ação recebida e processada pelo rito ordinário, citando-se os Requeridos, para que querendo conteste, no prazo legal, sob pena de serem admitidos como verdadeiros os fatos relatados; b) Seja a ação julgada procedente para restituir as partes do imóvel irregularmente ocupadas; c) Sejam os réus condenados ainda a indenizar a autora por perdas e danos e enriquecimento ilícito, em face do tempo em que gozaram da posse, em valor mensal de 1% do valor venal do imóvel, desde a sua ocupação, até sua efetiva desocupação; d) Sejam condenados no pagamento das verbas sucumbênciais, na forma da lei, e custas processuais; e) No caso da (improvável) improcedência dos pedidos Reivindicatório e Indenizatório, que seja recebido o presente pedido sucessivo, para condenar os réus a restituir a autora todos os valores gastos com IPTU, devidamente corrigido, desde a tomada da posse até o transito em julgado da presente ação, a ser apurado em liquidação de sentença; f) Requer prova documental, testemunhal e pericial. É o que requer. Dá a causa o valor de R$ 6.516,04. Pede deferimento. Pontal do Paraná, 23 de setembro de 2003. Daniel Gilberto Lemos Pereira, OAB/PR 25947. **DESPACHO**: "Defiro o pedido de fl. 22. Expeça-se edital de citação, com o prazo de trinta (30) dias. Matinhos, 18 de dezembro de 2003. (as.) PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE – Juíza de Direito." – DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Matinhos, Estado do Paraná, aos 09 de janeiro de 2.004. Leandro Ferreira do Nascimento, Funcionário Juramentado, o digitei. Eu, (AIRTON JOSE VENDRUSCOLO), Titular, o conferi e subscrevo.

Airton Jose Vendruscolo
Titular da Serventia
Por autorização Judicial da Portaria n.º 002/99

Palmas

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): MARIA TULIA FONSECA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **MARIA TULIA FONSECA**, portador(a) da certidão de nascimento nº 298, fls. 150, livro A-01 do Cartório do Registro Civil de Coronel Domingos Soares/PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 030/03 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **MARIA TULIA FONSECA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de doença mental, pelo que foi nomeado(a) a senhora: **MARIA DE JESUS AMARAL**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): JAQUES DOUGAS VIEIRA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **JAQUES DOUGAS VIEIRA**, portador(a) da certidão de nascimento nº 24.477, fls. 222 verso, Livro A-4 do Cartório do Registro Civil de Xanxerê/SC, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 092/02 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **JAQUES DOUGAS VIEIRA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de paralisia cerebral, apresentado-se as deficiências como de caráter permanente, pelo que foi nomeado(a): **MARIA TEREZINHA MONTEIRO**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): SEBASTIÃO DE OLIVEIRA BUENO.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **SEBASTIÃO DE OLIVEIRA BUENO**, portador(a) da cédula de identidade nº 8.840.622-2/PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 094/00 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **SEBASTIÃO DE OLIVEIRA BUENO**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de doença mental, decorrente de acidente de trânsito, com alterações das funções corticais secundárias e alcoolismo, desnutrição e queda (traumatismo crânio-encefálico), pelo que foi nomeado(a): **ANA DO ROSÁRIO DINIZ**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): RAFAEL DE OLIVEIRA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **RAFAEL DE OLIVEIRA**, portador(a) da cédula de identidade nº 9.351.775-0/SSP/PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 110/03 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **RAFAEL DE OLIVEIRA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de doença mental – apresentando retardo mental, pelo que foi nomeado(a): **ANA MARIA FARIAS DE OLIVEIRA**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): DORVALINO DOS SANTOS.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **DORVALINO DOS SANTOS**, portador(a) da cédula de identidade RG nº 9.304.196-8-PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 145/02 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **DORVALINO DOS SANTOS**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de
paralisia cerebral, apresentado-se as deficiências como de caráter permanente, pelo que foi nomeado(a): **MARIA TEREZINHA MONTEIRO**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): ARCELINO PINHEIRO DA ROCHA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **ARCELINO PINHEIRO DA ROCHA**, portador(a) da cédula de identidade RG nº 2.226.987-9 e inscrito no CPF/MF sob nº 752.501.329-34, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 092/02 de Interdição, em que é requerente: Erondina Pinheiro Argenta e requerido(a): **ARCELINO PINHEIRO DA ROCHA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de doença mental, epilepsia crônica – CID – 10,G.40.2 e F.06.7, pelo que foi nomeado(a): **ERONDINA PINHEIRO ARGENTA**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): ADRIANO ALENCAR DA ROSA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **ADRIANO ALENCAR DA ROSA**, portador(a) da certidão de nascimento nº 2.794, fls. 25v do livro 8-A do Cartório de Registro Civil de Bituruna/PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 154/01 de Interdição, em que é requerente: Afonso Celso Rosa e requerido(a): **ADRIANO ALENCAR DA ROSA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de déficit de função sensorial, com baixo grau de entendimento e discernimento, pelo que foi nomeado(a): **AFONSO CELSO ROSA**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.
(original assinado)

LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): ROSELI PEREIRA DA CONCEIÇÃO.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **ROSELI PEREIRA DA CONCEIÇÃO**, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº 8.012.340-0/PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 092/02 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **JAQUES DOUGAS VIEIRA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de paralisia cerebral, apresentado-se as deficiências como de caráter permanente, pelo que foi nomeado(a): **MARIA TEREZINHA MONTEIRO**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,___, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): JOSÉ OSMARIO CAMARGO.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **JOSÉ OSMARIO CAMARGO**, portador(a) da cédula de identidade RG nº 5.188.572-4, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 337/02 de Interdição, em que são requerentes: João Maria Celke de Camargo e outra e requerido(a): **JOSÉ OSMARIO CAMARGO**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de enfermidade, pelo que foi nomeado(a): **JOÃO MARIA CELKE DE CAMARGO**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e **subscrevi.**

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): MARIA DOS SANTOS VIEIRA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **MARIA DOS SANTOS VIEIRA**, portador(a) da certidão de nascimento nº 8.409, fls. 12 verso, Livro 25 do 1º Cartório de Registro Civil de Palmas/PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 392/02 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **MARIA DOS SANTOS VIEIRA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de retardo mental severo – CID – F72, pelo que foi nomeado(a): **BERNADETE APARECIDA DOS SANTOS**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): ANGELITA BERNARDO DE LIMA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **ANGELITA BERNARDO DE LIMA**, portador(a) da cédula de identidade nº 3.680.535 e inscrito no CPF/MF sob nº 018.593.379-37, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 399/02 de Interdição, em que é requerente: Roseli Aparecida de Lima e requerido(a): **ANGELITA BERNARDO DE LIMA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de epilepsia e retardo mental moderado, pelo que foi nomeado(a): **ROSELI APARECIDA DE LIMA**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): AGUINALDO RIBEIRO BATISTA.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **AGUINALDO RIBEIRO BATISTA**, portador(a) da cédula de identidade RG nº 5.106.236-1-PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 407/99 de Interdição, em que é requerente: Maria de Lourdes Ribeiro Batista e requerido(a): **AGUINALDO RIBEIRO BATISTA**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de doença mental, esquizofrenia – CID 20.0, pelo que foi nomeado(a): **MARIA DE LOURDES RIBEIRO BATISTA**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): VERA LUCIA DE FREITAS.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **VERA LUCIA DE FREITAS**, portador(a) da cédula de identidade nº 9.466.893-0 SSP/OR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 458/02 de Interdição, em que é requerente: Ministério Público e requerido(a): **VERA LUCIA DE FREITAS**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de doença mental, pelo que foi nomeado(a): **ADELINA APARECIDA BAPTISTA SANTOS**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO do(a) interditado(a): VERA LUCIA KERPPERES.

EDITAL de **INTERDIÇÃO** do(a) interditado(a): **VERA LUCIA KERPPERES**, portador(a) da cédula de identidade RG nº 4.936.152-0 SSP/PR, residente e domiciliado(a) nesta cidade, que por este Juízo e Comarca tramitam os autos nº 494/02 de Interdição, em que é requerente: Gilmar Kerppers e requerido(a): **VERA LUCIA KERPPERES**, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, sendo portador(a) de doença mental, paralisia cerebral infantil – CID 10 – G-80, pelo que foi nomeado(a): **GILMAR KERPPERES**, como curador(a). Obs.: O processo tramita como Assitência Judiciária Gratuíta. Palmas, 30 de dezembro de 2003. Eu,_____, Luiz Antonio de Siqueira Guérios, Escrivão da Vara Cível, o fiz digitar, conferi, imprimi e subscrevi.

(original assinado)
LETÍCIA ZÉTOLA PORTES
Juíza de Direito

Pato Branco

Edital de Intimação

com o prazo de 30 (trinta) dias

Publicação da Sentença Decretando a Interdição de
JOSÉ BELMIRO DOS SANTOS

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível da Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 127/2003 de Ação de Interdição em que é Requerente ERONDINA APARECIDA BARBOSA DOS SANTOS E OLIVEIRA e Interditado JOSÉ BELMIRO DOS SANTOS, que pelo MM Juiz desta Serventia foi decretada a interdição do SR. JOSÉ BELMIRO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 31/12/1953, com certidão de nascimento nº 27.252, lavrada à fl. 73 verso, no Livro nº 33, do Cartório de Registro Civil do Município de Pato Branco – Pr, sendo-lhe nomeada como sua Curadora a SRA. ERONDINA APARECIDA BARBOSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, certidão de casamento nº 4615, lavrada à fl. 282, do Livro 13-B, do Município de Pato Branco – Pr, tudo conforme respeitável sentença de fls. 37/39, a disposição de qualquer parte interessada em analisa-la, em cartório. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (24/11/2003). Eu, _____, (Paulo Cesar Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

JEDERSON SUZIN
Juiz de Direito

Edital de Intimação
com o prazo de 30 (trinta) dias

Publicação da Sentença que Decretou a Interdição de OLINDA DE FARIAS FERREIRA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível da Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 337/2001 de Ação de Interdição em que é Requerente ROSANE FARIAS FERREIRA e Interditada OLINDA DE FARIAS FERREIRA, pelo MM Juiz foi decretada a interdição da SRA. OLINDA DE FARIAS FERREIRA, brasileira, casada, maior incapaz, do lar, , portadora da Carteira de Identidade/RG nº 3.529.008-7, devidamente inscrita no CPF/MF nº 473.617-789-68, nascida em 28/05/1934, residente e domiciliada na Rua do Príncipe, nº 1.475, Bairro São Cristóvão, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco – Pr, sendo-lhe nomeada como sua Curadora a SRA. ROSANE FARIAS FERREIRA, brasileira, solteira, do lar, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 8.876.257-6, devidamente inscrita no CPF/MF nº 022.647.999-43, podendo ser encontrada no mesmo endereço da Interditada, tudo conforme respeitável sentença de fls. 40/42 proferida nos autos acima mencionados, a qual se encontra neste cartório da 2ª Serventia Cível de Pato Branco – Pr, para quem analisar quiser. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (24/11/2003). Eu, _____, (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

Jederson Suzin
Juiz de Direito

Edital de Intimação
com o prazo de 30 (trinta) dias

publicação da sentença que decretou a interdição de NATALINO HACCOURT

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível da Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 185/2003 de Ação de Interdição em que é Requerente ANA HACCOURT e Interditado NATALINO HACCOURT, que pelo MM Juiz foi decretada a interdição de NATALINO HACCOURT, brasileiro, casado, nascido em 12/10/1952, com Certidão de Casamento nº 785, lavrada à fl. 173, no Livro nº 2, no Cartório de Registro Civil do Município de Dois Vizinhos – Pr, portador da Carteira de Identidade/RG nº 3.822.425, devidamente inscrito no CPF/MF nº 465.307.899-87, residente e domiciliado à Rua Pedro de Lima, nº 80, Bairro Industrial, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco – Pr, sendo-lhe nomeado como Curadora a SRA. ANA HACCOURT, brasileira, casada, devidamente inscrita no CPF/MF nº 040.951.609-00, residente no mesmo endereço do Interditado, tudo conforme respeitável sentença de fls. 26/28, proferida nos autos acima mencionados, a disposição de qualquer parte interessada para análise. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (24/11/2003). Eu, _____, (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

Jederson Suzin
Juiz de Direito

Edital de Intimação
Com o Prazo de 30 (trinta) dias

Publicação da sentença que decretou a interdição de JOÃO MARIA JOSÉ DE SIQUEIRA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Geraldo Dutra de Andrade Neto, MM Juiz da 35ª Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 147/2003 de Ação de Interdição em que é Requerente ROZINHA JOSÉ SIQUEIRA e Interditado JOÃO MARIA JOSÉ DE SIQUEIRA, pelo MM Juiz foi decretada a interdição do Interditado JOÃO MARIA JOSÉ DE SIQUEIRA, brasileiro, solteiro, maior incapaz, sem profissão, Certidão de Nascimento nº 6.533, lavrada à fl. 234, do livro nº 6-A, do Cartório de Registro Civil do Município de São Lourenço do Oeste – Sc, filho de Darcy José de Siqueira e Lealdina Machado de Freitas, nascido em 14/12/1972, residente e domiciliado à Rua da Inconfidência nº 35, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco – Pr, sendo-lhe nomeada como sua Curadora a Requerente ROZINHA JOSÉ SIQUEIRA, amasiada, do lar, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 7.650.493-5, devidamente inscrita no CPF/MF nº 022.659.549-85, podendo ser encontrada no mesmo endereço do Interditado, a qual aceitou o encargo e assinou o Termo de Compromisso de Curadora em data de 09 de dezembro de 2003, tudo conforme respeitável sentença de fls. 26/28 proferida nos autos acima mencionados, a qual se encontra neste cartório da 2ª Serventia Cível de Pato Branco – Pr, sito à Travessa Goiás nº 55, centro, para quem analisar quiser. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (07/01/2004). Eu, _____, (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO
Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária

Edital de Intimação
Com o Prazo de 30 (trinta) dias

publicação da sentença que decretou a interdição de RODRIGO ANTÔNIO FIORI

O Excelentíssimo Senhor Doutor Geraldo Dutra de Andrade Neto, MM Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 418/2002 de ação de Interdição em que é Requerente ANA MARIA FIORI e Interditado RODRIGO ANTÔNIO FIORI, pelo MM Juiz foi decretada a interdição do Interditado RODRIGO ANTÔNIO FIORI, brasileiro, solteiro, com certidão de nascimento nº 9.335, lavrada à fl. 434, no livro nº 15-A, do Cartório de Registro Civil desta Cidade e Comarca de Pato Branco – Pr, filho de Otávio Fiori e Ana Maria Fiori, nascido em 22/02/1980, natural de Pato Branco – Pr, podendo ser encontrado na Localidade de Linha Mafra, Distrito de São Roque do Chopin, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco – Pr, sendo-lhe nomeada como sua Curadora a Requerente ANA MARIA FIORI (Mãe do Interditado), brasileira, casada, do lar, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 8.795.018-2, devidamente inscrita no CPF/MF nº 025.628.269-22, podendo ser encontrada no mesmo endereço do Interditado, a qual aceitou o encargo que lhe foi conferido, tudo conforme respeitável sentença de fls. 31/33 proferida nos autos acima mencionados, a qual se encontra neste cartório da 2ª Serventia Cível de Pato Branco – Pr, sito à Travessa Goiás, nº 55, centro, para quem analisar quiser. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro (07/01/2004). Eu, _____, (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO
Juiz Substituto da 35ª Seção Judiciária

Edital de Intimação
com o prazo de 30 (trinta) dias

Publicação da Sentença que Decretou a Interdição de ORIDES BAZI

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível da Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 448/2002 de Ação de Interdição em que é Requerente MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, atuando como substituto processual de JACIR BASI, e Interditado ORIDES BASI, pelo MM Juiz foi decretada a interdição do SR. ORIDES BASI, brasileiro, casado, maior incapaz, nascido em 26/03/1945, com Certidão de Casamento nº 87, lavrada à fl. 87 verso, do Livro nº 01, do Cartório de Registro Civil do Município de Xaxim – Sc, residente e domiciliado na Comunidade de Alto Caçador, interior do Município de Vitorino – Pr, sendo-lhe nomeado como seu Curador o SR. JACIR BASI, brasileiro, amasiado, agricultor, com Certidão de Nascimento nº 3.678, lavrada à fl. 11 verso, do Livro 5-A, do Cartório de Registro Civil de Mariópolis – Pr, podendo ser encontrado no mesmo endereço do Interditado, tudo conforme respeitável sentença de fls. 24/26 proferida nos autos acima mencionados, a qual se encontra neste cartório da 2ª Serventia Cível de Pato Branco – Pr, para quem analisar quiser. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (24/11/2003). Eu, _____, (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

Jederson Suzin
Juiz de Direito

Edital de Intimação
com o prazo de 30 (trinta) dias

publicação da sentença que decretou a interdição de ENEDINA DE OLIVEIRA DA SILVA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível da Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 391/2002 de Ação de Interdição Com Curatela em que é Requerente JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA DA SILVA e Interditada ENEDINA DE OLIVEIRA DA SILVA, que pelo MM Juiz foi decretada a interdição de ENEDINA DE OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, viúva, nascida em 14/05/1946, com Certidão de Casamento nº 1023, lavrada à fl. 230 verso, no Livro nº 6-B, no Cartório de Registro Civil do Município de Chopinzinho – Pr, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 8.176.664-9, residente e domiciliada à Rua Alexandre Gusmão, s/nº, esquina com Rua Princesa Isabel, Bairro Alvorada, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco – Pr, sendo-lhe nomeado como Curador o SR. JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade/RG nº 7.720.143-2, residente no mesmo endereço da Interditada, tudo conforme respeitável sentença de fls. 38/40, proferida nos autos acima mencionados, a disposição de qualquer parte interessada para análise. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (24/11/2003). Eu, _____, (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

Jederson Suzin
Juiz de Direito

Edital de Intimação

com o prazo de 30 (trinta) dias

Publicação da Sentença Decretando a Interdição de MARIA DE LURDES BAZI

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível da Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 416/2002 de Ação de Interdição em que é Requerente ELIANE BIEDACHA e Interditada MARIA DE LURDES BAZI, que pelo MM Juiz desta Serventia foi decretada a interdição da SRA. MARIA DE LURDES BAZI, brasileira, solteira, nascida em 06/09/1977, com certidão de nascimento nº 3.316, lavrada à fl. 29 verso, no Livro nº 18-A, do Cartório de Registro Civil do Município de São Domingos – Sc, sendo-lhe nomeada como sua Curadora a SRA. ELIANE BIEDACHA, brasileira, casada, do lar, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 4.302.811-1-SSP/Pr, devidamente inscrita no CPF/MF nº 706.622.319-53, com Certidão de Casamento nº 1.022, lavrada à fl. 12, do Livro 3, do Município de Itapejara D´Oeste – Pr, tudo conforme respeitável sentença de fls. 37/39, a disposição de qualquer parte interessada em analisa-la, em cartório. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (24/11/2003). Eu, , (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

JEDERSON SUZIN
Juiz de Direito

Edital de Intimação

com o prazo de 30 (trinta) dias

Publicação da Sentença Decretando a Interdição de TEREZINHA GONZAGA

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jederson Suzin, MM Juiz de Direito da 2ª Serventia Cível da Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da Lei....

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 382/2002 de Ação de Interdição em que é Requerente MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, atuando como substituto processual de ANTÔNIA DOMINGAS SIMIONETTO RISSARDI, e Interditada TEREZINHA GONZAGA, que pelo MM Juiz desta Serventia foi decretada a interdição da SRA. TEREZINHA GONZAGA, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade/RG nº 44.603.594-SSP/Pr, filha de Zulmira Gonzaga, natural de Mariópolis – Pr, nascida em 21/08/1948, residente e domiciliada sito à Rua Dez de Maio, nº 290, Bairro Sambugaro, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco – Pr, sendo-lhe nomeada como sua Curadora a SRA. ANTÔNIA DOMINGAS SIMIONETTO RISSARDI, brasileira, casada, do lar, com Certidão de Casamento nº 1.107, lavrada à fl. 39 verso, do Livro nº 3-B, de Mariópolis – Pr, podendo ser encontrada no mesmo endereço da Interditada, tudo conforme respeitável sentença de fls. 34/36, a disposição de qualquer parte interessada em analisa-la, em cartório. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três (24/11/2003). Eu, _____, (Paulo César Caruso), Titular da 2ª Serventia Cível que o digitei e subscrevi.

JEDERSON SUZIN
Juiz de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Edital de Interdição com prazo de 20 (vinte) dias.

AUTOS N. 619/1999
NATUREZA Interdição
REQUERENTE Neli Soares
REQUERIDO João Soares

A Doutora **LUCIANA VIRMOND CESAR**, M.M. Juíza de Direito da 1ª Serventia Cível da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

Faz Saber/ a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nos autos acima epigrafados foi decretada a **Interdição** de **João Soares,** por estar o mesma incapacitado para responder por seus atos, por ser portadora de Doença Mental, conforme sentença prolatada às fls. 40/42, dos referidos autos em data de 24/08/2001, que nomeou como **Curadora** a Sra. **Zilda Soares**, o qual responderá por todos os atos da vida civil da interditada. E para que chegue a conhecimento de todos os interessados e que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente, que será fixado no lugar de costume e publicado na forma da lei.
Pato Branco - Pr, 22 de janeiro de 2004.

DORILDES A. C. MENDES
JURAMENTADO - PORTARIA 08/1990
ASSINO AUTORIZADO PELA POERARIA 29/1989

Edital de Leilão e Intimação

FAZ SABER: a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que serão levados a arrematação, os bens do(s) executado(s): PATOMOTOR COMÉRCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA.
VENDA EM (Leilão): dia 04/03/2.004, às 14:00 horas, por valor não inferior à importância da avaliação.
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Sacada do Edifício do Fórum local, Travessa Goiás, n. 55 - desta cidade e comarca de Pato Branco-Pr.
PROCESSO: Autos sob número 214/2001 de Ação de Executivo Fiscal em que é exequente(s): Fazenda Pública do Estado do Paraná e executado(s): Patomotor Comércio e Retifica de Motores Ltda.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):
Um Virabreguim, do motor FORD CARGO seis cilimdros, em perfeito estado d uso e conservação.

AVALIAÇÃO: Perfaz(em) o(s) bem(ns) um total de avaliação de R$ 1.230,00 (hum mil, duzentos e trinta reais), em 07/03/2003, valor sujeito a atualização.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 3.134,85 (três mil, cento e trinta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), em 27/08/2003, valor sujeito a atualização, mais as custas processuais.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimada a Executada PATOMOTOR COMÉRCIO E RETIFICA DE MOTORES LTDA, , na pessoa de seu Representante Legal, da data designada, caso não seja encontrada para sua intimação pessoal.

Ônus: não consta nos autos.
DEPOSITO: Em mãos da Executada Patomotor Comércio e Retifica de Motores Ltda, na pessoa de seu Representante Legal, Sr. José Luiz Soares Ferrarini, o qual pode ser encontrado na Avenida Tupi, n. 7171, Bairro Alvorada, Pato Branco – Pr.
OBS: Caso seja feriado na(s) data(s) supra marcada(s), fica designado o primeiro dia útil subsequente.
Pato Branco, 05/01/2.004. Eu, ...(Paulo Cesar Caruso), titular, o fiz digitar e subscrevi.

Geraldo Dutra de Andrade Neto
Juiz Substituto

Edital de Praça e Intimação

FAZ SABER: a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que serão levados a arrematação, o(s) bem(ns) do(s) executado(s): FRIGOESTE FRIGORIFICO SUDOESTE LTDA E JANÉ FERRO VIGANO.
VENDA EM PRIMEIRA (Praça): dia 02/03/2004, às 13:30horas, por valor superior à importância da avaliação.
VENDA EM SEGUNDA (Praça): dia 15/03/2.004, às 13:30horas, pelo maior lanço, observando o disposto no artigo 692 do Código de Processo Civil (Não será aceito lanço que, em segunda praça ou leilão, ofereça preço inferior "61%" ou seja preço vil).
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Sacada do Edifício do Fórum local, Travessa Goiás, n. 55 - desta cidade e comarca de Pato Branco-Pr.
PROCESSO: Autos sob n. 110/97 de Ação de Execução Fiscal em que é exequente(s): Instituto Nacional do Seguro Social e executado(s): Frigoeste Frigorifico Sudoeste Ltda e Jane F. Viganó.
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):
Uma área de terras com 32.410,50m², que constitui o Imóvel Giovani, o qual confronta-se ao Norte por uma linha seca medindo 112,00m, confrontando com o Núcleo Ligeiro; ao Sul por uma linha seca medindo 114,00m confrontando com o lote n. 83; ao Leste por uma linha seca medindo 334,62m confrontando com o lote n. 86 e a Oeste por uma linha seca medindo 334,62m confrontando co o lote n. 83, tudo de conformidade com o contido na matrícula sob n. 5.450, terreno de fácil acesso, distante 7Km da cidade, o qual é avaliado por R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
Contendo sobre o referido imóvel uma construção própria para graxeira, medindo 330,00m², em concretonas laterais, estrutura metálica, piso bruto, cobertura de cimento amianto, um alpendre anexo a graxeira para abrigo de lenha e caldeira com 200,00m², coberto de cimento amianto e piso em terra; uma edificação para abatedouro com 710,00m² em alvenaria, pintura á cal, cobertura de cimento amianto, piso em corodur; uma edificação em alvenaria, tijolo à vista onde está localizado a parte administrativa e o refeitório com 284,00m, sendo uma parte forrada em madeira e outra em lage, e a parte do refeitório não possui forro, assoalho em lajotas; uma casa residencial medindo 88,00m², de tijolos à vista, cobertura de cimento amianto; uma reservatório de água para 50.000 litros; um poço artesiano com 90,00m com vazão de 10,3/hora; uma pequena mangueira com palanques de angico; duas entradas de luz padrão Copel de 200 A. 75 KVA, cujas benfeitorias todas são avaliadas em R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).
AVALIAÇÃO: Perfaz(em) o(s) bem(ns) um total de avaliação de R$ 312.000,00 (trezentos e doze mil reais), em 28/05/2003, valor sujeito a atualização.
VALOR DA DÍVIDA: R$. 115.292,53 (cento e quinze mil, duzentos e noventa e dois reais e cincoenta e três centavos), em 07/11/2001, valor sujeito a atualização, mais as custas processuais.
INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) Executado(a)(s): FRIGOESTE FRIGORIFICO SUDOESTE LTDA E JANE FERRO VIGANÓ, das datas designadas, caso não sejam encontrados para suas intimações pessoais.
OBSERVAÇÃO: Quanto aos débitos fiscais os interessados em arrematar o bem deverão verificar junto a esta Serventia.
ÔNUS: junto ao Banestado S/A, e nos autos sob n. 415/98, 124/97 e 131/2000 da 1ª Serventia Cível desta Comarca e nos autos nº 149/98 desta Comarca.
LEILOEIRO: Sadi Luiz Simon, com endereço na Rua Tocantins, 2396, Gal. Jatobá – sala 01, Pato Branco – Pr, (fone0xx46-225-2268), cuja comissão de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação deverá ser paga no ato pelo Arrematante.

DEPOSITO: Em mãos da Executada Jane Ferro Viganó, o qual pode ser encontrado na localidade do Passo da Pedra, s/n, Pato Branco – Pr.
OBS: Caso seja feriado nas datas supra marcadas, fica designado o primeiro dia útil subsequente.
Pato Branco, 05/01/2.004. Eu, ...(Paulo Cesar Caruso), titular, o fiz digitar e subscrevi.

Geraldo Dutra de Andrade Neto
Juiz Substituto

Edital de Praça e Intimação

FAZ SABER: a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que serão levados a arrematação, o(s) bem(ns) do(s) executado(s): JOÃO WANDERLEI M. SILVEIRA E SUA ESPOSA, se casado for.
VENDA EM PRIMEIRA (Praça): dia 02/03/2004, às 14:00horas, por valor superior à importância da avaliação.
VENDA EM SEGUNDA (Praça): dia 15/03/2.004, às 14:00horas, pelo maior lanço, observando o disposto no artigo 692 do Código de Processo Civil (Não será aceito lanço que, em segunda praça ou leilão, ofereça preço inferior "61%" ou seja preço vil).
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Sacada do Edifício do Fórum local, Travessa Goiás, n. 55 - desta cidade e comarca de Pato Branco-Pr.
PROCESSO: Autos sob n. 67/95 de Ação de Execução Fiscal em que é exequente(s): Fazenda Pública do Municipio de Pato Branco e executado(s): Wanderlei M. Silveira.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):
Lote de n. 18 da quadra n. 960, com 600,00m², terreno plano, localizado na Rua Gonçalves Dias, tudo de conformidade com a transcrição n. 16.984, fl. 177, do livro 3-0, o qual confronta-se ao Norte com o lote n. 03, ao Sul com o lote n. 17, a Leste com a Rua Gonçalves Dias e a Oeste com o lote n. 19, com as redes de água, luz e telefone, com a rua frontal contendo pedras irregulares.

AVALIAÇÃO: Perfaz(em) o(s) bem(ns) um total de avaliação de R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), em 29/10/2003, valor sujeito a atualização.
VALOR DA DÍVIDA: R$. 1.956,04 (hum mil, novecentos e cincoenta e seis reais e quatro centavos), em 02/07/2001, valor sujeito a atualização, mais as custas processuais.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado(a)(s) o(a)(s) Executado(a)(s): JOÃO WANDERLEI M. SILVEIRA E SUA ESPOSA, se casado for, das datas designadas, atualmente em lugar incerto e não sabido.

ÔNUS: não consta nos autos.
OBSERVAÇÃO: Quanto aos débitos fiscais os interessados em arrematar o bem deverão verificar junto a esta Serventia.
DEPOSITO: Em mãos do Depositário Público Sr. Dirso Antonio Veronese, o qual pode ser encontrado na Travessa Goiás, n. 55, Fórum, Pato Branco – Pr.
OBS: Caso seja feriado nas datas supra marcadas, fica designado o primeiro dia útil subsequente.
Pato Branco, 05/01/2.004. Eu, ...(Paulo Cesar Caruso), titular, o fiz digitar e subscrevi.

Geraldo Dutra de Andrade Neto
Juiz Substituto

Edital de Leilão e Intimação

FAZ SABER: a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que serão levados a arrematação, os bens do(s) executado(s): MOMOLI & MARTINELLI LTDA.
VENDA EM (Leilão): dia 04/03/2.004 às 13:30 horas, por valor não inferior à importância da avaliação.
LOCAL DA ARREMATAÇÃO: Sacada do Edifício do Fórum local, Travessa Goiás, n. 55 - desta cidade e comarca de Pato Branco-Pr.
PROCESSO: Autos sob número 71/2000 de Ação de Execução Fiscal em que é exequente(s): Fazenda Nacional e executado(s): Momoli & Martinelli Ltda.

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS):
1500 Terminal elétrico tipo fêmea, avaliado em R$ 750,00.
900 Terminal elétrico tipo Macho, avaliado em R$ 450,00.
2 Caixa de bateria MBB com suporte, avaliado em R$ 240,00.
300 Grampo do banco com trava, avaliado em R$ 735,00.
8 Calota de roda do fusca, avaliado em R$ 100,80.
30 Borracha do pedal, avaliado em R$ 112,00.

AVALIAÇÃO: Perfaz(em) o(s) bem(ns) um total de avaliação de R$ 2.388,30 (dois mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta centavos), em 04/07/2002, valor sujeito a atualização.

VALOR DA DÍVIDA: R$ 4.236,43 (quatro mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta e três centavos), em 14/10/2003, valor sujeito a atualização, mais as custas processuais.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimada a Executada MOMOLI & MARTINELLI LTDA, na pessoa de seu Representante Legal, da data designada, caso não seja encontrado para sua intimação pessoal.
OBSERVAÇÃO: Os bens acima descritos arrematados de forma parcelada em até 60 (sessenta) vezes, sendo que os valores das parcelas serão reajustadas mensalmente pela taxa SELIC, e não poderá ter valor menor de que R$ 50,00. Ressalta-se que o parcelamento cirgir-se-á ao débito exequendo, de maneira que valor excedente deverá ser depositado a vista pelo arrematante, para que possa ser levantado pelo executado. Observa-se que os bens ficará gravado por hipoteca, alienação fiduciária ou penhor em favor da União. No ato da arrematação deverá ser depositado a primeira parcela, já como início de pagamento. Vencendo-se a segunda no dia correspondente do mês seguinte ao da expedição da carta de arrematação, e para o caso de inadimplência, será rescindo o parcelamento e acrescido de multa no valor de 50% do valor do saldo devedor, o qual será inscrito em divida ativa.
Ônus: não consta nos autos.
LEILOEIRO: Sadi Luiz Simon, com endereço na Rua Tocantins, 2396, Gal. Jatobá – sala 01, Pato Branco – Pr, (fone 0xx46-225-2268), cuja comissão de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação deverá ser paga no ato pelo Arrematante.
DEPOSITO: Em mãos da Executada Momoli & Martinelli Ltda, na pessoa de Seu Representante legal Sr. Vilmar Momoli, o qual pode ser encontrado na Rua Ubiratã, 140, Menino Deus, nesta Cidade e Comarca.

OBS: Caso seja feriado na(s) data(s) supra marcada(s), fica designado o primeiro dia útil subsequente.
Pato Branco, 05/01/2.004. Eu, ...(Paulo Cesar Caruso), titular, o fiz digitar e subscrevi.

Geraldo Dutra de Andrade Neto
Juiz Substituto

Ponta Grossa

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, COMARCA DE PONTA GROSSA. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE VINTE(20) DIAS, JOSE SEBASTIAO FAGUNDES CUNHA, MM. JUIZ DE DIREITO SUBTITUTO. FAZ SABER a quem possa interessar, que por este Juízo se processam os autos de RETIFICAÇÃO DE ASSENTO DE NASCIMENTO, sob nº. 350/2003, em que é Autora SUZANA WENGLAREK e réu VARA DE REGISTROS PÚBLICOS, que o pedido foi julgado procedente, determinando a alteração do assento de nascimento da autora, para que ela passe a assinar SUZANA WENGLAREK. Tudo de conformidade com a r. sentença proferida aos 06 de novembro de 2003, de lavra da MM. Juiza de Direito- Mayra Rocco Stainsack. Ponta Grossa, 19 de janeiro de 2004. Eu Maristela Algauer Neves, Escrivã Designada, que o digitei, conferi e subscrevo.

José Sebastião Fagundes Cunha
Juiz de Direito Substituto

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL – PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO – SESSENTA (60) DIAS

EDITAL DE CITAÇÃO daquele cujo nome encontra-se registrado o imóvel usucapiendo: ANTONIO CELSO CARRANO NOGUEIRA sua esposa se casado for e/ou seus herdeiros e sucessores; bem como dos confrontantes possuidores NESTOR ERICHSEN GUIMARÃES e AUDIA IWASSENKO, seus cônjuges se casados forem e/ou seus herdeiros e sucessores, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 701/01, requerida por ELIANE MARIA TELLES, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 285 do CPC), que pretende seja declarado o domínio da mesma sobre: "Terreno situado no lote nº 12 da quadra nº 52, situado na Vila Ana Rita, com as seguintes características de quem da rua olha: frente para a Rua João Cecy Filho, onde mede 12,00 metros e distante da Rua Visconde de Inhomirim 32,00 metros; lado direito confronta com o lote 09 de propriedade de Domingos Santos, com o lote 10 de propriedade de João Alaertes Bruno de Camargo e com o lote 11 de propriedade de Audia Iwassenko Fernandes, onde mede 44,00 metros; do lado esquerdo confronta com o lote "B" de propriedade de Nestor Erichsen Guimarães, onde mede 44,00 metros; na linha de fundos confronta com parte do lote 57/5 de propriedade de Jaqueline Borges de Campos, onde mede 12,00 metros. Com área total de 528,00m2, existindo sobre o mesmo uma casa com área de 48,00m2", que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 20 (vinte anos) sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 5 de Setembro de 2003. Eu,____(Audrey Elis Alves de Oliveira), Auxiliar Juramentada, que digitei e subscrevi.-

FRANCISCO CARLOS JORGE
Juiz de Direito

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa - PR
Cartório do 2º Ofício Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS (art. 1.184 do CPC)

Processo: INTERDICAO nº 000423/2002;
Requerente: IVONETE DOS SANTOS;
Requerido (a): MARCOS ALEXANDRE PINHEIRO DA LUZ;
Data da Sentença: 02/09/2003;
Data do Trânsito em Julgado: 01/12/2003;
Causa: O (a) interditando (a) é incapaz de se auto-determinar.
É portador (a) de Paralisia Cerebral Atáxica
Curador (a) Nomeado (a): IVONETE DOS SANTOS;
Limites da Curatela: Exercer pessoalmente os atos da vida civil;

OBS: O (a) autor (a) é beneficiário (a) da Justiça Gratuita.

Ponta Grossa, 01 de dezembro de 2.003.
Eu,_____(NIVALDO ORTIZ), Escrivão, subscrevi.

FÁBIO MARCONDES LEITE
Juiz de Direito

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa - PR
Cartório do 2º Ofício Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS (art. 1.184 do CPC)

Processo: INTERDICAO nº 000573/2002;
Requerente: TEREZA GALDINO;
Requerido (a): MARILENE KOGO;
Data da Sentença: 10/10/2003;
Data do Trânsito em Julgado: 09/12/2003;
Causa: O (a) interditando (a) é incapaz de se auto-determinar.
É portador (a) de deficiência mental grave.
Curador (a) Nomeado (a): TEREZA GALDINO;
Limites da Curatela: Exercer pessoalmente os atos da vida civil;

OBS: O (a) autor (a) é beneficiário (a) da Justiça Gratuita.

Ponta Grossa, 09 de dezembro de 2.003.
Eu,_____(NIVALDO ORTIZ), Escrivão, subscrevi.

FÁBIO MARCONDES LEITE
Juiz de Direito

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ponta Grossa - PR
Cartório do 2º Ofício Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS (art. 1.184 do CPC)

Processo: INTERDICAO nº 000791/2002;
Requerente: JOSE MARIA GONCALVES DOS SANTOS;
Requerido (a): MARIA DE LOURDES SANTOS;
Data da Sentença: 25/09/2003;
Data do Trânsito em Julgado: 01/12/2003;
Causa: O (a) interditando (a) é incapaz de se auto-determinar.
É portador (a) de Deficiência Mental Grave.
Curador (a) Nomeado (a): JOSE MARIA GONCALVES DOS SANTOS;
Limites da Curatela: Exercer pessoalmente os atos da vida civil;

OBS: O (a) autor (a) é beneficiário (a) da Justiça Gratuita.

Ponta Grossa, 01 de dezembro de 2.003.
Eu,_____(NIVALDO ORTIZ), Escrivão, subscrevi.

FÁBIO MARCONDES LEITE
Juiz de Direito

Rio Negro

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "01)Uma máquina Carrocel para injeção de espuma, importada, avaliada em R$ 800.000,00;". DEPÓSITO: Depositado em mãos de Jose Pugliese Ferreira. ÔNUS: Não consta ônus. VALOR DO DÉBITO: R$ 7.181,71. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 08:30 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 08:30 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 259/2003, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): COMPEX COMPONENTES DE POLIURETANO EXPANDIDO LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 12 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 20 DIAS

CITANDO: NOEL SCHVITAICKY.
AÇÃO: Executivo Fiscal nº 343/2001.
OBJETIVO: Para pagarem em 05 dias, após o decurso do prazo do edital, sob pena de penhora. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE RIO NEGRO. EXECUTADO: NOEL SCHVITAICKY. TITULO(S): Certidão de Dívida Ativa nº 163/2001, inscrita em 21/12/2001, no valor de R$ 791,61, sendo atribuído o valor da causa em R$ 791,61. Rio Negro, 29 de Dezembro de 2003. Eu _____, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Empregada Juramentada, o fiz digitar e subscrevi.-

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO
JUÍZA DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 20 DIAS

CITANDO: FERNANDO INFORZATO.
AÇÃO: Divorcio Direto nº 114/2003.
OBJETIVO: Citando o requerido FERNANDO INFORZATO, por todo o conteúdo da inicial, e para que conteste, querendo, o pedido, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos articulados na inicial.
ADVERTÊNCIA: Fica advertido o réu do disposto no Art. 319 do Código de Processo Civil. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo autor. PRAZO PARA RESPOSTA 15 DIAS. EXEQUENTE: IVONE DA CONCEIÇÃO SOKOSKI DUARTE, FERNANDA KAROLINE INFORZATO E AMANDA DUARTE INFORZATO. EXECUTADO: FERNANDO INFORZATO. Rio Negro, 08 de janeiro de 2004. Eu,_____, CARLA JULIANA RODRIGUES, EMPREGADA JURAMENTADA, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 20 DIAS

CITANDO: JOSÉ CELESTINO MORANDIM.
AÇÃO: Divorcio Direto nº 393/2003.
OBJETIVO: Citando o requerido JOSÉ CELESTINO MORANDIM, por todo o conteúdo da inicial, e para que conteste, querendo, o pedido, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos articulados na inicial.
ADVERTÊNCIA: Fica advertido o réu do disposto no Art. 319 do Código de Processo Civil. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo autor. PRAZO PARA RESPOSTA 15 DIAS. EXEQUENTE: LOURDES LOSIDA DA SILVA MORANDIM. EXECUTADO: JOSÉ CELESTINO MORANDIM. Rio Negro, 29 de dezembro de 2003. Eu _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO
JUÍZA DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 30 DIAS

CITANDO: LUIS FERNANDO MILHORETTO.
AÇÃO: Executivo Fiscal nº 63/2003.
OBJETIVO: Para pagarem em 05 dias, após o decurso do prazo do edital, sob pena de penhora. EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. EXECUTADO: LUIS FERNANDO MILHORETTO. TITULO(S): Certidões de Dívidas Ativas nºs 10040822-8, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 33,47, 10040823-6, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 33,47; 10040824-4, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 53,57, e 10040825-2, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 53,57, sendo atribuído o valor da causa em R$ 302,96. Rio Negro, 29 de Dezembro de 2003. Eu __, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Empregada Juramentada, o fiz digitar e subscrevi.-

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO
JUÍZA DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "Um compressor de ar, marca Dovat, cilindrada 176cm³, pressão 8,4, tipo CDV 140/130, nº 20979, sem motor elétrico, bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 500,00". DEPÓSITO: Em mãos de Manfred Stritzinger. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 497,07 em 27/12/2002. DATA e LOCAL: Dia 01/03/2004, às 13:45 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 15/03/2004, às 13:45 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 590/2002, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO. DEVEDOR(es): MANFRED STRITZINGER, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 30 DIAS

CITANDO: PAULO & ALTAIR LTDA, na pessoa de seus representantes legais Srs. GLAUBI DIONISIO PAULO e ALTAIR ANTONIO PLANTES DOS ANJOS.
AÇÃO: Executivo Fiscal nº 54/2001.
OBJETIVO: Para pagarem em 05 dias, após o decurso do prazo do edital, sob pena de penhora. EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. EXECUTADOS: PAULO & ALTAIR LTDA, GLAUBI DIONISIO PAULO e ALTAIR ANTONIO PLANTES DOS ANJOS. TITULO(S): Certidão de Dívida Ativa nº 02456205-0, inscrita em 23/08/2000, no valor de R$ 385.734,76, sendo atribuído o valor da causa em R$ 421.937,63. Rio Negro, 05 de Janeiro de 2004. Eu _____, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Empregada Juramentada, o fiz digitar e subscrevi.-

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BENS: "01)Cinco metros cúbicos de lâminas torneadas, não secas, que encontra-se no endereço da executada, avaliada em R$ 1.175,00, ou seja R$ 235,00 cada metro cúbico;". DEPÓSITO: Depositados em mãos de Adriana da Silva Pinto. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 477,12. DATA e LOCAL: Dia 01/03/2004, às 16:30 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 15/03/2004, às 16:30 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 464/2002, de EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CREDOR: LORENITA DOS SANTOS. DEVEDOR(es): ADRIANA DA SILVA PINTO, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 30 DIAS

CITANDO: CICERO BEZERRA DA SILVA.
AÇÃO: Executivo Fiscal nº 32/2003.
OBJETIVO: Para pagarem em 05 dias, após o decurso do prazo do edital, sob pena de penhora. EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. EXECUTADO: CICERO BEZERRA DA SILVA. TITULO(S): Certidões de Dívidas Ativas nºs 10022988-9, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 33,47, 10022989-7, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 33,47, 10022990-0, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 53,57, 10022991-9, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 53,57, 10058961-3, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 33,47, 10058962-1, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 33,47, 10058963-0, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 53,57, e 10058964-8, inscrita em 19/10/2002, no valor de R$ 53,57, sendo atribuído o valor da causa em R$ 605,93. Rio Negro, 30 de Dezembro de 2003. Eu _____, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Empregada Juramentada, o fiz digitar e subscrevi.-

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO
JUÍZA DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "01)Uma máquina Carrocel para injeção de espuma, importada, avaliada em R$ 800.000,00;". DEPÓSITO: Depositado em mãos de Jose Pugliese Ferreira. ÔNUS: Não consta ônus. VALOR DO DÉBITO: R$ 7.181,71. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 10:30 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 10:30 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 261/2003, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): COMPEX COMPONENTES DE POLIURETANO EXPANDIDO LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 12 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 30 DIAS

CITANDO: PAULO & ALTAIR LTDA, na pessoa de seus representantes legais Srs. GLAUBI DIONISIO PAULO e ALTAIR ANTONIO PLANTES DOS ANJOS.
AÇÃO: Executivo Fiscal nº 81/2001.
OBJETIVO: Para pagarem em 05 dias, após o decurso do prazo do edital, sob pena de penhora. EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. EXECUTADOS: PAULO & ALTAIR LTDA, GLAUBI DIONISIO PAULO e ALTAIR ANTONIO PLANTES DOS ANJOS. TITULO(S): Certidão de Dívida Ativa nº 02485719-0, inscrita em 04/01/2001, no valor de R$ 81.823,04, sendo atribuído o valor da causa em R$ 83.145,66. Rio Negro, 15 de Dezembro de 2003. Eu _____, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Empregada Juramentada, o fiz digitar e subscrevi.-

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO
JUÍZA DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Pelo presente edital, se faz saber aos que dele tiverem conhecimento, que através da sentença proferida em 24/09/2002, nos autos nº 350/2001, foi decretada a interdição de RENATO JOSE BURKOT, por ser o mesmo portador de doença mental que o incapacita de exercer os atos da vida civil, sendo-lhe nomeado curador SIMONE MARIA BURKOT, a qual foi dispensada de especificar a hipoteca legal, tendo por finalidade a curatela de reger todos os atos da vida civil do interditando. Publicação do edital: 01 Órgão Oficial e 02 vezes na Imprensa local, com intervalos de 10 dias. Rio Negro, 02 de Maio de 2003. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar, subscrevi e assino, por autorização do MM. Juiz de Direito da Comarca, conforme Portaria nº 01/99.-

CARLOS SCHLICHTING
ESCRIVÃO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BENS: "01)Uma serra fita marca Vanzin, avaliada em R$ 12.000,00; 02)Afiação marca Vanzin, avaliada em R$ 8.100,00; 03)Um carro porta toras, sem marca, com três gatos, avaliada em R$ 3.000,00; 04)Um laminador marca turbina, avaliada em R$ 1.000,00; 05)Um soldador de serras, sem marca, avaliada em R$ 500,00; 06)Uma serra circilar, sem marca, avaliada em R$ 1.000,00;". DEPÓSITO: Depositados em mãos de Carlos Lesniovies. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 81.726,90. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 08:45 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 08:45 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 069/1997, 059/1996, 020/1997, 052/1997, 096/1998, 082/1998, 037/1998, 053/1999 e 010/1998, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): MADEIREIRA RABECA LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "01)Uma serra fita, com motor elétrico, com carrinho e avanço, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 5.000,00; 02) Uma serra circular, múltipla, com mesa de ferro, sem marca, com motor elétrico 20 CV, bom estado de conservação e funcionamento, avaliada em R$ 2.037,74; 03) Uma serra vitio múltipla, acoplada de motor elétrico, em regular estado de conservação e funcionamento, sem placa de identificação, avaliada R$ 1.500,00; 04) Uma destopadeira, sem marca definida, com motor elétrico, avaliada em R$ 4.000,00; 05) Uma máquina, serra múltipla, sem marca, com motor elétrico, avaliada em R$ 2.500,00; 06) Uma máquina serra-fita, com motor elétrico, sem marca e número de identificação definida, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliada em R$ 1.500,00; 07) Uma serra-fita, sem marca, para desdobrar toras, com carro, dois motores elétricos, em regular estado de conservação, avaliado em R$ 6.500,00; 08) Um compressor de ar, marca Pressure, capacidade 15 pés, com motor elétrico, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 1.500,00;". DEPÓSITO: O primeiro em mãos de Priscilla Sestrem e de Sônia Sestrem, o segundo em mãos de Sônia Sestrem, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto, o sétimo e o oitavo em mãos de Sônia Beatriz Vaz Sestrem. ÔNUS: consta ônus. VALOR DO DÉBITO: R$ 20.360,77. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 09:15 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 09:15 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 04/2000, 20/2000, 108/2000, 133/2000, 82/2001, 83/2001, 115/2001, 144/2001, 188/2001, 242/2001, 248/2001 e 222/2001, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): PRISCILLA

SESTREM, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 12 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "Uma máquina de quebra célula a vácuo, composta de câmara de vácuo, bomba e torre de resfriamento, marca fendel, em, bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 25.000,00". DEPÓSITO: Depositado em mãos de Renato Kerscher. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 16.042,07 em 14/09/2001. DATA e LOCAL: Dia 01/03/2004, às 15:00 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 15/03/2004, às 15:00 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 214/2001, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): COMPEX COMPONENTES DE POLIURETANO EXPANDIDO LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 09 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "01)Uma máquina para serrar madeira, marca Jotamac-mecânica industrial Jotamac Ltda, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliada em R$ 10.037,80; 02) Um barracão de madeira, coberto com telhas, marca eternit, com tesoura de madeira, colunas de concreto, alicerce de tijolos, medindo aproximadamente 20m de comprimento e 7,5m de largura, avaliado em R$ 10.183,79; 03) Um trator, marca CBT, à diesel, cor amarela, em péssimo estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 5.000,00;". DEPÓSITO: O primeiro em mãos de Amauri César S. Steff, o segundo em mãos de Amauri César S. Steff e o terceiro em mãos de Maria Salete de Lima Steff. ÔNUS: consta ônus. VALOR DO DÉBITO: R$ 11.059,74. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 09:30 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 09:30 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 105/1998, 068/1999, 090/1999, 144/1999 e 174/1999, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): MADEIREIRA RIO DA VARZEA LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 09 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "Uma máquina de injetora de PVC, internacional, elétrica e pneumática, modelo RT nº 129, em bom estado de conservação e funcionamento avaliado em R$ 20.000,00". DEPÓSITO: Em mãos de Edison José Alves Junio. ÔNUS: Consta ônus. VALOR DO DÉBITO: R$ 3.372,20 em 30/04/2002. DATA e LOCAL: Dia 01/03/2004, às 14:45 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 15/03/2004, às 14:45 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 144/2002, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS ALEXANDRE LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "Uma bomba de combustível comercial, marca Gilbargo, série VB-2093, nº 11515, vazão máxima 75 L/minuto e vazão mínima 5 L/minuto, em bom estado de conservação e funcionamento avaliado em R$ 2.800,00". DEPÓSITO: Depositado em mãos de Osmar V. Lenzi. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 1.936,23 em 18/03/2003. DATA e LOCAL: Dia 01/03/2004, às 10:45 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 15/03/2004, às 10:45 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 114/2003, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): OSMAR V. LENZI & CIA LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 17 de Dezembro de 2003. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO
JUÍZA DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 30 DIAS

CITANDO: IRENE RAMTHUM CALIXTO.
AÇÃO: Executivo Fiscal nº 112/2002.
OBJETIVO: Para pagarem em 05 dias, após o decurso do prazo do edital, sob pena de penhora. EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. EXECUTADA: IRENE RAMTHUM CALIXTO. TITULO(S): Certidões de Dívidas Ativas nºs 02590084-7, inscrita em 23/01/2002, no valor de R$ 46.445,13, 02590085-5, inscrita em 23/01/2002, no valor de R$ 65.362,72, 02590086-3, inscrita em 23/01/2002, no valor de R$ 6.976,00, e 02590088-0, inscrita em 23/01/2002, no valor de R$ 30.741,32, sendo atribuído o valor da causa em R$ 152.189,32. Rio Negro, 15 de Dezembro de 2003. Eu _____, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Empregada Juramentada, o fiz digitar e subscrevi.-

CARMEN LÚCIA RODRIGUES RAMAJO
JUÍZA DE DIREITO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "Uma geladeira, marca Cônsul, 300 litros, cor branca, em bom estado de conservação e funcionamento avaliado em R$ 1.000,00". DEPÓSITO: Em mãos de José Carlos dos Santos. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 312,34 em 17/02/2003. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 10:15 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 10:15 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 089/2003, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): JOSÉ CARLOS WALTER DOS SANTOS, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "01) Um caminhão Mercedes Benz, ano 1960, a diesel, placa LWT-9597, cor azul, modelo 1113, chassi nº 3210770717430, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 12.000,00; 02) Um torno, capacidade de abertura de corte de 850mm, motor de 7,5 CV, marca Weg, com duas guilhotinas com 1,30m de abertura, pneumática, avaliada em R$ 4.000,00; 03) Um compressor de ar, marca Schutz, 10 pés, com motor elétrico, avaliado em R$ 500,00; 04) 30m³ de madeira de pinus, serrada e seca, de várias polegadas, avaliada em R$ 280,00 o metro cúbuco; 05) 20m³ de madeira de pinus, serrada e seca, de várias polegadas, avaliada em R$ 280,00 o metro cúbico; 06) 40m³ de madeira de pinus, serrado, verde, avaliado em R$ 272,00 o metro cúbico; 07) 18m³ de madeira de pinus, serrada, secada, avaliada em 260,00 o metro cúbico; 08) 18m³ de madeira serrada e seca de pinus, várias bitolas, avaliada em R$ 260,00 o metro cúbico; 09) 7m³ de madeira de pinus serrado verdes, avaliada em R$ 272,00 o metro cúbico; 10) 13m³ de madeira serrada de pinus, de uma polegada por duas, três e quatro polegadas, seca, avaliada em R$ 260,00 o metro cúbico; 11) 20m³ de madeira de pinus, serrada, verde, diversas polegadas, avaliada em 200,00 o metro cúbico; 12) 18m³ de madeira de pinus, serrado, verdes, avaliada em R$ 272,00 o metro cúbico; 13) 16m³ de madeira de pinus, serrada, avaliada em R$ 265,00 o metro cúbico; 14) 25m³ de madeira de pinus, serrada, com diversas polegada, avaliado em R$ 220,00 o metro cúbico; 15) 22m³ de pinus, serrado, avaliado em R$ 180,00 o metro cúbico; 16) 13m³ de madeira de pinus, seca, de 02 polegadas acima, avaliado em R$ 230,00 o metro cúbico; 17) 20m³ de madeira de pinus, seca, de várias polegadas, avaliado em R$ 260,00 o metro cúbico 18) 15m³ de pinus, serrado, avaliado em R$ 116,00 o metro cúbico; 19) 10% do movimento diário da executada a ser depositada junto ao Cartório Cível desta Comarca; 20) Um caminhão carroceria aberta, marca Ford/F600, ano 1978, a diesel, cor azul, chassi LA7DUP28473, placas ABS-1583, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 10.000,00; 21) 15m³ de pinus, serrado, avaliado em R$ 1.800,00; 22) 12m³ de pinus, serrado, avaliado em R$ 145,00 o metro cúbico; 23) Um caminhão Mercedes Benz, ano 1.960, a diesel, placa LTW-9597, cor azul, modelo 1113, em bom estado de conservação, avaliado em R$ 9.000,00; 24) Um pedestal-serra fita, modelo Vanzin 80, capacidade 800mm, por três polegadas e volantes, ano 1991, acoplada com motor elétrico de 25CV, marca Weg, em bom estado de conservação e uso, avaliado em R$ 3.500,00; 25) 22m³ de pinus, serrado, avaliado em R$ 145,00 o metro cúbico.". DEPÓSITO: Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 14, 16, 17, 18, 19, 20 e 24, depositados em mãos de Edson Paulo Braz de Oliveira, e os itens 09, 12, 13, 15, 21, 22, 23 e 25, depositados em mãos de Marise Valério B. de Oliveira. ÔNUS: consta ônus. VALOR DO DÉBITO: R$ 100.638,42. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 09:00 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 09:00 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 028/2001, 298/2002, 272/2002, 265/2001, 063/2002, 102/2002, 103/2002, 166/2002, 226/2001, 239/2002, 041/2000, 098/2000, 115/2000, 244/2001, 192/2001, 043/1999, 071/1999, 109/1999, 015/2000, 046/2001 e 085/1999, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): EDSON PAULO BRAZ DE OLIVEIRA & CIA LTDA, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 13 de janeiro de 2004. Eu,_____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "Uma serra fita, com motor elétrico, com carrinho e avanço e motor elétrico, em bom estado de conservação e funcionamento, avaliada em R$ 5.000,00". DEPÓSITO: Em mãos de Sônia Beatriz Sestrem. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 1.532,94 em 19/02/2002. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 09:45 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 09:45 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 075/2002, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): PRISCILLA SESTREM, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BENS: "01)Uma máquina de costura Overlok, Kingtex, modelo SH-6.000, ano 1990, avaliada em R$ 714,65; 02) Uma máquina de costura Overlok, Crown, modelo SK-615, ano 1990, avaliado em R$ 714,65; 03) Uma máquina de tecer nº 07, marca Coppo, ano 1989, avaliada em R$ 2.041,86; 04) Uma máquina de tecer nº 40, marca Coppo, ano 1989, avaliada em R$ 2.552,33; 05) Uma máquina de costura remalhadeira, modelo complett, ano 1988, avaliada em R$ 2.858,61; 06) Um ferro elétrico, modelo Takara, ano 1990, avaliado em R$ 122,51; 07) Uma máquina de costura para tricô, marca Elgin, ano 1989, avaliada em R$ 510,47;". DEPÓSITO: Depositados em mãos de Anita de Jesus Tiburski Bonamigo. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 32.869,14 em 31/07/2000. DATA e LOCAL: Dia 01/03/2004, às 14:30 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 15/03/2004, às 14:30 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 061/1998, de EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CREDOR: ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): ANITA DE JESÚS TIBURSKI BONAMIGO F.I., ELVIO LUIZ BONAMIGO E ANITA DE JESÚS TIBURSKI BONAMIGO, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RIO NEGRO

EDITAL DE LEILÃO

BEM: "10m³ de madeira de Pinus, serrado verde, com 1 polegada, avaliado em R$ 2.720,00, sendo R$ 272,00 o metro cúbico". DEPÓSITO: Em mãos de Walter Pfeffer. ÔNUS: Nada consta nos autos. VALOR DO DÉBITO: R$ 1.522,14 em 03/07/2002. DATA e LOCAL: Dia 08/03/2004, às 10:00 horas, no saguão do foro, pelo maior lanço acima da avaliação, e dia 22/03/2004, às 10:00 horas, pelo maior lanço, excetuado o preço vil. PROCESSO: Autos nº 223/2002, de EXECUÇÃO FISCAL. CREDOR: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DEVEDOR(es): WALTER PFEFFER, que fica(m) intimado(s) das datas designadas, bem como seu(s) cônjuge(s) em se tratando de bem imóvel, caso não seja(m) encontrado(s) pelo Sr. Oficial de Justiça. Rio Negro, 14 de janeiro de 2004. Eu, _____, CARLOS SCHLICHTING, ESCRIVÃO, o fiz digitar e subscrevi.

JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO
JUIZ SUBSTITUTO

Rolândia

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE APARECIDO ALVES DE MEDEIROS, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório respectivo, tramitam os autos nº 000612/2002, de ação de CURATELA, requerida por TEREZINHA DE JESUS RODRIGUES ARAUJO contra APARECIDO ALVES DE MEDEIROS, e, de acordo com a sentença proferida às fls.39/40, foi decretada a INTERDIÇÃO de APARECIDO ALVES DE MEDEIROS, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nomeando-se-lhe CURADORA a Srª. TEREZINHA DE JESUS RODRIGUES ARAUJO, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Romário Martins, nº 941. E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR ESTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO POR TRÊS VEZES NA IMPRENSA OFICIAL, COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS, FICANDO DISPENSADA A PUBLICAÇÃO EM JORNAL LOCAL.
A REQUERENTE É BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.
Rolândia, 10 de dezembro de 2.003. Eu, José Carlos Baptista, funcionário juramentado, digitei e subscrevi.-

RENATO CRUZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
Juiz Substituto.

São José dos Pinhais

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1132/2002,** proposta por **Aneli Soares de Araújo.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1133/2002,** proposta por **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1134/2002,** proposta por **Alba Rejana de Lima Neneve e outros.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1135/2002,** proposta por **Alba Rejana de Lima Neneve e outros.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1168/2002,** proposta por **Jurandir Cruz Siqueira.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para

oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1169/2002,** proposta por **Plácido Alves de Oliveira Neto.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1170/2002,** proposta por **Celso Luis Kolakowski.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA TIPOGRAFIA RAPHAEL LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1243/2002,** proposta pelo **Hideo Nagai.** São José dos Pinhais, 06 de outubro de 2003. (a) Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA TIPOGRAFIA RAPHAEL LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1244/2002,** proposta pelo **Hideo Nagai.** São José dos Pinhais, 06 de outubro de 2003. (a) Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA TIPOGRAFIA RAPHAEL LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1245/2002,** proposta pelo **Hideo Nagai.** São José dos Pinhais, 06 de outubro de 2003. (a) Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **1283/2002,** proposta por **Mauro Ventuta Filho.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA FIBERTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS EM FIBRAS DE VIDRO LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **162/99,** proposta por **Ico Comercial S/A. – Ferramentas e Equipamentos.** São José dos Pinhais, 10 de outubro de 2003. (a) Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA LETSPRINT ENVELOPES LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **293/2003,** proposta pelo **Juízo da 2.ª Vara do Trabalho de Curitiba – PR (Dircélia Aparecida do Amaral).** São José dos Pinhais, 06 de outubro de 2003. (a) Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **376/2003,** proposta por **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

EXPEDIENTE JUDICIÁRIO

AVISO AOS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DA EMPRESA CEEI INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

A Escrivã da 2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber pelo presente, que nos termos do artigo 98, parágrafo l.º, do Decreto Lei 7.66l/45 (Lei de Falências), têm os interessados e demais credores da falida acima, o prazo de dez (10) dias para oferecimento de impugnações ao pedido de **Habilitação de Crédito**, autos n.º **377/2003,** proposta por **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.** São José dos Pinhais, 26 de setembro de 2003. Eu,_____ Ivete Marly Hahn - Auxiliar de Justiça Juramentada, que o digitei.

COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR. VARA DE FAMÍLIA, INF. E JUVENTUDE E REG. PÚBLICOS.

Maria Elenir de Oliveira Mizerkowski - Escrivã R. João Ângelo Cordeiro s/n - Forum
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE LEVI MANOEL TEIXEIRA, com prazo de 20 dias.
A Doutora ILDA ELOÍSA CORRÊA DE MORICZ - MM. Juíza de Direito da Vara de Família, Inf. e Juventude e Reg. Públicos da Com. de São José dos Pinhais - Pr, na forma da lei. FAZ SABER A todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo tramitam os autos de DIVÓRCIO JUDICIAL LITIGIOSO sob n.º 654/2003, em que é requerente AUDA MENDES DA SILVA e requerido LEVI MANOEL TEIXEIRA, e estando o requerido em local incerto e não sabido, alega a requerente em síntese: Que se casou com o requerido em 16/10/1993, sob o regime de comunhão universal de bens e de cuja união tiveram uma filha. Que o casal não possui bens a serem partilhados. Que o rompimento da sociedade ocorreu há mais de dois anos. Instruiu o pedido com documentos requerendo a citação da requerida via edital. Pelo presente, CITA-SE LEVI MANOEL TEIXEIRA, da propositura da presente ação, para que querendo apresente contestação do pedido, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de revelia e de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial, e INTIME-SE a fim de que compareça na audiência de tentativa de conciliação a ser realizada em 18 de março de 2004 às 15:30 horas, sendo que o prazo para contestação terá início no primeiro dia após a audiência. E para que não se alegue ignorância, a MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José dos Pinhais, aos 01/12/2003. Eu, _____(Maria Elenir de Oliveira Mizerkowski) Escrivã, o digitei e subscrevi.

ILDA ELOÍSA CORRÊA DE MORICZ
Juíza de Direito

São Mateus do Sul

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO MATEUS DO SUL - PARANÁ
EDITAL DE CITAÇÃO DE PORT COMPENSADOS ESPECIAIS LTDA., SARAH SOUZA MATTOS, ARNALDO SOUZA MATTOS, JANI CRISTINA GONÇALVES RUIZ e JOSÉ ROBERTO VICENTE RUIZ - COM O PRAZO DE TRINTA DIAS.

A Doutora Inês Marchalek Zarpelon, Juíza de Direito da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, pelo presente CITA os executados Port Compensados Especiais Ltda., Sarah Souza Mattos, Arnaldo Souza Mattos, Jani Cristina Gonçalves Ruiz e José Roberto Vicente Ruiz, atualmente em lugar ignorado, dos termos da Execução de Título Extrajudicial nº 108/2000, em que é exequente Banco do Brasil S.A. e executados Port Compensados Especiais Ltda. Sarah Souza Mattos, Arnaldo Souza Mattos, Jani Cristina Gonçalves Ruiz e José Roberto Vicente Ruiz, em tramitação perante este Juízo e Cartório Cível, com sede à rua 21 de Setembro, 766 - São Mateus do Sul, Paraná, para, no prazo de 24 horas efetuar o pagamento do débito da quantia de R$ 161.998,16 (cento e sessenta e um mil, novecentos noventa e oito reais e dezesseis centavos), em 20-03-200, por força da Cédula de Crédito Industrial nº 65500259, emitida em 18-03-1999, no valor nominal de R$ 140.000,00, acrescido das cominações legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, sob pena de não o fazendo ser convertido em penhora o arresto realizado sobre os seguintes bens: "1) A casa sob nº 28, da rua Corrientes, e seu respectivo terreno, constituído por parte do lote 12 da quadra 10, situado no Parque Novo Oratório, medindo 10,50 m, para a rua Corrientes, do lado direito mede 14 m, onde confina com o prédio 16 da mesma rua, 14m, do lado esquerdo, onde confina com o prédio 34 e nos fundos 10,50m, onde confina com o prédio 125, da Avenida das Nações, tendo a área de 147m2, todos os lotes da quadra 10, do Parque Novo Oratório, matricula nº 3.386, do 2º Registro de Imóveis de Santo André. 2) O prédio nº 182 e 182 fundos, da rua Madri, e seu respectivo terreno, constituído do lote 08, da quadra 40, da Vila Metalúrgica, perímetro urbano desta cidade, medindo 10,00m de frente para a referida rua, por 40,00m da frente aos fundos, em ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, confrontando do lado direito, visto da rua, com o lote 07, prédio nº 172, do lado esquerdo com o lote 09, prédio nº 194, ambos da rua Madri, e nos fundos com os lotes 27 e 28, prédios nºs 41 e 49, da rua Assunção, encerrando a área de 400,00m. Classificação fiscal nº 02.083.011., matricula nº 43.675 do 2º Registro de Imóveis de Santo André, SP. São Mateus do Sul, 29 de agosto de 2003. Eu, _____(Matilde Olicheski Polak), escrivã que digitei, subscrevi e assino de ordem da MM. Juíza (Portaria nº 11/2001).

Matilde Olicheski Polak
Escrivã

R$ 270,00

Toledo

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL COMARCA DE TOLEDO – ESTADO DO PARANÁ

Diligência do Juízo – Lei 6830/80

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA EXECUTADA INDEPENDENTE FUTEBOL CLUBE na pessoa de seu representante legal, Luiz Igirio Dell Agnolo, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

Edital de citação da Executada INDEPENDENTE FUTEBOL CLUBE, inscrita no CNPJ sob o nº 78.115.680/0001-86, na pessoa de seu representante legal, Luiz Igirio Dell Agnolo, inscrito no CPF sob o nº 168.834.899-91, atualmente em lugar incerto, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague o débito exequendo, acrescido das demais cominações legais ou garanta(m) a execução com a nomeação de bens à penhora. O não pagamento do débito implicará em conversão automática do arresto já realizado em penhora, ficando o devedor, intimado do prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de Embargos.
TÍTULO: Certidão de Dívida Ativa nº 132/2003.
PROCESSO: Autos nº 299/2003 de EXECUÇÃO FISCAL em que é Exequente FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO e Executada INDEPENDENTE FUTEBOL CLUBE.
BEM ARRESTADO: IMÓVEL – Lote Urbano nº 13, da quadra nº 819, com área de 616,09m², situado no Loteamento Jardim Panambí, nesta Cidade de Toledo – Pr., com as medidas e confrontações constantes da matrícula nº 24311, do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná.
VALOR DA EXECUÇÃO: R$ 2.259,23, acrescido das demais cominações legais.
PRAZO DO EDITAL: 30 (trinta) dias.
Toledo, 06 de janeiro de 2004. Eu, (Osmar dos Santos), Escrivão.

Gustavo Germano Francisco Arguello
Juiz Substituto

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL COMARCA DE TOLEDO/PR

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO DE TRINTA(30) DIAS

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: ANTONIO CASTRO DE ORNELAS, LEDA VILMA DE ORNELAS – CPF n. 175.695.409-72. PROCESSO: 311/2003 de Execução Fiscal, em trâmite na 2ª Vara Cível de Toledo/Pr, com endereço na Rua Almirante Barroso, 3222, Edifício do Forum. OBJETIVO: Para em cinco dias, após o prazo do edital, pagar a dívida principal e acessórios, ou garantir a execução nos termos do art. 8º da Lei n. 6830/80, sob pena de, não fazendo, proceder-se-á a penhora em tantos bens quantos bastem para garantia da execução, e o devedor terá mais 30 (trinta) dias para opor embargos, sob a cominação do art. 285 do CPC. "Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pelo autor." TÍTULO(S): Certidão(es) de Dívida(s) Ativa(s) ns. 154/03, no valor de R$ 1.337,20 em 11.09.2003. BEM(NS) ARRESTADO(S): Imóvel. Casa tipo C.2.2 do Conjunto Residencial Angelo Parizotto, localizado à Rua 03 (atual Rua Luiz de Conto), nesta cidade e Comarca de Toledo-Pr, com as confrontações constantes da matrícula n. 1172 do 2º RI desta Comarca, Lote n. 01, da Quadra I, com área de 312m2. EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO. EXECUTADO(S): ANTONIO CASTRO DE ORNELAS, LEDA VILMA DE ORNELAS. Nada mais. Toledo, 2.12. 2003. (A PUBLICAÇÃO DEVERÁ SER FEITA NA FORMA DO ART. 8º, INCISO IV DA LEI 6.830/80).

Nada mais. _____, escrivã

Gustavo Germano Francisco Arguello
Juiz Substituto

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL COMARCA DE TOLEDO – ESTADO DO PARANÁ

Diligência do Juízo – Lei 6830/80

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA EXECUTADA COMALTA – COMERCIAL AGROPECUÁRIA ALTA LTDA na pessoa de sua representante legal, Lucrécia Ignez Gomes, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

Edital de citação da Executada COMALTA – COMERCIAL AGROPECUÁRIA ALTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.880.889/0001-00, na pessoa de sua representante legal, Lucrécia Ignez Gomes, inscrita no CPF sob o nº 334.963.669-15, atualmente em lugar incerto, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague o débito exequendo, acrescido das demais cominações legais ou garanta(m) a execução com a nomeação de bens à penhora. O não pagamento do débito implicará em conversão automática do arresto já realizado em penhora, ficando o devedor, intimado do prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de Embargos.
TÍTULO: Certidão de Dívida Ativa nº 157/2003.
PROCESSO: Autos nº 308/2003 de EXECUÇÃO FISCAL em que é Exequente FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO e Executada COMALTA – COMERCIAL AGROPECUÁRIA ALTA LTDA.
BEM ARRESTADO: IMÓVEL – Lote Urbano nº 04, da quadra H-21, com área de 5.761,40m², situado no Loteamento Jardim Porto Alegre, com as medidas e confrontações constantes da matrícula nº 31194, do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná.
VALOR DA EXECUÇÃO: R$ 12.207,90, acrescido das demais cominações legais.
PRAZO DO EDITAL: 30 (trinta) dias.
Toledo, 06 de janeiro de 2004. Eu, (Osmar dos Santos), Escrivão.

Gustavo Germano Francisco Arguello
Juiz Substituto

União da Vitória

JUIZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA ESTADO, PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS,

CITANDO: ZELI SBRUSSI PORTELA – ME, na pessoa de seu representante legal, e de **GERALDO PORTELA**, atualmente em lugar ignorado. **PROCESSO**: Execução sob nº 060/1997, proposta por Rio Paraná Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros contra Zeli Sbrussi Portela – ME e outro. **OBJETO**: para pagar no prazo de 05 dias, a dívida reclamada no valor de R$ 43.089,29 (quarenta e três mil, oitenta e nove reais e vinte e nove centavos), em 02/12/96, mais os acréscimos legais, ou em igual prazo nomear bens a penhora sob pena de arresto efetuado sobre um terreno urbano, constante do lote nº 06, parte do lote nº 04, quadra 02, com as áreas respectivas de 473,40 m/2 e 90,00 m/2, situados a Rua Esteliano Pizatto, Loteamento Alvorada do Sul, quadro urbano da cidade de General Carneiro, nesta Comarca, com demais medidas, confrontações e caracteristicas constantes da matrícula nº 8.444 da 1ª CRI desta Comarca.
Contendo um prédio comercial e residencial com aproximadamente 120,00 m/2 sem averbação, ser convertido em penhora. Ficando ciente de que o prazo de 05 (cinco) dias, fluíra do vigésimo primeiro dia da publicação deste, após o que, não havendo pagamento do débito, converter-se-á o arresto automaticamente em penhora, passando a fluir, então o prazo de 30 (trinta) dias para oposição de embargos. União da Vitória, 1 de setembro de 2003. Eu_____, Cândida Gava, Estagiária, digitei e _____Abegail A Mello, funcionária juramentada, o subscrevi.

Irineu Stein Júnior
Juiz de Direito

R$ 144,00

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial apresenta os títulos dos livros que reúnem autores Paranaenses, confeccionados em nosso parque gráfico para venda direta através do telefone (41) 313-3265 ou no setor de expedições.

Preço	Título do Livro	Autor(a)
R$	A voz dos Sinos	Walmor Macarini
R$	Acervo da Pinacoteca do Colégio Estadual do Paraná	
R$	Anita Philipovisk - A Princesa dos Campos	Luisa Cristina dos Santos
R$ 15,00	Antologia Poética	Foed Castro Chamma
R$ 15,00	As aventuras do Professor Thimpor	Luiz Antonio Solda
R$ 15,00	As Imagens do Ar	Roza de Oliveira
R$ 35,00	Bicicletas de Montreal	Carlos Dalla Stela
R$ 10,00	Biografia do Dr.José Cândido da Silva Murici	Candido M. Lopes
R$ 22,00	Breve-pós Humano	Jair Ferreira dos Santos
R$ 20,00	Café com Mistura	Maria Thereza B. Lacerda
R$ 40,00	Cifras de Música para Salterio	Antônio Vieira dos Santos
R$ 40,00	Como se vai a Curitiba	30 desenhos de Poty Lazarotto
R$ 10,00	Confabulário	Fábio Campana/Jamil Snege/José Castello R. Benitez/Walmor Marcelino/Wilson Bueno
R$	Congadas Paranaenses	José Loureiro Fernandes
R$ 12,00	Contos Reunidos	Newtom Sampaio
R$ 35,00	Crítica Literária vol. 1	Wilson Martins
R$ 35,00	Crítica Literária vol. 2	Wilson Martins
R$	Cultura do Feijão	Ademar Jorge Dressler/José Luiz Nardin Lara/Lari Maroli
R$ 20,00	Diário de um Crítico I	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico II	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico IV	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico V	Temístocles Linhares
R$ 20,00	Diário de um Crítico VI	Temístocles Linhares
R$ 35,00	Dicionário Sociolinguistico Paranaense	Francisco Filipak
R$ 10,00	Dois Reportéres no Paraná	Rubem Braga e Arnaldo Pedroso d´Horta
R$	Entomologia Didática	Zundir José Buzzi
R$ 30,00	Evolução do Feminismo	Mariana Coelho
R$ 50,00	Ex. Libris	Coleção da Biblioteca Publica do Paraná
R$ 35,00	Geografia Física do Paraná	Reinhard Maack
R$ 30,00	História do Paraná	Ruy Wachowicz
R$	Histórias do Campo	Jota oliveira
R$ 15,00	Kamikase do Espanto	Luiz Antonio Solda
R$ 15,00	Mecânica dos Fluídos	Renato Bittencourt Gomes
R$	No Coração do Reporter	João Arruda
R$ 15,00	Notícias da Chácara	Domingos Pellegrini
R$ 20,00	Notícias do Paraná	Walmir Ayala
R$ 30,00	Novos Caminhos do Brasil Meridional	Thomas P. Bigg Wither
R$	O Equilibrista das Seis Cordas	Silvana Mariani
R$ 20,00	O Paraná Mental	Marianna Coelho
R$ 20,00	Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História	Marcia Scholz de Andrade Kersten
R$	Para Onde Vão as Andorinhas	Adélia Maria Woellner
R$ 20,00	Paraná Vivo	Temístocles Linhares
R$ 30,00	Passagem	Vários Autores
R$ 10,00	Pensão Alto Paraná	Domingos Pellegrini
R$ 10,00	Pequena Casa de Jornal	Nilson Monteiro
R$ 20,00	Quando o Futebol Andava de Trem	Ernani Buchmann
R$ 20,00	Remorso	Newton Sampaio
R$	Ribeirão Claro	Patrimônio e Memória Coletiva/Ana Cleide Chiarotti Cesário
R$ 12,00	Seis Romances e uma Pintura	Otávio Duarte
R$	Un Mazzolino de Fiori I	Altiva Pilatti Balhana
R$	Un Mazzolino de Fiori II	Altiva Pilatti Balhana
R$	Un Mazzolino de Fiori III	Altiva Pilatti Balhana

Livros Jurídicos

R$ 15,00	Constituição Estadual/Federal
R$ 7,00	Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná
R$ 1,30	Leis de Licitações e Contratos

GOVERNO DO PARANÁ
Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curtiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313-3200
www.pr.gov.br/dioe

Departamento de Imprensa Oficial

Imprensa Oficial

GOVERNO DO PARANÁ

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial apresenta a lista de materiais utilizados pelas escolas, que são confeccionados em nosso parque Gráfico e estão disponíveis a venda em nosso setor de Expedição de Materiais, ou pelo telefone (41) 313-3265.

Lista de Materiais

Valor Unitário	Especificação	Formato
R$ 0,25	Pasta Individual do aluno	365 X 550
R$ 0,07	Ficha Individual de Enfermagem	220 X 325
R$ 1,55	Livro de chamada de Educ. Física - 16 folhas	215 X 305
R$ 0,10	Relatório Final Ensino Fundamental e Médio	298 X 420
R$ 0,10	Requerimento de matrícula	320 X 440
R$ 0,07	SERE - 4	310 X 295
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental de 1ª à 4ª Série	240 X 300
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental e Médio	240 X 300
R$ 0,07	Histórico Escolar - ens. Fundamental	220 X 320
R$ 0,19	Capas de processo de Registro de Diplomas	325 X 460
R$ 25,00	Livro de controle de entrega de diplomas/certificados	230 X 320
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno ens. 2º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Histórico Escolar ens. 1º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno - Ens. 2º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Histórico ens. 2º Grau supletivo	320 X 440
R$ 0,10	Relatório final - Ens. 1º Grau Supletivo	320 X 440
R$ 0,07	Ficha de acompanhamento semestral do aluno CBA	320 X 440
R$ 0,10	Parecer final Ciclo Básico CBA 04 Anos	320 X 440
R$ 0,10	Parecer Parcial Ciclo Básico CBA 04 anos-G. Transfer.	220 X 325
R$ 0,07	Histórico escolar - ens. Médio	292 X 410
R$ 0,10	Parecer final Ciclo Básico CBA 02 Anos	220 X 325
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno Ens. Médio	292 X 410
R$ 0,10	Guia de Transf. Ficha de Acomp. Do CBA 02 Anos	220 X 320
R$ 0,07	Hist. Esc. - educ. Profissional de nível médio	220 X 320
R$ 0,10	Relatório Final - educ. Profissional de nível médio	315 X 400
R$ 0,10	Ficha Individual - educ. Profissional de nível médio	210 X 297
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Fun.	220 X 320
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Médio	220 X 320
R$ 0,10	Relatório Final estudos adicionais em nível	315 X 400
R$ 0,10	Relatório Final 2º Grau Supletivo Função Supl. Ed. Geral	320 X 440
R$ 0,10	Relatório Final 2º Grau Supletivo Função suplência	320 X 440
R$ 0,50	Diploma Padrão	230 X 320

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curtiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313-3200
www.pr.gov.br/dioe